



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1718

Terça-feira - 07 de Abril de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2
Alto Bela Vista.....	3
Antônio Carlos	4
Arroio Trinta.....	7
Balneário Rincão	10
Barra Velha.....	12
Biguaçu	13
Blumenau	14
Bom Jesus do Oeste	22
Bom Retiro	24
Botuvera.....	25
Braço do Trombudo	26
Brunópolis	26
Brusque.....	38
Caçador.....	46
Camboriú.....	47
Campo Alegre	49
Campos Novos.....	51
Canoinhas.....	52
Capinzal	137
Caxambu do Sul.....	143
Chapadão do Lageado	148
Cocal do Sul.....	150
Concórdia	152
Coronel Freitas.....	163
Coronel Martins.....	164
Correia Pinto.....	165
Corupá	179
Curitibanos	185
Dionísio Cerqueira	207
Ermo	213
Forquilha.....	215
Fraiburgo.....	226
Garuva	228
Gaspar	237
Governador Celso Ramos	241
Grão Pará	241
Guaraciaba	243
Guaramirim.....	244
Guarujá do Sul.....	245
Herval d'Oeste	245
Ibiam	249
Ilhota	251
Imarui	252
Imbituba	253
Indaial.....	256
Ipumirim	261
Irineópolis	262
Itapiranga.....	263

Itapoá	265
Ituporanga	266
Joaçaba.....	267
Lages	268
Lauro Muller	271
Lebon Regis.....	277
Luzerna	283
Macieira.....	290
Maracajá	290
Maravilha.....	291
Marema.....	292
Massaranduba.....	292
Meleiro	293
Modelo	294
Monte Carlo	295
Morro da Fumaça	295
Navegantes.....	296
Nova Trento	297
Novo Horizonte	299
Orleans	300
Paial.....	301
Palhoça	302
Palmitos	311
Papanduva.....	311
Passo de Torres.....	312
Passos Maia	312
Paulo Lopes	313
Penha.....	314
Peritiba.....	316
Petrolândia	317
Pinheiro Preto	317
Pomerode.....	319
Ponte Serrada	320
Porto União.....	331
Pouso Redondo	341
Presidente Castello Branco.....	343
Rio dos Cedros.....	350
Rio do Sul.....	343
Santiago do Sul.....	354
São Bento do Sul.....	354
São Domingos.....	361
São João do Sul	363
São Joaquim	364
São José.....	364
São José do Cedro.....	369
São Lourenço do Oeste.....	370
São Miguel da Boa Vista	388
São Miguel do Oeste.....	388
São Pedro de Alcântara.....	392

Schroeder.....	394
Siderópolis.....	411
Sombrio.....	415
Tigrinhos	424
Timbó	425
Três Barras	426
Treze Tílias	427
Trombudo Central.....	428
Tunápolis.....	428
Urussanga	429
Vargeão.....	429
Vargem Bonita	430
Videira.....	437
Xavantina	442
Xaxim.....	444

Consórcios

CIGA	461
CIMCATARINA.....	461
CIS Nordeste	462
CIS-AMAVI.....	463
Consórcio CISAMA.....	464

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Charles R. Schwambach - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Leandro Rateke, Marcus V. da Silveira e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

ERRATA N 001/2015 AO EDITAL CMDCA Nº 001/2015

ERRATA 001

EDITAL CMDCA Nº 001/2015

SILVANA APARECIDA DO NASCIMENTO CAVALLI, Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, faz saber aos interessados que o Edital CMDCA nº. 001/2015 sofre as seguintes alterações:

ANEXO I

CRONOGRAMA

ONDE SE LÊ:

Providência	Prazo	Informações Complementares
Inscrições	06/04/2015 a 06/03/2015	Requisitos: Art. 133 do ECA, além dos requisitos da legislação municipal (Art. 7º, §2º, da Resolução Conanda nº 170/2014) Impedimentos: Art. 140 do ECA c/c art. 15 da Resolução Conanda nº 170/2014 Não é admitida a composição de chapas segundo orienta o art. 5º, inciso 2 da Resolução Conanda nº 170/2014

LEIA-SE:

Providência	Prazo	Informações Complementares
Inscrições	06/04/2015 a 03/06/2015	Requisitos: Art. 133 do ECA, além dos requisitos da legislação municipal (Art. 7º, §2º, da Resolução Conanda nº 170/2014) Impedimentos: Art. 140 do ECA c/c art. 15 da Resolução Conanda nº 170/2014 Não é admitida a composição de chapas segundo orienta o art. 5º, inciso 2 da Resolução Conanda nº 170/2014

Água Doce, 06 de abril de 2015

SILVANA APARECIDA DO NASCIMENTO CAVALLI

Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

PORTARIA 142/2015

PORTARIA Nº 142/2015 de 06 de abril de 2015

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária VIVIANE ATAIDE BITTEN-COURT, inscrito sob CPF nº 053.967.699-39, funcionária no cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, a partir de 06/04/2015 a 20/04/2015, período 13/14.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 06 de abril de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 143/2015

PORTARIA Nº 143/2015 de 06 de abril de 2015

"DAR PROVIMENTO A CARGO PÚBLICO QUE ESPECIFICA".

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Dar provimento em caráter efetivo para Ademir Henrique dos Santos, inscrito no CPF sob o nº 056.145.049-82, a partir de 06/04/2015 para exercer o cargo de Fiscal de Tributos - 40 horas, conforme Edital de concurso público nº. 015/2014, o funcionário adquirirá estabilidade no serviço público após três anos de efetivo exercício e aprovação especial de desempenho, não sendo aprovado no estágio será exonerado, ou reconduzido a seu cargo efetivo anteriormente ocupado, conforme artigo 17 e 18 da lei complementar nº015/99 de 28/12/1999.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 06 de abril de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO N.085/2015 DE 26-3-2015**

CÂMARA DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE
Praça João Macagnan Nº 322, Fone/Fax: (49) 3524- 0738,
(49) 3524-778
e-mail: cmaguadoce@yahoo.com.br, site: www.cvaguado-
ce.sc.gov.br
CEP 89654-000 - Água Doce, - Santa Catarina.'

Resolução n.º 085/2015 de 26 de março de 2015

DETERMINA PONTO FACULTATIVO NO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE EM DECORRÊNCIA DOS FERIADOS DE PÁSCOA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Marli Rosa Spagnol Guerreiro, Presidente do Poder Legislativo do Município de Água Doce - SC, de acordo com o disposto na Lei Orgânica e na Resolução nº 017/2005 de 13-12-2005, denominada de Regimento Interno, apresenta para deliberação do Plenário, o seguinte Projeto de Resolução, o qual se aprovado será promulgado:

Artigo 1.º Fica considerado Ponto Facultativo nos serviços do Poder Legislativo do Município de Água Doce - SC, no dia 02 de abril de 2015, (Quinta Feira - Santa).

Artigo 2.º As despesas decorrentes com a execução da presente Resolução, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal, parte destinada ao Poder Legislativo.

Artigo 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Água Doce, 26 de março de 2015

Marli Rosa Spagnol Guerreiro
Presidente

Alto Bela Vista**PREFEITURA****LEI MUNICIPAL Nº 665, DE 06 DE ABRIL DE 2015**

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA EFETUAR DESPESAS PARA CONCESSÃO DE CESTAS DE PRODUTOS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar despesas para concessão de "cesta de alimentos", a ser fornecida em 4 (quatro) datas anuais, a todos os servidores do Município, no valor de até R\$ 130,00 (cento e trinta reais) cada;

Parágrafo Primeiro: Para fins desta lei entende-se como servidor publico que tem direito ao benefício, os servidores efetivos (mesmo recebendo função gratificada), servidores ocupantes de cargos comissionados, servidores contratados em caráter temporário, conselheiros tutelares;

Parágrafo Segundo: O valor do benefício disposto no caput deste artigo será reajustado anualmente nos mesmos índices da revisão geral anual, exceto para o exercício de 2015;

Art. 2º O benefício que trata esta lei é independente do auxílio alimentação mensal criado pela lei 313/2006;

Art. 3º A forma da entrega dos produtos que trata esta lei poderá ser por cartão alimentação ou pela entrega direta dos produtos, a cargo de cada um dos poderes;

Art. 4º As despesas decorrentes dos benefícios desta lei correrão por conta das dotações do orçamento vigente de cada exercício.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 06 de Abril de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

LEI MUNICIPAL Nº 666, DE 06 DE ABRIL DE 2015

AUTORIZA A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA EFETUAR DESPESAS PARA CONCESSÃO DE CESTAS DE PRODUTOS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores propôs, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei,

Art. 1º Fica o presidente do Poder Legislativo Municipal autorizado a efetuar despesas para concessão de "cesta de alimentos", a ser fornecida em 4 (quatro) datas anuais, a todos os servidores do Poder Legislativo Municipal, no valor de até R\$ 130,00 (cento e trinta reais) cada;

Parágrafo Primeiro: Para fins desta lei entende-se como servidor público que tem direito ao benefício, os servidores efetivos (mesmo recebendo função gratificada), servidores ocupantes de cargos comissionados e servidores contratados em caráter temporário.

Parágrafo Segundo: O valor do benefício disposto no caput deste artigo será reajustado anualmente nos mesmos índices da revisão geral anual, exceto para o exercício de 2015;

Art. 2º O benefício que trata esta lei é independente do auxílio alimentação mensal criado pela lei Complementar 058/2014;

Art. 3º A forma da entrega dos produtos que trata esta lei poderá ser por cartão alimentação ou pela entrega direta dos produtos, a cargo de cada um dos poderes;

Art. 4º As despesas decorrentes dos benefícios desta lei correrão por conta das dotações do orçamento vigente de cada exercício.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 06 de Abril de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

Antônio Carlos**PREFEITURA****ERRATA PORTARIA N 207/2015****EXTRATO DE ERRATA**

A Prefeitura Municipal de Antonio Carlos, torna pública a ERRATA, comunicando que na Portaria nº. 207/2015, publicada no DOM de 02 de abril de 2015, pág.21, Edição nº. 1716, considerando erro formal quanto a contratação do servidor.

Desta forma, comunica a todos interessados que: onde se lê:

"Art. 1º - "Admitir, em caráter temporário, OSNI PIRES DA SILVA, para o cargo de MOTORISTA, a partir de 06 de abril de 2015 a 05 de abril de 2015, em substituição a JOSE SALESIO SCHMITZ, que se encontra de Licença sem Vencimento"

Leia-se: "Art. 1º - "Admitir, em caráter temporário, OSNI PIRES DA SILVA, para o cargo de MOTORISTA, a partir de 06 de abril de 2015 a 05 de abril de 2016, em substituição a JOSE SALESIO SCHMITZ, que se encontra de Licença sem Vencimento"

Antônio Carlos, 06 de abril de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Autorizo a empresa "DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS". DOM a publicar o EXTRATO DE ERRATA de PORTARIA Nº 207/2015.

Publicado em 07 de abril de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

PORTARIA N 210/2015

PORTARIA Nº 210/2015.
Exonera servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Exonerar, a pedido, ANA KAROLLINY TESTONI, do cargo efetivo de ENFERMEIRO, a partir de 03 de abril de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 06 de abril de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 07 de abril de 2015.

PORTARIA N 211/2015

PORTARIA Nº 211/2015.

Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, PAULO SERGIO ASTOFF, do cargo temporário de OFICIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 06 de abril de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 06 de abril de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 07 de abril de 2015.

PORTARIA N 212/2015

PORTARIA Nº 212/2015.

Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, HELENO NEIS, do cargo temporário de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 06 de abril de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 06 de abril de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 07 de abril de 2015.

PORTARIA N 213/2015

PORTARIA Nº 213/2015.

Nomeia servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital de Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, PAULO SERGIO ASTOFF, para o cargo efetivo de OFICIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 07 de abril de 2015, para atuar na Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos, passando a fazer parte do Quadro de pessoal permanente da Prefeitura de Antonio Carlos.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 06 de abril de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 07 de abril de 2015.

PORTARIA N 214/2015

PORTARIA Nº 214/2015.

Nomeia servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital de Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, HELENO NEIS, para o cargo efetivo de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 07 de abril de 2015, para atuar na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente passando a fazer parte do Quadro de pessoal permanente da Prefeitura de Antonio Carlos.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 06 de abril de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 07 de abril de 2015.

PORTARIA N 215/2015

PORTARIA Nº 215/2015.

Concede Insalubridade a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, ao servidor PAULO SERGIO ASTOFF, ocupante do cargo efetivo de OFICIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 07 de abril de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 06 de abril de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 07 de abril de 2015.

PORTARIA N 216/2015

PORTARIA Nº 216/2015.

Concede Insalubridade a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, ao servidor HELENO NEIS, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 07 de abril de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 06 de abril de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 07 de abril de 2015.

PORTARIA N 217/2015

PORTARIA Nº 217/2015.

Designa Professor responsável pelo TI..

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1356/2011,

Resolve:

Artigo 1º - Designar, TANIA REGINA MARTENDAL, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA - 40H, para ocupar Função Gratificada de PROFESSOR RESPONSÁVEL PELO SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - TI DA SECRETARIA, a partir do mês de abril de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 06 de abril de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 07 de abril de 2015.

PORTARIA N 218/2015

PORTARIA Nº 218/2015.

Cessa Portaria.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Atestado Médico de Aptidão,

Resolve:

Artigo 1º - Cessar, Portaria nº 013 de 15 de janeiro de 2015, retornando as suas atividades laborais o servidor PAULO DE MELO, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MAQUINA, a partir

de 07 de abril de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 06 de abril de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 07 de abril de 2015.

PORTARIA N 219/2015

PORTARIA Nº 219/2015.

Cessa Portaria.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Cessar, Portaria nº 575 de 11 de dezembro de 2014, retornando as suas atividades laborais a servidora MARCIA CRISTINA WEBER, ocupante do cargo temporário de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, a partir de 09 de abril de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 06 de abril de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 07 de abril de 2015.

PORTARIA N 220/2015

PORTARIA Nº 220/2015.

Exonera do cargo de secretário da junta militar de Antônio Carlos/SC.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso das atribuições legais, e da competência que lhe confere o inciso VI do Artigo 56, da Lei Orgânica do Município, cumulada com o § 5º do Art. 29 do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966 (Regulamento da Lei do Serviço Militar),

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a servidora Cristiany Kremer Prim, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo I, da função de Secretário da Junta de Serviço Militar do município de Antônio Carlos, anteriormente nomeada por meio da portaria nº. 052/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 06 de abril de 2015.

Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

PORTARIA N 221/2015

PORTARIA Nº 221/2015.

Designar para ocupar o cargo de Secretário da Junta Militar de Antônio Carlos/sc.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso das atribuições legais, e da competência que lhe confere o inciso VI do Artigo 56, da Lei Orgânica do Município, cumulada com o § 5º do Art. 29 do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966 (Regulamento da Lei do Serviço Militar),

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, a servidora Eliane Nunes de Oliveira Folganes, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo I, para função de Secretário da Junta de Serviço Militar do município de Antônio Carlos.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 06 de abril de 2015.

Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

PORTARIA N 222/2015

PORTARIA Nº 222/2015.

Admite ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo nº 001/2015,

Resolve:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, MARIA DE FATIMA ROSA PETRY, para o cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, a partir de 07 de abril de 2015 a 26 de novembro de 2015, em substituição a VERALDINA GUESSER, de Licença Maternidade e Férias.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 06 de abril de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 07 de abril de 2015.

Arroio Trinta**PREFEITURA****CONTRATO Nº 0021/2015**

CONTRATO Nº 0021/2015, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ELETRÔNICA, PARA MANUTENÇÃO DE RETRANSMISORES DE TELEVISÃO, TV BANDEIRANTES, GLOBO, RECORD E SBT NO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC.

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços, de um lado o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do Comércio nº 227, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa ALTIVIR BOBELLA - ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ, sob o nº 01.194.472/0001-95, com sede à Rua B 7/ Campina da Alegria, no Município de Vargem Bonita - SC, neste representada pelo diretor Senhor ALTIVIR BOBELLA, brasileiro, casado, residente e domiciliado sede à Rua B 7/ Campina da Alegria, no Município de Vargem Bonita - SC, a seguir denominada simplesmente CONTRATADA e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, que se regerá pela Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

Cláusula Primeira - Este contrato tem por objeto a contratação de prestação de SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ELETRÔNICA, PARA MANUTENÇÃO DE RETRANSMISORES DE TELEVISÃO, TV BANDEIRANTES, GLOBO, RECORD E SBT, situados na Linha Alta, no Município de Arroio Trinta - SC.

§ 1.º - O material necessário para execução dos serviços será fornecido pela Prefeitura Municipal, mediante comprovação da sua necessidade, junto a Secretaria de Administração e Finanças. As demais despesas serão arcadas pela CONTRATADA, como por exemplo, alimentação e transporte, que será de sua inteira responsabilidade e ônus.

§ 2.º - A CONTRATADA se compromete em fazer a manutenção nos equipamentos retransmissores sempre que lhe for solicitado para este fim.

Cláusula Segunda - O valor total ajustado entre as partes é de R\$7.472,04 (SETE MIL QUATROCENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E QUATRO CENTAVOS). O VALOR MENSAL É DE R\$830,22 (OITOCENTOS E TRINTA REAIS E VINTE E DOIS CENTAVOS) para os meses de abril a dezembro de 2015.

Cláusula Terceira - O prazo de vigência do presente contrato é de 1º de abril de 2015 até 31 de dezembro de 2015, podendo ser renovado, conforme determina a legislação.

Cláusula Quarta - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, após a devida autorização do Senhor Prefeito Municipal, sempre a vista de fatura(s) ou nota(s) fiscal(is).

Cláusula Quinta - A CONTRATADA declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela CONTRATANTE.

Parágrafo único - A existência e atuação da fiscalização do CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concernem os serviços contratados, e às suas consequências em implicações próximas ou remotas.

Cláusula Sexta - O descumprimento, total ou parcial de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei n.º 8.666/93 e pela redação da Lei n.º 8.883/94, garantida prévia a ampla defesa em processo administrativo.

Cláusula Sétima - A CONTRATANTE, poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei mencionada na Cláusula Sexta, sem que caiba a CONTRATADA direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

Parágrafo único - O contrato poderá ser rescindido por solicitação da CONTRATADA no caso do não cumprimento pela CONTRATANTE das condições contratuais de pagamento.

Cláusula Oitava - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência a terceiros, no todo ou em parte, sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Cláusula Nona - A CONTRATADA assume, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da prestação dos serviços ora contratados. Responsabiliza-se, também pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados a CONTRATANTE ou a terceiros.

§ 1.º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a CONTRATADA, sob pena de multa.

§ 2.º - A CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidades caberão, exclusivamente, a CONTRATADA.

§ 3.º - A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que, vinculados a execução do presente contrato, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 4.º - A CONTRATADA manterá durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe forem exigidas.

§ 5.º - A CONTRATADA deverá manter informada a CONTRATANTE sobre o que ocorre nos sistemas de retransmissão, descargas atmosféricas, vendavais, etc., para que se possa providenciar os materiais necessários para a recuperação dos equipamentos.

Cláusula Décima - Constituirá encargo exclusivo da CONTRATADA o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

Cláusula Décima Primeira - O Foro do presente contrato será o da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 02 (duas) cópias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes contratantes, e por

duas testemunhas.

Arroio Trinta - SC, 1º de abril de 2015.
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal
Contratante

ALTIVIR BOBELLA - ME
CNPJ n.º 01.194.472/0001
ALTIVIR BOBELLA
Sócio Gerente
Contratado

Testemunhas:
RONIVAN BRANDALISE
CPF: 027.783.989-02

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI
CPF - 000.077.349-2

CONTRATO Nº 0021/2015
FINALIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ELETRÔNICA, PARA MANUTENÇÃO DE RETRANSMISSORES DE TELEVISÃO, TV BANDEIRANTES, GLOBO, RECORD E SBT NO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC.
CONTRATADA: ALTIVIR BOBELLA - ME
VALOR MENSAL: R\$830,22 MENSAIS

CONTRATO Nº 0022/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS- Nº 0022/2015

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua XV de Novembro, 26, centro, inscrito no CNPJ sob nº 82.826.462.0001-27, neste ato representado pelo Prefeito Municipal ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do Comércio nº 227, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a senhora IVONETE BOSA SCHULLER, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Delvinio Manenti nº 225, Centro do Município de Arroio Trinta, portadora do CPF sob nº 868.605.939-20 e CI 2.970.080-9, de agora em diante denominada Contratada, normas legais aplicáveis à matéria, resolvem de comum acordo celebrar o presente Contrato, o qual se regerá pelas cláusulas abaixo da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Contrato é a prestação dos serviços ATRAVÉS DE OFICINAS DE TRICÔ PARA MULHERES BENEFICIADAS PELO PROGRAMA DA BOLSA FAMÍLIA DO CADASTRADAS NO CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEVENDO SER (06) SEIS HORAS MENSAIS, TODAS AS QUINTAS FEIRAS, EM CRONOGRAMA FORNECIDO PELO CRAS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

Pela prestação dos serviços, a Contratante pagará ao Contratado o valor total anual de R\$1.150,00(UM MIL CENTO E CINQUENTA REAIS) Dividido em 5(cinco) parcelas de R\$230,00(Duzentos e trinta reais). O pagamento será efetuado até o 5º dia útil de cada mês, mediante apresentação de relatório de número de aulas e quantidade de alunos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

O prazo do presente Contrato terá duração de 5(cinco) meses ou seja de 1º de abril de 2015 a 31 de agosto de 2015.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DOTAÇÕES

As despesas decorrentes com a execução do presente Contrato serão por conta de dotações orçamentárias próprias do Orçamento Municipal de 2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, desde que presente o interesse público.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira - SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem certos e ajustados, fazem o presente Contrato em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que a tudo assinam.

Arroio Trinta - SC, 1º de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

IVONETE BOSA SCHULLER

CPF 868.605.939-20

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

RONIVAN BRANDALISE

CPF: 027.783.989-02

TARCÍSIO LIDANI

CPF: 613.139.809-78

CONTRATO Nº 0022/2015

CONTRATADA: IVONETE BOSA SCHULLER

OBJETO: OFICINAS DE TRICÔ PARA MULHERES BENEFICIADAS PELO PROGRAMA DA BOLSA FAMÍLIA, DO CRAS.

VALOR: R\$230,00(DUZENTOS E TRINTA REAIS) MENSAIS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0009/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0009/2015 - PR

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM E RECAPAGEM DE PNEUS PARA MÁQUINAS, CAMINHÕES, TRATORES, ÔNIBUS E MICRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:00 h do dia 23/04/2015.

Abertura dos Envelopes: Às 09:30 h do dia 23/04/2015.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através do e-mail: compras@arroio30.com.br ou através do site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 6 de abril de 2015.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Elaboração do Plano Diretor de desenvolvimento do Município de Balneário Rincão -SC.

Décio Gomes Góes, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, cumprindo o que dispõe os incisos I, II e III, do artigo 34 e artigo 40, ambos da lei Federal nº 10257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da cidade), torna público a Primeira Audiência Pública para apresentação do resumo do Diagnóstico do Plano Diretor Participativo, análise e aprovação pela sociedade civil, fica agendada para o dia 23 de abril de 2015 (quinta-feira) às 19:30 horas, no Centro Comunitário do Balneário Rincão com sede no bairro Centro. Ficando assim convocados todas as associações representativas dos vários segmentos da comunidade e todos os interessados da população em geral.

E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, é expedido o presente Edital de Convocação, que será publicado na Imprensa Local e afixado na sede da Prefeitura, bem assim na sede das Secretarias Municipais e em outros locais públicos, de forma a ser dada ao mesmo a mais ampla divulgação.

Balneário Rincão, 06 de abril de 2015.

Décio Gomes Góes
Prefeito Municipal

LEI Nº 194/2015

LEI Nº 194/2015

ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI DO LEGISLATIVO Nº 016/2013, DE 03 DE JUNHO DE 2013.

Eu, DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. - Fica alterado o Anexo Único da Lei nº 0016/2013, de 03 de Junho de 2013, no que se refere aos quantitativos, estrutura e percentuais da gratificação, conforme permissivo criado pela Lei Complementar de autoria do Poder Executivo, sob nº 009/2014, passando a ser válido o Anexo Único desta lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Anexo Único da Lei nº 0016/2013.

ANEXO ÚNICO

CARGO	ESPECIFICAÇÃO	PERCENTUAL
Pregoeiro	Gratificação	50%
Presidente da Comissão	Gratificação	50%
Assessoria Jurídica na Licitação	Gratificação	50%
Secretário(a)	Gratificação	50%
Membro(s)	Gratificação	50%

Balneário Rincão, 02 de Abril de 2015

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta data na Secretaria de Administração e Finanças.

LEI Nº 195/2015

LEI Nº 195/2015

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE FAMÍLIAS PARA ASSISTÊNCIA AO INDIVÍDUO CARENTE -AFASSIC COM SEDE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO.

Eu, DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º -Fica declarada de utilidade pública a Associação de Famílias para Assistência ao Indivíduo Carente - AFASSIC, com sede no Município de Balneário Rincão.

Art. 2º -À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - A entidade deverá encaminhar, anualmente, à secretaria de assistência social de balneário rincão, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão de declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver;

IV - balancete contábil.

Artigo 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 02 de Abril de 2015

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta na Secretaria de Administração e Finanças.

RESOLUÇÃO 01/2015

Resolução 01/2015, de 31 de março de 2015.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÃO PARA O CONSELHO TUTELAR DO BALNEARIO RINCAO, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº23, DE 27 DE MAIO de 2013 E, DO DISPOSTO NOS ARTS.132 e 139 DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, NA RESOLUÇÃO CONANDA NÚMERO 170/2014, PROCESSO UNIFICADO NOS TERMOS DA LEI FEDERAL 12.696/2012, MANDATO ATÉ 09/01/2020

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal nº 23, de 27 de maio de 2013 e, do disposto nos Arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução CONANDA nº 170/2014, após deliberação, por unanimidade dos Conselheiros e Conselheiras presentes na Assembleia

Extraordinária realizada em 31.03.2015, e CONSIDERANDO a necessidade permanente de o Município dispor do Conselho Tutelar para zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente definidos na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990; CONSIDERANDO que compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente regulamentar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como convocá-los, conforme estatuído no art. 8º da Lei Municipal nº 23/13; CONSIDERANDO a Resolução nº 170 de 10 de dezembro de 2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que dispõe sobre o primeiro processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares em todo território nacional a partir da Lei Federal nº 12.696/12,

RESOLVE:
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Convocar eleições para o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente para o mandato que se iniciará em 10 de janeiro de 2016 e findará em 09 de janeiro de 2020.

Art. 2º - Os membros do Conselho Tutelar e seus respectivos suplentes serão eleitos pelo voto secreto, direto, universal e facultativo dos eleitores do Município, em eleição realizada sob a responsabilidade do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA.

Art. 3º - A Comissão Especial Eleitoral que será instituída pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) terá o papel de órgão executor desta Resolução.

Art. 4º - Compete a Comissão Especial Eleitoral:

I - realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação;

II - estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

III - analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

IV - confeccionar as cédulas de votação, conforme modelo a ser aprovado;

V - escolher e divulgar os locais de votação;

VI - selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia da votação, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

VII - solicitar, junto ao comando da Polícia Militar, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais de votação e apuração até 26.06.2015;

VIII - divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação; e

IX - resolver os casos omissos.

Art. 5º - Criar o calendário Eleitoral, nos termos abaixo;

CAPÍTULO II
CALENDÁRIO ELEITORAL
DIA 04/04/2015 - SÁBADO

I- Publicação do edital de Convocação do Processo de Escolha dos Conselheiros e Conselheiras Tutelares do Município de Balneário Rincão/SC, para o processo unificado a realizar-se no primeiro domingo do mês de outubro de 2015, dia 04 de outubro, nos termos da Lei nº 12.696/2012 e na Resolução CONANDA 170/2014;

II-

III- DIA 06/04/2015 - SEGUNDA-FEIRA

IV- Início do prazo para o requerimento de inscrição de candidatura para o processo de escolha dos Conselheiros e Conselheiras Tutelares, gestão 2016/2020, cujas inscrições serão dirigidas ao presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, cujos formulários de requerimento estão disponíveis na Secretaria de Assistência Social;

DIA 03/06/2015 - quarta-feira

V- Último dia, até as 17h00min horas, para a os pré-candidatos entregarem as inscrições para a candidatura e processo de escolha dos Conselheiros e Conselheiras Tutelares do Município de Balneário Rincão.

VI- DIA 05/06/2015 ATÉ 11.06.2015

Análise das inscrições - Art. 11 parágrafo 2º da Resolução CONANDA nº 170/2014;

VII- DIA 12.06.2015 - Sexta-feira

Último dia para a comissão eleitoral publicar o edital dos pré-candidatos aptos a concorrerem ao cargo, conforme Art. 11, parágrafo 2º, da Resolução CONANDA nº 170/2014

VIII- DIA 17.06.2015 - Quarta-feira

Último prazo para impugnação de candidatura

Proposta por qualquer cidadão, devendo indicar os elementos de prova - Art. 11, parágrafo 2º da Resolução CONANDA Nº 170/2014

IX- DIA 26.06.2015 - Sexta-feira

Último prazo para notificação dos candidatos impugnados, para defesa - Art. 11, parágrafo 3º, inciso I da Resolução CONANDA Nº 170/2014

Último prazo para a solicitação de apoio à Polícia Militar - Art. 11, parágrafo 3º, inciso I da Resolução CONANDA Nº 170/2014

X- DIA 03.07.2015 - Sexta-feira

Último prazo para apresentação da defesa, pelo candidato impugnado - Art. 11, parágrafo 3º, inciso I da Resolução CONANDA Nº 170/2014

XI- DIA 10.07.2015 - Sexta-feira

Último prazo para análise e decisão das impugnações.- Art. 11, parágrafo 3º, inciso I, c/c parágrafo 6º, inciso III, da Resolução CONANDA Nº 170/2014

XII- DIA 17.07.2015 - Sexta-feira

Último prazo para interposição de recurso. Cabe à plenária do CMDCA julgar os recursos da Comissão Especial Eleitoral - Art. 11, parágrafo 4º, da Resolução CONANDA Nº 170/2014

XIII- DIA 18.09.2015 - Sexta-feira

Último prazo para a operacionalização da eleição (seleção das pessoas que trabalharão no pleito, solicitação da lista de eleitores junto ao TRE; confecção das cédulas; reunião com a equipe - Arts. 9º e 11, parágrafo 6º, inciso IV e VI da Resolução CONANDA Nº 170/2014

XIV- DIA 18.09.2015 - Sexta-feira

Último prazo para a divulgação dos locais de votação - Art. 10, parágrafo 3º, inciso I da Resolução CONANDA Nº 170/2014

XV- DIA 04.10.2015 - Domingo

Eleição - Art. 139, parágrafo 1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA; Art. 5º, inciso I; Art. 14, caput, da Resolução CONANDA nº 170/2014

XVI- DIA 04.10.2015 - Domingo

Divulgação do resultado da eleição - Imediatamente após apuração

deverá ser publicado no Diário Oficial do Município - Art. 11, parágrafo 6º, inciso VIII e 14, parágrafo 2º da Resolução CONANDA nº 170/2014

XVII- DIAS 23, 24, 25, 26 E 27 DE NOVEMBRO/2015

Capacitação formal e obrigatória para os Conselheiros Tutelares eleitos e suplentes. Resolução CONANDA nº 170/2014

XVIII- DIA 10.01.2016 - Domingo

Posse dos eleitos - Art. 139, parágrafo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA; Art. 5º, incisos IV e 14, parágrafo 2º da Resolução CONANDA nº 170/2014

III - CAPÍTULO DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º O descumprimento dos dispositivos legais previstos nesta Resolução implicará na exclusão do candidato ao cargo.

Art. 7º Os casos omissos nesta Resolução serão dirimidos pela Comissão Especial Eleitoral e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Balneário Rincão.

Balneário Rincão (SC), 31 de março de 2015.

OSANA DE OLIVEIRA GONÇALVES

Presidente do CMDCA

Balneário Rincão

Barra Velha

PREFEITURA

DL 002/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 031/2015 - Dispensa de Licitação nº 002/2015

Contratada: KRENKE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS LTDA

Objeto aquisição e serviço de manutenção dos parques das Escolas e CEIS da rede municipal de ensino do Município, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência - Processo Administrativo nº 102/2014 - Pregão Presencial nº 073/2014

Valor do Contrato: R\$ 23,200,00

Data da assinatura: 02/04/2015

Data vencimento: 04/12/2015

Fund. Legal: Art. 24, Inciso XI da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barra Velha, 02 de abril de 2015

KRENKE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS LTDA

Contratada

Claudemir Matias Francisco

Prefeito

Biguaçu

PREFEITURA

CV 115/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE CONVITE 115/2015 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PARQUE INFANTIL E GRAMA SINTÉTICA PARA PRAÇAS DE RESPONSABILIDADE DA SECETUL - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:15 horas, do dia 14/04/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 15:30 horas, do dia 14/04/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 7 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 48/2015

DECRETO Nº 048/2015 DE 06 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA SERVIDORES PARA RESPONDER PELA JUNTA MÉDICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais, e de conformidade com art. 98, VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu,

DECRETA:

Art. 1º. Nomear os seguintes servidores efetivos para responder pela Junta Médica da Prefeitura Municipal de Biguaçu, a partir de 06/04/2015:

I - Rafaela Frae Schwingel, CRM/SC 12165;

II - Iraci Anita Rocha, CRM/SC 13234; e

III - Robson Macedo Campos, CRM/SC 9438.

Art. 2º. O artigo 2º do Decreto 16, de 23 de março de 1999 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - Integrarão a Junta Médica Oficial do Município os profissionais:

I - Rafaela Frae Schwingel, CRM/SC 12165;

II - Iraci Anita Rocha, CRM/SC 13234;

III - Robson Macedo Campos, CRM/SC 9438.

Art. 3º. O artigo 5º do Decreto 16, de 23 de março de 1999 passa a vigorar com seguinte redação:

“Art. 5º - A J.M.O. funcionará na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogando o Decreto nº 10/2015, de 02 de fevereiro de 2015 e demais disposições em contrário.

Biguaçu, 06 de abril de 2015.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

Blumenau

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 974/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 974, DE 30 DE MARÇO DE 2015.
INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I DA NATUREZA E DAS COMPETÊNCIAS

Art. 1º Fica instituído, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Governamental - SEGG, o Conselho Municipal de Transparência e Controle Social, órgão colegiado de caráter consultivo, propositivo e fiscalizador das políticas públicas de transparência e controle social no Município de Blumenau.

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Transparência e Controle Social:

I - sugerir ao Poder Público a implementação de políticas públicas de transparência e de fomento ao controle social, bem como de combate à corrupção no Município de Blumenau;

II - monitorar a execução de metas relativas à transparência e ao controle social no Programa Blumenau Gestão e Transparência, propondo indicadores de avaliação;

III - convocar e organizar a Conferência Municipal de Transparência e Controle Social em até 4 (quatro) anos, preferencialmente a cada 2 (dois) anos, buscando a integração entre as etapas municipais, estaduais e nacional, quando houver;

IV - monitorar o cumprimento das deliberações da Conferência Nacional de Transparência e Controle Social (Consocial);

V - zelar pelo acesso dos cidadãos a dados e informações de interesse coletivo ou geral, informando as autoridades responsáveis sobre eventuais descumprimentos desse direito fundamental;

VI - propor ferramentas e mecanismos que aprimorem os processos de controle social das políticas públicas;

VII - informar o Poder Público sobre eventuais descumprimentos de regras de transparência e de funcionamento dos espaços e mecanismos de controle social no Município, tais como conselhos, conferências, audiências e consultas públicas, que cheguem ao conhecimento do Conselho;

VIII - atuar como instância de articulação e mobilização da sociedade civil para o controle social das políticas públicas, em especial no que se refere às políticas de transparência, acesso à informação e combate à corrupção no Município;

IX - articular-se com os demais conselhos de políticas públicas e outros espaços de participação e controle social no Município;

X - promover e participar de seminários, congressos e eventos relativos à transparência, ao controle social e à participação nas políticas públicas;

XI - monitorar o cumprimento da legislação pertinente à transparência e ao controle social no âmbito municipal;

XII - elaborar relatório anual sobre as políticas de transparência e controle social no Município de Blumenau, a ser apresentado em audiência pública;

XIII - indicar ao Poder Público formatos e tecnologias adequadas à disponibilização de dados e informações, de acordo com padrões abertos;

XIV - publicar, periodicamente, estudos e estatísticas quanto à observância das políticas de transparência no âmbito municipal, de maneira a subsidiar o controle social;

XV - elaborar e aprovar seu Regimento Interno, submetendo-o à homologação do Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º O Conselho Municipal de Transparência e Controle Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil, sob a presidência do Secretário Municipal de Gestão Governamental, será composto por 14 (quatorze) membros, indicados pelos órgãos, entidades ou segmento que representam, assim distribuídos:

I - 7 (sete) conselheiros governamentais titulares, com os respectivos suplentes, sendo:

a) 1 (um) representante do Gabinete do Prefeito - GAPREF;

b) 1 (um) representante da Procuradoria-Geral do Município;

c) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD;

d) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Gestão Governamental - SEGG;

e) 1 (um) representante da Secretaria Municipal da Fazenda;

f) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Comunicação Social - SECOM;

g) 1 (um) representante escolhido livremente pelo Prefeito;

II - 6 (seis) conselheiros não-governamentais titulares, com os respectivos suplentes, sendo:

a) 3 (três) representantes de diferentes Conselhos Municipais de Políticas Públicas do Município;

b) 2 (dois) representantes de movimentos sociais ou coletivos não institucionalizados com atuação nas áreas de transparência ou de controle social de políticas públicas do Município;

c) 1 (um) representante da comunidade acadêmica, entre pesquisadores ou docentes de instituições de ensino superior ou de grupos/centros de pesquisa.

Art. 4º Os membros do Conselho serão nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo para um mandato de 2 (dois) anos, permitindo uma única recondução.

§ 1º Os representantes dos órgãos governamentais e seus suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos referidos nas alíneas "a" a "f" do inciso I do art. 3º.

§ 2º Os conselheiros não-governamentais e seus suplentes serão eleitos em processo eleitoral a ser regulamentado no regimento interno do Conselho.

§ 3º O exercício da função de conselheiro é considerado de interesse público relevante e não será remunerado.

Art. 5º Nas ausências e impedimentos do conselheiro titular, assumirá o seu suplente.

Parágrafo único. O suplente somente terá direito a voto na ausência do titular.

Art. 6º O conselheiro perderá o mandato:

I - por renúncia, que será lida na sessão seguinte a de sua recepção;

II - ao desvincular-se do órgão de origem de sua representação;

III - por requerimento do órgão ou entidade representada, que deverá ser acompanhado da indicação de novo titular ou suplente;

IV - na hipótese de faltar, injustificadamente, a 2 (duas) reuniões de forma consecutiva ou a 3 (três) reuniões de forma alternada no período de um ano;

V - pela prática de ato incompatível com a função de conselheiro, por decisão proferida pela maioria dos membros do Conselho em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa;

VI - pelo trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

Art. 7º Os projetos e as atividades necessários para o funcionamento do Conselho Municipal de Transparência e Controle Social constarão da dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Gestão Governamental - SEGG, à qual caberá dar suporte administrativo-burocrático ao colegiado.

Art. 8º As atas das reuniões e as resoluções do Conselho Municipal de Transparência e Controle Social serão publicadas no Portal da Transparência do Município ou em página eletrônica própria do colegiado, em prazo não superior a 20 (vinte) dias das respectivas realizações ou aprovações.

Art. 9º O Portal da Transparência do Município de Blumenau ou a página eletrônica própria do Conselho deverá conter informações que permitam o amplo controle e acompanhamento de suas atividades pela sociedade, sendo divulgados, no mínimo, a data, o horário e o local das reuniões com antecedência mínima de 7 (sete) dias, bem como a composição, o currículo dos conselheiros titulares e suplentes e os gastos do colegiado.

Art. 10. As reuniões do Conselho Municipal de Transparência e Controle Social serão públicas e abertas à participação de quaisquer interessados na condição de observadores.

§1º O regimento interno do Conselho definirá a periodicidade das reuniões ordinárias.

§2º O Conselho poderá organizar sessões de escuta a propostas de cidadãos e organizações, sem prejuízo das sessões ordinárias.

§3º As reuniões deverão ser transmitidas ao vivo pela internet e registradas em áudio e/ou vídeo a serem também disponibilizados

na rede mundial de computadores em prazo não superior a 15 (quinze) dias da data de sua realização.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 11. O Conselho Municipal de Transparência e Controle Social elaborará o Regimento Interno no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da posse dos conselheiros.

Art. 12. O Poder Executivo regulamentará, por decreto, o processo eleitoral para a formação da primeira composição de membros não-governamentais do Conselho, no prazo de até 60 (sessenta) dias a partir da vigência desta Lei Complementar.

Art. 13. Passados 4 (quatro) anos da vigência desta Lei Complementar, o Conselho Municipal de Transparência e Controle Social deverá realizar um balanço de sua atuação e debater a eventual necessidade de reformas na estrutura e composição do colegiado, apresentando, se for o caso, proposta de projeto de lei à Secretaria Municipal de Gestão Governamental - SEGG, que a submeterá à deliberação do Prefeito Municipal.

Art. 14. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 975/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 975, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA A CESSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO PARA EXERCÍCIO NA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, mediante convênio, sem ônus para o cessionário, um servidor público municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, categoria 05, grupo ocupacional funcional, carga horária 40 (quarenta) horas semanais, do quadro permanente de pessoal do Poder Executivo, que constitui o Anexo I, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, para exercício na Secretaria de Desenvolvimento Regional de Blumenau - SDR.

Art. 2º A cessão de que trata o artigo 1º desta Lei Complementar tem por finalidade a colaboração do Município no fortalecimento do Pólo da Universidade Aberta do Brasil - UAB em Blumenau, cuja infraestrutura no Município é fornecida pela SDR, e o servidor cedido funcionará na operacionalização da Biblioteca da universidade.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 979/2015 - ERRATA

ERRATA:

LEI COMPLEMENTAR Nº 979, DE 02/04/2015

Art. 1º.(...)

Onde se lê: "Art.29. Estão impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar, marido e mulher, ascendente e descendente, sogro, genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tios, sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, companheiros em união estável.

Leia-se: "Art. 29. São impedidos de servir simultaneamente nos Conselhos Tutelares do Município cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau inclusive.

Art. 5º. (...)

Onde se lê: "Art. 5º. O art. 21, da Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, passa a vigorar com os §§ 1º, 2º e 3º, com as seguintes redações:

"Art. 21. [...]

§ 1º Os Conselhos Tutelares funcionarão de 2ª a 6ª feira, das 8:00 às 17:30 horas, para atendimento ao público e execução de suas atividades.

§ 2º Os plantões dos Conselhos Tutelares serão regulamentados por meio do respectivo Regimento Interno.

§ 3º Aos plantões noturnos realizados corresponderá:

I - folga, de forma não cumulativa, no dia imediatamente subsequente ao plantão; ou

II - abono, de R\$ 50,00 (cinquenta reais) ao plantão noturno realizado durante a semana;

III - abono, de R\$ 100,00 (cem reais) ao plantão realizado pelo Conselheiro Tutelar durante todo o final de semana compreendido no período de sexta-feira à segunda-feira, ou que recair em feriado."

Leia-se: Art.5º. O art. 21 da Lei Complementar n. 411, de 01 de agosto de 2003, passa a vigorar acrescidos dos §§ 2º e 3º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

"§ 2º - Os plantões dos Conselhos Tutelares serão regulamentados através do respectivo Regimento Interno.

§ 3º - Os plantões prestados pelos Conselheiros Tutelares não serão remunerados e tampouco objeto de compensação."

PORTARIA Nº 18.592/2015

PORTARIA Nº 18.592, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

EXONERA DIRK REITER DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE PLANEJAMENTO VIÁRIO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO - SEPLAN.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de

2013 e alterações posteriores e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR

DIRK REITER, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Planejamento Viário, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, nomeado pela Portaria nº 16.516, de 02 de janeiro de 2013, no dia 31 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.594/2015

PORTARIA Nº 18.594, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA CÁSSIO BORTOLOTTTO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE PLANEJAMENTO VIÁRIO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO - SEPLAN.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica

do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

CÁSSIO BORTOLOTTTO, para o exercício do cargo em comissão de Diretor de Planejamento Viário, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, no dia 01 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.595/2015

PORTARIA Nº 18.595, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

DISPENSA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

DISPENSAR

os servidores públicos municipais abaixo relacionados, ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotados na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, das seguintes funções gratificadas de confiança:

SANDRA MARIA MUELLER, Coordenador Pedagógico, lotada na

Secretaria Municipal de Educação - SEMED, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Serviços na Educação Infantil, FGC-50%, designada pela Portaria nº 18.315, de 16/12/2014, no dia 31 de março de 2015;

SANDRA REGINA FARINA DE LIMA, Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador Curricular, FGC-70%, designada pela Portaria nº 17.465, de 13/01/2014, no dia 31 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.596/2015

PORTARIA Nº 18.596, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

DESIGNAR

os servidores públicos municipais abaixo relacionados, ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, para o exercício das seguintes Funções Gratificadas de Confiança, constantes do Anexo XX da Lei Complementar nº 870, de 02/12/2014:

HAIDE TERMANN BLATZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para a função de Coordenador de Serviços na Educação Infantil, FGC-50%, no dia 01 de abril de 2015;

SANDRA MARIA MUELLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para a função de Coordenador Curricular, FGC-70%, no dia 01 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.597/2015

PORTARIA Nº 18.597, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

DESIGNA AUXILIAR DE CONTROLE INTERNO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, VII, combinado com o art. 75, II, 'c', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento na alínea 'c', do inciso II, do art. 4º da Lei Complementar nº 437, de 22 de dezembro de 2003, resolve:

DESIGNAR, a servidora abaixo para exercer a função de Auxiliar de

Controle Interno no âmbito de sua Entidade, por prazo indeterminado, com as atribuições constantes no art. 1º, 'c', da Lei Complementar nº 754, de 29 de abril de 2010, a contar de 01 de março de 2015:

ANA CRISTINA VAZ GAVASSO, matrícula nº 1935-6, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotada no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, em substituição a ANDRÉ LUIZ VIRTUOSO, designado pela Portaria nº 17.305, de 07 de outubro de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.598/2015

PORTARIA Nº 18.598, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

DISPENSA ROSANE MARA MACIEL SILVA DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

DISPENSAR

a servidora pública municipal ROSANE MARA MACIEL SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, da função gratificada de confiança de Coordenador de Centro de Referência a Assistência Social - CRAS, FGC-70%, concedida pela Portaria nº 17.876, de 02/06/2014, no dia 24 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de abril de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.599/2015

PORTARIA Nº 18.599, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

DESIGNA MILENE BARBOSA CRUZ ROCHA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

DESIGNAR

a servidora pública municipal MILENE BARBOSA CRUZ ROCHA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Centro de Referência a Assistência Social - CRAS,

FGC-70%, no dia 25 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.602/2015

PORTARIA Nº 18.602, DE 01 DE ABRIL DE 2015.
DECLARA VAGO O CARGO DE PROFESSOR, OCUPADO POR CARLEN APARECIDA CADILHAC,
EM VIRTUDE DE POSSE EM OUTRO CARGO INACUMULÁVEL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o inciso V, do art. 44, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

DECLARAR VAGO,

a contar de 20 de março de 2015,
o cargo de provimento efetivo de Professor, ocupado pela servidora pública municipal CARLEN APARECIDA CADILHAC,
lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, em virtude de sua posse no cargo de Coordenador Pedagógico, nomeada pela Portaria nº 18.433, de 10/02/2015, de acordo com Processo Administrativo nº 2015/03/2055.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.603/2015

PORTARIA Nº 18.603, DE 01 DE ABRIL DE 2015.
AUTORIZA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GERALDO PFIFFER A AFASTAR-SE DO EXERCÍCIO DO CARGO PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO JUNTO À CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento nos artigos 21 e 22, caput, I, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, resolve:

AUTORIZAR

GERALDO PFIFFER, servidor público municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal da Planejamento Urbano - SEPLAN, a afastar-se do exercício do cargo, a contar de 06 de março de 2015, sem ônus para o Município, para o exercício do cargo em comissão de Assessor Legislativo, junto à Câmara Municipal de Blumenau, de conformidade com o Processo Administrativo nº 2015/03/1615.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.604/2015

PORTARIA Nº 18.604, DE 01 DE ABRIL DE 2015.
AUTORIZA O RETORNO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL RUBIA HARDT AO EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

AUTORIZAR

o retorno da servidora pública municipal RUBIA HARDT, ao exercício do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 31 de março de 2015, conforme Processo Administrativo nº 2015/03/2245.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.612/2015

PORTARIA N. 18.612, DE 6 DE ABRIL DE 2015.
CONSTITUI COMISSÃO DE INTERVENÇÃO JUNTO À ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AOS MENORES - ABAM E DESIGNA SEUS MEMBROS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e considerando a decisão interlocutória proferida, em 16 de março de 2015, nos autos da Ação Civil Pública n. 0021546-30.2012.8.24.0008, proposta pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina e em trâmite na Vara da Infância e Juventude da Comarca de Blumenau, resolve

Art. 1º Constituir Comissão de Intervenção junto à Associação de Amparo aos Menores - ABAM para a elaboração e apresentação, até o dia 5 de junho de 2015, de diagnóstico completo e de plano de trabalho, com o estabelecimento de cronograma de ação, objetivando a solução dos problemas encontrados pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina naquela instituição.

Parágrafo único. Deverá a Comissão de Intervenção indicar as responsabilidades e parcerias necessárias para a efetivação das soluções que forem apontadas.

Art. 2º Designar, para integrar a Comissão de Intervenção, os seguintes servidores públicos municipais:

I - na condição de Interventor, OSCAR RAUTENBERG, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor da Criança e do Adolescente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES;

II - na condição de membros da Equipe Técnica Especializada da Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

a) CAROLINNE KISTENMACHER VIEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social;

b) LILIAN BAMPI DA FONSECA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo;

c) NARA RUBIA SCHRAMM MEURER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social;

d) VANESSA RAQUEL CARDOSO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social;

III - na condição de membros da Equipe Administrativo e Financeiro:

a) GEOVANIA NAPOLEÃO DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador;

b) velidiane cristiane baierle serafini, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil;

IV - na condição de membros da Equipe de Vigilância Socioassistencial:

a) MÁRCIA ROSELI GUETTER GEISLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social;

b) MARIA EUNICE MALACARNE BERNAT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social;

V - na condição de Assessora Jurídica, IACY APARECIDA DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Procurador do Município.

Art. 3º Nenhuma remuneração será conferida aos membros da Comissão de Intervenção pelo desempenho das atribuições decorrentes desta designação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar desta data.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 6 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

EXTRATOS CONTRATOS 2011; 2012; 2014 E 2015 - SAMAE

1) CONTRATO Nº 2202 de 2015

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU e SR. INGO TRIBESS

OBJETO: Locação de terreno de 25,00 m² situado na Rua Dr. Pedro Zimmermann, nº. 15855, Bairro Vila Itoupava, para a implantação de reservatório de água com capacidade de 100,00m³
FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-2204/2015, de 09 de Março de 2015

PREÇO: R\$ 2.073,00 (dois mil e setenta e três reais).

PRAZO: 12 (doze) meses, com vigência a partir do dia 9 de março de 2015 a 08 de março de 2016

DATA DA ASSINATURA: 09 de Março de 2015.

2) 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 2203 de 2014

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU e BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A

OBJETO: prestação de serviços de instituição financeira autorizada a proceder à arrecadação de fatura(s) de serviços

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade 09-2203/2014

VALOR DO ADITIVO: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)

PRAZO: 1º de janeiro de 2015 a 10 de junho de 2015

DATA DA ASSINATURA: 05 de janeiro de 2015.

3) 1º ADITIVO AO CONTRATO n.º 134/2014

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU e BANCO DO BRASIL S.A.

OBJETO: arrecadação de faturas de serviços emitidas pelo SAMAE, inclusive dívida ativa

VALOR DO ADITIVO: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

PRAZO: 1º de janeiro de 2015 a 10 de junho de 2015.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 64/2014

DATA DA ASSINATURA: 05 de janeiro de 2015.

4) 4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 067/2011

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU e COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO URBANO - CECRED

OBJETO: arrecadação de faturas de serviços emitidas pelo SAMAE
VALOR DO ADITIVO: R\$ 107.149,84 (cento e sete mil, cento e quarenta e nove reais e oitenta e quatro centavos)

PRAZO: 1º de janeiro de 2015 a 10 de junho de 2015

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade 46/2011

DATA DA ASSINATURA: 05 de janeiro de 2015.

5) 4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 056/2011

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU e BANCO BRADESCO S.A.

OBJETO: arrecadação de faturas de serviços emitidas pelo SAMAE
VALOR DO ADITIVO: R\$ 41.669,38 (quarenta e um mil, seiscentos e sessenta e nove reais e trinta e oito centavos)

PRAZO: 1º de janeiro de 2015 a 10 de junho de 2015

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 15/2011

DATA DA ASSINATURA: 05 de janeiro de 2015.

6) 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 043/2014

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU e SISGRAPH LTDA.

OBJETO: prestação de serviços de atualização e suporte técnico do programa Intergraph Geomedia Professional
VALOR DO ADITIVO: R\$ 13.580,49 (treze mil quinhentos e oitenta reais e quarenta e nove centavos)

PRAZO: 11/03/2015 a 10/03/2016

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade 09-010, 19 de fevereiro de 2014

DATA DA ASSINATURA: 09 de março de 2015.

7) 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 057/2012

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU e DIOCESE DE BLUMENAU

OBJETO: locação de uma área destinada a implantação de um booster

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº. 08-037, de 23 de Abril de 2012

PREÇO: R\$ 5.090,16 (cinco mil e noventa reais e dezesseis centavos)

PRAZO: de 1º de Abril de 2015 a 31º de Março de 2016

DATA DA ASSINATURA: 31 de Março de 2015.

RESOLUÇÃO CMAS Nº 09/2015

RESOLUÇÃO CMAS Nº 09/2015

APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO REPASSE DE RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, DESTINADOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DAS PROTEÇÕES BÁSICA, ESPECIAL DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE E DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS, REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2014.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº 425, de 21 de novembro de 2003, e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº 945, de 11 de novembro de 2014, pelo Decreto nº 10.598, de 30 de março de 2015, pelo Decreto Municipal nº 7.675, de 06 de maio de 2004 e, de acordo com a deliberação da Plenária ocorrida em 01 de abril de 2015,

CONSIDERANDO:

- a Lei Complementar Municipal nº 425, de 21 de novembro de 2003, e suas alterações, que estabelece os Princípios da Política de Assistência Social e institui o Conselho Municipal de Assistência

Social de Blumenau;

- o Decreto nº 5.517, de 17 de abril de 1996, que regulamenta o Fundo Municipal de Assistência Social;

- Decreto Municipal nº 10.598, de 30 de março de 2015, que aprova o Regimento Interno do CMAS;

- a Lei Complementar Municipal nº 945, de 11 de novembro de 2014, que dispõe sobre a estrutura, a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;

- a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, a Política Nacional da Assistência Social/2004 e a Norma Operacional Básica Do Sistema Único De Assistência Social - NOB/SUAS 2012, que apresentam como diretrizes a descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e comando único das ações em cada esfera de governo;

- o Decreto nº 3.316 de 17 de junho de 2010 que dispõe sobre a prestação de contas de recursos financeiros transferidos do Fundo Estadual de Assistência Social aos Fundos Municipais de Assistência Social - FEAS/FMAS e suas alterações;

- o Decreto nº 1.968, de 17 de janeiro de 2014 que altera e revoga dispositivos do Decreto nº 3.316, de 2010, que dispõe sobre a prestação de contas de recursos financeiros transferidos do Fundo Estadual de Assistência Social aos Fundos Municipais de Assistência Social (FEAS/FMAS), e estabelece outras providências.

- O Decreto nº 2.677 de 8 de outubro de 2009, que dispõe sobre o Sistema de Transferência de Recursos Financeiros do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS aos Fundos Municipais de Assistência Social - FMAS;

- Resolução CMAS nº 10/2014, que aprova a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos serviços da Proteção Social Básica, proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Blumenau/SC, para o exercício 2014.

- Resolução CMAS nº 07/2014, que aprova a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos Benefícios Eventuais, proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Blumenau/SC, para o exercício 2014.

- Resolução CMAS nº 12/2014, que aprova a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Blumenau/SC, para o exercício 2014.

- Resolução CMAS Nº 11/14 que aprova a partilha dos recursos referentes ao cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade proveniente do Fundo Municipal de assistência social- FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Blumenau/SC, para o exercício 2014.

- a análise e o parecer favorável da Comissão Permanente de Financiamento do CMAS, em Reunião Ordinária de 25 de março de 2015, à Prestação de Contas do repasse dos Recursos oriundos do FEAS para o FMAS, destinados aos Serviços das Proteções Básica, Especial de Média e Alta Complexidade e dos Benefícios Eventuais;

- a aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social, ao parecer da referida comissão, em Plenária datada de 01 de abril de

2015, conforme consta em Ata CMAS nº 05/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas do repasse de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, para o Fundo Municipal de Assistência social - FMAS, destinados à execução dos Serviços das Proteções Básica, Especial de Média e Alta complexidade e dos benefícios eventuais, referentes ao exercício de 2014;

Art. 2º Dos recursos que foram destinados aos Serviços de Proteção Básica, somados a reprogramação 2013 e a aplicação financeira, totalizaram o valor de R\$ 178.787,10 (cento e sessenta e oito mil e setecentos e oitenta e sete reais e dez centavos), do qual foi utilizado o valor de R\$ 128.342,78 (cento e vinte e oito mil trezentos e quarenta e dois reais e setenta e oito centavos) sendo reprogramado para 2015 o valor de R\$ 50.444,32 (cinquenta mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e trinta e dois centavos)

Art. 3º Dos recursos que foram destinados aos Benefícios Eventuais, somados a reprogramação 2013 e a aplicação financeira, totalizaram o valor de R\$ 38.515,24 (trinta e oito mil quinhentos e quinze reais e vinte e quatro centavos), do qual foi utilizado o valor de R\$ 37.648,00 (trinta e sete mil e seiscentos e quarenta e oito reais), sendo reprogramado para 2015 o valor de R\$ 867,24 (oitocentos e sessenta e sete reais e vinte e quatro centavos);

Art. 4º Dos recursos que foram destinados aos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade:

I - Para custeio: somados a reprogramação 2013 e a aplicação financeira, totalizaram o valor de R\$ 130.671,43 (cento e trinta mil seiscentos e setenta e um reais e quarenta e três centavos), do qual foi utilizado o valor de R\$ 116.738,82 (cento e dezesseis mil setecentos e trinta e oito reais e oitenta e dois centavos) sendo reprogramado para 2015 o valor de R\$ 13.932,61 (treze mil novecentos e trinta e dois reais e sessenta e um centavos);

II - Para investimento: somados a reprogramação 2013 e a aplicação financeira, totalizaram o valor de R\$ 108.490,42 (cento e oito mil quatrocentos e noventa reais e quarenta e dois centavos) do qual foi utilizado o valor de R\$ 99.289,83 (noventa e nove mil duzentos e oitenta e nove reais e oitenta e três centavos), sendo reprogramado para 2015 o valor de R\$ 9.200,59 (nove mil duzentos reais e cinquenta e nove centavos);

Art. 5º Dos recursos que foram destinados aos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

I - Para custeio: somados a reprogramação 2013 e a aplicação financeira, totalizam o valor de R\$ 174.281,70 (cento e setenta e quatro mil duzentos e oitenta e um reais e setenta centavos), do qual foi utilizado o valor de R\$ 136.480,41 (cento e trinta e seis mil quatrocentos e oitenta reais e quarenta e um centavos), sendo reprogramado para 2015 o valor de R\$ 37.801,29 (trinta e sete mil oitocentos e um reais e vinte e nove centavos);

II - Para investimento: somados a reprogramação 2013 e a aplicação financeira, totalizaram o valor de R\$ 175.068,30 (cento e setenta e cinco mil e sessenta e oito reais e trinta centavos), do qual foi utilizado o valor de R\$ 166.467,18 (cento e sessenta e seis mil quatrocentos e sessenta e sete reais e dezoito centavos), sendo reprogramado para 2015 o valor de R\$ 8.601,12 (oito mil seiscentos e um reais e doze centavos);

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 01 de abril de 2015.

Lilian Kuzma Braz

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº 010/2015

RESOLUÇÃO CMAS Nº 10/2015

PRORROGA O PRAZO ESTABELECIDO NA RESOLUÇÃO CMAS Nº 03/2015, PARA O PAGAMENTO DE PERCENTUAL DAS METAS EXECUTADAS PELAS ENTIDADES CONVENIADAS COM O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº 425, de 21 de novembro de 2003, e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº 945, de 11 de novembro de 2014, pelo Decreto nº 10.598, de 30 de março de 2015, pelo Decreto Municipal nº 7.675, de 06 de maio de 2004 e, de acordo com a deliberação da Plenária ocorrida em 01 de abril de 2015,

CONSIDERANDO:

-a Lei Complementar Municipal nº 425, de 21 de novembro de 2003, e suas alterações, que estabelece os Princípios da Política de Assistência Social e institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;

- o Decreto nº 5.517, de 17 de abril de 1996, que regulamenta o Fundo Municipal de Assistência Social;

Decreto Municipal nº 7.675, de 06 de maio de 2004, que aprova o Regimento Interno do CMAS e suas alterações;

- a Lei Complementar Municipal nº 945, de 11 de novembro de 2014, que dispõe sobre a estrutura, a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;

- a Resolução CMAS nº 004/2015, de 04 de março de 2015, que altera os anexos das Resoluções CMAS nº 65 e 66/2014, que dispõe da aplicação de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, para período de execução de janeiro a dezembro de 2015 e das outras providências;

- A Resolução CMAS 03/2015, de 18 de março de 2015, que autoriza o pagamento de percentual das metas executadas pelas Entidades conveniadas com o Fundo Municipal de Assistência Social, referente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2015;

- a Correspondência Externa 039/15, de 18 de março de 2015, assinada pela Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE e pela Presidente da Comissão dos Direitos e Defesa dos Portadores de Deficiência e Patologia do Vale do Itajaí-CODEPA, onde solicita novo estudo deste Conselho e do Gestor no que se refere ao repasse de recursos/financiamento das metas conveniadas pelas entidades.

- o parecer favorável das Comissões Permanentes de Políticas e de Financiamento da Assistência Social, a proposta de repasse de recurso, por mais 90 dias, nos percentuais estabelecidos na Resolução CMAS nº 03/2015 e da contratação de uma assessoria externa para a realização de diagnóstico das ações desenvolvidas pelas entidades conveniadas, conforme consta no Relatório Intercomissões nº 01/2015;

- a aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, ao parecer da referida Comissão, em Plenária datada de 01 de abril de 2015, conforme consta na Ata CMAS nº 05/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo estabelecido na Resolução CMAS nº 03/2015, para o pagamento de percentual das metas executadas pelas entidades conveniadas com o Fundo Municipal de Assistência Social, sendo:

- I - Entidades com execução de até 30% das metas conveniadas, receberão 50% do valor total financiado;
- II - Entidades com execução de até 50% das metas conveniadas, receberão 75% do valor total financiado;
- III - Entidades com execução superior 50% das metas conveniadas, receberão 100% do valor total financiado.

Parágrafo único: A prorrogação do prazo compreende o período de 01 de abril a 30 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 01 de abril de 2015.

Lilian K. Braz

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO COPE Nº 001/2015

RESOLUÇÃO COPE Nº. 001/2015

APROVA A PREVISÃO DE RECEITAS, METAS E PRIORIDADES PARA O ANO DE 2016 DO FUNDO MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO - FUNPACE E OS PROJETOS DE IMÓVEIS CLASSIFICADOS COMO P3.

O Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural Edificado de Blumenau, no uso de suas atribuições e de conformidade com as Leis Complementares nºs. 793 e 794, ambas do dia 19 de abril de 2011, tendo em vista as deliberações adotadas pela plenária em reunião ordinária do dia 25 de março de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar:

I - a Previsão de Receitas, Metas e Prioridades para o exercício de 2016 do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural Edificado. - FUNPACE, conforme Anexo I e II;

II - a concepção e volumetria do projeto de edificação religiosa do imóvel classificado como P3, situado na Rua Pastor Oswaldo Hesse, nº. 303, Bairro Ribeirão Fresco, cadastro de IPTU nº. 36786, conforme Processo Administrativo nº. 2013/4938;

III - a concepção e volumetria do projeto de edificação comercial do imóvel classificado como P3, situado na Rua Frederico Jensen, nº. 148, Bairro Itoupavazinha, cadastro IPTU nº. 119480; conforme Processo Administrativo nº. 2014/12918.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua homologação.

Blumenau, 30 de março de 2015.

JULIANO GONÇALVES

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2014**

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL conforme especificações constantes do Edital Nº 11//2014.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: 3.3.90.30 - Material de Consumo.

Blumenau, 23 de março de 2015.

EMPRESA:	POSTO PLAZA LTDA		
CNPJ:	08.593.489/001-64		
END.:	Rua Sete de Setembro,780-Blumenau- SC	Telefone: (47) 3035-3323	
REPRESENTANTE LEGAL :	Marister Nass		

Item	Especificação	Unidade de medida	Quantidade anual estimada	Valor unitário máximo	Valor total estimado
01	Gasolina comum	Litro	40.000	R\$ 3,144	R\$ 125.760,00
02	Etanol	Litro	5.000	R\$ 2,519	R\$ 12.595,00

Bom Jesus do Oeste**PREFEITURA****DECRETO Nº. 4692/15 DE 01 DE ABRIL DE 2015. CONCEDE ISENÇÃO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, TAXA DE SERVIÇOS URBANOS E TAXA DE COLETA DE LIXO E RESÍDUOS DOMICILIARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº. 4692/15 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE ISENÇÃO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, TAXA DE SERVIÇOS URBANOS E TAXA DE COLETA DE LIXO E RESÍDUOS DOMICILIARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Airton Antônio Reinehr, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº. 820/11, de 22 de Dezembro de 2011. DECRETA

Art.1º. - Ficam as entidades abaixo relacionadas isentas do pagamento do IPTU, do pagamento da Taxa de Serviços Urbanos e da Taxa de Coleta de Lixo e Resíduos Domiciliares, conforme autoriza a Lei Municipal nº. 820/11.

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE:

os lotes urbanos n.ºs 91, 92 e 93 da quadra nº. 05;
parte do lote urbano nº. 51, da quadra nº. 08-A;
os lotes urbanos n.ºs 121, 122 e 123, da quadra nº. 06
o lote urbano n.º 112, 113 da quadra nº. 10-A;
o lote urbano n.º 151, da quadra nº. 6-A;
os lotes urbanos n.ºs 278 e 279, da quadra nº. 24-A;
o lote urbano nº 01 da quadra F.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE:

o lote urbano n.º 90, da quadra nº. 05;
os lotes urbanos n.ºs 21, 22, da quadra nº.07;
os lotes urbanos n.ºs 109, 110 e 111, da quadra nº. 10-A;
os lotes urbanos n.ºs 153, 154, 155 e 156, da quadra nº.18;
o lote urbano n.º 213 da quadra nº.20;
e os lotes urbanos n.ºs 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195 e 196, da quadra 27.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste (SC),
01 de Abril de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4691/15 DE 01 DE ABRIL DE 2015. CONCEDE ISENÇÃO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, TAXA DE SERVIÇOS URBANOS E TAXA DE COLETA DE LIXO E RESÍDUOS DOMICILIARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº. 4691/15 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE ISENÇÃO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, TAXA DE SERVIÇOS URBANOS E TAXA DE COLETA DE LIXO E RESÍDUOS DOMICILIARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Airton Antonio Reinehr, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº. 820/11, de 22 de Dezembro de 2011. DECRETA

Art.1º. - Ficam as entidades abaixo relacionadas isentas do pagamento do IPTU, do pagamento da Taxa de Serviços Urbanos e da Taxa de Coleta de Lixo e Resíduos Domiciliares, conforme autoriza a Lei Municipal nº. 820/11.

MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ, lotes urbanos nºs. 81, 82, 83, 84 e 85 da quadra nº. 09-A.

CONGREGAÇÃO EVANGÉLICA LUTERANA BOM JESUS, lotes urbanos nºs. 209, 210 e 211, da quadra nº. 20.

IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA CONSERVADORA DO BRASIL, lotes urbanos nºs 197 e 198 da quadra nº. 27-A.

IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS, lote urbano nºs 150 da quadra nº. 06-A.

PARÓQUIA EVANGÉLICA DE MARAVILHA, lotes urbanos nºs. 244, 245 e 246, da quadra nº. 25.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste (SC),
01 de Abril de 2015.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4693/15 DE 01 DE ABRIL DE 2015. CONCEDE ISENÇÃO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, TAXA DE SERVIÇOS URBANOS E TAXA DE COLETA DE LIXO E RESÍDUOS DOMICILIARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 4693/15 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE ISENÇÃO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, TAXA DE SERVIÇOS URBANOS E TAXA DE COLETA DE LIXO E RESÍDUOS DOMICILIARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Airton Antônio Reinehr, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº. 820/11, de 22 de Dezembro de 2011. DECRETA

Art.1º. - Ficam os contribuintes abaixo relacionados isentos do pagamento do IPTU, do pagamento da Taxa de Serviços Urbanos e da Taxa de Coleta de Lixo e Resíduos Domiciliares, conforme autoriza a Lei Municipal nº. 820/11, de 22 de Dezembro de 2011.

SERVINO BRESHOWITT, do lote urbano n.º11, da quadra n.º28. URBANO ILBERT KONRAD, do lote urbano n.º186A, da quadra n.º21.

AMANDIO RECKTENWALD, parte norte do lote urbano n.º 88, da quadra n.º16.

WILSON RAMPI, do lote urbano n.º 06, da quadra n.ºB.

ORESTE BAREA, do lote urbano n.º 01-B, da quadra n.º01.

NORCI MARIA AMMES, parte do lote urbano n.º 08, da quadra n.º01.

JOSÉ WAGNER NETO, parte do lote urbano n.º26, da quadra n.º07.

VALDILVA TERESINHA MORANDINI, lote urbano n.º259, da quadra n.º14.

ILSE MARIA KERKHOFF, lote urbano n.º 66, da quadra n.º04.

FRIDOLINO ANTONIO SCHELL, parte leste do lote urbano n.º282, da quadra n.º13.

DORIVAL RODRIGUES PEREIRA lote urbano n.º95, da quadra n.º05.

MARIA VENILDA WERLANG parte do lote urbano n.º70, da quadra n.º04.

OTTO OSCAR VEIT lote urbano n.º 247, da quadra n.º 25.

INACIO VITÓRIA lote urbano n.º29, da quadra n.º07.

PEDRO DA SILVA, lote urbano n.º219, da quadra n.º26.

HELDI KURTZ, parte do lote urbano n.º. 141, da quadra n.º. 06-A.

SIMPLICIO AFFONSO GRIEBELER, parte do lote urbano n.º. 119, da quadra n.º. 06.

IOLANDA GARMATZ, parte do lote urbano n.º. 07, da quadra n.º. 28.

ANTONIO ALBINO RAUBER, parte dos lotes urbanos nº.s 249 e 250, da quadra nº. 25

ORTINILA JAHN MARION, lote urbano nº. 28, da quadra nº. 07,

INÊS JACOBY, lote urbano nº. 186, da quadra nº. 21,

ALFREDO IGNÁCIO WALKER, parte do lote urbano nº.01, da quadra nº. G

CYRA OTILIA BARON, lote urbano nº. 147, da quadra nº. 06-A.

COSMO BUFFON, lote urbano nº. 214, da quadra nº. 20.

NELCI CONCEIÇÃO LEMES DA SILVA, lote urbano nº. 125, da quadra nº. 11.

DORCELINO RIBEIRO, lote urbano nº. 235, da quadra nº. 19.

JOSE ARI KOELZER, lote urbano nº. 120, da quadra nº. 06.

LOURDES PITSCH, lote urbano nº. 152, da quadra nº. 17.

LIRA MARIA WALKER, lote urbano nº. 38, da quadra nº. 02.

SIRIO HEMSING, lote urbano nº. 58, da quadra nº. 15.

GISELA MOSSMANN, parte do lote urbano nº. 09, da quadra nº. 28.

VALDEMAR ILARIO WESNER, parte do lote urbano nº20 da quadra nº03.

LINDOLFO PETER, lote urbano nº05 da quadra "D".

RUBEN ENDLER, lote urbano nº06, da quadra nº01.

AVELINO IVO SEIDER lote urbano n.º51, da quadra n.º 08-A

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste (SC),
01 de Abril de 2015.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4694/15 DE 01 DE ABRIL DE 2015. CONCEDE ISENÇÃO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, TAXA DE SERVIÇOS URBANOS E TAXA DE COLETA DE LIXO E RESÍDUOS DOMICILIARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 4694/15 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE ISENÇÃO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, TAXA DE SERVIÇOS URBANOS E TAXA DE COLETA DE LIXO E RESÍDUOS DOMICILIARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus Do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso VI, do Art.41, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 820/11, de 22 de Dezembro de 2011.

DECRETA

Art.1º. - Ficam as entidades abaixo relacionadas isentas do pagamento do IPTU, do pagamento da Taxa de Serviços Urbanos e da Taxa de Coleta de Lixo e Resíduos Domiciliares, conforme autoriza a Lei Municipal nº. 820/11.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Lote Urbano nº. 04, da quadra nº. 28

ESTADO DE SANTA CATARINA, Lote urbano nº. 212, da quadra nº. 20.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste (SC),
01 de Abril de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Bom Retiro**PREFEITURA****EDITAL 001-2015 CMDCA**

EDITAL Nº 001/2015

RESOLUÇÃO Nº 001/2015/CMDCA.

Dispõe sobre o Edital do Processo Administrativo de Escolha de Conselheiros (as) Tutelares do Município de Bom Retiro, e dá outras providências.

CAPÍTULO I

Do registro das candidaturas

Art. 1º - Admitir-se-á o registro de candidaturas que preencham os requisitos constantes desta Resolução.

Parágrafo único: o registro de candidaturas acontecerá do dia 30/04/2015 a 30/05/2015.

Art. 2º - As candidaturas serão registradas individualmente.

Parágrafo único - Será vedada outra forma de candidatura que não a individual.

Art. 3º - Para registro o candidato deverá apresentar um requerimento por escrito, acompanhado de uma foto 3x4 colorida, da documentação comprobatória dos requisitos constantes na Resolução, observado o artigo 140 (cento e quarenta) do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único - A inscrição deverá ser feita no seguinte endereço: Secretaria Executiva do CMDCA no CRAS, Avenida Major Generoso, 65 centro. Tel. 49-32770074 Horário: das 09h às 12h e das 14h às 17h de segunda à sexta-feira.

Art. 4º- A Comissão do Processo Administrativo de Escolha indeferirá o registro de candidatura que deixe de preencher os requisitos abaixo relacionados:

I - Reconhecida idoneidade moral atestada pelo Ministério Público, pelo Juizado da Infância e Juventude e por uma Entidade Cadastrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e/ou credenciada pelo Fórum Municipal Permanente dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - Idade superior a 21 anos, completos até a data da inscrição;

III - Residir no Município de Bom Retiro;

IV - Ter grau de escolaridade mínimo correspondente ao Ensino Médio;

Bom Retiro, 31 de março de 2015.

Márcia Denize Schiestl Grudtner
Presidente do CMDCA

EXTRATO CONTRATO 82 A 86/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 82/2015 Pregão Presencial 09/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Sandro Vilmar Pires ME.

Objeto: Fornecimento de cartuchos de tinta e toners para impressoras e copiadoras, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Administração, Agricultura, Educação e Gabinete do Prefeito no exercício de 2015.

Valor Total: R\$ 58.603,70 (cinquenta e oito mil seiscentos e três reais e setenta centavos)

Extrato Contrato 83/2015 Pregão Presencial 11/2015 (FMS)

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro

Contratado: PFG Comercial Ltda. - ME.

Objeto: Aquisição de leites especiais (Fórmulas Infantis e Dieta via oral/enteral) para atender a Secretaria Municipal de Saúde no exercício de 2015.

Valor Total: R\$ 14.133,00 (quatorze mil cento e trinta e três reais)

Extrato Contrato 84/2015 Pregão Presencial 11/2015 (FMS)

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro

Contratado: Nutriport Comercial Ltda.

Objeto: Aquisição de leites especiais (Fórmulas Infantis e Dieta via oral/enteral) para atender a Secretaria Municipal de Saúde no exercício de 2015.

Valor Total: R\$ 31.610,00 (trinta e um mil seiscentos e dez reais)

Extrato Contrato 85/2015 Pregão Presencial 11/2015 (FMS)

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro

Contratado: CM Hospitalar Ltda.

Objeto: Aquisição de leites especiais (Fórmulas Infantis e Dieta via oral/enteral) para atender a Secretaria Municipal de Saúde no exercício de 2015.

Valor Total: R\$ 12.144,00 (doze mil cento e quarenta e quatro reais)

Extrato Contrato 86/2015 Pregão Presencial 11/2015 (FMS)

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro

Contratado: Bruthan Comercial Ltda.

Objeto: Aquisição de leites especiais (Fórmulas Infantis e Dieta via oral/enteral) para atender a Secretaria Municipal de Saúde no exercício de 2015.

Valor Total: R\$ 16.785,00 (dezesseis mil setecentos e oitenta e cinco reais)

Bom Retiro, 07 de abril de 2015.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

Botuvera**PREFEITURA****PB ED PL 16 TP 05 CONST ACADEMIA SAUDE.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 16/2015

TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 05/2015

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ SC torna público que se encontra aberto Processo Licitatório nº 16/2015, Modalidade Tomada Preço Para Obras e Serviços de Engenharia nº 05/2015, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA ACADEMIA DE SAÚDE MODALIDADE INTERMEDIÁRIA NA PRAÇA CENTRAL DO MUNICÍPIO COM ÁREA DE 314,77 M2, CONVÊNIO COM FNS/MINISTÉRIO DA SAÚDE. Recebimento da documentação e propostas: Até as 09:00 Horas do dia 24/04/2015. Abertura da sessão: dia 24/04/2015 às 09:00 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, BOTUVERÁ-SC. Edital e informações no Departamento de compras no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail vilimar@botuvera.sc.gov.br compras@botuvera.sc.gov.br, e site www.botuvera.sc.gov.br

Botuverá-SC, 07 de Abril de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EDITAL DE LIC. DISPENSA DE LICITAÇÃO 05 2015 - DL

PROCESSO ADMINISTRATIVO 18/2015

EDITAL DE LIC. DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2015 - DL

OBJETO: Contratação de empresa especializada para efetuar serviço de Transporte Escolar no Município de Braço do Trombudo em caráter emergencial.

Valor: R\$ 48.610,00 (quarenta e oito mil seiscentos e dez reais)

Fundamento Legal: Artigo 24, da Lei 8.666/93, inciso IV

Braço do Trombudo, em 06 de abril de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

RESULTADO DE JULGAMENTO 14 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 10/2015

O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial SRP nº 10/2015 e extrato da Ata de Registro de Preços. Processo licitatório 14/2015. Objeto: Aquisição de paver para manutenção das calçadas do município de Braço do Trombudo, conforme especificado no Anexo I deste Edital. Após análise e julgamento das propostas, foi declarada vencedora do certame a empresa a seguir: Fronza Artefatos de Cimento Ltda EPP CNPJ: 79.695.086/0001-74 Item: 1, no valor total de R\$ 517.500,00, tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Fica registrado em Ata. Vigência: 12 (doze) meses da data de assinatura. Alair Franz Hein Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 06/04/2015.

Brunópolis

PREFEITURA

EDITAL CMDCA 01/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

Edital CMDCA nº 01/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de BRUNOPOLIS SC.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia XX de XXX de 2015, em sua sede localizada na rua Candido esteves Martins e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e nos arts. 25,26 da Lei Municipal 55/2015, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de BRUNOPOLIS e dá outras providências.

1 Do Cargo e das Vagas

1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

2 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

2.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

2 Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº XXX, é assegurado o direito a:

I - A remuneração do Conselheiro Tutelar será mantida a atribuída ao NÍVEL V do Quadro de Remuneração dos Cargos Efetivos dos Servidores Públicos do Município de Brunópolis, por mês, com o reajuste igual ao concedido aos servidores públicos municipais, bem como com os índices de reposição da perda inflacionária.

II - cobertura previdenciária;

III - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - licença-maternidade;

V - licença-paternidade;

VI - gratificação natalina.

2.2. Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.4 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício

com a Prefeitura Municipal.

2.5 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

2.5.1 Plantão noturno das 17h30 às 8h00 do dia seguinte.

2.5.2 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.5.3 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

3. Do Processo de Escolha

3.1 Dos Requisitos

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 06/04/2015 a 03/06/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (08:30 às 16:30), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, localizada na Rua Candido Esteves Martins, no CRAS.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição: (abaixo rol exemplificativo - critérios estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Resolução Conanda n. 170 - o Edital não pode impor novos critérios, é preciso constar em Lei Municipal)

I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II - idade superior a vinte e um anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento;

III - residir no município, demonstrada por comprovante de residência dos três meses anteriores à publicação deste Edital;

IV - conclusão de ensino médio, comprovada através de Diploma de Conclusão do Ensino Médio.

V- ser eleitor do município de Brunópolis, com declaração fornecida pela Justiça Eleitoral de Campos Novos informando que o candidato é eleitor deste município e que esta em gozo de seus direitos políticos e quite com as obrigações eleitorais.

VI - apresentar copia de identidade e cpf.

VII- participar de uma capacitação com carga horaria de no máximo 8 horas.

VIII - aprovação na prova de conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente (necessária a previsão na legislação local - a prova deve ser formulada por uma comissão designada pelo CMDCA)

3.1.2.1 O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.1.2 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.3 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.4 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.1.5 Da Inscrição

I. A inscrição constará do preenchimento de formulário próprio fornecido aos interessados no ato da inscrição.

II. Todos os documentos solicitados no item 3 deste edital deverão ser apresentados na forma como está descrito;

III. A inscrição não fica garantida com a entrega dos documentos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de

Brunópolis, mas somente após análise e deliberação da Comissão Eleitoral do Conselho Tutelar, que emitirá parecer com o número do registro do pré-candidato;

IV. Na irregularidade de algum dos documentos solicitados neste Edital, o pré-candidato terá até a data estabelecida no Calendário Eleitoral anexo para regularizar sua situação. Prazo este improrrogável.

V. Considerar-se-ão candidatos aptos à eleição àqueles que obtiverem média igual ou superior a 04 (cinco) na prova da seleção eliminatória descrita no item 3 alínea VIII;

VI. O pedido de inscrição que não atender às exigências deste edital será cancelado, bem como anulados todos os atos dele decorrentes.

VII. O Ato de inscrição implica por parte do candidato no conhecimento e aceitação de todos os termos fixados no presente edital;

VIII. Não será aceita em hipótese nenhuma, inscrição com ausência de algum documento exigido neste edital.

3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 12/06/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

3.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 12/06/2015 a 16/06/2015, no horário de atendimento ao público (08:30 às 16:30), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no CRAS.

3.2.2.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 29/06/2015 a 03/07/2015, no horário de atendimento ao público (08:30 às 16:30), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no CRAS.

3.2.2.2 A comissão eleitoral terá o período de apresentará resposta quanto às impugnações até o dia 10/07/2015.

3.2.3 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 14/08/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

3.2.4 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

3.3 Da Propaganda Eleitoral

3.3.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.3.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.3.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.3.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.3.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.3.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.3.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de

pequeno valor

3.3.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.3.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.3.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.3.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.3.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.3.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

3.4 Da Eleição

3.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015 no CRAS- CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL em Brunópolis horário de 08:00 às 17:00,

3.4.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.4.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.4.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.4.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.4.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.4.6 O eleitor votará uma única vez em um candidato na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

3.5 Do Voto

3.5.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.5.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.5.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.5.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

3.6 Da Cédula Oficial

3.6.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.6.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.6.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.6.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

3.7 Das Mesas Receptoras

3.7.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.7.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.7.2.1 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.7.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.7.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:
I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.7.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.7.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

3.8 Da Apuração

3.8.1 A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.8.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.8.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.8.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.8.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.8.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação

3.8.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que possuir mais tempo de experiência na área da Infância e da Juventude de acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição.

3.8.6.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

4. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado no mesmo dia da votação em de edital afixado na Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.3.3 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

5. Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº XXX, sem prejuízo das demais leis afetas.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Brunópolis, 06 de abril de 2015.

ELAINE NOVACKI

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE BRUNOPOLIS

Anexo I

Cronograma

LEI COMPLEMENTAR Nº 55

Lei Complementar nº55, de 06 de abril de 2015.

"DÁ NOVA REDAÇÃO As LEIS 021/1997, 285/2003 e 579/2010, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NILSO STÉDILE Prefeito Municipal em Exercício do Município de Brunópolis, Faz saber a todos os habitantes que os Vereadores votaram e aprovaram e Ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Nos termos da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que aprova o Estatuto da Criança e do Adolescente, e suas posteriores alterações, esta Lei dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e estabelece normas gerais para a sua adequada aplicação.

Artigo 2º - O atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Brunópolis - Santa Catarina, far-se-á através de políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esportes, cultura e lazer, profissionalização e demais políticas necessárias a execução das medidas protetivas e socioeducativas, previstas nos artigos 87, 101 e 112, da Lei nº 8.069/90, assegurando-se em todas elas o tratamento com dignidade e respeito a liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único - Ao atendimento a que alude este artigo deverá ser assegurada absoluta prioridade, respeitando a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

Artigo 3º - Aos que dela necessitarem será prestada a assistência

social, em caráter supletivo.

§ 1º - É vedada no município a criação de programas de caráter compensatório da ausência ou insuficiência das políticas sociais básicas e demais políticas necessárias a execução das medidas protetivas e socioeducativas previstas nos arts. 87, 101 e 112, da Lei nº 8.069/90, sem a prévia manifestação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

§ 2º - Os programas serão classificados como de proteção ou socioeducativos e destinar-se-ão:

- a) a orientação e apoio sociofamiliar;
- b) serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- c) prevenção e tratamento especializado a crianças e adolescentes, pais ou responsáveis usuários de substâncias psicoativas;
- d) identificação e localização de pais ou responsável, crianças e adolescentes desaparecidos;
- e) proteção jurídico-social;
- f) a colocação em família substituta;
- g) ao abrigo em entidade de acolhimento;
- h) apoio aos programas de aprendizagem e profissionalização de adolescentes;
- i) ao apoio socioeducativo em meio aberto;
- j) ao apoio socioeducativo em meio fechado.

§ 3º - O atendimento a ser prestado a crianças e adolescentes será efetuado em regime de cooperação e articulação entre os diversos setores da administração pública e entidades não governamentais, contemplando, obrigatoriamente, a regularização do registro civil e a realização de um trabalho de orientação, apoio, inclusão e promoção das famílias.

§ 4º - Os serviços e programas acima relacionados não excluem outros, que podem vir a ser criados em benefício de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias.

Artigo 4º - Fica mantido no Município todos os serviços especiais de apoio, orientação, inclusão e acompanhamento familiar eventualmente já existentes no Município de Brunópolis, ou em execução através de convênios com outros entes da federação, aptos ao desempenho das finalidades previstas no artigo 3º, § 3º desta Lei.

TÍTULO II DOS ÓRGÃOS DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO

Capítulo I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 5º - São órgãos da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);

II - Conselho Tutelar;

III - Fundo Municipal da Infância e da Adolescência (FIA).

Capítulo II DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

Seção I Das Disposições Gerais

Artigo 6º - Fica mantido o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Brunópolis - SC - CMDCA já criado e instalado, órgão deliberativo da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controlador das ações, em todos os níveis, de implementação desta mesma política, e responsável por fixar critérios de utilização e planos de aplicação do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência - FIA.

§ 1º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do

Adolescente - CMDCA atenderá aos seguintes objetivos:

I - definir, no âmbito do município, políticas públicas de proteção integral a infância e a juventude de Brunópolis, incentivando a criação de condições objetivas para sua concretização, com vistas ao cumprimento das obrigações e garantias dos direitos previstos no artigo 2º, deste Lei;

II - controlar ações governamentais e não-governamentais, com atuação destinada a infância e a juventude do município de Brunópolis, com vistas a consecução dos objetivos definidos nesta Lei. § 2º - Entende-se por política pública aquela que emana do poder governamental e da sociedade civil organizada, visando o interesse coletivo.

§ 3º - As decisões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito de suas atribuições e competências, vinculam as ações governamentais e da sociedade civil organizada, em respeito aos princípios constitucionais da participação popular e da prioridade absoluta a criança e ao adolescente.

§ 4º - Em caso de infringência de alguma de suas deliberações, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente representará ao Ministério Público visando a adoção de providências cabíveis. (Resolução nº 105/05 do Conanda).

Seção II

Das Atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Artigo 7º - Ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente compete, privativamente, o controle da criação de quaisquer projetos ou programas no município, por iniciativa pública ou privada, que tenham como objetivo assegurar direitos, garantindo a proteção integral a infância e a juventude do município de Brunópolis - SC, bem como o efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta a criança e ao adolescente.

Artigo 8º - A concessão, pelo poder público, de qualquer subvenção ou auxílio a entidades que, de qualquer modo, tenham, por objetivo a proteção, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, deverá estar condicionada ao cadastramento prévio da entidade junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de que trata este capítulo e a respectiva escrituração da verba junto ao Fundo Municipal da Infância e da Adolescência - FIA.

Artigo 9º - As resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente só terão validade quando aprovadas pela maioria absoluta dos membros presentes na sessão deliberativa e após sua publicação no Diário Oficial do Município.

§1º - O CMDCA deverá encaminhar uma cópia de suas resoluções ao Juiz da Infância e Juventude, à Promotoria de Justiça com atribuição na defesa dos direitos da criança e do adolescente ao Conselho Tutelar, bem como ao Poder Executivo e Legislativo do Município.

§ 2º - As assembleias do Conselho deverão ser convocadas com a ordem do dia, no mínimo 05 (cinco) dias antes de sua realização.

Artigo 10 - Compete ainda ao CMDCA:

I - propor alterações na legislação em vigor e nos critérios adotados para o atendimento a criança e ao adolescente, sempre que necessário;

II - assessorar o Poder Executivo Municipal na definição de dotação orçamentária a ser destinada a execução das políticas sociais de que trata o artigo 2º desta Lei;

III - definir a política de administração e aplicação dos recursos financeiros que venham constituir o Fundo Municipal da Infância e da Adolescência - FIA, em cada exercício;

IV - difundir e divulgar amplamente a política municipal destinada a criança e ao adolescente;

V - promover capacitação dos técnicos e educadores envolvidos no atendimento direto a criança e ao adolescente, com o objetivo de

difundir e reavaliar as políticas públicas sociais básicas;

VI - encaminhar e acompanhar, junto aos órgãos competentes, denúncias de todas as formas de negligência, omissão, discriminação, exclusão, exploração, violência, crueldade e opressão contra a criança e o adolescente, controlando o encaminhamento das medidas necessárias a sua apuração;

VII - efetuar o registro das entidades governamentais e não-governamentais, em sua base territorial, que prestam atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, executando os programas a que se refere o artigo 90, § 1º, e, no que couber, as medidas previstas nos artigos 101, 112 e 129, todos da Lei nº 8.069/90;

VIII - efetuar a inscrição dos programas de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias que estejam em execução na sua base territorial por entidades governamentais e não-governamentais;

IX - manter intercâmbio com entidades federais, estaduais e municipais congêneres com outras, que atuem na proteção, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

X - incentivar e apoiar campanhas promocionais e de conscientização dos direitos da criança e do adolescente;

XI - cobrar do Conselho Tutelar a supervisão do atendimento oferecido em delegacias especializadas de polícia, entidades de abrigo e de internação e demais instituições públicas ou privadas;

XII - propor modificações nas estruturas dos sistemas municipais que visam a proteção, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

XIII - elaborar seu regimento interno, que deverá ser aprovado por pelo menos 2/3 (dois terços) de seus membros, prevendo, dentre outros, os itens indicados no artigo 14, da Resolução nº 105/2005, do Conanda, atendendo também as disposições desta Lei.

XIV - dar posse aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para o mandato sucessivo;

XV - regulamentar, organizar e coordenar o processo de eleição dos conselheiros tutelares, seguindo as determinações da Lei nº 8.069/90, com as alterações inseridas pela Lei 12.696/2012, da Resolução nº 139/2010 do Conanda, bem como o disposto no artigo 15 e seguintes desta Lei.

XVI - convocar o suplente no caso de vacância ou afastamento do cargo de conselheiro tutelar, nos termos desta Lei, aplicando-se subsidiariamente o estatuto do servidor público municipal;

XVII - instaurar sindicância para apurar eventual falta grave cometida por conselheiro tutelar no exercício de suas funções, observando a legislação municipal pertinente ao processo de sindicância ou administrativo/disciplinar, de acordo com a Resolução nº 139/2010 do Conanda.

§ 1º - O exercício das competências descritas nos incisos VII e VIII, deste artigo, deverá atender as seguintes regras:

a) o CMDCA deverá realizar periodicamente, a cada 04 (quatro) anos, no máximo, o cadastramento das entidades, reavaliando o cabimento de sua renovação, nos termos do artigo 91, § 2º, da Lei nº 8.069/90;

b) o CMDCA deverá expedir resolução indicando a relação de documentos a serem fornecidos pela entidade para fins de registro, considerando o disposto no artigo 91, da Lei nº 8.069/90, os quais deverão visar, exclusivamente, comprovar a capacidade da entidade de garantir a política de atendimento compatível com os princípios do ECA;

c) será negado registro a entidade, nas hipóteses relacionadas no artigo 91, § 1º, da Lei nº 8.069/90, e em outras situações definidas em resolução do CMDCA;

d) será negado registro e inscrição do programa que não respeitar os princípios estabelecidos pela Lei nº 8.069/90, ou que seja incompatível com a política de promoção dos direitos da criança e do adolescente traçada pelo CMDCA;

e) o CMDCA não concederá registro para funcionamento de entidades nem inscrição de programas que desenvolvam somente atendimento em modalidades educacionais formais de educação

infantil, ensino fundamental e médio;

f) verificada a ocorrência de alguma das hipóteses das alíneas de "c" a "e", a qualquer momento poderá ser cassado o registro concedido a entidade ou programa, comunicando-se o fato a autoridade judiciária, ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar;

g) caso alguma entidade ou programa esteja comprovadamente atendendo crianças ou adolescentes sem o devido registro no CMDCA, deverá o fato ser levado de imediato ao conhecimento da autoridade judiciária, do Ministério Público e do Conselho Tutelar, para a tomada das medidas cabíveis, na forma do ECA;

h) o CMDCA expedirá ato próprio dando publicidade ao registro das entidades e programas que preencherem os requisitos exigidos, sem prejuízo de sua imediata comunicação ao Juízo da Infância e da Juventude e ao Conselho Tutelar, conforme previsto nos artigos 90, parágrafo único, e 91, "caput", da Lei nº 8.069/90.

i) CMDCA deverá realizar periodicamente, a cada 02 (dois) anos, no máximo, o cadastramento dos programas em execução, constituindo-se critérios para renovação da autorização de funcionamento aqueles previstos nos incisos do § 3º, do artigo 90, da Lei nº 8.069/90.

Seção III

Da Constituição e Composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Artigo 11 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculado ao Gabinete do Prefeito, será constituído por 10 (dez) membros composto da seguinte forma:

I - Cinco (05) membros representando os seguintes Órgãos Governamentais:

- a) Prefeitura Municipal, três (03) Membros;
- b) Poder Legislativo Municipal, um (01) Membro;
- c) Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, um (01) Membro.

II - Cinco (05) membros representando as seguintes Entidades Não Governamentais:

- a) Associação de Pais e Professores - APP's, dois (02) Membros;
- b) Igreja Católica de Brunópolis, um (01) Membro;
- c) Igreja Evangélica de Brunópolis, um (01) Membro;
- d) Igreja Assembléia de Deus de Brunópolis, um (01) Membro.

Parágrafo Único - Os Órgãos e Entidades representados neste Conselho indicarão, além dos membros efetivos, suplentes em número igual à sua representação.

§ 1º - A indicação dos representantes do Poder Público Municipal deverá atender às seguintes regras:

- a) a designação dar-se-á pelo Chefe do Executivo Municipal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a sua posse;
- b) observada a estrutura administrativa do município, deverão ser designados, prioritariamente, representantes dos setores responsáveis pelas políticas públicas básicas (assistência social e habitação, educação, cultura e desporto), direitos humanos;
- c) para cada titular deverá ser indicado um suplente, que substituirá aquele em caso de ausência ou impedimento, de acordo com o que dispuser o regimento interno do CMDCA;
- d) o exercício da função de conselheiro, titular ou suplente, requer disponibilidade para o efetivo desempenho de suas funções, em razão do interesse público e da prioridade absoluta assegurada aos direitos da criança e do adolescente;
- e) o afastamento dos representantes do governo municipal junto ao CMDCA deverá ser previamente comunicado e justificado para que não haja prejuízo das atividades do conselho, cabendo a autoridade competente designar o novo conselheiro governamental no prazo máximo da assembleia ordinária subsequente ao afastamento do conselheiro.

§ 2º - A indicação dos representantes da sociedade civil garantirá a participação mediante organizações representativas escolhidas, por consenso das entidades representativas ou, em fórum próprio, devendo atender às seguintes regras:

- a) não havendo consenso na indicação dos representantes, será

feita por Assembleia Geral Extraordinária, realizada a cada 04 (quatro) anos, convocada oficialmente pelo CMDCA, do qual participarão, com direito a voto, três delegados de cada uma das instituições não-governamentais, regularmente inscritas no CMDCA;

b) poderão participar do processo de escolha organizações da sociedade civil constituídas há pelos menos 01 (um) ano e com atuação no âmbito territorial correspondente;

c) para cada titular deverá ser indicado um suplente, que substituirá aquele em caso de ausência ou impedimento, de acordo com o que dispuser o regimento interno do CMDCA;

d) o CMDCA deverá instaurar o processo de escolha dos representantes não-governamentais até 60 (sessenta) dias antes do término do mandato, designando uma comissão para organizar e realizar processo de indicação;

e) o mandato no CMDCA será de 04 (quatro) anos e pertencerá a organização da sociedade civil, que indicará um de seus membros para atuar como seu representante;

f) os representantes da sociedade civil organizada serão empossados no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a comunicação da indicação ou da proclamação do resultado da respectiva eleição, com a publicação dos nomes das organizações e dos seus respectivos representantes eleitos, titulares e suplentes;

g) eventual substituição dos representantes das organizações da sociedade civil no CMDCA deverá ser previamente comunicada e justificada para que não cause prejuízo algum às atividades do conselho;

h) é vedada a indicação de nomes ou qualquer outra forma de ingerência do poder público no processo de escolha dos representantes da sociedade civil junto ao CMDCA.

§ 3º - A função do conselheiro municipal será considerada serviço público relevante, sendo seu exercício prioritário e justificadas as ausências a qualquer outros serviços, quando determinadas pelo comparecimento a sessões do CMDCA ou pela participação em diligências autorizadas por este.

§ 4º - Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente não receberão qualquer remuneração pela sua participação neste, podendo o Poder Executivo auxiliar nas eventuais despesas, pagar diárias, quando em viagem a serviço ou interesse direto do conselho.

§ 5º - Perderá o mandato o conselheiro que:

- a) se ausentar injustificadamente em 03 (três) sessões consecutivas ou em 05 (cinco) alternadas, no mesmo mandato;
- b) for condenado por sentença transitada em julgado, por crime ou contravenção penal;
- c) for determinada a suspensão cautelar de dirigente da entidade, de conformidade com o artigo 191, parágrafo único, da Lei nº 8.069/90, ou aplicada alguma das sanções previstas no artigo 197, da Lei nº 8.069/90, após procedimento de apuração de irregularidade cometida em entidade de atendimento, nos termos dos artigos 191 e 193, do mesmo diploma legal;
- d) for constatada a prática de ato incompatível com a função ou com os princípios que regem a administração pública, estabelecidos no artigo 4º, da Lei nº 8.429/92.

§ 6º - A cassação do mandato dos representantes do Governo e das organizações da sociedade civil junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em qualquer hipótese, demandará a instauração de procedimento administrativo específico, com a garantia do contraditório e da ampla defesa, devendo a decisão ser tomada por maioria absoluta de votos dos integrantes do CMDCA.

Seção IV

Da Estrutura Básica do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Artigo 12 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente escolherá entre seus pares, respeitando alternadamente a origem de suas representações, os integrantes dos seguintes cargos:

- I - Presidente;
- II - Vice-presidente;
- III - 1º Secretário;
- IV - 2º Secretário.

§ 1º - Na escolha dos conselheiros para os cargos referidos neste artigo, será exigida a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do órgão.

§ 2º - O regimento interno definirá as competências das funções referidas neste artigo.

Artigo 13 - A Administração Pública Municipal deverá fornecer recursos humanos e estrutura técnica, administrativa e institucional necessários ao adequado e ininterrupto funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, devendo, para tanto, instituir dotação orçamentária específica que não onere o Fundo Municipal da Infância e da Adolescência - FIA.

§ 1º - A dotação orçamentária a que se refere o "caput" deste artigo deverá contemplar os recursos necessários ao custeio das atividades desempenhadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, inclusive despesas com capacitação dos conselheiros municipais.

§ 2º - O CMDCA deverá contar com espaço físico adequado ao seu pleno funcionamento, não necessariamente exclusivo, cuja localização será amplamente divulgada, e dotado de todos os recursos necessários ao seu regular funcionamento.

Artigo 14 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá apresentar, a cada ano, a tempo de ser incluído no orçamento, um Plano de Ação Municipal para ser executado no decorrer do ano seguinte.

§ 1º - O Plano de Ação Municipal deverá ser configurado como diretriz para elaboração e execução de políticas públicas voltadas a atenção e ao atendimento às crianças e aos adolescentes do município, conforme a realidade local.

§ 2º - O Plano Municipal de Ação terá como prioridade:

- a) articulação com as diversas políticas públicas municipais de atendimento a criança e ao adolescente;
- b) incentivo às ações de prevenção: a gravidez precoce, a violência contra crianças e adolescentes, a violência sexual e ao trabalho infantil, dentre outras situações relevantes identificadas pelo Conselho;
- c) estabelecimento de política de atendimento aos adolescentes;
- d) integração com outros conselhos municipais.

Artigo 15 - Poderão ser realizadas anualmente campanhas para a captação de recursos, envolvendo a Prefeitura Municipal de Brumadópolis, as Organizações Governamentais e Não-Governamentais, a Comunidade e a CMDCA.

§ 1º - O CMDCA deverá manter controle das doações recebidas, bem como emitir, anualmente, relação que contenha nome e CPF ou CNPJ dos doadores, a especificação (se em dinheiro ou bens) e os valores individualizados de todas as doações recebidas, devendo encaminhá-la a unidade da Secretaria da Receita Federal até o último dia do mês de junho do ano subsequente.

§ 2º - Caberá ao CMDCA o planejamento e coordenação das campanhas.

Capítulo III DO CONSELHO TUTELAR

Seção I Disposições Gerais

Artigo 16 - Fica mantido o Conselho Tutelar já criado e instalado, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de desempenhar funções administrativas direcionadas ao cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

§ 1º - Enquanto órgão público autônomo, no desempenho de suas atribuições legais, o Conselho Tutelar não se subordina, no

entanto se orienta e se apoia nos Poderes Executivo e Legislativo municipais, no Poder Judiciário e no Ministério Público.

§ 2º - O Conselho Tutelar órgão integrante da administração pública municipal, será composto por 05 (cinco) membros, escolhidos pela população local para um mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha (Art. 132, ECA).

§ 3º - A recondução, permitida por uma única vez, consiste no direito do conselheiro tutelar de concorrer ao mandato subsequente, em igualdade de condições com os demais pretendentes, submetendo-se ao mesmo processo de escolha pela sociedade, inclusive a realização de prova de conhecimentos específicos, se assim for instituída pelo CMDCA, vedada qualquer outra forma de recondução.

§ 4º - Serão escolhidos no mesmo pleito para o Conselho Tutelar o número de até 05 (cinco) suplentes.

§ 5º - Considerada a extensão do trabalho e o caráter permanente do Conselho Tutelar, a função de conselheiro tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada, observado o que determina o artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal e artigo 37 da Resolução nº 139/2010 do Conanda.

§ 6º - O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Artigo 17 - A escolha dos conselheiros tutelares se fará por voto facultativo e secreto dos cidadãos do Município, em pleito presidido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º - Podem votar os maiores de 16 anos de idade, inscritos como eleitores no Município, e que comprove tal condição no ato da votação.

§ 2º - O cidadão poderá votar em apenas 01 (um) candidato, constante da cédula, sendo nula a cédula que contiver mais de um nome assinalado ou que tenha qualquer tipo de inscrição que possa identificar o eleitor.

Artigo 18 - O pleito será convocado por resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma desta lei.

Seção II

Dos Requisitos e do Registro das Candidaturas

Artigo 19 - A candidatura é individual e sem vinculação a partido político, sendo vedada a formação de chapas agrupando candidatos.

Artigo 20 - Somente poderão concorrer ao pleito os candidatos que preencherem, até o encerramento das inscrições, os seguintes requisitos:

I - reconhecida idoneidade moral, firmada em documentos próprios, segundo critérios estipulados pelo CMDCA, através de resolução;

II - idade superior a 18 (dezoito) anos;

III - residir no município há mais de 01 (um) ano;

IV - ensino médio completo.

V - não ter sofrido penalidade de perda de mandato de conselheiro tutelar nos últimos 8 (oito) anos;

VI - estar no gozo dos direitos políticos;

VII - não exercer mandato político;

VIII - não estar sendo processado criminalmente no município ou em qualquer outro ente do País;

IX - não ter sofrido nenhuma condenação judicial, transitada em julgado, nos termos do artigo 129, da Lei nº 8.069/90;

X - estar no pleno gozo das aptidões física e mental para o exercício do cargo de conselheiro tutelar, a ser aferido por exame próprio precedente a posse.

§ 1º - Além do preenchimento dos requisitos indicados neste

artigo, poderá ser instituída pelo CMDCA prova de conhecimentos específicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, como forma de pré-seleção dos candidatos inscritos.

§ 2º - A realização da prova mencionada no parágrafo anterior bem como os respectivos critérios de aprovação, ficarão a cargo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que regulamentará através de resolução.

Artigo 21 - A pré-candidatura deve ser registrada no prazo de 04 (quatro) meses antes do pleito, mediante apresentação de requerimento endereçado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, acompanhado de prova do preenchimento dos requisitos estabelecidos no "caput", do artigo 20, desta Lei.

Artigo 22 - O pedido de registro da pré-candidatura será autuado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por via de sua secretaria, que fará a publicação dos nomes dos pré-candidatos, a fim de que, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da publicação, seja apresentada impugnação por qualquer munícipe, se houver interesse.

Parágrafo único - Vencido o prazo será aberta vista ao representante do Ministério Público para eventual impugnação, no prazo de 05 (cinco) dias, decidindo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em igual prazo.

Artigo 23 - Das decisões relativas às impugnações, caberá recurso ao próprio Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação das mesmas.

Parágrafo único - Se mantiver a decisão, fará o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a remessa em 05 (cinco) dias, para o reexame da matéria ao Juízo da Infância e da Juventude.

Artigo 24 - Vencida a fase de impugnação, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente mandará publicar edital com os nomes dos pré-candidatos habilitados ao pleito, informando, no mesmo ato, o dia da realização da prova de conhecimentos específicos, que deverá ser feita no prazo máximo de 10 (dez) dias.

§ 1º - Se instituída for, o resultado da prova de conhecimentos específicos será publicado, a fim de que, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da publicação, seja apresentada impugnação por qualquer dos pré-candidatos, se houver interesse.

§ 2º - Aplica-se às hipóteses deste artigo o disposto no parágrafo I, do artigo 20 e o disposto no artigo 21, desta Lei.

§ 3º - Vencida a fase de impugnação quanto a prova de conhecimentos específicos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente mandará publicar edital com os nomes dos candidatos habilitados ao pleito.

Seção III

Da Realização do Pleito

Artigo 25 - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial (art. 139, § 1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme redação dada pela Lei 12.696/2012).

Artigo 26 - A eleição será convocada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante edital publicado na imprensa local, afixação do edital em locais públicos como o mural da Câmara de Vereadores e Prefeitura Municipal, 06 (seis) meses antes do término do mandato dos membros do Conselho Tutelar.

§ 1º - O processo eleitoral para escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado sob a presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob fiscalização do Ministério

Público.

§ 2º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente solicitará ao Juízo da Infância e da Juventude da Comarca, com antecedência, o apoio necessário a realização do pleito, inclusive, a relação das seções de votação do município, bem como a dos cidadãos aptos ao exercício do sufrágio.

§ 3º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente editará resolução regulamentando a constituição das mesas receptoras, bem com a realização dos trabalhos no dia das eleições.

Artigo 27 - É vedada qualquer propaganda eleitoral nos veículos de comunicação social, ou a sua afixação em locais públicos ou particulares, admitindo-se somente a realização de debates e entrevistas, em igualdade de condições.

§ 1º - A divulgação das candidaturas será permitida através da distribuição de impressos, indicando o nome do candidato bem como suas características e propostas, sendo expressamente vedada sua afixação em prédios públicos ou particulares.

§ 2º - É vedada a propaganda feita através de camisetas, bonés e outros meios semelhantes, bem como por alto falante ou assemelhados fixos ou em veículos.

§ 3º - O período lícito de propaganda terá início a partir da data em que forem homologadas as candidaturas, encerrando-se 02 (dois) dias antes da data marcada para o pleito.

§ 4º - No dia da votação é vedado qualquer tipo de propaganda, sujeitando-se o candidato que promovê-la a cassação de seu registro de candidatura em procedimento a ser apurado perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com manifestação do Ministério Público.

Artigo 28 - No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor (art. 139, § 3º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme redação dada pela Lei 12.696/2012).

Artigo 29 - Não sendo eletrônica a votação, as cédulas eleitorais serão confeccionadas pela Prefeitura Municipal, mediante modelo previamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º - As cédulas de que trata este artigo serão rubricadas pelos membros das mesas receptoras de voto antes de sua efetiva utilização pelo cidadão.

§ 2º - A cédula conterá os nomes de todos os candidatos, cujo registro de candidatura tenha sido homologado, após aprovação em prova de conhecimentos específicos, indicando a ordem do sorteio realizado na data de homologação das candidaturas, na presença de todos os candidatos, que, notificados, comparecerem, ou em ordem alfabética de acordo com decisão prévia do CMDCA.

Artigo 30 - Na medida em que os votos forem sendo apurados, poderão os candidatos apresentar impugnações, que serão decididas de plano pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de tudo fazendo registro, cabendo recurso ao Juízo da Infância e da Juventude, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do dia da apuração.

Artigo 31 - Às eleições dos conselheiros tutelares, aplicam-se subsidiariamente as disposições da legislação eleitoral.

Seção IV

Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

Artigo 32 - Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará o resultado da eleição, mandando publicar os nomes dos candidatos eleitos (titulares e suplentes) e os sufrágios recebidos.

Artigo 33 - Os 05 (cinco) primeiros mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais até o número de 05(cinco) pela ordem de votação, como suplentes.

Parágrafo único - Havendo empate entre os candidatos, será considerado eleito em posição precedente aquele que tiver idade superior ao outro candidato, ficando este classificado na seqüência, como titular ou suplente conforme a ordem de classificação.

Artigo 34 - A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha (art. 139, § 2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme redação dada pela Lei 12.696/2012).

Artigo 35 - Ocorrendo a vacância ou afastamento de qualquer de seus membros titulares, independente das razões, deve ser procedida imediata convocação do suplente, na ordem de classificação obtida na eleição, para o preenchimento da vaga e a consequente regularização de sua composição.

§ 1º - No caso de inexistência de suplentes, a qualquer tempo, deverá o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar o processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas, sendo que os conselheiros em tais situações exercerão as funções somente pelo período restante do mandato original.

§ 2º - Será considerado vago o cargo de conselheiro tutelar no caso de falecimento, renúncia ou destituição do mandato.

Seção V

Dos Impedimentos

Artigo 36 - São impedidos de servir no Conselho Tutelar, no mesmo mandato, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados enquanto assim perdurar a situação civil, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado. Parágrafo único - Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação a autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na comarca.

Seção VI

Das Atribuições do Conselho Tutelar

Artigo 37 - São atribuições do Conselho Tutelar:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, aplicando as medidas previstas no artigo 101, I a VII, todos da Lei nº 8.069/90.

II - atender e acompanhar os pais ou responsáveis, aplicando as medidas previstas no artigo 129, I a VII, do mesmo estatuto.

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto: a) requisitar serviços públicos nas áreas da saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto a autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou do adolescente.

V - encaminhar a autoridade judiciária os casos de sua competência.

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no artigo 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional.

VII - expedir notificações.

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.

IX - assessorar o Poder Executivo na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação

dos direitos previstos no artigo 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal.

XI - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar;

XII - elaborar o seu regimento interno, que deverá ser aprovado por maioria absoluta, atendendo às disposições desta Lei (Resolução nº 75/2001, do Conanda).

§ 1º - As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas por autoridade judiciária mediante provocação da parte interessada ou do representante do Ministério Público.

§ 2º - A autoridade do Conselho Tutelar para aplicar medidas de proteção deve ser entendida como a função de tomar providências, em nome da sociedade e fundada no ordenamento jurídico, para que cesse a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Artigo 38 - O atendimento oferecido pelo Conselho Tutelar será personalizado, mantendo-se registro das providências adotadas em cada caso.

§ 1º - O horário e a forma de atendimento serão regulamentados pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, devendo observar as seguintes regras:

a) Atendimento nos dias úteis, funcionando das 8h00 as 12h00 das 13h00 as 17h00;

b) plantão noturno das 17h00 as 8h00 do dia seguinte;

c) plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

d) durante os dias úteis o atendimento será prestado diariamente pelos 05 (cinco) conselheiros tutelares, cuja escala será estabelecida pelos conselheiros em comum, decidindo o CMDCA em caso de impasse;

e) durante os plantões noturno e de final de semana/feriado será previamente estabelecida escala, observando-se sempre a necessidade de previsão de segunda chamada (conselheiro tutelar de apoio).

§ 2º - O descumprimento, injustificado, das regras do parágrafo anterior, bem como das decisões do CMDCA a respeito, acarretará a aplicação de sanções disciplinares nos termos desta Lei.

§ 3º - As informações constantes do § 1º serão, trimestralmente, comunicadas por escrito ao Juízo da Infância e da Juventude, ao Ministério Público e às Polícias, Civil e Militar, bem como ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Artigo 39 - A Administração Pública Municipal deverá fornecer recursos humanos e estrutura técnica, administrativa e institucional necessários ao adequado e ininterrupto funcionamento do Conselho Tutelar, devendo, para tanto, instituir dotação orçamentária específica.

§ 1º - A lei orçamentária municipal, a que se refere o "caput" deste artigo deverá, em programas de trabalho específicos, prever dotação para o custeio das atividades desempenhadas pelo Conselho Tutelar, inclusive:

a) espaço adequado para a sede do Conselho Tutelar, seja por meio de aquisição, seja por locação, ou compartilhamento com outros órgãos municipais afins, bem como sua manutenção;

b) custeio e manutenção de equipamentos e material de consumo;

c) formação continuada para os membros do Conselho Tutelar;

d) transporte adequado permanente, exclusivo ou compartilhado prioritário, para o exercício da função, incluindo sua manutenção e motorista, podendo eventualmente o conselheiro em atividade dirigir o veículo do Conselho, se habilitado for.

§ 2º - O Conselho Tutelar deverá contar com espaço físico adequado ao seu pleno funcionamento, cuja localização será amplamente divulgada, e dotado de todos os recursos necessários ao seu regular funcionamento, contando com, materiais de escritório e de limpeza, além de um veículo e de um motorista a disposição que pode ser exclusiva, ou compartilhado com absoluta prioridade, para o cumprimento das respectivas atribuições.

Seção VII

Da Competência

Artigo 40 - A competência territorial de atuação do Conselho Tutelar será determinada:

I - pelo domicílio dos pais ou responsável;

II - pelo lugar onde se encontre a criança ou adolescente, a falta dos pais ou responsável.

§ 1º - Nos casos de ato infracional, será competente em decorrência do lugar da ação ou omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º - A execução das medidas poderá ser delegada a autoridade competente da residência dos pais ou responsável, ou do local onde sediar-se a entidade que abrigar a criança ou adolescente.

Seção VIII

Da Remuneração

Artigo 41 - A remuneração do Conselheiro Tutelar será mantida a atribuída ao NÍVEL V do Quadro de Remuneração dos Cargos Efetivos dos Servidores Públicos do Município de Brunópolis, por mês, com o reajuste igual ao concedido aos servidores públicos municipais, bem como com os índices de reposição da perda inflacionária.

§ 1º - A remuneração fixada não gera relação de emprego com a municipalidade.

§ 2º - Sendo eleito funcionário público municipal, fica-lhe facultado optar pelos vencimentos e vantagens de seu cargo, vedada a acumulação de vencimentos.

§ 3º - Aos membros do Conselho Tutelar, apesar de não terem vínculo empregatício com o Município de Brunópolis, será assegurado o direito a cobertura previdenciária, gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal, licença maternidade, licença paternidade e gratificação natalina (art. 134, do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme redação dada pela Lei 12.696/2012), não se estendendo aos conselheiros tutelares qualquer outro benefício ou vinculação decorrente do estatuto do servidor não previsto expressamente na presente lei que dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

§ 4º - Aos membros do Conselho Tutelar também será assegurado o direito de licença para tratamento de saúde, na forma e de acordo com os ditames do estatuto do servidor público municipal.

§ 5º - A concessão de licença remunerada não poderá ser dada a mais de 02 (dois) conselheiros no mesmo período.

§ 6º - É vedado o exercício de qualquer atividade remunerada durante o período da licença, sob pena de cassação da licença e destituição da função de Conselheiro.

Artigo 42 - Os recursos necessários a remuneração dos membros dos Conselhos Tutelares terão origem no Orçamento do Município, com dotação específica que não onere o Fundo Municipal da Infância da Adolescência -FIA.

Artigo 43 - Os Conselheiros Tutelares terão direito a diárias ou ajuda de custo para assegurar a indenização de suas despesas pessoais quando, fora de seu município, participarem de eventos de formação, seminários, conferências, encontros e outras atividades semelhantes, e quando nas situações de representação do conselho.

Parágrafo único - O Município deve manter um serviço de transporte de criança ou adolescente para outro município, quando eventualmente necessário. Se, excepcionalmente, o próprio conselheiro tutelar acompanhar a criança, as despesas com a criança, de qualquer forma, devem ser de responsabilidade do Município.

Seção IX

Do Regime Disciplinar

Artigo 44 - O exercício do mandato popular exige conduta

compatível com os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, desta Lei Municipal e com os demais princípios da Administração Pública, sendo-lhe aplicado o regime processual disciplinar dos servidores públicos municipais de Brunópolis, sendo deveres do Conselheiro Tutelar:

I - exercer suas atribuições com zelo, dedicação, honestidade, decoro, lealdade e dignidade, e preservar o sigilo dos casos atendidos;

II - observar as normas legais e regulamentares, não se omitindo ou se recusando, injustificadamente, a prestar atendimento;

III - manter conduta compatível com a moralidade exigida ao desempenho da função;

IV - ser assíduo e pontual ao serviço, não deixando de comparecer, injustificadamente, no horário de trabalho;

V - levar ao conhecimento da autoridade competente as irregularidades de que tiver ciência em razão da função;

VI - representar a autoridade competente contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder, cometido contra conselheiro tutelar.

VII - atender com presteza as orientações e determinações do CMDCA, quando não contrário a Lei.

Artigo 45 - Ao Conselheiro Tutelar é proibido:

I - ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante os expedientes, salvo quando em diligências ou por necessidade do serviço;

II - recusar fé a documento público;

III - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

IV - delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição que seja de sua responsabilidade;

V - valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;

VI - receber comissões, presente ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

VII - proceder de forma desidiosa;

VIII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho;

IX - exceder no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;

X - fazer propaganda político-partidária no exercício de duas funções.

XI - desobedecer às orientações, determinações prevista nas resoluções do CMDCA.

Parágrafo único - O Conselheiro Tutelar responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Artigo 46 - A qualquer tempo o Conselheiro Tutelar pode ter seu mandato suspenso ou cassado, no caso de descumprimento de suas atribuições, prática de atos ilícitos ou conduta incompatível com a confiança outorgada pela comunidade.

§ 1º - As conclusões do procedimento administrativo devem ser remetidas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que, em sessão plenária, deliberará acerca da aplicação da penalidade de suspensão ou perda de mandato.

§ 2º - Aplicada a penalidade pelo CMDCA, este declarará vago o cargo, quando for o caso, situação em que será convocado o primeiro suplente, inclusive quando a suspensão exceder a 10 (dez) dias.

§ 3º - Quando a violação cometida pelo Conselheiro Tutelar constituir ilícito penal caberá aos responsáveis pela apuração oferecer notícia de tal fato ao Ministério Público para as providências cabíveis.

Artigo 47 - São previstas as seguintes penalidades disciplinares:

I - advertência;

II - suspensão;

III - perda do mandato.

Artigo 48 - Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem, as circunstâncias agravantes e atenuantes, e os antecedentes funcionais do conselheiro tutelar.

Artigo 49 - A advertência será aplicada por escrito, nos casos de inobservância dos deveres previstos no artigo 44, desta Lei, que não justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

Artigo 50 - A suspensão será aplicada em caso de reincidência nas faltas punidas com advertência, não podendo exceder 90 (noventa) dias.

Parágrafo único - Durante o período de suspensão, o Conselheiro Tutelar não receberá a respectiva remuneração.

Artigo 51 - A perda do mandato ocorrerá nos seguintes casos:

I - infração, no exercício das funções, das normas contidas na Lei nº 8.069/90;

II - condenação por crime ou contravenção penal incompatíveis com o exercício da função, com decisão transitada em julgado;

III - abandono da função por período superior a 30 (trinta) dias;

IV - inassiduidade habitual injustificada;

V - improbidade administrativa;

VI - ofensa física, em serviço, a outro conselheiro tutelar, servidor público ou a particular;

VII - conduta incompatível com o exercício do mandato;

VIII - exercício ilegal de cargos, empregos, funções públicas ou atividades privadas;

IX - reincidência em duas faltas punidas com suspensão;

X - excesso no exercício da função, de modo a exorbitar de suas atribuições, abusando da autoridade que lhe foi conferida;

XI - exercer ou concorrer a cargo eletivo;

XII - receber a qualquer título honorários no exercício de suas funções, exceto os previstos por esta Lei;

XIII - exercer advocacia na comarca no segmento dos direitos da criança e do adolescente;

XIV - utilização do cargo e das atribuições de conselheiro tutelar para obtenção de vantagem de qualquer natureza, em proveito próprio ou de outrem;

XV - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

XVI - exercício de atividades político-partidárias.

Artigo 52 - Fica criada uma Comissão Disciplinar, com o objetivo de apurar administrativamente, na forma da Lei Municipal e a qualquer tempo, a prática de infração disciplinar atribuída a conselheiros tutelares e conselheiros municipais de direitos, que será formada por:

I - 01 (um) conselheiro municipal dos direitos, representante governamental;

II - 01 (um) conselheiro municipal dos direitos, representante das organizações não-governamentais;

III - 01 (um) conselheiro tutelar.

§ 1º - Os membros da Comissão Disciplinar serão escolhidos na primeira reunião ordinária de cada ano, com duração de apenas um ano, podendo seus membros ser reconduzidos.

§ 2º - Na mesma reunião serão escolhidos os suplentes dos membros da comissão, que serão convocados nos casos de falta, ou afastamento do titular ou em situações específicas em que ao membro titular for imputado a prática de infração administrativa.

Artigo 53 - A representação de irregularidade poderá ser encaminhada por qualquer cidadão, desde que escrita, fundamentada e com indicação de provas.

§ 1º - Os procedimentos administrativos serão iniciados mediante representação por escrito, endereçada ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º - As representações serão distribuídas entre os membros da Comissão Disciplinar por critério de distribuição, começando pelo representante governamental, depois para o representante das entidades não-governamentais e por fim ao representante do Conselho Tutelar.

§ 3º - Recebida a representação, será aberto prazo de 10 (dez) dias para que o Conselheiro Tutelar ou Conselheiro Municipal dos

Direitos apresente sua defesa escrita, mediante notificação e cópia da representação.

§ 4º - Será admitida prova documental, pericial e/ou testemunhal, sendo que os depoimentos deverão ser reduzidos a termo;

Artigo 54 - A Comissão Disciplinar terá um relator, que conduzirá o procedimento de apuração de falta funcional ou conduta inadequada, e ao final apresentará um relatório que será submetido aos demais integrantes da comissão, que poderão concordar ou discordar do relatório, indicando qual a penalidade adequada.

§ 1º - As conclusões da sindicância administrativa devem ser remetidas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em plenária, deliberará acerca da aplicação da penalidade cabível.

§ 3º - Os demais procedimentos e prazos seguirão o estatuído no regime disciplinar processual do servidor público municipal de Brunópolis.

Capítulo IV

DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA - FIA

Seção II

Da Criação e Natureza do Fundo

Artigo 55 - Fica mantido o Fundo Municipal da Infância e da Adolescência - FIA, criado pelas leis orçamentárias do Município indispensável a captação, repasse e aplicação dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento à criança e ao adolescente.

§ 1º - O FIA ficará subordinado ao Executivo Municipal, e seguirá na sua gestão as normas de contabilidade pública, de direito administrativo e dos prejulgados do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

§ 2º - O FIA não possui personalidade jurídica própria, devendo ser registrado com o mesmo CNPJ do Município, mas com identificação própria, especificada na variação final do número.

Seção II

Da Captação de Recurso

Artigo 56 - O Fundo Municipal da Infância e da Adolescência - FIA será constituído:

I - pela dotação consignada anualmente no orçamento municipal e as verbas adicionais que a Lei vier estabelecer no decurso de cada exercício;

II - doação de pessoas físicas e jurídicas, conforme disposto no artigo 260, da Lei nº 8.069/90;

III - valores provenientes das multas previstas no artigo 214, da Lei nº 8.069/90, e oriundas das infrações descritas nos artigos 228 e 258, do referido Estatuto, bem como eventualmente de condenações advindas de delitos enquadrados na Lei nº 9.099/95;

IV - transferência de recursos financeiros oriundos dos Fundos Nacional e Estadual da Infância e da Adolescência - FIA;

V - doações, auxílios e contribuições, transferências de entidades nacionais, internacionais, governamentais e não governamentais;

VI - produtos de aplicações financeiras dos recursos disponíveis, respeitada a legislação em vigor;

VII - recursos advindos de convênios, acordos e contratos firmados no Município e instituições privadas e públicas, nacionais e internacionais, federais, estaduais e municipais;

VIII - outros recursos que porventura lhe forem destinados.

Parágrafo único - Nas hipóteses do inciso II deste artigo, tanto as pessoas físicas quanto as jurídicas poderão indicar a entidade ou projeto que desejam auxiliar com suas doações ao fundo, cabendo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estabelecer os requisitos e percentuais que serão repassados, via

resolução.

Artigo 57 - Os recursos do FIA não podem ser utilizados:

I - para manutenção dos órgãos públicos encarregados da proteção e atendimento de crianças e adolescentes, aí compreendidos o Conselho Tutelar e o próprio Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o que deverá ficar a cargo do orçamento das secretarias ou departamentos aos quais aqueles estão administrativamente vinculados;

II - para manutenção das entidades não governamentais de atendimento a crianças e adolescentes, por força do disposto no art. 90, da Lei nº 8.069/90, podendo ser destinados apenas aos programas de atendimento por elas desenvolvidos, nos moldes desta Lei;

III - para o custeio das políticas básicas a cargo do Poder Público.

Seção III

Do Gerenciamento do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência - FIA

Artigo 58 - O Fundo Municipal da Infância e da Adolescência - FIA é vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao qual cabe a função de geri-lo, bem como deliberar acerca dos critérios de utilização de suas receitas, consoante regulamentação constante de decreto municipal.

§ 1º - O FIA é contabilmente administrado pelo Poder Executivo Municipal, que, por decreto municipal, deverá nomear um gestor e um tesoureiro.

§ 2º - Os gestores deverão prestar contas da aplicação dos recursos do fundo ao CMDCA, estando o fundo sujeito, ainda, ao controle interno e externo, nos termos da legislação vigente.

§ 3º - Fixados os critérios, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deliberará quanto a destinação dos recursos comunicando os gestores, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da decisão, cabendo à administração adotar as providências para a liberação e controle dos recursos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis.

§ 4º - Compete ainda ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em relação ao FIA e incentivando a municipalização do atendimento:

- elaborar o plano de ação e o plano de aplicação dos recursos do fundo, devendo este último ser submetido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal à apreciação do Poder Legislativo Municipal;
- estabelecer os parâmetros técnicos e as diretrizes para aplicação dos recursos;
- acompanhar e avaliar a execução, desempenho e resultados financeiros do fundo;
- avaliar e aprovar os balancetes mensais e o balanço anual do fundo;
- solicitar, a qualquer tempo e a seu critério, as informações necessárias ao acompanhamento, ao controle e à avaliação das atividades a cargo do fundo;
- mobilizar os diversos segmentos da sociedade no planejamento, execução e controle das ações e do fundo;
- fiscalizar os programas desenvolvidos com os recursos do fundo.

Artigo 59 - O saldo positivo do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência - FIA, apurado em balanço anual será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 60 - Os direitos sociais, criados pelo artigo 134 do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme redação dada pela Lei 12.696/2012 e recepcionado por esta lei, entrarão em vigor na data de publicação desta Lei.

Artigo 61 - O número de conselheiros tutelares estabelecido pelo artigo 16 § 2º desta lei e a respectiva remuneração mensal e novos direitos, estabelecidos por esta lei, aplicar-se-á para a próxima eleição regular do conselho tutelar, estabelecida pelo calendário nacional de eleições de conselhos tutelares.

Artigo 62 - Até a entrada em vigor das disposições citadas no artigo anterior, referente a número de conselheiros, remuneração e novos direitos, continuará em vigor provisoriamente as disposições das leis 021/1997;285/2003 e 579/2010 e suas alterações posteriores ou normas complementares que fixaram para o mandato corrente o número de conselheiros e remuneração.

Artigo 63 - As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta de dotações próprias no orçamento vigente do Município.

Artigo 64 - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições das Leis 021/2007; 285/2003; e 579/2010, exceto no que esta vigorar transitoriamente até a plena entrada em vigor da presente lei, especialmente no que se refere o art.61 aqui tratado.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brunópolis -,
em 06 de abril de 2015.

NILSO STEDILE
Prefeito Municipal
Em Exercício

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO
Secretário de Administração Planejamento e Fazenda

Registrada e Publica no DOM.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.587, DE 27 DE MARÇO DE 2015 **ERRATA**

ERRATA

No Decreto nº 7.587, de 27 de Março de 2015, publicado em 01.04.2015, onde se lê:

7-Deslocamento de cavalete:

- Por solicitação do usuário R\$ 110,87

18-Retirada do Hidrômetro R\$ 138,73

- Por conta própriaR\$ 152,59

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 7.061/13.

Leia-se:

7-Deslocamento de cavalete:

Por solicitação do usuário R\$ 110,17

18-Retirada do Hidrômetro R\$ 138,73

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 7.406/14.

Registra-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 7.590, DE 31 DE MARÇO DE 2015

DECRETO nº 7.590, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Revoga o Decreto nº 7.571, de 04 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE no uso de suas atribuições e de acordo com inciso I do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 7.571, de 04 de fevereiro de 2015, que delega poderes ao servidor Cleiton Luiz Bittelbrunn para assinar documentos relativos a Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

LEI COMPLEMENTAR Nº 232, DE 06 DE ABRIL DE 2015

LEI COMPLEMENTAR nº 232, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

Altera e acrescenta dispositivos aos artigos 4º e 6º da Lei nº 2042/95, que estabelece o Plano Diretor do bairro Jardim Maluche.

O PREFEITO DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica acrescentada a alínea "d" ao artigo 4º e a alínea "c" ao artigo 6º da Lei Nº 2.042/95, com a seguinte redação:

"Art. 4º. ...

...

d) ZONA 4 - Área localizada no Bairro Jardim Maluche, as margens da Ponte Antônio Nicolau Maluche, trecho compreendido no lado esquerdo da Av. Hugo Schollosser, sentido Centro/Bairro, até o início da Avenida Bepe Rosa, margeada pelo Rio Itajaí Mirim.

...

Art. 6º. ...

...

c) ZONA 4 - Com o uso e das atividades autorizadas para a ZONA 3 além dos serviços de Salão de Festas, Bufet, Clubes Noturnos, Casas de Shows e Similares.

..."

Art. 2º Ficam alterados a alínea "c" do artigo 4º e o caput do artigo 6º da Lei Nº2.042/95, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º. ...

...

c) Zona 3 - área compreendida pelas testadas do lado direito e esquerdo das Ruas: Carlos Graf, Vereador Oscar Krieger, João Archer, Gerônimo Coelho, João Kunitz, Oscar Maluche, Nereu Ramos, início da Olímpio de Souza Pitanga até a confluência entre a rua Vereador Oscar Krieger e a Avenida Hugo Schlösser, Avenida Augusto Bauer até a APAE, e as áreas da Avenida Hugo Schlösser não compreendidas na ZONA 4.

...

Art. 6º O uso das Zonas 2, 3 e 4 fica assim estabelecido:

..."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito de Brusque

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 070/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 070/2015

O DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o § 1º do artigo 111 da Lei Orgânica do Município c/c artigo 280 da Lei Complementar Municipal n. 147/2009,

RESOLVE

Art. 1.º Declarar a vacância do cargo de Agente de Serviços Especiais, ocupado pelo servidor MARCIO VARRIENTO DOS SANTOS, matrícula 1816.3-01, por motivo de posse em outro cargo inacumulável, nos termos do artigo 41, inciso V, da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º A vacância de que trata o art. 1º desta Portaria será pelo prazo de 03 (três) anos a partir da data em que o servidor assumiu o outro cargo ou antes, a pedido do servidor.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/04/2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brusque/SC, 01 de abril de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA Nº 087/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 087/2015

O Prefeito Municipal, juntamente com o Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei nº. 183 de 19 de agosto de 1965, alterada pela Lei nº. 1.970 de 20 de dezembro 1994 e de acordo com o Inciso I do art. 22, parágrafos 4º e 5º da Lei Complementar nº 147, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE

Art. 1º - Fica cedido, o Servidor JULIANO MONTIBELLER, matrícula nº. 732.3-0, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar junto ao Instituto Brusquense de Planejamento - IBPLAN, no município de Brusque.

Parágrafo Primeiro - A referida cessão se dará com ônus da remuneração para a Cessionária.

Parágrafo Segundo - O SAMAE poderá solicitar a qualquer momento o retorno do servidor para as atividades na Autarquia.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque/SC, 06 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

ROBERTO BOLOGNINI
Diretor Presidente
SAMAE

PORTARIA Nº 088/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 088/2015

O Prefeito Municipal, juntamente com o Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei nº. 183 de 19 de agosto de 1965, alterada pela Lei nº. 1.970 de 20 de dezembro 1994 e de acordo com o Inciso I do art. 22, parágrafos 4º e 5º da Lei Complementar nº 147, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE

Art. 1º - Fica cedido, o Servidor ALEXANDRE ADRIANO AMORIM, matrícula nº. 64-7, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar junto à PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE.

Parágrafo Primeiro - A referida cessão se dará com ônus da remuneração para a Cessionária.

Parágrafo Segundo - O SAMAE poderá solicitar a qualquer momento o retorno do servidor para as atividades na Autarquia.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque/SC, 06 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO Prefeito Municipal	ROBERTO BOLOGNINI Diretor Presidente SAMAE
--	--

PORTARIA Nº 9.755, DE 01 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.755, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Concede gratificação de representação ao Subprocurador do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c o art. 87 da Lei Complementar nº 147/2009 e alterações, e Decreto nº 7.340/13,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Sérgio Bernardo Júnior, ocupante do cargo em comissão de Subprocurador, gratificação de representação no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.760, DE 02 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.760, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores Cristiano Bittencourt, Secretário de Orçamento e Gestão, e José Altino Filho, Coordenador da Secretaria de Orçamento e Gestão, para movimentar as contas bancárias relativas à Prefeitura Municipal de Brusque.

Parágrafo único. As contas bancárias da Prefeitura Municipal de Brusque serão movimentadas, no mínimo, com 02 (duas) assinaturas.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 9.487, de 13 de janeiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.761, DE 02 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.761, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art.111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar Cristiano Bittencourt, Secretário de Orçamento e Gestão, Moacir Gomes Ribeiro, Tenente Coronel PM Comandante do 18º BPM, e Rafael Antônio da Silva, Oficial PM do 18º BPM, para movimentar/assinar as contas bancárias relativas ao Fundo Municipal da Polícia Militar - FUMMPOM - c/c nº 282.018-8 e c/c 313.312-5 da agência 401-4, do Banco do Brasil, e 44265-8, agência 3269, da BLUCREDI - Cooperativa de Economia de Crédito.

Parágrafo único. As contas bancárias do Fundo Municipal da Polícia Militar - FUMMPOM serão movimentadas, no mínimo, com 02 (duas) assinaturas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.762, DE 02 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.762, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

Exonera o servidor Claudemir Duarte, ocupante do cargo de Diretor-Geral.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art.111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Claudemir Duarte do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-III, Diretor-Geral, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a portaria de concessão de gratificação de representação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.763, DE 02 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.763, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

Exonera o servidor Antônio Marcos Gomes Azevedo, ocupante do cargo de Diretor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art.111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Antonio Marcos Gomes Azevedo do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, Diretor, lotado no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.764, DE 02 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.764, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

Exonera a servidora Alessandra Silva de Amorim Costa, ocupante do cargo de Diretora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art.111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora Alessandra Silva de Amorim Costa do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, Diretora, lotada no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.765, DE 02 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.765, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

Exonera o servidor Ricardo Mathias Knabben, ocupante do cargo de Coordenador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art.111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Ricardo Mathias Knabben do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, Coordenador, lotado no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a portaria de concessão de gratificação de representação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.766, DE 02 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.766, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art.111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Miguel Comandolli Júnior para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-III, como Diretor-Geral, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.767, DE 02 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.767, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art.111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Ataído Martinenghi para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, como Diretor, lotado no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.768, DE 02 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.768, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art.111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Alexandre Adriano Amorim para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, como Diretor, lotado no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.769, DE 02 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.769, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art.111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Cátia Fischer Custódio para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, como Coordenadora, lotada no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.771, DE 02 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.771, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art.111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Kelly Cristina Medeiros Souza Bergler do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, Diretora, lotada na Secretaria da Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.772, DE 02 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.772, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art.111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Izabela Albani para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, como Diretora, lotada na Secretaria da Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.773, DE 02 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.773, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art.111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Jéssica Isabela Moraes Feliciano do cargo de provimento de provimento em comissão, Símbolo CC-VI, como Chefe Operacional, lotada na Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.774, DE 02 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.774, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art.111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Daniel José Pavesi do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-VI, como Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.775, DE 02 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.775, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art.111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Sérgio Scheidt do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-VI, como Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.776, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA nº 9.776, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art.111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Celso Schwartz do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, como Diretor, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.777, DE 02 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.777, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art.111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Rodolfo Ryan Beuting do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.778, DE 02 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.778, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art.111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Sérgio Hoffmann do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, como Diretor, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.779, DE 02 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.779, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art.111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Rosângela de Fátima Dalpra Faggiani do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, como Diretora, lotada na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.780, DE 02 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.780, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art.111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Jocelito Nicolau de Souza do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-III, como Diretor-Geral, lotado na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.781, DE 02 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.781, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art.111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Lucimara Rosana Cardozo do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, como Diretora, lotada na Secretaria de Comunicação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.788, DE 06 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.788, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art.111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Secretária da Saúde, Ivonir Zanatta Webster, os servidores Luiz Fernando Sanni, Diretor da Secretaria da Saúde, e Cristiano Bittencourt, Secretário de Orçamento e Gestão, para movimentar as contas bancárias relativas ao Fundo Municipal de Saúde de Brusque.

Parágrafo único. As contas bancárias do Fundo Municipal de Saúde de Brusque serão movimentadas, no mínimo, com 02 (duas) assinaturas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.789, DE 06 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.789, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art.111 da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor DELMAR ALBERTO TÔNDOLO, Diretor da Fundação Municipal de Esportes, para responder interinamente pela Superintendência da entidade de esportes, podendo, para tanto, praticar todos os atos necessários para o bom andamento do órgão municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO 013/2015 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 013/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 013/2015, na modalidade de Pregão Presencial, para serviço de manutenção dos veículos do SAMAE. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 23 de abril de 2015, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini

Diretor Presidente

SAMAE - Brusque

Caçador**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO CONTRATUAL 07/04/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 24/2015

Contratante.: CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Contratada.: MAURINA FOTOGRAFIAS LTDA. - ME

Valor : 5.000,00 (cinco mil reais)

Vigência : Início: 16/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2015

Recursos : Dotação: 2.161.3.3.90.00.00.00.00.00 (6) Saldo: 317.151,09

Objeto : Processo licitatório para a contratação dos serviços de

registros fotográficos das Sessões Solenes realizadas pela Câmara Municipal durante o exercício de 2015, conforme especificações do Termo

de Referência.

Caçador, 6 de Abril de 2015

Flavio Henrique dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC

Contrato Nº.: 25/2015

Contratante.: CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Contratada.: JADE RUBI BERARDI

Valor : 3.563,00 (três mil quinhentos e sessenta e três reais)

Vigência : Início: 16/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2015

Recursos : Dotação: 2.161.3.3.90.00.00.00.00.00 (6) Saldo: 317.151,09

Objeto : Processo licitatório para a contratação dos serviços de

filmagem das Sessões Solenes realizadas pela Câmara Municipal durante

o exercício de 2015, conforme especificações do Termo de Referência.

Caçador, 6 de Abril de 2015

Flavio Henrique dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC

Contrato Nº.: 23/2015

Contratante.: CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Contratada.: DALLA ROSA & SPOSSATTO LTDA EPP

Valor : 39.000,00 (trinta e nove mil reais)

Vigência : Início: 16/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2015

Recursos : Dotação: 2.161.3.3.90.00.00.00.00.00 (6) Saldo: 317.487,09

Objeto : Processo licitatório para a contratação de empresa para a

prestação do serviço de buffet (jantares) a serem servidos após eventos

realizados pela Câmara Municipal durante o exercício de 2015, conforme

especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência.

Caçador, 6 de Abril de 2015

Flavio Henrique dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC

Aditivo Nº : 22/2015 - Contrato Nº.: 09/2013

Contratante...: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR
Contratada...: 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/S - CONSORCIO
Valor : 33.057,36 (trinta e três mil e cinquenta e sete reais e trinta e seis centavos)
Vigência : Início: 15/03/2015 Término: 16/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2013
Recursos : Dotação: 2.001.3.3.90.00.00.00.00 (5) Saldo: 277.698,61
Objeto : Prestação de serviço de telefonia móvel pessoal (STMP), com fornecimento de 16 códigos de acesso e 15 estações móveis, de acordo com as especificações do edital.
Caçador, 6 de Abril de 2015
Carlos Evandro Luz
Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC

Aditivo Nº : 26/2015 - Contrato Nº: 16/2013
Contratante...: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR
Contratada...: LIDER SUPRIMENTOS P/INFORMATICA LTDA
Valor : 6.998,40 (seis mil novecentos e noventa e oito reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 30/03/2015 Término: 02/04/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2013
Recursos : Dotação: 2.001.3.3.90.00.00.00.00 (5) Saldo: 277.698,61
Objeto : Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de cópias reprográficas e correlatos, com disponibilização de máquinas copiadoras a serem instaladas na Câmara Municipal de Caçador com fornecimento todos os suprimentos necessários e assistência técnica
Caçador, 6 de Abril de 2015
Flavio Henrique dos Santos
Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 27/2015
Contratante...: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR
Contratada...: GISLAINE DE FATIMASIDOR
Valor : 3.539,00 (três mil quinhentos e trinta e nove reais)
Vigência : Início: 10/03/2015 Término: 31/12/2015
Recursos : Dotação: 2.161.3.3.90.00.00.00.00(6) Saldo: 113.635,93
Objeto : Este contrato tem por objeto a prestação de serviço de acompanhante de vereadores-mirins com necessidades especiais em todas as atividades de seus mandatos.

Caçador, 6 de Abril de 2015
Prefeito(a) Municipal

Thank you for evaluating Wondershare PDF Converter.

You can only convert 5 pages with the trial version.

To get all the pages converted, you need to purchase the software from:

<http://www.anypdftools.com/pdf-converter-win-buy.html>

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2015 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 019/2015 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 021/2015 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR PARA USO DAS GUARNIÇÕES EM ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 06/04/2016

1ª Publicação.

CONVÊNIO Nº 019/2015

RESUMO DOS CONVÊNIOS

Convênio nº 019/2015

Entidade conveniada: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camboriú

Data: 31/03/2015

Prazo: 30 (trinta) dias

Valor do repasse: R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

Objeto: O presente convênio tem por objeto o repasse de recursos financeiros ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camboriú com objetivo de custear as despesas com a realização da exposição agrícola junto ao evento da Exporural Camboriú que ocorrerá entre os dias 10 a 12 de Abril de 2015, com finalidade de comemorar o aniversário do Município de Camboriú.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO N.º 2.016/2015

DECRETO N.º 2.016/2015

Fica revogado o Decreto 1.991 de 05 de janeiro de 2015.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pelo artigo 79 inciso VI e VII da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto n.º 1.991 de 05 de janeiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 25 de março de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 2.022/2015

DECRETO N.º 2.022/2015

Dispõe sobre desafetação de área de terras do Município de Camboriú autorizada pela Lei Municipal n.º 1.273/1998 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo artigo 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO o levantamento topográfico das áreas de terras de propriedade do Município de Camboriú, ocupadas por famílias com ânimo definitivo para fins de moradia, realizado pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal n.º 1.273, de 12 de junho de 1998;

DECRETA:

Art. 1º Fica desafetada de sua destinação originária, passando a integrar a categoria de bens dominiais do patrimônio disponível da Administração Municipal, nos termos da Lei Municipal n.º 1.273/1998, a área a área de terras de 200,00 m² (duzentos vírgula metros quadrados), localizada no Loteamento Albert Hermann Putter, representada pelo Lote n.º 142, situado na Rua Petúnia, Bairro Monte Alegre, Camboriú/SC, de propriedade do Município de Camboriú, matriculado sob o n.º 77893 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Balneário Camboriú.

Parágrafo único. A área descrita no caput deste artigo possui as seguintes medidas e confrontações:

I - faz frente ao NORTE com a Rua E, onde mede 10,00m (dez metros); com a mesma medida nos fundos ao SUL com a área remanescente 02; estrema ao LESTE com a área remanescente 02, onde mede 20,00 (vinte metros); com a mesma medida ao OESTE com o lote 143.

Art. 2º Fica reconhecida, por atender os termos do artigo 2º da Lei Municipal n.º 1.273/1998, a legitimação da posse da área descrita no artigo 1º deste Decreto em favor de Amélia de Oliveira Sampietro, portadora do RG n.º 9.537.227-9 e inscrita no CPF sob o n.º 048.148.059-50, residente e domiciliada na referida área.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 31 de março de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

TP 01/2015 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2015 - PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE ESTRADAS MUNICIPAIS PARA MELHORIA DE ACESSO A APARELHOS TURÍSTICOS NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME CONTRATO/TERMO DE COMPROMISSO Nº 799569/2013/MTUR/CAIXA, PROJETOS BÁSICOS E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 27 (Vinte e Sete) de Abril de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 06 de Abril de 2015
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATUAL 58/2015

ADITIVO CONTRATUAL Nº 58/2015

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº 016PL/2015 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 82/2011 (originado do Processo Licitatório nº 79/2011, modalidade Tomada de Preços);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 82/2011, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

DÉCIMO SEGUNDO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 82/2011.

Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 82/2011 fica prorrogado até o dia 29 de junho de 2015.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 82/2011 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre/SC, 26 de março de 2014.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Contratante

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Contratada

DECRETO Nº 8.939 DE 06 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº 8.939 DE 06 DE ABRIL DE 2015

SUBSTITUI MEMBROS DA COMISSÃO PARA FISCALIZAR O PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.;

DECRETA:

Art.1º. Nomear, MARCIANE PASDA LOPES, brasileira, casada, matrícula funcional nesta Administração Pública Municipal sob nº 000392, Registro no Sistema sob nº 88730, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, em substituição ao Servidor Público Municipal PATRICK ONGHERO, matrícula funcional nº 000609, nomeado pelo do Decreto nº 8.888, de 26 de Fevereiro de 2015.

Art.2º. Nomear, SÉRGIO DA COSTA, brasileiro, casado, matrícula

funcional nesta Administração Pública Municipal sob nº 000449, Registro no Sistema sob nº 954399, ocupante do cargo público e exercendo a função Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente, em substituição a Servidora Pública Municipal CILENE GOMES DOS SANTOS KNOEPE, matrícula funcional nº 000422, nomeada pelo do Decreto nº 8.888, de 26 de Fevereiro de 2015.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
06 de Abril de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 07/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.940 DE 06 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº 8.940 DE 06 DE ABRIL DE 2015

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO PARA FISCALIZAR O CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.;

DECRETA:

Art.1º. Nomear, SÉRGIO DA COSTA, brasileiro, casado, matrícula funcional nesta Administração Pública Municipal sob nº 000449, Registro no Sistema sob nº 954399, ocupante do cargo público e exercendo a função Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente, em substituição a Servidora Pública Municipal CILENE GOMES DOS SANTOS KNOEPE, matrícula funcional nº 000422, nomeada pelo do Decreto nº 8.889, de 26 de Fevereiro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
06 de Abril de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 07/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.941 DE 06 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº 8.941 DE 06 DE ABRIL DE 2015

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO PARA FISCALIZAR O CONCURSO PÚBLICO Nº 0032/2015.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.;

DECRETA:

Art.1º. Nomear, SÉRGIO DA COSTA, brasileiro, casado, matrícula funcional nesta Administração Pública Municipal sob nº 000449, Registro no Sistema sob nº 954399, ocupante do cargo público e exercendo a função Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente, em substituição a Servidora Pública Municipal CILENE GOMES DOS SANTOS KNOEPE, matrícula funcional nº 000422, nomeada pelo do Decreto nº 8.890, de 26 de Fevereiro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
06 de Abril de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 07/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.942 DE 06 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.942 DE 06 DE ABRIL DE 2015

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Inciso IV Artigo 300 e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar SIRLEI LIBMANN DE JESUS, para exercer o cargo de Professor I, na função de Professor Educação Infantil e Anos Iniciais, Registro no Sistema sob nº 955458, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, vencimentos Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 958,89 (novecentos e cinquenta e oito reais, oitenta e nove centavos) mensais, pelo período de 06 de Abril de 2015 a 18 de Dezembro de 2015, ou até que haja Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 007/2014, em 39º lugar, Homologado pelo Decreto nº 8.826 de 04 de Fevereiro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
06 de Abril de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.856 DE 06 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.856 DE 06 DE ABRIL DE 2015

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 9º e seus respectivos Parágrafos, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Prorrogar a Licença Maternidade da Servidora Pública Municipal FLÁVIA ALIANE TURECK HANTSCHER, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a função de Coordenadora Pedagógica, Matrícula Funcional nº 000674, Registro no Sistema sob nº 955105, por um período de 60 (sessenta) dias, a partir de 07 de Abril de 2015 a 05 de Junho de 2015.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC, 06 de Abril de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 07/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

DECRETO Nº. 7272/15 DE 06/04/2015 APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 7.272/2015 DE 06/04/2015

APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando parecer técnico do Departamento de Engenharia, nos autos do Processo Administrativo nº 0.611;

Considerando as disposições da Lei Federal nº 6.766, Lei Estadual nº 6.063, c/c artigos 55, §2º, 57, inciso III, e §4º da Lei Complementar nº 03 de 28 de maio de 2007 - Plano Diretor;

Com amparo no artigo 100, incisos VIII - XVIII da Lei Orgânica do município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o desmembramento do terreno urbano de propriedade de Nilva Aparecida Camassola Pelentir e outros, inscrita no CPF sob nº 031.094.929-70; com área total de 720,00 m² (setecentos e vinte metros quadrados), matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Campos Novos sob nº 14.869.

Art. 2º. O imóvel mencionado no artigo primeiro possui as seguintes confrontações:

Norte: com o lote 15 de Aristides Bresola em 30,00 metros;
Sul: com a Rua Elízio José Biolchi em 30,00 metros;
Leste: com o lote 12 de Aristides Bresola em 24,00 metros
Oeste: com a Rua João Cordeiro dos Santos (Rua Projetada) em 24,00 metros.

Art. 3º. O desmembramento autorizado por este decreto dá origem a 2 (duas) unidades imobiliárias autônomas com as seguintes características e confrontações:

Lote 13 com a área superficial de 360,00m² e as seguintes confrontações:

Norte: com o lote 15 de Aristides Bresola em 15,00 metros;
Sul: com a Rua Elízio José Biolchi em 15,00 metros;
Leste: com o lote 12 de Aristides Bresola em 24,00 metros;
Oeste: com o lote 14 em 24,00 metros.

Lote 14 com a área superficial de 360,00 m² e as seguintes confrontações:

Norte: com o lote 15 de Aristides Bresola em 15,00 metros;
Sul: com a Rua Elízio José Biolchi em 15,00 metros;
Leste: com o lote 13 em 24,00 metros.
Oeste: com a Rua João Cordeiro dos Santos (Rua Projetada) em 24,00 metros.

Art. 4º. Ficam aprovadas as plantas e memoriais descritivos das unidades imobiliárias descritas no artigo 3º deste decreto.

Art. 5º. Ficam autorizados os Tabelionatos e Cartório de Registro

de Imóveis da comarca de Campos Novos, a promoverem a escrituração e as averbações que se fizerem necessárias a transferência de domínio e registro dos imóveis objeto deste decreto.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
06 de abril de 2015

Nelson Cruz
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO Nº 08/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 08/2015

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: SIMPATIA FM LTDA.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIO DIFUSÃO

VALOR MENSAL: R\$ 750,00

DATA: 02/04/2015

VIGENCIA: 31/12/2015

SAMAE - Campos Novos

EXT. CT. 13/2015

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA

Termo do quarto aditivo ao contrato cno nº. 12/2011

CONTRATO CNO - 13/2015

DATA DE ASSINATURA: 31 de Março de 2015.

OBJETO: Prestação de serviço de assessoria objetivando a implantação do programa de controle de perdas e uso eficiente da água no sistema de abastecimento operado pelo SAMAE.

CONTRATADA: Hidratech Saneamento SC Ltda.

PRAZO: 01.04.2015 à 31.03.2016.

Campos Novos - SC, 31 de Março de 2015.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº 052/2015

DECRETO Nº. 052/2015

“HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PREVISTO NO EDITAL Nº 02/SME/2015”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

HOMOLOGAR

Art. 1º - Fica homologado o resultado do processo seletivo simplificado para Contratação Temporária de Profissionais, para atuar junto à Secretaria Municipal de Educação, no Edital nº 02/SME/2015, conforme relação dos candidatos em “anexo”.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

ANEXO I CLASSIFICAÇÃO FINAL

Administrador Escolar Todos os Níveis														Instrutor Agrícola Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação	Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Situação		
					Acertos	Nota	Acertos	Nota											Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	4	49895	Karina De Fatima Gomes	06/02/1989	8	2,00	17	4,25	25	6,25	1,60	7,85	Aprovado	1	9	51558	Amilton Froehner (Estatuto idoso)	07/02/1952	12	3,00	5	1,25	17	4,25	Aprovado		
2	2	50373	Fabiane Emanuele Do Prado	28/05/1985	6	1,50	16	4,00	22	5,50	1,35	6,85	Aprovado	2	21	50399	Marco Rafael Reva	06/09/1995	11	2,75	6	1,50	17	4,25	Aprovado		
3	7	50268	Ricardo Erzinger	03/09/1989	6	1,50	17	4,25	23	5,75	0,00	5,75	Aprovado	3	11	50228	Argeu Camilo Franciscon	14/07/1964	9	2,25	7	1,75	16	4,00	Aprovado		
4	1	50251	Elenice Aparecida Karvat	10/07/1969	5	1,25	15	3,75	20	5,00	0,35	5,35	Aprovado	4	19	51244	Lucio Erivelton Dos Santos	31/12/1996	9	2,25	7	1,75	16	4,00	Aprovado		
5	6	51071	Renan Jankovsky	01/03/1996	7	1,75	8	2,00	15	3,75	0,00	3,75	Aprovado	5	25	50981	Sandro Ricardo Koch	03/02/1976	11	2,75	5	1,25	16	4,00	Aprovado		
														6	15	51256	Glaucio De Meira Colaco	05/05/1978	9	2,25	6	1,50	15	3,75	Aprovado		
														7	23	51067	Ronaldo Bay	15/03/1992	10	2,50	5	1,25	15	3,75	Aprovado		
														8	8	51345	Ademir Jose De Carvalho	18/03/1984	8	2,00	6	1,50	14	3,50	Aprovado		
														9	18	51427	Jorge Mario Wille	18/06/1969	6	1,50	7	1,75	13	3,25	Aprovado		

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

10	10	50346	Ana Paula Paiva Bitencourt De Lima Carvalho	16/02/1982	5	1,25	7	1,75	12	3,00	Aprovado
11	16	51602	Joao Saulo Muller	09/09/1955	6	1,50	5	1,25	11	2,75	Aprovado
12	14	50878	Elisabete Aparecida Alegri	01/09/1974	6	1,50	5	1,25	11	2,75	Aprovado
13	17	50779	Jonas Carvalho Do Prado	14/10/1991	5	1,25	4	1,00	9	2,25	Aprovado
Monitor de Educação Especial Todos os Níveis											
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	51	50590	Beatriz De Fatima Pontes	26/01/1995	15	3,75	19	4,75	34	8,50	Aprovado
2	164	50979	Scheila Reva	10/03/1990	17	4,25	17	4,25	34	8,50	Aprovado
3	148	50833	Neucimara Panfil	04/07/1979	16	4,00	17	4,25	33	8,25	Aprovado
4	139	49751	Maria Lucia Pereira Bonfim	22/06/1978	12	3,00	19	4,75	31	7,75	Aprovado
5	76	49762	Elaine Schiessl De Lima	05/12/1988	13	3,25	18	4,50	31	7,75	Aprovado
6	112	50558	Josiane Erzingher	27/12/1980	11	2,75	19	4,75	30	7,50	Aprovado
7	73	49761	Dirce Batista Moreira Dos Anjos	30/05/1967	12	3,00	18	4,50	30	7,50	Aprovado
8	77	51452	Elcio Mario Ningeleski Junior	22/10/1991	13	3,25	17	4,25	30	7,50	Aprovado
9	38	50941	Andre Granemann Damas	28/07/1995	13	3,25	17	4,25	30	7,50	Aprovado
10	91	51088	Franciele Grosskopf	28/03/1987	10	2,50	19	4,75	29	7,25	Aprovado
11	66	49522	Daniele Soraia Lucas	09/08/1991	11	2,75	18	4,50	29	7,25	Aprovado
12	105	50819	Jessica Thais Santos Lima	17/09/1991	12	3,00	17	4,25	29	7,25	Aprovado
13	110	50561	Jolsimari Erzingher	25/05/1982	11	2,75	17	4,25	28	7,00	Aprovado
14	63	50209	Dahra Boreck	18/04/1996	11	2,75	17	4,25	28	7,00	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

15	180	50204	Zenilda Iachitzki	29/06/1977	12	3,00	16	4,00	28	7,00	Aprovado
16	107	51267	Joceli Schueller	18/09/1977	12	3,00	16	4,00	28	7,00	Aprovado
17	138	51129	Maria Dionete Caetano Gonçalves	21/07/1970	14	3,50	14	3,50	28	7,00	Aprovado
18	32	50888	Ana Carla Ferreira De Souza	06/04/1992	9	2,25	18	4,50	27	6,75	Aprovado
19	167	50193	Solange Schiessl Fagundes Dos Passos	24/02/1978	10	2,50	17	4,25	27	6,75	Aprovado
20	87	50223	Eveline Gisele Steilein	30/11/1981	10	2,50	17	4,25	27	6,75	Aprovado
21	40	50821	Andrea Regina Morais	18/12/1982	10	2,50	17	4,25	27	6,75	Aprovado
22	80	51513	Eliane Carla Engel	20/11/1984	10	2,50	17	4,25	27	6,75	Aprovado
23	168	49726	Suelen Regina Correia	27/12/1986	10	2,50	17	4,25	27	6,75	Aprovado
24	100	50701	Jaine Aparecida Correa De Paula	19/02/1993	11	2,75	16	4,00	27	6,75	Aprovado
25	53	49716	Camila Justino De Souza	17/04/1995	12	3,00	15	3,75	27	6,75	Aprovado
26	78	49769	Elenita Zaluski Kelczeski	15/06/1996	13	3,25	14	3,50	27	6,75	Aprovado
27	170	50178	Susy Aparecida Gapski	04/07/1989	7	1,75	19	4,75	26	6,50	Aprovado
28	136	51147	Maria Claudineia Randig	27/12/1979	8	2,00	18	4,50	26	6,50	Aprovado
29	128	49853	Lucimara Lis	07/02/1989	8	2,00	18	4,50	26	6,50	Aprovado
30	150	49697	Noeci Cecilia Granemann Damas	21/11/1967	9	2,25	17	4,25	26	6,50	Aprovado
31	37	49531	Ana Paula Rosa Krzyzyk	24/07/1981	9	2,25	17	4,25	26	6,50	Aprovado
32	113	50554	Josimar Carneiro	03/05/1986	9	2,25	17	4,25	26	6,50	Aprovado
33	162	49872	Sandi Maiara De Lima	13/02/1993	9	2,25	17	4,25	26	6,50	Aprovado
34	34	50078	Ana Marta Feger	05/10/1966	10	2,50	16	4,00	26	6,50	Aprovado
35	157	50919	Rosilda Wendt Gomes De Camargo	17/09/1976	10	2,50	16	4,00	26	6,50	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460-000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

36	119	49519	Juraci Grittens Dos Santos	22/06/1983	10	2,50	16	4,00	26	6,50	Aprovado
37	85	49633	Erica Daiana Maximo	04/08/1986	10	2,50	16	4,00	26	6,50	Aprovado
38	92	50117	Francielle Schmitk Gasperin	03/01/1989	10	2,50	16	4,00	26	6,50	Aprovado
39	173	50363	Tatiane Do Carmo Dias Machado	23/10/1996	11	2,75	15	3,75	26	6,50	Aprovado
40	133	49795	Marcia Regina Rodrigues Ferreira Filho	16/07/1979	7	1,75	18	4,50	25	6,25	Aprovado
41	82	50477	Elizandra Claudineia Teleginski	21/04/1983	7	1,75	18	4,50	25	6,25	Aprovado
42	120	50314	Jusimara Da Silveira	19/08/1979	8	2,00	17	4,25	25	6,25	Aprovado
43	117	51173	Juliane Correa De Almeida Bueno De Oliveira Cordeiro	10/06/1984	8	2,00	17	4,25	25	6,25	Aprovado
44	75	50169	Elaine Regina Goncalves De Oliveira	19/08/1995	8	2,00	17	4,25	25	6,25	Aprovado
45	152	51467	Raquel Tananuska	22/01/1975	9	2,25	16	4,00	25	6,25	Aprovado
46	179	50219	Viviane Cardoso	09/09/1981	9	2,25	16	4,00	25	6,25	Aprovado
47	60	50958	Claudete Urbanek Alves Massaneiro	24/08/1979	10	2,50	15	3,75	25	6,25	Aprovado
48	122	50297	Katia Regiane Ferreira Ennes	02/02/1982	10	2,50	15	3,75	25	6,25	Aprovado
49	125	50291	Leticia Da Silva	06/07/1988	10	2,50	15	3,75	25	6,25	Aprovado
50	144	50541	Marisa Loik Dos Santos Geraldo	16/09/1981	7	1,75	17	4,25	24	6,00	Aprovado
51	65	50208	Daniela Leandro	11/05/1987	7	1,75	17	4,25	24	6,00	Aprovado
52	123	49992	Kelin Lisiane Gluczkowski	14/04/1995	7	1,75	17	4,25	24	6,00	Aprovado
53	98	51148	Ivete Terezinha Da Siva	29/05/1968	8	2,00	16	4,00	24	6,00	Aprovado
54	135	50341	Maria Aparecida Rogalski Waldmann	03/08/1971	8	2,00	16	4,00	24	6,00	Aprovado
55	130	51214	Maiara Carvalho Do Prado Voigt	09/04/1987	8	2,00	16	4,00	24	6,00	Aprovado
56	39	50538	Andrea Lesnioski Porta	14/08/1984	9	2,25	15	3,75	24	6,00	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

57	124	50337	Leonir Sales Dos Santos Riske	18/03/1962	10	2,50	14	3,50	24	6,00	Aprovado
58	121	51207	Karin Sarah Bukart	26/06/1991	10	2,50	14	3,50	24	6,00	Aprovado
59	104	50962	Jenifer Silveira Valente	31/08/1993	10	2,50	14	3,50	24	6,00	Aprovado
60	27	50526	Adriana Baze	17/11/1993	6	1,50	17	4,25	23	5,75	Aprovado
61	155	50675	Roseli Aparecida Ferreira Bechel	01/05/1971	7	1,75	16	4,00	23	5,75	Aprovado
62	116	51290	Juliana Kegler De Paula Pinto	20/03/1988	7	1,75	16	4,00	23	5,75	Aprovado
63	55	51466	Carolina Aparecida Dumke	04/10/1993	8	2,00	15	3,75	23	5,75	Aprovado
64	52	49367	Camila Goncalves	12/06/1988	9	2,25	14	3,50	23	5,75	Aprovado
65	81	49688	Elisangela Antunes E Silva Ferreira	21/09/1979	10	2,50	13	3,25	23	5,75	Aprovado
66	41	51005	Andreia Kautz	15/11/1994	5	1,25	17	4,25	22	5,50	Aprovado
67	42	51356	Andresa Ferreira	23/01/1995	6	1,50	16	4,00	22	5,50	Aprovado
68	174	50533	Tereza Lucimara Gabriel Geraldo	07/02/1978	7	1,75	15	3,75	22	5,50	Aprovado
69	83	51385	Emanuele Carvalho Do Prado	11/08/1989	7	1,75	15	3,75	22	5,50	Aprovado
70	59	51066	Claudete Rodrigues Gravi Goncalves	17/09/1991	7	1,75	15	3,75	22	5,50	Aprovado
71	142	49921	Marilza Stein Borges	09/07/1967	8	2,00	14	3,50	22	5,50	Aprovado
72	28	50316	Alexandra Ostroski	16/03/1984	8	2,00	14	3,50	22	5,50	Aprovado
73	97	50236	Iriely Da Cruz	21/07/1984	8	2,00	14	3,50	22	5,50	Aprovado
74	141	50546	Maria Tatiane Koge Nogath	28/10/1990	8	2,00	14	3,50	22	5,50	Aprovado
75	111	50843	Joseli De Fatima Popovitz	18/03/1980	9	2,25	13	3,25	22	5,50	Aprovado
76	172	51296	Tania Franciele Pereira Da Silva	17/03/1989	9	2,25	13	3,25	22	5,50	Aprovado
77	88	50098	Fabiane Barbosa	15/02/1990	4	1,00	17	4,25	21	5,25	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

78	156	50536	Roseli Schmitberger Dos Santos	24/04/1980	5	1,25	16	4,00	21	5,25	Aprovado
79	43	50007	Andriele Da Rocha	23/05/1994	5	1,25	16	4,00	21	5,25	Aprovado
80	175	51403	Thais Da Rocha Cordeiro	27/02/1995	5	1,25	16	4,00	21	5,25	Aprovado
81	101	51289	Janete Kaminski Rincon	17/04/1973	6	1,50	15	3,75	21	5,25	Aprovado
82	158	51020	Rosilene Nogath	18/01/1983	6	1,50	15	3,75	21	5,25	Aprovado
83	49	51405	Auria Tamara Chuk	01/12/1969	7	1,75	14	3,50	21	5,25	Aprovado
84	153	49681	Rosa Maria De Souza	30/11/1977	7	1,75	14	3,50	21	5,25	Aprovado
85	46	50142	Angela Cristina Dolla	27/05/1978	7	1,75	14	3,50	21	5,25	Aprovado
86	61	51048	Cleomara Aparecida Da Silva	06/03/1996	7	1,75	14	3,50	21	5,25	Aprovado
87	134	51347	Mari Eli Cordeiro	15/07/1973	8	2,00	13	3,25	21	5,25	Aprovado
88	126	50340	Leticia Deller Morvan Mendes	07/02/1989	8	2,00	13	3,25	21	5,25	Aprovado
89	106	50214	Joceli Belarmino Rodrigues Ribeiro	09/06/1987	2	0,50	18	4,50	20	5,00	Aprovado
90	33	49837	Ana Carolina Ferreira Dos Santos	28/11/1994	4	1,00	16	4,00	20	5,00	Aprovado
91	166	51463	Siomara Popovicz	27/10/1982	5	1,25	15	3,75	20	5,00	Aprovado
92	89	49894	Fabiani Aparecida Hitner Ponijaleki	18/05/1977	6	1,50	14	3,50	20	5,00	Aprovado
93	74	49956	Dirce Maria Chupel Regodzinski	09/08/1977	6	1,50	14	3,50	20	5,00	Aprovado
94	154	50414	Rosana Da Silva	27/07/1979	6	1,50	14	3,50	20	5,00	Aprovado
95	127	50261	Luana Coelho Vezaro	18/02/1990	6	1,50	14	3,50	20	5,00	Aprovado
96	26	50961	Adriana Bayel	19/01/1970	7	1,75	13	3,25	20	5,00	Aprovado
97	165	51195	Silmara Regina Karvat Artnr	27/05/1981	7	1,75	13	3,25	20	5,00	Aprovado
98	96	51011	Ines Ricardo De Jesus Schimborski	28/03/1973	8	2,00	12	3,00	20	5,00	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

99	171	51556	Taciana Pazda Cordeiro	24/07/1976	8	2,00	12	3,00	20	5,00	Aprovado
100	129	50112	Luiz Fernando Padilha	20/11/1995	8	2,00	12	3,00	20	5,00	Aprovado
101	140	50220	Maria Talita Tabora	27/09/1987	3	0,75	16	4,00	19	4,75	Aprovado
102	45	51545	Andrieli Soares	22/09/1994	3	0,75	16	4,00	19	4,75	Aprovado
103	114	50786	Jucimara Muller Novack	06/03/1973	4	1,00	15	3,75	19	4,75	Aprovado
104	131	49927	Maiara Daiane Rosa	05/09/1990	4	1,00	15	3,75	19	4,75	Aprovado
105	69	51369	Danlei Cordeiro	11/06/1996	4	1,00	15	3,75	19	4,75	Aprovado
106	47	50160	Angelica Niezelski	03/03/1992	6	1,50	13	3,25	19	4,75	Aprovado
107	103	50887	Jaqueline De Paula	29/03/1992	6	1,50	13	3,25	19	4,75	Aprovado
108	54	49654	Carine Batista Moreira Dos Anjos	01/07/1996	7	1,75	12	3,00	19	4,75	Aprovado
109	151	50681	Patricia Goncalves Padilha Cubas Muller	23/08/1977	4	1,00	14	3,50	18	4,50	Aprovado
110	149	51532	Nilza Soares Ricardo	13/12/1976	5	1,25	13	3,25	18	4,50	Aprovado
111	29	51529	Aline De Souza Ruchinski	20/05/1990	5	1,25	13	3,25	18	4,50	Aprovado
112	50	50157	Barbara Dumke	14/09/1990	5	1,25	13	3,25	18	4,50	Aprovado
113	44	49862	Andriele Yasmin Da Silveira	09/09/1993	5	1,25	13	3,25	18	4,50	Aprovado
114	137	50382	Maria De J. R. Cordeiro	22/07/1967	3	0,75	14	3,50	17	4,25	Aprovado
115	146	50651	Marlene De Lima Kochan	05/04/1979	3	0,75	14	3,50	17	4,25	Aprovado
116	147	50048	Mayara Aparecida Da Silva	04/11/1994	3	0,75	14	3,50	17	4,25	Aprovado
117	64	50994	Daiane Kautz	01/08/1989	4	1,00	13	3,25	17	4,25	Aprovado
118	94	49741	Gilmar Dos Anjos	14/06/1994	4	1,00	13	3,25	17	4,25	Aprovado
119	35	49547	Ana Paula Baptista	02/03/1988	7	1,75	10	2,50	17	4,25	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

120	159	50995	Rozinilda Groscoopp	25/08/1973	5	1,25	11	2,75	16	4,00	Aprovado
121	56	50616	Cassiane Consulo	09/04/1998	6	1,50	10	2,50	16	4,00	Aprovado
122	95	51032	Gizeli Catia Lopes Polak	01/12/1988	7	1,75	9	2,25	16	4,00	Aprovado
123	109	50553	Jocimara Carneiro Tichevski	20/01/1991	7	1,75	9	2,25	16	4,00	Aprovado
124	177	51283	Valdeci De Fatima Rosa Kath	15/10/1963	4	1,00	11	2,75	15	3,75	Aprovado
125	36	51404	Ana Paula Cordeiro	22/04/1994	4	1,00	11	2,75	15	3,75	Aprovado
126	93	51497	Gerson Hoffmann Santi Filho	28/07/1995	6	1,50	9	2,25	15	3,75	Aprovado
127	57	51295	Celiane De Fatima Ribeiro	25/06/1981	2	0,50	11	2,75	13	3,25	Aprovado
128	79	51299	Eleoni Dos Santos	19/04/1973	1	0,25	9	2,25	10	2,50	Aprovado
129	99	51433	Ivone De Fatima Ferreira Dos Santos	05/11/1980	3	0,75	7	1,75	10	2,50	Aprovado
130	84	51187	Erica Da Silva Idalencio	17/08/1994	3	0,75	7	1,75	10	2,50	Aprovado
131	90	49831	Flavia Stuski Schicolski	24/07/1996	4	1,00	5	1,25	9	2,25	Aprovado
Monitor de Educação Infantil Todos os Níveis											
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	222	50749	Denise Karpen	22/06/1979	11	2,75	16	4,00	27	6,75	Aprovado
2	329	50715	Samuel De Aguiar Simoes	21/06/1987	11	2,75	16	4,00	27	6,75	Aprovado
3	353	51242	Viridiana Dos Santos	05/05/1980	12	3,00	15	3,75	27	6,75	Aprovado
4	192	51455	Ana Paula Arther	20/06/1994	12	3,00	15	3,75	27	6,75	Aprovado
5	351	49450	Tatiane Zientara De Lima	07/10/1985	13	3,25	14	3,50	27	6,75	Aprovado
6	256	50385	Jehniifer Wolter	14/04/1993	14	3,50	13	3,25	27	6,75	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

7	0	51501	Tatiane Gomes de Camargo	09/05/1997	9	2,25	17	4,25	26	6,50	Aprovado
8	268	50730	Juliana Kriginski	08/12/1978	11	2,75	15	3,75	26	6,50	Aprovado
9	211	50991	Claudete Kondras Ferreira	16/12/1976	12	3,00	14	3,50	26	6,50	Aprovado
10	270	51002	Juliani De Fatima Schipitoski	17/04/1994	12	3,00	14	3,50	26	6,50	Aprovado
11	189	50511	Ana Claudia Beje	07/07/1988	9	2,25	16	4,00	25	6,25	Aprovado
12	205	50456	Carine Correa	04/08/1995	9	2,25	16	4,00	25	6,25	Aprovado
13	209	51126	Cassiana Baptista Pires	16/11/1980	10	2,50	15	3,75	25	6,25	Aprovado
14	272	50817	Karine Hauerbach	05/01/1997	11	2,75	14	3,50	25	6,25	Aprovado
15	208	50655	Caroline Neves	10/04/1982	8	2,00	16	4,00	24	6,00	Aprovado
16	254	50605	Jaqueline Farias Cardoso De Jesus	31/01/1986	9	2,25	15	3,75	24	6,00	Aprovado
17	219	50676	Danieli Aparecida Oliveira	06/12/1987	9	2,25	15	3,75	24	6,00	Aprovado
18	184	51246	Aline Marisa Bazzanella	11/05/1990	9	2,25	15	3,75	24	6,00	Aprovado
19	257	49937	Jeniffer Massaneiro Pichebichevski	14/01/1994	9	2,25	15	3,75	24	6,00	Aprovado
20	278	49583	Larissa Santos Lima	28/01/1997	9	2,25	15	3,75	24	6,00	Aprovado
21	285	50740	Leticia Magalhaes	15/04/1990	10	2,50	14	3,50	24	6,00	Aprovado
22	220	51137	Debora Correa Pinto	08/11/1990	10	2,50	14	3,50	24	6,00	Aprovado
23	264	50064	Joice Fidencio Da Costa Guzinski	11/11/1996	10	2,50	14	3,50	24	6,00	Aprovado
24	314	50114	Patricia Barbosa Da Silva	28/02/1996	11	2,75	13	3,25	24	6,00	Aprovado
25	212	50835	Claudia Emi Kellner	12/12/1965	12	3,00	12	3,00	24	6,00	Aprovado
26	346	51001	Suzane Ribeiro Da Cruz Cardoso	29/03/1984	12	3,00	12	3,00	24	6,00	Aprovado
27	308	51153	Michele Karvat	29/03/1994	8	2,00	15	3,75	23	5,75	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

28	311	50988	Natana Mara Bueno Da Rocha	15/07/1995	8	2,00	15	3,75	23	5,75	Aprovado
29	229	51262	Eliete Neres De Meira Barbosa	13/08/1972	9	2,25	14	3,50	23	5,75	Aprovado
30	304	50909	Marineia Aparecida Vieira De Lima Alegri	02/09/1975	9	2,25	14	3,50	23	5,75	Aprovado
31	306	49620	Mayara Graciano Vaz	15/05/1992	9	2,25	14	3,50	23	5,75	Aprovado
32	292	51605	Maiara Ribeiro Frogel	25/11/1994	9	2,25	14	3,50	23	5,75	Aprovado
33	331	50492	Sandra Goncalves Palhano Dos Santos	08/07/1969	10	2,50	13	3,25	23	5,75	Aprovado
34	281	50459	Leoni Maria Marschalk Feskiu	02/02/1965	11	2,75	12	3,00	23	5,75	Aprovado
35	199	51419	Bruna Andressa Cochen	09/04/1995	5	1,25	17	4,25	22	5,50	Aprovado
36	202	49898	Bruna Neumann	29/03/1995	6	1,50	16	4,00	22	5,50	Aprovado
37	232	50120	Elisangela Screpec Izidio	27/08/1983	7	1,75	15	3,75	22	5,50	Aprovado
38	207	49554	Caroline Miiher Stocker	08/01/1991	8	2,00	14	3,50	22	5,50	Aprovado
39	233	51175	Fabiane Aparecida Colaco	08/08/1994	8	2,00	14	3,50	22	5,50	Aprovado
40	183	50156	Aline Aparecida Gurzinski	01/07/1997	8	2,00	14	3,50	22	5,50	Aprovado
41	302	50508	Marilsa Langer	05/04/1972	9	2,25	13	3,25	22	5,50	Aprovado
42	287	51425	Lindamar De Oliveiradias	29/11/1978	9	2,25	13	3,25	22	5,50	Aprovado
43	288	49721	Lorena Moreira Mayer	02/03/1995	9	2,25	13	3,25	22	5,50	Aprovado
44	203	50523	Cacilda Wardenski De Freitas	29/07/1976	10	2,50	12	3,00	22	5,50	Aprovado
45	298	49899	Maria Ines Lisboa	06/12/1979	10	2,50	12	3,00	22	5,50	Aprovado
46	261	51112	Jessica Regina Moreira	25/08/1991	10	2,50	12	3,00	22	5,50	Aprovado
47	343	50005	Solange Aparecida De Souza Prestes	02/01/1979	11	2,75	11	2,75	22	5,50	Aprovado
48	315	51310	Patricia Brandl Porta	13/12/1996	11	2,75	11	2,75	22	5,50	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

49	230	50210	Elisa Aparecida Cordeiro Haubricht	26/09/1989	4	1,00	17	4,25	21	5,25	Aprovado
50	333	51025	Scheila De Fatima Piechontcoski	24/04/1991	5	1,25	16	4,00	21	5,25	Aprovado
51	201	49993	Bruna Marielli Sampaio Nepomuceno	18/03/1997	6	1,50	15	3,75	21	5,25	Aprovado
52	231	51418	Elisangela Pfleger	23/02/1989	7	1,75	14	3,50	21	5,25	Aprovado
53	319	51363	Renata Cristiane Hatschbach	09/01/1998	7	1,75	14	3,50	21	5,25	Aprovado
54	238	50265	Franciane Tamara Fuck	13/03/1989	8	2,00	13	3,25	21	5,25	Aprovado
55	236	50472	Flavia Cristina De Lima	12/04/1990	8	2,00	13	3,25	21	5,25	Aprovado
56	266	51086	Josiele Schepanski	03/01/1993	8	2,00	13	3,25	21	5,25	Aprovado
57	210	50199	Charlene Karine Desouzafigura	18/10/1986	9	2,25	12	3,00	21	5,25	Aprovado
58	226	50197	Elenice Kucarz	24/08/1988	10	2,50	11	2,75	21	5,25	Aprovado
59	237	50719	Franciane De Fatima Ostroski	04/06/1993	6	1,50	14	3,50	20	5,00	Aprovado
60	338	51390	Siomara Do Rocio Marcondes Safanelli	27/08/1969	7	1,75	13	3,25	20	5,00	Aprovado
61	235	50402	Fernanda Gomes Do Valle	14/07/1990	7	1,75	13	3,25	20	5,00	Aprovado
62	347	50902	Tamires Querino De Lima	17/02/1994	7	1,75	13	3,25	20	5,00	Aprovado
63	249	51225	Janaina Tacheviski	08/06/1994	7	1,75	13	3,25	20	5,00	Aprovado
64	263	50495	Joice Aparecida Cordeiro	02/10/1996	7	1,75	13	3,25	20	5,00	Aprovado
65	259	50780	Jessica Fernanda Hinke Rosa	06/01/1997	7	1,75	13	3,25	20	5,00	Aprovado
66	242	50206	Helena Mathias Piermann	16/10/1978	4	1,00	15	3,75	19	4,75	Aprovado
67	290	50515	Luciane De Jesus Fernandes Ferreira	26/01/1982	4	1,00	15	3,75	19	4,75	Aprovado
68	221	51097	Debora Maria Dranka	03/04/1994	4	1,00	15	3,75	19	4,75	Aprovado
69	341	51190	Sirlene Rodrigues Colaco Pinto	12/06/1986	5	1,25	14	3,50	19	4,75	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

70	300	51241	Maria Sueli Adamski Vouk	23/08/1986	5	1,25	14	3,50	19	4,75	Aprovado
71	250	50437	Janaine Aparecida Juraszck	06/08/1989	5	1,25	14	3,50	19	4,75	Aprovado
72	309	51568	Nadia Raquel Da Rocha	10/12/1980	6	1,50	13	3,25	19	4,75	Aprovado
73	234	49500	Fernanda Baptista Moreira Voigt	24/01/1989	7	1,75	12	3,00	19	4,75	Aprovado
74	291	51313	Maiara Leite	26/12/1994	7	1,75	12	3,00	19	4,75	Aprovado
75	182	50927	Adriane Jack	08/10/1976	8	2,00	11	2,75	19	4,75	Aprovado
76	295	50494	Marciana Hinke	23/10/1976	8	2,00	11	2,75	19	4,75	Aprovado
77	245	51593	Itacilma Franciele Sobrinho	30/05/1978	8	2,00	11	2,75	19	4,75	Aprovado
78	342	51424	Soeli Terezinha Rocha De Almeida	10/09/1979	8	2,00	11	2,75	19	4,75	Aprovado
79	327	50354	Sabrina Hening	13/03/1990	9	2,25	10	2,50	19	4,75	Aprovado
80	339	50144	Sirlei De Fatima Schimidt	26/11/1985	4	1,00	14	3,50	18	4,50	Aprovado
81	185	49942	Aline Patricia Massaneiro Carlim	14/06/1988	4	1,00	14	3,50	18	4,50	Aprovado
82	227	50828	Eliane Aparecida Dias De Moraes	11/10/1987	5	1,25	13	3,25	18	4,50	Aprovado
83	253	51343	Jaqueline Aparecida Carvalho De Lima	31/01/1995	5	1,25	13	3,25	18	4,50	Aprovado
84	280	51172	Leni Basilio Piechontcoski	23/09/1972	7	1,75	11	2,75	18	4,50	Aprovado
85	296	51447	Margarete De Jesus Correa Herbest	19/08/1973	7	1,75	11	2,75	18	4,50	Aprovado
86	213	50179	Cristiane Aparecida Colaco	20/07/1983	7	1,75	11	2,75	18	4,50	Aprovado
87	307	51328	Mayara Mara Martinhuk	13/12/1996	7	1,75	11	2,75	18	4,50	Aprovado
88	310	50407	Nadira Pereira Do Nascimento Guesser	03/01/1974	8	2,00	10	2,50	18	4,50	Aprovado
89	282	50725	Leoni Nogueira	09/09/1978	8	2,00	10	2,50	18	4,50	Aprovado
90	217	50751	Daiana Kegler De Paula Pinto	09/11/1984	8	2,00	10	2,50	18	4,50	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

91	255	51590	Jaqueline Vieira Dos Santos	13/01/1994	8	2,00	10	2,50	18	4,50	Aprovado
92	193	49723	Ana Paula Daga	28/03/1995	9	2,25	9	2,25	18	4,50	Aprovado
93	243	50579	Iracilda Kaminski Alves Massaneiro	19/01/1974	4	1,00	13	3,25	17	4,25	Aprovado
94	194	51536	Andreia Kubrack Gruber	05/02/1975	4	1,00	13	3,25	17	4,25	Aprovado
95	225	50916	Elen Jaine Cordeiro	25/04/1990	4	1,00	13	3,25	17	4,25	Aprovado
96	200	50196	Bruna Kriczinski	15/12/1996	4	1,00	13	3,25	17	4,25	Aprovado
97	269	50531	Juliana Aparecida Babisz	03/05/1982	5	1,25	12	3,00	17	4,25	Aprovado
98	283	50027	Leticia Camargo	22/08/1988	5	1,25	12	3,00	17	4,25	Aprovado
99	318	51037	Regiane Renata Jankovsky Padilha	04/06/1985	6	1,50	11	2,75	17	4,25	Aprovado
100	277	49492	Kerolay Karpavicius Torquato	14/01/1992	6	1,50	11	2,75	17	4,25	Aprovado
101	181	50964	Adenilson Brey	02/02/1996	6	1,50	11	2,75	17	4,25	Aprovado
102	289	49503	Luana Regina De Mattos Furst	19/08/1982	7	1,75	10	2,50	17	4,25	Aprovado
103	337	50647	Simone Schroeder Leite	04/07/1985	7	1,75	10	2,50	17	4,25	Aprovado
104	246	49860	Jacira Schiessl (Estatuto do Idoso)	12/07/1954	7	1,75	9	2,25	16	4,00	Aprovado
105	316	51203	Patricia Stanski	23/12/1991	3	0,75	13	3,25	16	4,00	Aprovado
106	265	50284	Joraci Correa De Siqueira	07/05/1955	4	1,00	12	3,00	16	4,00	Aprovado
107	305	51387	Marli Sempkoviski	14/06/1980	4	1,00	12	3,00	16	4,00	Aprovado
108	191	51471	Ana Maria Domingos Pinto Maia	08/07/1984	4	1,00	12	3,00	16	4,00	Aprovado
109	340	49678	Sirlene Maria De Souza	13/02/1991	5	1,25	11	2,75	16	4,00	Aprovado
110	303	51115	Marina Neizer Dos Santos	02/06/1992	5	1,25	11	2,75	16	4,00	Aprovado
111	271	50876	Karine Eliza Nepomuceno	09/10/1993	5	1,25	11	2,75	16	4,00	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

112	188	50970	Ana Caroline Medeiros Franco	18/01/1994	5	1,25	11	2,75	16	4,00	Aprovado
113	247	51094	Jaine Maria Alves Weklak	04/03/1992	6	1,50	10	2,50	16	4,00	Aprovado
114	348	50138	Tatiana De Jesus	01/08/1984	7	1,75	9	2,25	16	4,00	Aprovado
115	274	50537	Karla Feldmann Lader	24/07/1987	1	0,25	14	3,50	15	3,75	Aprovado
116	214	51291	Cristiane Correa	21/07/1983	3	0,75	12	3,00	15	3,75	Aprovado
117	326	51151	Rueli Dos Santos Correa	11/09/1990	3	0,75	12	3,00	15	3,75	Aprovado
118	260	50918	Jessica Mara Dos Passos Tavares	11/06/1995	3	0,75	12	3,00	15	3,75	Aprovado
119	332	49588	Scharlize De Moura Nascimento	20/04/1990	4	1,00	11	2,75	15	3,75	Aprovado
120	345	51348	Suzamara Cheuchuk	19/09/1993	4	1,00	11	2,75	15	3,75	Aprovado
121	344	50348	Susamar Pagnoncelli	21/06/1980	5	1,25	10	2,50	15	3,75	Aprovado
122	293	51070	Maira Virginia Graciano Vaz Castilho	27/03/1976	6	1,50	9	2,25	15	3,75	Aprovado
123	313	51197	Nicole Karine Liller Da Silva	10/07/1992	6	1,50	9	2,25	15	3,75	Aprovado
124	197	51027	Beatriz Fernandes	01/06/1997	6	1,50	9	2,25	15	3,75	Aprovado
125	336	50366	Simone De Fatima Hening Schicolski	26/07/1986	3	0,75	11	2,75	14	3,50	Aprovado
126	279	50564	Lediane Magalhaes	01/09/1987	3	0,75	11	2,75	14	3,50	Aprovado
127	294	50859	Marcia Da Silveira	07/01/1989	4	1,00	10	2,50	14	3,50	Aprovado
128	241	50036	Gislene Aparecida Lorena	18/12/1992	4	1,00	10	2,50	14	3,50	Aprovado
129	321	50602	Roselaine Maria Diefenthaler	28/08/1967	7	1,75	7	1,75	14	3,50	Aprovado
130	325	51109	Rosilene Paul Schultz	03/05/1984	2	0,50	11	2,75	13	3,25	Aprovado
131	284	50527	Leticia Custodio	16/09/1996	3	0,75	10	2,50	13	3,25	Aprovado
132	297	50010	Maria De Lourdes Da Crus Loika	29/10/1966	4	1,00	9	2,25	13	3,25	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

133	299	51337	Maria Janaina Carvalho De Lima	17/08/1996	4	1,00	9	2,25	13	3,25	Aprovado
134	354	51402	Yanassan Gresczeschen	31/10/1995	6	1,50	7	1,75	13	3,25	Aprovado
135	286	50212	Lili Ap. Gabriel Kuhn	02/10/1964	7	1,75	6	1,50	13	3,25	Aprovado
136	267	51062	Josilene Vaz	05/02/1987	4	1,00	8	2,00	12	3,00	Aprovado
137	215	50174	Cristiane Suelen Szczygiel	30/04/1990	4	1,00	8	2,00	12	3,00	Aprovado
138	320	51182	Rosane Maria De Souza	25/02/1970	3	0,75	8	2,00	11	2,75	Aprovado
139	216	50319	Cristina Aparecida Becker Dos Santos	02/12/1975	3	0,75	8	2,00	11	2,75	Aprovado
140	352	50983	Vilma Tromm Dolla	20/10/1976	5	1,25	6	1,50	11	2,75	Aprovado
141	312	50232	Neuci Isabel Alves Do Prado	16/06/1978	3	0,75	7	1,75	10	2,50	Aprovado
142	251	51344	Janair Teixeira Spinelli	01/05/1975	4	1,00	6	1,50	10	2,50	Aprovado
143	186	51502	Almir Jose Santi Neto	27/02/1984	5	1,25	3	0,75	8	2,00	Aprovado

Orientador Educacional Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	362	49775	Tatiane Cristina Lopes De Albuquerque	07/09/1982	10	2,50	19	4,75	29	7,25	1,71	8,96	Aprovado
2	357	50594	Angela Patricia Waenarowski	27/01/1986	4	1,00	18	4,50	22	5,50	0,71	6,21	Aprovado
3	361	50827	Rita De Cassia Possamai Gomes Do Valle	25/09/1960	5	1,25	18	4,50	23	5,75	0,28	6,03	Aprovado
4	358	50530	Carla Cavalheiro	26/12/1984	4	1,00	12	3,00	16	4,00	1,70	5,70	Aprovado
5	356	50711	Angela Maria Pontarolo Hacker	14/01/1975	3	0,75	16	4,00	19	4,75	0,70	5,45	Aprovado
6	360	51399	Odalvia Vaurek	03/12/1954	5	1,25	15	3,75	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado
7	355	50814	Almir Rogerio Schicolski	17/11/1981	7	1,75	13	3,25	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

8	359	50272	Henrique Knorek	17/10/1961	5	1,25	14	3,50	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
Pedagogo Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	380	49468	Neuseli Pokrywiecki Waldmann	25/12/1970	9	2,25	15	3,75	24	6,00	1,90	7,90	Aprovado
2	371	49574	Giselle De Araujo	21/08/1981	9	2,25	16	4,00	25	6,25	1,57	7,82	Aprovado
3	378	50299	Maria Angelica Barbosa	06/11/1986	9	2,25	15	3,75	24	6,00	1,77	7,77	Aprovado
4	366	50163	Cintia Graciliano De Araujo Do Prado	08/02/1982	7	1,75	15	3,75	22	5,50	1,90	7,40	Aprovado
5	370	50431	Eliane Valomin Durau	22/05/1974	8	2,00	11	2,75	19	4,75	1,63	6,38	Aprovado
6	382	51227	Siomara Leal De Barros Plachek	06/03/1977	6	1,50	13	3,25	19	4,75	1,52	6,27	Aprovado
7	376	51603	Luciane Soares Walter	11/03/1985	7	1,75	12	3,00	19	4,75	0,70	5,45	Aprovado
8	379	50967	Michele Cristina Wosiack	07/09/1982	7	1,75	8	2,00	15	3,75	1,49	5,24	Aprovado
9	369	51208	Edevane.voinarski	20/10/1987	8	2,00	10	2,50	18	4,50	0,70	5,20	Aprovado
10	365	51394	Angela Maria lachitzki	07/11/1987	5	1,25	15	3,75	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado
11	367	51061	Cleonice De Fatima Glevinski Alves De Lima	15/12/1976	6	1,50	14	3,50	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado
12	374	50357	Luciana Malinoski Erhardt	17/04/1971	3	0,75	12	3,00	15	3,75	1,21	4,96	Aprovado
13	381	50855	Rosane Denk	18/05/1992	5	1,25	14	3,50	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
14	373	50242	Lizete Didek	10/11/1982	7	1,75	12	3,00	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
15	364	51213	Adriane Claudia Marcia Bartnick De Carvalho	03/03/1973	4	1,00	13	3,25	17	4,25	0,00	4,25	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

16	377	49982	Lucimar Neneve Dos Santos	27/01/1968	3	0,75	8	2,00	11	2,75	1,12	3,87	Aprovado
17	372	51546	Jucimara Schiessl	07/07/1987	4	1,00	10	2,50	14	3,50	0,00	3,50	Aprovado
18	363	50100	Adao Carlos De Lima	05/11/1969	7	1,75	7	1,75	14	3,50	0,00	3,50	Aprovado
Prof. Anos Iniciais (hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total	Nota	Títulos	Nota	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Prova		Final	
1	427	49799	Marilda Quirino De Almeida Ziemann	20/09/1972	9	2,25	14	3,50	23	5,75	1,53	7,28	Aprovado
2	438	49529	Silvana Aparecida Tibes	12/06/1978	7	1,75	14	3,50	21	5,25	1,7	6,95	Aprovado
3	409	49891	Idelci Kuilaski Smekatz	27/11/1981	8	2,00	12	3,00	20	5,00	1,94	6,94	Aprovado
4	404	50344	Elizabeth Aparecida Nogueira Figura	22/12/1963	8	2,00	14	3,50	22	5,50	1,42	6,92	Aprovado
5	389	50464	Alexandra Aparecida De Castro	28/05/1984	9	2,25	15	3,75	24	6,00	0,81	6,81	Aprovado
6	440	49773	Veridiani Aparecida Costa	17/11/1973	10	2,50	17	4,25	27	6,75	0,00	6,75	Aprovado
7	423	51303	Marcelo Martins De Carvalho	24/07/1987	12	3,00	15	3,75	27	6,75	0,00	6,75	Aprovado
8	396	49971	Cleia Rodrigues Ferreira Noernberg	13/04/1992	7	1,75	17	4,25	24	6,00	0,74	6,74	Aprovado
9	401	49760	Dirce Batista Moreira Dos Anjos	30/05/1967	8	2,00	13	3,25	21	5,25	1,47	6,72	Aprovado
10	403	50430	Eliane Valomin Durau	22/05/1974	5	1,25	15	3,75	20	5,00	1,63	6,63	Aprovado
11	398	51476	Cleonice De Fatima Glevinski Alves De Lima	15/12/1976	9	2,25	17	4,25	26	6,50	0,00	6,50	Aprovado
12	408	49459	Helena Zanchett	25/01/1959	8	2,00	14	3,50	22	5,50	1,00	6,50	Aprovado
13	428	50759	Marlene Kostulski Niezelski	17/09/1964	5	1,25	11	2,75	16	4,00	2,06	6,06	Aprovado
14	426	50802	Maria Veronica Schumovski	04/08/1969	6	1,50	11	2,75	17	4,25	1,78	6,03	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO

Departamento de Leis e Decretos

15	402	51134	Eliane Leandro Gonçalves Jungles	14/12/1988	10	2,50	14	3,50	24	6,00	0,00	6,00	Aprovado
16	411	50136	Janete Krauss	26/12/1974	4	1,00	14	3,50	18	4,50	1,49	5,99	Aprovado
17	429	50966	Michele Cristina Wosiack	07/09/1982	6	1,50	12	3,00	18	4,50	1,49	5,99	Aprovado
18	394	50688	Carla Cavalheiro	26/12/1984	8	2,00	9	2,25	17	4,25	1,70	5,95	Aprovado
19	399	50857	Cristiana Romao Pereira	18/08/1981	7	1,75	10	2,50	17	4,25	1,65	5,90	Aprovado
20	390	50980	Andrea Pinheiro Dos Santos	19/09/1973	7	1,75	14	3,50	21	5,25	0,64	5,89	Aprovado
21	420	50972	Lucia Maria Wosiack	12/04/1954	11	2,75	11	2,75	22	5,50	0,35	5,85	Aprovado
22	410	49543	Ivete Terezinha Pacheco Carvalho Zucco (conforme ato 011)	23/03/1974	8	2,00	15	3,75	23	5,75	0,04	5,79	Aprovado
23	417	50609	Laura Melnechenko lendras	10/03/1975	8	2,00	13	3,25	21	5,25	0,49	5,74	Aprovado
24	397	50586	Clenice Truppel Fagundes	30/12/1980	7	1,75	13	3,25	20	5,00	0,70	5,70	Aprovado
25	424	50540	Maria Tatiane Koge Nogath	28/10/1990	7	1,75	10	2,50	17	4,25	1,42	5,67	Aprovado
26	439	51226	Siomara Leal De Barros Plachek	06/03/1977	6	1,50	10	2,50	16	4,00	1,52	5,52	Aprovado
27	418	51443	Liliane Teleginski	18/03/1993	9	2,25	13	3,25	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
28	425	51320	Maria Vanessa Greschechen	25/03/1983	7	1,75	14	3,50	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
29	414	51365	Karem Regina Jung	14/12/1967	9	2,25	12	3,00	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
30	432	49935	Priscila Kondras Ferreira Dos Santos	20/11/1990	6	1,50	12	3,00	18	4,50	0,70	5,20	Aprovado
31	387	49405	Adriana Alves Godoy	04/08/1986	4	1,00	15	3,75	19	4,75	0,42	5,17	Aprovado
32	415	50783	Karine Petrentchuk	22/07/1980	6	1,50	14	3,50	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado
33	430	49617	Michelle Segobria Ferreira	10/03/1981	7	1,75	13	3,25	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado
34	419	50241	Lizete Didek	10/11/1982	8	2,00	12	3,00	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado
35	437	51089	Roselis Aparecida Pacheco De Miranda	23/10/1957	6	1,50	10	2,50	16	4,00	1,00	5,00	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br





Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

3	456	50168	Elaine Regina Gonçalves De Oliveira	19/08/1995	9	2,25	15	3,75	24	6,00	0,00	6,00	Aprovado
4	443	51454	Ana Paula Artner	20/06/1994	6	1,50	15	3,75	21	5,25	0,70	5,95	Aprovado
5	468	51266	Joceli Schueller	18/09/1977	10	2,50	12	3,00	22	5,50	0,29	5,79	Aprovado
6	467	49677	Janice Cristina Da Silva Kryczyk	14/03/1992	10	2,50	12	3,00	22	5,50	0,28	5,78	Aprovado
7	455	50866	Diana Aparecida Schimidt De Souza Artner	28/07/1985	7	1,75	16	4,00	23	5,75	0,00	5,75	Aprovado
8	475	50322	Ligia Renata Cochask	14/07/1981	9	2,25	14	3,50	23	5,75	0,00	5,75	Aprovado
9	451	51218	Claudia Golec	16/09/1990	9	2,25	14	3,50	23	5,75	0,00	5,75	Aprovado
10	463	50580	Fernanda Hauerbach Szczygiel	24/08/1993	7	1,75	15	3,75	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
11	461	50718	Elli Leonilda Beije Burzi	22/11/1983	8	2,00	14	3,50	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
12	469	51017	Jorge Luis Beckert Medeiros	10/10/1985	8	2,00	14	3,50	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
13	449	51575	Caroline Schlichting Vieira	01/10/1986	9	2,25	13	3,25	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
14	473	49650	Juliano De Freitas Padilha	03/01/1989	6	1,50	13	3,25	19	4,75	0,70	5,45	Aprovado
15	458	50491	Eliane De Fatima Santana Zientara	25/04/1977	7	1,75	14	3,50	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
16	488	51022	Renata Cristiane Hatschbach	09/01/1998	7	1,75	14	3,50	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
17	476	50913	Luciane Bosse Serini Woelh	28/09/1980	9	2,25	12	3,00	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
18	444	49546	Ana Paula Baptista	02/03/1988	7	1,75	12	3,00	19	4,75	0,49	5,24	Aprovado
19	482	50567	Nicolle Novak	25/08/1988	6	1,50	14	3,50	20	5,00	0,14	5,14	Aprovado
20	460	50476	Elizandra Claudineia Teleginski	21/04/1983	8	2,00	12	3,00	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado
21	474	49802	Larissa Ziemann	05/04/1996	4	1,00	15	3,75	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
22	480	51128	Maria Dionete Caetano Goncalves	21/07/1970	6	1,50	13	3,25	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
23	447	50159	Angelica Niezelski	03/03/1992	6	1,50	13	3,25	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

24	448	51479	Ariane Caroline Krailing	01/04/1992	7	1,75	12	3,00	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
25	484	51540	Otilia Do Prado Ludka	22/09/1956	9	2,25	10	2,50	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
26	472	50518	Jucimara Panstein Todt	20/01/1980	9	2,25	8	2,00	17	4,25	0,35	4,60	Aprovado
27	454	50705	Denilda Nunes Da Rocha	01/08/1982	6	1,50	9	2,25	15	3,75	0,82	4,57	Aprovado
28	450	50834	Claudia Emi Kellner	12/12/1965	6	1,50	12	3,00	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
29	465	51410	Idalina Lorena	25/05/1971	6	1,50	12	3,00	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
30	491	50575	Vanessa Waldmann	15/08/1993	7	1,75	11	2,75	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
31	442	50315	Alexandra Ostroski	16/03/1984	8	2,00	10	2,50	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
32	464	50418	Geni Correa Bueno Pereira	16/10/1980	4	1,00	13	3,25	17	4,25	0,08	4,33	Aprovado
33	470	50908	Josiane Vaz	24/11/1984	5	1,25	12	3,00	17	4,25	0,00	4,25	Aprovado
34	478	50858	Marcia Da Silveira	07/01/1989	8	2,00	9	2,25	17	4,25	0,00	4,25	Aprovado
35	492	49560	Vilma Aparecida Cordeiro Bento Maria	23/06/1972	4	1,00	12	3,00	16	4,00	0,00	4,00	Aprovado
36	441	51165	Alessandra Bianek Ferreira	08/08/1994	5	1,25	11	2,75	16	4,00	0,00	4,00	Aprovado
37	445	51004	Andreia Kautz	15/11/1994	5	1,25	11	2,75	16	4,00	0,00	4,00	Aprovado
38	452	50998	Cleonice De Cassia Karvat	22/03/1985	7	1,75	9	2,25	16	4,00	0,00	4,00	Aprovado
39	459	50977	Elisa Aparecida Cordeiro Haubricht	26/09/1989	7	1,75	9	2,25	16	4,00	0,00	4,00	Aprovado
40	479	50974	Maria De J. R. Cordeiro	22/07/1967	6	1,50	9	2,25	15	3,75	0,00	3,75	Aprovado
41	489	50143	Sirlei De Fatima Schmidt	26/11/1985	9	2,25	6	1,50	15	3,75	0,00	3,75	Aprovado
42	490	50362	Tatiane Do Carmo Dias Machado	23/10/1996	2	0,50	12	3,00	14	3,50	0,00	3,50	Aprovado
43	453	50993	Daiane Kautz	01/08/1989	4	1,00	10	2,50	14	3,50	0,00	3,50	Aprovado
44	481	50060	Maria Elisa Manoel	20/09/1969	3	0,75	10	2,50	13	3,25	0,00	3,25	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

45	462	50386	Eni Terezinha Correa Rocha De Almeida	15/10/1979	3	0,75	7	1,75	10	2,50	0,00	2,50	Aprovado
Prof. Artes (hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	496	51080	Elizete Alves Correa	29/05/1969	11	2,75	12	3,00	23	5,75	1,86	7,61	Aprovado
2	503	50081	Viviane Guedes Dos Santos Neppel	14/09/1983	8	2,00	15	3,75	23	5,75	1,36	7,11	Aprovado
3	493	51382	Anna Alice Morantt	11/10/1988	9	2,25	16	4,00	25	6,25	0,04	6,29	Aprovado
4	498	50942	Jaqueline Bonetes Carvalho Do Prado	03/01/1985	7	1,75	15	3,75	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
5	495	50829	Debora Cristiana Rodrigues Da Silva Kruger De Matos	08/05/1983	6	1,50	13	3,25	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
6	497	50899	Janaína Aparecida Godoy	20/04/1990	8	2,00	10	2,50	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
Prof. Artes (não-hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	519	51472	Soraia Maria Zierhut Haag Karpen	31/07/1976	10	2,50	16	4,00	26	6,50	0,00	6,50	Aprovado
2	520	49550	Tais Viegurski Azevedo	12/05/1989	9	2,25	16	4,00	25	6,25	0,00	6,25	Aprovado
3	509	50264	Franciane Tamara Fuck	13/03/1989	11	2,75	13	3,25	24	6,00	0,00	6,00	Aprovado
4	515	49706	Noeli De Fatima Schupel	07/05/1972	7	1,75	15	3,75	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
5	516	50713	Pablo Tiago Zucco	11/08/1986	8	2,00	13	3,25	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
6	514	50360	Maurício Luis Tomaselli	15/12/1972	9	2,25	12	3,00	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

7	512	50861	Lucimara Alves Machado Stukoski	05/02/1976	8	2,00	12	3,00	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado
8	507	50820	Elisangela Antunes E Silva Ferreira	21/09/1979	9	2,25	11	2,75	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado
9	506	50391	Eliara Vargas Da Silva	11/07/1984	5	1,25	13	3,25	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
10	511	50290	Leticia Da Silva	06/07/1988	6	1,50	12	3,00	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
11	510	50963	Jenifer Silveira Valente	31/08/1993	6	1,50	12	3,00	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
12	505	51461	Carolina Aparecida Dumke	04/10/1993	7	1,75	11	2,75	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
13	518	51435	Solange Aparecida Ziemann	22/04/1993	6	1,50	9	2,25	15	3,75	0,00	3,75	Aprovado
14	504	51377	Annie Caroline Morantt Ferreira De Lima	11/10/1988	6	1,50	7	1,75	13	3,25	0,00	3,25	Aprovado
15	508	50401	Fernanda Gomes Do Valle	14/07/1990	4	1,00	8	2,00	12	3,00	0,00	3,00	Aprovado
Prof. Ciências (hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
1	523	51102	Claudia Golec	16/09/1990	9	2,25	18	4,50	27	6,75	0,00	6,75	Aprovado
2	528	50796	Joao Luiz Godoy	25/06/1980	10	2,50	16	4,00	26	6,50	0,00	6,50	Aprovado
3	524	51253	Dieny Naisa Fermينو	20/07/1988	10	2,50	11	2,75	21	5,25	1,00	6,25	Aprovado
4	522	50837	Adriana Moskwiaka Herbst	09/01/1986	8	2,00	15	3,75	23	5,75	0,00	5,75	Aprovado
5	530	50712	Karina Voigt	26/12/1982	6	1,50	16	4,00	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
6	532	50565	Suelen Ciecaleski	12/01/1992	6	1,50	16	4,00	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
7	525	51050	Eliza Fabiola Busch	01/10/1987	7	1,75	15	3,75	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
8	531	50731	Lucimeri Klodzinski Perosso	31/05/1976	4	1,00	17	4,25	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

9	526	51522	Emmanuelle Froehner Pamfil	23/05/1984	2	0,50	11	2,75	13	3,25	0,00	3,25	Aprovado
Prof. Ciências (não-hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	541	51016	Jorge Luis Beckert Medeiros	10/10/1985	10	2,50	17	4,25	27	6,75	0,00	6,75	Aprovado
2	542	50306	Luciane Cavalheiro	16/09/1983	7	1,75	14	3,50	21	5,25	0,57	5,82	Aprovado
3	534	50447	Andriele Aparecida Kohler Scheuer	12/10/1988	6	1,50	17	4,25	23	5,75	0,00	5,75	Aprovado
4	545	50498	Robson Nepomuceno	02/05/1989	4	1,00	18	4,50	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
5	543	49644	Margarete Ferreira Dos Santos	01/01/1900	5	1,25	16	4,00	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
6	539	51371	Edneia De Fatima Luiz	24/02/1990	4	1,00	16	4,00	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado
7	537	49908	Crislaine Gonsalves Fernandes	08/05/1988	10	2,50	10	2,50	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado
8	536	51469	Claudio Cesar Dreher	26/07/1991	1	0,25	10	2,50	11	2,75	0,00	2,75	Aprovado
Prof. E. Religioso (hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	548	51096	Roberto Carlos Ferreira De Moraes	13/05/1972	12	3,00	17	4,25	29	7,25	0,00	7,25	Aprovado
Prof. E. Religioso (não-hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota					

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO

Departamento de Leis e Decretos

1	567	51105	Rosangela Rodrigues Duarte	05/03/1979	11	2,75	18	4,50	29	7,25	0,00	7,25	Aprovado
2	561	51421	Luis Fernando Vercka	31/10/1992	12	3,00	17	4,25	29	7,25	0,00	7,25	Aprovado
3	552	51373	Edneia De Fatima Luiz	24/02/1990	7	1,75	19	4,75	26	6,50	0,00	6,50	Aprovado
4	563	49794	Marcia Regina Rodrigues Ferreira Filho	16/07/1979	8	2,00	18	4,50	26	6,50	0,00	6,50	Aprovado
5	566	50607	Rosana Claudia De Lima	13/11/1973	6	1,50	18	4,50	24	6,00	0,00	6,00	Aprovado
6	560	50296	Katia Regiane Ferreira Ennes	02/02/1982	6	1,50	18	4,50	24	6,00	0,00	6,00	Aprovado
7	556	51526	Fabio Alves Martins	23/12/1982	10	2,50	14	3,50	24	6,00	0,00	6,00	Aprovado
8	569	51477	Silmar Ciriaco	17/11/1983	7	1,75	16	4,00	23	5,75	0,00	5,75	Aprovado
9	568	49871	Sandi Maiara De Lima	13/02/1993	8	2,00	14	3,50	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
10	550	50794	Alexandre Felipe Barra	25/01/1995	8	2,00	14	3,50	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
11	565	50497	Robson Nepomuceno	02/05/1989	5	1,25	16	4,00	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
12	549	51578	Alessandra Krauss Wieczorkiewicz	25/09/1990	7	1,75	14	3,50	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
13	558	50818	Jessica Thais Santos Lima	17/09/1991	7	1,75	14	3,50	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
14	557	50685	Francieli Kuminck	24/05/1991	7	1,75	13	3,25	20	5,00	0,07	5,07	Aprovado
15	564	49637	Margarete Ferreira Dos Santos	01/01/1900	7	1,75	13	3,25	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado
16	570	50506	Suelin Maria De Augustinho	14/11/1983	8	2,00	12	3,00	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado
17	554	51570	Elisandro Wieczorkiewicz	18/11/1984	5	1,25	13	3,25	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
18	559	50482	Joice Aparecida Cordeiro	02/10/1996	6	1,50	11	2,75	17	4,25	0,00	4,25	Aprovado
19	553	51594	Eliane Colaco	02/04/1974	4	1,00	9	2,25	13	3,25	0,00	3,25	Aprovado
Prof. Ed. Especial Int. Libras (hab) Todos os Níveis													

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
1	572	49584	Adriana Garcia Da Silva Droczak	05/02/1974	8	2,00	18	4,50	26	6,50	1,70	8,20	Aprovado
Prof. Ed. Especial Int. Libras (não-hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
1	574	50342	Maria Aparecida Rogalski Waldmann	03/08/1971	10	2,50	17	4,25	27	6,75	0,74	7,49	Aprovado
2	573	49734	Beatriz Leite Borges De Lima	12/03/1987	8	2,00	17	4,25	25	6,25	0,21	6,46	Aprovado
3	575	49642	Maria Goreti Britto	15/08/1966	7	1,75	16	4,00	23	5,75	0,35	6,10	Aprovado
4	576	49752	Maria Lucia Pereira Bonfim	22/06/1978	7	1,75	16	4,00	23	5,75	0,00	5,75	Aprovado
5	577	49929	Patricia Giseli Anton	17/12/1991	7	1,75	11	2,75	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
Prof. Ed. Especial Sala AEE (hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
1	581	50162	Cintia Graciliano De Araujo Do Prado	08/02/1982	7	1,75	19	4,75	26	6,50	1,90	8,40	Aprovado
2	580	51459	Andrea Aparecida Suchara Da Silveira	20/01/1983	4	1,00	17	4,25	21	5,25	0,62	5,87	Aprovado
3	582	50771	Marion Goncalves Padilha Pereira	14/08/1976	4	1,00	17	4,25	21	5,25	0,08	5,33	Aprovado
Prof. Ed. Especial Sala AEE (não-hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total	Nota	Títulos	Nota	Situação

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br





Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

13	605	50512	Milena Ferreira	03/09/1992	8	2,00	14	3,50	22	5,50	0,49	5,99	Aprovado
14	612	51581	Roseliane Tibes De Souza	12/12/1991	5	1,25	14	3,50	19	4,75	1,00	5,75	Aprovado
15	614	49576	Silvane De Souza Leite	22/10/1987	8	2,00	14	3,50	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
16	595	49792	Celia Kriczinski	26/10/1977	6	1,50	12	3,00	18	4,50	1,00	5,50	Aprovado
17	590	50694	Adilson	14/06/1992	4	1,00	17	4,25	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
18	601	49807	Jocimeri Martins Pires	13/04/1980	4	1,00	12	3,00	16	4,00	0,70	4,70	Aprovado
19	598	50200	Gislaine Garrett Pazda	24/04/1991	3	0,75	15	3,75	18	4,50	0,07	4,57	Aprovado
20	593	51054	Augusto Willian Voigt	02/01/1993	4	1,00	14	3,50	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
21	615	50347	Susamar Pagnoncelli	21/06/1980	4	1,00	12	3,00	16	4,00	0,00	4,00	Aprovado
22	602	50984	Joelcio Wierzchkiewicz	12/10/1986	7	1,75	7	1,75	14	3,50	0,46	3,96	Aprovado
Prof. Ed. Física (não-hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	622	50449	Cristian Rezende	24/04/1994	9	2,25	16	4,00	25	6,25	0,00	6,25	Aprovado
2	621	51408	Clebson Ferreira	17/11/1987	10	2,50	14	3,50	24	6,00	0,00	6,00	Aprovado
3	634	49742	Marina Massaneiro	22/12/1988	6	1,50	16	4,00	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
4	627	49873	Julian Amarildo Moreira De Almeida	15/09/1994	7	1,75	14	3,50	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
5	619	51045	Ana Carolina Machado Massaneiro	14/10/1994	7	1,75	14	3,50	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
6	631	50260	Luana Coelho Vezaro	18/02/1990	5	1,25	14	3,50	19	4,75	0,42	5,17	Aprovado
7	633	50846	Magnun Spaka De Moraes	30/11/1988	8	2,00	12	3,00	20	5,00	0,07	5,07	Aprovado
8	618	51528	Aline De Souza Ruchinski	20/05/1990	8	2,00	11	2,75	19	4,75	0,08	4,83	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

9	626	49578	Gustavo Leandro De Araujo	12/04/1991	7	1,75	12	3,00	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
10	629	51043	Laercio Manoel David	04/08/1962	8	2,00	11	2,75	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
11	630	50453	Leticia Alves Bueno Fidelis	12/08/1993	7	1,75	10	2,50	17	4,25	0,00	4,25	Aprovado
12	624	51400	Emanuel Griten	16/01/1998	7	1,75	10	2,50	17	4,25	0,00	4,25	Aprovado
13	635	50611	Roselis Alves De Albuquerque Silva	04/01/1981	4	1,00	10	2,50	14	3,50	0,00	3,50	Aprovado
Prof. Ed. Infantil (hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	688	49841	Zora Ionara Graneman Fernandes Kichileski	28/11/1973	11	2,75	17	4,25	28	7,00	2,18	9,18	Aprovado
2	675	49645	Salete Soares De Lima Kalempa	04/04/1966	8	2,00	15	3,75	23	5,75	2,43	8,18	Aprovado
3	651	49573	Giselle De Araujo	21/08/1981	8	2,00	17	4,25	25	6,25	1,86	8,11	Aprovado
4	652	50359	Jaqueline Maria Pertile Aumondi	15/03/1980	10	2,50	16	4,00	26	6,50	1,61	8,11	Aprovado
5	663	50298	Maria Angelica Barbosa	06/11/1986	10	2,50	14	3,50	24	6,00	1,77	7,77	Aprovado
6	669	49979	Maristela Bail De Faveri	06/08/1973	7	1,75	14	3,50	21	5,25	2,26	7,51	Aprovado
7	671	49486	Mirna Karpavicius	05/08/1959	9	2,25	13	3,25	22	5,50	2,00	7,50	Aprovado
8	666	49443	Mariel Horsky	15/05/1981	6	1,50	16	4,00	22	5,50	1,95	7,45	Aprovado
9	639	49818	Andrea Alves Ferreira De Freitas Padilha	11/08/1978	6	1,50	17	4,25	23	5,75	1,42	7,17	Aprovado
10	650	49893	Fabiani Aparecida Hitner Ponijaleki	18/05/1977	10	2,50	12	3,00	22	5,50	1,62	7,12	Aprovado
11	664	50215	Maria Da Luz De Oliveira	11/07/1976	8	2,00	12	3,00	20	5,00	2,00	7,00	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

12	676	50702	Scheila Grosskopf	15/12/1987	6	1,50	17	4,25	23	5,75	1,16	6,91	Aprovado
13	653	50723	Josiane Dos Santos	18/12/1989	11	2,75	16	4,00	27	6,75	0,12	6,87	Aprovado
14	655	49986	Katia Regina Finta Zipperer	08/04/1971	4	1,00	15	3,75	19	4,75	2,02	6,77	Aprovado
15	647	50576	Eliane Carvalho De Lima Damaso Da Silveira	10/11/1976	5	1,25	14	3,50	19	4,75	1,70	6,45	Aprovado
16	678	50046	Simone Puttkamer Carvalho	08/12/1969	7	1,75	16	4,00	23	5,75	0,56	6,31	Aprovado
17	643	51116	Angelina Castro De Oliveira (conforme ato 011)	09/02/1966	7	1,75	15	3,75	22	5,50	0,80	6,30	Aprovado
18	642	50593	Angela Patricia Waenarowski	27/01/1986	7	1,75	15	3,75	22	5,50	0,71	6,21	Aprovado
19	649	50368	Fabiane Emanuele Do Prado	28/05/1985	6	1,50	13	3,25	19	4,75	1,35	6,10	Aprovado
20	638	50510	Ana Claudia Beje	07/07/1988	7	1,75	15	3,75	22	5,50	0,53	6,03	Aprovado
21	665	50762	Maria Valdirene Krause Francisco	19/10/1982	9	2,25	15	3,75	24	6,00	0,00	6,00	Aprovado
22	668	49400	Marieli Pereira De Matos	09/06/1987	6	1,50	15	3,75	21	5,25	0,74	5,99	Aprovado
23	658	51597	Lorena Machado	25/08/1974	4	1,00	19	4,75	23	5,75	0,00	5,75	Aprovado
24	636	49848	Adriana Machado Campolin	21/08/1982	8	2,00	13	3,25	21	5,25	0,49	5,74	Aprovado
25	659	50352	Luciana Malinoski Erhardt	17/04/1971	6	1,50	12	3,00	18	4,50	1,21	5,71	Aprovado
26	681	50465	Sonia Maria Soares Padilha Crestani	31/12/1956	5	1,25	13	3,25	18	4,50	1,16	5,66	Aprovado
27	672	49498	Rosana Da Silva	27/07/1979	6	1,50	14	3,50	20	5,00	0,61	5,61	Aprovado
28	641	51416	Andresa Ferreira	23/01/1995	6	1,50	16	4,00	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
29	682	51342	Sueli Cubas Muller	05/11/1988	7	1,75	15	3,75	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
30	677	49699	Silvia Rosane Schatzmann	14/02/1978	8	2,00	14	3,50	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
31	654	50469	Juliana Catarina Dos Santos	25/11/1988	8	2,00	14	3,50	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

32	670	51123	Marli Terezinha Scholz Maron Fernandes	25/09/1970	7	1,75	11	2,75	18	4,50	1,00	5,50	Aprovado
33	683	50177	Susy Aparecida Gapski	04/07/1989	5	1,25	14	3,50	19	4,75	0,70	5,45	Aprovado
34	684	50481	Suzane Aparecida Olescovicz Szydolski	06/10/1987	6	1,50	13	3,25	19	4,75	0,70	5,45	Aprovado
35	673	50854	Rosane Denk	18/05/1992	6	1,50	15	3,75	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
36	637	51212	Adriane Claudia Marcia Bartnick De Carvalho	03/03/1973	8	2,00	12	3,00	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado
37	661	49981	Lucimar Neneve Dos Santos	27/01/1968	4	1,00	11	2,75	15	3,75	1,12	4,87	Aprovado
38	656	50485	Kelli Cristiane Veiga	02/01/1989	5	1,25	14	3,50	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
39	645	50134	Celina Polak Correa De Oliveira	03/07/1984	8	2,00	9	2,25	17	4,25	0,19	4,44	Aprovado
40	644	50286	Carine Graciela Da Silva	25/02/1986	6	1,50	11	2,75	17	4,25	0,14	4,39	Aprovado
41	640	50238	Andrea Lesnioski Porta	14/08/1984	7	1,75	9	2,25	16	4,00	0,07	4,07	Aprovado
42	674	50596	Roselaine Maria Diefentheiler	28/08/1967	6	1,50	10	2,50	16	4,00	0,00	4,00	Aprovado
43	685	50295	Taiane Vieira Da Silveira	20/11/1993	8	2,00	8	2,00	16	4,00	0,00	4,00	Aprovado
Prof. Ed. Infantil (não-hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	761	50254	Vanessa Wagner D' Oliveira	12/03/1981	9	2,25	16	4,00	25	6,25	0,60	6,85	Aprovado
2	762	50116	Vania Maria Wille De Sousa	19/10/1982	11	2,75	16	4,00	27	6,75	0,00	6,75	Aprovado
3	694	50589	Beatriz De Fatima Pontes	26/01/1995	12	3,00	15	3,75	27	6,75	0,00	6,75	Aprovado
4	755	49629	Sirlene Aparecida Janiszewski De Souza	11/07/1974	8	2,00	15	3,75	23	5,75	0,64	6,39	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO

Departamento de Leis e Decretos

5	726	50729	Juliana Kriginski	08/12/1978	9	2,25	16	4,00	25	6,25	0,00	6,25	Aprovado
6	754	50933	Silmara Pensak	23/05/1990	9	2,25	16	4,00	25	6,25	0,00	6,25	Aprovado
7	717	49936	Jeniffer Massaneiro Pichebichevski	14/01/1994	9	2,25	16	4,00	25	6,25	0,00	6,25	Aprovado
8	748	49667	Nelci Teresinha Schupel Titon	06/02/1974	12	3,00	13	3,25	25	6,25	0,00	6,25	Aprovado
9	702	50689	Danielli Martins Pusca	31/12/1992	8	2,00	14	3,50	22	5,50	0,63	6,13	Aprovado
10	735	50307	Luciane Cavalheiro	16/09/1983	8	2,00	14	3,50	22	5,50	0,57	6,07	Aprovado
11	752	50726	Sabrina Aparecida Hudzinski	10/01/1985	11	2,75	13	3,25	24	6,00	0,00	6,00	Aprovado
12	722	51308	Joice Fidencia Da Costa Guzinski	11/11/1996	11	2,75	13	3,25	24	6,00	0,00	6,00	Aprovado
13	724	50557	Josiane Erzinger	27/12/1980	8	2,00	13	3,25	21	5,25	0,67	5,92	Aprovado
14	757	50728	Suelen Elizabete Ignaszewski	29/10/1989	4	1,00	16	4,00	20	5,00	0,80	5,80	Aprovado
15	695	50891	Bianca De Cassia Griten Pires	20/08/1993	7	1,75	16	4,00	23	5,75	0,00	5,75	Aprovado
16	711	51490	Giseli Winter Padilha	15/07/1992	7	1,75	15	3,75	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
17	705	50721	Eliane De Fatima B Carvalho Do Prado	16/02/1978	8	2,00	14	3,50	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
18	758	49727	Suelen Regina Correia	27/12/1986	8	2,00	14	3,50	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
19	759	50432	Taina Maria Dos Passos Churutekoski	30/12/1994	8	2,00	14	3,50	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
20	719	50917	Jessica Mara Dos Passos Tavares	11/06/1995	8	2,00	14	3,50	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
21	725	50189	Josiane Wigneski	29/04/1988	9	2,25	13	3,25	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
22	697	49897	Bruna Neumann	29/03/1995	9	2,25	13	3,25	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
23	747	50987	Natana Mara Bueno Da Rocha	15/07/1995	9	2,25	13	3,25	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
24	692	49870	Andriele Yasmin Da Silveira	09/09/1993	7	1,75	12	3,00	19	4,75	0,70	5,45	Aprovado
25	763	50273	Vania Wagner Tartari	04/10/1987	7	1,75	12	3,00	19	4,75	0,56	5,31	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO

Departamento de Leis e Decretos

26	729	51204	Karin Sarah Bukart	26/06/1991	7	1,75	14	3,50	21	5,25	0,04	5,29	Aprovado
27	714	51014	Ines Ricardo De Jesus Schimborski	28/03/1973	7	1,75	14	3,50	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
28	700	50957	Claudete Urbanek Alves Massaneiro	24/08/1979	7	1,75	14	3,50	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
29	723	50560	Jolsimari Erzinger	25/05/1982	7	1,75	14	3,50	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
30	728	49518	Juraci Gritens Dos Santos	22/06/1983	8	2,00	13	3,25	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
31	739	51146	Maria Claudineia Randig	27/12/1979	9	2,25	12	3,00	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
32	740	49416	Maria Dinacir Silva	24/03/1979	10	2,50	11	2,75	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
33	716	50384	Jennifer Wolter	14/04/1993	10	2,50	11	2,75	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
34	733	49581	Lorena Moreira Mayer	02/03/1995	10	2,50	11	2,75	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
35	746	50555	Natali Artner	20/05/1995	6	1,50	14	3,50	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado
36	704	50415	Ecilda Aparecida Greim	27/11/1994	7	1,75	13	3,25	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado
37	696	50195	Bruna Kriczinski	15/12/1996	7	1,75	13	3,25	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado
38	741	51508	Maria Eduarda Diefenthaler	26/05/1996	8	2,00	12	3,00	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado
39	738	50493	Marciana Hinke	23/10/1976	6	1,50	13	3,25	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
40	701	50207	Daniela Leandro	11/05/1987	6	1,50	13	3,25	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
41	690	49836	Ana Carolina Ferreira Dos Santos	28/11/1994	6	1,50	13	3,25	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
42	710	51087	Franciele Grosskopf	28/03/1987	7	1,75	12	3,00	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
43	742	51505	Marielen Cristina Wypick	12/06/1989	8	2,00	11	2,75	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
44	713	49715	Heloisa Fernanda De Souza	28/10/1992	10	2,50	9	2,25	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
45	764	50504	Zenilda De Fatima Da Silva Falkievicz	16/02/1969	3	0,75	15	3,75	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
46	693	50141	Angela Cristina Dolla	27/05/1978	4	1,00	14	3,50	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

47	734	49502	Luana Regina De Mattos Furst	19/08/1982	4	1,00	14	3,50	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
48	709	49499	Fernanda Baptista Moreira Voigt	24/01/1989	5	1,25	13	3,25	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
49	691	50006	Andriele Da Rocha	23/05/1994	7	1,75	11	2,75	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
50	751	51503	Rosicler De Fatima Mowacki	16/03/1979	8	2,00	10	2,50	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
51	745	51567	Nadia Raquel Da Rocha	10/12/1980	8	2,00	10	2,50	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
52	744	50486	Miquelina Lakovitz Kieski (Estatuto do Idoso)	30/09/1948	5	1,25	12	3,00	17	4,25	0,00	4,25	Aprovado
53	707	51384	Emanuele Carvalho Do Prado	11/08/1989	2	0,50	15	3,75	17	4,25	0,00	4,25	Aprovado
54	708	50597	Fabiola Schiessl De Oliveira	30/03/1987	5	1,25	12	3,00	17	4,25	0,00	4,25	Aprovado
55	712	51551	Gislaine Aparecida Subtil Sasso	15/03/1992	5	1,25	12	3,00	17	4,25	0,00	4,25	Aprovado
56	736	51091	Luciane Medeiros Do Nascimento	09/04/1990	6	1,50	11	2,75	17	4,25	0,00	4,25	Aprovado
57	753	51081	Silmara Fronchak	12/12/1993	6	1,50	11	2,75	17	4,25	0,00	4,25	Aprovado
58	732	50868	Leticia Camargo	22/08/1988	7	1,75	10	2,50	17	4,25	0,00	4,25	Aprovado
59	718	50793	Jessica Fernanda Hinke Rosa	06/01/1997	7	1,75	10	2,50	17	4,25	0,00	4,25	Aprovado
60	699	50198	Charlene Karine Desouzafigura	18/10/1986	7	1,75	8	2,00	15	3,75	0,28	4,03	Aprovado
61	750	50529	Roseli Schmitberger Dos Santos	24/04/1980	4	1,00	12	3,00	16	4,00	0,00	4,00	Aprovado
62	737	51314	Lucimari Medeiros Do Nascimento	18/06/1982	7	1,75	9	2,25	16	4,00	0,00	4,00	Aprovado
63	698	50636	Caroline Maria Dubiela	12/05/1990	6	1,50	8	2,00	14	3,50	0,00	3,50	Aprovado
Prof. EJA (hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota					

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO

Departamento de Leis e Decretos

1	775	51523	Rosemeri Rodrigues Ferreira Brandl	03/01/1972	8	2,00	18	4,50	26	6,50	1,64	8,14	Aprovado
2	766	50129	Clarice De Fatima Rodrigues Siems	28/03/1959	7	1,75	16	4,00	23	5,75	1,70	7,45	Aprovado
3	771	50803	Maria Veronica Schumovski	04/08/1969	4	1,00	16	4,00	20	5,00	1,78	6,78	Aprovado
4	773	51047	Roberta Camila Dubiela	18/03/1987	9	2,25	18	4,50	27	6,75	0,00	6,75	Aprovado
5	769	50345	Elizabeth Aparecida Nogueira Figura	22/12/1963	8	2,00	13	3,25	21	5,25	1,42	6,67	Aprovado
6	765	51383	Anna Alice Moranttt	11/10/1988	9	2,25	17	4,25	26	6,50	0,04	6,54	Aprovado
7	768	51135	Eliane Leandro Goncalves Jungles	14/12/1988	6	1,50	19	4,75	25	6,25	0,00	6,25	Aprovado
8	774	50545	Roberto Carlos Ferreira De Moraes	13/05/1972	7	1,75	15	3,75	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
9	772	50659	Miguel Cardoso	27/09/1965	8	2,00	14	3,50	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
10	770	51598	Lorena Machado	25/08/1974	7	1,75	13	3,25	20	5,00	0,00	5,00	Aprovado
Prof. EJA (não-hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total	Nota	Títulos	Nota	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Prova		Final	
1	779	51114	Altavir Damaso Da Silveira Filho	20/03/1981	9	2,25	20	5,00	29	7,25	0,37	7,62	Aprovado
2	792	51247	Mayara Padilha Da Silva	06/11/1991	8	2,00	20	5,00	28	7,00	0,00	7,00	Aprovado
3	782	50053	Elenice Pereira	08/05/1972	8	2,00	17	4,25	25	6,25	0,31	6,56	Aprovado
4	798	50424	Zenilda De Lima	27/04/1969	11	2,75	15	3,75	26	6,50	0,00	6,50	Aprovado
5	790	49651	Juliano De Freitas Padilha	03/01/1989	9	2,25	13	3,25	22	5,50	0,70	6,20	Aprovado
6	785	51552	Evaristo Abraao Kluska	11/05/1972	7	1,75	16	4,00	23	5,75	0,00	5,75	Aprovado
7	795	50608	Rosana Claudia De Lima	13/11/1973	7	1,75	16	4,00	23	5,75	0,00	5,75	Aprovado
8	787	49728	Heloisa Fernanda De Souza	28/10/1992	8	2,00	15	3,75	23	5,75	0,00	5,75	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

9	786	51285	Francieli Kuminck	24/05/1991	7	1,75	15	3,75	22	5,50	0,07	5,57	Aprovado
10	793	50801	Nelci Teresinha Schupel Titon	06/02/1974	4	1,00	18	4,50	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
11	783	50392	Eliara Vargas Da Silva	11/07/1984	4	1,00	18	4,50	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
12	780	50999	Cleonice De Cassia Karvat	22/03/1985	5	1,25	14	3,50	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
13	796	50612	Roselis Alves De Albuquerque Silva	04/01/1981	2	0,50	15	3,75	17	4,25	0,00	4,25	Aprovado
Prof. Geografia (hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
1	802	49988	Maria Aparecida Bueno Ferreira	20/03/1983	8	2,00	11	2,75	19	4,75	1,20	5,95	Aprovado
2	800	50568	Deisi Denise Ciecaleski	11/09/1990	9	2,25	13	3,25	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
3	799	51015	Daniele Porta	15/12/1982	8	2,00	11	2,75	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
Prof. Geografia (não-hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
1	804	50233	Djenifer Onnil David	04/08/1988	8	2,00	8	2,00	16	4,00	0,35	4,35	Aprovado
2	808	51106	Rosangela Rodrigues Duarte	05/03/1979	7	1,75	10	2,50	17	4,25	0,00	4,25	Aprovado
3	803	49733	Beatriz Leite Borges De Lima	12/03/1987	4	1,00	12	3,00	16	4,00	0,00	4,00	Aprovado
4	807	49880	Luiza Helena Bresolin De Souza	01/09/1971	4	1,00	10	2,50	14	3,50	0,00	3,50	Aprovado
5	809	51478	Silmar Ciriaco	17/11/1983	6	1,50	7	1,75	13	3,25	0,00	3,25	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

Prof. História (hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	815	49710	Joel Valcir Zucco	01/10/1983	8	2,00	18	4,50	26	6,50	1,07	7,57	Aprovado
2	818	50578	Maury Kettlen Welke	25/07/1978	12	3,00	11	2,75	23	5,75	1,00	6,75	Aprovado
3	810	51579	Alessandra Krauss Wieczorkiewicz	25/09/1990	5	1,25	13	3,25	18	4,50	1,82	6,32	Aprovado
4	817	50361	Maurício Luis Tomaselli	15/12/1972	8	2,00	14	3,50	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
5	816	51422	Luis Fernando Vercka	31/10/1992	9	2,25	12	3,00	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
6	811	50585	Clenice Truppel Fagundes	30/12/1980	6	1,50	10	2,50	16	4,00	0,70	4,70	Aprovado
7	812	50029	Daniele Cristina De Lima	28/04/1984	4	1,00	13	3,25	17	4,25	0,08	4,33	Aprovado
8	813	50945	Eliane Colaco	02/04/1974	2	0,50	10	2,50	12	3,00	0,00	3,00	Aprovado
9	820	50753	Salete Aparecida Figura	14/08/1974	3	0,75	8	2,00	11	2,75	0,00	2,75	Aprovado
Prof. História (não-hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	834	51326	Tatiane Engel	17/10/1993	12	3,00	13	3,25	25	6,25	0,00	6,25	Aprovado
2	823	50795	Alexandre Felipe Barra	25/01/1995	8	2,00	14	3,50	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
3	831	50282	Sergio Luis Dos Santos Veiga	21/05/1977	8	2,00	10	2,50	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
4	827	51531	Jaqueline Aparecida Alves	24/12/1983	8	2,00	10	2,50	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
5	829	50133	Luana Pires De Lima	18/09/1996	8	2,00	10	2,50	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
6	824	50379	Dircete Schweicrzski Julinsky	19/03/1971	8	2,00	9	2,25	17	4,25	0,00	4,25	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

7	826	51527	Fabio Alves Martins	23/12/1982	5	1,25	10	2,50	15	3,75	0,00	3,75	Aprovado
8	828	50935	Joceli De Fatima Alves Da Rocha Suchara	07/06/1977	5	1,25	9	2,25	14	3,50	0,00	3,50	Aprovado
9	830	50182	Magno Lopes De Medeiros	21/02/1994	6	1,50	8	2,00	14	3,50	0,00	3,50	Aprovado
10	832	50293	Taiane Vieira Da Silveira	20/11/1993	8	2,00	6	1,50	14	3,50	0,00	3,50	Aprovado
11	825	51571	Elisandro Wieczorkiewicz	18/11/1984	4	1,00	9	2,25	13	3,25	0,00	3,25	Aprovado
Prof. Inglês (hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total	Nota	Títulos	Nota	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Prova		Final	
1	836	49627	Camila Del'gobo Kruger Munhoz	19/02/1993	9	2,25	14	3,50	23	5,75	0,70	6,45	Aprovado
2	835	50249	Adriana Bueno De Oliveira	24/06/1974	7	1,75	11	2,75	18	4,50	1,42	5,92	Aprovado
Prof. Inglês (não-hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total	Nota	Títulos	Nota	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Prova		Final	
1	852	50320	Soeli Franzon	14/12/1965	11	2,75	18	4,50	29	7,25	0,00	7,25	Aprovado
2	849	51210	Sennahias Manoel De Souza	17/04/1992	10	2,50	18	4,50	28	7,00	0,00	7,00	Aprovado
3	853	51199	Tania Aparecida De Sousa	07/10/1988	11	2,75	17	4,25	28	7,00	0,00	7,00	Aprovado
4	839	49365	Alisson Pokrywiecki Bechel	27/02/1992	10	2,50	17	4,25	27	6,75	0,00	6,75	Aprovado
5	838	51140	Ademir Joao Tinfel	01/06/1980	10	2,50	16	4,00	26	6,50	0,20	6,70	Aprovado
6	841	50885	Carlos Eduardo Sani	21/03/1990	9	2,25	17	4,25	26	6,50	0,00	6,50	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

7	842	50052	Elenice Pereira	08/05/1972	10	2,50	14	3,50	24	6,00	0,31	6,31	Aprovado
8	843	50700	Jaine Aparecida Correa De Paula	19/02/1993	10	2,50	15	3,75	25	6,25	0,04	6,29	Aprovado
9	851	49478	Sirlene De Fatima Arbigaus	05/09/1977	8	2,00	17	4,25	25	6,25	0,00	6,25	Aprovado
10	840	50940	Andre Granemann Damas	28/07/1995	8	2,00	17	4,25	25	6,25	0,00	6,25	Aprovado
11	845	51051	Jesse Carlos Batista	17/03/1993	9	2,25	16	4,00	25	6,25	0,00	6,25	Aprovado
12	854	51292	Willian Rodrigues De Carvalho	16/10/1988	13	3,25	10	2,50	23	5,75	0,12	5,87	Aprovado
13	846	50205	Lucimara Piechontcoski	12/12/1982	7	1,75	15	3,75	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
14	850	50952	Silvana Chopinski	10/09/1994	6	1,50	15	3,75	21	5,25	0,00	5,25	Aprovado
15	844	49906	Jaqueline Costa Serafim Antunes	02/02/1995	2	0,50	12	3,00	14	3,50	0,00	3,50	Aprovado
Prof. L. Portuguesa (hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
1	857	51248	Gilda Maria Schreiner Padilha	30/11/1952	9	2,25	15	3,75	24	6,00	2,29	8,29	Aprovado
2	859	51259	Sueli De Fatima Sabatke	29/10/1952	9	2,25	15	3,75	24	6,00	1,63	7,63	Aprovado
3	855	50775	Antonio Ovande Maciel	08/06/1991	5	1,25	14	3,50	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
Prof. L. Portuguesa (não-hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
1	873	51258	Tainara Wypcyk Padilha Da Silva	29/09/1994	11	2,75	13	3,25	24	6,00	0,00	6,00	Aprovado
2	862	51448	Amabile Caroline Krull Calado	13/06/1994	11	2,75	12	3,00	23	5,75	0,00	5,75	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

3	870	49882	Patricia Drosdek Correa	21/05/1995	8	2,00	14	3,50	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
4	871	51491	Reni Graciano Leite	11/05/1979	6	1,50	13	3,25	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
5	861	51113	Altavir Damaso Da Silveira Filho	20/03/1981	7	1,75	10	2,50	17	4,25	0,37	4,62	Aprovado
6	860	49549	Alderli Conceicao Da Silva Tobias	12/10/1983	5	1,25	11	2,75	16	4,00	0,00	4,00	Aprovado
7	864	51125	Cassiana Baptista Pires	16/11/1980	6	1,50	10	2,50	16	4,00	0,00	4,00	Aprovado
8	874	50765	Tais Da Cruz	07/01/1994	4	1,00	11	2,75	15	3,75	0,07	3,82	Aprovado
9	867	50023	Leidiane Arthner	22/09/1984	5	1,25	9	2,25	14	3,50	0,00	3,50	Aprovado
Prof. Matemática (hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
1	875	51462	Debora Rengel	02/05/1989	11	2,75	13	3,25	24	6,00	0,00	6,00	Aprovado
2	876	51215	Gilberto Adriano Bialeski	21/02/1983	7	1,75	9	2,25	16	4,00	1,78	5,78	Aprovado
Prof. Matemática (não-hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
1	886	51127	Marilia Dranka	13/02/1994	14	3,50	14	3,50	28	7,00	0,00	7,00	Aprovado
2	879	51168	Crislaine Gonsalves Fernandes	08/05/1988	10	2,50	12	3,00	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
3	882	50388	Diego Sorg Jurgensen	17/05/1996	9	2,25	10	2,50	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
4	889	50670	Olga Correia Da Silva	29/09/1958	10	2,50	9	2,25	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado
5	891	50281	Sergio Luis Dos Santos Veiga	21/05/1977	10	2,50	9	2,25	19	4,75	0,00	4,75	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

6	890	50277	Ricardo Erzinger	03/09/1989	10	2,50	8	2,00	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
7	877	49722	Ana Paula Daga	28/03/1995	12	3,00	6	1,50	18	4,50	0,00	4,50	Aprovado
8	878	50825	Andreia Dias Miranda	30/07/1987	8	2,00	9	2,25	17	4,25	0,00	4,25	Aprovado
9	885	50181	Magno Lopes De Medeiros	21/02/1994	6	1,50	10	2,50	16	4,00	0,00	4,00	Aprovado
10	881	50707	Daniela Do Prado	15/06/1990	5	1,25	10	2,50	15	3,75	0,00	3,75	Aprovado
11	883	49523	Gilvano Porta Junior	26/08/1996	6	1,50	8	2,00	14	3,50	0,00	3,50	Aprovado
12	888	50539	Marisa Loik Dos Santos Geraldo	16/09/1981	3	0,75	8	2,00	11	2,75	0,04	2,79	Aprovado

Prof. Música (hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Situação		
					Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	894	50943	Jaqueline Bonetes Carvalho Do Prado	03/01/1985	10	2,50	16	4,00	26	6,50	Aprovado		
2	895	51520	Yasushi Yamasaki	17/08/1965	6	1,50	14	3,50	20	5,00	Aprovado		

Prof. Música (não-hab) Todos os Níveis													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Situação		
					Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	904	51599	Reginaldo Antonio Marques Dos Santos	08/06/1980	10	2,50	15	3,75	25	6,25	Aprovado		
2	897	51378	Annie Caroline Morantt Ferreira De Lima	11/10/1988	10	2,50	15	3,75	25	6,25	Aprovado		
3	898	50448	Dinacir De Jesus Fernandes	21/03/1983	8	2,00	15	3,75	23	5,75	Aprovado		
4	902	50714	Pablo Tiago Zucco	11/08/1986	5	1,25	15	3,75	20	5,00	Aprovado		
5	905	50444	Ricardo Luis Nunes De Lima	12/11/1978	6	1,50	13	3,25	19	4,75	Aprovado		

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

6	896	50720	Aline Marcela Lourenco	05/04/1992	6	1,50	13	3,25	19	4,75	Aprovado
7	901	51376	Nodario De Lima Junior	16/04/1982	6	1,50	11	2,75	17	4,25	Aprovado
8	899	50118	Leandro De Oliveira Izidio	12/03/1984	7	1,75	10	2,50	17	4,25	Aprovado
9	900	50869	Martinho Pires	06/10/1966	2	0,50	8	2,00	10	2,50	Aprovado
Prof. Projetos Esportivos (hab) Todos os Níveis											
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	913	51549	Jose Roberto Krzesinski Filho	14/03/1987	9	2,25	18	4,50	27	6,75	Aprovado
2	914	50841	Michely Dayani Todt	09/06/1988	9	2,25	18	4,50	27	6,75	Aprovado
3	916	51237	Patricia Hirt Mayer	04/11/1985	7	1,75	19	4,75	26	6,50	Aprovado
4	918	50224	Rodinei Roque Lopes De Albuquerque	25/02/1981	7	1,75	18	4,50	25	6,25	Aprovado
5	908	51584	Ceila Rosa	06/10/1989	8	2,00	17	4,25	25	6,25	Aprovado
6	921	51254	Tatiane Ap. Gumiero	11/01/1984	9	2,25	16	4,00	25	6,25	Aprovado
7	912	49808	Jocimeri Martins Pires	13/04/1980	10	2,50	15	3,75	25	6,25	Aprovado
8	917	51232	Pedro Eugenio Wipiewski	27/11/1990	10	2,50	15	3,75	25	6,25	Aprovado
9	906	50695	Adilson	14/06/1992	5	1,25	19	4,75	24	6,00	Aprovado
10	910	50218	Francieli Vieira	21/04/1992	7	1,75	17	4,25	24	6,00	Aprovado
11	907	51055	Augusto Willian Voigt	02/01/1993	7	1,75	17	4,25	24	6,00	Aprovado
12	915	49427	Monica Goncalves	08/08/1973	8	2,00	16	4,00	24	6,00	Aprovado
13	919	50666	Ruan Phelipe Rodrigues	08/02/1988	9	2,25	15	3,75	24	6,00	Aprovado
14	909	50600	Celita Moreira	01/12/1986	5	1,25	17	4,25	22	5,50	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

15	920	49577	Silvane De Souza Leite	22/10/1987	3	0,75	16	4,00	19	4,75	Aprovado
16	911	50201	Gislaine Garrett Pazda	24/04/1991	4	1,00	15	3,75	19	4,75	Aprovado
Prof. Projetos Esportivos (não-hab) Todos os Níveis											
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	931	49743	Marina Massaneiro	22/12/1988	8	2,00	18	4,50	26	6,50	Aprovado
2	925	50867	Diana Aparecida Schmidt De Souza Artner	28/07/1985	8	2,00	17	4,25	25	6,25	Aprovado
3	928	49579	Gustavo Leandro De Araujo	12/04/1991	6	1,50	17	4,25	23	5,75	Aprovado
4	929	51044	Laercio Manoel David	04/08/1962	3	0,75	18	4,50	21	5,25	Aprovado
5	926	51401	Emanuel Griten	16/01/1998	5	1,25	14	3,50	19	4,75	Aprovado
6	930	50847	Magnun Spaka De Moraes	30/11/1988	4	1,00	13	3,25	17	4,25	Aprovado
7	923	50992	Anselmo Marcolin	20/11/1991	5	1,25	10	2,50	15	3,75	Aprovado
Prof. Projetos Pedagógicos (hab) Todos os Níveis											
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	954	51260	Sueli De Fatima Sabatke (Estatuto do Idoso)	29/10/1952	9	2,25	18	4,50	27	6,75	Aprovado
2	952	49618	Michelle Segobria Ferreira	10/03/1981	8	2,00	19	4,75	27	6,75	Aprovado
3	953	50047	Simone Puttkamer Carvalho	08/12/1969	9	2,25	18	4,50	27	6,75	Aprovado
4	937	49972	Cleia Rodrigues Ferreira Noernberg	13/04/1992	10	2,50	16	4,00	26	6,50	Aprovado
5	942	51219	Gilberto Adriano Bialeski	21/02/1983	9	2,25	16	4,00	25	6,25	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO

Departamento de Leis e Decretos

6	935	50287	Carine Graciela Da Silva	25/02/1986	5	1,25	19	4,75	24	6,00	Aprovado
7	949	49401	Mariii Pereira De Matos	09/06/1987	9	2,25	15	3,75	24	6,00	Aprovado
8	943	51252	Gilda Maria Schreiner Padilha	30/11/1952	8	2,00	15	3,75	23	5,75	Aprovado
9	939	49425	Deise Ferreira Chaves Rinaldi	21/02/1986	8	2,00	15	3,75	23	5,75	Aprovado
10	950	50772	Marion Goncalves Padilha Pereira	14/08/1976	6	1,50	16	4,00	22	5,50	Aprovado
11	934	50776	Antonio Ovande Maciel	08/06/1991	5	1,25	16	4,00	21	5,25	Aprovado
12	938	50830	Debora Cristiana Rodrigues Da Silva Kruger De Matos	08/05/1983	8	2,00	13	3,25	21	5,25	Aprovado
13	948	49444	Mariel Horsky	15/05/1981	5	1,25	15	3,75	20	5,00	Aprovado
14	947	50436	Luziria De Barros Pereira Cordeiro	14/11/1960	4	1,00	15	3,75	19	4,75	Aprovado
15	955	50484	Suzane Aparecida Olescovicz Szydolski	06/10/1987	4	1,00	15	3,75	19	4,75	Aprovado
16	956	51553	Virlene De Jesus Dos Santos	09/06/1977	5	1,25	14	3,50	19	4,75	Aprovado
17	951	50760	Marlene Kostulski Niezelski	17/09/1964	6	1,50	12	3,00	18	4,50	Aprovado
18	944	50724	Josiane Dos Santos	18/12/1989	4	1,00	12	3,00	16	4,00	Aprovado
19	946	50973	Lucia Maria Wosiack	12/04/1954	4	1,00	10	2,50	14	3,50	Aprovado
Prof. Projetos Pedagógicos (não-hab) Todos os Níveis											
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	977	50024	Leidiane Artner	22/09/1984	9	2,25	18	4,50	27	6,75	Aprovado
2	958	49850	Alderli Conceicao Da Silva Tobias	12/10/1983	9	2,25	17	4,25	26	6,50	Aprovado
3	976	51143	Ketlin Rodrigues Da Silva Batista	21/04/1989	9	2,25	17	4,25	26	6,50	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

4	957	51141	Ademir Joao Tinfel	01/06/1980	9	2,25	16	4,00	25	6,25	Aprovado
5	963	51480	Ariane Caroline Krailing	01/04/1992	10	2,50	15	3,75	25	6,25	Aprovado
6	993	51293	Willian Rodrigues De Carvalho	16/10/1988	10	2,50	14	3,50	24	6,00	Aprovado
7	967	50690	Danielli Martins Pusca	31/12/1992	10	2,50	14	3,50	24	6,00	Aprovado
8	971	49907	Jaqueline Costa Serafim Antunes	02/02/1995	10	2,50	14	3,50	24	6,00	Aprovado
9	959	49366	Alisson Pokrywiecki Bechel	27/02/1992	6	1,50	17	4,25	23	5,75	Aprovado
10	989	50433	Taina Maria Dos Passos Churutekoski	30/12/1994	7	1,75	16	4,00	23	5,75	Aprovado
11	961	50791	Angela Leitholt Correia De Freitas	09/08/1976	8	2,00	15	3,75	23	5,75	Aprovado
12	987	51473	Soraia Maria Zierhut Haag Karpen	31/07/1976	9	2,25	14	3,50	23	5,75	Aprovado
13	968	50722	Eliane De Fatima Burdziack Carvalho Do Prado	16/02/1978	6	1,50	16	4,00	22	5,50	Aprovado
14	980	51139	Natali Artner	20/05/1995	8	2,00	14	3,50	22	5,50	Aprovado
15	975	50784	Karine Petrentchuk	22/07/1980	9	2,25	13	3,25	22	5,50	Aprovado
16	966	50990	Danieli Bilitzki	15/10/1996	9	2,25	13	3,25	22	5,50	Aprovado
17	965	49652	Cristiane Da Rosa Gomes	18/06/1980	4	1,00	17	4,25	21	5,25	Aprovado
18	960	50823	Andreia Dias Miranda	30/07/1987	6	1,50	15	3,75	21	5,25	Aprovado
19	964	50637	Caroline Maria Dubiela	12/05/1990	6	1,50	15	3,75	21	5,25	Aprovado
20	973	50190	Josiane Wigneski	29/04/1988	6	1,50	13	3,25	19	4,75	Aprovado
21	992	51412	Vania Maria Wille De Sousa	19/10/1982	7	1,75	12	3,00	19	4,75	Aprovado
22	982	49930	Patricia Giseli Anton	17/12/1991	8	2,00	11	2,75	19	4,75	Aprovado
23	990	50766	Tais Da Cruz	07/01/1994	4	1,00	14	3,50	18	4,50	Aprovado
24	970	49590	Janaina Ortiz Dos Santos	09/09/1997	3	0,75	14	3,50	17	4,25	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

25	988	50507	Suelin Maria De Augustinho	14/11/1983	5	1,25	12	3,00	17	4,25	Aprovado
26	978	49690	Maria Dinacir Silva	24/03/1979	6	1,50	11	2,75	17	4,25	Aprovado
27	972	51415	Josiane Barbosa Da Silva	18/06/1979	6	1,50	11	2,75	17	4,25	Aprovado
Servente (feminino) Todos os Níveis											
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	1046	50490	Sandra Goncalves Palhano Dos Santos	08/07/1969	19	4,75	17	4,25	36	9,00	Aprovado
2	1017	51554	Jussara Cordeiro	10/03/1973	18	4,50	17	4,25	35	8,75	Aprovado
3	996	49854	Camila Carvalho	03/09/1992	19	4,75	16	4,00	35	8,75	Aprovado
4	1001	50894	Fabiana Paula Ferreira	10/04/1985	15	3,75	18	4,50	33	8,25	Aprovado
5	1032	50906	Marineia Aparecida Vieira De Lima Alegri	02/09/1975	18	4,50	15	3,75	33	8,25	Aprovado
6	1055	51297	Tania Franciele Pereira Da Silva	17/03/1989	18	4,50	15	3,75	33	8,25	Aprovado
7	1033	51507	Marlene Emmer Ferreira	31/01/1961	20	5,00	13	3,25	33	8,25	Aprovado
8	995	51184	Ana Rita Da Rocha Schindler	08/05/1970	16	4,00	16	4,00	32	8,00	Aprovado
9	1054	50514	Taciana Franco De Lima	07/10/1993	16	4,00	16	4,00	32	8,00	Aprovado
10	1058	49451	Tatiane Zientara De Lima	07/10/1985	18	4,50	14	3,50	32	8,00	Aprovado
11	1036	51349	Matilde Terezinha De Melo	24/09/1962	14	3,50	17	4,25	31	7,75	Aprovado
12	998	50915	Elen Jaine Cordeiro	25/04/1990	14	3,50	17	4,25	31	7,75	Aprovado
13	1016	50532	Juliana Aparecida Babisz	03/05/1982	16	4,00	15	3,75	31	7,75	Aprovado
14	1026	49653	Mareli Leite	06/03/1966	17	4,25	14	3,50	31	7,75	Aprovado
15	1050	51191	Sirlene Rodrigues Colaco Pinto	12/06/1986	17	4,25	14	3,50	31	7,75	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

16	1037	51154	Michele Karvat	29/03/1994	14	3,50	16	4,00	30	7,50	Aprovado
17	1011	50550	Jocimara Carneiro Tichevski	20/01/1991	15	3,75	15	3,75	30	7,50	Aprovado
18	1038	50408	Nadira Pereira Do Nascimento Guesser	03/01/1974	16	4,00	14	3,50	30	7,50	Aprovado
19	1028	49900	Maria Ines Lisboa	06/12/1979	16	4,00	14	3,50	30	7,50	Aprovado
20	1049	51196	Silmara Regina Karvat Artner	27/05/1981	14	3,50	15	3,75	29	7,25	Aprovado
21	1024	50421	Marcia Aparecida Taborda De Carvalho Ostroski	15/09/1974	13	3,25	15	3,75	28	7,00	Aprovado
22	1042	49805	Rafaela Aparecida Marques Dos Santos	03/04/1991	13	3,25	15	3,75	28	7,00	Aprovado
23	1022	50638	Luciane Maria Vfleger Vossgrau	21/12/1975	14	3,50	14	3,50	28	7,00	Aprovado
24	1041	50087	Patricia Piotrowski Pereira	19/05/1989	14	3,50	14	3,50	28	7,00	Aprovado
25	1015	50911	Jucineia Aparecida Unichi Popadiuk	10/12/1979	15	3,75	13	3,25	28	7,00	Aprovado
26	1047	50754	Sara Rodrigues De Moraes	19/05/1974	12	3,00	15	3,75	27	6,75	Aprovado
27	1000	51561	Ezicleia Colaco	01/01/1977	13	3,25	14	3,50	27	6,75	Aprovado
28	1048	51026	Scheila De Fatima Piechontcoski	24/04/1991	13	3,25	14	3,50	27	6,75	Aprovado
29	1052	51325	Sueli Ferreira De Souza	03/07/1966	11	2,75	15	3,75	26	6,50	Aprovado
30	1031	50000	Marilene Duarte Pereira	07/02/1982	11	2,75	15	3,75	26	6,50	Aprovado
31	1023	50394	Marcela Tavares De Camargo	20/08/1983	12	3,00	14	3,50	26	6,50	Aprovado
32	1018	51370	Leliane Santos Isidro	10/01/1982	13	3,25	13	3,25	26	6,50	Aprovado
33	1003	50037	Gislene Aparecida Lorena	18/12/1992	13	3,25	13	3,25	26	6,50	Aprovado
34	1007	51557	Ivanilda Pires Goncalves De Oliveira	27/06/1977	14	3,50	12	3,00	26	6,50	Aprovado
35	1019	50420	Leoni Nogueira	09/09/1978	14	3,50	12	3,00	26	6,50	Aprovado
36	1002	51056	Geni Ribeiro Da Cruz Ferreira	21/09/1973	15	3,75	11	2,75	26	6,50	Aprovado

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

37	1029	49964	Maria Isolina Kurpiel Ferreira	06/10/1974	15	3,75	11	2,75	26	6,50	Aprovado
38	1010	51357	Janair Teixeira Spinelli	01/05/1975	16	4,00	10	2,50	26	6,50	Aprovado
39	1014	50285	Joraci Correa De Siqueira	07/05/1955	12	3,00	13	3,25	25	6,25	Aprovado
40	1059	50521	Vanessa De Fatima Custodio	30/01/1994	12	3,00	13	3,25	25	6,25	Aprovado
41	1040	50547	Patricia Camilo	20/07/1992	11	2,75	13	3,25	24	6,00	Aprovado
42	1044	51358	Rosenilda Aparecida Da Cruz	04/06/1979	13	3,25	10	2,50	23	5,75	Aprovado
43	1061	50996	Zenaide Divina Venancio Nunes	29/09/1973	10	2,50	12	3,00	22	5,50	Aprovado
44	1056	50708	Tatiana Bigas	08/02/1995	11	2,75	11	2,75	22	5,50	Aprovado
45	1030	50744	Mariana Das Gracias Custodio	28/04/1988	10	2,50	11	2,75	21	5,25	Aprovado
46	999	50500	Eulalia Eni Souza (Estatuto do Idoso)	27/08/1952	12	3,00	8	2,00	20	5,00	Aprovado
47	1004	50581	Iracilda Kaminski Alves Massaneiro	19/01/1974	8	2,00	12	3,00	20	5,00	Aprovado
48	1008	51434	Ivone De Fatima Ferreira Dos Santos	05/11/1980	8	2,00	12	3,00	20	5,00	Aprovado
49	1039	50788	Natalina De Jesus Martins	25/12/1978	8	2,00	10	2,50	18	4,50	Aprovado
50	1020	50528	Leticia Custodio	16/09/1996	9	2,25	9	2,25	18	4,50	Aprovado
51	1057	51177	Tatiana Maria Custodio	07/09/1992	7	1,75	10	2,50	17	4,25	Aprovado
52	1043	50763	Rosa Rodrigues	22/06/1974	7	1,75	7	1,75	14	3,50	Aprovado
53	1013	50810	Joelma Da Silveira Schikolski	20/04/1977	4	1,00	8	2,00	12	3,00	Aprovado
54	1006	51583	Irodine Moreira	30/05/1955	3	0,75	4	1,00	7	1,75	Aprovado
Servente (masculino) Todos os Níveis				NASC.	CG		CE		Total	Nota Prova	Situação
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO		Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos		

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

1	1063	50113	Luiz Fernando Padilha	20/11/1995	17	4,25	17	4,25	34	8,50	Aprovado
---	------	-------	-----------------------	------------	----	------	----	------	----	------	----------

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br

DECRETO Nº 055/2015

DECRETO Nº. 055/2015

RATIFICA DECRETO Nº. 035/2014 DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

RATIFICAR

Art. 1º - Fica ratificado o Decreto nº. 035/2014, que aprovou o desmembramento de terreno urbano com área de 630,00 m² (Seiscentos e trinta metros quadrados), procedido por IRODINE MOREIRA E OUTROS situado na Rua João Batista Fedalto esquina com a Rua Guilherme Gonchorowski Sobrinho, no Bairro Industrial nº 01, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 8.895, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 20 com área de 226,80 m², lote nº 21 com área de 201,60 m² e lote nº 22 com área de 201,60 m², todos pertencentes à quadra nº 0021, conforme requerimento protocolado sob nº. 650/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 056/2015

DECRETO Nº. 056/2015

RATIFICA DECRETO Nº. 085/2014 DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

RATIFICAR

Art. 1º - Fica ratificado o Decreto nº. 085/2014, que aprovou o desmembramento de terreno urbano com área de 860,00 m² (Oitocentos e sessenta metros quadrados), procedido por DAIANE APARECIDA BECKER TAKAHASHI situado na Rua Antônio Bertão, no Bairro Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 16.861, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 02 com área de 250,00 m², lote nº 33 com área de 250,00 m² e lote nº 34 com área de 360,00 m² sendo que este só pode ser vendido

ao confrontante, todos pertencentes à quadra nº 004, conforme requerimento protocolado sob nº. 114/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 057/2015

DECRETO Nº. 057/2015

RATIFICA DECRETO Nº. 085/2014 DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

RATIFICAR

Art. 1º - Fica ratificado o Decreto nº. 086/2014, que aprovou o desmembramento de terreno urbano com área de 600,00 m² (Seiscentos metros quadrados), procedido por JOSÉ GILNEI VIEIRA DO NASCIMENTO E IGOR VIEIRA DO NASCIMENTO situado na Rua Otto Friedrich, no Bairro Jardim Esperança, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 21.200, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 17 com área de 264,00 m² e lote nº 27 com área de 336,00 m², ambos pertencentes à quadra nº 212, conforme requerimento protocolado sob nº. 406/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 058/2015

DECRETO Nº. 058/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício 2014, inscritos em Restos a Pagar - Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não se efetivara no exercício de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 24/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ANEXO ÚNICO - DECRETO Nº058/2015

ENTIDADE 01 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS			
RECURSO 130 – RECURSOS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0003332/14	25/08/2014	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	245,00
		TOTAL	245,00

DECRETO Nº 059/2015

DECRETO Nº. 059/2015

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 1.600,00 m² (Um mil e seiscentos metros quadrados), procedido por IVO FIORENTIN, situado na Rua Marechal Deodoro, esquina com a Rua Nery Waltrick, no Centro, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 15.079, ficando o imóvel assim

distribuído: lote nº 01 com área de 400,00 m², lote nº 42 com área de 800,00 m² e lote nº 43 com área de 400,00 m², todos pertencentes à quadra nº 133, conforme requerimento protocolado sob nº. 0953/2015.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 24/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 060/2015

DECRETO Nº. 060/2015

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 528,70 m² (Quinhentos e vinte e oito metros e setenta decímetros quadrados), procedido por DAIANE DOS SANTOS LIMA, situado na Rua Cidade de Jaú, esquina com a Rua Alois Stueber, no Bairro Alto das Palmeiras, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 19.030, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 02 com área de 215,80 m² e lote nº 21 com área de 312,90 m², ambos pertencentes à quadra nº 0105, conforme requerimento protocolado sob nº. 1379/2015.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 24/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 061/2015

DECRETO Nº. 061/2015

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 1.200,00 m² (Um mil e duzentos metros quadrados), procedido por ORESTES SILVIO LUDKA, situado na Rua Willibaldo Arnoldo Hoffmann, no Bairro Tricolin, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº 3.025 e 3.068, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 25 com área de 750,00 m² e lote nº 26 com área de 450,00 m², ambos pertencentes à quadra nº 0495, conforme requerimento protocolado sob nº. 1626/2015.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 24/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 062/2015

DECRETO Nº. 062/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.521 de 25/03/2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR Orçamento Geral da Prefeitura de acordo com o artigo 1º da Lei 5.521 de 25/03/2015, no valor de R\$ 309.029,95 (trezentos e nove mil, vinte e nove reais e noventa e cinco centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
Função 12: Educação
Subfunção 365: Educação Infantil
Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
Atividade 2.008 - Manutenção e desenvolvimento da educação

infantil

3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 309.029,95

Recursos 31800 - Transf. do FUNDEB - Aplic. Profis.(Min. 60%) - superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 309.029,95 (trezentos e nove mil, vinte e nove reais e noventa e cinco centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 - Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Código Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
31800	Transf. do FUNDEB - Aplic. Profis.(Min. 60%) – superávit	309.029,95
TOTAL		309.029,95

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 063/2015

DECRETO Nº. 063/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.522 de 25/03/2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.522 de 25/03/2015, no valor de R\$ 652.000,00 (seiscentos e cinquenta e dois mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 07: Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade 07.01: Secretaria Municipal de Assistência Social
Função 8: Assistência Social
Subfunção 244: Assistência Comunitária
Programa 10: Assistência Social Responsável
Atividade 2.069 - Manutenção do Conselho Tutelar
3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 85.000,00
Recursos 10000 - Recursos Ordinários

II)

Órgão 08: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Unidade 08.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Função 23: Comércio e Serviços
 Subfunção 691: Promoção Comercial
 Programa 4: Desenvolvimento Sustentável
 Atividade 2.013 - Manutenção da Sec. Mun. de Desenvolvimento Econômico
 3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 75.000,00
 Recursos 10000 - Recursos Ordinários

III)

Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
 Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
 Função 20: Agricultura
 Subfunção 606: Extensão Rural
 Programa 4: Desenvolvimento Sustentável
 Atividade 2.015 - Manutenção da Sec. Mun. de Desenvolvimento Rural
 3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 72.000,00
 Recursos 10000 - Recursos Ordinários

IV)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obra e Desenvolvimento Urbano
 Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
 Função 15: Urbanismo
 Subfunção 452: Serviços Urbanos
 Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo
 Atividade 2.022 - Manut. da Sec. Mun. de Obras e Desenvolvimento Urbano
 3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 200.000,00
 Recursos 10000 - Recursos Ordinários

V)

Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação
 Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação
 Função 16: Habitação
 Subfunção 482: Habitação Urbana
 Programa 18: Moradia para todos
 Atividade 2.010 - Manutenção da Secretaria Municipal de Habitação
 3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 70.000,00
 Recursos 10000 - Recursos Ordinários

VI)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
 Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
 Função 10: Saúde
 Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial
 Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
 Atividade 2.060 - Ações de média e alta complexidade
 3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 150.000,00
 Recursos 10200 - Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Saúde

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 652.000,00 (seiscentos e cinquenta e dois mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e

Orçamento
 Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento
 Função 4: Administração
 Subfunção 122: Administração Geral
 Programa 3: Modernização Administrativa
 Atividade 0.004 - Pagamento de inativos e pensionistas
 3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 352.000,00
 Recursos 10000 - Recursos Ordinários

II)

Órgão 07: Secretaria Municipal de Assistência Social
 Unidade 07.01: Secretaria Municipal de Assistência Social
 Função 8: Assistência Social
 Subfunção 244: Assistência Comunitária
 Programa 10: Assistência Social Responsável
 Atividade 2.009 - Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social
 3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 150.000,00
 Recursos 10000 - Recursos Ordinários

III)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
 Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
 Função 10: Saúde
 Subfunção 304: Vigilância Sanitária
 Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
 Atividade 2.059 - Ações de vigilância em saúde
 3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 150.000,00
 Recursos 10200 - Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Saúde

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 25 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 064/2015

DECRETO Nº. 064/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.523 de 25/03/2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.523 de 25/03/2015, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 14: Fundação Municipal de Esportes e Lazer
 Unidade 14.01: Fundação Municipal de Esportes e Lazer
 Função 27: Desporto e Lazer
 Subfunção 812: Desporto Comunitário
 Programa 16: Esporte como qualidade de vida
 Atividade 2.032 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes
 3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 35.000,00
 Recursos 10000 - Recursos Ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
 Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
 Função 20: Agricultura
 Subfunção 606: Extensão rural
 Programa 4: Desenvolvimento Sustentável
 Atividade 2.016 - Assistência ao pequeno produtor rural
 3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 35.000,00
 Recursos 10000 - Recursos Ordinários

Art. 3º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 25 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 065/2015

DECRETO Nº. 065/2015
 ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.524 de 25/03/2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.524 de 25/03/2015, no valor de R\$ 24.600,00 (vinte e quatro mil e seiscentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 20: Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
 Unidade 20.01: Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
 Função 20: Agricultura

Subfunção 606: Extensão Rural
 Programa 4: Desenvolvimento Sustentável
 Atividade 2.051 - Ações de incentivo à pecuária
 4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 24.600,00
 Recursos 10060 - Recursos F. Rural - Taxas e Serviços

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 24.600,00 (vinte e quatro mil e seiscentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 20: Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
 Unidade 20.01: Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
 Função 20: Agricultura
 Subfunção 606: Extensão Rural
 Programa 4: Desenvolvimento Sustentável
 Atividade 2.051 - Ações de incentivo à pecuária
 3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 24.600,00
 Recursos 10060 - Recursos F. Rural - Taxas e Serviços

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 066/2015

DECRETO Nº. 066/2015
 ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.525 de 25/03/2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.525 de 25/03/2015, no valor de R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação
 Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação
 Função 16: Habitação
 Subfunção 482: Habitação Urbana
 Programa 18: Moradia para todos
 Atividade 2.010 - Manutenção da Secretaria Municipal de Habitação
 4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 42.000,00
 Recursos 10000 - Recursos Ordinários
 II)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
 Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
 Função 12: Educação
 Subfunção 365: Educação Infantil
 Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
 Atividade 1.002 - Construções, ampliações e reformas de CEI's
 4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 35.000,00
 Recursos 13600 - Recursos Salário Educação

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação
 Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação
 Função 16: Habitação
 Subfunção 482: Habitação Urbana
 Programa 18: Moradia para todos
 Atividade 2.010 - Manutenção da Secretaria Municipal de Habitação
 3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 42.000,00
 Recursos 10000 - Recursos Ordinários

II)
 Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
 Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
 Função 12: Educação
 Subfunção 365: Educação Infantil
 Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
 Atividade 1.002 - Construções, ampliações e reformas de CEI's
 3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 35.000,00
 Recursos 13600 - Recursos Salário Educação

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de março de 2015.
 LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 067/2015

DECRETO Nº. 067/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DE CONVENIO COM A UNIÃO, DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

LUIZ ALBERTO RINSCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.526 de 25/03/2015, resolve:
 DECRETO

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.525 de 25/03/2015, no valor de R\$ 880.211,31 (oitocentos e oitenta mil, duzentos e onze reais e trinta e um centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 08: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
 Unidade 08.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
 Função 23: Comércio e Serviços
 Programa 04: Desenvolvimento Sustentável
 Subfunção 695: Turismo
 Projeto 1.115 - Revitalização do Parque de Exposições Ouro Verde
 4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 880.211,31
 Recurso 23400 -Transf. de Convênios União - Outros - Investimento

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos provenientes de convênio/processo nº008506/2013 firmado entre o Ministério do Turismo e o Município de Canoinhas no valor de R\$ 880.211,31 (oitocentos e oitenta mil, duzentos e onze reais e trinta e um centavos).

Art. 3º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, de acordo com o artigo 3º da Lei 5.525 de 25/03/2015, no valor de R\$ 141.000,00 (cento e quarenta e um mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 08: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
 Unidade 08.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
 Função 23: Comércio e Serviços
 Programa 04: Desenvolvimento Sustentável
 Subfunção 695: Turismo
 Projeto 1.115 - Revitalização do Parque de Exposições Ouro Verde
 4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 141.000,00
 Recurso 10000 - Recursos Ordinários

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ R\$ 141.000,00 (cento e quarenta e um mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 08: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
 Unidade 08.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
 Função 23: Comércio e Serviços
 Programa 04: Desenvolvimento Sustentável
 Subfunção 691: Promoção Comercial

Projeto 1.028 - Aquisição de Terreno p/ ações de Desenvolvimento Econômico
 4.5.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 141.000,00
 Recurso 10000 - Recursos Ordinários

Art. 5º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, de acordo com o artigo 5º da Lei 5.525 de 25/03/2015, no valor de R\$ 1.261,36 (um mil, duzentos e sessenta e um reais e trinta e seis centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 08: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
 Unidade 08.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
 Função 23: Comércio e Serviços
 Programa 04: Desenvolvimento Sustentável
 Subfunção 695: Turismo
 Projeto 1.042 - Reforma do Galpão de Gastronomia do Parque de Exposições
 4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 1.261,36
 Recurso 23400 -Transf. de Convênios União - Outros - Investimento

Art. 6º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ R\$ 1.261,36 (um mil, duzentos e sessenta e um reais e trinta e seis centavos), observando a arrecadação do exercício de 2014 e a tendência de arrecadação do exercício de 2015, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2015 (A) + Excessos abertos em 2015	Estimativa de Arrecadação para 2015, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
23400	4.019.596,00	4.020.857,36	1.261,36
TOTAL			1.261,36

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de março de 2015.
 LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 068/2015

DECRETO Nº. 068/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.527 de 25/03/2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.527 de 25/03/2015, no valor de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
 Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
 Função 20: Agricultura
 Subfunção 606: Extensão rural
 Programa 4: Desenvolvimento Sustentável
 Atividade 1.038 - Aquisição de Caminhões, tratores, máquinas e implementos
 4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 11.500,00
 Recursos 10000 - Recursos Ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
 Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
 Função 20: Agricultura
 Subfunção 606: Extensão rural
 Programa 4: Desenvolvimento Sustentável
 Atividade 2.016 - Assistência ao pequeno produtor rural
 3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 11.500,00
 Recursos 10000 - Recursos Ordinários

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de março de 2015.
 LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 069/2015

DECRETO Nº. 069/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

LUIZ ALBERTO RINSCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.530 de 25/03/2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.530 de 25/03/2015, no valor de R\$ 2.486.500,00 (dois milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil e quinhentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
Função 12: Educação
Subfunção 365: Educação infantil
Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
Atividade 2.008 - Manutenção e desenvolvimento da educação infantil
3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 450.000,00
Recursos 11800 - Transf. do FUNDEB - Aplic. Profis. (Min. 60%)

Atividade 2.008 - Manutenção e desenvolvimento da educação infantil
3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 1.436.500,00
Recursos 11900 - Transf. do FUNDEB - Aplic. Outras.

Subfunção 361: Ensino fundamental
Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
Atividade 2.004 - Manutenção da Secretaria Municipal de Educação
3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 600.000,00
Recursos 10100 - Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Educação

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 2.486.500,00 (dois milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil e quinhentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
Função 12: Educação
Subfunção 361: Ensino fundamental
Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
Atividade 2.007 - Manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental
3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 550.000,00
Recursos 11800 - Transf. do FUNDEB - Aplic. Profis. (Min. 60%)

Atividade 2.007 - Manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental
3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 1.200.000,00
Recursos 11900 - Transf. do FUNDEB - Aplic. Outras

Subfunção 366: Educação de jovens e adultos

Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
Atividade 2.067 - Manutenção e desenvolvimento da educação de jovens e adultos - EJA
3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 136.500,00
Recursos 11800 - Transf. do FUNDEB - Aplic. Profis. (Min. 60%)

Subfunção 365: Educação infantil
Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
Atividade 2.008 - Manutenção e desenvolvimento da educação infantil
3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 600.000,00
Recursos 10100 - Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Educação

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINSCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 070/2015

DECRETO Nº. 070/2015

PONTO FACULTATIVO

LUIZ ALBERTO RINSCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Em virtude das comemorações da Páscoa (Semana Santa), fica considerado Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais, o dia 02 de abril (quinta-feira) de 2015.

Art. 2º - O disposto no artigo 1º não se aplica aos serviços essenciais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINSCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 072/2015

DECRETO Nº. 072/2015

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 2.159,26 m² (Dois mil, cento e cinquenta e nove metros e vinte e seis decímetros quadrados), procedido por INDÚSTRIA DE MADEIRAS LUDOVICO DAMBROSKI LTDA, situado na Rua 12 de Setembro, no Centro, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº 28.805, 28.807 e 28.808, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 15 com área de 1.064,40 m² e lote nº 16 com área de 1.094,86 m², ambos pertencentes à quadra nº 0062, conforme requerimento protocolado sob nº. 2548/2015.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 27/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5515/2015

LEI Nº. 5.515 DE 10/03/2015

DISPÕE SOBRE O HINO DO DISTRITO DO CAMPO DA ÁGUA VERDE

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica adotado o Hino do Distrito do Campo da Água Verde, com letra de João Ribeiro e Música de Maria de Lourdes Brehmer, como se segue:

HINO DO CAMPO DA ÁGUA VERDE

Majestoso torrão altaneiro, que ostenta o mais belo esplendor.
Tua imagem pra nós simboliza, o mais nobre, o mais alto penhor.
Um gigante que não para de crescer.
Ó Campo do rio Água Verde: tua imensa beleza retrata.
A grandeza que herdaste ao nascer.

Ó Campo do rio Água Verde: linda história o progresso alcança.
Em tuas águas, o verde é mais verde.
É o verde de nossa esperança.

Nós te amamos: ó Campo do Água Verde. És digno do nosso louvor
Bem unidos te glorificamos, como prova de imenso valor.
O teu povo é hospitaleiro, belo exemplo de luta e labor.
É valente feliz mensageiro, de vitórias, de vidas e amor.

E o rio que leva o teu nome: muita vida e riqueza nos traz.
Lidas várzeas e bosques nativos.

Ainda guarda os mais belos pantanais.

Glorioso: Campo do Água Verde. Belo altivo, feliz varonil.

Tu és mais uma estrela que brilha, nos céus deste imenso Brasil.

Art. 2º - O Hino será utilizado nas escolas públicas e nas solenidades públicas municipais realizadas no Distrito.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 10 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 10/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5516/2015

LEI Nº. 5.516 DE 12/03/2015

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A INSTITUIR O PROJETO ESPORTE E LAZER NO CAMPO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a instituir o Projeto Esporte e Lazer no Campo, que será composto por competições esportivas instituídas por decreto municipal do poder executivo.

Parágrafo Único: É de responsabilidade da Fundação Municipal de Esportes e Lazer a organização, coordenação e execução do referido projeto.

Art. 2º - Para custear as despesas necessárias a execução do projeto fica autorizado o pagamento de despesas anual de até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Parágrafo Único: Os gastos mencionados no caput deste artigo se referem a arbitragem, mesário, premiação, bolas de futebol, sistema de som nos dias dos eventos, alimentação de atletas, transportes das equipes e demais gastos pertinentes ao projeto.

Art. 3º - Para a execução deste projeto poderão ser contratados terceiros de acordo com a Lei Federal nº 8666/93.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação do disposto nesta Lei correrão por conta de dotação orçamentária específica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 12/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5517/2015

LEI Nº. 5.517 DE 13/03/2015

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO PRÓ VIDA - CASA MATER RAINHA DA PAZ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a Associação Pró Vida - Casa Mater Rainha, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº. 20.475.535/0001-26, com sede e foro nesta cidade de Canoinhas.

Parágrafo único. À entidade beneficiada fica assegurada as prerrogativas e vantagens da legislação vigente.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5518/2015

LEI Nº. 5.518 DE 13/03/2015

"ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº. 5.444 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica alterado o caput do artigo 1º da Lei Municipal nº. 5.444 de 26 de novembro de 2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a cessão de uso à Polícia Militar do Estado de Santa Catarina - PMSC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.931.550/0001-51, de um veículo Fiat Pálio, veículo novo zero km, com capacidade para 05 pessoas, Chassi: 9BD17308TA4307737."

Art. 2º - Os demais dispositivos da Lei Municipal nº. 5.444 de 26 de novembro de 2014 permanecem inalterados.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5519/2015

LEI Nº. 5.519 DE 18/03/2015

"AUTORIZA O REPASSE DE SUBVENÇÃO SOCIAL A ENTIDADES, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover repasse no exercício financeiro de 2015, a título de subvenção social a entidade abaixo relacionada:

I - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CANOINHAS - APAE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 83.166.793/0001-40, até o valor de R\$ 36.991,12 (cento e trinta e seis mil, novecentos e noventa e um reais e doze centavos) recursos provenientes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, destinado para despesas conforme plano de trabalho da instituição.

II - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CANOINHAS - APAE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 83.166.793/0001-40, até o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) através de recursos ordinários, destinado à realização de despesas gerais para a manutenção das atividades da entidade visando dar o aporte necessário ao atendimento sócio-educativo a crianças especiais, destinados para despesas conforme plano de trabalho da instituição.

Art. 2º. Os valores a ser objeto de repasse a entidade constante no artigo 1º poderá ser repassado em parcela única ou ainda dividido em parcelas, a critério do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º. A partir do momento em que, individualmente, não forem cumpridos os objetivos e finalidades da Entidade, não forem cumpridos os Planos de Aplicações apresentados, ou não forem apresentadas às prestações de contas, será suspenso o repasse do recurso incondicionalmente.

Parágrafo Único: A suspensão motivada de repasses sujeita os responsáveis pela Entidade inadimplente às sanções cíveis e criminais correspondentes.

Art. 4º. É vedada a realização de despesas em data anterior ou posterior à assinatura do termo de ajuste a ser firmado entre esta Municipalidade e a Entidade Beneficiária, nos termos do art. 35 da Instrução Normativa TCE nº14/2012, devendo obrigatoriamente, quando aplicável, todas as despesas seguirem o ditado nos artigos 58 a 70 da Lei Federal 4.320/64.

§1º. As prestações de contas do recurso recebido deverá obrigatoriamente seguir as normas gerais de contabilidade pública, a Lei Federal nº4.320/64, a Lei nº8.666/93 e suas alterações, a Lei Complementar nº101/2000 e ainda, no que couber, as Instruções Normativas de números 13 e 14, e suas alterações, expedidas pelo egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

§2º. Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para a apresentação da prestação de contas pela Entidade, contados do ingresso do recurso em conta bancária específica para movimentações financeiras provenientes de convênios com esta municipalidade.

Art. 5º. As despesas constantes na presente Lei serão custeadas através das respectivas dotações orçamentárias.

Art. 6º - Fica alterado o art. 1º da Lei 5.510 de 10/03/2015, sendo que os valores destinados às entidades previstas em seus incisos serão oriundos de recursos ordinários do orçamento da prefeitura, retificando os incisos I e II no tocante a origem do recurso, que será do Fundo Municipal de Assistência Social e da Secretaria Municipal da Assistência Social, respectivamente.

Art. 7º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 14: Fundação Municipal de Esportes e Lazer
Unidade 14.01: Fundação Municipal de Esportes e Lazer
Função 27: Desporto e Lazer
Subfunção 812: Desporto Comunitário
Programa 16: Esporte como qualidade de vida
Atividade 2.032 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes
3.3.50.00.00.00.00 - Transf. a Inst. Priv. s/ fins lucrativos
..... 130.000,00
Recursos 10000 - Recursos Ordinários

Art. 8º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 14: Fundação Municipal de Esportes e Lazer
Unidade 14.01: Fundação Municipal de Esportes e Lazer
Função 27: Desporto e Lazer
Subfunção 812: Desporto Comunitário
Programa 16: Esporte como qualidade de vida
Atividade 2.032 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 130.000,00
Recursos 10000 - Recursos Ordinários

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 18/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5520/2015

LEI Nº. 5.520 DE 18/03/2015

"AUTORIZA A DOAÇÃO DE IMÓVEL A ENTIDADE CASA DA AMIZADE DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE CANOINHAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizada a doação, nos termos do art. 92, § 2º da Lei Orgânica do Município, o lote nº. 11, desmembrado através do decreto nº. 136 de 17 de novembro de 1992, cujo terreno urbano possui uma área de 515,00 m² (quinhentos e quinze metros) quadrados, parte de uma área total de 3.158,00 (três mil, cento e cinquenta e oito metros), localizado à Rua 03 de Maio, Centro, de propriedade da Prefeitura Municipal de Canoinhas, devidamente matriculada sob nº. 18.998 no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, para a entidade CASA DA AMIZADE DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE CANOINHAS, inscrita no CNPJ nº. 79.376.471/001-59.

Parágrafo único: Será revertido o imóvel ao Município de Canoinhas, quando a entidade deixar de funcionar e/ou não utilizar o imóvel por um período superior a 12 (doze) meses.

Art. 2º - A doação do imóvel descrito no artigo 1º destina-se única e exclusivamente para atender as finalidades previstas no estatuto da referida entidade, ora beneficiada.

Art. 3º - É de responsabilidade da entidade utilizar o imóvel para as finalidades a que se propõe, além de arcar com os custos de manutenção e consertos além de zelar pela guarda do estabelecimento.

Art. 4º - Ocorrendo a reversão do imóvel, em razão do descumprimento das condições estabelecidas, as benfeitorias realizadas e que forem possíveis de serem retiradas sem que percam sua natureza, utilidade ou que lhe reduzam o valor, deverão ser retiradas pela entidade no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do ato que determinar pela reversão, sob pena de incorporação ao imóvel, sem direito à indenização.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 18/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5521/2015

LEI Nº. 5.521 DE 25/03/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 309.029,95 (trezentos e nove mil, vinte e nove reais e noventa e cinco centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
Função 12: Educação
Subfunção 365: Educação Infantil
Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
Atividade 2.008 - Manutenção e desenvolvimento da educação infantil
3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 309.029,95
Recursos 31800 - Transf. do FUNDEB - Aplic. Profis.(Min. 60%) - superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 309.029,95 (trezentos e nove mil, vinte e nove reais e noventa e cinco centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 - Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Código Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
31800	Transf. do FUNDEB - Aplic. Profis.(Min. 60%) – superávit	309.029,95
TOTAL		309.029,95

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 25 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5522/2015

LEI Nº. 5.522 DE 25/03/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 652.000,00 (seiscentos e cinquenta e dois mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 07: Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade 07.01: Secretaria Municipal de Assistência Social
Função 8: Assistência Social
Subfunção 244: Assistência Comunitária
Programa 10: Assistência Social Responsável
Atividade 2.069 - Manutenção do Conselho Tutelar
3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 85.000,00
Recursos 10000 - Recursos Ordinários

II)
Órgão 08: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Unidade 08.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Função 23: Comércio e Serviços
Subfunção 691: Promoção Comercial
Programa 4: Desenvolvimento Sustentável
Atividade 2.013 - Manutenção da Sec. Mun. de Desenvolvimento Econômico
3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 75.000,00
Recursos 10000 - Recursos Ordinários

III)
Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
Função 20: Agricultura
Subfunção 606: Extensão Rural
Programa 4: Desenvolvimento Sustentável
Atividade 2.015 - Manutenção da Sec. Mun. de Desenvolvimento Rural
3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 72.000,00
Recursos 10000 - Recursos Ordinários

IV)
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obra e Desenvolvimento Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Função 15: Urbanismo
Subfunção 452: Serviços Urbanos
Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo
Atividade 2.022 - Manut. da Sec. Mun. de Obras e Desenvolvimento Urbano
3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 200.000,00
Recursos 10000 - Recursos Ordinários

V)

Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação

Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação

Função 16: Habitação

Subfunção 482: Habitação Urbana

Programa 18: Moradia para todos

Atividade 2.010 - Manutenção da Secretaria Municipal de Habitação

3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 70.000,00

Recursos 10000 - Recursos Ordinários

VI)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses

Atividade 2.060 - Ações de média e alta complexidade

3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 150.000,00

Recursos 10200 - Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Saúde

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 652.000,00 (seiscentos e cinquenta e dois mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Função 4: Administração

Subfunção 122: Administração Geral

Programa 3: Modernização Administrativa

Atividade 0.004 - Pagamento de inativos e pensionistas

3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 352.000,00

Recursos 10000 - Recursos Ordinários

II)

Órgão 07: Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade 07.01: Secretaria Municipal de Assistência Social

Função 8: Assistência Social

Subfunção 244: Assistência Comunitária

Programa 10: Assistência Social Responsável

Atividade 2.009 - Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social

3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 150.000,00

Recursos 10000 - Recursos Ordinários

III)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 304: Vigilância Sanitária

Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses

Atividade 2.059 - Ações de vigilância em saúde

3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 150.000,00

Recursos 10200 - Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Saúde

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 25 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5523/2015

LEI Nº. 5.523 DE 25/03/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 14: Fundação Municipal de Esportes e Lazer

Unidade 14.01: Fundação Municipal de Esportes e Lazer

Função 27: Desporto e Lazer

Subfunção 812: Desporto Comunitário

Programa 16: Esporte como qualidade de vida

Atividade 2.032 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes

3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 35.000,00

Recursos 10000 - Recursos Ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural

Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural

Função 20: Agricultura

Subfunção 606: Extensão rural

Programa 4: Desenvolvimento Sustentável

Atividade 2.016 - Assistência ao pequeno produtor rural

3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 35.000,00

Recursos 10000 - Recursos Ordinários

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 25 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5524/2015

LEI Nº. 5.524 DE 25/03/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 24.600,00 (vinte e quatro mil e seiscentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 20: Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
Unidade 20.01: Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
Função 20: Agricultura
Subfunção 606: Extensão Rural
Programa 4: Desenvolvimento Sustentável
Atividade 2.051 - Ações de incentivo à pecuária
4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 24.600,00
Recursos 10060 - Recursos F. Rural - Taxas e Serviços

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 24.600,00 (vinte e quatro mil e seiscentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 20: Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
Unidade 20.01: Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
Função 20: Agricultura
Subfunção 606: Extensão Rural
Programa 4: Desenvolvimento Sustentável
Atividade 2.051 - Ações de incentivo à pecuária
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 24.600,00

Recursos 10060 - Recursos F. Rural - Taxas e Serviços

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 25 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5525/2015

LEI Nº. 5.525 DE 25/03/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação
Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação
Função 16: Habitação
Subfunção 482: Habitação Urbana
Programa 18: Moradia para todos
Atividade 2.010 - Manutenção da Secretaria Municipal de Habitação
4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 42.000,00
Recursos 10000 - Recursos Ordinários

II)
Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
Função 12: Educação
Subfunção 365: Educação Infantil
Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
Atividade 1.002 - Construções, ampliações e reformas de CEI's
4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 35.000,00
Recursos 13600 - Recursos Salário Educação

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da

Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação
Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação
Função 16: Habitação
Subfunção 482: Habitação Urbana
Programa 18: Moradia para todos
Atividade 2.010 - Manutenção da Secretaria Municipal de Habitação
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 42.000,00
Recursos 10000 - Recursos Ordinários

II)
Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
Função 12: Educação
Subfunção 365: Educação Infantil
Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
Atividade 1.002 - Construções, ampliações e reformas de CEI's
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 35.000,00
Recursos 13600 - Recursos Salário Educação

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 25 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5526/2015

LEI Nº. 5.526 DE 25/03/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DE CONVENIO COM A UNIÃO, DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 880.211,31 (oitocentos e oitenta mil, duzentos e onze reais e trinta e um centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 08: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Unidade 08.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Função 23: Comércio e Serviços

Programa 04: Desenvolvimento Sustentável

Subfunção 695: Turismo

Projeto 1.115 - Revitalização do Parque de Exposições Ouro Verde
4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 880.211,31

Recurso 23400 -Transf. de Convênios União - Outros - Investimento

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos provenientes de convênio/processo nº008506/2013 firmado entre o Ministério do Turismo e o Município de Canoinhas no valor de R\$ 880.211,31 (oitocentos e oitenta mil, duzentos e onze reais e trinta e um centavos).

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 141.000,00 (cento e quarenta e um mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 08: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Unidade 08.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Função 23: Comércio e Serviços

Programa 04: Desenvolvimento Sustentável

Subfunção 695: Turismo

Projeto 1.115 - Revitalização do Parque de Exposições Ouro Verde
4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 141.000,00

Recurso 10000 - Recursos Ordinários

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 141.000,00 (cento e quarenta e um mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 08: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Unidade 08.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Função 23: Comércio e Serviços

Programa 04: Desenvolvimento Sustentável

Subfunção 691: Promoção Comercial

Projeto 1.028 - Aquisição de Terreno p/ ações de Desenvolvimento Econômico
4.5.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 141.000,00

Recurso 10000 - Recursos Ordinários

Art. 5º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL

ESPECIAL no valor de R\$ 1.261,36 (um mil, duzentos e sessenta e um reais e trinta e seis centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 08: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
 Unidade 08.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
 Função 23: Comércio e Serviços
 Programa 04: Desenvolvimento Sustentável
 Subfunção 695: Turismo
 Projeto 1.042 - Reforma do Galpão de Gastronomia do Parque de Exposições
 4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 1.261,36
 Recurso 23400 -Transf. de Convênios União - Outros - Investimento

Art. 6º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ R\$ 1.261,36 (um mil, duzentos e sessenta e um reais e trinta e seis centavos), observando a arrecadação do exercício de 2014 e a tendência de arrecadação do exercício de 2015, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2015 (A) + Excessos abertos em 2015	Estimativa de Arrecadação para 2015, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
23400	4.019.596,00	4.020.857,36	1.261,36
TOTAL			1.261,36

Art. 7º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 25 de março de 2015.
 LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5527/2015

LEI Nº. 5.527 DE 25/03/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de

Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
 Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
 Função 20: Agricultura
 Subfunção 606: Extensão rural
 Programa 4: Desenvolvimento Sustentável
 Atividade 1.038 - Aquisição de Caminhões, tratores, máquinas e implementos
 4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 11.500,00
 Recursos 10000 - Recursos Ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
 Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
 Função 20: Agricultura
 Subfunção 606: Extensão rural
 Programa 4: Desenvolvimento Sustentável
 Atividade 2.016 - Assistência ao pequeno produtor rural
 3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 11.500,00
 Recursos 10000 - Recursos Ordinários

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 25 de março de 2015.
 LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5528/2015

LEI Nº. 5.528 DE 25/03/2015

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art.1º - Para atender a necessidade temporária de excepcional

interesse público, os órgãos da Administração Municipal, as autarquias e as fundações públicas poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei.

Art. 2º - Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

- I - assistência a situações de calamidade pública ou emergência;
- II - assistência a emergências em saúde pública;
- III - admissão de professor substituto e professor visitante;
- IV - admissão de profissionais da educação;
- V - admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições municipais;

§ 1º A contratação em caráter temporário poderá ocorrer para suprir a falta de servidores efetivos em razão de:

- I - vacância do cargo;
- II - afastamento ou licença, na forma do regulamento;
- III - nomeação para ocupar cargos de direção ou de confiança; ou
- IV - posse em cargos eletivos.

§ 2º Ato do Poder Executivo disporá, para efeitos desta Lei, sobre a declaração de emergências em saúde pública.

§ 3º. A contratação dos professores substitutos fica limitada ao regime de trabalho de 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas.

Art. 3º O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação, inclusive através do Diário Oficial dos Municípios, prescindindo de concurso público.

Art. 4º. As contratações serão feitas por tempo indeterminado, observados os seguintes prazos máximos:

- I - 6 (seis) meses, nos casos dos incisos I e II do art. 2º desta Lei;
- II - 1 (um) ano, nos casos dos incisos III e IV, do art. 2º;
- III - 2 (dois) anos, nos casos do inciso V do art. 2º

Art. 5º. Fica demonstrada a necessidade temporária de excepcional interesse público quando:

- I - configurada a situação excepcional temporal, como calamidade pública, emergência, etc.;
- II - inexistir candidatos inscritos em concurso ou aprovados para o cargo;
- III - atraso do ano letivo superior a 2 semanas;
- IV - descontinuidade da prestação de serviços primordiais;
- V - possibilidade de contágio de doenças;

Art. 6º É proibida a contratação, nos termos desta Lei, de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas.

Parágrafo único: Excetua-se do disposto no caput deste artigo, condicionada à formal comprovação da compatibilidade de horários, nos termos da legislação.

Art. 7º A remuneração do pessoal contratado nos termos desta Lei será fixada, em importância não superior ao valor da remuneração constante dos planos de retribuição ou dos quadros de cargos e salários do serviço público, para servidores que desempenhem função semelhante;

§ 1º Para os efeitos deste artigo, não se consideram as vantagens de natureza individual dos servidores ocupantes de cargos tomados como paradigma.

Art. 8º O pessoal contratado nos termos desta Lei não poderá receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato.

Art. 9º. As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei serão apuradas mediante sindicância,

concluída no prazo de trinta dias e assegurada ampla defesa.

Art. 10. Aplica-se ao pessoal contratado nos termos desta Lei o disposto nos artigos 135 a 162 da Lei Municipal nº 2.305/1990.

Art. 11. O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

- I - pelo término do prazo contratual;
- II - por iniciativa do contratado.

Parágrafo único: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão ou entidade contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

Art. 12. O tempo de serviço prestado em virtude de contratação nos termos desta Lei será contado para todos os efeitos, seguindo as regulamentações constantes na Lei nº 2.305/1990, nos termos de seu artigo 1º, e ficarão vinculados ao RGPS (Regime Geral da Previdência Social).

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário ao texto constitucional e que não se adéquem às hipóteses de contratação temporária autorizadas por excepcional interesse público.

Canoinhas/SC, 25 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5529/2015

LEI Nº. 5.529 DE 25/03/2015

“DISPÕE SOBRE O CONSELHO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

CAPÍTULO I

FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR

Seção I

Funcionamento do Conselho Tutelar

Art. 1º - Fica o Conselho Tutelar de Canoinhas, órgão municipal de caráter permanente e autônomo, não jurisdicional encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, com funções precípuas de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades que constituem sua área de competência, conforme previsto na Lei nº 8.069/1990 e integrante da Administração Pública Municipal, com vinculação à Secretaria de Assistência Social, ativ. 2069 - Manutenção do Conselho Tutelar.

Art. 2º - Fica instituída a função pública em regime estatutário de conselheiro tutelar do Município de Canoinhas, que será exercida por 5 (cinco) membros com mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

Seção II

Da Manutenção do Conselho Tutelar

Art. 3º - A Lei Orçamentária Municipal deverá estabelecer, dotação específica para implantação, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar, incluindo:

- I. o processo de escolha dos conselheiros tutelares;
- II. custeio com remuneração e formação continuada;
- III. custeio das atividades inerentes as atribuições dos conselheiros, inclusive para as despesas com adiantamentos e diárias, quando necessário deslocamento para outros municípios, em serviço;
- IV. manutenção geral da sede, necessárias ao funcionamento do órgão.

Art. 4º - O Conselho Tutelar funcionará em local de fácil acesso, que ofereça acessibilidade e contará ainda com as seguintes garantias mínimas ao seu funcionamento:

- I. placa indicativa da sede;
- II. salas mobiliadas para atendimento individual pelos conselheiros tutelares, equipadas com computador com acesso à internet, com impressora;
- III. sala para recepção e atendimento ao público;
- IV. sala para os serviços administrativos com computador com acesso à internet com impressora;
- V. cozinha e área de serviço;
- VI. 1 (Uma) central telefônica e no mínimo telefone 01 (um) telefone móvel;
- VII. veículo exclusivo para desempenho das atribuições dos conselheiros tutelares;
- VIII. mobiliário e material de expediente adequado ao funcionamento do órgão;
- IX. banheiros com acessibilidade.

Art. 5º- O Conselho Tutelar contará com uma estrutura de recursos humanos, destinada a dar suporte necessário ao seu funcionamento.

§1º Para a finalidade do caput, devem ser consideradas as seguintes funções permanentes, a serem desempenhadas por servidores públicos municipais efetivos, com perfil adequado às especificidades das atribuições do Conselho Tutelar, a saber:

- a) motorista;
- b) agente de limpeza e conservação;
- c) agente administrativo.

Art. 6º - Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer ao Conselho Tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA), ou sistema equivalente.

Parágrafo único. Cabe aos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes, com atuação no município, auxiliar o Conselho Tutelar na coleta de dados e no encaminhamento das informações relativas às demandas das políticas públicas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Seção III

Do Funcionamento do Conselho Tutelar

Art. 7º - A sede do Conselho Tutelar permanecerá aberta ao público, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30. Após este horário o Conselho Tutelar atenderá em regime de sobreaviso, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população.

Parágrafo único: Poderá o Poder executivo municipal, em acordo com deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o colegiado do Conselho Tutelar, estabelecer,

através de emissão de decreto municipal, horário diferenciado ao previsto no caput, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população e em conformidade com a carga horária prevista no Art.33, desta Lei.

Art. 8º - O conselheiro tutelar fica sujeito à jornada de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho.

§1º - Caberá aos conselheiros tutelares registrar o cumprimento da jornada normal de trabalho, de acordo com as regras estabelecidas ao funcionalismo público municipal.

Seção IV

Do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar

Art. 9º - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Canoinhas, ocorrerá no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, sendo a posse no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

Art. 10 - Os conselheiros tutelares serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos cidadãos do município de Canoinhas, em procedimento estabelecido nesta lei e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizado pelo Ministério Público.

§1º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente instituirá a Comissão Especial Eleitoral, que deverá ser constituída por conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, observada a composição paritária entre os mesmos.

a) Poderão compor a Comissão Especial Eleitoral, até 2 (dois) integrantes alheios ao Conselho, a título de colaboradores, desde que aprovados pela plenária do Conselho.

b) A constituição e atribuições da Comissão Especial Eleitoral deverão constar em resolução emitida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§2º - A candidatura será individual e cada eleitor apto a participar do processo citado poderá votar em apenas 1(um) dos candidatos.

Art. 11 - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será organizado mediante edital de Convocação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma desta Lei sem prejuízo no disposto na legislação nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações.

§1º - O edital a que se refere o caput deverá ser publicado com antecedência mínima de 6 (seis) meses antes da realização da eleição.

Art. 12 - O processo de eleição para o Conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes devidamente habilitados.

§1º - Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas.

Seção V

Dos Requisitos à Candidatura

Art. 13 - Somente poderão concorrer ao pleito os candidatos que preencherem os seguintes requisitos:

- I. Reconhecida idoneidade moral.
- II. Idade superior a 21 (vinte e um) anos.
- III. Residir no município
- IV. Possuir diploma de ensino superior.

V. Comprovar experiência nas áreas de promoção, atendimento e/ou defesa dos direitos da criança e do adolescente de no mínimo 2(dois) anos.

VI. No ato da inscrição, não poderá estar vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

VII. Proceder à entrega da documentação prevista no edital de convocação.

Seção VI

Da Avaliação Documental e Impugnações

Art. 14 - Terminado o período de registro das candidaturas, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 3(três) dias úteis, publicará edital com o nome dos candidatos registrados, deferidos e indeferidos.

§1º - Após a publicação do edital de que trata o caput, será facultado ao candidato indeferido pela comissão, o direito a recurso, no prazo de 2 (dias) dias úteis, a contar da referida publicação.

§2º Passado o prazo previsto no §1º a Comissão Especial Eleitoral publicará edital informando o nome dos candidatos deferidos.

§3º Será facultado a qualquer cidadão impugnar os candidatos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da publicação do edital previsto no §2º, indicando os elementos probatórios.

§4º Passado o período de impugnação, será facultado ao candidato impugnado, o direito a recurso junto a Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 2 (dias) dias úteis, contados da publicação de que trata o §3º.

§5º Passado o período de recurso, no prazo de 2 (dias) dias úteis, a Comissão Especial Eleitoral publicará a lista dos candidatos aptos a participar do processo eleitoral.

Art. 15 - Das decisões da Comissão Especial Eleitoral, relativas aos recursos dos candidatos em razão da impugnação, caberá recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação a que se refere o §5º do Art.41.

Art. 16 - Vencidas as fases de impugnação e recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará edital com os nomes dos candidatos habilitados a participarem do processo eleitoral.

Seção VII

Da Campanha Eleitoral

Art. 17 - É vedado aos candidatos:

I. abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social;

II. doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

III. propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto, nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia.

Art. 18 - A violação do disposto no Art.20 desta lei, acarretará a cassação do registro da candidatura.

Seção VIII

Da Votação e Apuração dos Votos

Art. 19 - Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral e divulgados com no mínimo, 30(trinta) dias de

antecedência.

§1º - Cada candidato poderá contar com 1 (um) fiscal de sua indicação para cada local de votação, previamente cadastrado junto a Comissão Especial Eleitoral.

§2º - No processo de apuração será permitida a presença do candidato ou seu fiscal indicado por mesa apuradora.

§3º - Para o processo de apuração dos votos, a Comissão Especial Eleitoral nomeará representantes para essa finalidade.

Seção IX

Da Proclamação do Resultado, da Nomeação e Posse

Art. 20 - Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará e divulgará o resultado da eleição.

§1º - Os nomes dos candidatos eleitos como titulares e suplentes, assim como, o número de sufrágios recebidos, deverá ser publicado no diário oficial do município ou meio equivalente.

§ 2º - Os 5 (cinco) primeiros candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais candidatos como suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

§3º - Havendo empate na votação será considerado eleito o candidato com mais idade.

§4º - Os escolhidos serão nomeados e empossados pelo chefe do Poder Executivo Municipal, através de termo de posse assinado onde constem necessariamente seus deveres e direitos, assim como, a descrição da função de Conselheiro Tutelar na forma do disposto no Art. 136 da Lei Federal nº 8.069/90.

§5º - Ocorrendo a vacância no cargo, assumirá o suplente que se encontrar na ordem da obtenção do maior número de votos, o qual receberá remuneração proporcional aos dias que atuar no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.

§6º - No caso da inexistência de suplentes, caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar processo de escolha complementar através de eleição para o preenchimento das vagas.

§7º - Deverá a municipalidade garantir a formação prévia dos candidatos ao Conselho Tutelar titulares e suplentes eleitos, antes da posse.

Seção X

Da Vacância

Art. 21 - A vacância da função decorrerá de:

I. renúncia;

II. falecimento;

III. destituição;

IV. aplicação de sanção administrativa de destituição da função;

V. posse em cargo, emprego ou função pública

VI. remuneradas, conforme preconiza o Art. 37 da Constituição Federal;

VII. condenação por sentença transitada em julgado pela prática de crime que comprometa a sua idoneidade moral.

Art. 22 - Os conselheiros tutelares serão substituídos pelos suplentes nos seguintes casos:

I. vacância de função;

II. férias do titular;

III. licenças ou suspensão do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias.

Parágrafo único: O suplente, no efetivo exercício da função de conselheiro tutelar, terá os mesmos direitos, vantagens e deveres do titular.

Seção XI Dos Direitos

Art. 23 - O conselheiro tutelar, cargo eletivo do Conselho Tutelar, no efetivo exercício da sua função perceberá a título de remuneração o valor correspondente a do DIRETOR nomeado pelo Prefeito (Nível 128CC-C).

§ 1º - Em relação à remuneração referida no caput deste artigo, haverão os descontos devido junto ao sistema previdenciário do INSS e IRPF.

§ 2º - Gozarão os conselheiros tutelar dos direito elencados na Lei nº 12.696/2012, que alterou a Lei nº 8.069/90, artigo 134.

Seção XII Do Tempo de Serviço

Art. 24 - O exercício efetivo da função pública de conselheiro tutelar será considerado tempo de serviço público para os fins estabelecidos em lei.

I. Sendo o conselheiro tutelar servidor ou empregado público municipal, o seu tempo de exercício da função será contado para todos os efeitos, exceto para promoção por merecimento.

II. O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato;

III. A contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais, podendo a Prefeitura Municipal firmar convênio com os Poderes Estadual e Federal para permitir igual vantagem ao servidor público estadual ou federal.

IV. A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos de 365 dias.

Seção XIII Disposições Finais

Art. 25 - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações específicas do orçamento.

Art. 26 - Aplicam-se aos conselheiros tutelares, naquilo que não forem contrárias ao disposto nesta Lei ou incompatíveis com a natureza temporária do exercício da função, as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos do município e da legislação correlata referentes ao direito de petição e ao processo de sindicância e administrativo disciplinar.

Art. 27 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 25 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5530/2015

LEI Nº. 5.530 DE 25/03/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 2.486.500,00 (dois milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil e quinhentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 365: Educação infantil

Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação

Atividade 2.008 - Manutenção e desenvolvimento da educação infantil

3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 450.000,00

Recursos 11800 - Transf. do FUNDEB - Aplic. Profis. (Min. 60%)

Atividade 2.008 - Manutenção e desenvolvimento da educação infantil

3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 1.436.500,00

Recursos 11900 - Transf. do FUNDEB - Aplic. Outras.

Subfunção 361: Ensino fundamental

Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação

Atividade 2.004 - Manutenção da Secretaria Municipal de Educação

3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 600.000,00

Recursos 10100 - Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Educação

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 2.486.500,00 (dois milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil e quinhentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 361: Ensino fundamental

Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação

Atividade 2.007 - Manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental

3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 550.000,00

Recursos 11800 - Transf. do FUNDEB - Aplic. Profis. (Min. 60%)

Atividade 2.007 - Manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental

3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

..... 1.200.000,00
Recursos 11900 - Transf. do FUNDEB - Aplic. Outras

Subfunção 366: Educação de jovens e adultos
Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
Atividade 2.067 - Manutenção e desenvolvimento da educação de jovens e adultos - EJA
3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 136.500,00
Recursos 11800 - Transf. do FUNDEB - Aplic. Profis. (Min. 60%)

Subfunção 365: Educação infantil
Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
Atividade 2.008 - Manutenção e desenvolvimento da educação infantil
3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 600.000,00
Recursos 10100 - Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Educação

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 25 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5531/2015

LEI Nº. 5.531 DE 31/03/2015
"AUTORIZA O MUNICÍPIO A FIRMAR CONVÊNIO COM A CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Câmara de Vereadores de Canoinhas com o objetivo de efetuar a avaliação dos servidores públicos em estágio probatório, e realizar processo de sindicância e ou disciplinar.

Art. 2º. O prazo de vigência do presente Convênio será de 3 (três) anos, contados a partir da assinatura do termo de Convênio, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 31 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 31/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 258/2015

PORTARIA Nº. 258/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e da Lei Municipal nº 3.869/2005;
CONSIDERANDO, retorno das atividades funcionais em 14/03/2015;
CONSIDERANDO, apresentação de atestado médico de 01 (um) dia, datado no dia 20/03/2015;
CONSIDERANDO, apresentação de novo atestado médico de 60 (sessenta) dias em 23/03/2015; Resolve:

PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA

Art. 1º - Fica prorrogado o auxílio doença de DEISE EMANUELE SCHIESSL DE SOUZA, efetiva no cargo de Auxiliar de Suporte - PA, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 20/03/2015 (não tem 15 dias pago pela Prefeitura, pois o auxílio doença é anterior a Medida Provisória nº 664/2014), conforme comunicação interna nº 105/DP/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 259/2015

PORTARIA Nº. 259/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a ROBSON SOARES FRAGOSO, concursado no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2012/2013, a desfrutar no período de 01/04/2015 a 30/04/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a JOSÉ DONISETE KEPP, efetivo no cargo de Agente Administrativo Auxiliar, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 01/04/2015 a 30/04/2015, conforme requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 260/2015

PORTARIA Nº. 260/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido BEATRIZ DE FÁTIMA CORREA, concursada no cargo de Monitor de Educação Infantil, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/03/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Fica exonerada a pedido VIVIANE MARIA DA SILVA RIBEIRO, efetiva no cargo de Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais no CEI Nathan Zugmann, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 25/03/2015, conforme requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 25/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 261/2015

PORTARIA Nº. 261/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990; resolve:

CONCEDER ALTERAÇÃO

Art. 1º - Fica concedida alteração de habilitação à servidora CARLA SIMONE SCHUMACHER GASDA, efetiva no cargo de Pedagogo, junto a Secretaria Municipal de Educação, alterando-se para Nível III - Classe 3-02, a partir de 01/03/2013, conforme comunicação

interna nº107/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3ª - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 25/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 262/2015

PORTARIA Nº. 262/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.307/1990, da Lei Municipal nº 3.893/2005 e da Lei Municipal nº 5.139/2013; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Psicólogo, para atuar no CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a profissional KARINA DE FÁTIMA CRESTANI PIERMANN, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2013, inscrita sob nº. 0388, e convocada conforme Edital nº 007 de 24 de fevereiro de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 06/04/2015, conforme comunicação interna nº 134/SEMAS/2015.

Art. 2º - Fica nomeada para exercer o cargo de Pedagogo Social, para atuar no CRAS - Centro de Referência de Assistência Social - Região II, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a profissional ELIZETE APARECIDA KADANAS GEVIESKI, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2013, inscrita sob nº. 0834, e convocada conforme Edital nº 011 de 03 de março de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 06/04/2015, conforme comunicação interna nº 135/SEMAS/2015.

Art. 3º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 25/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 263/2015

PORTARIA Nº. 263/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada ao GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional KARINE ROHRBACHER aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 012/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 01/04/2015, conforme comunicação interna nº 132/SME/2015.

Art. 2º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada a EBM Achilles Pazda (20 horas semanais) e para a ERM Professora Edemita da Conceição Rosa (20 horas semanais), junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional DANIELE SORAIA LUCAS aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 016/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 01/04/2015, conforme comunicação interna nº 136/SME/2015.

Art. 3º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada ao GEM Xeila Elizabete Cornelsen, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional JOCILDA CLARICE DA SILVA aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 016/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 01/04/2015, conforme comunicação interna nº 133/SME/2015.

Art. 4º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada a EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional SUELEN REGINA CORREIA aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 016/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 01/04/2015, conforme comunicação interna nº 135/SME/2015.

Art. 5º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada a EBM Presidente Castelo Branco, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional SCHEILA REVA aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 012/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 01/04/2015, conforme comunicação interna nº 130/SME/2015.

Art. 6º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada a EBM Severo de Andrade, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional TATIANA KOTELAK LEÃO aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 016/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 01/04/2015, conforme comunicação interna nº 138/SME/2015.

Art. 7º - Fica nomeada para exercer o cargo de Servente, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada a ERM

Professora Edemita da Conceição Rosa, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional ANGELA APARECIDA DE LIMA SCHULTZ aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2012 e Edital de Convocação nº 008/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 01/04/2015, conforme comunicação interna nº 140/SME/2015.

Art. 8º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 27/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 264/2015

PORTARIA Nº. 264/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido NELZA KUCHLER, concursada no cargo de Agente Comunitário, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 26/03/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 27/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 265/2015

PORTARIA Nº. 265/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Arte, 15% de regência, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada ao CEI Emília Ferrero, ao CEI Machado de Assis e ao CEI Jacob Bernard Fuck Júnior, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional RONIÉLI CONSULO aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2012 e Edital de Convocação nº 015/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 06/04/2015, conforme comunicação interna nº 127/SME/2015.

Art. 2º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada ao CEI Emília Ferrero, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional DIONEIA SANT'ANA aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 012/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 06/04/2015, conforme comunicação interna nº 128/SME/2015.

Art. 3º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada ao CEI Vinicius de Moraes, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional DANIELY AMARAL aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 012/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 06/04/2015, conforme comunicação interna nº 123/SME/2015.

Art. 4º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada a EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional PATRÍCIA PFLEGER aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 012/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 06/04/2015, conforme comunicação interna nº 122/SME/2015.

Art. 5º - Fica nomeado para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designado ao CEI Carlos Drummond de Andrade, junto à Secretaria Municipal de Educação, o profissional LUCAS ALVES DE ALMEIDA aprovado em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 012/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 06/04/2015, conforme comunicação interna nº 120/SME/2015.

Art. 6º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Arte, 15% de Regência 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada ao CEI Fernando Pessoa e ao CEI Ruth Rocha, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional ROSELI SOARES aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2012 e Edital de Convocação nº 015/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 06/04/2015, conforme comunicação interna nº 121/SME/2015.

Art. 7º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, 25% de regência, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada ao CEI Emília Ferrero, junto à

Secretaria Municipal de Educação, a profissional ELENICE MUHLBAUER DE OLIVIERA aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2012 e Edital de Convocação nº 015/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 06/04/2015, conforme comunicação interna nº 124/SME/2015.

Art. 8º - Fica nomeada para exercer o cargo de Servente, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada ao Jacob Bernard Fuck Júnior, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional HELENA HOEPFNER aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2012 e Edital de Convocação nº 008/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 06/04/2015, conforme comunicação interna nº 125/SME/2015.

Art. 9º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada a EBM Presidente Castelo Branco, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional VERIDIANA SCHWARZ aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 016/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 06/04/2015, conforme comunicação interna nº 134/SME/2015.

Art. 10 - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 11 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 30/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 266/2015

PORTARIA Nº. 266/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

NOMEAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica nomeada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos seguintes servidores públicos municipais: José Marcos Carvalho, Andréia Correia da Silva Fontana Kauva e Roseli Dobrochinskei, sob a presidência do primeiro.

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos da denúncia protocolada sob nº 1025 em data de 02/03/2015 e descrita na Comunicação Interna nº 096/2015 proveniente da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 30/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 267/2015

PORTARIA Nº. 267/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

NOMEAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica nomeada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos seguintes servidores públicos municipais: Izane Maria Pereira, Silvete Rosinha Heuko e Salete Palhano de Andrade, sob a presidência do primeiro.

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos da denúncia descrita na Comunicação Interna nº 103/2015 proveniente da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 30/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 268/2015

PORTARIA Nº. 268/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Sala AEE, 30% de regência, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada a EBM Maria Lovatel Pires, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional CLEUSA ADRIANA LESCOVITZ DA SILVA aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 012/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 01/04/2015, conforme comunicação interna nº 142/SME/2015.

Art. 2º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada a EBM Presidente Castelo Branco, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional MARIA APARECIDA ROGALSKI WALDMANN aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 016/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 01/04/2015, conforme comunicação interna nº 147/SME/2015.

Art. 3º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Sala AEE, 30% de regência, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada a EBM Benedito Therézio de Carvalho, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional MÁRCIA BERNADETE SUCHEKE aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 016/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 01/04/2015, conforme comunicação interna nº 145/SME/2015.

Art. 4º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Sala AEE, 30% de regência, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada a EBM Presidente Castelo Branco, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional MARCELA VIEIRA DO NASCIMENTO TASSO aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 012/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 01/04/2015, conforme comunicação interna nº 143/SME/2015.

Art. 5º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Sala AEE, 30% de regência, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada a EBM Severo de Andrade, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional NEIDE CRISTINA VIEIRA DE LIMA BECHEL aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 016/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 01/04/2015, conforme comunicação interna nº 144/SME/2015.

Art. 6º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 30/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 269/2015

PORTARIA Nº. 269/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada a EBM Presidente Castelo Branco, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional SARAÍ STEIN aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 016/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 01/04/2015, conforme comunicação interna nº 148/SME/2015.

Art. 2º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada a EBM Maria Izabel de Lima Cubas, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional ANA RITA VIEIRA DE LIMA aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 016/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 01/04/2015, conforme comunicação interna nº 149/SME/2015.

Art. 3º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 30/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 270/2015

PORTARIA Nº. 270/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada a EBM Alberto Wardenski, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional CRISTINA DE FÁTIMA CHAVES aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 012/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 06/04/2015, conforme comunicação interna nº 150/SME/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 30/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 271/2015

PORTARIA Nº. 271/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990,

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a PATRÍCIA ALVES, concursada no cargo de Agente Comunitário, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 09/03/2014, conforme comunicação interna nº 111/DP/2015, sendo que a partir do 31º dia do afastamento de suas atribuições competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS a concessão do benefício de auxílio doença ao servidor.

Art. 2º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a PRISCILA MARTINS, efetiva no cargo de Bioquímico, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 26/03/2014, conforme comunicação interna nº 111/DP/2015, sendo que a partir do 31º dia do afastamento de suas atribuições competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS a concessão do benefício de auxílio doença ao servidor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 30/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 272/2015

PORTARIA Nº. 272/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional ROSANE WUNSCH BAI, concursada no cargo de Professor - 2, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 28/03/2015, conforme comunicação interna nº 112/DP/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 30/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 273/2015

PORTARIA Nº. 273/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido SABRINA SCHWED LINZMEIER, contratada na função de Professor MAG II, 20 horas semanais na EBM José Grosskopf, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/04/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 30/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 274/2015

PORTARIA Nº 274/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009, resolve:

PRORROGAR LICENÇA

Art. 1º - Fica concedida Prorrogação de Licença Gestação a MARCELANE MUNHOZ ERHARDT, concursada no cargo de Professor 2, junto à Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 09/04/2015 a 07/06/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 30/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 275/2015

PORTARIA Nº 275/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90, resolve:

PRORROGAR LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Art. 1º - Fica concedida prorrogação de licença por motivo de doença em pessoa da família à servidora GRISELE ADRIANA MORAIS, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Saúde, no período de 29/03/2015 a 27/04/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 30/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 276/2015

PORTARIA Nº. 276/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de férias a JULIANE MUCHALOSKI SLABADACK, concursada no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 08/04/2015 a 17/04/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de férias a MARCELO TOKARSKI, comissionado no cargo de Diretor de Turismo CC-C, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Industrial, Comércio e Turismo, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 08/04/2015 a 17/04/2015, conforme requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 30/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 277/2015

PORTARIA Nº. 277/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a SAUL DAVID VAILATE, efetivo no cargo de Fiscal I, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2008/2013, a desfrutar no período de 06/04/2015 a 05/05/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 30/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 278/2015

PORTARIA Nº. 278/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada ao CEI Pedro Bandeira, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional CAMILA FERNANDES PADILHA DE LIMA aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 016/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 06/04/2015, conforme comunicação interna nº 151/SME/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 31 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 31/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 279/2015

PORTARIA Nº. 279/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada a EBM Alberto Wardenski, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional ROSELI CORRÊA SILVA aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 016/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 06/04/2015, conforme comunicação interna nº 152/SME/2015.

Art. 2º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada a EBM Achilles Pazda, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional CLEIA RODRIGUES FERREIRA NOERNBERG aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 016/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 06/04/2015, conforme comunicação interna nº 154/SME/2015.

Art. 3º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 31 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 31/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 280/2015

PORTARIA Nº 280/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009, resolve:

PRORROGAR LICENÇA

Art. 1º - Fica concedida Prorrogação de Licença Gestação a ANDRÉIA OSINSKI, concursada no cargo de Enfermeiro - ESF, junto à Secretaria Municipal de Saúde, cuja licença será gozada no período de 29/04/2015 a 27/06/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 31 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 31/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 281/2015

PORTARIA Nº. 281/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 25 (vinte e cinco) dias de férias a JOVINA MARIA DOS SANTOS PACHECO CAETANO, efetiva no cargo de Assistente Técnico Pedagógico, junto à Secretaria Municipal de Educação, sendo 10 dias referente ao período aquisitivo de 2002/2003 e 15 dias referente ao período aquisitivo 2009/2010, a desfrutar no período de 10/04/2015 a 04/05/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a ANA LUCÉLIA PAZDA, efetiva no cargo de Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, no CEI Monteiro Lobato, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 2014/2015, a desfrutar no período de 06/04/2015 a 05/05/2015, conforme requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 31 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 31/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 282/2015

PORTARIA Nº. 282/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

NOMEAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica nomeada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos seguintes servidores públicos municipais: Fernando Luis Tokarski, Nelson Varela de Oliveira e José Marcos Carvalho, sob a presidência do primeiro.

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos relacionados ao uso da escavadeira hidráulica, e dos possíveis serviços particulares prestados na localidade de Rio do Pinho e arredores.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias assim exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 31 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 31/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 283/2015

PORTARIA Nº. 283/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a ANTONIA LUCACHINSKI MARCONDES, concursada no cargo de Servente

Feminino, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 06/04/2015 a 05/05/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de férias a GERALDO LUIZ CARDOSO CHAVES, concursado no cargo de Médico Pediatra, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 22/04/2015 a 01/05/2015, conforme requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 31 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 31/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 284/2015

PORTARIA Nº. 284/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a EDUARDO JOSÉ IENDRAS, efetivo no cargo de Borracheiro, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2013/2014, a desfrutar no período de 06/04/2015 a 05/05/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de férias a LADY APARECIDA SCHPANSKI, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 08/04/2015 a 17/04/2015, conforme requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 31 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 31/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 285/2015

PORTARIA Nº. 285/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009, resolve:

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação a KELI FABIANE GONÇALVES SANTOS, concursada no cargo de Instrutor de Informática, junto à Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 26/03/2015 a 23/07/2015, conforme Atestado Médico incluso no requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 31 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 31/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 286/2015

PORTARIA Nº. 286/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido SILVANA VOIGT, concursada no cargo de Pedagogo, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/04/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 01/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 287/2015

PORTARIA Nº. 287/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.307/1990 e da Lei Municipal nº 3.511/2002; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeado para exercer o cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, o profissional JOÃO GILBERTO FERNANDES, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrito sob nº. 1335, e convocado conforme Edital nº 006 de 24 de fevereiro de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 07/04/2015, conforme comunicação interna nº 026/SMODU/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 01/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 288/2015

PORTARIA Nº. 288/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.307/1990, DA Lei Municipal nº. 4.250/2007 e da Lei Municipal nº 5.055/2013; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeado para exercer o cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, o profissional FELIPE MICHEL GOGOLA, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrito sob nº. 0442, e convocado conforme Edital nº 010 de 03 de março de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 07/04/2015, conforme comunicação interna nº 112/SMAFO/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 01/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 289/2015

PORTARIA Nº. 289/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido TATIANA KOTELAK LEÃO, concursada no cargo de Monitor de Educação Especial, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/04/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de abril de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 01/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMDR 01/2015

CONTRATADO: MODELO PNEUS LTDA.
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DESEN. RURAL DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 08 CONJUNTOS DE PNEUS 275/80 R 22.5 BORRACHUDOS, SENDO CADA CONJUNTO COMPOSTO POR 01 PNEU, 01 CÂMARA E 01 PROTETOR, DESTINADOS AO CAMINHÃO IVECO 230 E Nº 90.

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.850,00 (dez mil oitocentos e cinquenta reais)

DATA: 06/04/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 01/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8/15
HOMOLOGAÇÃO: 06/04/15
CONTRATADO: COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES DESTINADOS A CASA DOS DIABÉTICOS DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 11.890,00 (onze mil oitocentos e noventa reais)

DATA: 06/04/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8/15
HOMOLOGAÇÃO: 06/04/15

CONTRATADO: BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES DESTINADOS A CASA DOS DIABÉTICOS DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.360,00 (nove mil trezentos e sessenta reais)

DATA: 06/04/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8/15
HOMOLOGAÇÃO: 06/04/15

CONTRATADO: QUALYMEDIC COMERCIO E ASSINTENCIA TECNICA LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES DESTINADOS A CASA DOS DIABÉTICOS DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.706,00 (doze mil setecentos e seis reais)

DATA: 06/04/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8/15
HOMOLOGAÇÃO: 06/04/15

CONTRATADO: Royal Distribuidora Ltda - EPP
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES DESTINADOS A CASA DOS DIABÉTICOS DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.325,00 (sete mil trezentos e vinte e cinco reais)

DATA: 06/04/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 26/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/15
HOMOLOGAÇÃO: 06/04/15

CONTRATADO: INVIOVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL PRIVADA ATRAVÉS DE MONITORAMENTO DE ALARME DO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS, SETOR DE TRANSPORTES E CONSELHO TUTELAR, CONFORME DESCRITO NO ANEXO I, COM CONTRATAÇÃO DE SEGURO, MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO ELETRÔNICO, VEÍCULO AUTOMOTOR TÁTICO-MÓVEL E CENTRO DE OPERAÇÕES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 17.442,00 (dezessete mil quatrocentos e quarenta e dois reais)

DATA: 06/04/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 30/2015

CONTRATADO: J K PNEUS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, ÔNIBUS, MICROÔNIBUS, MÁQUINAS E TRATORES DA FROTA DA SECRETARIA DE OBRAS DESTA PREFEITURA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 17.490,00 (dezessete mil quatrocentos e noventa reais)

DATA: 06/04/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/15

HOMOLOGAÇÃO: 06/04/15

CONTRATADO: MODELO PNEUS LTDA.

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, ÔNIBUS, MICROÔNIBUS, MÁQUINAS E TRATORES DA FROTA DA SECRETARIA DE OBRAS DESTA PREFEITURA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 18.170,00 (dezoito mil cento e setenta reais)

DATA: 06/04/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº FMAS 05/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMAS 05/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMAS 05/2015. Data de assinatura: 16/03/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PINTURA NA ÁREA EXTERNA DA CASA SANTA CLARA, SENDO MAIS 650m² EM PAREDES E MUROS DE ALVENARIA, TODO O SERVIÇO COM DUAS DEMÃOS. Valor: R\$ 9.750,00 (nove mil setecentos e cinquenta reais). Contratada: IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA, CNPJ: 14.565.115/0001-38. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS, CNPJ: 11.455.005/0001-25. Prazo de vigência: 16/03/2015 à 30/06/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº FMDR 03/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMDR 03/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMDR 02/2014

PREGÃO PRESENCIAL N.º FMDR 01/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMDR 03/2015. Data de assinatura: 06/03/2015. Objeto TERMO DE CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE HORAS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, DESTINADAS AO PROGRAMA INCENTIVO A PECUARIA. CONTRATADA: CARLOS ALBERTO VIEIRA SASS - ME, CNPJ: 14.806.938/0001-08. Valor: R\$ 9.950,00 (nove mil novecentos e cinquenta reais). Prazo de execução: 06/03/2015 à 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº FMDR 04/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMDR 04/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMDR 02/2014

PREGÃO PRESENCIAL N.º FMDR 01/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMDR 04/2015. Data de assinatura: 06/03/2015. Objeto TERMO DE CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE HORAS DE TRATOR DE ESTEIRA, DESTINADAS AO PROGRAMA INCENTIVO A PECUARIA. CONTRATADA: CARLOS ALBERTO VIEIRA SASS - ME, CNPJ: 14.806.938/0001-08. Valor: R\$ 8.950,00 (oito mil e novecentos e cinquenta reais). Prazo de execução: 06/03/2015 à 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº FMDR 05/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMDR 05/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMDR 002/2014

PREGÃO PRESENCIAL N.º FMDR 01/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMDR 05/2015. Data de assinatura: 23/03/2015. Objeto TERMO DE CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE HORAS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, DESTINADAS AO PROGRAMA PORTEIRA ADENTRO. CONTRATADA: CARLOS ALBERTO VIEIRA SASS - ME, CNPJ: 14.806.938/0001-08. Valor: R\$ 39.800,00 (trinta e nove mil e oitocentos reais). Prazo de execução: 23/03/2015 à 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº FME 05/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FME 05/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FME 05/2015. Data de assinatura: 13/03/2015. Contratada: MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO ME, CNPJ: 11.576.185/0001-01. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA COLOCAÇÃO E PINTURA DE 40,00 METROS LINEARES DE MURO PALITO, DESTINADO AO GINÁSIO DE ESPORTES MAGNO JOSÉ FUCH. Valor: R\$ 13.932,40 (treze mil novecentos e trinta e dois reais e quarenta centavos). Contratante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 03.914.543/0001-02. Prazo de vigência: 13/03/2015 à 31/12/2015.

Ricardo Pereira Martin

Presidente

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO N° FMS 09/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 09/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMS 09/2015. Data de assinatura: 02/03/2015. Contratado: IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA, CNPJ: 14.565.115/0001-38. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PINTURA DO AMBULATÓRIO DE EPIDEMIOLOGIA. Valor: R\$ 12.015,00 (doze mil quinze reais). Vigência: 02/03/2015 até 30/06/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO N° FMS 10/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 10/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMS 10/2015. Data de assinatura: 02/03/2015. Contratado: IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA, CNPJ: 14.565.115/0001-38. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PINTURA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE FELIPE SCHIMIDT. Valor: R\$ 14.355,00 (quatorze mil trezentos e cinquenta e cinco reais). Vigência: 02/03/2015 até 30/06/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO N° FMS 11/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 11/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMS 11/2015. Data de assinatura: 02/03/2015. Contratado: IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA, CNPJ: 14.565.115/0001-38. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PINTURA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE ARROIOS. Valor: R\$ 10.320,00 (dez mil trezentos e vinte reais). Vigência: 02/03/2015 até 30/06/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO N° FMS 12/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 12/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMS 12/2015. Data de assinatura: 02/03/2015. Contratado: IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA, CNPJ: 14.565.115/0001-38. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PINTURA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE PAULA PEREIRA. Valor: R\$ 14.535,00 (quatorze mil quinhentos e trinta e cinco reais). Vigência: 02/03/2015 até 30/06/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO N° FMS 13/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 13/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMS 13/2015. Data de assinatura: 02/03/2015. Contratado: IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA, CNPJ: 14.565.115/0001-38. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PINTURA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE PINHEIROS. Valor: R\$ 14.175,00 (quatorze mil cento e setenta e cinco reais). Vigência: 02/03/2015 até 30/06/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Processo / Ano:	44/2015	Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores:	17.442,00
Licitação.....:	26/2015 - PR				
Modalidade....:	PREGÃO PRESENCIAL				
Objeto.....:	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL PRIVADA ATRAVÉS DE MONITORAMENTO DE ALARME DO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS, SETOR DE TRANSPORTES E CONSELHO TUTELAR, CONFORME DESCRITO NO ANEXO I, COM CONTRATAÇÃO DE SEGURO, MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO ELETRÔNICO, VEÍCULO AUTOMOTOR TÁTICO-MÓVEL E CENTRO DE OPERAÇÕES.				

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 311043452	- SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL PREDIO DA PREFEITURA - Unidade: MES						
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	INVIO LAVEL	9,000	0,0000	1.700,5000	15.304,50	Venceu	1 *****
Item.....: 3	- 311043453	- SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL PREDIO DO SETOR DE TRANSP - Unidade: MES						
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	INVIO LAVEL	9,000	0,0000	118,7500	1.068,75	Venceu	1 *****
Item.....: 4	- 311043454	- SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL NO PREDIO DO CONSELHO TUT - Unidade: MES						
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	INVIO LAVEL	9,000	0,0000	118,7500	1.068,75	Venceu	1 *****

Canoinhas, Em	
PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA -	SUPLENTE
PAULO CESAR SAFANELLI -	PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
VANESSA LANGER -	CRC/SC 028524/O-0

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 042/2015

DECRETO No 042, DE 2 DE ABRIL DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 348.297,81 (trezentos e quarenta e oito mil, duzentos e noventa e sete reais e oitenta e um centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.157, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 348.297,81 (trezentos e quarenta e oito mil, duzentos e noventa e sete reais e oitenta e um centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

1001.08.241.0170.2095	ATENDIMENTO SOCIAL AO IDOSO	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-056	Aplicações Diretas	0300	00	R\$	1.747,14
1001.08.243.0175.2100	MANUTENÇÃO DO ABRIGO	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-041	Aplicações Diretas	0352	00	R\$	23.651,11
33900000-042	Aplicações Diretas	0324	55	R\$	6.836,27
44900000-043	Aplicações Diretas	0324	55	R\$	5.516,20
1001.08.243.0175.2101	MANUT SERV CONV E FORTALEC VÍNCULOS	FTE	DR	R\$	0,00
330900000-044	Aplicações Diretas	0352	00	R\$	47.064,83
33900000-045	Aplicações Diretas	0324	55	R\$	7.002,34
1001.08.243.0175.2102	TRANSF. DE RECURSOS FINANCEIROS A APAE	FTE	DR	R\$	0,00
33500000-046	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucret	0352	00	R\$	2.054,12
1001.08.244.0185.2152	CONCESSÃO BENEF EVENT À FAMILIAS E INDI	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-047	Aplicações Diretas	0324	55	R\$	1.232,01
1001.08.244.0195.2103	MANUT ATIV CENTRO REFERENCIA CRAS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-048	Aplicações Diretas	0352	00	R\$	28.222,16
1001.08.244.0195.2104	CONTROLE SOCIAL EM ATIVDE INFORMAÇÃO	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-049	Aplicações Diretas	0352	00	R\$	5.742,12
1001.08.244.0195.2105	MANUT CENTRO REFERÊNCIA ESPEC CREAS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-050	Aplicações Diretas	0352	00	R\$	31.655,40
33900000-051	Aplicações Diretas	0324	55	R\$	45.988,60
44900000-052	Aplicações Diretas	0324	55	R\$	31.031,72
1001.08.244.0195.2106	MANUTENÇÃO DO IGD SUAS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-053	Aplicações Diretas	0352	00	R\$	2.259,83
1001.08.244.0195.2178	MANUT PROGRAMA ACESSUAS TRABALHO	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-054	Aplicações Diretas	0352	00	R\$	83.000,00
33900000-055	Aplicações Diretas	0352	00	R\$	25.293,96
	Total			R\$	348.297,81

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2014, do Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, no valor de R\$ 348.297,81 (trezentos e quarenta e oito mil, duzentos e noventa e sete reais e oitenta e um centavos), conforme quadro a seguir e demonstrativo em anexo.

Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Superávit Financeiro – Recursos Ordinários	FTE	DR	R\$	1.747,14
Superávit Financeiro – Transferências de Convênios – Estado	0324	55	R\$	97.607,14
Superávit Financeiro – Transferências de Recursos do FNAS	0352	00	R\$	248.943,53
Total		00	R\$	348.297,81

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 2 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

Decreto 044/2015

DECRETO Nº 044, DE 2 DE ABRIL DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 610.000,00 (seiscentos e dez mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal nº 3.157, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 610.000,00 (seiscentos e dez mil reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificadas:

1301.04.122.0165.1083	AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SEDE ADMINISTRATIVA	FTE	DR		0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações diretas	003			200.000,00
1301.17.512.0165.1088	IMPLANTAÇÃO DE REDES E ADUTORAS DE ÁGUA	FTE	DR		0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações diretas	003			50.000,00
1301.17.512.0165.1089	IMPLANTAÇÃO DE REDES DE ESGOTO	FTE	DR		0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações diretas	003			280.000,00
1301.17.512.0165.1091	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO SISTEMA DE MACRO E MICRO MEDIDORES	FTE			0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	003	DR		80.000,00
	Total				610.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2014, do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, no valor de R\$ 610.000,00 (seiscentos e dez mil reais), conforme demonstrativo anexo e quadro a seguir.

Demonstrativo do Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Superávit Financeiro	0300	00	R\$	610.000,00
Total	0300	00	R\$	610.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 2 de abril de 2015.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL
Secretário de Administração e Finanças

FMAS PROCESSO LICITATÓRIO 0002/2015 PREGÃO PRESENCIAL 0002/2015**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0002/2015

Pregão Presencial Nº 0002/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa para prestação de serviços de transportes/KM, para crianças e adolescentes atendidos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, transporte de idosos e usuários atendidos pelo PAIF e PAEFI.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 23/04/2015.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br**HORÁRIO:** Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.**TELEFONE** Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, **FAX** Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 7 de abril de 2015.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

FMS PROCESSO LICITATÓRIO 0010/2015 PREGÃO ELETRÔNICO 0001/2015**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0010/2015

Pregão Eletrônico Nº 0001/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de Assistência Técnica e Manutenção Corretiva nos equipamentos odontológicos, médicos e de enfermagem do Fundo Municipal de Saúde.

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 17/04/2015 no site www.cidadecompras.com.br.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.**TELEFONE** Nº (0xx49) 3555-8739, **FAX** Nº (0xx49) 3555-8744

Capinzal, 7 de abril de 2015

Elisângela Bagnolin

Diretora de Compras e Licitações

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0084/2015 PREGÃO PRESENCIAL 0052/2015**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0084/2015

Pregão Presencial Nº 0052/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Concreto FCK20 convencional para utilização em melhorias de passeios públicos e paradas de ônibus em diversos pontos do Município.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 14:00 horas, para abertura da Seção às 14:05 horas do dia 23/04/2015.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br**HORÁRIO:** Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.**TELEFONE** Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, **FAX** Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 7 de abril de 2015.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

PORTARIA 058/2015

PORTARIA Nº 058, DE 21 DE JANEIRO DE 2015

Nomeia servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Fica nomeada, a contar de 21 de janeiro de 2015, Salete Aparecida Constantin de Mattos, matrícula 398640/03, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Planejamento e Projetos, nível CC - 4, conforme anexo IV - B da Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e suas alterações, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006/1991.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 21 de janeiro de 2015.

Capinzal - SC, em 21 de janeiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Salete Aparecida Constantin de Mattos

Aos vinte e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. Andevir Isganzella, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Srª. Salete Aparecida Constantin de Mattos, matrícula 398640/03, a fim de tomar posse no

cargo de provimento em comissão de Assessor de Planejamento e Projetos, nomeada pela Portaria nº 058, de 21 de janeiro de 2015. Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 21 de janeiro de 2015

Empossado

Prefeito Municipal

PORTARIA 059/2015

PORTARIA Nº 059, DE 21 DE JANEIRO DE 2015

Nomeia servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Fica nomeado, a contar de 21 de janeiro de 2015, Francisco Dirceu de Araújo, matrícula 310050/09, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador Administrativo, nível CC - 5, conforme anexo III - A da Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e suas alterações, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006/1991.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 21 de janeiro de 2015.

Capinzal - SC, em 21 de janeiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Francisco Dirceu de Araújo

Aos vinte e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. Andevir Isganzella, no Gabinete do Prefeito, compareceu o Sr. Francisco Dirceu de Araújo, matrícula 310050/09, a fim de tomar posse no cargo de provimento em comissão de Coordenador Administrativo, nomeado pela Portaria nº 059, de 21 de janeiro de 2015.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 21 de janeiro de 2015

Empossado

Prefeito Municipal

PORTARIA 060/2015

PORTARIA Nº 060, DE 21 DE JANEIRO DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 175/2015, resolve:

Art. 1º Fica concedida progressão por cursos de capacitação à servidora Naiara Maria Faccin, matrícula nº 138568/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, nível 147, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 184, referência B, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em janeiro de 2015.

Capinzal - SC, em 21 de janeiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 061/2015

PORTARIA Nº 061, DE 21 DE JANEIRO DE 2015

Concede Função de Chefia a servidor, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Fica concedida Função de Chefia de Acúmulo de Função (FC - 1) à servidora Ana Carolina Basquera Betiolo, matrícula nº 326380/01 ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriturário, nível 153, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em janeiro de 2015

Capinzal - SC, em 21 de janeiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 062/2015

PORTARIA Nº 062, DE 21 DE JANEIRO DE 2015

Dispõe sobre Comissão Especial de Vistoria dos Veículos Terceirizados para o Transporte Escolar.

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Ficam designados os seguintes servidores para comporem a Comissão Especial de Vistoria dos Veículos Terceirizados do Transporte Escolar:

I. Belomi Maria Rossato, matrícula nº 13285/02

II. Idamir da Rosa, matrícula nº 322989/02

III. Omar Francisco Varela, matrícula nº 317101/01

IV. Sidnei Marcos Surdi, matrícula nº 319058/01

V. Alexandre Roca do Nascimento, matrícula nº 407441/01

VI. Avelino Lourenço De Barba, matrícula nº 407492/01

Art 2º A Comissão fica encarregada, sob a presidência do primeiro, de realizar a vistoria dos veículos designados pela Secretaria Municipal da Educação e que efetuarão o transporte escolar no município de Capinzal, durante o ano de 2015, conforme preceituam os Processos Licitatórios, na modalidade de Pregão Presencial nº 0/2015 e Processo Licitatório nº 0011/2015.

Art. 3º A Comissão terá um prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para a conclusão da avaliação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor em 21 de janeiro de 2015.

Capinzal - SC, em 21 de janeiro de 2015

WILSON LUIS FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e Publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 063/2015

PORTARIA Nº 063, DE 23 DE JANEIRO DE 2015

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerado, conforme requerimento protocolado sob o nº 188/2015, Kauê Vetorazi, matrícula nº 330361/01, ocupante do cargo de Escriturário, nível 153, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 23 de janeiro de 2015.

Capinzal - SC, em 23 de janeiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 063/2015

PORTARIA Nº 063, DE 23 DE JANEIRO DE 2015

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerado, conforme requerimento protocolado sob o nº 188/2015, Kauê Vetorazi, matrícula nº 330361/01, ocupante do cargo de Escriturário, nível 153, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 23 de janeiro de 2015.

Capinzal - SC, em 23 de janeiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 064/2015

PORTARIA Nº 064, DE 23 DE JANEIRO DE 2015

Designa funcionários na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, resolve:

Art. 1º Designar os servidores a seguir relacionados para formarem a Comissão para Avaliação de Leites para pacientes em situação de intolerância alimentar e desnutrição, e Fraldas para pacientes acamados e com incontinências urinárias, referente ao Processo Licitatório nº 002/2015 e Pregão nº 002/2015:

I - Paulo Joaquim Gralha Bragatto, ocupante do cargo de Farmacêutico Bioquímico, matrícula nº 406660/01;

II - Leticia Sernajotto Urbano de Moraes, ocupante do cargo de Nutricionista, matrícula nº 300663/02;

III - Ana Paula Chiamolera, ocupante do cargo de Enfermeiro, matrícula nº 305723/05.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 23 de janeiro de 2015

Capinzal, SC, em 23 de janeiro de 2015

WILSON LUIS FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 065/2015

PORTARIA Nº 065, DE 26 DE JANEIRO DE 2015

Dispõe sobre Comissão Especial de Avaliação, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme legislação em vigor, resolve:

Art. 1º A Comissão Especial de Avaliação de Imóveis é composta por:

I - Ruites Valmir Andrioni Jr., engenheiro civil, portador do CPF nº 598.459.459-53, registro no CREA nº 031.257-1 e CRECI nº 008.351; e

II - Roberto Baretta, inscrito no CPF sob o nº 386.213.479-20, e no CREA sob o nº 22.047-2;

III - Sergio Luiz Riquetti, engenheiro civil, inscrito no CPF sob o nº 598.459.539-72 e no CRECI sob o nº 6614;

Art. 2º À Comissão compete, sob a presidência do primeiro, formalizar termo de avaliação do terreno de cultura com área de 605.775,03m³ (seiscentos e cinco mil, setecentos e setenta e cinco vírgula três metros quadrados), denominado Fazenda Santo Antonio, de propriedade do Ministério da Agricultura, conforme Escritura Pública, registro nº 2.162, fls. 69, livro 3º"E" e nº 20.701, fls. 71, livro 3º"T".

Art. 3º A Comissão terá um prazo de vinte (20) dias, a contar da presente data, para emitir termo conclusivo de avaliação dos imóveis descritos nesta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 26 de janeiro de 2015

Capinzal, em 26 de janeiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 067/2015

PORTARIA Nº 067, DE 26 DE JANEIRO DE 2015

Concede Licença Maternidade à servidora, na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Maternidade, pelo período de 01 de fevereiro a 31 de maio de 2015, conforme atestado médico, à servidora Jucilei Tenutti, matrícula nº 177849/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2015.

Capinzal, SC, em 26 de janeiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 068/2015

PORTARIA Nº 068, DE 26 DE JANEIRO DE 2015

Dispõe sobre a composição do Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme a legislação em vigor, fundamentado no disposto nas leis nº 1.888/1995, 2.222/2000 e 2.261/2001 e 2.738/2006, resolve:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para o Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE do Município de Capinzal:

I - Representantes do Poder Executivo

a) Belomi Maria Rossato - Titular

b) Josi Mary Côas - Suplente

II - Representantes dos Docentes, Discentes ou trabalhadores na área da Educação

a) Valquíria Maria da Silva Moresco - Titular

b) Divair Dias de Vargas Barbieri - Suplente

c) Ana Paula Franceschi Savariz - Titular

d) Zeli De Barba - Suplente

III - Representantes de Pais de Alunos

a) Noemi Frühauf Reck - Titular

b) Delci Macagnan da Costa - Suplente

c) Wilzieline Franco Sobral da Costa - Titular

d) Fatima Spielmann da Silva - Suplente

IV - Representantes das entidades civis organizadas

a) Claudemir Peri - Titular

b) Nair Basei - Suplente

c) Greici Gubert Faccin - Titular

d) Pedro Casagrande - Suplente

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 26 de janeiro de 2015.

Capinzal - SC, em 26 de janeiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e Publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

SIMAE

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/16/2015

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/16/2015

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: GILBERTO BAZZO EIRELI ME

CNPJ DO CONTRATADO: 18.366.785/0001-86

OBJETO: Contratação de mão de obra construção de muro e escadaria no pátio do SIMAE, junto a estação de tratamento de água, compreendendo a prestação dos serviços e o fornecimento dos materiais. Processo licitatório nº CAO/0069/2015 - Pregão nº CAO/05/2015.

VALOR: R\$ 92.098,19 (Noventa e dois mil, noventa e oito reais e dezenove centavos).

DATA DA ASSINATURA: 06/04/2015

VIGÊNCIA: 07/04/2015 A 06/06/2015

Caxambu do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 04/2015 - FMS

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 04/2015
Edital: Pregão Presencial Nº.: 03/2015
Tipo : Menor Preço/Por Item
Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE.
Entrega dos Envelopes: 07h55min do dia 22 de Abril de 2015.
Abertura dos Envelopes: 08h00min do dia 22 de Abril de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3326-0101, e pelo site www.caxambudosul.sc.gov.br .
CAXAMBU DO SUL, 06 de Abril de 2015.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ATA RP 09/2015

Estado de Santa Catarina									
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL									
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS									
Ata Nº.:		09/2015							
Detentora:		ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME.							
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DE TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.							
Fornecedor: 2334 - ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME									
Item		Especificação			Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	TOALHA DE ROSTO 40 X 75CM			pc		86,000	4,8500	417,10	
25	VASSOURA DE PALHA			pc	colonial	101,000	15,0000	1.515,00	
28	PANO CRU 80X90 CM			un	gabellei	184,000	4,6500	855,60	
30	FLANELA 34 X 50CM			un	gabellei	61,000	1,7700	107,97	
45	TOALHA DE PRATO GRANDE DECORADA 75 X 100CM			un		20,000	4,7100	94,20	

Vigência : Início : 01/04/2015 Término : 31/12/2015.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 04/2015.

CAXAMBU DO SUL, 31 de Março de 2015.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA RP 10/2015

Estado de Santa Catarina											
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL											
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS											
Ata Nº.:		10/2015									
Detentora:		AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.									
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DE TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.									
Fornecedor: 1341 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.											
Item		Especificação			Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário		Preço Total	
1	LUVA DE BORRACHA TAM P				pr	DANY	6,000	1,9400	11,64		
2	LUVA DE BORRACHA TAM M				pr	DANY	76,000	1,9400	147,44		
3	LUVA DE BORRACHA TAM G				pr	DANY	14,000	1,9400	27,16		
5	ALCOOL EM GEL 70% 500ML				fr	2612FLOP´S	20,000	3,2300	64,60		
6	ALCOOL LIQUIDO 46,2% 1000ML				fr	3094FLOP´S	172,000	3,1100	534,92		
10	SABONETE LÍQUIDO AROMATIZADO 500ML				fr	3765CASARA	50,000	4,5100	225,50		
11	ESPONJA DE LAVAR LOUÇA C/ 4 UNID				pt	BETANIN	238,000	1,6800	399,84		
12	ÁGUA SANITÁRIA EMBAL. 2 LITROS - Composição: Hipoclorito de sódio e água; Princípio Ativo: Hipoclorito de sódio; Teor de cloro ativo: 2.0% a 2,5% p/p.				un	FLEX	334,000	2,7800	928,52		
13	DESINFETANTE EMB. 2 LITROS				un	FLEX	425,000	2,5300	1.075,25		
15	DETERGENTE EMB. COM 5 LITROS				un	FLEX	115,000	6,6700	767,05		
16	DETERGENTE LÍQUIDO 500 ML				un	1060ZAVASKI	377,000	1,2500	471,25		
19	LUSTRA MÓVEIS LÍQUIDO - 200 ML				fr	PRATIK	23,000	2,2500	51,75		
21	SABÃO EM PÓ - 1 KG - Composição: Tensoativo Aniônico, Tampo-nantes, Coadjuvantes, Sinergista, Corantes, Enzimas, Branqueador Óptico, Essencia, Água, Alvejante e Carga.				cx	GIRANDO SO	367,000	4,4500	1.633,15		
24	LIMPA VIDROS 500 ML				un	PRATIK	16,000	1,9800	31,68		
26	ESPONJA DE AÇO C/8 UND 60 GR				pt	INOVE	118,000	1,0000	118,00		
31	PANO DE PRATO COM ESTAMPA 45 X 70CM				un	2430GABELL	82,000	2,1200	173,84		
32	PAPEL HIGIENICO NEUTRO FARDO 8X8X30MTS				fd	2265GUIPEL	193,000	21,4500	4.139,85		
33	RODO DE ESPUMA GRANDE				un	1237DESAFIO	3,000	6,6500	19,95		
35	SABÃO EM BARRA 5 X 200G				un	2197ZAVASKI	66,000	2,6300	173,58		
36	SABONETE EM BARRA 130G				un	SENSUS	47,000	1,3100	61,57		
37	SABONETE LIQUIDO 5 LITROS				un	FLEX	33,000	10,4900	346,17		
39	SACOS DE LIXO 15 LTS C/100				un	1402OESTE	120,000	5,9400	712,80		
46	PAPEL INTERFOLHADO C/1000 BRANCO				un	2105GUIPEL	4,000	5,8000	23,20		
47	LIMPADOR PERFUMADO 500ML				fr	3730PRATIK	103,000	1,9800	203,94		
48	LIMPADOR DE USO EM GERAL 500ML				un	3730PRATIK	20,000	1,9800	39,60		
62	PEDRA SANITÁRIA 35G				un	SANY	72,000	1,0500	75,60		
63	VASOURAS PLÁSTICA				un	2001DESAFIO	99,000	3,2400	320,76		
65	TOUCA DESCARTÁVEL PCT C/100 UND				pt	DESCARPAC	12,000	5,6800	68,16		

Vigência : Início : 01/04/2015 Término : 31/12/2015.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 04/2015.

CAXAMBU DO SUL, 31 de Março de 2015.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA RP 11/2015

Estado de Santa Catarina									
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL									
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS									
Ata Nº.:		11/2015							
Detentora:		EUNICE LESSA CHIARELLO ME.							
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DE TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.							
Fornecedor: 166 - EUNICE LESSA CHIARELLO ME									
Item	Especificação			Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário		Preço Total
8	PAPEL TOALHA 22 X 20CM C/2 UND			un	STYLUS	68,000	2,4500	166,60	
17	ESCOVA DE LAVAR ROUPA MADEIRA			un	INCAVAS	51,000	1,9000	96,90	
20	PÁ DE PLÁSTICO PARA LIXO			un	DO BRASIL	3,000	1,5000	4,50	
23	AMACIANTE DE ROUPAS 2 L			un	GOTA LIMPA	93,000	3,2900	305,97	
34	RODO GRANDE 60CM			un	STAR	45,000	9,6000	432,00	
38	SACOS DE LIXO 100LT C/25			un	STAR	283,000	6,4000	1.811,20	
40	SACOS DE LIXO 30LTS C/50			un	STAR	140,000	6,4000	896,00	
41	SACOS DE LIXO 50LTS C/50			un	STAR	174,000	6,7000	1.165,80	
44	TAPETE DE TECIDO 40X60CM			un	SLIM	6,000	19,0000	114,00	
51	PRENDEDOR DE ROUPA DE MADEIRA C/12 UND			un	GABOARDI	20,000	1,1000	22,00	
52	LIXEIRO TELADO 15 LITROS			un	JAGUAR	4,000	7,5000	30,00	
54	ESCOVA SANITÁRIA C/ SUPORTE			un	LIMPAMANIA	18,000	5,9000	106,20	
55	REMOVEDOR PARA PISOS E AZULEJOS 1LT			fr	REMOVEX	10,000	4,9900	49,90	
64	RODO MÉDIO 40CM			un	STAR	44,000	5,3000	233,20	
66	TAPETE EMBORRACHADO 40 X 60CM			un	PANOSUL	18,000	26,0000	468,00	

Vigência : Início : 01/04/2015 Término : 31/12/2015.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 04/2015.

CAXAMBU DO SUL, 31 de Março de 2015.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA RP 12/2015

Estado de Santa Catarina										
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL										
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS										
Ata Nº.:		12/2015								
Detentora:		SCS COMERCIO LTDA.								
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DE TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.								
Fornecedor: 2363 - SCS COMERCIO LTDA ME.										
Item		Especificação			Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário		Preço Total
4	LUVAS DESCARTAVEIS TAM M CX C/100			cx	TALGE	11,000	16,3900	180,29		
9	TOALHA DE BANHO 0,70 X 1,30M			un	TOAMINE	10,000	11,9000	119,00		
14	DESODORIZANTE DE AMBIENTE 360 ML AEROSOL			un	ULTRA FRES	43,000	8,0000	344,00		
18	ESFREGÃO DE AÇO 15 GR			un	RELUZ	75,000	2,0000	150,00		

22	QUEROSENE 800ML	un	POLITRIZ	65,000	8,9800	583,70		
27	BALDE DE PLÁSTICO 15 L	un	ARQPLAST	43,000	9,4000	404,20		
29	OLEO AROMATIZANTE 140 ML	un	AZULIM	10,000	9,5000	95,00		
42	SAPÓLIO EM PÓ 300ML	fr	CLASS	85,000	1,4500	123,25		
43	SAPÓLIO LÍQUIDO 300ML	un	CLASS	175,000	1,9700	344,75		
49	RODO DE ESPUMA MÉDIO 40CM	un	DESAFIO	41,000	6,6000	270,60		
50	LIXEIRO TELADO 30 LITROS	un	ARQPLAST	4,000	20,0000	80,00		
53	LIXEIRA DE COZINHA 10 LITROS C/ TAMPA	un	ARQPLAST	12,000	10,0000	120,00		
56	CERA LIQUIDA VERMELHA 750ML P/ MADEIRA - Composição: Carnauba , dispersões acrílicas metálicas, emulsificante, agente nivelador, agente formador de filme, alcalinizante, plastificante, conservante, fragância, corante e água.	tb	POLITRIZ	148,000	6,0000	888,00		
57	CERA LIQUIDA VERMELHA 750ML P/ MADEIRA - Composição: Carnauba , dispersões acrílicas metálicas, emulsificante, agente nivelador, agente formador de filme, alcalinizante, plastificante, conservante, fragância, corante e água.	tb	POLITRIZ	120,000	6,0000	720,00		
58	CERA LIQUIDA INCOLOR P/ MADEIRA - Composição: Agente de polimento, formador de filme, coadjuvante, alcalinizante, plastificante, preservante, essência e veículo.	tb	POLITRIZ	100,000	6,0000	600,00		
59	CERA LIQUIDA VERMELHA 750ML P/ PISOS E AZULEJOS - Composição: Carnauba , dispersões acrílicas metálicas, emulsificante, agente nivelador, agente formador de filme, alcalinizante, plastificante, conservante, fragância corante e água.	un	POLITRIZ	125,000	6,0000	750,00		
60	LIXEIRA C/ PEDAL 13,3 LITROS	un	ARQPLAST	27,000	30,0000	810,00		
61	PAPEL TOALHA INTERFOLHAR, FOLHA INTERCALADA COR	pt	ILIOTI	297,000	11,4000	3.385,80		

Vigência : Início : 01/04/2015 Término : 31/12/2015.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 04/2015.

CAXAMBU DO SUL, 31 de Março de 2015.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA RP 13/2015

Estado de Santa Catarina									
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL									
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS									
Ata Nº.:		13/2015							
Detentora:		EMBRIOSÊMEM EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP							
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO E MATERIAIS UTILIZADOS PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL.							
Fornecedor: 2450 - EMBRIOSEMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA ME.									
Item	Especificação			Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário		Preço Total
1	SÊMEN BOVINO DA RAÇA HOLANDESA.			un	ULIER	450,000	12,4500	5.602,50	
2	SÊMEN BOVINO DA RAÇA JERSEY			un	CONSULTAN	500,000	12,4500	6.225,00	
3	SÊMEN BOVINO DA RAÇA NORMANDO			un	REDONDO	20,000	13,9000	278,00	
4	SÊMEN BOVINO DA RAÇA RED ANGUS			un	LORENZEN F	350,000	12,4500	4.357,50	
5	SÊMEN BOVINO DA RAÇA GIR LEITEIRO			un	JQR TOP	100,000	12,4500	1.245,00	
6	LUVA PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL PACOTE C/ 25 UNID.			pt	WAGO	74,000	8,0000	592,00	
7	BAINHA PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL PACOTE C/ 50 UNID.			pt	MINI TUB	42,000	13,8000	579,60	

Vigência : Início : 07/04/2015 Término : 31/12/2015.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 08/2015.

CAXAMBU DO SUL, 07 de Abril de 2015.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

185.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIANº 185/2015

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, II, e §§ 5º, 6º, 7º 8º 9º e 10, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor da Servidora Pública TATIANE DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais - 40 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, matriculada sob o nº 2557/04, licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 06.04.15 a 15.04.15 (10 dias), conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 06 de abril de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

186.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 186/2015

CONSIDERANDO os efeitos da Portaria n. 438/2014 de 10.11.2014, que exonerou a servidora, GRACIELE STAROSKY ocupante do cargo de provimento efetivo de Nutricionista;

CONSIDERANDO que não houve interesse em assumir a vaga por parte da candidata aprovada no Edital de Processo Seletivo Simplificado n. 01/2014;

CONSIDERANDO o Edital de Chamada Pública n. 01/2015-SMECE, realizado para contratação de pessoal em caráter temporário; O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com o Inciso IX, art. 2º da Lei Complementar Nº 0040 de 15/05/2009;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir em caráter temporário CAMILA SILVA OLIVEIRA, para exercer as funções do Cargo de Nutricionista ACT - 30 horas, sendo 20 horas na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes e 10 horas na Secretaria Municipal da Saúde, pelo período de 06.04.2015 a 31.12.2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 06 de abril de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 014, DE 03.03.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
DECRETO Nº 014, DE 03.03.2015

Estabelece o limite de horas ou quilometragem previstos no inciso II, § 2º do art.3º do Decreto nº 31/2010, e estabelece outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, e de acordo com as disposições do inciso II, § 2º do art.3º do Decreto nº 31/2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o limite de horas ou quilometragem subsidiadas pelo Município, em cada atendimento na propriedade do produtor rural, parceiros ou meeiros, com equipamentos (máquinas e tratores) contratados pela Administração Municipal com terceiros:

I - Trator de Esteira - até o limite de 06 (seis) horas;

II - Escavadeira Hidráulica - até o limite de 06 (seis) horas;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 03 de março de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 015, DE 04.03.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
DECRETO Nº 015, DE 04.03.2015

Altera os incisos I à XI do art.4º do Decreto nº 31/2010 de 26.05.2010, e estabelece outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e de acordo com as disposições do art.7º da Lei nº 0421 de 08.04.2009,

DECRETA:

Art. 1º Os incisos I à XI, do art.4º do Decreto nº 31/2010 de 26.05.2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º

.....

I - Enciladeira para Microtrator - R\$ 3,00 (três reais) por hora.

II - Enciladeira para Trator de Pneu - R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos) por hora.

III - Roçadeira para Trator de Pneu - R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos) por hora

IV - Espalhador de Calcário - R\$ 5,00 (cinco reais) por hora.

V - Lâmina - R\$ 5,00 (cinco reais) por hora.

VI - Subsolador - R\$ 3,00 (três reais) por hora.

VII - Papaterra - R\$ 5,00 (cinco reais) por hora.

VIII - Grade - R\$ 3,00 (três reais) por hora.

IX - Plataforma de Trator Pneu - R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por hora.

X - Arado Reversível de Disco - R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos) por hora.

XI - Distribuidor de Esterco Líquido - R\$ 11,50 (onze reais e cinquenta centavos) por hora.

.....

..... "

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 04 de março de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 016, DE 06.03.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 016, DE 06.03.2015

Atualiza valores estabelecidos no art.1º da Lei nº 0436 de 27.08.2009, e estabelece outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, e de acordo com as disposições do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 0436 de 27.08.2009,

DECRETA:

Art. 1º Ficam atualizados a partir desta data, os valores constantes do art. 1º da Lei nº 0436 de 27.08.2009, pelo uso dos equipamentos integrantes do patrimônio deste Município, abaixo relacionados:

- I - Retroescavadeira - R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) a hora;
- II - Trator de Pneu - R\$ 62,50 (sessenta e dois reais e cinquenta centavos) a hora;
- III - Escavadeira Hidráulica - R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) a hora;
- IV - Patrôla - R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) a hora;
- V - Pá Carregadeira - R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) a hora;
- VI - Caminhão três eixos - R\$ 23,00 (vinte e três reais) por carga transportada em vias municipais e 1,40 (um real e quarenta centavos,) por km rodado fora do Município;
- VII - Caminhão dois eixos - R\$ 17,00 (dezesete reais) por carga transportada em vias municipais e R\$ 1,15 (um real e quinze centavos) por km rodado fora do município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 06 de março de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 039, DE 06.04.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 039, DE 06.04.2015

Abre crédito adicional suplementar no Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, VII, da Lei nº 0627, de 17.12.2014,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 107 (transferências de convênios - saúde) no valor de R\$ 11.200,00 (onze mil e duzentos reais), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

- 06 - Fundo Municipal de Saúde
- 01 - Divisão do Fundo de Saúde
- 10 - Saúde
- 09 - Saúde para Todos
- 301- Atenção Básica
- 107 - Transferência de Convênios - Saúde
- 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
- 1015 - Aquisição de Móveis, Equipamentos e Veículos R\$ 11.200,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 06 de abril de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 040, DE 06.04.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 040, DE 06.04.2015

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, III, da Lei nº 0627, de 17.12.2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Fiscal de 2015, por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2014, na fonte 126 - transferência de convênios - outros - Exercício Anterior, crédito adicional suplementar de R\$ 65.950,26 (sessenta e cinco mil novecentos e cinquenta reais e vinte e seis centavos), na seguinte dotação:

- 07 - Secretaria da Agricultura
- 01 - Divisão de Agricultura
- 20 - Agricultura
- 15 - Pamec
- 606 - Extensão Rural
- 126 - - Transferência de Convênios - Outros - Ex. Anterior
- 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
- 2075 - Contratação de Serviços Terceirizados Máquinas, Equipamentos, Implementos Agrícolas R\$ 65.950,26

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 06 de abril de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO nº 10/2015 - FMS

Nº. do Contrato Administrativo e de rateio: 10/2015.

Vigência: 20/03/2015 à 31/12/2015

Processo Licitatório nº 23/2015 - PM.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: FABIANO LENZ ME

Valor/Desconto: 16% de desconto sobre a Tabela

Objeto: O Contrato tem por objeto à aquisição de medicamentos, não integrantes da Farmácia Básica, para atender a demanda apresentada no Fundo Municipal de Saúde do Município de Chapadão do Lageado, através do maior percentual de desconto sobre a tabela de preços divulgada pela ABCFARMA (listagem de A a Z do Órgão Oficial - Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico - ABCFARMA/GUIA DA FARMÁCIA).

DATA DA ASSINATURA: 20 de março de 2015.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2015

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 17 de abril de 2015, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é formação de registro de preços para a contratação de Serviços Especializados de Arbitragem para os Eventos Esportivos de Futebol Suíço e Futebol de Campo a serem realizados no Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme Termo de Referência - Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 07 de abril de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Cocal do Sul**SAMAE - COCAL DO SUL****EXTRATO DE CONTRATO 13/2015**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
ADMINISTRADO PELA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 13/2015

DATA: 25/MARÇO/2015

CONTRATADA: INNO INFORMÁTICA LTDA

OBJETO: FORNECIMENTO DE UM COMPUTADOR COMPLETO (SEM MONITOR) COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: MICROCOMPUTADOR BASEADO EM PROCESSADOR OPERANDO A 3.0 GHZ (NOMINAL) E CACHE DE 3 MB; PROCESSADOR DE, NO MÍNIMO, ARQUITETURA X86 DE NÚCLEO DUPLO; DDR3 SDRAM 4 GBYTES, 1,6 GHZ, DIMM, TECNOLOGIA DUPLO CANAL, EXPANSÍVEL A 32 GBYTES; UNIDADE DE DVD-RW, SATA; UNIDADE DE DISCO RÍGIDO COM CAPACIDADE DE 500 GBYTES, SATA 6,0 GBIT/S, 7200 RPM; TECLADO 101 TECLAS AUTO-REPETITIVAS, PADRÃO ABNT2, CONECTOR NATIVO MINI-DIN OU USB; MOUSE 400 DPI, DOIS BOTÕES, ÓTICO, INTERFACE USB OU PS/2; INTERFACE CONTROLADORA GRÁFICA DE VÍDEO INTEGRADA; INTERFACE DE ÁUDIO ESTÉREO, SAÍDA FRONTAL CONECTOR P2 E ENTRADA FRONTAL PARA MICROFONE CONECTOR P2; 6 INTERFACES USB 2.0 E 2 INTERFACES USB 3.0, CONECTOR A, SENDO 2 FRONTAIS; INTERFACE PADRÃO IEEE 802.3, 10/100/1000BASE-TX/T, 32 BITS, INTEGRADA A PLACA MÃE; CONTROLADORA DE PERIFÉRICOS INTEGRADA A PLACA MÃE; FONTE DE ALIMENTAÇÃO UNIVERSAL COM CORREÇÃO DE FATOR DE POTENCIA ATIVO, EFICIÊNCIA DE 90% (50% CARGA), OPERANDO DE 100 A 240 VAC DE ENTRADA, FASE/NEUTRO/TERRA, 60HZ; NOBREAK 600VA, DE COR PRETA, MÍNIMO 4X TOMADA PADRÃO NBR 14136, TENSÃO DE ENTRADA 220V~ OU BIVOLT E SAÍDA 115V~, ATENDE A NORMA NBR 14373 E CONSTRUÍDO EM PLÁSTICO ANTICHAMA E UM NOTEBOOK COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: MICROCOMPUTADOR BASEADO EM PROCESSADOR OPERANDO A 3.0 GHZ (NOMINAL) E CACHE DE 6 MB; PROCESSADOR DE, NO MÍNIMO, ARQUITETURA X86 DE NÚCLEO DUPLO; TELA DE 15.6 LED HD 720P (1366X768) OU RESOLUÇÃO SUPERIOR; DDR3 SDRAM 4 GBYTES, 1,6 GHZ, DIMM, TECNOLOGIA DUPLO CANAL, EXPANSÍVEL A 32 GBYTES; UNIDADE DE DVD-RW, SATA; UNIDADE DE DISCO RÍGIDO COM CAPACIDADE DE 500 GBYTES, SATA 6,0 GBIT/S, 7200 RPM; INTERFACE CONTROLADORA GRÁFICA DE VÍDEO DEDICADA, 1GB OU SUPERIOR; INTERFACE DE ÁUDIO ESTÉREO PADRÃO; PLACA WIRELESS; TECLADO EM PORTUGUÊS; BATERIA LITHIUM DE 6 CÉLULAS; CAPACIDADE PARA UTILIZAÇÃO DO SOFTWARE AUTOCAD.

VALOR: R\$ 3.743,00 (TRÊS MIL, SETECENTOS E QUARENTA E TRES REAIS).

PRAZO DO CONTRATO: 30 (TRINTA) DIAS

DATA: 02/ABRIL/2015

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA

DIRETORA DO SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO 14/2015

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
ADMINISTRADO PELA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 14/2015
DATA: 25/MARÇO/2015
CONTRATADA: PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA - EPP
OBJETO: FORNECIMENTO DE UMA TELEVISÃO DE COM AS SE-
GUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: TELA 32" LCD LED HD
720P; POTÊNCIA DE ÁUDIO MÍNIMA DE 2X5W RMS; UMA EN-
TRADA HDMI PARA CONEXÃO EM UM ÚNICO CABO A UMA SAÍ-
DA USB; ENTRADA PARA PC PARA USAR A TV COMO MONITOR
DE COMPUTADOR; CONVERSOR TV DIGITAL INTERNO; TAXA DE
ATUALIZAÇÃO DE 120 HZ; ALIMENTAÇÃO 220V OU 110/220V
(BIVOLT); INCLUSOS TODOS OS CABOS NECESSÁRIOS PARA O
FUNCIONAMENTO (FORÇA E HDMI-USB) E QUATRO NOBREAK
COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: 600VA; COR
PRETA; MÍNIMO 4X TOMADA PADRÃO NBR 14136; TENSÃO DE
ENTRADA 220V~ OU BIVOLT E SAÍDA 115V~; ATENDE A NORMA
NBR 14373; CONSTRUÍDO EM PLÁSTICO ANTICHAMA.
VALOR: R\$ 1.903,50 (HUM MIL, NOVECENTOS E TRES REAIS E
CINQUENTA CENTAVOS).
PRAZO DO CONTRATO: 30 (TRINTA) DIAS

DATA: 02/ABRIL/2015
CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA
DIRETORA DO SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO 15/2015

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
ADMINISTRADO PELA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 15/2015
DATA: 25/MARÇO/2015
CONTRATADA: R. S. A. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE IN-
FORMÁTICA LTDA-ME
OBJETO: FORNECIMENTO DE UMA IMPRESSORA COM AS SE-
GUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: TECNOLOGIA DE IM-
PRESSÃO A LASER; RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO DE 600DPI DE
SAÍDA EFETIVA; BANDEJA DE ENTRADA PARA ATÉ 150 FOLHAS;
BANDEJA DE SAÍDA PARA ATÉ 100 FOLHAS; TIPOS DE MÍDIA
ACEITOS: PAPEL, ENVELOPE, ETIQUETAS, CARTÃO; ACOMPANHA
TRANSFORMADOR DE ALIMENTAÇÃO 110/220V.
VALOR: R\$ 600,00 (SEISCENTOS REAIS).
PRAZO DO CONTRATO: 30 (TRINTA) DIAS

DATA: 02/ABRIL/2015
CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA
DIRETORA DO SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO 16/2015

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
ADMINISTRADO PELA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 16/2015
DATA: 30/MARÇO/2015
CONTRATADA: A. V. S. IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
OBJETO: FORNECIMENTO DE 500 UNIDADES DE HIDRÔMETRO
MULTIJATO PARA ÁGUA FRIA, COM TRANSMISSÃO MAGNÉTICA
CLASSE B, ROSCADO, COMPRIMENTO 165MM, VAZÃO NOMINAL
DE 1,50M³/H, VAZÃO MÁXIMA DE 3,00M³/H, VAZÃO TRANSIÇÃO
0,120M³/H, VAZÃO MÍNIMA DE 0,03M³/H, DIÂMETRO NOMINAL
DE 1/2", RELOJOARIA SECA, ORIENTÁVEL COM GIRO ATÉ 360° E
INCLINADA A 45°, LEITURA DIRETA, CARCAÇA EM LIGA METÁ-
LICA COM NO MÍNIMO 60% DE COBRE, COM CONEXÕES, ATEN-
DENDO AS ESPECIFICAÇÕES DA CLASSE METROLÓGICA B, EM
CONFORMIDADE COM AS NORMAS NBR NM 212/99 E NBR 8194
DA ABNT E PORTARIA 246 DE 17/10/00 DO INMETRO COM AS
PORCAS E TUBETES DE METAL E AS ARRUELAS DE VEDAÇÃO DE
POLIPROPILENO.
VALOR: R\$ 26.470,00 (VINTE E SEIS MIL, QUATROCENTOS E SE-
TENTA REAIS).
PRAZO DO CONTRATO: 60 (SESSENTA) DIAS

DATA: 02/ABRIL/2015
CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA
DIRETORA DO SAMAE

Concórdia

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.962, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.962, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

Permite uso de bens municipais, pela Sociedade Casa de Apoio Mão Solidária.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 63, VI e 91, § 3º, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário, à Sociedade Casa de Apoio Mão Solidária, o uso dos seguintes bens:

- 1 (um) microcomputador, com processador core 2 duo, série PTH74-YRPJG, código patrimonial 58.211;
- 1 (um) monitor LCD, 15,6", Acer Wide, X163W, código patrimonial 58.2225;
- 1 (uma) impressora Deskjet, HP 6940, série MY7AMBS2B9, código patrimonial 58.213;
- 1 (um) nobreak, NHS 1.2, KVA, série 024512, código patrimonial 58.219.

Parágrafo único. Para efetivar a permissão, será celebrado Termo de Permissão de Uso Gratuito, entre o Município e a Entidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 106/2013 -PMC

Contrato Nº : 106/2013

Aditivo Nº : 2 TA/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SUPERLINE TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 12/2013

Objeto : Contratação de empresa para aquisição de link de internet 1 Mbps full, com 3 Ip's válidos e fixos com garantia de banda de 99,5% de banda.

Vigência : Início: 30/03/2015 Término: 31/03/2016

Assinatura : 30/03/2015

Valor R\$: 1.486,92 (Um Mil, Quatrocentos e Oitenta e Seis Reais e Noventa e Dois Centavos)

Dotação : 112 - 08.001.2027.333903997000000.01000001

Dotação : 131 - 08.001.2029.333903997000000.01000001

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 153/2014 -PMC

Contrato Nº : 153/2014

Aditivo Nº : 1TA/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TURBONET PROVEDOR LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 25/2014

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de internet banda larga para o Telecentro Comunitário e em escolas do Campo da rede municipal de ensino.

Vigência : Início: 01/04/2015 Término: 31/03/2016

Assinatura : 31/03/2015

Valor R\$: 1.854,00 (Um Mil e Oitocentos e Cinquenta e Quatro Reais)

Dotação : 20 - 04.001.2007.333903997000000.01000001

Dotação : 57 - 06.002.2017.333903997000000.01010000

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 154/2014 -PMC

Contrato Nº : 154/2014

Aditivo Nº : 1TA/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CONECT TURBO PROVEDOR DE INTERNET LTDA

Licitação : Pregão Presencial 25/2014

Objeto : Termo aditivo de prorrogação de prazo e valor da contratação de empresa para prestação de serviços de internet banda larga para o Telecentro Comunitário e em escolas do Campo da rede municipal de ensino.

Vigência : Início: 01/04/2015 Término: 31/03/2016

Assinatura : 31/03/2015

Valor R\$: 3.580,80 (Três Mil, Quinhentos e Oitenta Reais e Oitenta Centavos)

Dotação : 20 - 04.001.2007.333903997000000.01000001

Dotação : 57 - 06.002.2017.333903997000000.01010000

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 47/2015 -PMC

Contrato Nº : 47/2015

Aditivo Nº : 1 TA/2015

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : METALMAKE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA ME

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 20/2014

Objeto : Contratação de empresa do ramo da construção civil em regime de empreitada global (material e mão de obra) para construção da cobertura do pátio da Escola Básica Municipal Giuseppe Sette, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo D do Edital.

Vigência : Início: 13/03/2015 Término: 13/05/2015

Assinatura : 13/03/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 59 - 06.002.1004.344905198000000.01360000

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 73/2015 -PMC

Contrato Nº : 73/2015

Aditivo Nº : 1 TA/2015

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : NERCI LEOMAR HEGELE 78726379953 ME

Licitação : Pregão Presencial 5/2015

Objeto : Aquisição de apostilas didáticas utilizadas pelos alunos no desenvolvimento das aulas de língua estrangeira, nas Escolas da rede Municipal, com recursos oriundos do salário Educação, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital

Vigência : Início: 27/03/2015 Término: 05/04/2015

Assinatura : 27/03/2015

Valor R\$: 541,76 (Quinhentos e Quarenta e Um Reais e Setenta e Seis Centavos)

Dotação : 52 - 06.002.2016.333903016000000.01360000

Dotação : 336 - 06.002.2016.333903016000000.03360000

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 38/2013 -FMS

Contrato Nº : 38/2013

Aditivo Nº : 2 TA/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : CLINICA ODONTOLOGICA 19 DE DEZEMBRO LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 2/2013

Objeto : Aquisição de próteses dentárias para atendimento a pacientes do SUS do Fundo Municipal de Saúde.

Vigência : Início: 28/03/2015 Término: 27/03/2016

Assinatura : 27/03/2015

Valor R\$: 25.403,40 (Vinte e Cinco Mil, Quatrocentos e Três Reais e Quarenta Centavos)

Dotação : 226 - 13.001.2103.333903299000000.01380003

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 59/2015 -PMC

Contrato Nº : 59/2015

Aditivo Nº : 2 TA/2015

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : RJUNIOR CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA-ME

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 21/2014

Objeto : Contratação de serviços de empresa do ramo da construção civil, em regime de empreitada por custo unitário (material e mão-de-obra), para execução de reforma e revitalização de passeio público na Rua Leonel Mosele entre a Prefeitura Municipal de Concórdia e a Praça Dogello Goss, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 27/03/2015 Término: 30/04/2015

Assinatura : 27/03/2015

Valor ACRESCIDO R\$: 7.471,26 (Sete Mil, Quatrocentos e Setenta e Um Reais e Vinte e Seis Centavos)

Valor Reduzido R\$: 3.532,00(três mil e quinhentos e trinta e dois reais)

Dotação : 121 - 08.001.1009.344905198000000.01000001

Dotação : 127 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2015

O Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, torna público que ratificou o ato do Senhor SANTO HERMINIO DE LUCA, Diretor de Urbanismo, que declarou dispensável a licitação, nos termos do inciso X, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 06 de abril de 2015, para aquisição, por utilidade pública, de área de terras de 62,28m², ocupada pelo traçado do trevo das ruas Senador Atílio Fontana e Jaboticabal, no Bairro Petrópolis, de propriedade de Valdecir Pedro Colasso e Nelsi Klumb Colasso, no valor total de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), de acordo com a Lei Municipal nº 4.078/2014.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

EXTRATO DO CONTRATO Nº 115/2015 -PMC

Contrato Nº : 115/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : IMOBILIÁRIA MUNARETTO LTDA

Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 19/2015

Objeto : Locação de um imóvel, novo, com 748,36m² localizado na Rua Carlos Gomes esquina com a Rua Oswaldo Zandavalli, nº 511, Centro, neste Município, para instalação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação - SEDES, Conselho Tutelar, Bolsa Família, PRONATEC.

Vigência : Início: 01/04/2015 Término: 31/03/2016

Assinatura : 30/03/2015

Valor R\$: 129.480,00 (Cento e Vinte e Nove Mil e Quatrocentos e Oitenta Reais)

Dotação : 136 - 09.001.2032.333903902000000.01000001

Dotação : 136 - 09.001.2032.333903910000000.01000001

Dotação : 146 - 09.002.2605.333903910000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 116/2015 -PMC

Contrato Nº : 116/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : DISBRAPLAC LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 27/2015

Objeto : Aquisição de: plataforma elevatória para portadores de necessidades especiais, a ser instalada na Escola Básica Municipal Anna Zamarchi Coldebella e de contêineres metálicos para coleta de lixo, conforme especificações constantes nos anexos A e B deste edital.

Vigência : Início: 31/03/2015 Término: 30/03/2016

Assinatura : 31/03/2015

Valor R\$: 8.999,94 (Oito Mil, Novecentos e Noventa e Nove Reais e Noventa e Quatro Centavos)

Dotação : 121 - 08.001.1009.344905234000000.01000001

Dotação : 337 - 06.002.1004.344905192000000.03360000

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO.**MUNICÍPIO DE CONCORDIA****Anexo 13 - Balanço Financeiro**

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Dezembro / 2014

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIAS	22.698.603,12	214.821.355,42	ORÇAMENTÁRIA	8.697.569,94	196.259.549,35
Receitas Orçamentárias	22.698.603,12	214.821.355,42	Despesas Correntes	7.252.870,83	166.003.860,60
Receitas Correntes	18.021.972,76	194.170.405,24	Pessoal e Encargos Sociais	9.227.301,79	67.762.728,00
Receita Tributária	2.103.110,07	27.189.550,61	Juros e Encargos da Dívida	3.000,00	36.000,00
Receita de Contribuições	1.036.486,87	8.645.685,54	Outras Despesas Correntes	(3.398.081,78)	87.818.752,58
Receita Patrimonial	933.338,21	16.217.230,55	Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	1.420.650,82	10.386.380,02
Receita Agropecuária	360,00	10.862,36	Despesas de Capital	1.444.699,11	30.255.688,75
Receita Industrial	0,00	0,00	Investimentos	1.444.699,11	30.066.096,93
Receita de Serviços	69.705,97	2.692.181,08	Inversões Financeiras	0,00	0,00
Transferências Correntes	14.504.035,52	147.818.286,53	Amortização da Dívida	0,00	189.591,82
Outras Receitas Correntes	694.340,16	6.958.807,95	Despesas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00	0,00
(-) Deduções das Receitas Correntes	1.319.404,04	15.362.199,38			
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	1.653.529,38	10.386.380,02			
(-) Dedução das Receitas Intraorçamentárias Corrente	0,00	0,00			
Receitas de Capital	3.023.100,98	10.264.570,16			
Operações de Crédito	2.921.999,00	3.469.600,48			
Alienação de Bens	1.101,98	268.637,13			
Amortização de Empréstimo	0,00	0,00			
Transferências de Capital	100.000,00	6.526.332,55			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-) Deduções das Receitas de Capital	0,00	0,00			
Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
(-) Ded. das Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	5.565.823,48	36.003.738,56	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	5.565.823,48	36.003.738,56
Transferências Financeiras Recebidas	5.565.823,48	36.003.738,56	Transferências Financeiras Concedidas	5.565.823,48	36.003.738,56
EXTRA ORÇAMENTÁRIAS	(16.765.891,78)	35.042.138,69	EXTRAORÇAMENTÁRIA	5.687.547,49	27.123.235,08
Interferências Ativas	0,00	14.701,00	Interferências Passivas	0,00	14.701,00
Realizável	16.857,90	270.562,00	Realizável	16.857,90	270.562,00
Créditos em Circulação	16.857,90	270.562,00	Créditos em Circulação	16.857,90	270.562,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	2.501.835,77	19.515.777,99	Depósitos	2.525.529,95	19.321.080,45
Consignações	286.510,44	1.617.549,40	Consignações	311.951,83	1.617.558,15
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	2.215.325,33	17.898.228,59	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	2.213.578,12	17.703.522,30
Restos a Pagar	(19.295.412,25)	14.441.184,29	Restos a Pagar	195.355,15	4.510.516,13
Obrigações a Pagar	(19.295.412,25)	14.441.184,29	Obrigações a Pagar	195.355,15	4.510.516,13
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	6.000,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00	6.000,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	6.000,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00	6.000,00
Outras Operações	6.161,00	57.371,01	Outras Operações	6.800,00	57.371,01
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	6.161,00	57.371,01	Outras Obrigações	6.800,00	57.371,01
Acréscimos Patrimoniais	4.665,80	736.542,40	Decréscimos Patrimoniais	2.943.004,49	2.943.004,49
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	115.001.614,76	80.069.137,99	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	106.549.847,67	106.549.847,67
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	3.329.098,45	10.805.579,15	Bancos Conta Movimento	3.597.104,84	3.597.104,84
Bancos Conta Vinculada	2.487.411,22	5.585.022,19	Bancos Conta Vinculada	3.175.278,05	3.175.278,05
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	10.816.533,76	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	4.729.644,51	4.729.644,51
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	19.380.980,59	96.427,98	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	17.004.204,45	17.004.204,45
Investimentos do RPPS	83.006.514,94	70.069.609,09	Investimentos do RPPS	84.531.116,24	84.531.116,24
(-) Provisão para perdas de Investimentos do RPPS	(4.018.924,20)	(6.487.500,42)	(-) Provisão para perdas de Investimentos do RPPS	(6.487.500,42)	(6.487.500,42)
TOTAL	126.500.149,58	365.936.370,66	TOTAL	126.500.788,58	365.936.370,66

Notas:

Data de Emissão: 17/03/2015

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL.

MUNICÍPIO DE CONCORDIA
 Prestação de Contas
 Anexo TC 14 - Balanço Patrimonial
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Dezembro / 2014

Pág 1 / 1

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	Acumulado	TÍTULOS	Acumulado
ATIVO FINANCEIRO	106.563.444,48	FINANCEIRO	15.408.259,70
DISPONÍVEL	106.549.847,67	DEPÓSITOS	194.706,29
Caixa	0,00	Consignações	0,00
Bancos Conta Movimento	3.597.104,84	Depósitos de Diversas Origens	194.706,29
Bancos Conta Vinculada	3.175.278,05	RESTOS A PAGAR	15.213.553,41
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	4.729.644,51	Obrigações a Pagar	15.213.553,41
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	17.004.204,45	SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
Investimentos do RPPS	84.531.116,24	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
(-)Provisão para perdas em Invest. do RPPS	6.487.500,42	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00
REALIZÁVEL	13.596,81	DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	0,00
Créditos a Receber	0,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00		
Empréstimos e Financiamentos	0,00		
Adiantamentos Concedidos	0,00		
Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	13.596,81		
Valores em Transito Realizáveis	0,00		
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00		
REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	0,00		
ATIVO PERMANENTE	136.761.163,10	PASSIVO PERMANENTE	128.203.747,82
CRÉDITOS	4.909.631,92	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	8.000.000,00
Créditos a Receber	2.725.588,15	Em Títulos de Curto Prazo	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	2.184.043,77	Em Títulos de Longo Prazo	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	Por Contratos de Curto Prazo	1.775.719,10
Adiantamentos Concedidos	0,00	Por Contratos de Longo Prazo	6.224.280,90
Depósitos e Financiamentos	0,00	Financiamentos em Circulação (Curto Prazo)	0,00
(-)Provisão para Perdas Prováveis	0,00	Financiamento em Circulação (Longo Prazo)	0,00
Outros Créditos	0,00	Outras	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	3.428.019,25	DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	29.765,71	Em Títulos de Curto Prazo	0,00
INVESTIMENTOS RPPS	0,00	Em Títulos de Longo Prazo	0,00
Investimentos RPPS	0,00	Por Contratos de Curto Prazo	0,00
(-) Provisão para Perdas em Inv. do RPPS	0,00	Por Contratos de Longo Prazo	0,00
DÍVIDA ATIVA	14.642.209,97	Financiamentos em Circulação (Curto Prazo)	0,00
Créditos Inscritos em Dívida a Curto Prazo	2.186.355,08	Financiamento em Circulação (Longo Prazo)	0,00
(-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa	0,00	DÉBITOS CONSOLIDADOS	3.407.236,10
Crédito em processo de inscrição da Dívida Ativa	0,00	Precatórios a Pagar	232.116,40
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	26.084.547,88	Dívida Renegociadas	36.000,00
(-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa	13.628.692,99	Obrigações a Pagar	3.139.119,70
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	45.001,86	Obrigações Legais e Tributárias	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	DIVERSOS	116.796.511,72
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	Obrigações a Pagar	29.277.126,86
Investimento do RPPS a Longo Prazo	45.001,86	Depósitos Judiciais	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	Provisões Matemáticas Previdenciárias	87.519.384,86
IMOBILIZADO	113.706.534,39	Outras Obrigações Exigíveis	0,00
Bens Móveis e Imóveis	117.851.645,87	Diversas Provisões	0,00
Bens Imóveis	96.303.033,30	Valores Pendentes a Longo Prazo	0,00
Bens Móveis	21.548.612,57		
Títulos e Valores	0,00		
Bens Intangíveis	0,00		
(-) Depreciações, Amortizações e Exaustões	4.145.111,48		
DIFERIDO	0,00		
ATIVO REAL	243.324.607,58	PASSIVO REAL	143.612.007,52
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	99.712.600,06
		Déficit ou Superávit Acumulado	99.712.600,06
COMPENSADO	140.270.694,76	COMPENSADO	140.270.694,76
TOTAL	383.595.302,34	TOTAL	383.595.302,34

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Data Emissão: 23/mar/2015 Hora de emissão: 09h e 44m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

IPM - Informática Ltda

ANEXO 15 - DEMONSTRATIVO VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Prestação de Contas
Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais
 Entidade: Consolidado
 : 18/02/2015 Período de Referência: Dezembro / 2014

Pág 1 / 3

Art. 105 da Lei n. 4.320/1964

Variações Ativas		Variações Passivas	
Resultantes da Execução Orçamentária			
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	214.821.355,42	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	196.259.549,35
Receitas Correntes	194.170.405,24	Despesas Correntes	166.003.860,60
Receitas Tributárias	27.189.550,61	Pessoal e Encargos Sociais	67.762.728,00
Receitas de Contribuições	8.645.685,54	Juros e Encargos da Dívida	36.000,00
Receitas Patrimoniais	16.217.230,55	Outras Despesas Correntes	87.818.752,58
Receitas Agropecuárias	10.862,36	Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	10.386.380,02
Receitas Industriais	0,00	Despesas de Capital	30.255.688,75
Receitas de Serviços	2.692.181,08	Investimentos	30.066.096,93
Transferências Correntes	147.818.286,53	Inversões Financeiras	0,00
Outras Receitas Correntes	6.958.807,95	Amortizações da Dívida	189.591,82
(-) Deduções da Receita Corrente	15.362.199,38	Despesas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias Corrente	10.386.380,02		
(-) Ded. da Rec. Intra-Orçamentária Corrente	0,00		
Receitas de Capital	10.264.570,16		
Operações de Crédito	3.469.600,48		
Alienação de Bens	268.637,13		
Amortização de Empréstimos	0,00		
Transferências de Capital	6.526.332,55		
Outras Receitas Capital	0,00		
(-) Deduções da Receita de Capital	0,00		
Receita Intra-Orçamentária de Capital	0,00		
(-)Deduções da Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
Interferências Ativas	36.003.738,56	Interferências Passivas	36.003.738,56
Transferências Financeiras Recebidas	36.003.738,56	Transferências Financeiras Concedidas	36.003.738,56

Mutações Patrimoniais			
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	16.055.274,25	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	2.052.251,48
Aquisição de Bens	16.055.206,15	Alienação de Bens	282.974,91
Bens Imóveis	10.036.717,00	Bens Imóveis	28.673,91
Bens Móveis	6.018.489,15	Bens Móveis	214.720,00
Títulos e Valores	0,00	Demais Alienações	39.581,00
Bens Intangíveis	0,00	Liquidação de Créditos	1.769.276,57
Outras Aquisições de Bens	0,00	Empréstimos e Financiamentos	0,00
Incorporação de Créditos	68,10	Recebimento de Dívida Ativa	1.769.048,86
Custo de Bens e Serviços - Incorporação	0,00	Créditos Parcelados	0,00
Gastos de Despesas Diferidas	0,00	Créditos Administrativos	0,00
Outras Incorporações de Ativos	0,00	Dividendos	0,00
		Créditos Diversos a Receber	227,71
		Entidades Devedoras	0,00
		Outras Liquidações de Créditos	0,00
		Custo de Bens e Serviços Baixa	0,00
		Outras Desincorporações de Ativos	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	499.917,49	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	8.000.000,00
Operações de Créditos - Em Contratos	36.000,00	Operações de Créditos - Em Contratos	8.000.000,00
Juros e Encargos	0,00	Aumento de Capital	0,00
Operações de Créditos - Em Títulos	0,00	Operações de Crédito - Em Títulos	0,00
Adiantamentos Recebidos	0,00	Adiantamentos Recebidos	0,00
Entidades Credoras	0,00	Créditos de Exercícios Anteriores	0,00
Dividendos	0,00	Operações com Duplicatas Descontadas	0,00
Operações Especiais	0,00	Recebimento de Depósitos Judiciais	0,00
Amortização de Débitos	0,00	Outras Incorporações de Passivos	0,00
Outras Desincorporações de Passivos	463.917,49		

Independentes da Execução Orçamentária			
Interferências Ativas	552.229,45	Interferências Passivas	552.229,45
Transferências Financeiras Recebidas	552.229,45	Transferências Financeiras Concedidas	552.229,45
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	22.206.760,88	DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	4.023.894,24
Incorporação de Ativos	22.206.760,88	Desincorporação de Ativos	4.023.894,24
Incorporação de Bens Imóveis	2.409.422,79	Baixa de Bens Imóveis	2.337.476,85
Incorporação de Bens Móveis	15.841,34	Baixa de Bens Móveis	97.527,66
Bens Móveis de Uso Permanente	15.841,34	Bens Móveis de Uso Permanente	97.527,66
Aquisição	627,95	Doações Intra-Orçamentárias	0,00
Doações Intra-Orçamentárias	0,00	Perda	24.794,83
Produção	0,00	Doações	0,00

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR331101-037-KKJKJF-161971783 - Emitido por: ELIZA TEBALDI BORSATTI

18/02/2015 16:09



MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Prestação de Contas
Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais
 Entidade: Consolidado
 : 18/02/2015 Período de Referência: Dezembro / 2014

Pág 2 / 3

Doação	0,00	Devolução de Bens	0,00
Transferencia	3.685,39	Transferências	22.657,55
Permuta	0,00	Permuta	0,00
Apreensão	0,00	Inservibilidade	50.075,28
Outras Incorporações de Bens Móveis	11.528,00	Outras Baixas de Bens Móveis	0,00
Bens de Estoque	3.482.671,24	Bens de Estoque	161.239,74
Incorporação de Bens Intangíveis	0,00	Baixa de Bens Intangíveis	0,00
Incorporação de Títulos e Valores	12.700,00	Baixa de Títulos e Valores	0,00
Incorporação de Disponibilidades	0,00	Outras Baixas de Valores	0,00
Incorporação de Direitos	2.251.684,54	Desincorporação de Disponibilidades	0,00
Créditos a Receber	2.251.684,54	Baixa de Direitos	862.940,21
Fornecimentos a Receber	0,00	Créditos a receber	862.940,21
Recursos de Restos a Pagar	0,00	Fornecimentos a Receber	0,00
Recursos de Limite a Receber	0,00	Recursos de Restos a Pagar	0,00
Créditos Tributários	1.928.652,85	Recursos de Limite a Receber de Restos a Pagar	0,00
Recursos Especiais a Receber	0,00	Créditos Tributários	0,00
Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00	Recursos Especiais a Receber	0,00
Créditos a Receber a Curto Prazo	0,00	Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00
Créditos de Contribuições	0,00	Créditos a Receber a Curto Prazo	0,00
Créditos Tributários	0,00	Dívida Ativa - Cancelamentos	461.201,66
Outros Créditos a Receber	323.031,69	Dívida Ativa - Abatimento/Desconto	363.241,00
Créditos Diversos a Receber	0,00	Dívida Ativa - Anistia/Perdão	38.497,55
Devedores Entidades e Agentes	2.181.564,56	Dívida Ativa - Baixa pela Inscrição	0,00
Entidades Devedoras	2.181.564,56	Outros Créditos a Receber	0,00
Agentes Devedores	0,00	Créditos Diversos a Receber	0,00
Diversos Responsáveis - Inscrição	0,00	Devedores - Entidades e Agentes	101.370,36
Créditos Parcelados	0,00	Entidades Devedoras	101.370,36
Créditos Administrativos	0,00	Agentes Devedores	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	Diversos Responsáveis	0,00
Adiantamentos Concedidos	0,00	Créditos Parcelados	0,00
Depósitos Realizáveis	0,00	Empréstimos e Financiamentos	0,00
Valores Pendentes	29.921,49	Adiantamentos Concedidos	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	11.822.954,92	Depósitos Realizáveis	0,00
Dívida Ativa - Inscrição	11.359.771,28	Valores Pendentes	155,78
Dívida Ativa - Ajuste	463.183,64	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	463.183,64
Devedores - Entidades e Agentes	0,00	Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00
Créditos Tributários (Exercício)	0,00	Devedores - Entidades e Agentes	0,00
Créditos Parcelados	0,00	Fornecimento a Receber	0,00
Créditos Administrativos	0,00	Créditos Parcelados - Cancelamento	0,00
Créditos Tributários	0,00	Créditos Administrativos - Cancelamento	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	Empréstimo e Financiamento	0,00
Incorporação de Outros Direitos	0,00	Créditos Tributários	0,00
Outras Incorporações de Ativos	0,00	Dívida Ativa - Ajuste	0,00
		Dívida Ativa - Cancelamento	463.183,64
		Dívida Ativa - Abatimento/Desconto	0,00
		Dívida Ativa - Anistia/Perdão	0,00
		Baixa de Créditos para Inscrição da Dívida Ativa	0,00
		Baixa de Outros Direitos	0,00
		Baixa de Direitos a Incorporar pela Inscrição de Restos a Pagar	0,00

Independentes da Execução Orçamentária			
AJUSTES DE BENS VALORES E CRÉDITOS	13.162.833,90	AJUSTES DE BENS VALORES E CRÉDITOS	2.994.242,02
Valorização de Bens	902,25	Desvalorização de Bens	341.345,84
Bens Imóveis	0,00	Bens Imóveis	0,00
Bens Móveis	902,25	Bens Móveis	341.345,84
Bens Intangíveis	0,00	Bens Intangíveis	0,00
Bens de Estoque	0,00	Bens de Estoque	0,00
Outros Bens	0,00	Outros Bens	0,00
Valorização de Títulos e Valores	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores	0,00
Valorização de Títulos e Valores	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores	0,00
Valorização de Títulos e Valores do RPPS	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores do RPPS	0,00
Ajustes de Créditos	0,00	Ajustes de Créditos	0,00
Reversão da Provisão Dev. Duvidosos	0,00	Provisão para Devedores Duvidosos	0,00
Ágios	0,00	Deságios	0,00
Atualização Monetária Financeira	0,00	Atualização Monetária Não Financeira	0,00
Atualização Monetária não Financeira	1.010.782,39	Baixa de CM da Dívida Ativa	0,00
Dívida Ativa - Atualização Monetária	1.010.782,39	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR331101-037-KKJKJF-161971783 - Emitido por: ELIZA TEBALDI BORSATTI

18/02/2015 16:09



MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Prestação de Contas
Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais
 Entidade: Consolidado
 : 18/02/2015 Período de Referência: Dezembro / 2014

Pág 3 / 3

Diversos Responsáveis	0,00	Créditos Parcelados	0,00
Créditos a Receber	0,00	Créditos Administrativos	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00	Provisão para Perdas Prováveis	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	Variação Cambial	0,00
Títulos e Valores	0,00	Depreciação, Amortização e Exaustão	2.652.896,18
Créditos Parcelados	0,00	Depreciações	2.652.896,18
Créditos Administrativos	0,00	Amortizações	0,00
Juros	352.067,23	Exaustões	0,00
Dívida Ativa - Juros e Multas	352.067,23	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	41.043.407,36
Outros Juros	0,00	Incorporação de Obrigações	41.043.407,36
Variação Cambial	0,00	Operação de Crédito - Em Contratos	0,00
Multas	0,00	Operação de Crédito - Em Títulos	0,00
Reversão da Provisão para Perdas Prováveis	0,00	Obrigações de Exercícios Anteriores	0,00
Outros Ajustes Patrimoniais	0,00	Recursos a Liberar	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	11.062.539,63	Provisões	40.798.695,38
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR	736.542,40	Depósitos Exigíveis	0,00
AJUSTES DE OBRIGAÇÕES	0,00	Obrigações Tributárias	0,00
VALORIZAÇÃO DIVERSAS	0,00	Pessoal a Pagar	0,00
AJUSTES MONETÁRIOS DE BALANÇOS	0,00	Ágios	0,00
RESULTADO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	0,00	Obrigações de Exercícios Anteriores	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	Obrigações com Encargos Sociais	0,00
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS DIVERSOS	0,00	Entidades Credoras	0,00
		Precatórios	237.456,53
		Restos a Pagar	0,00
		Obrigações Tributárias - Patrimonial	0,00
		Entidades de Previdência Complementar	0,00
		Encargos Patronais - RPPS	7.255,45
		Outras Obrigações	0,00
		Outros Débitos	0,00
		Outras Incorporações de Obrigações	0,00
		AJUSTES DE OBRIGAÇÕES	0,00
		AJUSTES MONETÁRIOS DO BALANÇO	0,00
		AJUSTES DE EXERCÍCIO ANTERIORES	0,00
		DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS DIVERSOS	0,00
Total das Variações Ativas	303.302.109,95	Total das Variações Passivas	290.929.312,46
RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	RESULTADO PATRIMONIAL	12.372.797,49
Déficit Verificado	0,00	Superávit Verificado	12.372.797,49
TOTAL GERAL	303.302.109,95	TOTAL GERAL	303.302.109,95

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Data Emissão: 18/fev/2015 Hora de emissão: 16h e 09m

Notas:

 JOAO GIRARDI
 Prefeito Municipal

 JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
 Secretário de Finanças

 SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT
 Contadora
 CRC/SC 15097/O-2

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO CONCORRENCIA Nº 1/2015 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CONCORRENCIA Nº 01/2015 - PMC

Objeto: Seleção de empresa para outorga, em caráter de exclusividade, de permissão do direito à execução do serviço público de transporte, estadia e guarda de veículos automotores, removidos ou apreendidos por infração de trânsito, efetuados pelos agentes de autoridade de trânsito, conforme convênio celebrado entre Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP/SC, Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/SC, Polícia Militar - PM/SC e Município de Concórdia, de acordo com o Anexo "D" - Termo de Referência, constantes deste Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de classificação da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: Apresentou-se para participar do certame a empresa: AUTO SOCORRO DECEZARE EIRELI, representado pelo senhor Cleison Decezare. Aberta a sessão pública pela Presidente da Comissão, os Envelopes apresentados pelas licitantes foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão e representante legal presente, verificando-se que os mesmos foram protocolizados fora do prazo previsto no instrumento convocatório, o qual previa até às 16:00 do dia 03 de abril de 2015, e, sendo assim a licitante foi DESQUALIFICADA para o presente certame, restando assim a licitação DESERTA, e ficando a cargo da Diretoria de Compras a comunicação a unidade solicitante para encaminhamento de novo processo licitatório. Observa-se que o representante legal da licitante AUTO SOCORRO DECEZARE EIRELI renunciou ao direito de recorrer do julgamento relativo ao certame e ao competente prazo recursal através da assinatura nesta ata. Outrossim, ficam os interessados notificados que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 06 de abril de 2015.

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO

Presidente da C.P.L.

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO



MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Anexo 12 - Balanço Orçamentário
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Dezembro / 2014

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	Previsão	Execução	Diferença	TÍTULOS	Fixação	Execução	Diferença
Receitas Correntes	175.393.360,00	194.170.405,24	(18.777.045,24)	Créditos Orçament. e Suplement.	242.225.921,14	195.082.418,29	47.143.502,85
Receita Tributária	26.175.447,00	27.189.550,61	(1.014.103,61)	Corrente	186.111.386,01	165.638.081,01	20.473.305,00
Receitas de Contribuições	6.414.500,00	8.645.685,54	(2.231.185,54)	Capital	56.114.535,13	29.444.337,28	26.670.197,85
Receitas Patrimoniais	4.093.880,00	16.217.230,55	(12.123.350,55)	Créditos Especiais	1.751.300,00	1.177.131,06	574.168,94
Receitas Agropecuárias	18.000,00	10.862,36	7.137,64	Corrente	552.300,00	365.779,59	186.520,41
Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	Capital	1.199.000,00	811.351,47	387.648,53
Receitas de Serviços	2.707.600,00	2.692.181,08	15.418,92	Créditos Extraordinários	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	146.467.983,00	147.818.286,53	(1.350.303,53)	Corrente	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	4.065.950,00	6.958.807,95	(2.892.857,95)	Capital	0,00	0,00	0,00
(-)-Deduções da Receita Corrente	14.550.000,00	15.362.199,38	(812.199,38)	Reserva de Contingência	200.600,00	0,00	200.600,00
Receitas Intra-Orçamentárias Corrente	5.185.000,00	10.386.380,02	(5.201.380,02)				
(-)-Deduções da Receita Intra-Orçam. Corrente	0,00	0,00	0,00				
Receitas de Capital	26.783.040,00	10.264.570,16	16.518.469,84				
Operações de Crédito	9.000.000,00	3.469.600,48	5.530.399,52				
Alienação de Bens	331.000,00	268.637,13	62.362,87				
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00				
Transferências de Capital	17.452.040,00	6.526.332,55	10.925.707,45				
Outras Receitas Capital	0,00	0,00	0,00				
(-)-Deduções da Receita de Capital	0,00	0,00	0,00				
Receitas Intra-Orçamentárias Capital	0,00	0,00	0,00				
(-)-Deduções da Receita Intra-Orçam. Capital	0,00	0,00	0,00				
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	36.003.738,56	(36.003.738,56)	INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	36.003.738,56	(36.003.738,56)
Transferência Financeira Recebida	0,00	36.003.738,56	(36.003.738,56)	Transferência Financeira Concedida	0,00	36.003.738,56	(36.003.738,56)
SOMA	207.361.400,00	250.825.093,98	(43.463.693,98)	SOMA	244.177.821,14	232.263.287,91	11.914.533,23
DEFICIT TOTAL	36.816.421,14	0,00	36.816.421,14	SUPERAVIT TOTAL	0,00	18.561.806,07	(18.561.806,07)
TOTAL	244.177.821,14	250.825.093,98	(6.647.272,84)	TOTAL	244.177.821,14	250.825.093,98	(6.647.272,84)
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCORDIA							
Data Emissão: 18/fev/2015 Hora de emissão: 16h e 05m							
Notas:							

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT
Contadora
CRC/SC 15097/O-2

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO 2621/2015**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.621, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

Nomeia PEDRO HENRIQUE MARTINI CAMPANIN - Assessor Parlamentar.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com a Lei Complementar nº 660, de 16 de dezembro de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor PEDRO HENRIQUE MARTINI CAMPANIN, para exercer o cargo de Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível CC-3, a partir do dia 1º de abril de 2015.

Concórdia, 1º de abril de 2015.

Mauro Mendes

Presidente

Leocir Domingo Zanella

Vice-Presidente

Arlan Guliani

2º Secretário

RESOLUÇÃO 410/2015

RESOLUÇÃO Nº 410, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

Constitui comissão de licitação e dá outras providências.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir comissão para abertura, julgamento e classificação de propostas das licitações da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia.

Art. 2º Nomear os servidores Ivonei Gasparin Giordani, Zenite T. Michelin Farina e Neuri Comin, para comporem a comissão.

Parágrafo único. A comissão será presidida pelo primeiro membro e secretariada pelo segundo.

Art. 3º Devido ao disposto no art. 2º desta Resolução fica concedido, aos servidores efetivos Ivonei Gasparin Giordani e Zenite T. Michelin Farina, gratificação pelo exercício da função de assessoramento equivalente a 20% (vinte por cento) sobre os respectivos vencimentos, a partir de 1º de abril de 2015.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogada a Resolução nº 392, de 1º de abril de 2014.

Concórdia, 1º de abril de 2015.

Mauro Mendes

Presidente

Arlan Guliani

2º Secretário

BALANCETE FINANCEIRO 03/2015**SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Março

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	214.253,59
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	201.905,94
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	182.336,03
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.255,91
		INVESTIMENTOS	1.314,00
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	12.347,65
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.347,65
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	288.270,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	288.270,00		
Interferências Financeiras	898,92		
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	898,92		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	460.119,42	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	461.638,38
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	27.016,67	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	26.136,74
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	215.402,09	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	217.950,66
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	217.700,66	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	217.550,98
SALDOS ANTERIORES	251.975,07	SALDOS ATUAIS	325.371,44
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	190.084,44	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	250.983,36
BANCO C/ MOVIMENTO	61.890,63	BANCO C/ MOVIMENTO	74.388,08
TOTAL	1.001.263,41	TOTAL	1.001.263,41

CONCORDIA, 06/04/2015

MAURO MENDES
PresidenteDELAIR M. S. DALLEGRAVE
Contador CRC SC 022.843/O-5

Coronel Freitas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO ATA DE CLASSIFICAÇÃO DE NOVO LICITANTE

Ata referente a CLASSIFICAÇÃO DE NOVO LICITANTE Processo Licitatório 49/2014, Edital de Pregão Presencial Registro de Preço 16/2014, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE PNEUS. Aos trinta dias do mês de Março de dois mil e quinze, às 09:30 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Coronel Freitas, reuniu-se o pregoeiro e sua equipe de apoio, para julgamento do processo acima mencionado, do ITEM 22, na qual a empresa TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA foi vencedora conforme Ata de Reunião de Julgamento de Proposta em anexo. A empresa mencionada acima declarou ao departamento de Contratos e Licitações não ter mais interesse em fornecer o item que venceu, solicitando o CANCELAMENTO conforme documento em anexo. Diante disso, a comissão de licitações realizou contato junto a empresa habilitada ao certame acima mencionado e seguindo a sequência de classificação, foi CLASSIFICADA conforme Quadro Comparativo em anexo, para o Item 22 como vencedora o 2º colocado a empresa RODA BRASIL COMÉRCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA. Ato continuo segue em anexo historio do pregão (lances/item), e quadro comparativo apresentando as novas classificações. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente ata que será publicada no Mural Público e no Diário oficial dos municípios.

Flávia Rolim de Moura
Pregoeiro

Cassiane Ficagna Carvalho
Equipe de apoio

Luis Carlos Oss
Equipe de apoio

Jucilaine Bortolosso
Equipe de apoio

Paulo Strada
Equipe de apoio

MAURI JOSE ZUCCO
PREFEITO MUNICIPAL

RODA BRASIL COMÉRCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA
CONTRATADA

TOMADA DE PREÇO Nº 06/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Tomada de Preço Nº 06/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE AUDITORIA E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO E DECLARAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS COM VISTAS A DESONERAÇÃO DOS ENCARGOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DEVIDAS PELO MUNICÍPIO

Tipo: Menor Preço por item

Entrega dos envelope: até as 08:30 horas do dia 22/04/2015

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 22/04/2015

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:30 às 17:30 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 06 de Abril de 2015

Mauri J. Zucco
Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

ERRATA A PORTARIA Nº. 050, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

ERRATA A PORTARIA Nº. 050, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

A presente Errata consiste na Alteração no teor do Decreto 050, de 01 de abril de 2015, o qual possui erro na nomeação do servidor, onde lê-se:

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

Leia-se:

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 06 de abril de 2015.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 077, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 077, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

CONSTITUI A COMISSÃO MUNICIPAL DE ARTICULAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA ESTADUAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão Municipal de Articulação, Mobilização e Acompanhamento do Programa Estadual de Regularização Fundiária Urbana.

Art. 2º. São atribuições da Comissão Municipal:

a) Ser responsável pelo planejamento estratégico, promoção e implementação da mobilização social, articulação popular e comunitária, realização de reuniões com as comunidades e outras atividades necessárias a sensibilização e informação dos munícipes;

b) Efetuar o levantamento e a indicação à empresa TSC Topografia, Serviços e Consultoria, CNPJ nº 11.968.991/0001-17, credenciada através do Edital de Credenciamento nº0046/2012, de áreas passíveis de regularização fundiária;

c) Prestar informação gratuita à empresa credenciada (TSC Topografia, Serviços e Consultoria, CNPJ nº 11.968.991/0001-17), de matrículas, zoneamento, viabilidade e histórico de áreas que poderão ou que será objeto do trabalho de regularização;

d) Acompanhamento dos trabalhos da credenciada no município;

e) Outras atividades de articulação, mobilização, acompanhamento e outras necessárias ao fiel e eficiente desempenho das atividades de regularização fundiária no município.

Art. 3º. Ficam nomeados os seguintes servidores para compor

esta Comissão Municipal:

- 1) Marcos Cezar Pozzer- Gabinete do Prefeito.
- 2) Katia Ramos de Amaral- Secretária Municipal de Assistência Social.
- 3) Sandra Aparecida Scudella- Secretária Municipal de Assistência Social.
- 4) Neimar Cassol- Secretária Municipal de Administração.
- 5) Gilson Eduardo Pahl- Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 4º. Ficam nomeados os seguintes representantes da comunidade e órgãos de classe:

- 1) Hercílio de Freitas- Representante do Sindicato dos Produtores Rurais.
- 2) Lourenço Burato- Representante da Comunidade.
- 3) Carlos Otto May- Representante da Comunidade.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins (SC),
06 de Abril de 2015.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 076, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 076, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE SERVIDOR APROVADO EM PROCESSO SELETIVO.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, e

Considerando o resultado final de classificação por cargo relativo ao edital de processo seletivo 002/2014.

Considerando o gozo de licença prêmio pela servidora Lucimara May, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, área II, pelo período de 06/04/2015 a 05/05/2015;

DECRETA:

Art. 1º. Fica contratada temporariamente a servidora abaixo relacionada, iniciando as atividades em 06/04/2015 até 05/05/2015, conforme especificado no quadro a seguir:

SERVIDOR	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA
ANA POMIECINSKI GUIMARAES	PROFESSOR ÁREA II	40HS

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC,
em 06 de Abril de 2015.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

**ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA
MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS PROCESSO
LICITATÓRIO N. 013/2015 EDITAL DE TOMADA DE
PREÇOS N. 003/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS
PROCESSO LICITATÓRIO N. 013/2015
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N. 003/2015
TIPO TÉCNICA E PREÇO
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE CONCURSO
PUBLICO E PROCESSO SELETIVO

O Município de Coronel Martins - SC, torna publico para o conhecimento de todos os interessados que fará realizar, com base na Lei Federal nº 8.666/93 consolidada, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, do tipo TÉCNICA E PREÇO, no próximo dia 28 de abril de 2015, às 14:00 horas, junto ao Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para execução do Concurso Público n. 001/2015 e processo seletivo 001/2015, de conformidade com as especificações, detalhamentos e exigências do edital. A íntegra do edital e demais informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 3459-0011 ou através do e-mail compras@coronelmartins.sc.gov.br.

Coronel Martins - SC, em 07 de abril de 2015.
DIRCEU FAVREtto
Prefeito Municipal.

Correia Pinto

PREFEITURA

**EXTRATO DE ADITIVO DE VALOR - PROCESSO
72/2014 PMCP - FMS - FHMCP - FMAS - FMEC**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 72/2014
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM E ADITIVADA, ETANOL, DIESEL, ÓLEO LUBRIFICANTE, FILTRO DE LUBRIFICANTE, FILTRO DE COMBUSTÍVEL, FILTRO PURIFICADOR DE AR E GRAXA, PARA A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa Poli Ipiranga Comércio de Combustíveis e Lubrificantes Ltda
CNPJ: 04.574.952/0001-70
Instrumento contratual:

0187 PMCP
0188 FMS
0189 FMAS
0190 FHMCP
0191 FMEC

Considerando a cláusula sexta do Contrato Administrativo nº 042/2015, a solicitação de reajuste pela empresa contratada, o parecer jurídico nº 52/2015 e autorização pelo Chefe do Poder Executivo, e fica fixado em 11,58% Gasolina Comum, 11,58% Gasolina Aditivada, 10,17% Óleo Diesel, 9,2% Óleo Diesel S10, correspondente aos seguintes itens da Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 042/2015, conforme segue:

Item 60 Gasolina Comum R\$ 3,159 (três reais e um cinco nove centavos);
Item 61 Gasolina Aditivada R\$ 3,159 (três reais e um cinco nove centavos);
Item 63 Óleo Diesel R\$ 2,669 (dois reais e seis seis nove centavos);
Item 64 Óleo Diesel S10 R\$ 2,749 (dois reais e sete quatro nove centavos), eis que observado o disposto na Lei Federal nº 8.666/94, Capítulo III, Seção III, Da Alteração dos Contratos.

Vigência da ata: 12/03/2015 a 31/12/2015

Correia Pinto/SC 07 de abril de 2015.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015 - CÂMARA CP**

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2015

REGISTRO DE PREÇOS

Razão Social:	
CNPJ N.º	
Endereço:	
E-mail:	
Cidade:	Estado:
Telefone/Fax	
Pessoa para contato:	

Recebemos, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, _____, de _____ de 2015.

Assinatura

Senhor Licitante,

Visando a comunicação futura entre a Câmara Municipal de Correia Pinto e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e remeter a Câmara por meio do Fax (049) 3243-1166 ou digitalizado, via e-mail: camara.correiapinto@gmail.com

A não remessa do recibo exime a Câmara da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Correia Pinto, 06 de abril de 2015.

ELOISA BEATRIZ MARTINS

Pregoeira

PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, estabelecida na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, na cidade de Correia Pinto - SC torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento pelo MENOR PREÇO para selecionar proposta objetivando o REGISTRO DE PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR OS SERVIÇOS DE GRAVAÇÃO EM AUDIO E VÍDEO, ALÉM DE TRANSMISSÃO SIMULTÂNEA NO SITE PRÓPRIO, DAS SESSÕES ORDINÁRIAS, EXTRAORDINÁRIAS, ESPECIAIS, SOLENES E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PROMOVIDAS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e demais normas legais federais e municipais vigentes.

Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante deste Pregão:

Anexo I (ARQUIVO EM PDF)- Quadro de Quantitativos e Especificações dos itens;

Anexo II - Termo de Referência;

Anexo III - Modelo padrão de Proposta de Preços;

Anexo IV - Identificação dos Envelopes;

Anexo V - Recibo de Documentos;

Anexo VI - Modelo de Declaração;

Anexo VII - Declaração Comprobatória de Enquadramento como

Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
Anexo VIII- Minuta da Ata de Registro de Preços;
Anexo IX - Minuta de Contrato.

1 - DA LICITAÇÃO**1.1 - Do Objeto**

A presente licitação destina-se a selecionar proposta(s) objetivando o REGISTRO DE PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR OS SERVIÇOS DE GRAVAÇÃO EM AUDIO E VÍDEO, ALÉM DE TRANSMISSÃO SIMULTÂNEA NO SITE PRÓPRIO, DAS SESSÕES ORDINÁRIAS, EXTRAORDINÁRIAS, ESPECIAIS, SOLENES E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PROMOVIDAS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, e nas condições previstas neste edital.

1.1.1 - A Câmara Municipal não se obriga a adquirir integralmente o objeto definido neste edital.

1.2 - Entrega dos Envelopes

1.2.1 - Envelope nº 1 (Proposta de Preços) e Envelope nº 2 (Documentos de Habilitação).

1.2.2 - Envelope nº 3 - (Anexo V - Declaração), quando a empresa não enviar representante.

1.2.3 - até as 10:00 horas do dia 16 de abril de 2015.

1.3 - Abertura da Sessão na sede da Câmara de Vereadores de Correia Pinto com endereço a Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto/SC, às 10:00 do dia 16 de abril de 2015.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar desta licitação somente empresas que:

2.1.1 - desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste certame e em cujos atos constitutivos constem, como objeto, atividade relacionada com o presente Edital;

2.1.2 - atendam às exigências constantes neste Edital e nos seus Anexos, inclusive quanto à documentação requerida para a habilitação;

2.2 - Não será admitida a participação de:

2.2.1 - Empresas em consórcio;

2.2.2 - Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial, ou cuja falência tenha sido declarada, que se encontram sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação;

2.2.3 - Empresas punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal, durante o prazo estabelecido para a penalidade;

2.2.4 - Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

2.2.5 - Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes do órgão/entidade licitante, bem como membro efetivo ou substituto da Comissão de Licitação.

2.2.6 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações elencadas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;

2.3 - A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdos deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor, e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das

informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

3 - DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO

São atribuições do Pregoeiro:

3.1 - O credenciamento dos interessados;

3.2 - A abertura dos envelopes das propostas de preços, a sua análise e a classificação dos licitantes;

3.3 - A condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;

3.4 - A adjudicação da proposta de menor preço;

3.5 - A elaboração de ata;

3.6 - O recebimento, a análise e o encaminhamento dos recursos à autoridade superior para deliberação; e

3.7 - O encaminhamento do processo devidamente instruído à autoridade superior, visando à homologação e à contratação.

4 - DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

4.1 - Iniciada a sessão pública do Pregão, esta não será suspensa ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pelo pregoeiro.

4.2 - Verificando-se o adiamento da sessão pública do Pregão, o pregoeiro determinará nova data para continuação dos trabalhos, ficando intimadas as licitantes que poderão credenciar novos representantes na data apazada.

4.3 - O pregoeiro poderá interromper a sessão, temporariamente, para determinar alguma providência administrativa para o bom andamento dos trabalhos.

5 - DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

5.1 - Em data e horário estabelecidos, no preâmbulo deste edital, para a realização da sessão pública do Pregão as licitantes deverão se fazer presentes para o credenciamento.

5.1.1 - Para comprovar a condição de representante da licitante entregar-se-á o pregoeiro:

a) cópia do documento de identidade de fé pública (será aceito o RG - Carteira de Identidade Civil ou documento de identidade expedido por órgão de registro profissional);

b) se procurador, procuração pública ou particular (acompanhada de cópia autenticada do contrato social da empresa), com poderes específicos para representar a empresa em licitações em todas as suas fases e em todos os demais atos, em nome da licitante;

c) se dirigente/proprietário, cópia autenticada do contrato social, estatuto ou ata de eleição do dirigente da licitante.

d) a entrega da declaração (Anexo V).

e) O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, e que não estiver sujeito a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, caso tenha interesse em usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da lei citada, deverá comprovar sua

condição de ME ou EPP, por meio de:

e.1) a entrega da Declaração de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, de que se enquadram nesta categoria jurídica empresarial, e que não se enquadram nas exceções do § 4º, do art. 3º (Anexo VII).

e.2) certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio, conforme o Art. 8º da Instrução Normativa nº 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007.

5.2 - A falta de credenciamento da empresa como ME ou EPP não dará o direito previsto na LC 123/06 na etapa de lances.

5.3 - Somente a pessoa credenciada poderá intervir no procedimento licitatório, sendo admitido, para esse feito, um único representante por licitante interessada.

5.4 - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa nesta licitação, sob pena de exclusão sumária de ambas as licitantes representadas.

5.5 - A falta de comprovação de que o interessado possui poderes específicos para representar a licitante no certame, implicará na impossibilidade de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais e, permanecendo tão somente no certame a sua proposta escrita.

5.6 - A fase de credenciamento será encerrada, pelo pregoeiro, quando do início da abertura dos envelopes de propostas.

6 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

6.1 - A proposta de preços e os documentos de habilitação deverão ser apresentados em envelopes separados e fechados (preferencialmente opacos) de forma a não permitir a violação de seu conteúdo, e rubricados no fecho, identificados com etiqueta conforme o Anexo IV.

6.2 - Os envelopes deverão conter externamente as informações constantes no Anexo IV.

6.3 - O Recibo de Documentos (Anexo V) deverá ser preenchido em 02 vias e entregue diretamente ao Pregoeiro ou membro da comissão de apoio até às 10:00 horas do dia 16/04/2015.

7 - DA PROPOSTA DE PREÇOS - Envelope nº 1

7.1 - A proposta de preços deverá ser apresentada com base nas especificações do Anexo I, deste edital, devendo obrigatoriamente, ser datilografada ou impressa por qualquer processo eletrônico, em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo a razão social completa e CNPJ da licitante, endereço, telefone e/ou "fac-símile" e/ou endereço eletrônico, devendo a última folha ser datada e assinada pelo representante da licitante devidamente identificado. Preferencialmente em papel timbrado, em uma única via com todas as suas folhas numeradas e rubricadas.

7.1.1 - A proposta apresentada de acordo com o modelo constante do Anexo III deste edital, deverá obrigatoriamente conter:

a) a identificação do objeto ofertado, observadas as especificações constantes do Anexo I e II do presente edital, informando as características, marca e quaisquer outros elementos referentes ao bem cotado, de forma a permitir que o pregoeiro possa facilmente constatar se as especificações no presente pregão foram ou não atendidas;

b) o preço unitário e total do item, expresso em reais, com no máximo 2 (duas) casas decimais;

b.1) as licitantes deverão ofertar preços do item cotado, sob pena de desclassificação;

7.2 - No preço apresentado deverão estar incluídas todas as despesas concernentes à execução dos serviços prestados e especificados com o fornecimento de mão de obra com os encargos sociais, taxas, impostos, ferramental, equipamentos, assistência técnica, benefícios, despesas indiretas, licenças inerentes à especialidade e atributos, deslocamento dos veículos, e tudo mais necessário à perfeita e cabal execução dos serviços.

7.3 - As propostas apresentadas para este Pregão terão validade de 60 dias, contados da data limite para apresentação das propostas neste Pregão.

7.4 - Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante da empresa devidamente identificado.

7.5 - Decorridos 60 (sessenta) dias da data de abertura da sessão pública deste pregão, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

8 - DA FASE COMPETITIVA DO CERTAME

8.1 - Aberta à sessão pública do Pregão, o pregoeiro abrirá o envelope nº 1 contendo a proposta de preços, verificará a sua conformidade com as exigências do presente edital e as ordenará por ordem de menor preço.

8.2 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

8.3 - Os lances verbais e sucessivos pelo preço total do item, serão iniciados pelo autor da proposta com maior preço dentre aqueles aptos a oferecer propostas e assim, sucessivamente, em ordem decrescente, até a proclamação do vencedor.

8.4 - Em caso de empate, a classificação será decidida por meio de sorteio em ato público promovido pelo Pregoeiro, para o qual serão convocadas as licitantes participantes, de acordo com o art. 45, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observado ainda, o previsto no art. 3º, da mesma Lei.

8.4.1 - Caso as licitantes participantes do sorteio desistam de apresentar lance verbal para o item em questão, a classificação dar-se-á de acordo com o resultado do sorteio.

8.4.2 - Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, desde que habilitadas no credenciamento para tanto, procedendo-se da seguinte forma:

8.4.2.1 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

8.4.2.2 - Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.4.2.3 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas

microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.4.3 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

8.5 - Os lances, em valores distintos e decrescentes, serão efetuados no momento em que for conferida a palavra ao representante da licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.6 - É vedada a oferta de lance visando empate com proposta de outra licitante.

8.7 - Os lances poderão observar um decréscimo mínimo, o qual será informado pelo pregoeiro no início da etapa de lances.

8.8 - Não será admitida a desistência do(s) lance(s) efetivado(s), sujeitando-se a licitante desistente às penalidades previstas neste edital.

8.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na consideração do último preço apresentado, pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.10 - Caso as licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

8.11 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes deixarem de apresentar novos lances.

8.12 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 8.4.2, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.13 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

8.14 - Encerrada a etapa competitiva, o pregoeiro poderá negociar com os autores das propostas classificadas de acordo com o subitem 8.2, para que seja obtido melhor preço, sendo registrado em ata.

8.15 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas, às propostas, o pregoeiro examinará:

a) a aceitabilidade da proposta de menor valor comparando-a com valores consignados em planilha de acompanhamento de preços do órgão licitante, decidindo a respeito;

b) o atendimento das especificações e qualificações do bem ofertado, definidas no edital e seus anexos, bem como as demais condições estabelecidas.

8.16 - Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter melhor preço.

8.17 - Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender

às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda as condições do edital, que será declarada vencedora da licitação.

8.18 - Serão desclassificadas as licitantes em razão de:

- a) não atendimento das condições estabelecidas neste edital e em seus anexos;
- b) fixação de condicionantes para a aquisição dos produtos/serviços;
- c) omissões, disposições vagas ou que apresentem irregularidades ou defeitos que possam inviabilizar o julgamento;
- d) apresentação de duas ou mais opções de preços.

8.18.1 - Não serão consideradas, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no edital.

8.19 - Encerrada a fase competitiva do Pregão e ordenadas as propostas, será aberto pelo pregoeiro o Envelope nº 2 - Documentos de Habilitação da(s) licitante(s) classificada(s).

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 - A habilitação das licitantes será verificada através da conferência pelo Pregoeiro e equipe de apoio, dos documentos exigidos neste Edital.

9.1.1 - Os documentos exigidos neste Edital deverão apresentar prazo de validade, quando for o caso, até a data limite fixada para a abertura da sessão.

9.1.2 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.1.3 - As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo SIMPLES, deverão apresentar documento que comprove esta situação, certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio, conforme o Art. 8º da Instrução Normativa nº 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007.

Obs.: Dispensável no caso de já ter sido apresentada no credenciamento.

9.2 - As licitantes deverão apresentar cópia autenticada dos seguintes documentos:

9.2.1 - Quanto à REGULARIDADE JURÍDICA, a licitante apresentará:

9.2.1.1 - Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;

Obs.: Dispensável no caso de já ter sido apresentada no credenciamento.

9.2.1.2 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

9.2.1.3 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão

competente, quando a atividade assim o exigir.

9.2.1.4 - Os documentos acima citados, quanto à regularidade jurídica, deverão ser apresentados somente se não tiverem sido apresentados no credenciamento.

9.3 - Quanto à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, a licitante apresentará:

9.3.1 - Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

9.3.2 - Prova de regularidade com a Fazenda Federal;

9.3.3 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual;

9.3.4 - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

9.3.5 - Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;

9.3.6 - Certidão Negativa de Débito para com o INSS;

9.3.7 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.4 - Da habilitação de micro empresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006:

9.4.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, no item 9.3, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação;

9.4.2 - Os comprovantes de regularidade fiscal exigidos, deverão apresentar prazo de validade até a data limite fixada para a abertura da sessão. Não constando à vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão;

9.4.3 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

9.4.4 - A não regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigações contratuais previstas neste edital e na legislação vigente aplicável à matéria (advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade), sendo facultada à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

9.5 - Quanto à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, a licitante apresentará:

9.5.1 - Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica.

9.5.1.1 - se a certidão tratada no subitem anterior não indicar seu prazo de validade, a mesma será considerada vigente pelo prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de sua emissão.

9.6 - Quanto a DECLARAÇÕES, a licitante apresentará:**9.6.1 - Declaração de habilitação (ANEXO V)**

Obs.: Dispensável no caso de já ter sido apresentada no credenciamento.

9.7 - Somente serão aceitos documentos originais, cópias ou publicações legíveis, que ofereçam condições de análise por parte do pregoeiro.

9.8 - Somente será(ão) autenticado(s) documento(s) mediante a apresentação de seu(s) original(is).

9.10 - Será(ão) aceito(s) comprovante(s) de regularidade obtido(s) na rede Internet, condicionado que o(s) mesmo(s) tenha(m) sua autenticidade confirmada na fase de habilitação.

9.11 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos a que se refere o item 9 deste edital deverão constar o nome/razão social da licitante, o número do CNPJ e o respectivo endereço, observado que:

a) se a licitante for matriz, os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) se a licitante for a filial, os documentos deverão estar em nome da filial, salvo situação expressa no documento: válidos para matriz e filiais.

10 - DA ABERTURA DO ENVELOPE Nº 2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 - Sendo considerada aceitável a proposta de preços da licitante que apresentou menor preço, o pregoeiro procederá à abertura do envelope nº 2 - documentos de habilitação da autora da proposta de menor preço, realizando a verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste edital.

10.2 - Constatada a conformidade da documentação com as exigências contidas no edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto correspondente.

10.3 - Em caso da licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem crescente de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, sujeitando a empresa inabilitada as penalidades previstas.

10.4 - O envelope de documentação deste Pregão que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da homologação da licitação, após o que ficará à disposição da licitante para retirada até o prazo de 05 (cinco) dias úteis sob pena de inutilização.

10.4.1 - Os envelopes com os documentos de habilitação das empresas que forem excluídas da fase competitiva do certame, conforme o subitem 8.2 deste edital serão devolvidos às interessadas.

11 - DA ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

11.1 - Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo o(s) registro(s):

a) das licitantes credenciadas;

b) das propostas escritas e verbais apresentadas na ordem de classificação;

c) da análise da documentação exigida para a habilitação;

d) da manifestação imediata e motivada de intenção de recorrer da licitante.

11.1.1 - A ata circunstanciada será assinada pelo pregoeiro e pelo(s) representante(s) da(s) licitante(s) presente(s), devidamente credenciado(s).

12 - DO JULGAMENTO

12.1 - Serão desclassificadas:

a) as propostas que não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação;

b) as propostas que forem omissas ou se apresentarem incompletas ou não informarem as características do bem cotado, impedindo sua identificação com os itens licitados;

c) as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste edital;

d) as que conflitem com a legislação em vigor;

e) as que deixarem de atender aos requisitos estabelecidos nos itens da proposta de preços deste edital;

f) as empresas que solicitadas a apresentação de amostras, não trouxerem no prazo avençado;

12.1.1 - Não serão consideradas, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no edital.

12.2 - Será considerada primeira classificada, a proposta que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste edital, apresentar o "MENOR PREÇO".

12.3 - Se a licitante primeira classificada não apresentar situação de habilitação regular, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

13 - DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 - Qualquer pessoa poderá, no prazo de até 02 (dois) dias úteis da data fixada para a realização da sessão pública, solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o edital do Pregão.

13.1.1 - Será admitido o encaminhamento de impugnação ou recurso administrativo por meio de fac-símile ou e-mail, por intermédio de petição escrita dirigida à autoridade superior. Sendo obrigatório protocolar no prazo legal o original do documento, sob pena de o recurso/ impugnação ser considerado e/ou julgado prejudicado por falta da juntada do original.

13.2 - Ao final da sessão, a licitante que desejar recorrer das decisões do pregoeiro deverá manifestar imediata e motivadamente tal intenção, com o devido registro em ata, sendo-lhe concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

13.3 - Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela licitante.

13.4 - A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

13.5 - As impugnações, recursos e contrarrazões deverão ser protocolizados na secretaria da Câmara de Vereadores, situada na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto/SC.

14 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 - Homologado o procedimento, o licitante vencedor será convocado para, no prazo de até 03 (três) dias úteis, assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, sob pena de decair do direito ao registro de preços.

14.1.1 - A licitante convocada poderá pedir prorrogação do prazo, por igual período, para assinatura da Ata de Registro de Preços, desde que formulada no curso do prazo inicial e alegado justo motivo, condicionado o atendimento do requerido, à aceitação dos motivos pelo pregoeiro.

14.1.2 - Havendo recusa injustificada, por parte da licitante vencedora, para assinatura da Ata de Registro de Preços, o pregoeiro cominará multa à empresa no valor equivalente a 20% (vinte por cento), calculado sobre o valor estimado da contratação, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e neste edital.

14.1.3 - Se a licitante vencedora não apresentar situação de habilitação regular, ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, que será declarada a vencedora do certame, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

14.2 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços tem início na sua assinatura e terá validade de 12 (doze) meses, vedada a sua prorrogação.

14.3- Na ata de Registro de Preço constarão todas as obrigações, direitos e deveres das partes.

14.4 - A minuta da ata de Registro de Preços - Anexo VIII, a ser assinada pelo licitante vencedor, é parte integrante deste edital.

14.5 - É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, exceto nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

14.6 - Da execução da Ata de Registro de Preços

14.6.1 - A Ata de Registro de Preços somente será utilizada pela Câmara de Vereadores de Correia Pinto.

14.6.2 - A existência de preços registrados não obriga a Câmara de Vereadores a firmar as contratações que deles podem advir.

14.6.3 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer os itens a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.

14.6.3.1 - A Câmara de Vereadores não está obrigada a contratar a totalidade dos quantitativos previstos na ata, podendo contratar de forma parcelada, de acordo com as suas necessidades.

14.7- Da alteração da Ata de Registro de Preços

14.7.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

14.7.1.1 - O contratado fica obrigado a aceitar, nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.

14.7.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo do fornecimento dos produtos registrados, cabendo o pregoeiro, promover as necessárias negociações junto ao fornecedor.

14.7.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o pregoeiro, deverá:

14.7.3.1 - Convocar o fornecedor visando negociar a redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

14.7.3.2 - Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

14.7.3.3 - Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

14.7.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o pregoeiro, poderá:

14.7.4.1 - Negociar os preços;

14.7.4.2 - Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

14.7.3 - Não havendo êxito nas negociações, o pregoeiro deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

14.8 - A fiscalização, aceitação e rejeição dos produtos adquiridos, pelo órgão participante/contratante, atenderão ao que se encontra definido no edital e seus anexos.

15 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

15.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

15.1.1 - não retirar o respectivo contrato, ordem de fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

15.1.2 - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

15.1.3 - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

15.1.4 - tiver presentes razões de interesse público.

15.2 - O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

15.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço ocorrendo fato superveniente, que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado, desde que seja formulado com antecedência de 60 (sessenta) dias.

16 - DA CONTRATAÇÃO

16.1 - A celebração do Contrato será formalizada com a Câmara de Vereadores, mediante a expedição da Autorização de Fornecimento e/ou Contrato.

16.2 - Da convocação para assinatura do Contrato e/ou Autorização de Fornecimento:

16.2.1 - Transcorrido o prazo recursal, adjudicado o objeto e homologado o resultado, a licitante vencedora será convocada para, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da convocação, para assinatura do Contrato e/ou retirar a Autorização de Fornecimento.

16.2.1.1 - A licitante convocada poderá pedir prorrogação do prazo, por igual período, para assinatura do Contrato e/ou retirar a Autorização de Fornecimento, desde que formulada no curso do prazo inicial e alegado justo motivo, condicionado o atendimento do requerido, à aceitação dos motivos pela contratante.

16.2.1.2 - Havendo recusa injustificada, por parte da licitante vencedora, para assinatura do Contrato e/ou retirar a Autorização de Fornecimento, o órgão/entidade requisitante cominará multa à empresa no valor equivalente a 20% (vinte por cento), calculado sobre o valor estimado da contratação, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e neste edital.

16.2.2 - Se a licitante vencedora não apresentar situação de habilitação regular, tiver a sua amostra ou prospecto desclassificados ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o Contrato e/ou retirar a Autorização de Fornecimento, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, que será declarada a vencedora do certame, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

16.3 - Da rescisão contratual:

16.3.1 - A rescisão do Contrato de fornecimento poderá ocorrer na forma e hipóteses previstas pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

16.3.1.1 - Da rescisão contratual decorrerá o direito de a contratante, incondicionadamente, reter os créditos relativos ao Contrato até o limite do valor dos prejuízos causados ou em face ao cumprimento irregular do avençado, além das demais sanções estabelecidas neste edital, no Contrato e em lei, para a plena indenização do erário.

16.3.2 - As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à contratante são as previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no Contrato e no Decreto Estadual nº 4.777, de 11 de outubro de 2006.

16.4 - Dos direitos da Administração:

Ficam resguardados os direitos da Câmara de Vereadores, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no artigo 77, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

16.5 - Da execução do Contrato:

16.5.1 - São partes integrantes do Contrato a ser assinado, como se transcritos estivessem, o presente edital de licitação, seus anexos e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apresentadas pela licitante vencedora e que deram suporte ao julgamento da licitação.

16.5.2 - Quaisquer atos ou ações praticados por empregados, prepostos ou contratados da contratante, que resultarem em qualquer espécie de dano ou prejuízo para a Câmara de Vereadores e/ou para terceiros, serão de exclusiva responsabilidade da Contratada.

16.5.3 - São de responsabilidade da Contratada eventuais demandas judiciais de qualquer natureza, contra ela ajuizadas, relacionadas ao presente edital e à execução do Contrato.

16.5.4 - A licitante vencedora deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

16.6 - Da alteração do Contrato:

16.6.1 - O Contrato a ser celebrado poderá ser alterado, na forma e condições estabelecidas no artigo 65, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

16.6.1.1 - A contratada fica obrigada a aceitar, nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário até 25% do valor atualizado do Contrato, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.

16.7 - Da vigência do Contrato:

O prazo de vigência deste instrumento tem início na sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2015.

16.8 - Do reajuste de preço - O preço estabelecido é fixo, único e irrevogável, durante a vigência do presente Contrato, e inclui todos e quaisquer ônus, quer sejam tributários, fiscais ou trabalhistas, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer outros encargos necessários à execução do objeto do Contrato;

16.8.1 - A revisão dos preços poderá ser concedida, pela contratante, nos termos do art. 65, inc. II, letra "d" da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a partir da análise e discussão de planilha de custos.

16.9 - A fiscalização, aceitação e rejeição dos produtos adquiridos, pelo órgão contratante, atenderão ao que se encontra definido no edital e seus anexos.

17 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

O pagamento da presente licitação correrá a conta dos recursos consignados no orçamento de 2015 da Câmara de Vereadores.

18 - DO PAGAMENTO DAS DESPESAS

18.1 - As despesas resultantes do presente Pregão serão pagas de acordo com a proposta de preços apresentada pela empresa julgada vencedora, observado o que consta neste edital e seus anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

18.2 - O pagamento será:

18.2.1 - efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Câmara de Vereadores de Correia Pinto, devendo constar também o número da licitação, e da Autorização de Fornecimento e/ou Contrato.

18.2.2 - liberado mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal de Correia Pinto e, se for o caso, do município em que for sediada a licitante vencedora;

18.2.3 - realizado por intermédio depósito bancário, até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal/fatura.

18.3 - Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 40, inciso XIV, alínea "c", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

19 - DAS SANÇÕES:

19.1 - A licitante vencedora, nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Municipalidade, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado da contratação e das demais cominações legais se cometer uma ou mais das seguintes faltas:

19.1.1 - deixar de entregar documentação exigida no Edital;
19.1.2 - apresentar documentação falsa;
19.1.3 - não manter a proposta;
19.1.4 - não assinar o contrato;
19.1.5 - comportar-se de modo inidôneo;
19.1.6 - fazer declaração falsa;
19.1.7 - cometer fraude fiscal.
19.1.8 - atrasar na prestação dos serviços, em relação ao prazo proposto e aceito;
19.1.9 - não executar o objeto nos termos estabelecidos neste Pregão e na proposta da licitante vencedora, consubstanciada na não execução dos serviços em até quarenta dias da assinatura do pactuado.

19.2 - Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

19.3 - A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no art. 90, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e implicará na aplicação de sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e no Decreto Estadual nº 4.777, de 11 de outubro de 2006, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

19.4 - As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/contratada.

19.5 - Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

20 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 - As dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser dirigidas por escrito ao pregoeiro, mediante requerimento, com antecedência de até 02 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para recebimento dos envelopes.

20.2 - É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

20.2.1 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

20.3 - A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do Contrato que se fizerem necessários, por conveniência da Contratante, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem direito a qualquer indenização.

20.4 - Não será permitida a subcontratação do objeto deste edital.

20.5 - A Câmara de Vereadores de Correia Pinto poderá revogar o presente Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

20.6 - O presente edital e seus Anexos poderão ser alterados, pelo setor de licitações, antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas e Documentos de Habilitação.

20.7 - Informações sobre o edital serão prestadas por meio de e-mail: câmara.correiapinto@gmail.com ou, no seguinte endereço: Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto/SC, no horário das 14:00 às 18:00, em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para recebimento dos envelopes.

20.8 - Cópia deste edital e seus anexos poderá ser obtida pelos interessados na secretaria da Câmara de Vereadores, no endereço e horários mencionados no subitem acima.

20.9 - A Câmara de Vereadores não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Pregão, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente, ou sua cópia fiel.

20.10 - A participação na presente licitação implica na aceitação plena das condições expressas neste edital e em seus anexos.

20.11 - Fica eleito o foro da Comarca da Correia Pinto - SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes deste edital.

Correia Pinto, 06 de abril de 2015.
JOSÉ TADEU GONÇALVES
Presidente

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2015

Quadro de Quantitativos

EM PDF - ARQUIVO SEPARADO

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2015

Termo de Referência

1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1.1 - Registro de preços para a contratação de empresa especializada para prestar os serviços de gravação em áudio e vídeo, além de transmissão simultânea no site próprio, das sessões ordinárias, extraordinárias, especiais, solenes e audiências públicas promovidas pela Câmara Municipal de Correia Pinto/SC.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 - A contratação dos serviços aqui descritos justifica-se pela indisponibilidade de equipamentos e mão de obra especializada no quadro funcional da Câmara Municipal para realizar tais serviços. Ainda, possibilitar a transcrição do resumo da ata com base na gravação, garantir que um número maior de cidadãos tenham acesso às informações e o cumprimento do que dispõe a lei de acesso a informação e a lei da transparência.

3. CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

3.1 - Qualificação da empresa, com base nos requisitos estabelecidos pela Administração, comuns a todos os contratos desta espécie.

4. CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 - Os serviços deverão ser realizados no horário estabelecido para realização das sessões ordinárias, extraordinárias, especiais, solenes e audiências públicas promovidas pela Câmara Municipal de Correia Pinto. Uma vez definido o horário, o contratado deverá chegar ao local com a antecedência necessária à organização dos equipamentos, de modo a estar apto a dar início à gravação tão logo a sessão se inicie.

4.2 - A empresa deve comprovar quitação com as obrigações trabalhistas, tributárias e todas as demais exigidas pela legislação específica dos contratos com a Administração Pública e certificar-se de que seus equipamentos encontram-se em perfeitas condições de uso, de modo a não atentar contra a segurança dos participantes do evento durante a execução do serviço.

4.3 - O quantitativo referente à mão de obra executora dos serviços ora contratados deverá ser estimado pela empresa prestadora do serviço, de modo a garantir a perfeita execução do serviço.

4.4 - Os funcionários enviados pela empresa devem ter capacidade técnica compatível com o serviço contratado e, ainda, ser pontuais e responsáveis e saber conduzir, com discrição, o trabalho.

4.5 - Local: sede da Câmara Municipal, eventualmente podendo ser realizadas sessões (solene, especial e audiência pública) no Centro de Evento, localizado na Rua João Nunes do Amaral, Bairro Pereira Alves, deste município.

4.6 - As dúvidas em relação a este Termo de Referência poderão ser esclarecidas na secretaria da Câmara Municipal de Correia Pinto, situada na Av. Duque de Caxias, 1569, Centro, deste município.

5 - DESCRIÇÕES DOS SERVIÇOS

5.1 Realizar a gravação das sessões ordinárias, extraordinárias, especiais, solenes e audiências públicas promovidas pela Câmara Municipal de Correia Pinto, através da captura da imagem full HD com resolução de 1080p, com 03 (três) câmeras filmadoras, disponibilizando 04 (quatro) saídas HDMI para monitores; captura

de áudio e regulação de som nos equipamentos da contratante; disponibilização do vídeo em formato para transmissão ao vivo via internet; disponibilização de 01 (uma) cópia do vídeo sem edição, de cada filmadora, e 01 (uma) cópia do áudio, sem edição, imediatamente após o encerramento da sessão; disponibilização de 01 (uma) cópia do vídeo editado, preservando a íntegra da sessão, nos formatos MP4, 1080p e 720p, com capa personalizada, no prazo de até 07 dias após a realização de cada sessão.

6 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1.1 Controlar a frequência dos empregados durante a prestação dos serviços. 6.1.2 Cumprir com as obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados. 6.1.3 Prestar o serviço em conformidade com as condições acordadas, quais sejam:

6.1.3.1 Prestar quaisquer informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas pelo contratante;

6.1.3.2 Responder por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade da Câmara Municipal de Correia Pinto, quando causados por seus empregados durante a execução dos serviços;

6.1.3.3 Apresentar na Secretaria da Câmara Municipal os serviços especificados no item 5, com boa qualidade de som e imagem, nos prazos acima fixados;

6.1.3.4 Reparar, corrigir e refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, as filmagens em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes da má execução e/ou do uso de materiais/equipamentos de má qualidade;

6.1.3.5 Cumprir as normas estabelecidas pela Câmara Municipal quanto ao acesso de pessoas às suas dependências;

6.1.3.6 Indenizar por todos os danos decorrentes da má execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, sendo garantido à Câmara Municipal o direito à retenção sobre os valores devidos à contratada para o ressarcimento do dano, total ou parcial;

6.1.3.7 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e demais obrigações sociais, resultantes da adjudicação e execução do contrato;

6.1.3.8 Responsabilizar-se pelo transporte, montagem e desmontagem dos equipamentos;

6.1.3.9 Fornecer todos os equipamentos, pessoal e materiais suficientes para a perfeita execução do objeto contratado.

6.2 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

6.2.1 Fiscalizar o cumprimento do contrato;

6.2.2 Realizar o pagamento, conforme condições estabelecidas no edital.

6.2.3 Encaminhar, mensalmente, cronograma da realização das sessões ordinárias,

6.2.4 Informar ao contratado, com antecedência mínima de 03 (três) dias a realização das sessões extraordinárias, e com antecedência mínima de 10 (dez) dias a realização das sessões especiais, solenes e audiências públicas;

7. ESTIMATIVA DE PREÇO

7.1 Serviços orçados na sua totalidade, segundo valores praticados pelo mercado, atualmente. A proposta vencedora será a que apresentar o menor preço unitário. Nos preços apresentados na proposta, deverão estar inclusos todas as despesas legais e adicionais incidentes direta ou indiretamente nos serviços ofertados, inclusive ICMS, PIS e COFINS.

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL n.º 01/2015

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

À Câmara Municipal de Correia Pinto

Item	Produto	Qtde.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
01	Captura de imagem full HD com resolução de 1080p, com 03 (três) câmeras, disponibilizando 04 (quatro) saídas HDMI para monitores; Captura de áudio e regulação de som nos equipamentos da contratante; Disponibilização do vídeo em formato para transmissão ao vivo via internet; Disponibilização de 01 (uma) cópia do vídeo sem edição, de cada filmadora, e 01 (uma) cópia do áudio, sem edição, imediatamente após o encerramento da sessão; Disponibilização de 01 (uma) cópia do vídeo editado, preservando a íntegra da sessão, nos formatos MP4, 1080p e 720p, com capa personalizada, no prazo de até 07 dias.	80		
	Total			

Preço total da proposta por extenso:

Validade da Proposta: 60 dias

Dados da Licitante

Razão Social/Nome:

Endereço:

Município: Estado:

CEP: CNPJ/CPF/MF:

Fone: () Fac-símile: ()

E-Mail:

Banco: Agência:

Conta:

Representante:

Fone: () Fac-símile: ()

Local e data:

Assinatura/Carimbo

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2015

Identificação dos Envelopes

AO PREGOEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015, CMCP

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:

CNPJ:

FONE / FAC-SIMILE / E-MAIL –

PROPOSTA DE PREÇOS, ENVELOPE nº 01

AO PREGOEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015, CMCP

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:

CNPJ:

FONE / FAC-SIMILE / E-MAIL –

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, ENVELOPE nº 02

AO PREGOEIRO DA CÂMARA DE CORREIA PINTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015, CMCP

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:

CNPJ:

FONE / FAC-SIMILE / E-MAIL –

DECLARAÇÃO, ENVELOPE nº 03 (quando a empresa não enviar representante)

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2015

Recibo de Documentos

Declaro que recebi na secretaria da Câmara Municipal de Correia Pinto, com endereço a Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto/SC, os envelopes nº 01 (Proposta de Preços), nº 02 (Documentos de Habilitação) e nº 03 (Declaração - quando a empresa não enviar representante), para serem anexados ao Pregão Presencial nº 01/2015, da empresa: _____

_____.

Correia Pinto/SC, ____/____/2015 às ____:____hs.

NOME DO FUNCIONÁRIO: _____

ASSINATURA: _____

Observações: 1) Deverá ser anexado na parte externa do envelope da proposta;

2) Não pode conter rasuras;

3) Válido somente com carimbo e visto da secretaria. ANEXO VI PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2015

Modelo de Declaração

NOME/RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

CGC/CNPJ:

ENDEREÇO:

DECLARAÇÃO

Declaramos para efeitos do atendimento da alínea "d" do subitem 5.1.1, do Edital de Pregão Presencial nº 01/2015, instaurado pela Câmara Municipal de Correia Pinto, conforme exigido pelo inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que atendemos plenamente as condições de habilitação estabelecidas neste Edital.

Local e data,

NOME, CARGO E ASSINATURA DO

REPRESENTANTE DA EMPRESA

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2015

DECLARAÇÃO COMPROBATÓRIA DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Declaramos para os efeitos do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que a Empresa , CNPJ , esta enquadrada na categoria (Pequeno Porte ou Microempresa), bem como não está incluída nas hipóteses do §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Local e data,
NOME, CARGO E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE DA EMPRESA
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

ANEXO VIII
PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2015

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos dias do mês de do ano de dois mil e, a CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, sita a Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto - SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº, doravante denominado Órgão Gerenciador, neste ato representado pelo seu Presidente Tadeu José Gonçalves, portador do CPF nº, nos termos do art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em face da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2015, para Registro de Preços, resolve REGISTRAR OS PREÇOS das empresas com preços mais vantajosos, sujeitando-se as partes ao edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2015, as determinações da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterações posteriores, demais normas legais federais e municipais vigentes e pelas cláusulas e condições que se seguem.

ITEM 01 - Quantidade: (.....) unidade(s) de ao preço unitário de R\$ 0,00 (zero vírgula zero zero). Empresa:, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede na rua, neste ato representada por seu, Sr., portador do CPF nº, documento de identidade nº e, doravante, denominada FORNECEDORA.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto e sua Execução

Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços o registro dos preços dos produtos especificados no Anexo I, do Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2015 com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte integrante desta ATA de REGISTRO DE PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR OS SERVIÇOS DE GRAVAÇÃO EM ÁUDIO E VÍDEO, ALÉM DE TRANSMISSÃO SIMULTÂNEA NO SITE PRÓPRIO, DAS SESSÕES ORDINÁRIAS, EXTRAORDINÁRIAS, ESPECIAIS, SOLENES E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PROMOVIDAS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Vigência

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços tem início na sua assinatura e terá validade de 12 (doze) meses, vedada a sua prorrogação.

Parágrafo Único - Nos termos do art. 15, § 4º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Câmara Municipal de Correia Pinto não está obrigada a contratar exclusivamente por intermédio desta Ata, durante o seu período de vigência, os serviços cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de contratação aos registrados, no caso de igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA - Do Contrato

Para consecução dos serviços registrados nesta Ata, será celebrado contrato específico entre a empresa julgada vencedora - FORNECEDORA e a Câmara Municipal de Correia Pinto.

CLÁUSULA QUARTA - Da alteração da Ata de Registro de Preços

§ 1º - A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 2º - O contratado fica obrigado a aceitar, nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.

§ 3º - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador, promover as necessárias negociações junto ao fornecedor.

§ 4º - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador, deverá:

a) Convocar o fornecedor visando negociar a redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

b) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 5º - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador, poderá:

a) Negociar os preços;

b) Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de serviço; e

c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 6º - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA QUINTA - Das Obrigações

§ 1º - Obriga-se a FORNECEDORA:

a) a atender todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada lote/item, observado o disposto na Cláusula Quarta;

b) a prestação do serviço licitado de acordo com as especificações constantes nos Anexos I e II do Edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2015, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

d) prestar o serviço do objeto licitado com qualidade exigida pelo órgão regulador;

e) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata;

f) manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2015;

g) permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo Órgão Gerenciador ao local de prestação do serviço;

h) estender aos contratos objeto desta Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada.

§ 2º - Obriga-se o Órgão Gerenciador:

a) a prática de todos os atos de controle e administração do serviço;

b) gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades dos Órgãos Participantes, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;

c) conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

d) prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA com relação a Ata de Registro de Preços.
CLÁUSULA SEXTA - Da Dotação Orçamentária
O pagamento correrá à conta dos recursos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Correia Pinto, de 2015.

CLÁUSULA SÉTIMA - Do Cancelamento do Registro de Preços

§ 1º - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:
a) não retirar o respectivo contrato, ordem de serviço, nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
b) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; e
d) tiver presentes razões de interesse público
§ 2º - O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.
§ 3º - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço ocorrendo fato superveniente, que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado, desde que seja formulado com antecedência de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA OITAVA

São partes integrantes da presente Ata, independentemente de sua transcrição, o edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2015, seus Anexos e a proposta da FORNECEDORA.

CLÁUSULA NONA

A existência de preço registrado não obriga o Órgão Gerenciador a firmar contratação que dele pode advir.

CLÁUSULA DÉCIMA - Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas questões originárias da execução desta Ata.

E, por estarem justos e acordados, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas na presente Ata de Registro de Preços que, lida e achado conforme, foi confeccionada em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinada pelo senhor José Tadeu Gonçalves, portador do CPF nº _____, representando o ÓRGÃO GERENCIADOR, e pelo(s) representante(s) da(s) Empresa(s) Registrada(s), abaixo identificado(s), tendo como testemunhas os senhores _____, portador do CPF nº _____ e, _____ portador do CPF nº _____, presentes neste ato.

Correia Pinto/SC, em _____ de 2015.

JOSÉ TADEU GONÇALVES
Presidente
CPF nº _____

Representante da Empresa (_____)
CPF nº _____

Representante da Empresa (_____)
CPF nº _____

Testemunhas

(Fulano de Tal)
CPF nº _____

(Fulano de Tal)
CPF nº _____

ANEXO VIII
PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2015

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE _____ QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, E A EMPRESA _____

A CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, por intermédio da(o) _____ (órgão contratante) _____, com sede na rua _____, inscrito no CNPJ sob o nº _____, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu _____, Sr. _____, portador do CPF nº _____, e de outro lado a empresa, _____, estabelecida na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu _____, Sr. _____, portador do CPF nº _____, firmam o presente instrumento de Contrato, regido pela Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterações posteriores, demais normas legais federais e municipais vigentes e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto e sua Execução

REGISTRO DE PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR OS SERVIÇOS DE GRAVAÇÃO EM AUDIO E VÍDEO, ALÉM DE TRANSMISSÃO SIMULTÂNEA NO SITE PRÓPRIO, DAS SESSÕES ORDINÁRIAS, EXTRAORDINÁRIAS, ESPECIAIS, SOLENES E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PROMOVIDAS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO.

Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento do(s) item(s) nº _____ com as características constantes da proposta julgada vencedora, para atender as necessidades da CONTRATANTE, pelo preço decorrente do Pregão Presencial n. 01/2015 e seus anexos.

§ 1º - A qualidade e especificações do objeto fornecido deverá atender à legislação especial federal, e/ou municipal aplicáveis.

§ 2º - O fornecimento dar-se-á a partir da data de assinatura do contrato.

§ 3º - O prazo de entrega do produto é o estabelecido no Termo de Referência - Anexo II deste no Edital.

§ 4º - São partes integrantes deste contrato, como se transcritos estivessem, o presente edital de licitação, seus anexos, e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apresentadas pela licitante vencedora e que deram suporte ao julgamento da licitação.

CLÁUSULA SEGUNDA

Do Preço, das Condições de Pagamento, Atualização por Inadimplimento e do Reajuste.

Do Preço

§ 1º - O preço unitário dos produtos adquiridos é aquele constante na Ata de Registro de Preço.

§ 2º - Do reajuste de preço - O preço estabelecido é irrevogável, durante a vigência do presente Contrato, e inclui todos e quaisquer ônus, quer sejam tributário, fiscais ou trabalhistas, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer outros encargos necessários à execução do objeto do Contrato;

Das Condições de Pagamento

§ 1º - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor devido, mediante depósito bancário, mensalmente, em até 30 dias mediante a apresentação da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do órgão requisitante, devendo constar CNPJ, o número da licitação, e da Autorização de Fornecimento e/ou Contrato.

§ 2º - O pagamento será liberado mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal de Correia Pinto e, se for o caso, do município em que for sediada a CONTRATADA, bem como certidão negativa do INSS.

§ 3º - A não apresentação do documento enunciado no parágrafo anterior implica na suspensão do pagamento da fatura até a apresentação, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira dos valores, por inadimplemento.

§ 4º - Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado à CONTRATANTE ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

§ 5º - O pagamento da fatura será susado se verificada execução defeituosa do Contrato, e enquanto persistirem restrições quanto ao fornecimento efetivado, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

Da Atualização por Inadimplemento

§ 1º - Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pela CONTRATANTE, sem que haja culpa da CONTRATADA, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e artigo 40, inciso XIV, alínea "c", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da Dotação Orçamentária

Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

CLÁUSULA QUARTA - Do Prazo de Vigência do Contrato

O prazo de vigência deste instrumento tem início em e término em, não podendo ultrapassar o exercício financeiro.

CLÁUSULA QUINTA - Das Obrigações das Partes**Da Contratada**

a) Realizar o fornecimento estabelecido no presente Contrato de acordo com a proposta apresentada no Pregão nº 01/2015, e na forma e condições estabelecidas no edital e neste Contrato, sem quaisquer ônus adicionais para a contratante.

b) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto do presente Contrato.

c) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à CONTRATANTE ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento.

d) Fornecer o produto com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor.

e) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quando da entrega do produto.

f) Manter durante toda a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

g) Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência dos serviços.

Da Contratante

a) Emitir a Autorização de Fornecimento/Contrato do produto licitado.

b) Fiscalizar e acompanhar a execução do Contrato, segundo seu interesse, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, relatando irregularidades, quando for o caso

c) prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

b) acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por meio de seus representantes;

d) notificar, por escrito, à Contratada a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto deste Termo, para que sejam tomadas providências em face de quaisquer irregularidades;

e) efetuar pagamento à Contratada de acordo com a forma e prazo estabelecido em Edital.

CLÁUSULA SEXTA - Da Alteração Contratual por Aditamento

Proceder-se-á a alteração do Contrato, quando couber, observadas as disposições do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e modificações ulteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Inexecução e da Rescisão do Contrato

A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em Lei, com assento no Capítulo III, Seção V, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos seguintes casos:

I - por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

II - amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, mediante formalização através de aviso com antecedência mínima de 30 dias, não cabendo indenização de qualquer das partes, exceto para pagamento dos fornecimentos comprovadamente prestados;

III - judicialmente, na forma da legislação vigente;

IV - a rescisão contratual determinada por ato unilateral, em que constatado o descumprimento do avençado, acarreta as seguintes consequências para a CONTRATADA, sem prejuízo das sanções previstas:

a) execução dos valores das multas e indenizações devidas à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - Das Sanções Administrativas

§ 1º - As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Municipalidade, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado da contratação e das demais cominações legais se cometer uma ou mais das seguintes faltas:

I - deixar de entregar documentação exigida no Edital;

II - apresentar documentação falsa;

III - não mantiver a proposta;

IV - não assinar o contrato;

V - comportar-se de modo inidôneo;

VI - fizer declaração falsa;

VII - cometer fraude fiscal.

VIII - atrasar na prestação dos serviços, em relação ao prazo proposto e aceito;

IX - não executar o objeto nos termos estabelecidos neste Pregão

e na proposta da licitante vencedora, consubstanciada na não execução dos serviços em até quarenta dias da assinatura do pactuado.

§ 2º - Na aplicação das penalidades, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 3º - A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no art. 90, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e implicará na aplicação de sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e no Decreto Estadual nº 4.777, de 11 de outubro de 2006, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

§ 4º - As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/contratada.

§ 5º - Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA NONA - Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto do Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas questões originárias da execução do presente Contrato.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

..... /SC, de de 2015.

JOSÁ TADEU GONÇALVES
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

PROCURADORIA DA CÂMARA

O presente edital cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 do parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Correia Pinto, 06 de abril de 2015.
Kárem Rosa dos Passos
Procuradora da Câmara

Corupá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 3253/15

PORTARIA Nº 3253/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ACT, AO SR. LUCIANO FERREIRA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do SR. LUCIANO FERREIRA, a partir de 04 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais ACT, com carga horária de 44 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. Aluísio Carvalho de Oliveira, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3254/15

PORTARIA Nº 3254/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ACT, A SRA. MARIA SALETE MARTINS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. MARIA SALETE MARTINS, a partir de 04 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais ACT, com carga horária de 44 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. José Pasqualini, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso

público, ficando lotada na Secretaria Municipal Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de março de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3255/15

PORTARIA Nº 3255/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ACT, SRA. NELCI DE OLIVEIRA PADILHA DOS SANTOS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. NELCI DE OLIVEIRA PADILHA DOS SANTOS, a partir de 05 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, com carga horária de 44 horas semanais, para trabalhar no Ginásio de Esportes Willy Germano Gessner, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 05 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de março de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3258/15

PORTARIA Nº 3258/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO TÉCNICA EM ENFERMAGEM ACT, A SRA. SCHIRLEI ELIANE BECKER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. SCHIRLEI ELIANE BECKER, a partir de 04 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais ACT, com carga horária de 44 horas semanais, para trabalhar na Secretaria Municipal de Saúde, em virtude de substituição da funcionária Irene Maraski que está sob júdice em processo federal, solicitando afastamento por impossibilidade laboral junto ao INSS, ficando lotada na Secretaria Municipal Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de março de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3259/15

PORTARIA Nº 3259/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ACT, SRA. SILVANE LEITZKE DANIEL.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. SILVANE LEITZKE DANIEL, a partir de 04 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, com carga horária de 44 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. José Pasqualini, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de março de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3260/15

PORTARIA Nº 3260/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ACT, SRA. VANESSA CRISTINA PRZEZDZIECKI .

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. VANESSA CRISTINA PRZEZDZIECKI, a partir de 04 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, com carga horária de 44 horas semanais, para trabalhar no C.E.I. Dona Nina, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de março de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3262/15

PORTARIA Nº 3262/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO OPERADOR DE MÁQUINA ACT, AO SR. JOSE DJONATAN NEUMANN .

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do SR. JOSE DJONATAN NEUMANN, a partir de 03 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Operador de Máquina ACT, com carga horária de 44 horas semanais, para trabalhar na Secretaria Municipal de Infra estrutura, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal Infra estrutura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 03 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de março de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3271/15

PORTARIA Nº 3271/15

SUSPENDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG - 3 DO SERVIDOR RUBENS GONÇALVES MARTINS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica suspensa a Função Gratificada, com denominação de FG - 3 do servidor RUBENS GONÇALVES MARTINS, junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 24 de março de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3272/15

PORTARIA Nº 3272/15

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG - 5, AO SERVIDOR RUBENS GONÇALVES MARTINS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida a Função Gratificada, com denominação de FG - 5, ao servidor RUBENS GONÇALVES MARTINS, junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, no desenvolvimento de ações de coordenação dos serviços de colocação de tubos e afins, para atender os serviços de drenagem pluvial.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 03 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
24 de março de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3273/15

PORTARIA Nº 3273/15
SUSPENDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG - 3 DO SERVIDOR WALDIR KRISANSKI JUNIOR.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica suspensa a Função Gratificada, com denominação de FG - 3 do servidor WALDIR KRISANSKI JUNIOR, junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 24 de março de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3274/15

PORTARIA Nº 3274/15
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG - 5, AO SERVIDOR WALDIR KRISANSKI JUNIOR.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida a Função Gratificada, com denominação de FG - 5, ao servidor WALDIR KRISANSKI JUNIOR, junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, no desenvolvimento de ações de coordenação dos serviços de abastecimento da frota municipal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 03 de março de 2015, revogadas

as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
24 de março de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3275/15

PORTARIA Nº 3275/15
DELEGA COMPETÊNCIA A SERVIDORA KETELYN LUNELLI PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal nº 014/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar a servidora Sra. KETELYN LUNELLI, ocupante do cargo de Psicóloga - ACT, portadora da CNH Registro nº 04942795627, categoria B, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 24 de março de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3276/15

PORTARIA Nº 3276/15
QUE DESIGNA OS MEMBROS INTEGRANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE CORUPÁ, VINCULADO À SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66 e Lei Municipal nº 1901/09, de 08 de abril de 2009, combinando com a Lei Municipal nº 2002/10 de 30 de novembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear os membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Corupá (CMDICO), de acordo com o Art. 3º, inciso I, II, III, IV, V e VI da Lei Municipal nº 2002/10 de 30 de novembro de 2010.

I - REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO:

Titular: Felipe Rafaeli Rodrigues
Suplente: Silvana Wille

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

Titular: Isolete Steciuk Ratico

Suplente: Nilton Paulo Padilha de Lima

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

Titular: Marisa Kühl Judachewski

Suplente: Vivian Pereira

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO, ESPORTE E LAZER:

Titular: Chales Moesch

Suplente: Valéria Assis de Oliveira

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE:

Titular: Ana Carolina Gabriel

Suplente: Thiago Vinicius Leal

II - REPRESENTANTES NÃO-GOVERNAMENTAIS**ENTIDADE DO MEIO RURAL (SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CORUPÁ):**

Titular: Juvenal Mokwa

Suplente: Ivo Sell

ENTIDADE DO MEIO URBANO (IECPEC - INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL, CULTURAL E ASSISTENCIAL DA PARÓQUIA EVANGÉLICA DE CORUPÁ):

Titular: Mauri Latshe

Suplente: Conrad Millnitz

TRABALHADORES NA ÁREA DO IDOSO (ASSOCIAÇÃO SENHORAS DE ROTARIANOS DE CORUPÁ):

Titular: Guaracira Schünke

Suplente: Manuela Azevedo Vitória

GRUPO DO IDOSO (3ª IDADE):

Titular: Renita Kühl

Suplente: Assir Becker

ENTIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS (ROTARY CLUB DE CORUPÁ):

Titular: Gilberto Kaszumbowski

Suplente: Arno Celso Neuber

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria 1460/11.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
25 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3277/15

PORTARIA Nº 3277/15

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o decreto Nº. 053/99 de 06 de outubro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR, que fica assim constituída:

Representantes do Poder Executivo Municipal:

Titular: Jean Marcel Bertoldi Diel;

Suplente: Antônio Norberto Moretti.

Titular: Paulo Cesar Ruthes;

Suplente: Ana Carolina Gabriel;

Titular: Thiago Vinicius Leal;

Suplente: Joao Rocha Sobrinho;

Titular: Joney Cícero Morozini;

Suplente: Emanuelle Françoise Blunk Schiochet;

Titular: Wilson Jean Gessner;

Suplente: Valéria Assis de Oliveira;

Titular: Alceu Gilmar Moretti;

Suplente: Lourenço Piontkewicz;

Representantes da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Corupá:

Titular: Rene Afonso Mahnke;

Suplente: Jean Carlo Chilomer;

Representantes da Associação dos Bananicultores de Corupá:

Titular: Marcos Martini;

Suplente: Adolar Behnke;

Representantes da EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural:

Titular: George Livramento;

Suplente: Leonir Célia Demarchi;

Representantes da CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário de Santa Catarina:

Titular: Marcelo Tofol;

Suplente: Celso Eduardo Wassmansdorf;

Representantes do setor financeiro do Município:

Banco do Brasil

Titular: Sandro Luís de Souza;

Suplente: Fernando de Almeida dos Santos;

Blucredi

Titular: André Luís Millnitz;

Suplente: José Alfredo A. de Oliveira;

Caixa Econômica Federal

Titular: Roseli Sartori;

Suplente: Martin Harmel de Souza;

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular: Juvenal Mokwa;

Suplente: Edinei Mokwa;

Representantes da Associação dos Produtores de Plantas Ornamentais de Corupá;

Titular: Ederson Basagni;

Suplente: Charles Daniel Gessner;

Representantes da Cooperativa da Agricultura Familiar Rio Novo:

Titular: Valmor Raul de Farias;

Suplente: Crisleine Jantsch;

Representantes da Microbacia Rio Novo:

Titular: Elton Mokwa;

Suplente: Patricia Bassani Woicekowski;

Representantes dos Agricultores:

Poço Danta / Carroeira

Titular: Denilson Pedrelli;

Suplente: Luiz Carlos Schepke;

Rio Paulo / Rio Paulo Grande / Rio Paulo Pequeno

Titular: Lauro Daros;

Suplente: Ediberto Schulz;

Titular: Arlindo Hass;

Suplente: Edemir Schulz;

Izabel / Izabel Alto

Titular: Osni Braun;

Suplente: Albano Maas;

Titular: Egon Mokwa;

Suplente: Zenildo Nunes da Silva;

Oswaldo Amaral / Bompland

Titular: Rubens Cesar Leber;

Suplente: Genesio Vicsneski;

Titular: Alvino Hinkeldey;

Suplente: Alfredo Horstmann;

Vila Izabel/Francisco Mees/Alberto Baumle

Titular: Norma Denk Lange;

Suplente: Camilo Kubiak;

Guarajuva / Caminho Pequeno

Titular: Ana Dana Denk;

Suplente: Irene Kuhl Ganske;

Ribeirão dos Correias

Titular: Adilson Fossile;

Suplente: Alceu Fossile Junior;

Rio Novo Alto

Titular: Ivo Sell;

Suplente: Andrei Dias;

Faxinal

Titular: Alvin Dunke;

Suplente: Jaime Marquardt;

Ano Bom

Titular: Wilson Viebrantz;

Suplente: Lindomar Grams;

Titular: Ademar Krischanski;

Suplente: Ivo Borchardt;

Pedra de Amolar

Titular: Jurandir José Burger;

Suplente: Airton Ropelato;

Rio Novo/ Tifa dos Milhões

Titular: Edgar Gessner;

Suplente: Manfred Hinkeldey;

Centro / Henrique Fuck / José Link / João Tozini

Titular: Antonio Ricardo Hilbrecht;

Suplente: Kleberson Kuhne;

Itapocú

Titular: Rafael Rodrigo Hoch;

Suplente: Gilberto Luiz Lorenzi;

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria Nº 3101/14.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
25 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3278/15

PORTARIA Nº 3278/15

DELEGA COMPETÊNCIA AO SERVIDOR GIOVANI ANTONIO FLORIANI PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal nº 014/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar ao servidor Sr. GIOVANI ANTONIO FLORIANI, ocupante do cargo de Técnico em Informática ACT, portador da CNH Registro nº 05319705950, categoria B, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 25 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3279/15

PORTARIA Nº 3279/15

DELEGA COMPETÊNCIA A SERVIDORA LUCIANE BELITZKE JOÃO PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal nº 014/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar a servidora Sra. LUCIANE BELITZKE JOÃO ocupante do cargo de Auxiliar de Setor, portadora da CNH Registro nº 04814566650, categoria B, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 25 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos**PREFEITURA****DECRETO Nº 4.565/2015**

DECRETO Nº 4.565/2015

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA FORMA DA LEI Nº 5.429/2015 .

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos,

DECRETA

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.429/2015 no montante de R\$ 41.696,00 (quarenta e um mil , seiscentos e noventa e seis reais) a saber :

ANULAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.08 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

27.812.0029.2073 MANUT. DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS E RE-CREATIVAS

3390000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS

.... R\$ 41.696,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 41.696,00

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.429/2015 no montante de R\$ 41.696,00 (quarenta e um mil seiscentos e noventa e seis reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.08 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

27.812.0029.2073 MANUT. DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS E RE-CREATIVAS

3350000000.00.1000 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR

..... R\$ 41.696,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 41.696,00

Art. 3º . Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das anulações previstas no art. 1º.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 24 de março de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e quatro dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.566/2015

DECRETO Nº 4.566/2015

REGULAMENTA ABONO PRODUTIVIDADE INSTITUÍDO PELO ARTIGO 72 B DA LEI COMPLEMENTAR N. 026/2002.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba

DECRETA

Art. 1º O abono produtividade previsto no art. 72 B da Lei Complementar n. 026/2002 e instituído pela Lei Complementar n. 131/2015 de natureza indenizatória será concedido ao servidor público municipal efetivo, bem como ao empregado público, não readaptado, que no período de 30 (trinta) dias tiver 100% (cem por cento) de frequência comprovada no exercício de suas atribuições.

§ 1º, Considera-se como período de aquisição os dias transcorridos no período entre o dia 19 do mês até o dia 18 do mês subsequente.

§ 2º A comprovação da frequência se dará através do controle do registro de ponto.

§ 3º. Para os motoristas e servidores que realizem atividades fora das sedes administrativas, será aceita justificativa formalizada pelo Secretário respectivo comprovando o exercício das funções.

Art. 3º. O abono assiduidade é fixado no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) pagos a cada mês que se comprovar a frequência prevista neste decreto.

Art. 4º. Para efeitos do recebimento do abono assiduidade, computar-se como ausência a falta ao trabalho, ainda que justificada ou decorrente de licença ou concessão de qualquer natureza, exceto as ausências em virtude de:

I - atendimento a convocação da Justiça Eleitoral durante o período letivo.

II - servir ao Tribunal de Júri;

III - Um dia para doação de sangue

Art. 5º. Também não se concederá abono produtividade ao servidor que, no período aquisitivo sofrer penalidade disciplinar em qualquer de suas modalidades, ou que esteja em licença para tratar de assuntos particulares, além das demais previsões constantes do regulamento.

Art. 6º. O benefício de que trata este decreto será devido apenas aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, bem como aos empregados públicos, não se incorporando à remuneração ou ao vencimento para qualquer efeito.

Art. 7º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Curitiba, 24 de março de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e quatro dias do mês de março do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.567/2015

DECRETO Nº 4.567/2015

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - COMCAD.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e Lei nº 2.742/93,

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMCAD, na forma determinada pelo artigo 11 da Lei nº 2742/93 com as alterações da lei nº 3.317/99 :

I - REPRESENTANTES DA ÁREA GOVERNAMENTAL**TITULARES SUPLENTE**

1) Reginaldo Cordeiro dos Santos – Assistência Social	Mary Hellen B. Ribeiro
2) Andréa Karina Guimarães – Saúde	Eliane Regina Ortiz
3) Aneliese Lang – Planejamento	Eliseu Flôr
4) Laís Gabriela Leite – Gabinete do Prefeito	Daniela Rinaldi
5) Neide Ariotti – Habitação	Angelo Scolaro
6) Gesiele Moraes do Prado Almeida - Educação	Patrícia Maciel Bastos

II - REPRESENTANTES DA ÁREA NÃO GOVERNAMENTAL**TITULARES SUPLENTE**

1) Giovana Aparecida Kruker - ONG Herdeiros do Futuro	Ingrid Elzinga Ortlieb ATG
2) Ailton Buck – CRAVI	Raquel Lima – Cáritas Paroquial Imaculada Conceição
3) Ramon Diogo Waltrick – ADESC	Camila Doin - Beneficiencia A Casa dos Humildes
4) Morgana Petris - APAE	Eder Ramos - AACCR
5) Sandra Bastos – APADAC	Luana Fidelis – Pastoral da Criança
6) Débora Mendes - União das Associações de Bairros	Monica Medeiros – Lar Nova Alvorada

Art. 2º. A diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fica assim composta:

Presidente : Morgana Petris
Vice Presidente : Ailton Buck
Secretária : Neide Ariotti

Art. 3º. O mandato dos membros do conselho é de dois anos, permitida a recondução.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 26 de março de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e seis dias do mês de

março do ano de dois mil e quinze na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

DECRETO Nº 4.568/2015

DECRETO Nº 4.568/2015

COMPÕE O CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSITO - CMT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e conforme determina a Lei nº 4.564/2010 :

DECRETA

Art. 1º - Indica composição e nomeia membros para comporem o Conselho Municipal de Trânsito - CMT conforme determina a Lei n. 4.564/2010, respectivamente titular e suplente.

I - Representantes do Poder Público:

1. Poder Executivo Municipal
 - Hercilio Bepler - titular
 - Eliseu Flôr - suplente
2. Poder Legislativo Municipal
 - Guilherme Veríssimo da Serra Costa
3. 24ª Delegacia Regional de Polícia
 - Dra. Roane Fávero Pereira - titular
 - Cintia Granemann Auersvald Rohden Moraes - suplente
4. Guarnição Especial da Polícia Militar
 - Major Renato Leandro de Medeiros - titular
 - Soldado João Antonio Busck - suplente

II - Representantes da Sociedade Civil Organizada

1. Associação Comercial e Industrial de Curitiba
 - Jair Rosa - titular
 - Ulyses Gaboardi Filho - suplente
2. Associação Curitibanense de Engenheiros e Arquitetos
 - Sergio Luiz Sulzbach - titular
 - Marcio Fagundes Camargo - suplente
3. Câmara de Diretores Lojistas - CDL
 - José Moreira - titular
 - Jean Carlos Ferreira - suplente
4. Representantes da sociedade com ligação à área do trânsito.
 - Jovane Pereira Andrade - titular
 - Rudinei Justino Barbosa - suplente
5. Associação Curitibanense de Ciclismo - ASCCICLI
 - Ruberval Ubiratan Waltrick - titular
 - Luiz Ângelo Pisseti - suplente.

Art. 2º - O Secretário Municipal de Transportes e Obras, será Presidente nato do Conselho Municipal de Transito - CMT, conforme estabelece o § 2 do artigo 4º da Lei nº 4.564/2010.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto 4.279/2013.

Curitiba, 26 de março de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto aos vinte e seis dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal.

Hercilio Bepler
Secretário Municipal Transportes e Obras

DECRETO Nº 4.569/2015

DECRETO Nº 4.569/2015

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Ficam incluídas no orçamento municipal do Fundo Municipal de Educação de Curitiba as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 5.329/2014,

INCLUI FONTE DE RECURSO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.2034 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - PRÓPRIOS

339000000000.00.3032 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma da Lei nº 5.329/2014, no montante de R\$ 44.799,66 (quarenta e quatro mil, setecentos e noventa e nove reais, sessenta e seis centavos):

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.2034 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - PRÓPRIOS

339000000000.00.3032 APLICAÇÕES DIRETAS

..... R\$ 44.799,66

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 44.799,66

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do valor do superávit financeiro por fonte de TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS ocorrido no exercício de 2014, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.557/2015.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 07 de janeiro de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos sete dias do mês de janeiro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.570/2015

DECRETO Nº 4.570/2015

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da Lei n. 4.419/2009 :

DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados os membros abaixo para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência instituído pela lei n. 4.419/2009:

I - 04 (quatro) representantes de órgãos governamentais, sendo:

a) 01 (um) representante da Secretaria de Assistência Social e Habitação

- Andrea Fossati Agostini Correa - titular

- Mary Hellen B. Ribeiro - suplente

b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Saúde;

- Jonasdark Spring de Almeida - titular

- Andrea Karina Guimarães - suplente

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

- Sara R. Dalamaria - titular

- Giovani Alexandre - suplente

d) 01 (um) representante do Departamento de Transito;

- Aldérico Maciel - titular

- Silvio Ribeiro - suplente

II - 04 (quatro) representantes de órgãos não-governamentais, na seguinte discriminação:

a) 01 (um) representante da APAE

- Morgana Petris - titular

- Andrea Xavier - suplente

b) 01 (um) representante do CREA

- Roberto Soncini - titular

- Priscila Karine W. R. Faedo - suplente

c) 01 (um) representante da Associação Fraternidade Cristã de doentes e deficientes de Curitiba;

- Eriberto Alves Teixeira

- Irenilda Aparecida dos Santos Goetten - titular

d) 01 (um) representante da APADAC

- Mariane Longhi Camargo - titular

- Viviane Bertoldi - suplente

Art. 2º. Cada conselheiro (a), titular e suplente, terá mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 01 de abril de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto ao primeiro dia do mês de abril do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

RESOLUÇÃO 003/2015/CMDCA/CURITIBANOS

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO 003/2015/CMDCA/CURITIBANOS

Dispõe sobre partilha de recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA e fixa critérios para aprovação de projetos a serem financiados.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no uso de suas atribuições, estabelecidas na Lei 2.742/93, cumprindo o estabelecido no artigo 227 da Constituição Federal e nos artigos 4º alínea d88, incisos II e IV, caput e § 2º, 3º e 4º e 261, parágrafo único do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei federal 8069/90 e resolução 137 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer critérios por meio de publicação de edital para aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência.

Parágrafo Único: Para efeitos desta resolução, entende-se por critérios os referenciais estabelecidos pela legislação pertinente em obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

EDITAL 001/2015/CMDCA/CURITIBANOS

CAPITULO I

Dos Critérios

Art. 1º A aplicação dos recursos do Fundo da infância e do Adolescente, deliberada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, deverá ser destinada para o financiamento de projetos relativos a:

I - desenvolvimento de programas e serviços complementares ou inovadores, da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II - acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal e do art. 260, § 2º da Lei nº 8.069, de 1990, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;

III - programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IV - programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

VI - ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art.2º Deve ser vedada à utilização dos recursos do Fundo da Infância e do Adolescente para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu.

CAPITULO II

Do Controle e da Fiscalização

Art. 3º Os recursos do Fundo da Infância e do Adolescente utilizados para o financiamento, total ou parcial, dos projetos apresentados e desenvolvidos por entidades devem estar sujeitos à

prestação de contas de gestão aos órgãos de controle interno do Poder Executivo e ao Conselho de Direitos, bem como ao controle externo por parte do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

Art. 4º Nos processos de seleção de projetos nos quais as entidades e os órgãos públicos ou privados representados nos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente figurem como beneficiários dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, os mesmos não devem participar da comissão de avaliação e deverão abster-se do direito de voto.

CAPITULO III

Do Prazo de Entrega, Documentação Necessária e Avaliação

Art.5º As entidades, terão prazo até 22/04/2015, para inscrição dos projetos que deverão ser protocolados na Secretaria Executiva do Conselho, que atende junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação no horário das 07hs45 até as 11hs30 e das 13hs00 até as 17hs15.

Art.6º - Até a data prevista no artigo antecedente as entidades deverão encaminhar seu projeto (modelo disponibilizado junto a Secretaria de Assistência Social e Habitação) acompanhado dos seguintes documentos:

- A) Declaração de Entidade de Atendimento a Crianças e Adolescentes, inscrita no respectivo conselho municipal;
- B) Certidões negativas das Fazendas: Federal, Estadual e Municipal;
- C) Certidões negativas do INSS , FGTS e Trabalhista

Art. 7º Os representantes das entidades irão apresentar os projetos em audiência pública, no dia 23/04/2015 a partir das 08hs30 no auditório da Prefeitura Municipal de Curitiba. Os representantes das entidades terão cinco minutos para esplanarem seus projetos. Onde deverão estar presentes os conselheiros municipais dos direitos da criança e do adolescente, e a comissão de avaliação. A comunidade em geral está convidada a participar.

Art. 8º Após a aprovação dos projetos, estes deverão ser readequados, se necessário, de acordo com os valores que serão repassados pelo FIA.

Curitiba, 06 de março de 2015.

Morgana Petris

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 626/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 626/2014

Contratado:MARTARELLO E CIA LTDA

CNPJ:82.940.396/0001-11

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 123/2014 Numero do Processo: 123/2014

Numero do Contrato ou aditivo: 626/2014

Fundamento Legal:

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECCÃO DE REFEIÇÕES TIPO BUFFET LIVRE PARA ALIMENTAÇÃO DO SERVIDORES

DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIA DE SAUDE PARA O ANO DE 2014, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 01/10/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:228,00

Forma de Pagamento:CONFORME PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 627/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 627/2014

Contratado:SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA ME
CNPJ:83.197.277/0001-83

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 294/2013 Numero do Processo: 294/2013

Numero do Contrato ou aditivo: 627/2014

Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 01/10/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:485,73

Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 628/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 628/2014

Contratado:COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ:05.758.684/0001-09

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 17/2014 Numero do Processo: 17/2014

Numero do Contrato ou aditivo: 628/2014

Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE COPOS DESCARTAVEIS PARA USO NAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO, MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE OBRAS, PLANEJAMENTO, ESPORTES, AEROPORTO MUNICIPAL, EDUCAÇÃO E 2ºBBM DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO

I DESTE EDITAL.

Vigência: 02/10/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:1.325,00

Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 629/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 629/2014

Contratado:AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

CNPJ:05.919.156/0001-94

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 294/2013 Numero do Processo: 294/2013

Numero do Contrato ou aditivo: 629/2014

Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO D GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE SAUDE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 02/10/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:598,20

Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 630/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 630/2014

Contratado:AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

CNPJ:05.919.156/0001-94

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 292/2013 Numero do Processo: 292/2013

Numero do Contrato ou aditivo: 630/2014

Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS; ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, ESPORTES, EDUCAÇÃO , AÇÃO SOCIAL, PLANEJAMENTO, PARA POLICIA MILITAR E PARA PROGRAMAS; CREAS, ABRIGO TEMPORARIO CASA DE PROTEÇÃO , PARA

DEPARTAMENTO DE HORTO FLORESTAL, CEMITERIO, LIMPEZA PÚBLICA, AEROPORTO, TERMINAL URBANO , PRAÇA CENTENARIO, RODOVIARIA, CADASTRO ÚNICO.

Vigência: 02/10/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:15,33

Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 631/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 631/2014

Contratado:DINÂMICA COM. DE SUP. P/INFORMATICA ESCR.LTDA ME

CNPJ:07.072.908/0001-50

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 292/2013 Numero do Processo: 292/2013

Numero do Contrato ou aditivo: 631/2014

Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS; ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, ESPORTES, EDUCAÇÃO , AÇÃO SOCIAL, PLANEJAMENTO, PARA POLICIA MILITAR E PARA PROGRAMAS; CREAS, ABRIGO TEMPORARIO CASA DE PROTEÇÃO , PARA DEPARTAMENTO DE HORTO FLORESTAL, CEMITERIO, LIMPEZA PÚBLICA, AEROPORTO, TERMINAL URBANO , PRAÇA CENTENARIO, RODOVIARIA, CADASTRO ÚNICO.

Vigência: 02/10/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:278,65

Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 632/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 632/2014

Contratado:MECANICA ATLAS LTDA

CNPJ:86.547.601/0001-34

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS

Numero da Licitação: 249/2013 Numero do Processo: 249/2013

Numero do Contrato ou aditivo: 632/2014

Fundamento Legal:

Objeto:DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E

SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DA VIATURA MERCEDES BENZ, MODELO ATEGO 1726, PLACAS MLW 7565 EM USO CO 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XVII DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Vigência: 02/10/2014 a 02 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:3.047,60

Forma de Pagamento:CONFORME PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 633/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 633/2014

Contratado:POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME

CNPJ:14.292.313/0001-75

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 64/2014 Numero do Processo: 64/2014

Numero do Contrato ou aditivo: 633/2014

Fundamento Legal:

Objeto:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS, PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DES.RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, DEPARTAMENTO DE CONSELHO TUTAL, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E RUBANISMO E CORPO DE BOMBEIROS DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Vigência: 03/10/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:796,00

Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 634/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 634/2014

Contratado:LB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA- ME

CNPJ:04.492.725/0001-03

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 191/2014 Numero do Processo: 191/2014

Numero do Contrato ou aditivo: 634/2014

Fundamento Legal:

Objeto:ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$2.740,54 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DOS ALAMBRADOS DO CAMPO DO BAIRRO SÃO JOSÉ E CAMPO DO BAIRRO BOM JESUS, CONFORME BOLETIM DE CONCORRENCIA REGISTRO 012-2014-03525, EM ANEXO.

Vigência: 07/10/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:2.740,54

Forma de Pagamento:À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 636/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 636/2014

Contratado:DINAMICA COM. SUPR PARA INFORMATICA LTDA ME

CNPJ:07.072.908/0001-50

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 301/2013 Numero do Processo: 301/2013

Numero do Contrato ou aditivo: 636/2014

Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER E SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Vigência: 08/10/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:51,00

Forma de Pagamento:À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 637/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 637/2014

Contratado:POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME

CNPJ:14.292.313/0001-75

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 180/2014 Numero do Processo: 180/2014

Numero do Contrato ou aditivo: 637/2014

Fundamento Legal:

Objeto:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRAFICOS DESTINADOS A ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E IMPRENSA, 2º BBM E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 08/10/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:435,00

Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 638/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 638/2014

Contratado:DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA.

CNPJ:85.349.579/0001-55

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 244/2014 Numero do Processo: 244/2014

Numero do Contrato ou aditivo: 638/2014

Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUNTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DO CAMINHÃO IVECO PLACAS MJS 3608 DE USO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 09/10/2014 a 09 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:552,60

Forma de Pagamento:À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 639/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 639/2014

Contratado:DA CAPITAL TOUR LOCAÇÃO LTDA ME

CNPJ:07.540.755/0001-28

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 193/2014 Numero do Processo: 193/2014

Numero do Contrato ou aditivo: 639/2014

Fundamento Legal:

Objeto:PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE DETENTOS DA PENITENCIARIA DE SÃO CRISTOVÃO DI SUL A CURITIBANOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBARS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CAPINA E REMOÇÃO E ENTULHO, DURANTE O ANO DE 2014, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 09/10/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:12.600,00

Forma de Pagamento:CONFORME PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 640/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 640/2014

Contratado:CONSTRUTORA MACIEL LTDA

CNPJ:05.533.384/0001-21

Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA

Numero da Licitação: 270/2013 Numero do Processo: 270/2013

Numero do Contrato ou aditivo: 640/2014

Fundamento Legal:

Objeto:CONTRATAÇÃO DE PÓRTICOS METÁLICOS DO TIPO TRELIÇAS E PILARES EM ESTRUTURA METALICA, E FLOREIRAS E BANCOS DO TIPO CONCRETO ARMADO, TIJOLOS MACIÇOS E MADEIRA, NA AVENIDA SALOMÃO CARNEIRO DE ALMEIDA, CONFORME MEMORANDO E MEORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Vigência: 10/10/2014 a 10 /11/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:0,00

Forma de Pagamento:

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 641/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 641/2014

Contratado:LB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME

CNPJ:04.492.725/0001-03

Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA

Numero da Licitação: 12/2014 Numero do Processo: 12/2014

Numero do Contrato ou aditivo: 641/2014

Fundamento Legal:

Objeto:PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE (CBUQ) DA RUA PAULO DE ASSIS MENDES; TIPO PAVIMENTAÇÃO, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Vigência: 10/10/2014 a 11 /11/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:0,00
Forma de Pagamento:

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 642/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 642/2014

Contratado:COMERCIO DE MAT DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OB
CNPJ:17.476.071/0001-68
Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA
Numero da Licitação: 132/2014 Numero do Processo: 132/2014
Numero do Contrato ou aditivo: 642/2014
Fundamento Legal:

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL NO BAIRRO GETULIO VARGAS, CONFORME MEMORANDO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Vigência: 10/10/2014 a 13 /11/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:0,00
Forma de Pagamento:

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 643/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 643/2014

Contratado:EONIX SUPRIMENTOS E INFOMATICA LTDA-ME
CNPJ:05.937.672/0001-41
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 301/2013 Numero do Processo: 301/2013
Numero do Contrato ou aditivo: 643/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER E SECRETARIA DE SAUDE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

Vigência: 13/10/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:

Numero do Empenho:
Valor:345,80
Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 644/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 644/2014

Contratado:CAPACHOS E CAPACHOS IMPORTAÇÃO E COMERCIO LTDA-ME
CNPJ:03.282.853/0001-51
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 215/2014 Numero do Processo: 215/2014
Numero do Contrato ou aditivo: 644/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE TAPETES TIPO CAPACHO PARA USO NAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, SECRETARIA DE SAUDE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, PROCON, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA E SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 13/10/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:720,00
Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 645/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 645/2014

Contratado:LB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-ME
CNPJ:04.492.725/0001-03
Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA
Numero da Licitação: 12/2014 Numero do Processo: 12/2014
Numero do Contrato ou aditivo: 645/2014
Fundamento Legal:

Objeto:ADITIVO DE SUPRESSÃO DE 4.965,00 PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA-CONCRETO TEUMINOSO A QUENTE (CBUQ) DA RUA PAULO DE ASSIS MENDES, TIPO PAVIMENTAÇÃO, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO, CONFORME JUSTIFICATIVA E PLANILHA DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO EM ANEXO.

Vigência: 13/10/2014 a 11 /11/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:

Numero do Empenho:
Valor:4.965,83
Forma de Pagamento:

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 646/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 646/2014

Contratado:DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA
CNPJ:06.099.082/0001-50
Modalidade: CONCORRÊNCIA P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA
Numero da Licitação: 51/2013 Numero do Processo: 51/2013
Numero do Contrato ou aditivo: 646/2014
Fundamento Legal:

Objeto:ADITIVO DE PRAZO DE 60 DIAS PARA A PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS E CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE (CBUQ) DA RUA ARTHUR LENSER, RUA WALDELIRIO C. SAMPAIO, RUA FREI GASPAR, RUA FREI JUSTINO GIRARDI, RUA CAPITÃO ANTÔNIO JOSE PEREIRA, RUA CARLOS GOETTEN E SERVIDÃO Nº 16, RUA SALOMÃO CARNEIRO DE ALEMEIDA, RUA PAULO DE ASSIS MENDES, E PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO DA RUA LEOPOLDO ARRUDA, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA CONFORME JUSTIFICATIVA E MEMORANDO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO EM ANEXO.

Vigência: 14/10/2014 a 14 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:0,00
Forma de Pagamento:

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 647/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 647/2014

Contratado:LB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-ME
CNPJ:04.492.725/0001-03
Modalidade: CONCORRÊNCIA P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA
Numero da Licitação: 51/2013 Numero do Processo: 51/2013
Numero do Contrato ou aditivo: 647/2014
Fundamento Legal:

Objeto:ADITIVO DE PRAZO DE 30 DIAS, PELO PERIODO DE 14/01/2014 A 14/11/2014, REFERENTE A PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, COMPREENDIDO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E CONCRETO BETUMINOSO QUENTE (CBUQ) DA RUA ARTHUR LENSER, RUA WALDELIRIO C. SAMPAIO, RUA FREI GASPAR, RUA FREI JUSTINO GIRARDI, RUA CAPITÃO ANTONIO JOSÉ PEREIRA, RUA CARLOS GOETTEN E SERVIDÃO Nº 16, RUA SALOMÃO CARNEIRO DE ALMEIDA, RUA PAULO DE ASSIS MENDES,

E PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO DA RUA LEOPOLDO ARRUDA.

Vigência: 14/10/2014 a 14 /11/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:0,00
Forma de Pagamento:

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 648/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 648/2014

Contratado:AUTO POSTO CIDADE DE CURITIBANOS LTDA
CNPJ:03.268.180/0001-85
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 52/2014 Numero do Processo: 52/2014
Numero do Contrato ou aditivo: 648/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUNTEÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ABRIL A DEZEMBRO DE 2014, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 14/10/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:17.768,00
Forma de Pagamento: CFME ABASTECIMENTO E NOTA FISCAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 649/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 649/2014

Contratado:DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA
CNPJ:83.349.579/0001-55
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 315/2013 Numero do Processo: 315/2013
Numero do Contrato ou aditivo: 649/2014
Fundamento Legal:

Objeto:PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MECÂNICA DOS VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, VICINAIS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E

HABITAÇÃO, SECERTARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, CORPO DE BOBEIRO MILITAR, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 14/10/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:576,00

Forma de Pagamento: CONFORME PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 650/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 650/2014

Contratado:NUBES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA ME

CNPJ:18.398.197/0001-24

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 245/2013 Numero do Processo: 245/2013

Numero do Contrato ou aditivo: 650/2014

Fundamento Legal:

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CADASTRO IMOBILIARIO, MONITORAMENTO DO CADASTRO IMOBILIARIO, GEOPROCESSAMENTO E SERVIÇOS COMPLEMENTARES, CONFORME TERMO DE REFERENCIA E ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 16/10/2014 a 16 /02/2015

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:180.000,00

Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 651/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 651/2014

Contratado:CONSBRITTA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

CNPJ:06.099.082/0001-50

Modalidade: CONCORRENCIA P/OBRAS E SERV. ENGENHARIA

Numero da Licitação: 250/2014 Numero do Processo: 250/2014

Numero do Contrato ou aditivo: 651/2014

Fundamento Legal:

Objeto:ADITAMENTO DE PRAZO, PELO PERIODO DE 17/10/2014 AQ 17/01/2015, REFERENTE A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E URBANIZAÇÃO DA AVENIDA LEOBERTO LEAL, CONFORME

CONVÊNIO FRIMADO ENTRE O MUNICIPIO DE CURITIBANOS E O MINISTÉRIO DAS CIDADES/PLANEJAMENTO URBANO Nº773433 CONTRATO N 0390837-49/2012, DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS CONDIÇÕES PREVISTAS NESSE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Vigência: 17/10/2014 a 17 /01/2015

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:0,00

Forma de Pagamento:

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 652/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 652/2014

Contratado:FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA - ME

CNPJ:07.753.029/0001-93

Modalidade: CONVITE P/COMPRAS E SERVIÇOS

Numero da Licitação: 153/2014 Numero do Processo: 153/2014

Numero do Contrato ou aditivo: 652/2014

Fundamento Legal:

Objeto:ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ DIA 17/12/2014 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LEVANTAMENTO PATRIMONIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, COMPREENDIDO DE EIDENTIFICAÇÃO, DESLOCAMENTO, DIGITAÇÃO, REGISTRO FOTOGRAFICO, REAVALIAÇÃO, ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS E TERMOS DE RESPONSABILIDADES, FORNECIMENTO DE PLANILHAS, CONFORME JUSTIFICATIVA E MEMORANDO EM ANEXO.

Vigência: 17/10/2014 a 17 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:0,00

Forma de Pagamento:

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 653/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 653/2014

Contratado:DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA

CNPJ:85.349.579/001-55

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 247/2014 Numero do Processo: 247/2014

Numero do Contrato ou aditivo: 653/2014

Fundamento Legal:

Objeto:PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO DAS VIATURAS VW/ FOX PLACA MLV 1902 E FIAT/PALIO WEEKEND MHZ 4743 DA PÓLÍCIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 20/10/2014 a 20 /11/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:4.633,00

Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 654/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 654/2014

Contratado:SUPERMERCADO COLORIDO LTDA ME

CNPJ:10.314.036/0001-01

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 248/2014 Numero do Processo: 248/2014

Numero do Contrato ou aditivo: 654/2014

Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE AGUA MINERAL PARA CONSUMO INTERNO DO 2º BATALHÃO DE BOMBEIRO MILITAR DE CURITIBANOS E DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 20/10/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:629,72

Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 655/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 655/2014

Contratado:JK PNEUS LTDA

CNPJ:78.653.946/0010-35

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 20/2014 Numero do Processo: 20/2014

Numero do Contrato ou aditivo: 655/2014

Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE PNEUS, PROTETORES,CÂMARAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM, VULCANIZAÇÃO, CÂMBIO,

CONCERTO DE PNEUS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E VICINAIS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2º BBM DE CURITIBANOS, POLÍCIA CIVIL E POLÍCIA MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 21/10/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:18,00

Forma de Pagamento: CONFORME PRESTAÇÃO SEVIÇO E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 657/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 657/2014

Contratado:COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA DE CAMPOS NOVOS

CNPJ:83.158.824/0027-50

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/COMPRAS E SERVIÇOS

Numero da Licitação: 255/2014 Numero do Processo: 255/2014

Numero do Contrato ou aditivo: 657/2014

Fundamento Legal:

Objeto:DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE ADUBOS PARA USO NO HORTO FLORESTAL, TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUVE PARTICIPANTES NO PREGÃO PRESENCIAL Nº250/2014, NA FORMA DO ARTIGO 24. INCISO V DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 22/10/2014 a 22 /10/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:429,00

Forma de Pagamento: CONFORME PRESTAÇÃO SEVIÇO E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 658/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 658/2014

Contratado:IONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA - ME

CNPJ:05.937.672/0001-41

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 301/2013 Numero do Processo: 301/2013

Numero do Contrato ou aditivo: 658/2014

Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS

ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER E SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 23/10/2014 a 23 /02/2015

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:335,40

Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 659/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 659/2014

Contratado:SC COPIAS LTDA

CNPJ:03.367.127/0002-12

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 152/2014 Numero do Processo: 152/2014

Numero do Contrato ou aditivo: 659/2014

Fundamento Legal:

Objeto:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÃO PARA DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E FUNREBOM, REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 2012 E 2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 23/10/2014 a 23 /02/2015

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:8.470,00

Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 660/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 660/2014

Contratado:SANDRI SERVIÇOS ELETRICOS LTDA

CNPJ:02.677.127/0001-75

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/COMPRAS E SERVIÇOS

Numero da Licitação: 258/2014 Numero do Processo: 258/2014

Numero do Contrato ou aditivo: 660/2014

Fundamento Legal:

Objeto:DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE POSTES ELETRICOS PARA REPOSIÇÃO NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES POU-SO DO TROPEIRO, TENDO EM VISTA OS DANOS CAUSADOS PELAS CHUVAS, CARACTERIZANDO O REGIME DE URGÊNCIA NA FORMA DO ARTIGO 24 INCISO IV DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Vigência: 23/10/2014 a 15 /11/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:5.007, 80

Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 661/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 661/2014

Contratado:AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

CNPJ:05.919.156/0001-94

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 294/2013 Numero do Processo: 294/2013

Numero do Contrato ou aditivo: 661/2014

Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER E SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 24/10/2014 a 24 /10/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:198,00

Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 662/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 662/2014

Contratado:AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

CNPJ:05.919.156/0001-94

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 294/2013 Numero do Processo: 294/2013

Numero do Contrato ou aditivo: 662/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUNTEÇÃO DAS SECRETARIAS: ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, MEIO AMBIENTE ESPORTES, EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL, PLANEJAMENTO, PARA POLICIA MILITAR E PARA PROGRAMAS: CRAS, ABRIGO TEMPORARIO, CASA DE PROTEÇÃO, PARA DEPARTAMENTOS: HORTO FLORESTAL, CEMITERIO, LIMPEZA PÚBLICA, AEROPORTO, TERMINAL URBANO, PRAÇA CENTENARIO, RODOVIARIA, CADASTRO ÚNICO.

Vigência: 24/10/2014 a 24 /10/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:13,92
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 663/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 663/2014

Contratado:SOUZA SELL COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA ME
CNPJ:15.312.500/0001-36
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 56/2014 Numero do Processo: 56/2014
Numero do Contrato ou aditivo: 663/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUNTEÇÃO DAS SECRETARIAS: ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, MEIO AMBIENTE ESPORTES, EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL, PLANEJAMENTO, PARA POLICIA MILITAR E PARA PROGRAMAS: CRAS, ABRIGO TEMPORARIO, CASA DE PROTEÇÃO, PARA DEPARTAMENTOS: HORTO FLORESTAL, CEMITERIO, LIMPEZA PÚBLICA, AEROPORTO, TERMINAL URBANO, PRAÇA CENTENARIO, RODOVIARIA, CADASTRO ÚNICO.

Vigência: 27/10/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:911,10
Forma de Pagamento: CONFORME SOLICITAÇÃO DEPTO COMPETENTE

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 664/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 664/2014
Contratado:SOUZA SELL COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA ME
CNPJ:15.312.500/0001-36
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 307/2014 Numero do Processo: 307/2014
Numero do Contrato ou aditivo: 664/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE BATERIAS PARA MANUNTEÇÃO DE VEÍCULOS DAS SECRETARIAS: PLANEJAMENTO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SAÚDE, PARA :HABITAÇÃO E AEROPORTO PARA:CORPO DE BOMBEIROS E CURITIBANOS.

Vigência: 27/10/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:525,00
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 665/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 665/2014

Contratado:CASA GLOBAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP
CNPJ:08.273.827/0001-80
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 242/2014 Numero do Processo: 242/2014
Numero do Contrato ou aditivo: 665/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE PLANQUES PARA USO NO CEMITÉRIO MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS, DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 27/10/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:8.247,80
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 666/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 666/2014

Contratado: ANDRADE, PASSINI COMERCIO DE MATERIAIS LTDA ME
CNPJ: 12.526.833/0001-70
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 251/2014 Número do Processo: 251/2014
Número do Contrato ou aditivo: 666/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE 04 CADEIRAS PARA USO NA SESSÃO DE TRANSITO DE COPOM, DA POLICIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 29/10/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor: 4.880,00
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 667/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 667/2014

Contratado: WL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
CNPJ: 11.924.928/0001-89
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 252/2014 Número do Processo: 252/2014
Número do Contrato ou aditivo: 667/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE COTURNOS TÁTICOS, UTILIZADOS PELOS POLICIAIS MILITARES, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 29/10/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor: 2.933,50
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 668/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 668/2014

Contratado: AUTO POSTO CIDADE DE CURITIBANOS LTDA
CNPJ: 03.156.977/0001-67
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 52/2014 Número do Processo: 52/2014
Número do Contrato ou aditivo: 668/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE OLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ABRIL A DEZEMBRO DE 2014, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 30/10/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor: 6.177,50
Forma de Pagamento: CFE ABASTECIMENTO E NOTA FISCAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 669/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 669/2014

Contratado: GERHARDT E PELEGRINI LTDA
CNPJ: 82.156.977/0001-67
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 87/2014 Número do Processo: 87/2014
Número do Contrato ou aditivo: 669/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE FILTROS E ÓLEOS LUBRIFICANTES PARA USO NOS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E VICINAIS, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, 2º BATALHÃO DE BOMBEIRO MILITAR E PÓLÍCIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 30/10/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor: 464,70
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 670/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 670/2014

Contratado: FERREIRA E SERAFINI AUTO ELÉTRICA LTDA
CNPJ: 08.887.723/0001-66
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 315/2013 Número do Processo: 315/2013
Número do Contrato ou aditivo: 670/2014
Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MECÂNICA DOS VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, VICINAIS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, POLÍCIA CIVIL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 30/10/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor: 2.000,00
Forma de Pagamento: CFE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 671/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 671/2014

Contratado: GERHARDT E PELEGRINI LTDA
CNPJ: 82.156.977/0001-67
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 297/2013 Número do Processo: 297/2013
Número do Contrato ou aditivo: 671/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO DE SAÚDE, FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 30/10/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor: 2.699,00
Forma de Pagamento: CFE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 672/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 672/2014

Contratado: GERHARDT E PELEGRINI LTDA
CNPJ: 82.156.977/0001-67
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 297/2013 Número do Processo: 297/2013
Número do Contrato ou aditivo: 672/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO DE SAÚDE, FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 30/10/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor: 1.149,50
Forma de Pagamento: CONFORME ABASTECIMENTO E NOTA FISCAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 673/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 673/2014

Contratado: PRÓ-CÓPIA TECNOLOGIA EM IMPRESSÕES LTDA ME
CNPJ: 08.016.943/0002-03
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 314/2013 Número do Processo: 314/2013
Número do Contrato ou aditivo: 673/2014
Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS PARA UTILIZAÇÃO NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E SECRETARIA DE ESPORTES, AÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 30/10/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor: 4.250,00
Forma de Pagamento: CFE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 674/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 674/2014

Contratado: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ: 05.919.156/0001-94
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 292/2013 Número do Processo: 292/2013
Número do Contrato ou aditivo: 674/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS, ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, ESPORTE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL, PLANEJAMENTO, PARA POLÍCIA MILITAR E PARA PROGRAMAS; CRIAS, ABRIGO TEMPORÁRIO, CASA DE PROTEÇÃO, PARA DEPARTAMENTOS; HORTO FLORESTAL, CEMITÉRIO, LIMPEZA PÚBLICA, AEROPORTO, TERMINAL URBANO, PRAÇA CENTENÁRIO, RODOVIÁRIA, CADASTRO ÚNICO.

Vigência: 30/10/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 1.914,55
Forma de Pagamento: CFE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 675/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 675/2014

Contratado: CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME
CNPJ: 04.195.853/0001-87
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 292/2013 Número do Processo: 292/2013
Número do Contrato ou aditivo: 675/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS, ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, ESPORTE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL, PLANEJAMENTO, PARA POLÍCIA MILITAR E PARA PROGRAMAS; CRIAS, ABRIGO TEMPORÁRIO, CASA DE PROTEÇÃO, PARA DEPARTAMENTOS; HORTO FLORESTAL, CEMITÉRIO, LIMPEZA PÚBLICA, AEROPORTO, TERMINAL URBANO, PRAÇA CENTENÁRIO, RODOVIÁRIA, CADASTRO ÚNICO.

Vigência: 30/10/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:

Valor: 9,60
Forma de Pagamento: CFE ENTREGA E NOTA FISCAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 676/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 676/2014

Contratado: COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ: 05.758.684/0001-09
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 292/2013 Número do Processo: 292/2013
Número do Contrato ou aditivo: 676/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS, ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, ESPORTE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL, PLANEJAMENTO, PARA POLÍCIA MILITAR E PARA PROGRAMAS; CRIAS, ABRIGO TEMPORÁRIO, CASA DE PROTEÇÃO, PARA DEPARTAMENTOS; HORTO FLORESTAL, CEMITÉRIO, LIMPEZA PÚBLICA, AEROPORTO, TERMINAL URBANO, PRAÇA CENTENÁRIO, RODOVIÁRIA, CADASTRO ÚNICO.

Vigência: 03/11/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 210,15
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 677/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 677/2014

Contratado: DINAMICA COM. DE SUP.P/INFORMATICA ESCR. LTDA ME
CNPJ: 07.072.908/0001-50
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 292/2013 Número do Processo: 292/2013
Número do Contrato ou aditivo: 677/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS, ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, ESPORTE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL, PLANEJAMENTO, PARA POLÍCIA MILITAR E PARA PROGRAMAS; CRIAS, ABRIGO TEMPORÁRIO, CASA DE PROTEÇÃO, PARA DEPARTAMENTOS; HORTO FLORESTAL, CEMITÉRIO, LIMPEZA PÚBLICA, AEROPORTO, TERMINAL URBANO, PRAÇA CENTENÁRIO, RODOVIÁRIA, CADASTRO ÚNICO.

Vigência: 03/11/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:315,45
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 678/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 678/2014

Contratado:INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA-CAÇADOR
CNPJ:83.054.924/0001-06
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 292/2013 Numero do Processo: 292/2013
Numero do Contrato ou aditivo: 678/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS, ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, ESPORTE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL, PLANEJAMENTO, PARA POLICIA MILITAR E PARA PROGRAMAS; CREAS, ABRIGO TEMPORARIO, CASA DE PROTEÇÃO, PARA DEPARTAMENTOS ; HORTO FLORESTAL, CEMITÉRIO, LIMPEZA PÚBLICA, AEROPORTO, TERMINAL URBANO, PRAÇA CENTENARIO, RODOVIARIA, CADASTRO ÚNICO.

Vigência: 03/11/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:9.101,15
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 679/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 679/2014

Contratado:JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME
CNPJ:13.965.228/0001-68
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 292/2013 Numero do Processo: 292/2013
Numero do Contrato ou aditivo: 679/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS, ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, ESPORTE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL, PLANEJAMENTO, PARA POLICIA MILITAR E PARA PROGRAMAS; CREAS, ABRIGO TEMPORARIO, CASA DE PROTEÇÃO, PARA

DEPARTAMENTOS ; HORTO FLORESTAL, CEMITÉRIO, LIMPEZA PÚBLICA, AEROPORTO, TERMINAL URBANO, PRAÇA CENTENARIO, RODOVIARIA, CADASTRO ÚNICO.

Vigência: 03/11/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:15,00
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 680/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 680/2014

Contratado:NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME
CNPJ:07.814.016/0001-87
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 292/2013 Numero do Processo: 292/2013
Numero do Contrato ou aditivo: 680/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS, ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, ESPORTE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL, PLANEJAMENTO, PARA POLICIA MILITAR E PARA PROGRAMAS; CREAS, ABRIGO TEMPORARIO, CASA DE PROTEÇÃO, PARA DEPARTAMENTOS ; HORTO FLORESTAL, CEMITÉRIO, LIMPEZA PÚBLICA, AEROPORTO, TERMINAL URBANO, PRAÇA CENTENARIO, RODOVIARIA, CADASTRO ÚNICO.

Vigência: 03/11/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:76,00
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 681/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 681/2014

Contratado:PKB PRODUTOS QUIMICOS LTDA EPP
CNPJ:01.648.513/0001-76
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 292/2013 Numero do Processo: 292/2013
Numero do Contrato ou aditivo: 681/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS, ADMINISTRAÇÃO, OBRAS,

MEIO AMBIENTE, ESPORTE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL, PLANEJAMENTO, PARA POLICIA MILITAR E PARA PROGRAMAS; CREAS, ABRIGO TEMPORARIO, CASA DE PROTEÇÃO, PARA DEPARTAMENTOS ; HORTO FLORESTAL, CEMITÉRIO, LIMPEZA PÚBLICA, AEROPORTO, TERMINAL URBANO, PRAÇA CENTENARIO, RODOVIARIA, CADASTRO ÚNICO.

Vigência: 03/11/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:29,20

Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 682/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 682/2014

Contratado:DINAMICA COM. SUPR PARA INFORMATICA LTDA ME
CNPJ:07.072.908/001-50

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 301/2013 Numero do Processo: 301/2013

Numero do Contrato ou aditivo: 682/2014

Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS, ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, ESPORTE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL, PLANEJAMENTO, PARA POLICIA MILITAR E PARA PROGRAMAS; CREAS, ABRIGO TEMPORARIO, CASA DE PROTEÇÃO, PARA DEPARTAMENTOS ; HORTO FLORESTAL, CEMITÉRIO, LIMPEZA PÚBLICA, AEROPORTO, TERMINAL URBANO, PRAÇA CENTENARIO, RODOVIARIA, CADASTRO ÚNICO.

Vigência: 03/11/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:43,80

Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 683/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 683/2014

Contratado:NET-DONIL INFORMATICA E MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA

CNPJ:10.349.258/0001-51

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 183/2014 Numero do Processo: 183/2014

Numero do Contrato ou aditivo: 683/2014

Fundamento Legal:

Objeto:ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$318,26 REFERENTE A INSTALAÇÃO DE CÂMERAS E DEMAIS MATERIAIS PARA VIGILANCIA ELETRONICA DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA, TENDO EM VISTA FALHAS APRESENTADAS NO PROJETO.

Vigência: 03/11/2014 a 07 /08/2015

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:318,26

Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 684/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 684/2014

Contratado:CASA GLOBAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP

CNPJ:08.273.827/0001-80

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 254/2014 Numero do Processo: 254/2014

Numero do Contrato ou aditivo: 684/2014

Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA DA PONTE DO BAIRRO SÃO FRANCISCO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 04/11/2014 a 04 /01/2015

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:19.935,51

Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 685/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 685/2014

Contratado:COMERCIO E TRANSPORTES MASONDA LTDA

CNPJ:73.382.111/0001-83

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS

Numero da Licitação: 271/2014 Numero do Processo: 271/2014

Numero do Contrato ou aditivo: 685/2014

Fundamento Legal:

Objeto:DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MADEIRAS PARA A CONSTRUÇÃO DA PONTE NO BAIRRO SÃO FRANCISCO, TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUCHE PARTICIPANTES NO PREÇO 254/2014, NA FORMA DO ARTIGO 24,INCISO V DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO

Vigência: 05/11/2014 a 05 /01/2015

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:1.456,00

Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 686/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 686/2014

Contratado:JOSÉ CARLOS ROSA DA SILVA, 81423179900

CNPJ:18.530.749/0001-06

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS

Numero da Licitação: 34/2014 Numero do Processo: 34/2014

Numero do Contrato ou aditivo: 686/2014

Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E CAMINHOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO DE SAÚDE, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL, DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 05/11/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:10.796,00

Forma de Pagamento: CONFORME ABASTECIMENTO E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 687/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 687/2014

Contratado:GERHARDT E PELEGRINI LTDA

CNPJ:82.156.977/0001-67

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 297/2013 Numero do Processo: 297/2013

Numero do Contrato ou aditivo: 687/2014

Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E CAMINHOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO DE SAÚDE, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL, DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 05/11/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:10.796,00

Forma de Pagamento: CONFORME ABASTECIMENTO E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 688/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 688/2014

Contratado:GERHARDT E PELEGRINI LTDA

CNPJ:82.156.977/0001-67

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 297/2013 Numero do Processo: 297/2013

Numero do Contrato ou aditivo: 688/2014

Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E CAMINHOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO DE SAÚDE, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL, DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 05/11/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:9.196,00

Forma de Pagamento: CONFORME ABASTECIMENTO E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 689/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 689/2014

Contratado:CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

CNPJ:06.099.082/0001-50

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 162/2014 Numero do Processo: 162/2014

Numero do Contrato ou aditivo: 689/2014

Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM

E ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO DE SAÚDE, FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 06/11/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:100,032,00

Forma de Pagamento: CONFORME SOLICITAÇÃO DEPARTAMENTO COMPETENTE

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 690/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 690/2014

Contratado:SOUSA SELL COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME

CNPJ:15.312.5000/0001-36

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 307/2013 Numero do Processo: 307/2013

Numero do Contrato ou aditivo: 686/2014

Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE BATERIAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DAS SECRETARIAS; PLANEJAMENTO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SAÚDE PARA HABITAÇÃO E AEROPORTO PARA ; CORPO DE BOMBEIROS DE CURITIBANOS.

Vigência: 07/11/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:31.558,00

Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 691/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 691/2014

Contratado:DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA

CNPJ:85.349.579/0001-55

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 307/2013 Numero do Processo: 307/2013

Numero do Contrato ou aditivo: 691/2014

Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE BATERIAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DAS SECRETARIAS; PLANEJAMENTO, MEIO AMBIENTE E

DESENVOLVIMENTO RURAL, SAÚDE PARA HABITAÇÃO E AEROPORTO PARA ; CORPO DE BOMBEIROS DE CURITIBANOS.

Vigência: 07/11/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:27.588,00

Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 693/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 693/2014

Contratado:AUTO POSTO CIDADE DE CURITIBANOS LTDA.

CNPJ:03.268.180/0001-85

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 52/2014 Numero do Processo: 52/2014

Numero do Contrato ou aditivo: 693/2014

Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ABRIL A DEZEMBRO DE 2014,CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 10/11/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:14.826,00

Forma de Pagamento: CONFORME ABASTECIMENTO E NOTA FISCAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 694/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 694/2014

Contratado:T.O.S OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

CNPJ:72.332.778/0001-09

Modalidade: CONCORRENCIAL/COMPRAS E SERVIÇOS

Numero da Licitação: 205/2013 Numero do Processo: 205/2013

Numero do Contrato ou aditivo: 694/2014

Fundamento Legal:

Objeto:ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$4.698,98, REFERENTE AO REAJUSTE DE 3,2153% DO IGP-DI PARA EXECUÇÃO INDIRETA DOS SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMPACTÍVEIS E GERADOS DENTRO DOS

LIMITES DO PERIMETRO URBANO DE CURITIBANOS, CEM COMO SEU DEPÓSITO NO ATERRO SANITÁRIO DESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Vigência: 10/11/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:4.698,98

Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 695/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 695/2014

Contratado:BETHA SISTEMAS LTDA

CNPJ:00.456.865/0001-67

Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/COMPRAS E SERVIÇOS

Numero da Licitação: 69/2011 Numero do Processo: 69/2011

Numero do Contrato ou aditivo: 695/2014

Fundamento Legal:

Objeto:TERMO ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$30,64 TENDO EM VISTA O REAJUSTE DO INDICE IGP-M NO PERCENTUAL DE 2.946% DO ALU.SIST. FLY PONTUAL, PELO PERIODO DE 2 MESES.

Vigência: 10/11/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:30,64

Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 697/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 697/2014

Contratado:LB COMERCIO DE SERVIÇOS LTDA-ME

CNPJ:04.042.275/0001-03

Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/OBRAS E SERV. ENGENHARIA

Numero da Licitação: 12/2014 Numero do Processo: 12/2014

Numero do Contrato ou aditivo: 697/2014

Fundamento Legal:

Objeto:ADITIVO DE PRAZO PELO PERIODO DE 11/11/2014 A 11/12/14, REFERENTE A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA-CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE (CBQU) DA RUA PAULO DE ASSIS MENDES, TIPO PAVIMENTAÇÃO, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Vigência: 11/11/2014 a 11 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:0,00

Forma de Pagamento:

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 698/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 698/2014

Contratado:SORDI PEÇAS E SERVIÇOS DIESEL LTDA

CNPJ:83.039.115/00001-17

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 259/2011 Numero do Processo: 259/2011

Numero do Contrato ou aditivo: 698/2014

Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MATERIAIS PARA CONserto DO ROLO COMPACTADOR CH44 DE USO NA SECRETARIA DE OBRAS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 11/11/2014 a 11 /01/2015

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:6.748,78

Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 699/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 699/2014

Contratado:DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA.

CNPJ:85.349.579/0001-55

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 307/2013 Numero do Processo: 307/2013

Numero do Contrato ou aditivo: 699/2014

Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE BATERIAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DAS SECRETARIAS:PLANEJAMENTO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SAÚDE, PARA HABITAÇÃO E AEROPORTO PARA CORPO DE BOMBEIROS DE CURITIBANOS.

Vigência: 12/11/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:623,00

Forma de Pagamento: À VISTA

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

EDITAL CMDCA 002/2015 ELEIÇÕES CONSELHO TUTELAR 2016/2020

Edital CMDCA nº 002/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de DIONÍSIO CERQUEIRA/SC.

O (A) PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada no dia 04.03.2015 às 13 h e 30 e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e Lei Municipal 4245/2013, alterada pela Lei Municipal 4.410/2015, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Dionísio Cerqueira, estado de Santa Catarina e dá outras providências.

O Conselho Tutelar é o órgão municipal de defesa dos direitos da criança e do adolescente, conforme previsto na Lei nº 8.069/1990.

1. Do Cargo e das Vagas:

1.1. A função é de Conselheiro Tutelar (atribuições contidas neste edital como anexo V), estando abertas cinco vagas para Conselheiros Titulares e para os demais vagas de suplente.

1.2. Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

1.3. Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

1.4. O Conselheiro Tutelar que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

2. Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato:

2.1. Os Conselheiros Tutelares, no exercício de suas funções receberão subsídio mensal de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais) vedada à remuneração dos sobreavisos feitos além da carga horária.

2.1.1. O subsídio dos Conselheiros Tutelares será alterado na mesma proporção e na mesma data em que houver a revisão geral da remuneração dos servidores públicos da administração direta do Município de Dionísio Cerqueira/SC.

2.2. Ficam garantidos aos Conselheiros Tutelares os direitos:

I - cobertura previdenciária;

II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III - licença-maternidade;

IV - licença-paternidade;

V - gratificação natalina.

2.3. O servidor público que vier a exercer o mandato de Conselheiro Tutelar se licenciará do cargo efetivo, sem remuneração deste, recebendo portanto, remuneração igual aos demais conselheiros.

2.3.1. Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.4. A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.5. A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.6. O Conselho Tutelar estará aberto ao público, de segunda a

sexta-feira, das 7 h e 30 às 11 h e 30hs e das 13 h e 30 às 17 h e 30 em horário comercial, e nos outros dias e horários em forma de sobreaviso.

2.6.1. Sobreaviso noturno das 17 h e 30 às 7 h e 30 do dia seguinte.

2.6.2. Sobreaviso de finais de semana (sábado e domingo) e feriados 24 horas;

2.6.3. Para os sobreavisos noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala interna, também nos termos do respectivo regimento interno.

3. Do Processo de Escolha

3.1. Das Inscrições

3.1.1. O registro das candidaturas a Conselheiro Tutelar será feito no período 06.04.2015 a 03.06.2015, em dias úteis, no horário das 8 h as 11 h e 30 e das 13 h e 30 as 17 h na Secretaria Municipal de Assistência Social, Av. Prefeito Adelino Mangini, 480 - Centro, Dionísio Cerqueira - SC.

3.1.2. Somente poderão concorrer aos cargos os candidatos que preencherem os seguintes requisitos:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - residir no município há no mínimo 02 anos;

IV - formação de nível médio;

V - conhecimento de informática básica devidamente comprovada;

VI - participação obrigatória em fórum de capacitação para candidatos ao Conselho Tutelar, com a apresentação de certificado de participação.

VII - aprovação em prova escrita de caráter eliminatório, sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e demais temáticas inerentes a função de Conselheiro Tutelar;

VIII - apresentar experiência na área de atendimento ou defesa dos direitos da criança e do adolescente de no mínimo 01 (um) ano;

IX - estar no gozo dos direitos políticos;

X - Não será permitido, a inscrição de candidatos que não tenham a residência em de Dionísio Cerqueira.

3.1.3. No ato da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

I - certidão de nascimento ou casamento (original e cópia);

II - certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual e Federal;

III - comprovante de residência em nome próprio (conta de luz, água ou telefone fixo), ou em caso de não possuir, declaração de moradia no município de Dionísio Cerqueira, assinada pelo candidato e reconhecida em cartório;

IV - certificado ou comprovante oficial de conclusão do ensino médio (original e cópia);

V - certidão de quitação eleitoral, que poderá ser impresso através do site www.tse.jus.br;

VI - declaração de entidade pública ou privada, que comprove experiência na área de atendimento ou defesa dos direitos da criança e do adolescente de no mínimo 01 (um) ano.

VII - se servidor público municipal, deverá apresentar comprovante, através de documento expedido pela pasta onde está lotado, da possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

VIII - requerimento solicitando a inscrição no processo de escolha, assinado pelo candidato, acompanhado da documentação acima requerida. (Modelo disponível no local da inscrição).

3.1.4. Na hipótese de inscrição por procuração, deverá ser apresentado, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.5. O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos

os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

4. Dos Impedimentos:

4.1. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

4.2. A união estável está equiparada ao casamento para fins de impedimento de que trata o item 4.1.

4.3. Também está impedida a autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca estadual ou do Distrito Federal.

4.4. No caso de dois candidatos com vínculos de parentesco nas condições especificadas no item deste edital eleger-se, será empossado o que tiver o maior número de votos, sendo o outro automaticamente eliminado, mesmo que fiquem entre os 5 primeiros colocados.

4.5. Os atuais membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a partir da sua inscrição nos termos deste Edital, devem afastar-se das funções inerentes a atual representação até o resultado final do processo de escolha.

5. DO PROCESSO DE ESCOLHA:

5.1. Da Formação Prévia:

5.1.1. O candidato inscrito deverá ter participação obrigatória em Fórum de Capacitação para candidatos ao Conselho Tutelar, com carga horária de 08 horas, com a apresentação de certificado de participação, sob a responsabilidade do CMDCA local, o qual será realizado no dia 11.07.2015, das 8 h às 12 h e 13 h às 17 h, tendo como local o Departamento De Políticas Públicas para Mulheres, Rua Dom Pedro II, 567 - Centro - Dionísio Cerqueira - SC.

5.2. Da prova:

5.2.1. O candidato deverá ser aprovado em prova escrita de caráter eliminatório, sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e demais temáticas inerentes a função de Conselheiro Tutelar;

5.2.2. A prova de conhecimentos terá 20 questões objetivas, valendo 0,5 cada questão, aplicada pela empresa VIVER Desenvolvimento Profissional Ltda, contratada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Dionísio Cerqueira SC, a realizar-se no dia 18.07.2015, das 8 h às 12 h, tendo como local a Escola Municipal Castro Alves, Av. Prefeito Adelino Mangini, 410 - Centro.

5.2.3. O candidato deverá obter nota 5,0 para ser aprovado.

5.2.4. O candidato deverá estar no local das provas com 30 minutos de antecedência, portando carteira de identidade, comprovante de inscrição e caneta esferográfica preta ou azul.

5.2.5. Os candidatos terão 05 (cinco) dias úteis para apresentar recursos para a revisão das questões das provas, depois de divulgado o resultado final.

5.3. Da Publicação das Candidaturas:

5.3.1. A relação de candidatos com as inscrições deferidas, será publicada no dia 08.06.2015, no Site da Prefeitura Municipal, www.dionisiocerqueira.sc.gov.br, Mural Público da Prefeitura Municipal, Mural da Secretaria Municipal de Assistência Social e Mural do Fórum da Comarca de Dionísio Cerqueira.

5.3.2. Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 15 a 19.06.2015, no horário de 8 h às 11 h e 30 e das 13 h e 30 às 17 h na Secretaria Municipal de Assistência Social, Av. Prefeito Adelino Mangini, 480 - Centro, Dionísio Cerqueira - SC.

5.3.3. O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 29.06.2015 a 03.07.2015, no horário de

atendimento ao público, das 8 as 11 e 30 e das 13 e 30 as 16 e 30 na Secretaria Municipal de Assistência Social, Av. Prefeito Adelino Mangini, 480 - Centro, Dionísio Cerqueira - SC.

5.3.4. A comissão especial terá o período de um dia para apresentar resposta quanto às impugnações, sendo até o dia 06.07.2015 às 16 horas.

5.3.5. O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 06.07.2015, no Site da Prefeitura Municipal, www.dionisiocerqueira.sc.gov.br, Mural Público da Prefeitura Municipal, Mural da Secretaria Municipal de Assistência Social e Mural do Fórum da Comarca de Dionísio Cerqueira.

5.3.6. Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitando a data do pleito unificado (04/10/2015).

5.4. Da Propaganda Eleitoral

5.4.1. Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

5.4.2. No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

5.4.3. A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

5.4.4. Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

5.4.5. Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

5.4.6. Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

5.4.7. Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

5.4.8. Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

5.4.9. É vedada aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Será permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

5.4.10. É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

5.4.11. Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

5.4.12. Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

5.4.13. O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Especial e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.4.14. É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

5.4.15. É vedado, aos atuais Conselheiros Tutelares e servidores

públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

5.5. Da Eleição:

5.5.1. A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015 nos seguintes locais e horários:

5.5.1.1. Centro de Convivência de Idosos Nair dos Passos, Av. Prefeito Adelino Mangini - Centro - ao lado da Secretaria Municipal de Assistência Social - das 08 h às 16 h.

5.5.1.2. Escola Municipal Jacob Maran, Rua D, s/n - Bairro Cohab - das 8 h às 16 h.

5.5.1.3. Escola Municipal Luiz Savoldi, Rua Vereador Argemiro Augusto Pereira, s/n, Bairro Três Fronteiras, das 8 h às 16 h.

5.5.1.4. No Salão Comunitário dos Distritos de Idamar, São Pedro Tobias e Jorge Lacerda, das 8 h e 30 às 12 h e 30.

5.5.2. A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

5.5.3. No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

5.5.4. O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade ou outro documento equivalente a esta, com foto.

5.5.5. Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

5.5.6. A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

5.5.7. A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e/ou por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

5.5.8. O eleitor votará uma única vez em uma única candidatura na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

5.5.9. Do Voto

5.5.9.1. Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

5.5.9.2. Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município, a partir dos 16 anos, até três meses antes da eleição.

5.5.9.3. O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

5.5.9.4. O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

5.5.10. Da Cédula Oficial

5.5.10.1. A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

5.5.10.2. Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

5.5.10.3. O número do candidato será por sorteio em reunião própria entre a comissão especial e os candidatos.

5.5.10.4. Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

5.5.11. Das Mesas Receptoras

5.5.11.1. Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

5.5.11.2. Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

5.5.11.3. O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

5.5.11.4. O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

5.5.11.5. Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

5.5.11.6. A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, será entregue à Comissão Eleitoral.

5.5.12. Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:

I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

5.5.13. Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

5.5.14. Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

5.6. Da Apuração

5.6.1. A apuração dar-se-á no Centro de Convivência de Idosos Nair dos Passos, Av. Prefeito Adelino Mangini - Centro - ao lado da Secretaria Municipal de Assistência Social logo após o término da votação, mediante a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Especial.

5.6.2. As urnas dos demais locais de votação serão levadas ao centro de idosos, devidamente lacradas e serão abertas somente no horário previsto para a apuração.

5.6.3. Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

5.6.4. Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

5.6.5. Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

5.6.6. Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares e os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

5.6.7. No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato de maior idade.

6. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

6.1. O resultado da eleição será publicado no dia 05.10.2015, em edital afixado Site da Prefeitura Municipal, www.dionisiocerqueira.sc.gov.br, Mural Público da Prefeitura Municipal, Mural da Secretaria Municipal de Assistência Social e Mural do Fórum da Comarca de Dionísio Cerqueira, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

6.2. Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

6.3. A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

6.3.1. Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que

houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

6.3.2. Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

7. Da Capacitação:

7.1. Os candidatos eleitos, titulares ou suplentes, serão convocados para a formação em data a ser definida posteriormente.

7.2. Os conselheiros de direitos da criança e do adolescente e outros profissionais das políticas públicas interessados em participar, serão convidados.

8. Disposições Finais

8.1. As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 1282/13, sem prejuízo das demais leis afetas, especialmente a lei 8069/90 (anexo V deste edital).

8.2. O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

8.3. A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

8.4. As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

8.5. Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

8.6. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

8.7. É responsabilidade de o candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

8.8. O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

8.9. O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

8.10. Fica eleito o Foro da Comarca de DIONÍSIO CERQUEIRA, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Dionísio Cerqueira, SC, 02 de abril de 2015.

JULIANO IZIDORO VELHO
PRESIDENTE DO CMDCA

ANEXO I

Do calendário:

Fica estabelecido o calendário oficial com os prazos para realização do processo de escolha, sendo:

DATA	ATIVIDADE	LOCAL	HORÁRIO
02.04.2015	Publicação do edital 002/2015	Site da Prefeitura Municipal, www.dionisiocerqueira.sc.gov.br , Mural Público da Prefeitura Municipal, Mural da Secretaria Municipal de assistência Social e Mural do Fórum da Comarca de Dionísio Cerqueira.	8 h
06.04.2015 a 03.06.2015	Inscrições e entrega de documentos dos candidatos.	Secretaria Municipal de Assistência Social, Av. Prefeito Adelino Mangini, 480 – Centro, Dionísio Cerqueira – SC	Das 8 h às 11 h e 30 e das 13 h e 30 às 17 h
08.06.2015	Análise das inscrições pela Comissão Especial	Secretaria Municipal de Assistência Social, Av. Prefeito Adelino Mangini, 480, Centro, Dionísio Cerqueira – SC	9 h
08.06.2015	Divulgação das inscrições pré-deferidas	Site da Prefeitura Municipal, www.dionisiocerqueira.sc.gov.br , Mural Público da Prefeitura Municipal, Mural da Secretaria Municipal de assistência Social e Mural do Fórum da Comarca de Dionísio Cerqueira.	16 h
15 a 19.06.2015	Prazo para impugnação de candidaturas	Secretaria Municipal de Assistência Social, Av. Prefeito Adelino Mangini, 480 – Centro, Dionísio Cerqueira – SC.	8 h às 11 h e 30 e 13 h e 30 às 17 h
22 a 26.06.2015	Notificação dos candidatos impugnados para defesa	Endereços fornecidos pelos candidatos	8 h às 11 h e 30 e 13 h e 30 às 17 h
29 e 30.06.2015 a 03.07.2015	Apresentação da defesa pelo candidato impugnado	Secretaria Municipal de Assistência Social, Av. Prefeito Adelino Mangini, 480 – Centro, Dionísio Cerqueira – SC.	8 h às 11 h e 30 e 13 h e 30 às 17 h
06.07.2015	Análise dos pedidos de impugnação e defesas pela comissão especial	Secretaria Municipal de Assistência Social, Av. Prefeito Adelino Mangini, 480, Centro, Dionísio Cerqueira – SC	9 h

06.07.2015	Divulgação das inscrições deferidas, aptas a participar da capacitação prévia e das provas de conhecimento.	Site da Prefeitura Municipal, www.dionisiocerqueira.sc.gov.br , Mural Público da Prefeitura Municipal, Mural da Secretaria Municipal de assistência Social e Mural do Fórum da Comarca de Dionísio Cerqueira.	14 h
11.07.2015	Formação Prévia de 8 horas	Departamento De Políticas Públicas para Mulheres, Rua Dom Pedro II, 567 – Centro – Dionísio Cerqueira – SC	8 h às 12 h e 13 h às 17 h
18.07.2015	Prova escrita de caráter eliminatório, sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e demais temáticas inerentes a função de Conselheiro Tutelar	Escola Municipal Castro Alves, Av. Prefeito Adelino Mangini, 410 – Centro	8 h às 12 h
18.07.2015	Divulgação do gabarito da prova de conhecimento	Site da Prefeitura Municipal (www.dionisiocerqueira.sc.gov.br), Mural Público da Prefeitura Municipal, Mural da Secretaria Municipal de assistência Social e Mural do Fórum da Comarca de Dionísio Cerqueira.	16 h
Até 24.07.2015	Divulgação da relação dos aprovados na prova de conhecimentos	Site da Prefeitura Municipal, www.dionisiocerqueira.sc.gov.br , Mural Público da Prefeitura Municipal, Mural da Secretaria Municipal de assistência Social e Mural do Fórum da Comarca de Dionísio Cerqueira.	9 h
27 a 31.07.2015	Prazo para apresentação de recurso solicitando revisão das provas.	Secretaria Municipal de Assistência Social, Av. Prefeito Adelino Mangini, 480 – Centro, Dionísio Cerqueira – SC	8 h às 11 h e 30 e 13 h e 30 às 16 h e 30
03.08.2015	Análise pela Comissão Especial, dos recursos apresentados	Secretaria Municipal de Assistência Social, Av. Prefeito Adelino Mangini, 480, Centro, Dionísio Cerqueira – SC	9 h
03.08.2015	Divulgação das inscrições homologadas, aptas ao processo de escolha.	Site da Prefeitura Municipal www.dionisiocerqueira.sc.gov.br , Mural Público da Prefeitura Municipal, Mural da Secretaria Municipal de assistência Social e Mural do Fórum da Comarca de Dionísio Cerqueira.	14 h

A definir	Reunião da comissão especial, com candidatos e representante da VIVER Desenvolvimento Profissional Ltda., para repasse de orientações a fim de dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos e sorteio dos nomes para a cédula de votação.	Departamento De Políticas Públicas para Mulheres, Rua Dom Pedro II, 567 – Centro – Dionísio Cerqueira – SC	Á definir
04.10.2015	Processo de escolha (votação)	<p>- Centro de Convivência de Idosos Nair dos Passos, Av. Prefeito Adelino Mangini – Centro – ao lado da Secretaria Municipal de Assistência Social – das 08 h às 16 h.</p> <p>- Escola Municipal Jacob Maran, Rua D, s/n – Bairro Cohab - das 8 h às 16 h.</p> <p>- Escola Municipal Luiz Savoldi, Rua Vereador Argemiro Augusto Pereira, s/n, Bairro Três Fronteiras, das 8 h às 16 h.</p> <p>- No Salão Comunitário dos distritos de Idamar, São Pedro Tobias e Jorge Lacerda, das 8 h e 30 às 12 h e 30.</p>	<p>08 h as 16 h</p> <p>08 h as 16 h</p> <p>08 h as 16 h</p> <p>08:30 h as 12:30 h</p>
05.10.2015	Divulgação dos resultados	Site da Prefeitura Municipal www.dionisiocerqueira.sc.gov.br , Mural Público da Prefeitura Municipal, Mural da Secretaria Municipal de assistência Social e Mural do Fórum da Comarca de Dionísio Cerqueira.	9 h
De 06 a 08.10.2015	Denúncias de irregularidades durante o processo de escolha	No local da votação ou na Secretaria Municipal de Assistência Social, Av. Prefeito Adelino Mangini, 480 – Centro, Dionísio Cerqueira – SC	8 h às 11 h e 30 e 13 h e 30 às 17 h
09.10.2015	Análise das denúncias pela Comissão Especial	Secretaria Municipal de Assistência Social, Av. Prefeito Adelino Mangini, 480, Centro, Dionísio Cerqueira – SC	9 h

09.10.2015	Divulgação definitiva dos resultados	Site da Prefeitura Municipal www.dionisiocerqueira.sc.gov.br , Mural Público da Prefeitura Municipal, Mural da Secretaria Municipal de assistência Social e Mural do Fórum da Comarca de Dionísio Cerqueira.	14 h
A definir	Capacitação obrigatória para os titulares e suplentes eleitos, facultativa para os conselheiros de direitos e outros profissionais interessados.	A definir	A definir
10.01.2016	Posse dos conselheiros tutelares	Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira	8 h

ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO

Conhecimentos Específicos:

Lei 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.
Título I, IV, V
Livro II, título I e II, IV, V

ANEXO III (FICHA/REQUERIMENTO)

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Eu _____ brasileiro (a), estado civil _____, Profissão _____ Portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF _____

Residente e domiciliado (a) na rua _____ nº _____ Bairro _____ Telefone _____ e-mail _____

em Dionísio Cerqueira / SC, venho através do presente REQUERER minha inscrição para concorrer ao cargo de Conselheiro (a) Tutelar, conforme Edital 002/2015 do CMDCA.

Juntamente com este requerimento, declaro e entrego toda documentação solicitada no edital.

Dionísio Cerqueira, SC, ____ de _____ de 2015.

Assinatura do requerente

ANEXO IV FICHA DE INSCRIÇÃO/REQUERIMENTO

INSCRIÇÃO	
N.º	
Nome do Candidato:	
Profissão:	
Data de Nascimento:	
Cidade/Estado:	
Filiação:	
Estado Civil:	

Sexo:	
C.P.F.	
Carteira de Identidade:	
Endereço: rua, n.º e bairro	
Telefone(s):	
Escolaridade:	
Data:	
Assinatura	

Declaro sob as penas da lei que as informações acima são verdadeiras. Declaro, ainda, aceitar as condições do presente Edital .

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO PROCESSO ELEIÇÃO CONSELHO TUTELAR

INSCRIÇÃO	
N.º	
Nome do Candidato:	
Carteira de Identidade:	
Local, data e hora da Formação Prévia	Data: 11.07.2015 – 8 h às 12 e 13 h às 17 h Departamento De Políticas Públicas para Mulheres, Rua Dom Pedro II, 567 – Centro – Dionísio Cerqueira – SC
Local, data e hora da prova:	Data: 18.07.2015 Horário: 8 h às 12 h Local: Escola Municipal Castro Alves, Av. Prefeito Adelino Mangini, 410 – Centro

Este comprovante deverá ser apresentado no dia das provas juntamente com a Carteira de Identidade

Responsável pela Inscrição

ANEXO V - ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR

Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar:

- I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;
- II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;
- III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:
 - a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
 - b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.
- IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;
- V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;
- VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;
- VII - expedir notificações;
- VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
- IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;
- XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, depois de esgotadas as

possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Parágrafo único. Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

XII - Fiscalizar serviços, programas ou entidades de atendimento a criança e ao adolescente.

LICITAÇÕES 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA SC

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2015.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais e considerando a Lei 11.947 e o disposto no Art. 21, da Resolução/CD/FNDE Nº 38, de 16 de Julho de 2009, convoca Agricultores e Empreendedores Rurais ou suas organizações a comparecer na Prefeitura Municipal - Secretaria da Educação - durante o período de 07 a 10/04/2015, Com finalidade de apresentar proposta e habilitação para fornecimento de gêneros alimentícios que serão utilizados na merenda escolar.

ÍTEM	UN	QUANT.
Pão Caseiro	kg	244
Cuca caseira	kg	220
Bolacha caseira	kg	126
Macarrão caseiro	Kg	250
Feijão Preto	kg	711
Coxa e Sobrecoxa de Frango	kg	5.622

Dionísio Cerqueira, 06 de Abril de 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 026/2015. Objeto: Aquisição de materiais de expediente e materiais de limpeza para as Unidades Básica de Saúde do Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 17/04/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 07/04/2015.

João Stahl - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 053/2015. Objeto: Contratação de serviços de solda para os veículo, máquinas e equipamentos da administração Municipal. Entrega da documentação e propostas até as 11:00 horas do dia 17/04/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 07/04/2015.

Altair Rittes

Prefeito Municipal

Ermo

PREFEITURA

DECRETO N.º 017, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO N.º 017, de 01 de abril de 2015.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 371, de 18/11/2014 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a saber:

05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

12.361.0035.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.0058 (31) - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos da fonte 0058 (Salário Educação).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de abril de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DO CONTRATO Nº 32/2015

EXTRATO DO CONTRATO nº 32/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Portipecas Acessórios e serviços EIRELI ME

OBJETO: a aquisição de peças e serviços p/ serem utilizados na reforma de mecânica geral dos caminhões placa MAA-7834, MHN-4019 e MAA-7874 da Secretaria de Obras

VIGÊNCIA: 31/03/2015 á 31/12/2015

VALOR TOTAL: R\$ 77.819,30 (setenta e sete mil, oitocentos e dezenove

reais e trinta centavos)

Data da assinatura: 31/03/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2015

EXTRATO DO CONTRATO nº 33/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Deumar da Silva

OBJETO: Contratação de oficinairos para ministração de aulas de capoeira visando o atendimento a crianças e adolescentes do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, com carga horária de 16 horas semanais.

VIGÊNCIA: 01/04/2015 á 31/12/2015

VALOR TOTAL: R\$ 11.160,00 (onze mil, cento e sessenta reais).

Data da assinatura: 01/04/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 34/2015

EXTRATO DO CONTRATO nº 34/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: JEISSON ROCHA DA CUNHA EIRELI

OBJETO: Objeto deste Contrato será desenvolvida de acordo com a proposta técnico-financeira para elaboração, organização, planejamento e execução do Processo Seletivo apresentada ao CONTRATADO e segundo especificidades do Edital de Processo Seletivo..

VIGÊNCIA: 01/04/2015 a 01/08/2015 (4 meses)

VALOR TOTAL: 7.964,90 (Sete mil novecentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos)

Data da assinatura: 01/04/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 35/2015

EXTRATO DO CONTRATO nº 35/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Liga Atlético Vale do Mampituba OBJETO: contratação de empresa especializada em serviços de arbitragem, para a realização do Campeonato de Futsal - " Taça Guilherme Leonardo", no município de Ermo/SC, no período de Abril a junho de 2015.

VIGÊNCIA: 06/04/2015 até 31/06/2015

VALOR TOTAL: R\$ 15.067,00 (quinze mil e sessenta e sete reais).

Data da assinatura: 06/04/2015

PORTARIA Nº 046, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 046, de 01 de abril de 2015.

Dispõe sobre nomeação de Servidor para Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º, § 1º e Art. 3º, da Lei Nº 003, de 03 de janeiro de 1997, combinado com o que dispõe o Decreto nº 013/2000, de 24 de abril de 2000;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ADÃO RODECZE, para exercer o cargo de DIRETOR DE PROMOÇÃO SOCIAL, Nível DASU-2, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de Abril de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 047, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 047, de 01 de abril de 2015.

Dispõe sobre nomeação de Servidor para Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º, § 1º e Art. 3º, da Lei Nº 003, de 03 de janeiro de 1997, combinado com o que dispõe o Decreto nº 013/2000, de 24 de abril de 2000;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear SAMUEL DE VARGAS MACHADO, para exercer o cargo de DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E SAÚDE, Nível DASU-2, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de Abril de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 09/FMS/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
SEÇÃO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

OBJETO: O presente Edital tem por objeto, a aquisição de equipamentos, material permanente e veículo para estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde, conforme Proposta nº. 10540.697000/1130-05 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 09/FMS/2015

DATA DA ABERTURA: 17/04/2015 ÀS 14:00 HORAS
LOCAL: SALA DE LICITAÇÕES
FONE: (48) 3463-8121
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 09/FMS/2015

A Prefeitura Municipal de FORQUILHINHA, por meio do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para conhecimento dos interessados, que o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designados pelo Decreto Municipal nº 03/2015 de 02/01/2015, reunir-se-ão no dia, hora e local designados neste Edital, na sala de licitações, na Avenida 25 de julho, 3400, FORQUILHINHA/SC, onde será realizada licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo "MENOR PREÇO", através do site www.cidadecompras.com.br. O certame licitatório reger-se-á pelas disposições da Lei Federal 10.520, de 17/07/2002, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações, bem como pelas disposições fixadas neste Edital e Anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Edital tem por objeto, a aquisição de equipamentos, material permanente e veículo para estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde, conforme Proposta nº. 10540.697000/1130-05 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas nos termos da minuta contratual, especificações (anexo III) e demais anexos que fazem parte integrante deste edital.

2. DA ABERTURA

2.1. A sessão pública será realizada no site www.cidadecompras.com.br, a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

DATA DA ABERTURA: 17 DE ABRIL DE 2015
HORA: 14:00 Horas

LOCAL: Sala de licitações, no prédio da PREFEITURA, situado a Avenida 25 de julho, 3400, FORQUILHINHA/SC.

2.2. Somente poderão participar da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site descrito no item 2.1, até o horário e data limites.

2.3. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderá participar do presente pregão eletrônico, a empresa que atender a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrado junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.cidadecompras.com.br

3.2. A empresa de pequeno porte e microempresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006, bem como as cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 3.600.000,00 (conforme disposto no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007), deverão comprovar o seu enquadramento em tal situação jurídica.

3.3. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.4. A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser exigida a comprovação a qualquer tempo.

3.5. Não poderão participar da presente licitação as interessadas que estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA Municipal de Forquilha, ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como licitantes que se apresentem constituídas na forma de empresas em consórcio.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. Para participar do pregão, o licitante deverá se credenciar no Sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site www.cidadecompras.com.br.

4.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

4.1.2. O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Forquilha, promotor da licitação, responsabilidade

5. DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, as licitantes deverão, até a data e hora marcadas para recebimento das propostas, encaminhar a proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

5.1.1. A proposta comercial deverá ser apresentada na forma e

requisitos indicados nos subitens a seguir:

a) conter, em campo próprio do sistema, o preço total, sendo que:
a.1) no preço cotado já deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação;

b) conter, em campo próprio destinado à descrição detalhada do objeto ofertado, a especificação complementar do objeto cotado;

c) conter a marca do produto/serviço cotado;

d) apresentar garantia de no mínimo 01 (um) ano, sendo este considerado em caso de omissão

5.1.2. A validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão de abertura desta licitação.

5.2. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

5.3. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, os lances inseridos durante a sessão pública, assim como as declarações de que trata o item "7.1.5.1." e "7.1.5.2", deste edital.

5.4. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro, pelo sistema, ou de sua desconexão.

5.5. Caso haja omissão, na proposta, dos prazos de sua validade e/ou de garantia, aplicar-se-ão os prazos estipulados neste edital.

5.5.1. Em caso de omissão da marca e/ou modelo do produto ofertado, o pregoeiro aceitará as propostas e colherá, após a fase de lances, via chat, da empresa melhor classificada, a(s) informação(ões) referente(s) ao(s) dado(s) faltante(s).

5.5.1.1. Caso a empresa melhor classificada não responda, no prazo máximo fixado, a indagação do pregoeiro via chat, a sua proposta será considerada desclassificada.

6. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO

6.1. Encerrado o prazo de recebimento das propostas o pregoeiro, via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, verificando a validade das propostas conforme exigências do edital.

7. FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Classificadas as propostas, terá início a fase competitiva para recebimento de lances, no endereço eletrônico e no dia e horário informados no preâmbulo deste Edital, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, de valor correspondente ao PREÇO DO ITEM.

7.2. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes neste Edital.

7.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as seguintes condições:

7.3.1. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

7.3.2. No caso de lances de mesmo preço, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

7.3.3. Os lances a serem ofertados devem corresponder ao PREÇO UNITÁRIO DO ITEM.

7.4. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

7.5. Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance manifestamente inexequível, o preço incompatível ou lance manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema.

7.6. Ao término do horário para o Recebimento dos Lances, o Sistema eletrônico emitirá aviso, informando que o certame entrou em horário randômico, com duração de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será encerrada a recepção de lances.

7.6.1. O horário randômico tem por objetivo disponibilizar tempo extraordinário aos interessados para que possam registrar seu(s) último(s) lance(s).

7.6.2. Por isso, o intervalo do horário randômico poderá ser suficiente ou não para o registro de um ou mais lances, uma vez que o seu encerramento será efetuado de forma automática pelo sistema.

7.7. Após a apresentação da proposta e dos lances não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.8. Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará o nome da licitante cujo preço foi o menor.

7.9. Caso o menor preço não seja apresentado por uma ME/EPP, observar-se-á o seguinte:

7.9.1. Se houver proposta apresentada por ME/EPP de valor igual ou até 5% superior à melhor proposta, será oportunizado o exercício do direito de preferência à ME/EPP.

7.9.1.1. O direito de preferência consiste na possibilidade de a licitante apresentar proposta de preço inferior à da empresa melhor classificada que não se enquadra como ME/EPP.

7.9.2. O novo valor proposto pela ME/EPP deve ser apresentado no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar da convocação emitida via sistema, sob pena de perda do direito de preferência.

7.9.4. Caso a ME/EPP não exerça o direito de preferência ou não atenda às exigências do edital serão convocadas as ME/EPP remanescentes, cujas propostas se enquadrem no limite de 5% (cinco por cento), obedecida a ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, e assim sucessivamente.

7.10. Na hipótese de nenhuma ME/EPP exercer o direito de preferência ou não atender às exigências do edital, a empresa não enquadrada como ME/EPP que apresentou o menor preço permanece na posição de melhor classificada, iniciando-se com ela a fase de negociação.

7.11. O percentual de redução do preço proposto, decorrente dos lances, bem como do preço proposto pela ME/EPP quando do exercício do direito de preferência, deve incidir de forma linear sobre os preços unitários propostos na forma deste Edital.

7.12. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.12.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Após análise da proposta, o Pregoeiro divulgará a melhor proposta classificada a participar da etapa de lances para cada item, e as propostas desclassificadas se houverem.

8.2. Na hipótese da proposta de menor valor desatender às exigências habilitatórias o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8.3. Será desclassificada a proposta que:

8.3.1. Não atenda as especificações, os prazos e as condições definidos neste Edital;

8.3.2. Apresente preço ou vantagem baseados em outras propostas;

8.3.3. Apresente preço excessivo ou manifestamente inexequível;

8.4. Transcorrida a etapa de lances, será considerado excessivo o preço do último lance, ou do valor negociado com o pregoeiro, ou da proposta comercial da licitante no caso de não haver lances, que for composto por preço unitário superior ao máximo unitário admitido pela licitada, conforme a estimativa de preços constante do Anexo I - Termo de Referência.

8.5. Não será aceita pelo pregoeiro proposta de preço que contemple preço unitário excessivo aos preços unitários máximos estabelecidos pela administração.

8.6. O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pela administração.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Encerrada a etapa de lances, a documentação a seguir relacionada deverá ser encaminhada pelo e-mail licitacoes@forquilha.sc.gov.br, no prazo de até 03 (três) horas a contar da solicitação do Pregoeiro:

9.1.2. Relativos à Habilitação Jurídica:

9.1.2.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.1.2.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

9.1.2.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.1.3. Relativos à Regularidade Fiscal:

9.1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.1.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal, na forma da lei;

9.1.3.3. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

9.1.3.3.1. Não será necessário a apresentação da Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) alínea "9.1.3.3", caso Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, alínea "9.1.3.2", englobe os débitos relativos ao instituto nacional de seguridade social - INSS.

9.1.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943. (incluído pela Lei nº 12.440 de 2011) (Vigência).

9.1.3.5. A ME/EPP que se declarar como tal, nos termos do Art.

3º da LC nº 123/06 e seu § 4º, deverá apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal ainda que contenham restrição.

9.1.3.5.1. Na situação supra, será assegurado à ME/EPP declarada vencedora, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a pedido da interessada e a critério da licitada, para comprovar a sua regularidade fiscal.

9.1.4 Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

9.1.4.1. Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

9.1.5. Será exigido ainda dos licitantes:

9.1.5.1. Declaração expressa do proponente, sob as penas da Lei, da não ocorrência de fatos impeditivos para a sua habilitação neste certame, na forma do § 2º, do art. 32 da Lei 8.666/93, alterado pela Lei nº 9.648/98;

9.1.5.2. Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em atendimento ao preceito do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, de conformidade com a Lei nº 9.854/99.

9.2. As declarações de que tratam os subitens "9.1.5.1." e "9.1.5.2" deverão ser firmadas eletronicamente pela licitante quando do cadastramento de sua proposta.

9.3. Para fins de habilitação, a verificação pelo município de Forquilha nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

9.4. Os originais dos documentos exigidos neste edital e encaminhados de acordo com o item 9.1, tudo devidamente preenchido e assinado por quem de direito, deverão ser entregues ao Pregoeiro, no endereço da licitada no PAÇO MUNICIPAL 26 DE ABRIL, AVENIDA 25 DE JULHO, Nº. 3.400, CENTRO, MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, CEP 88850-000 no prazo de até 3 dias úteis a contar da solicitação do pregoeiro, podendo ser apresentados no original, ou por cópia autenticada por tabelião, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original para conferência pelo Pregoeiro.

9.5. As licitantes que se enquadram como ME/EPP, nos termos da LC 123/2006, deverão comprovar essa condição mediante apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio, conforme art. 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007, certidão essa que deverá ser encaminhada ao Pregoeiro juntamente com os demais documentos, na forma do subitem 9.1.3.5.

9.5.1. Para todos os efeitos legais, caso esteja enquadrada nas definições de ME/EPP, nos termos do art. 3º da LC 123/2006, e desde que não esteja inserida nas hipóteses do § 4º do mesmo artigo, a licitante deve selecionar a opção "SIM" na tela de cadastramento da proposta no sistema eletrônico, para usufruir dos benefícios previstos na referida LC 123/2006.

9.5.1.1. O sistema somente identificará a licitante como ME/EPP caso ela faça a opção indicada no subitem 9.5.1.

9.5.1.2. Este é o ÚNICO momento em que o sistema oportuniza à licitante declarar sua condição de ME/EPP, requisito indispensável para que possa exercer o direito de preferência e de comprovação posterior da regularidade fiscal estabelecidos na LC nº 123/2006, conforme previsto neste edital.

10. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS

10.1. As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, exclusivamente por meio de formulário eletrônico.

10.2. Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.2.1. Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

11 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1 Caberá recurso nos casos previstos na Lei n.º 10.520/02, devendo o licitante manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

11.1.1. A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo pregoeiro.

11.2. A licitante, que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

11.4. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

11.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios ou entregues pessoalmente.

11.7. Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos desta licitação, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

12. DA HOMOLOGAÇÃO

12.1 A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que não houver recurso.

12.1.1. Em não sendo interposto recurso, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) e encaminhar o processo à Autoridade competente para a sua homologação.

12.2 Caso haja recurso, a adjudicação do objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) e a homologação do processo efetuada pela Autoridade competente, dar-se-á somente após apreciação pelo pregoeiro sobre o mesmo.

13. DO CONTRATO

13.1. Independentemente de sua transcrição, para todos os efeitos legais, farão parte do Contrato que vier a ser assinado, todas as condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos, na Proposta de Preços do licitante vencedor e na Nota de Empenho.

13.2. Após a homologação deste certame, o licitante adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação, por escrito, para assinatura do Contrato, nos termos da Minuta constante do (Anexo I) deste Edital.

13.2.1. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do licitante

adjudicatário e aceita pela Administração.

13.3. Se o licitante vencedor convocado, dentro do prazo de validade da sua proposta, recusar-se a assinar o Contrato, conforme disposto no inciso XXIII, do art. 4º, da Lei nº 10.520/2002, a Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital e seus Anexos, podendo a Pregoeiro, ainda, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor, sendo este declarado vencedor, na forma dos incisos XVI, XVII da Lei em comento.

14. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

14.1. As obrigações contratuais são as descritas nas respectivas cláusulas da minuta contratual (anexo I) que independentemente faz parte integrante deste edital.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação orçamentária do ano corrente: 1701.2050.4490 - Ministério da Saúde.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

16.2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido na cláusula segunda do Contrato

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

16.3. Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

16.4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

16.5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

16.6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

17. DAS OBRIGAÇÕES

17.1. Incumbe ao MUNICÍPIO/FORQUILHINHA/SC:

I- acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do produto, objeto desta licitação.

II- efetuar os pagamentos à Contratada.

III- aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

17.2. Incumbe à Contratada, além de outras incluídas neste Edital e seus Anexos:

I- realizar a entrega do produto, objeto da presente licitação, nos prazos previstos conforme Edital;

II- pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre equipamento fornecido;

III- substituir, sem custos adicionais e no mesmo prazo definido para o produto rejeitado, recusado pela fiscalização do contrato;

IV- atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação;

V- manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

VI- assumir todos os gastos e despesas que fizer, para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação, tais como: transportes e demais custos que se fizerem necessários para a entrega do produto.

VII- cobrir o período de garantia deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

18.2. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas no artigo 7º, da Lei n.º 10.520/02, bem como as previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

18.3. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

18.4. O Município de Forquilha não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da empresa vencedora para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

18.5. Não havendo expediente na Prefeitura Municipal de Forquilha na data marcada, a reunião realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente na mesma hora e local.

18.6. O Município de Forquilha se reserva ao direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie a qualquer das participantes.

18.7. Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I - Minuta contratual;

Anexo II - Modelo de Proposta Comercial;

Anexo III - Termo de referência;

18.8. Quaisquer elementos, informações ou esclarecimentos relativos a esta licitação, poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira, no Departamento de Compras do Município de Forquilha no Paço Municipal 26 de Abril, sito à Avenida 25 de julho, 3.400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones: (48) 3463-8121 e ou fone/fax (48) 34638122.

PAÇO MUNICIPAL "26 DE ABRIL", 06 DE ABRIL DE 2015.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

PREGOEIRA

ANEXO I - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 09/FMS/2015 - MINUTA CONTRATUAL

ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--

CONTRATO Nº. XXX/FMS/2015

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, POR MEIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, VISANDO AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº XXXXXXXXXXXXXXXX, expedida pelo XXXXX, e inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, ora denominado CONTRATANTE e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx CNPJ/MF n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx estabelecida na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, em xxxxxxxxxxxx, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, brasileiro, CI xxxxxx, CPF xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, celebram o presente Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº. 09/FMS/2015 de 06/04/2015, homologado em XX/XX/200X, sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, alterado pelos Decretos nºs 3.693, de 20 de dezembro de 2000 e 3.784, de 06 de abril de 2001, Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001, alterado pelo Decreto 4.485, de 25 de novembro de 2002, e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas ulteriores alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira

Do Objeto, Especificação e Quantidade

1. O presente Contrato tem por objeto, a aquisição de equipamento, material permanente e veículo para estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde, conforme Proposta nº. 10540.697000/1130-05 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC, de acordo com a proposta da contratada e listagem anexa.

1.2. A CONTRATADA será obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões até o limite fixado no parágrafo 1o., do artigo 65, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes .

Cláusula Terceira Da Vigência Contratual

1. O presente contrato vigorará até 31/12/2015, tendo por termo inicial a data de assinatura do contrato, ou até terminar as quantidades previstas, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado caso haja interesse das partes, mediante termo aditivo, na forma e prazo estabelecidos na lei vigente.

2. As prorrogações autorizadas e devidamente justificadas serão anotadas e expedidas por escrito pelo órgão competente do CONTRATANTE.

Cláusula Quarta Do Prazo e Condições de Fornecimento/Entrega

1. Os produtos deverão ser fornecidos e entregues, parceladamente, de acordo com as necessidades da Secretaria de Saúde, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

2. O local de entrega será a secretaria Municipal, sito a Rua João José Back, Centro, Forquilha, ou em local pré-estabelecido por representante da Secretaria de Saúde, dentro do perímetro municipal, e deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

3. O prazo de entrega estabelecido nas requisições é fixo e improrrogável, salvo motivo considerado de "força maior", previsto em lei, comunicado pela CONTRATADA, por escrito, a Secretaria de Saúde, antes do vencimento do prazo.

3.1. aceito e oficializado por escrito, pela Secretaria de Saúde, o prazo de entrega será prorrogado automaticamente, e por igual número de dias em que perdurar o evento causador do atraso.

Cláusula Quinta Do Transporte e Local de Entrega

1. Os produtos serão transportados por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, na Rua João José Back, Centro, Forquilha, ou em local pré-estabelecido por representante da Secretaria de Saúde, dentro do perímetro municipal, previamente determinados nas requisições.

Cláusula Sexta Da Aceitação e do Controle de Qualidade

1. Os produtos serão considerados devidamente aceitos depois de inspecionados, analisados e aprovados pelo engenheiro fiscal da Secretaria de Saúde, responsável pelo recebimento.

2. Todo produto rejeitado deverá ser pronta e imediatamente substituído pela CONTRATADA, dentro das especificações, qualidade e quantidade exigidas, sem qualquer ônus para a Secretaria de Saúde, independentemente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

Cláusula Sétima Dos Preços Unitários

1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo fornecimento do(s) produto(s) o(s) preço(s) unitário(s) proposto(s) que é(são):

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	P.UNIT
Xx	Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	Unid	XXXX	R\$ xxxx
Xx	Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	Unid	XXXX	R\$ xxxx
Xx	Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	Unid	XXXX	R\$ xxxx
Xx	Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	Unid	XXXX	R\$ xxxx

1.1. nos preços acima propostos estão computados, além do lucro, todas as despesas e custos diretos e indiretos, todas as taxas e impostos, seguros, leis sociais, licenças ambientais, tributos de quaisquer natureza, bem como os serviços de entrega, carga, descarga, frete/transporte e demais incidências sobre o preço final do produto.

2. É vedado a CONTRATADA pleitear qualquer adicional de preços por faltas ou omissões que por ventura venham a ser constatadas em sua proposta ou, ainda, decorrentes das variações das quantidades previstas no Parágrafo 1º, do Artigo 65 da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Oitava Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos, será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal/Fatura Eletrônica, conforme legislação vigente, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura se dará mediante o "CERTIFICO" pelo setor responsável do Secretaria de Saúde, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura deverá constar, necessariamente o número e a data de assinatura deste contrato.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha-SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer conseqüências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria de Saúde, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona Do Reajuste

1. Os preços propostos são irrevogáveis consoante dispõe o parágrafo 1º, do artigo 2º, da Lei nº 10.192, 14 de fevereiro de 2001.

2. Ocorrendo a prorrogação prevista na cláusula terceira deste

contrato, poderá haver reajuste de preço que será efetuado de acordo com critério estabelecido pelo governo Federal, consoante prevê o artigo 2o., da Lei nº 10.192, 14 de fevereiro de 2001.

Cláusula Décima

Da Dotação Orçamentária

1. A despesa do objeto deste contrato correrá pelas seguintes dotações orçamentárias: 1701.2050.4490 (21) - Ministério da Saúde.

Cláusula Décima Primeira

Do Valor Global

1. O valor global deste contrato é de: R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX).

Cláusula Décima Segunda

Da Execução e Fiscalização

1. Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

2. A execução deste Contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Secretaria de Saúde do CONTRATANTE especialmente designado.

3. A CONTRATADA e responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

Cláusula Décima Terceira

Da Alteração do Contrato

1. Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas, sempre através de Termo Aditivo em ordem crescente.

2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, respeitados os termos do Parágrafo 1º, do Artigo 65, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Décima Quarta

Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser

preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data apazada.

3. Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

4 -No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5 -No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

Cláusula Décima Quinta

Dos Recursos Administrativos

1. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, a autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Décima Sexta

Da Rescisão

1. Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

2. Caso o CONTRATANTE não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato, a seu exclusivo critério poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidência das sanções previstas neste Contrato e na Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

3. A rescisão poderá ser unilateral, amigável (resilição) ou judicial, nos termos e condições previstas no art. 79 da Lei nº 8.333/93 e alterações subsequentes.

4. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE nos

casos de rescisão previstas nos arts. 77 a 80 da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

5. Em caso de rescisão do presente contrato por parte do CONTRATANTE não caberá a CONTRATADA direito de qualquer indenização, salvo na hipótese do art. 79, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

6. A rescisão deste contrato sujeita à CONTRATADA a multa rescisória na ordem de 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da rescisão, independentemente de outras multas aplicadas à CONTRATADA por infrações anteriores.

7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

8. Nos demais casos previstos na legislação vigente.

Cláusula Décima Sétima

Da Força Maior ou Caso Fortuito

1. Constitui motivo de força maior ou caso fortuito, para justificativa de atraso ou falta cometida por qualquer uma ou ambas as partes contratantes, aos termos do presente contrato, os fatos fora de seu controle, nos termos do art. 1.058 do Código Civil Brasileiro, desde que essas afetem, diretamente, os serviços contratados.

Cláusula Décima Oitava Da Subcontratação

1. É vedado à CONTRATADA subcontratar ou transferir o contrato, sem estar expressamente autorizado, por escrito, pelo CONTRATANTE

2. Qualquer cessão, subcontratação ou transferência feita sem autorização escrita do CONTRATANTE, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais cabíveis.

3. Em caso de subcontratação, a CONTRATADA permanecerá solidariamente responsável, tanto em relação ao CONTRATANTE, como perante terceiros, pelo perfeito cumprimento de todas as cláusulas e condições do contrato.

Cláusula Décima Nona

Partes Integrantes

1. Fazem parte integrante do presente Contrato, a Proposta da CONTRATADA e todos os elementos apresentados que tenham servido de base para julgamento do Edital de Pregão Eletrônico Nº. 09/FMS/2015, bem como as condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, se houver, independentemente de transcrição.

1.1. Ficam, também fazendo parte deste Contrato, as Normas vigentes, Instruções, Ordens de Serviço e mediante Termo de Aditamento, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência.

Cláusula Vigésima Do Foro

1. As dúvidas e/ou divergências contratuais, desde que não previstas expressamente no respectivo contrato e que não extrapolem os limites da Lei, poderão ser solucionados amigavelmente.

2. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, XX de XXXXXXXXX de 20XX.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA	CONTRATADA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE VANDERLEI ALEXANDRE	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Prefeito Municipal	
1ª TESTEMUNHA	2ª TESTEMUNHA
XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ANEXO II
Edital de Pregão Eletrônico nº. 09/FMS/2015

MODELO PROPOSTA DE PREÇO

Nome da licitante:

CNPJ:

Endereço Completo:

Telephone/Fax:

Email:

OBJETO: Aquisição de equipamentos e material permanente para estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde, conforme Proposta nº. 10540.697000/1130-05 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID	QT	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01						
02						
03						
04						
05						
...						

[illegible]

Prazo de validade: 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura das propostas de preço.

Prazo de execução/fornecimento: conforme edital.

Forquilha/SC, xx de xxxxxxxx de 2015.

Assinatura do representante legal da empresa

ANEXO III

Edital de Pregão Eletrônico nº. 09/FMS/2015

TERMO DE REFERÊNCIA
(Orçamento Oficial)

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

OBJETO: O presente Edital tem por objeto, a aquisição de equipamentos, material permanente e veículo para estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde, conforme Proposta nº. 10540.697000/1130-05 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO REDUZIDA	QUANT	VALOR UNIT. MÁXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO
01	Ar condicionado 24000 BTUs	14	R\$ 2.766,66	R\$ 38.733,24
02	Geladeira para conservação de vacinas (1 porta min. 280 litros)	01	R\$ 1.272,66	R\$ 1.272,66
03	Veículo popular 0Km, para 05 passageiros	01	R\$ 35.133,33	R\$ 35.133,33
04	Geladeira / Refrigerador 400 litros	01	R\$ 1.759,33	R\$ 1.759,33
05	Impressora laser multifuncional (copiadora, scanner e fax)	02	R\$ 800,00	R\$ 1.600,00
06	Ar condicionado 7000 BTUs	14	R\$ 1.200,00	R\$ 16.800,00
07	Mesa de escritório	04	R\$ 363,00	R\$ 1.452,00
08	Cadeira simples	04	R\$ 80,00	R\$ 320,00
09	Arquivo 04 gavetas	04	R\$ 420,00	R\$ 1.680,00
10	Mesa para impressora	01	R\$ 152,00	R\$ 152,00
11	Longarina	08	R\$ 361,00	R\$ 2.888,00
12	Fotopolimerizador de Resina	01	R\$ 600,00	R\$ 600,00
13	Compressor odontológico	01	R\$ 1.738,00	R\$ 1.738,00
14	Jato de Bicarbonato	06	R\$ 900,00	R\$ 5.400,00
15	Ultrassom Odontológico	03	R\$ 1.608,00	R\$ 4.824,00
16	Mocho	02	R\$ 250,00	R\$ 500,00
17	Mesa Auxiliar	03	R\$ 400,00	R\$ 1.200,00
18	Cadeira com rodízio	08	R\$ 105,00	R\$ 840,00
19	Mesa de reunião	04	R\$ 660,00	R\$ 2.640,00
20	Armário	03	R\$ 362,00	R\$ 1.086,00
VALOR MÁXIMO GERAL DOS ITENS				R\$ 120.618,56

ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DOS ITENS

(CONFORME PROPOSTA Nº. 10540.697000/1130-05 - MINISTÉRIO DA SAÚDE)

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 66/PMF/2015

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 66/PMF/2015.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de Lubrificantes, para uso na manutenção e conservação dos veículos da frota do Município de Forquilha, no período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 24 de abril de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00; 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha/SC, 06 de abril de 2015.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

DECRETO Nº. 071, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº. 071, DE 30 DE MARÇO DE 2015.
NOMEIA POR CONCURSO, ESTER DENSKI MONDARDO, PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato da vaga Professor de Educação Infantil.

CONSIDERANDO que a nomeada em questão foi classificada no Concurso Público, Edital n. 002/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, ESTER DENSKI MONDARDO para exercer o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, classificada em 52º lugar no Concurso Público, Edital n. 002/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 2º A servidora nomeada terá o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse.

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos no Departamento de Pessoal do Município, situado na Avenida 25 de Julho, nº. 3400, Centro, Forquilha/SC;

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 30 de março de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 30 de março de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 072, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº. 072, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O DESASSOREAMENTO DE PARTE DO LEITO DO RIO CEDRO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a ocorrência de fortes precipitações na microbacia do Rio Mãe Luzia;

CONSIDERANDO que o assoreamento impede a vazão das águas e ocasiona transbordamentos laterais atingindo estradas, residências e outras edificações no bairro Barra da Sanga;

CONSIDERANDO que a situação atual tem ocasionado insegurança, gerando conflitos e desestímulo à população;

CONSIDERANDO os prejuízos sociais e econômicos;

CONSIDERANDO que o desassoreamento do rio tem a finalidade de proporcionar o aumento da secção transversal desta parte do Rio Cedro;

CONSIDERANDO o desassoreamento do rio ocasionará a diminuição dos prejuízos econômicos e sociais, o aumento do nível de segurança da população;

CONSIDERANDO que o desassoreamento do rio reduzirá os riscos frequentes de alagamento e dará tranquilidade e a melhorará a qualidade de vida da população envolvida,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, como medida preventiva e contenção de cheias, o desassoreamento de parte do leito do Rio Cedro, trecho compreendido na localidade de Barra da Sanga, com aproximadamente 300,00 m (trezentos metros) de extensão, localizado entre os seguintes pontos delimitados de acordo com levantamento planialtimétrico cadastral:

- Ponto 01 - Início: Coordenada UTM SAD 69. N. 6.811.930 m, E. 640.530 m;
- Ponto 02 - Final: Coordenada UTM SAD 69. N. 6.911.720 m, E. 640.710 m;

Art. 2º O desassoreamento da área do leito do rio descrita no artigo anterior tem com o objetivo específico a limpeza, aprofundamento e alargamento de parte do leito do Rio Cedro.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto estão amparadas pelas dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 30 de março de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 30 de março de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 073, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº. 073, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O DESASSOREAMENTO DE PARTE DO LEITO DO RIO SÃO BENTO E DO RIO MÃE LUZIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a ocorrência de fortes precipitações na microbacia do Rio Mãe Luzia;

CONSIDERANDO que o assoreamento impede a vazão das águas e ocasiona transbordamentos laterais atingindo estradas, residências e outras edificações nas comunidades de Linha Eyng, Santa Isabel, Centro e Santa Ana;

CONSIDERANDO que a situação atual tem ocasionado insegurança, gerando conflitos e desestímulo à população;

CONSIDERANDO os prejuízos sociais e econômicos;

CONSIDERANDO que o desassoreamento do rio tem a finalidade de proporcionar o aumento da secção transversal desta parte do Rio São Bento e do Rio Mãe Luzia;

CONSIDERANDO que o desassoreamento do rio ocasionará a diminuição dos prejuízos econômicos e sociais, o aumento do nível de segurança da população;

CONSIDERANDO que o desassoreamento do rio reduzirá os riscos frequentes de alagamento, dará tranquilidade e melhorará a qualidade de vida da população envolvida,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, como medida preventiva e contenção de cheias, o desassoreamento de parte do leito do Rio São Bento e do Rio Mãe Luzia, trecho compreendido na localidade de Linha Eyng, localizado entre os seguintes pontos delimitados de acordo com levantamento planialtimétrico cadastral:

- RIO SÃO BENTO: extensão aproximadamente 1.620,00 metros
- Ponto 01 - Início: Coordenada UTM SAD 69. N. 6.821.910 m, E. 646.545 m;
 - Ponto 02 - Junção com o Rio Mãe Luzia: Coordenada UTM SAD 69. N. 6.820.535 m, E. 647.025 m;

- RIO MÃE LUZIA: extensão aproximadamente 1.415,00 metros
- Ponto 01 - Início: Coordenada UTM SAD 69. N. 6.820.870 m, E. 647.280 m;
 - Ponto 02 - Final: Coordenada UTM SAD 69. N. 6.819.900 m, E.

647.490 m;

Art. 2º A área do leito do rio descrita no artigo anterior tem como o objetivo específico a limpeza, aprofundamento e alargamento de parte do leito do Rio São Bento e do Rio Mãe Luzia.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 30 de março de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 30 de março de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INSCRIÇÃO

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INSCRIÇÃO

PRÊMIO NACIONAL

MEDALHA ZILDA ARNS DE BOAS PRÁTICAS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA

O Município de Forquilha, em parceria com UNICEF e a Pastoral da Criança, promovem o Prêmio Nacional Medalha Zilda Arns de Boas Práticas para a Primeira Infância no Seminário Nacional de Políticas Públicas para a Primeira Infância - Um Tributo à Zilda Arns, a realizar-se de 22 a 24 de abril de 2015, em Forquilha - SC.

DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INSCRIÇÃO

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para inscrição ao Prêmio Nacional Medalha Zilda Arns de Boas Práticas para a Primeira Infância até o dia 10 de abril de 2015.

Art. 2º As práticas deverão ser postadas impreterivelmente até as 23:59min do dia 27 de março de 2015, por meio do site da Escola de Gestão Pública Municipal (www.egem.org.br).

Art. 3º Ficam inalteradas as demais disposições do edital

Forquilha/SC, de 27 de fevereiro de 2015.

LILIAN ARNS TOPANOTTI Secretária de Assistência Social	VANDERLEI ALEXANDRE Prefeito Municipal
---	---

PUBLICAÇÃO IPTU 2015

PUBLICAÇÃO IPTU 2015

A Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha-SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 142 do Código Tributário Nacional, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que encontram-se em local incerto e não sabido e que recusaram o recebimento, da presente constituição de crédito tributário, pelo lançamento do Imposto Predial Territorial Urbano I.P.T.U., referente ao exercício fiscal de 2015.

CONTRIBUINTE	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	VALOR
ADEMIR JOÃO POLA	01.09.006.1892.001	283,16
AGENOR BERETTA	01.09.011.0604.001	132,59
AGENOR BERETTA	01.09.008.0305.001	293,38
ANDRE DA SILVA CARDOSO	01.10.003.0554.001	189,48
ANDRE DA SILVA CARDOSO	01.10.003.0554.002	188,69
ANDRE DA SILVA CARDOSO	01.10.003.0565.001	13,00
ANTONIO BERETTA	01.09.009.0759.001	115,00
ANTONIO BERETTA	01.09.011.0154.001	115,00
ANTONIO SILVESTRE CECCONI	01.09.011.0177.001	206,88
BONIFACIO SEMELER	01.09.008.0085.001	420,39
CLEDIOCR SCHNEIDER	01.09.009.0783.001	349,08
CLODOALDO FELISBERTO ELIAS	01.10.003.1366.001	174,80
DANIEL ANTONIO DE SOUZA	01.13.001.0051.001	29,93
DELICIA DE CESARI C. DA SILVA	01.09.003.0670.002	424,29
DELICIA DE CESARO C. DA SILVA	01.09.003.0670.004	85,76
DIORIDES FABRIS	01.09.006.0364.002	554,93
DIORIDES FABRIS	01.09.006.0364.001	178,74
DOUGLAS LAURINDO	01.09.003.0676.001	183,94
DOUGLAS LAURINDO	01.09.003.0676.001	243,56
EDILSON DA ROSA	01.10.003.1246.002	115,00
EDILSON DA ROSA	01.10.003.1246.001	115,00
EDILSON DA ROSA	01.10.003.1246.001	115,00
EDILSON DA ROSA	01.10.003.1246.005	115,00
ELOIR JOSE LEONARDO	01.10.005.0019.001	174,53
FERNANDO FLORENCIO	01.09.011.0521.001	266,24
FLAVIO BORGES	01.10.005.0379.001	242,95
IESEL INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA	01.12.003.0100.001	792,82
ITAMAR VITALI	01.09.009.2072.001	516,36
JAIR PIROLA	01.09.009.0237.001	115,00
JUAREZ CARDOSO	01.10.003.0626.001	305,47
JUVENTINO ZANONI	01.10.004.0118.001	115,00
LEANDRO MOTA	01.10.005.1200.001	156,05
LUIZ CARLOS ALONÇO	01.09.013.0018.001	355,49
MAICON ISE E OUTROS	01.10.005.0514.001	163,11
MARIA ANGELINA DA ROCHA	01.10.003.0982.001	201,65
MARIA ANGELINA DA ROCHA	01.10.005.0871.002	115,00
MARIA ANGELINA DA ROCHA	01.10.005.0871.001	115,00
MARIA DE LOURDES GONÇALVES	01.11.002.0196.002	405,15
MARIA DE LOURDES GONÇALVES	01.11.002.0196.001	277,86
MARIA DE LOURDES GONÇALVES	01.11.002.0181.001	192,36
MARIA ISOLETE D. DAL TOER	01.09.010.0861.001	357,87

MARIA SIRLENE ZANONI TORRES	01.10.005.0963.002	405,08
MARIA SIRLENE ZANONI TORRES	01.10.005.0963.001	163,59
MARIVALDO LOURENÇO	01.09.013.0546.001	155,03
ORIDEZ DONDOSSOLA	01.09.009.2162.001	283,03
ORIDEZ DONDOSSOLA	01.09.009.2162.002	378,38
PEDRINHO DONIDA	01.09.001.0302.001	64,84
PEDRINHO DONIDA	01.09.006.1567.001	435,41
ROGERIO DA ROCHA	01.10.005.0762.001	115,00
SANTINO MAGNUS DA ROSA	01.09.008.0860.001	115,00
SANTINO MAGNUS DA ROSA	01.09.008.0860.002	115,00
SANTOS MANOEL DA SILVA	01.09.010.0658.001	265,35
SANTOS MANOEL DA SILVA	01.09.010.0658.001	304,93
SANTOS MANOEL DA SILVA	01.09.009.1431.001	311,38
SINESIO VITALI	01.09.008.0011.005	115,00
SINESIO VITALI	01.09.008.0011.004	115,00
SINESIO VITALI	01.09.008.0011.003	115,00
SINESIO VITALI	01.09.008.0011.002	115,00
SINESIO VITALI	01.09.008.0011.001	115,00
VALDEMIRO KAMMER	01.09.009.2251.001	436,80
VANUELIO JULIAN E OUTROS	01.09.001.0287.001	546,37
VANUELIO JULIANI E OUTROS	01.09.006.1440.001	803,81
VENANCIO LINO CARDOSO	01.10.003.0853.001	185,36
VIRGINIA FELISBERTO CARDOSO	01.10.004.0439.001	373,28
VOLNEI FRANCISCO CARRADORE	01.11.003.0510.001	258,48
VOLNEI FRANCISCO CARRADORE	01.11.003.0561.001	228,20
WILSON PIROLA	01.09.011.0711.001	115,00
ZOZAIR ALONÇO	01.09.009.1734.001	372,55
ZULMA BERETTA SMITH	01.09.010.0387.001	261,75

Forquilha, 02 de abril de 2015
 Ademir Brandielli Pedro
 Secretário de Administração e Finanças

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0007_2015 RP 0004-FMS

Aviso do Pregão Presencial nº 0007/2015 - FMS

Registro de Preços nº 0004/2015

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de Equipamentos de Proteção Individual - EPIs, para utilização das Agentes Comunitárias de Saúde, durante o período de abril a agosto de 2015. Validade da Ata de Registro de Preços: Abril a agosto de 2015. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 14:15 horas do dia 22.04.2015. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br e e-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 06 de abril de 2015.

Nilce Pinz

Secretária Municipal de Saúde

DECRETO Nº 063/2015

DECRETO Nº 063, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2282 de 13 de Fevereiro de 2015.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, para o exercício de 2015 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), nas seguintes dotações:

08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0009.2.022 – Manutenção do Fundo Municipal de saúde		
3.3.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos 0.3.0400 (103)	R\$	100.000,00
Total	R\$	100.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superavit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2014, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 06 DE ABRIL DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

EXTRATO DE CONTRATO Nº CT15PMF55_DOM

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT15PMF55

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: FE-MAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONCRETO ARMADO E ALVENARIA PARA FECHAMENTO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL, LOCALIZADO NA RUA GUILHERME FANTINEL E DIVISA COM O LOTE 22 DA QUADRA 263, BAIRRO SÃO JOSÉ, NESTE MUNICÍPIO DE FRAIBURGO/SC, COM ÁREA DE 380,00 M², COM FORNECIMENTO DO MATERIAL E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM OS MEMORIAIS E PROJETOS (ANEXO AO PAL). VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 44.816,27 (QUARENTA E QUATRO MIL, OITOCENTOS E DEZESSEIS REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS). DATA DO CONTRATO: 06.04.2015. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: DE 06.04.2015 A 06.07.2015. PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 DIAS APÓS A EMISSÃO E ENTREGA DA ORDEM DE SERVIÇOS. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0055/2015 □ PMF. MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 0004/2015. RECURSOS: 3.0292 - ALIENAÇÃO DE BENS.

FRAIBURGO (SC), 06 DE ABRIL DE 2015
IVO BIAZZOLO
PREFEITO

PORTARIA Nº 0967/2015

PORTARIA Nº 0967, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato de MARILUCI DE OLIVEIRA PADILHA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 022.275.459-17, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de abril de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de abril de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0968/2015

PORTARIA Nº 0968, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna 026/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JAIR ALVES CARDOSO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 471.877.609-06, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 07 de abril 2015 até 30 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de abril de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Garuva

PREFEITURA

EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 04/2015

EDITAL TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2015

A Presidente da Comissão, no uso de suas atribuições legais e conferidas através da Portaria 050/2015 de 26 de março de 2015, torna público as normas para a realização do processo seletivo para a admissão de professores de Ensino Fundamental, do Município em que a Prefeitura se obriga a contratar professor para atuar na rede municipal para o ano letivo de 2015.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A - Da Remuneração, Cargo e Carga Horária (Anexo V - LC 45/09)
TABELA DE VENCIMENTOS - MAGISTÉRIO

CARREIRA	CARGO	CARGA HORÁRIA (*)	VENCIMENTO R\$ (**)	PRÉ-REQUISITOS
Professor	Professor Nível II	10 h	462,38	Licenciatura Plena na Área de atuação com registro no MEC
		20 h	924,76	
		30h	1.387,14	
		40h	1.849,53	
	Professor Nível I	10 h	427,56	Magistério ou cursando Licenciatura na área de atuação
		20 h	855,12	
		30h	1.282,69	
		40h	1.710,25	

* Carga horária Semanal;

O limite de carga horária para este Teste Seletivo será de 40h semanais.

**Acréscimo, no vencimento, de 15% para educação infantil e anos iniciais, e de 10% para anos finais a título de regência de classe para o cargo de professor;

Auxílio alimentação, proporcional a carga horária, até o limite máximo de R\$ 450,00.

B - Da Relação Jurídica

Conforme artigo 8º, da Lei Complementar 18/2002, ao contratado aplica-se o disposto nos artigos 54, 56, 57, 58, 65, 107, 108, incisos II, III, IV, VIII, XII, 113, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 202, 203, 241, 247, 248, 250 da Lei Complementar nº 001/98, de 16 de fevereiro de 1998 e Lei Complementar nº 30/2006, parágrafo 1º e 2º, Lei Complementar nº 34/2007 e Lei Complementar 39/08.

C - Do prazo de contratação

O candidato classificado será contratado de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, por um período de até 11 meses, prorrogável a critério da Secretaria Municipal de Educação de acordo com Artigo 4º da Lei Complementar 18/2002.

II - DA HABILITAÇÃO

O candidato poderá se inscrever orientando-se pelas tabelas constantes neste edital.

a) O candidato deverá comprovar a habilitação mínima exigida na disciplina/nível/modalidade/área no ato da inscrição, conforme normas dispostas no presente edital;

b) O candidato com formação superior deverá apresentar diploma de conclusão do curso, devidamente registrado, até a data final da Prova de Títulos;

c) O candidato que se inscrever como Habilitado e não apresentar o diploma até a escolha da vaga será automaticamente desclassificado no processo seletivo;

d) A respectiva habilitação mínima exigida são as constantes nas tabelas a seguir.

ÁREA - ENSINO FUNDAMENTAL:

A habilitação mínima exigida para a inscrição é a constante na tabela abaixo de acordo com a disciplina de opção do candidato.

	NIVEL	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
Geografia	II	Diploma de curso superior de licenciatura Plena na Área.
	I	Certidão de Frequência que comprove estar o candidato cursando licenciatura na área.

	NIVEL	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
Libras	II	Diploma de curso superior de licenciatura Plena na Área.
	I	Certidão de Frequência que comprove estar o candidato cursando licenciatura na área.

	NIVEL	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
Segundo Professor	II	Diploma de curso superior de licenciatura Plena na Área.
	I	Certidão de Frequência que comprove estar o candidato cursando licenciatura na área, pedagogia e/ou magistério.

III - DAS VAGAS DESTINADAS A PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS

a) Ao candidato portador de necessidades especiais é assegurado o direito de se inscrever neste Processo Seletivo, devendo assinalar sua condição no item específico do requerimento de Inscrição.

b) Será reservada vaga para candidato portador de necessidades especiais, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a necessidade especial de que seja portador, equivalente a 5% das vagas a serem ofertadas, conforme Art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, Decreto Federal nº 5.296/2004 e suas alterações

c) O candidato portador de necessidades especiais integrará a listagem geral e será classificada de acordo com sua opção, área e disciplina, observada a ordem de classificação.

d) Não havendo candidatos aprovado se classificados para as vagas reservadas para pessoa portadora de necessidades especiais, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos classificados neste Processo Seletivo.

e) Será considerada pessoa portadora de necessidades especiais aquela conceituada na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadre nas categorias descritas no Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, Decreto Federal nº 5.296/2004 e suas alterações, Lei Estadual nº 12.870/2004 e na Lei Federal nº 7.853/1989.

f) O candidato portador de necessidades especiais deverá anexar a ficha de inscrição cópia autenticada de laudo médico especificando a respectiva necessidade especial, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças- CID, e a indicação de que ela não impede ao candidato o exercício do cargo a que se inscreveu, cuja data de expedição seja igual ou posterior à data de publicação deste Edital

g) O candidato inscrito para a vaga reservado a portador de necessidades especiais que deixar de atender, no prazo editalício, as determinações do disposto no edital terá sua inscrição invalidada, passando a concorrer unicamente como candidato não portador de necessidades especiais.

h) O candidato portador de necessidades especiais submeter-se-á, quando convocado, à avaliação de equipe multiprofissional, conforme Decreto Federal nº 3.298/99 e Decreto Federal nº 5.296/04, que terá a decisão terminativa sobre:

i. Candidato como portador de necessidades especiais ou não; e
ii. o grau de necessidade especial, capacitante ou não, para o exercício do cargo.

i) O candidato portador de necessidades especiais participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas, bem como à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

j) Não será admitido recurso relativo à condição de portador de necessidades especiais de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

IV - DO PEDIDO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS

a) O candidato inscrito ou não como pessoa portadora de necessidades especiais, que necessitar de condições especiais para a realização da prova, deverá requerê-lo por escrito, no ato da inscrição, relacionando as condições que julgar necessárias.

b) O atendimento às condições solicitadas por candidato portador de necessidades especiais ficará sujeito à análise da legalidade e razoabilidade do pedido.

c) O candidato portador de necessidades especiais que não atender as normas acima estabelecidas não terá o atendimento ou condição especial para a realização das provas, não podendo impetrar recurso em favor de sua condição.

d) Não será realizado atendimento domiciliar, em qualquer hipótese. Também não será permitido o atendimento em hospital fora da cidade sede de realização da prova.

V. DAS INSCRIÇÕES

a) A ficha de inscrição deverá obrigatoriamente ser preenchida pelo candidato e protocolada entre os dias 13 de abril de 2015 até 22 de abril de 2015, das 07h30 às 13h30, na sede da Prefeitura de Garuva, na Secretaria Municipal de Educação, estabelecida na Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, Garuva/SC;

b) A ficha de inscrição estará disponível no site www.garuva.sc.gov.br, a partir de 06/04/2015

Parágrafo único- O Professor e/ou especialista não poderá se inscrever neste processo seletivo quando tiver sido dispensado em contrato anterior, nos últimos 2 (dois) anos, em decorrência de processo administrativo disciplinar.

c) Em caso de mudança de endereço, ou do número de telefone, após a inscrição, é responsabilidade do candidato, comunicar por escrito a Secretaria Municipal de Educação.

d) O candidato da Área da Educação poderá se inscrever conforme a habilitação exigida na disciplina.

e) O candidato deverá apresentar o tempo de serviço, escolaridade e os títulos no ato da inscrição.

VII - DA VALIDADE DA INSCRIÇÃO

Ao candidato só será permitida uma única inscrição.

VIII - DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

A homologação das inscrições será divulgada em 22 de abril de 2015 a partir das 14h, pela internet no endereço eletrônico <http://www.garuva.sc.gov.br> e mural da Prefeitura Municipal de Garuva

IX - DO PROCESSO SELETIVO

O processo seletivo, para a área de educação, se dará por prova objetiva e Prova de Títulos

Etapa 1 - PROVAS ESCRITAS

a) Prova objetiva de conhecimentos gerais, de caráter eliminatório, valorada de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, no qual o candidato deverá alcançar no mínimo 30% (trinta) por cento de acerto;

Etapa 2: PROVA DE TÍTULOS

a) Títulos: pós graduação, cursos de aperfeiçoamento, de caráter classificatório (limite de 10 pontos)

b) Tempo de Serviço (limite de 10 pontos)

X - DA CONFIRMAÇÃO DO LOCAL DE PROVA

O local da prova será na Escola Municipal Vicente Vieira, no endereço Rua Antonio Ladislau de Araújo, 802 - Centro - Garuva/SC, em caso de mudança do local de prova será divulgado pela internet no endereço eletrônico <http://www.garuva.sc.gov.br> e mural da Prefeitura Municipal de Garuva.

É responsabilidade exclusiva do candidato ou de seu representante legal informar-se sobre o local de realização da prova.

XII - DAS PROVAS ESCRITAS

DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS ESCRITAS

a) A prova objetiva será realizada no dia 29 de abril de 2015, conforme tabela abaixo:

Horário	Provas
19:00h às 22:00h	Prova Objetiva

b) O local de realização da prova objetiva constará do documento de confirmação do local de provas;

c) Em nenhuma hipótese será realizada qualquer prova escrita fora do local, data e horário determinados neste Edital e na confirmação do local de provas;

d) A Comissão reserva-se o direito de transferir a data de aplicação das provas, ou de atrasar o horário de início, por motivos fortuitos ou de força maior;

e) A realização da prova objetiva na data prevista dependerá da disponibilidade de locais adequados à sua realização;

f) Havendo alteração da data prevista, a prova objetiva poderá ocorrer em dias de semana, sábados, domingos ou feriados nacionais;

g) O candidato somente terá acesso às salas de realização da prova escrita mediante a apresentação de um dos Documentos de Identidade Oficial, original ou fotocópia autenticada. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza;

h) Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins: Protocolo de segunda via; Certidão de Nascimento; Título Eleitoral; Carteira Nacional de Habilitação (emitida antes da Lei nº 9.503/97); Carteira de Estudante; Crachás e Identidade Funcional de natureza pública ou privada;

i) Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova objetiva, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido por órgão policial há no máximo 30 (trinta) dias;

j) Para realização da prova, somente será permitido ao candidato o uso de caneta esferográfica, com tinta azul ou preta;

k) O candidato que, durante a realização da prova objetiva, for encontrado de posse, de qualquer tipo de relógio, telefone celular, pager, beep, calculadora, controle remoto, alarme de carro ou quaisquer outros componentes ou equipamentos eletrônicos, em funcionamento ou não, terá sua prova anulada e, com isso, será automaticamente eliminado do Processo Seletivo;

l) Os portões do prédio/sala onde será realizada a prova objetiva serão fechados, impreterivelmente, no horário marcado para o início da prova. Recomenda-se ao candidato chegar ao local da prova escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário estabelecido;

m) O candidato que chegar ao local da prova objetiva após o fechamento dos portões/sala terá sua entrada vedada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato;

n) O acesso às salas de provas de pessoas estranhas só será permitido mediante a autorização da Coordenação Local e em casos específicos;

o) O candidato não poderá entregar seu material de prova ou retirar-se da sala de realização das provas antes de transcorridos 30 (trinta) minutos do seu início;

p) O candidato que necessitar ausentar-se da sala de provas durante sua realização somente poderá fazê-lo acompanhado de um fiscal;

q) Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento do candidato da sala de provas;

r) Ao terminar as provas, o candidato entregará ao fiscal da sala o caderno de prova e cartão-resposta devidamente preenchido e assinado;

s) Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala de provas somente poderão retirar-se da sala simultaneamente;

t) Será permitido levar o rascunho do gabarito;

u) Fica assegurado às mães lactantes o direito de participarem do teste seletivo, nos critérios e condições estabelecidas pelos artigos 227 da Constituição Federal, artigo 4º da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e artigos 1º e 2º da Lei nº 10.048/2000;

w) A candidata que seja mãe lactante deverá indicar esta condição na respectiva ficha de inscrição, para a adoção das providências necessárias pela Comissão do teste seletivo;

v) As mães poderão retirar-se, temporariamente, das salas / locais onde estarão sendo realizadas as provas, para atendimento aos seus bebês em sala especial a ser reservada pela Comissão do teste seletivo;

x) Para a amamentação, o bebê deverá permanecer no ambiente a ser determinado pela coordenação local do teste seletivo (sala dos professores);

y) O bebê deverá estar acompanhado somente de um adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata), e a permanência temporária desse adulto, em local apropriado, será autorizada pela Comissão do teste seletivo;

z) A candidata, durante o período de amamentação, será acompanhada de "fiscal" que garantirá que sua conduta esteja de acordo com os termos e condições deste Edital.

b) DA PROVA OBJETIVA

1. A prova objetiva será composta por 10 (vinte) questões no formato de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta, de "A" a "E", das quais somente 1 (uma) deverá ser assinalada como correta:

a) O candidato será, eliminado do Teste Seletivo se não obtiver no mínimo 30% (trinta por cento) de acerto:

2. As questões das provas versarão sobre o conteúdo programático constante do Anexo I deste Edital

c) DA DIVULGAÇÃO DAS QUESTÕES DE PROVAS, DOS GABARITOS E LISTA DOS APROVADOS NAS PROVAS AVALIATIVAS

a) As questões das provas e o gabarito preliminar estarão à disposição dos interessados no dia 29 de abril de 2015 a partir das 22h, pela Internet no endereço eletrônico <http://www.garuva.sc.gov.br> e mural da Prefeitura Municipal de Garuva;

b) O gabarito oficial será divulgado no dia 30 de abril de 2015, a partir das 14h pela Internet no endereço eletrônico <http://www.garuva.sc.gov.br> e mural da Prefeitura Municipal de Garuva;

c) No dia 30 de abril de 2015 às 14h será divulgada a lista dos aprovados;

d) Não serão disponibilizados os cadernos de provas utilizados pelos candidatos.

d) DOS RECURSOS E DA ANULAÇÃO DAS QUESTÕES DA PROVA

a) O candidato que tiver qualquer discordância em relação a qualquer etapa do processo (homologação de inscrição/gabarito da prova/ resultado final) terá até 24 (vinte e quatro) horas para recorrer após a publicação oficial no site <http://www.garuva.sc.gov>.

br e mural da Prefeitura Municipal de Garuva;

b) Para recorrer, o candidato deverá utilizar de requerimento e protocolar na Secretaria de Educação na Prefeitura Municipal de Garuva, direcionada ao Presidente da Comissão, dentro das 24 (vinte e quatro) horas, respeitando o horário de expediente da Prefeitura;

c) Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido;

d) Todos os recursos regulares serão analisados e os pareceres serão divulgados no endereço eletrônico <http://www.garuva.sc.gov.br>, quando da divulgação do gabarito oficial definitivo. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos;

e) Não será aceito recurso via postal, via fax, via e-mail ou, ainda, fora do prazo;

f) Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso de gabarito oficial definitivo;

g) Na hipótese de anulação de questão, a mesma será considerada como respondida corretamente por todos os candidatos, independentemente de terem recorrido;

e) DA AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

a) A prova objetiva é de caráter eliminatório e classificatório;

b) Todos os candidatos inscritos na área de educação deverão realizar a prova;

c) A pontuação para todas as etapas de avaliação serão valoradas de 0 a 10;

e) Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que tiver nota abaixo de 3 (três) na prova objetiva.

XIX - DA PROVA DE TÍTULOS E TEMPO DE SERVIÇO

a) O Candidato deverá comprovar escolaridade, entrega documentos comprobatórios dos títulos e/ou tempo de serviço, no horário de expediente da Prefeitura, na Secretaria de Educação, no ato da inscrição.

b) É responsabilidade do candidato a entrega dos documentos da Prova de Títulos e/ou Tempo de Serviço conforme normas previstas neste Edital;

c) Os documentos que não estiverem de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital, ainda que entregues, não serão considerados;

d) Os comprovantes dos títulos e/ou tempo de serviço não serão devolvidos ao candidato nem serão fornecidas cópias desses títulos. Por esse motivo, não devem ser entregues ou encaminhados documentos originais, com exceção das certidões;

e) Não serão aceitos títulos encaminhados por qualquer outro meio a não ser o descrito neste edital;

f) A constatação de qualquer irregularidade ou falsidade de documento apresentado na Prova de Títulos e/ou Tempo de Serviço implicará na imediata desclassificação do candidato sem prejuízo das sanções legais;

g) Não serão considerados, para efeito de pontuação os documentos ilegíveis, bem como os emitidos via fax, páginas eletrônicas ou outras formas não previstas neste edital;

h) A escolha dos títulos a serem encaminhados é de inteira responsabilidade do candidato. À Comissão Organizadora cabe apenas avaliar os títulos relacionados e encaminhados pelo candidato;

i) Concluído o prazo estabelecido para entrega dos títulos, não serão aceitos acréscimos de outros documentos;

j) Por ocasião dos recursos, podem ser encaminhados somente documentos que sirvam para esclarecer dados de documentos apresentados ou encaminhados no período determinado para a entrega dos títulos;

k) A Comissão não poderá alterar a opção do candidato preenchida no requerimento de inscrição, quanto ao nível de escolaridade caso o documento apresentado não comprove a escolaridade mínima exigida conforme normas do Edital;

l) Nos documentos apresentados para a prova de títulos devem

constar a assinatura do responsável, a carga horária e o período de início e de término do curso ou do evento.

m) A avaliação do tempo de serviço será feita através de atestado de tempo de serviço no magistério estadual, municipal, federal, de Santa Catarina e de outros Estados, ou carteira de trabalho e previdência social (CTPS) contendo as páginas: identificação do trabalhador, registro do empregador que informe o período (com início e fim, se for o caso), e obterá a pontuação conforme tabela abaixo;

n) Para efeito de pontuação relativa ao título de tempo de serviço no magistério não será considerada fração de ano nem sobreposição de tempo nos documentos apresentados, mesmo que em instituições diferentes.

o) Não será computado para efeito de pontuação ao título de tempo de serviço no magistério, o tempo de serviço do servidor aposentado ou com processo de aposentadoria em tramitação.

p) Não será computado também, o título de tempo de serviço no magistério, o tempo de estágio, de monitoria e de bolsa de estudo, nem o tempo de trabalho voluntário exercido na condição de estudante;

f) A prova de títulos será avaliada da seguinte forma (até o limite máximo de 10 pontos):

Área de educação:

Professor Nível II - Habilitado na área (Graduado) e Especialistas (Supervisor e Orientador Escolar)

Doutorado	10 pontos
Especialização Strictu Sensu - Mestrado	8 pontos
Especialização Latu Sensu – Pós Graduação (mínimo de 360h)	6 pontos
Cursos de Capacitação – 40h (mínimo) 480h (máximo)	0,25 pontos a cada 40h até o limite de 3 pontos

Professor Nível I

Magistério/ Ensino Médio na Modalidade Normal

Cursando Licenciatura na área

Magistério	5
Cursando Graduação – 6º ao 8º semestre/ fase/ período	2
Cursos de Capacitação – 40h (mínimo) 480h (máximo)	0,25 pontos a cada 40h até o limite de 3 pontos

Atestado de tempo de serviço (na área de educação)	0,20 pontos a cada 6 meses até o limite de 10 pontos
--	--

Tempo de Serviço (limite de 10 pontos) - Área de Educação

XXI - DA CLASSIFICAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

a) Os candidatos considerados aprovados serão ordenados e classificados pela Comissão organizadora, pelo nível, pela disciplina/modalidade e pela habilitação mínima exigida, de acordo com a sua inscrição no Processo Seletivo, segundo a ordem decrescente de pontuação final, conforme a seguinte fórmula:

$$PF = [PO + PT + TS] : 3$$

PF - Pontuação Final; PO - Prova Objetiva; PT - Prova de Títulos; TS - Tempo de Serviço

b) Em caso de empate na pontuação final do Processo Seletivo, terá preferência o candidato com maior idade;

c) Os candidatos portadores de necessidades especiais concorrerão em lista classificatória própria.

XXII - DOS RECURSOS CONTRA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO

a) O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao resultado preliminar do Processo Seletivo terá 24h (vinte e quatro horas) para recorrer.

b) Para recorrer, o candidato deverá utilizar de requerimento e protocolar na Secretaria Municipal de Educação, direcionada a Presidente da Comissão;

c) Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

d) Todos os recursos regulares serão analisados e os pareceres serão divulgados no endereço eletrônico (<http://www.garuva.sc.gov.br>), no dia 30 de abril de 2015 a partir das 14h;

e) Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos;

f) Não será aceito recurso via postal, via fax, via e-mail ou, ainda, fora do prazo;

g) A decisão final da COMISSÃO será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

XXIII - DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO

O resultado final com a relação dos candidatos classificados será divulgado no site da prefeitura (<http://www.garuva.sc.gov.br>), e no mural da Prefeitura de Garuva no dia 30 de abril de 2015 a partir das 14h;

XXIV - DA ESCOLHA DE VAGAS

a) As vagas para a 1ª chamada serão publicadas até o dia 30 de abril de 2015 a partir das 14h, (<http://www.garuva.sc.gov.br>), e no mural da Prefeitura de Garuva.

b) A escolha de vagas da 1ª chamada ocorrerá de acordo com a ordem de classificação e será realizada no dia 04 de maio de 2015 as 08h, na Secretaria Municipal de Educação;

c) A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração.

d) A chamada dos candidatos aprovados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vaga.

e) O candidato que escolher vaga e desistir da mesma será excluído da listagem de classificação de escolha de vaga, ficando impedido de escolher outra vaga.

f) O candidato que escolher vaga e no decorrer do ano letivo necessitar de redução de carga horária deverá encaminhar a Secretaria Municipal de Educação justificativa e aguardar a manifestação, que poderá atender ou não, de acordo com as necessidades de excepcional interesse público;

g) O candidato que não se apresentar no dia e horário determinados para a escolha de vaga, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar uma nova chamada; h) A chamada dos classificados ao cargo de professor nível I deverá ocorrer depois de esgotadas todas as possibilidades de admissão dos classificados ao cargo de professor nível II;

i) Após cada chamada será reprocessada a classificação, retornando ao início da listagem. Ou seja, a cada chamada encerrada, voltar-se-á ao início da listagem de classificação, oferecendo, primeiramente, as novas vagas para aqueles candidatos que já foram chamados e não escolheram ou não compareceram;

j) Os candidatos poderão no ato da escolha de vagas apresentar os documentos necessários para admissão e retirar sua guia para exames admissionais;

k) Caso o Candidato não entregue a documentação no ato da escolha de vagas, o mesmo terá mais 2 (dois) dias úteis de prazo, para apresentar a documentação contida no edital no Departamento de Recursos Humanos. Passado este prazo, fica a Secretaria de Educação autorizada a dar continuidade à chamada dos

demais candidatos, respeitando a sequência da ordem de classificação. Caso o candidato não se apresente no prazo determinado, será excluído do processo seletivo.

l) Todas as vagas remanescentes serão publicadas no site (<http://www.garuva.sc.gov.br>), conforme necessidade das Unidades Escolares, durante o ano letivo, sendo que o candidato deverá estar no local indicado e quem não se apresentar no dia e horário determinados para a escolha de vaga, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar uma nova chamada;

XXV - DOS REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS PARA ADMISSÃO

a) Documentos exigidos para a Admissão, que deverão ser entregues 02 (dois) dias úteis.

Cópia simples dos seguintes documentos:

1. Certidão de nascimento (se solteiro);
 2. Certidão de casamento (se casado);
 3. Comprovante de residência atual (fatura de água, energia elétrica ou telefone);
 4. RG e CPF;
 5. Título de eleitor;
 6. Carteira de Trabalho (onde constam o nº da carteira e a qualificação civil);
 7. Cartão do PIS/PASEP;
 8. Certificado de reservista (p/ homens)
 9. Certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos
 10. Atestado de vacinação para filhos menores de 14 anos
 11. Declaração Completa de Imposto de Renda (IRPF) ou Declaração de Bens (fornecida pelo RH)
 12. Carteira de habilitação (quando o cargo requerer)
 13. Certidão negativa de antecedente criminais - Justiça Estadual dos lugares em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos. Disponível em: <http://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>
 14. Certidão de quitação eleitoral. Disponível em: <http://tse.jus.br/servicos/certidoes/certidao-de-quitacaoeleitoral>
 15. Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça - Cadastro Nacional de Condenados de Crime de Improbidade Administrativa. Disponível em: http://cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php
 16. Declaração de não ter sofrido exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 da Lei nº 6.745/1985, e parágrafo único da Lei Federal 8.112/1990 e as correspondentes constantes dos Estados e Municípios (fornecida pelo RH)
 17. Declaração negativa de acumulação de cargo público (fornecida pelo RH) ou de condição de acumulação amparada pela Constituição
 18. Declaração do local de trabalho quando possuir outro vínculo empregatício com informação da carga horária semanal
 19. Comprovante de abertura de conta corrente ou conta salário junto ao Banco do Brasil, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário
 20. 01 foto 3x4 RECENTE
 21. Ficha Salário Família (fornecida pelo RH)
 22. Declaração de dependência econômica, p/ quem declara IR (fornecida pelo RH)
 23. ASO (a guia será entregue após a escolha de vaga, o candidato terá o prazo máximo de 10 dias para sua realização)
- Cópia autenticada dos seguintes documentos
1. Comprovante de grau de escolaridade (para os cargos de nível superior: DIPLOMA)
 2. Certificado/diploma de curso de especialização (quando o cargo requerer)
 3. Certificado/diploma de curso específico (quando o cargo requerer)
 4. Registro no órgão de classe (quando o cargo requerer)

XXVI - DISPOSIÇÕES FINAIS

a) O candidato classificado que escolher vaga será admitido em

caráter temporário no ano de 2015 de acordo com a legislação em vigor;

b) O processo seletivo de que trata este Edital terá validade para o ano letivo de 2015, conforme Lei Complementar;

c) Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão organizadora; Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 06 de abril de 2015.

Adriane Beatriz Moecke Galando

Presidente da Comissão

Portaria 050/2015

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS

CARGO	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DISCIPLINAS E ESPECIALISTA
Professor Nível I, II	LDB 9394/96 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm ECA http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm Plano Nacional de Educação http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm

ANEXO II

ATESTADO DE TEMPO DE SERVIÇO

Identificação da Instituição privada ou instituição pública (papel timbrado, razão social, CNPJ, endereço)

Atestamos para fins de contagem de tempo de serviço, conforme estabelece o Edital do Processo Seletivo para Admissão de Professores em Caráter Temporário do ano letivo de 2015, que o Senhor(a)

, nascido(a) em _ / _ /

portador(a) do documento de identidade nº

e CPF nº exerceu ou ainda exerce atividades no magistério nessa instituição, no cargo de PROFESSOR, conforme abaixo especificado:

PERÍODO DE: / / a / / PERÍODO DE: / / a / / PERÍODO DE: / / a / / PERÍODO DE: / / a / / PERÍODO DE: / / a / /

Declaramos, sob as penas do artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que as informações constantes desta declaração são a expressão da verdade.

Garuva, / /2015 .

Assinatura e carimbo do responsável pela instituição

ANEXO III

FICHA DE INSCRIÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE GARUVA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INSCRIÇÃO PARA TESTE SELETIVO PROFESSOR ACT/2015 EDITAL Nº 002/2015	
NOME DO(A) CANDIDATO(A)	Nº DA INSCRIÇÃO (fornecido no ato da inscrição)

RG	CPF	DATA NASC.
ENDEREÇO/ E-MAIL		TELEFONES
INSCRIÇÃO 1. () Segundo Professor 2. () Geografia 3. () Libras Esta área será preenchida exclusivamente pelo candidato.		
PARA CLASSIFICAÇÃO: Nível I () Nível II ()		
Garuva,de.....de 2015		
Declaro que aceito todas as normas especificadas no Edital de abertura deste Teste Seletivo e que possuo todos os documentos exigidos no mesmo, para a qual me candidato. Sou responsável pelo preenchimento da ficha de Inscrição, pelas informações aqui prestadas e sob as penas da Lei em caso de Declaração falsa.		Assinatura do Responsável Pelo recebimento da Inscrição
_____ Assinatura do(a) candidato(a)		

.....

.....

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE GARUVA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INSCRIÇÃO PARA TESTE SELETIVO PROFESSOR ACT/2015 EDITAL Nº 002/2015		
NOME DO(A) CANDIDATO(A)		Nº DA INSCRIÇÃO
RG	CPF	DATA NASC.
INSCRIÇÃO 1. () Segundo Professor 2. () Geografia 3. () Libras		
Garuva,de.....de 2015		
_____ Assinatura do Responsável Pelo recebimento da Inscrição		

Via do candidato

ANEXO IV CRONOGRAMA

- 1 - INSCRIÇÃO :13 á 22 de abril de 2015;
- 2 - HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES: 22 de abril de 2015 as 14h;
- 3 - PROVA: 29 de abril as 19h Esc. Mun. Vicente Vieira;
- 4 - GABARITO PRELIMINAR: 29 de abril de 2015 as 22h;
- 5 -GABARITO OFICIAL: 30 de abril de 2015 as 17h;
- 6 - PUBLICAÇÃO OFICIAL DOS APROVADOS NA PROVAS: 30 de abril de 2015 as 14h;
- 7 - QUADRO DE VAGAS: 30 de abril de 2015 as 14h;
- 8 - ESCOLHA DE VAGAS : 04 de maio de 2015 as 8h;

EDITAL Nº 01/2015 CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - EDITAL PARA ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

Edital CMDCA nº 01/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de GARUVA, Estado de Santa Catarina.

A PRESIDENTA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA-GARUVA-SC, Sra. URSULA SCHLOGL, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, em reunião realizada no dia 01 de Abril de 2015, no Gabinete do Vice-Prefeito, na Prefeitura Municipal de Garuva, e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, na Resolução Conanda nº 170/2014 e no Arts. 6º e 7º, da Lei Municipal nº 1322/2007, abre as inscrições para a eleição dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Garuva-SC, e dá outras providências.

1 - Do Cargo e das Vagas

1. A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas 5 (cinco) vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

2. Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

2.1 - Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3. O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

2 - Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 - O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 1322/2007, terá assegurado o direito a:

I - vencimento de R\$- 1.293,61 (Um mil, duzentos e noventa e três reais e sessenta e um centavos), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - cobertura previdenciária;

III - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - licença-maternidade;

V - licença-paternidade;

VI - gratificação natalina;

VII - Gratificação indenizatória de R\$ 500,00 (quinhentos reais);

§ 1º - A gratificação prevista no inciso VI da Lei 1322/2007 e Inciso VIII da Lei 1757/2013 não será incorporada ao vencimento;

2.2. Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa Lei.

2.2.1- Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3 - A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.4 - A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Garuva.

2.5 - O expediente de atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 7:00 às 13:00hs e das 13:00 às 19:00hs.

2.5.1 - O plantão noturno será das 19:30hs às 7:30hs do dia seguinte.

2.5.2 - Haverá plantão nos finais de semana (sábado e domingo)

e feriados;

2.5.3 - Para os plantões noturnos e de final de semana ou feriados, será previamente estabelecida escala, nos termos do Regimento Interno do Conselho Tutelar.

3 - Do Processo de Escolha

3.1 - Das Inscrições

3.1.1 - O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período de 22/04/2015 a 08/06/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público das 8:00 às 13:00hs, na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação-SMDSH, localizada à Rua Eugenio Avanci, nº 656, em Garuva-SC;

3.1.2 - Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição: I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II - idade superior a 21 (vinte e um anos), comprovada por certidão de nascimento/casamento ou outro documento com fé pública;

III - residir no município, há pelo menos três meses anteriores à publicação deste Edital, demonstrada por comprovante de residência;

IV - conclusão do ensino médio, comprovada através de Diploma de Conclusão do Ensino Médio;

V - experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, que poderá ser comprovada da seguinte forma:

a) declaração fornecida por entidade cadastrada no CMDCA;

b) declaração emitida por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente;

c) registro em carteira profissional de trabalho, comprovando experiência na área com criança e adolescente;

V - outros requisitos previstos em Lei Municipal.

3.1.2.1 - O candidato servidor público municipal deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar, conforme condições acima.

3.1.2.2 - Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.3 - São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar: cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.4 - O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.2 - Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 - A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 18/06/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum da Comarca de Garuva, para ciência pública.

3.2.2 - Publicada a lista, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período de 19/06/2015 a 25/06/2015, no horário de atendimento ao público, das 8:00 às 12:00hs, na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação-SMDSH à Rua Eugenio Avanci, nº 656, em Garuva-SC.

3.2.2.1 - O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 25/06/2015 a 30/06/2015, no horário de atendimento ao público das 8:00 às 12:00hs na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação-SMDSH, à Rua Eugenio Avanci, nº 656, em Garuva-SC.

3.2.2.2 - A Comissão Eleitoral terá prazo para resposta quanto às impugnações até o dia 24/07/2015.

3.2.3 - O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 14/08/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum da Comarca de Garuva.

3.2.4 - Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o CMDCA de Garuva poderá suspender o processo eleitoral e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado que será no dia 04/10/2015.

3.3 - Da Propaganda Eleitoral

3.3.1 - Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.3.1.1 - No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

3.3.1.2 - A propaganda eleitoral somente poderá ser feita através de santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.3.1.3 - Não será permitida a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário, bonés e afins.

3.3.2 - Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.3.2.1 - Considera-se grave perturbação à ordem: propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.3.2.2 - Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos: doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

3.3.2.3 - Considera-se propaganda enganosa: a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser atendidas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.3.3 - É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar: fazer propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos; sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.3.4 - É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.3.5 - Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada, a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.6 - Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da notificação, serão analisados e julgados pelo CMDCA de Garuva, no prazo de 3 (três) dias úteis.

3.3.7 - O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.3.8 - É vedado aos órgãos da administração pública, direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda a favor de candidatos, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.8.1 - É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

3.4 - Da Eleição

3.4.1 - A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário das 8:00 às 17:00hs, no seguinte local:

◦ ASSOCIAÇÃO DOS IDOSOS DE GARUVA (Clube dos Idosos, ao lado do Ginásio de Esportes Silvio de Miranda)

3.4.2 - A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3 - No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.4.4 - O eleitor deverá apresentar à mesa receptora de votos, a

carteira de identidade, ou outro documento com fé pública, obrigatoriamente com foto.

3.4.4.1 - Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes no documento apresentado, confrontando a assinatura constante no documento com a efetuada na sua presença, e mencionando em ata a dúvida suscitada.

3.4.4.2 - A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.4.5 - A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça, por fiscais indicados por este, e por membros efetivos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, junto à seção eleitoral.

3.4.6 - O eleitor votará uma única vez em até 5 (cinco) candidatos na mesa receptora de votos na seção instalada.

3.5 - Do Voto

3.5.1 - Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados na Justiça Eleitoral da circunscrição do Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.5.1.1 - Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores na Justiça Eleitoral da circunscrição do Município até 3 (três) meses antes da eleição.

3.5.2 - O voto é sigiloso, aposto em cédula que será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indepassável.

3.5.2.1 - O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) de sua preferência.

3.6 - Da Cédula Oficial

3.6.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA de Garuva, com indicação dos números e nomes dos candidatos.

3.6.1.1 - Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.6.1.2 - O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.6.2 - Na cabine de votação, constará a relação de todos os candidatos, com seus respectivos números.

3.7 - Das Mesas Receptoras

3.7.1 - Atuarão como mesários os membros do CMDCA de Garuva, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2 - Constituirão a mesa receptora de votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2.1 - O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.7.2.2 - O Presidente deverá estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo motivo de força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.7.2.1 - Na falta do Presidente, assumirá a presidência o Mesário, e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.7.3 - A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, juntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.7.4 - Compete aos componentes das mesas receptoras de votos: I - Cumprir as normas estabelecidas pela Comissão Eleitoral; II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.7.5 - Nas mesas receptoras de votos será permitida a fiscalização da votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo o fato ser registrado em ata.

3.7.6 - Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notória e sabidamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

3.8 - Da Apuração

3.8.1 - A apuração dar-se-á na sede do Clube dos Idosos, logo após o fechamento das urnas, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.8.2 - Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.8.3 - Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção preencherão a Ata de Votação.

3.8.4 - Concluída a contagem dos votos, a mesa receptora deverá fechar o relatório dos votos referentes à votação de forma manual.

3.8.5 - Os 5 (cinco) candidatos mais votados é que assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.8.5.1 - Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3.8.6 - No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que possuir mais tempo de experiência na área da Infância e da Juventude, de acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição.

3.8.6.1 - Persistindo o empate, considerar-se-á eleito o candidato mais idoso.

4 - Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 - O resultado da eleição será publicado no dia 07 de Outubro de 2015, em edital que será afixado no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum da Comarca de Garuva, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 - Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal de Garuva e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 - A posse dos 5 (cinco) primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 - Ocorrendo vacância do cargo, que poderá ser por renúncia, falecimento ou destituição do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.1.1 - Caso haja afastamento por vacância do cargo, férias do titular, licenças ou suspensão temporária do titular assumirá o suplente que estiver entre os mais votados, a partir do 6º (sexto) nome da lista de candidatos;

4.3.2 - Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á pela lista os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.3.3 - Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, devendo também serem convidados os suplentes.

5 - Das Disposições Finais

5.1 - As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 1322/2007, sem prejuízo das demais leis afetas.

5.2 - O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 - A aprovação e a classificação final gera para os 5(cinco) suplentes mais votados apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 - A data e o local para realização de evento relativo ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cessão de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 - Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão

resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante do Ministério Público.

5.6 - O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação-S-MDSH, à Rua Eugenio Avanci, nº 656, em Garuva-SC.

5.7 - É responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar os editais, comunicados e demais publicações referentes ao processo eleitoral ora em curso.

5.8 - O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.9 - O Ministério Público deverá ser cientificado da publicação do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 - Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva-SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

5.11 - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Garuva-SC, 01 de Abril de 2015.

URSULA SCHLOGL

PRESIDENTA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GARUVA-SC

CRONOGRAMA PROCESSO PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015		
Providências	Prazos	
Publicação do edital	01 de abril de 2015	
Inscrições	22/04/2015 a 08/06/2015	
Análise das inscrições	11/06/2015 a 15/06/2015	
Publicação da relação dos candidatos	18/06/2015	
Impugnação de candidatura	19/06/2015 a 25/06/2015	
Notificação dos candidatos impugnados para defesa	25/06/2015 a 30/06/2015	
Apresentação da defesa pelo candidato impugnado	01/07/2015 a 10/07/2015	
Análise e decisão das impugnações	13/07/2015 a 24/07/2015	

Providências	Prazos	
Interposição de recurso	27/07/2015 a 31/07/2015	
Publicação das inscrições aprovadas	Operacionalização da eleição (seleção das pessoas que trabalharão no pleito; solicitação da lista de eleitores junto ao TRE; confecção das cédulas/urnas eletrônicas; e reunião com a equipe)	18/09/2015
	Solicitação de apoio à Polícia Militar	22/06/2015 a 26/06/2015
	Divulgação do local de votação	01/04/2015
	Eleição	04/10/2015
	Divulgação do resultado	Imediatamente após a apuração dos votos
	Posse dos eleitos	10/01/2016

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 12/2015**

RESOLUÇÃO Nº 12/2015

Dispõe sobre exoneração de servidor

O Presidente da Câmara Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e regimentais, em especial ao artigo 8º e 50 paragrafo 3º inciso II do Regimento Interno desta Casa legislativa, Resolve:

Art. 1º - Exonera o servidor Joesel Bilau do cargo de Assessor Parlamentar nomeado pela Resolução 07/2015.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente, em 06 de abril de 2015.

Reginaldo Mews Rosa

Presidente da Mesa

Gaspar**PREFEITURA****AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2015**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2015

OBJETO: Registro de Preços de pneus. ENVELOPES até às 09h do dia 17/04/2015, no Depto. de Compras, Rua Cel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro. ABERTURA às 09h30min, Íntegra do Edital no Depto. de Compras ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 07/04/2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

EXTRATO DO ADITIVO 1 DO CONTRATO Nº SAF-124/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO 1 DO CONTRATO Nº SAF-124/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 03/03/2015. VENCTO.: 31/12/2015. Tomada de Preços nº.: 224/2014. OBJETO: acréscimo ao contrato para construção da E.E.F. Olimpio Moretto. CONTRATADA: TORRE FORTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. (07.826.872/0001-52). Valor: R\$ 21.693,48.

Gaspar/SC, 03 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

EXTRATO DO ADITIVO 2 DO CONTRATO Nº SAF-119/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO 2 DO CONTRATO Nº SAF-119/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 24/11/2014. VENCTO.: 24/11/2015. Tomada de Preços nº.: 221/2014. OBJETO: acréscimo do contrato para melhorias no pátio do CDI Dorvalina Fachini. CONTRATADA: TORRE FORTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. (07.826.872/0001-52). Valor: R\$ 7.397,16.

Gaspar/SC, 24 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

EXTRATO DO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO Nº SAF-93/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO Nº SAF-93/2014

VENCTO.: 30/07/2014. Tomada de preços nº.: 171/2014. OBJETO: prorrogação do prazo de execução do contrato para pavimentação asfáltica e drenagem pluvial da Rua José Patrocínio dos Santos. CONTRATADA: PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA (79.485.892/0001-18). Sem acréscimo de valor.

Gaspar/SC, 11 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

EXTRATO DO ADITIVO Nº 6 DO CONTRATO Nº SAF-85/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº 6 DO CONTRATO Nº SAF-85/2012

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 31/03/2015. VENCIMENTO: 31/05/2015. Tomada de preços nº.: 154/2012. OBJETO: prorrogação da contratação de serviços técnicos para elaboração de estudo de concepção do sistema de esgotamento sanitário do município e Projeto Técnico do sistema de esgotamento sanitário do Centro e bairros Sete de Setembro e Santa Terezinha.. CONTRATADA: HABITARK ENGENHARIA LTDA (05.269.823/0001-30). Sem acréscimo de Valor.

Gaspar/SC, 27 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº FMS-20/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº FMS-20/2015

Início da vigência: 30/03/2015. Vencimento: 29/03/2016. Pregão nº.: 42/2015. Objeto: Aquisição de Microchips e Equipamentos Para Identificação Eletrônica de Animais : R.E. FUNGUETTO RIBEIRO - ME (18.486.436/0001-06). Valor total: R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais).

Gaspar/SC, 30 de março de 2015.
MÁRCIA ADRIANA CANSIAN
Secretária Municipal da Saúde

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-10/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-10/2015

Início da vigência: 11/03/2015 Vencimento: 11/03/2016. Pregão Presencial nº 23/2015. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de toldo instalado na Feira Livre Municipal. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Contratado: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TOLDOS TIMBÓ LTDA. (78.220.712/0001-03). Valor total: R\$ 9.675,00 (nove mil, seiscentos e setenta e cinco reais).

Gaspar (SC), 11 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-11/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-11/2015

Início da vigência: 12/03/2015 Vencimento: 12/03/2016. Dispensa nº.: 39/2015. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Rural, para o atendimento à alimentação escolar das Unidades de Ensino do Município de Gaspar. Contratado: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE JARAGUA DO SUL - COPAJAS (06.171.996/0001-84). Valor total: R\$ 253.316,50 (duzentos e cinquenta e três mil, trezentos e dezesseis reais e cinquenta centavos).

Gaspar/SC, 20 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-12/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-12/2015

Início da vigência: 12/03/2015 Vencimento: 12/03/2016. Dispensa nº.: 43/2015. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Rural, para o atendimento à alimentação escolar das Unidades de Ensino do Município de Gaspar. Contratado: RUBENS JOSÉ SABEL (030.339.859-04). Valor total: R\$ 19.998,90 (dezenove mil, novecentos e noventa e oito reais e noventa centavos).

Gaspar/SC, 20 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-13/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-13/2015

Início da vigência: 12/03/2015 Vencimento: 12/03/2016. Dispensa nº.: 43/2015. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Rural, para o atendimento à alimentação escolar das Unidades de Ensino do Município de Gaspar. Contratado: THIAGO BAILER (047.982.330-19). Valor total: R\$ 19.998,90 (dezenove mil, novecentos e noventa e oito reais e noventa centavos).

Gaspar/SC, 20 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-14/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-14/2015

Início da vigência: 12/03/2015 Vencimento: 12/03/2016. Dispensa nº.: 43/2015. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Rural, para o atendimento à alimentação escolar das Unidades de Ensino do Município de Gaspar. Contratado: NELÇO HILLESHEIN (557.373.909-34). Valor total: R\$ 19.998,90 (dezenove mil, novecentos e noventa e oito reais e noventa centavos).

Gaspar/SC, 20 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-15/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-15/2015

Início da vigência: 12/03/2015 Vencimento: 12/03/2016. Dispensa nº.: 43/2015. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Rural, para o atendimento à alimentação escolar das Unidades de Ensino do Município de Gaspar. Contratado: INAVIR SANDRIN (023.046.629-00). Valor total: R\$ 19.998,90 (dezenove mil, novecentos e noventa e oito reais e noventa centavos).

Gaspar/SC, 20 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-16/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-16/2015

Início da vigência: 12/03/2015 Vencimento: 12/03/2016. Dispensa nº.: 43/2015. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Rural, para o atendimento à alimentação escolar das Unidades de Ensino do Município de Gaspar. Contratado: CHARLES SABEL (034.235.409-40). Valor total: R\$ 19.998,90 (dezenove mil, novecentos e noventa e oito reais e noventa centavos).

Gaspar/SC, 20 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-17/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-17/2015

Início da vigência: 12/03/2015 Vencimento: 12/03/2016. Dispensa nº.: 43/2015. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Rural, para o atendimento à alimentação escolar das Unidades de Ensino do Município de Gaspar. Contratado: PAULO MARANGONI (290.961.039-04). Valor total: R\$ 13.000,50 (treze mil reais e cinquenta centavos).

Gaspar/SC, 20 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-21/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-21/2015

Início da vigência: 09/04/2015 Vencimento: 09/04/2016. Inexigibilidade nº.: 44/2015. Objeto: Contratação de serviços de suporte técnico e atualização/updates de versões do software de Banco de Dados Oracle sob o licenciamento nº 3845751, junto à Oracle do Brasil Sistemas Ltda., prestadora exclusiva do serviço. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Contratado: ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA. (59.456.277/0001-76). Valor total: R\$ 3.150,34 (três mil, cento e cinquenta reais e trinta e quatro centavos).

Gaspar/SC, 30 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-8/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-8/2015

Início da vigência: 03/03/2015 Vencimento: 03/03/2016. Dispensa nº.: 6/2015. Objeto: Contratação de instituição especializada para elaboração e realização de Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas do quadro e reserva técnica de servidores da administração direta e indireta do município. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Contratado: INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM (33.645.482/0001-96).

Gaspar/SC, 03 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-9/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-9/2015

Início da vigência: 09/03/2015 Vencimento: 09/03/2016. Inexigibilidade nº.: 35/2015. Objeto: Contratação de empresa especializada, fornecedora de soluções para fundamentar, capacitar e subsidiar o agente público no exercício de suas atribuições, através de produtos e serviços que oferecem suporte, atualização e resolução de problemas em licitações e contratos. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Contratado: ZENITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A (86.781.069/0001-15). Valor total: R\$ 9.271,98 (nove mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e oito centavos).

Gaspar/SC, 09 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO CONTRATO Nº SAF-24/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO CONTRATO Nº SAF-24/2014

Início da vigência: 31/03/2015 Vencimento: 31/03/2016. Inexigibilidade nº.: 63/2014. Objeto: Prorrogação do contrato de instituição disciplinar para execução do Projeto de Formação Continuada dos professores e funcionários da Rede Municipal de Ensino de Gaspar. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Contratado: FURB - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU (82.662.958/0001-02). Valor total: R\$ 194,462,40 (cento e noventa e quatro mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos).

Gaspar/SC, 31 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-26/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-26/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 22/04/2014. VENCTO.: 02/04/2016. Dispensa nº.: 49/2013. OBJETO: Prorrogação do contrato de locação de bem imóvel destinado às instalações do Procon, situado na Rua Mario Wanzuita, nº 60, bairro Centro, Gaspar/SC. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: ALICE CATHARINA DUCHENE DE AGUIAR (896.312.779-68). VALOR TOTAL: R\$ 18.302,40 (dezoito mil, trezentos e dois reais e quarenta centavos).

Gaspar/SC, 26 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-75/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-75/2014

Pregão nº 97/2014. OBJETO: Repactuação do preço referente ao advento de Convenção Coletiva de Trabalho - CCT 2015. Contrato referente à contratação de empresa para a prestação de serviços de limpeza e zeladoria do Terminal Urbano Vereador Norberto Willy Schosslund. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar

(83.102.244/0001-02). CONTRATADA: PROSERV ASSESSORIA E CONSULTORIA DE PESSOAL LTDA. (79.488.482/0001-20). VALOR TOTAL: 3.168,76 (três mil, cento e sessenta e oito reais e setenta e seis centavos).

Gaspar/SC, 06 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

PORTARIA RH 41/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 41/2015

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio com 1/3 em pecúnia, a(o) servidor(a) CARLOS ALBERTO DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 21/02/2005 a 20/02/2010, devendo folgar 02 meses a partir de 06/04/2015 a 04/06/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 06 de abril de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 42/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 42/2015

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio com 1/3 em pecúnia, a(o) servidor(a) ALBERTO CHAGAS, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras à disposição na Secretaria de Educação, referente ao período aquisitivo de 04/02/2010 a 27/02/2015, devendo folgar 02 meses a partir de 06/04/2015 a 04/06/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 06 de abril de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

SAMAE - GASPAR

PORTARIA N. 37 DE 01 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA N. 37 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

EXONERA A PEDIDO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE ETA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE A SERVIDORA MAYRA DOS SANTOS

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1o - Fica exonerada, a partir do dia 01 de abril de 2015, a servidora MAYRA DOS SANTOS, portadora do CPF nº. 065.299.959-00 e da CI nº. 4.253.276 do cargo em comissão de Gerente de ETA e Esgotamento Sanitário do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Nível CC, Ref. 52, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 01 de abril de 2015.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente

PORTARIA N.38 DE 01 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA N. 38 DE 01 DE ABRIL DE 2015

NOMEIA GERENTE DE ETA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE A SERVIDORA DIANE RODRIGUES SILVEIRA

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1o - Fica nomeada, a partir do dia 01 de abril de 2015, a servidora DIANE RODRIGUES SILVEIRA, portadora do CPF nº 010.089.809-27 e da CI nº. 3.943.267 para o cargo de Gerente de ETA e Esgotamento Sanitário do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Nível CC, Ref. 52, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 01 de abril de 2015.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente

Governador Celso Ramos**PREFEITURA****EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 076/2013**

Extrato do Segundo Termo Aditivo referente ao contrato nº 076/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 076/2013.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 076/2013 PELO PERÍODO DE 60 (sessenta) DIAS, a contar da data de 06/03/2015.

Governador Celso Ramos 06 de março de 2015
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 067/2013

Extrato do Segundo Termo Aditivo referente ao contrato nº 067/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 067/2013.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: Fábio César Martins - América Net Informática
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a aditar o contrato original, em R\$ 4.246,62 readequando as quantias inicialmente licitadas.

Governador Celso Ramos 06 de março de 2015.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

Grão Pará**PREFEITURA****EDITAL PR 05/2015 FMS AQUISIÇÃO VEICULO**

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 06/2015

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 05/2015-PR

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO AUTOMÓVEL ZERO QUILOMETRO PARA A VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E COMBATE A DENGUE ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ Data e Horário de Abertura: 22/04/2015, às 14h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177-R23, com a Pregoeira.

Grão-Pará/ SC, 01 de abril de 2015.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

PORTARIA N 115-2015-CON. MUN. MEIO AMBIENTE

PORTARIA Nº 115/2015

DE 23 DE MARÇO DE 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº 1.103/2001, de 27 de novembro de 2001,

RESOLVE

Nomear os membros integrantes do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA para atuarem no período de 23 de março de 2015 a 22 de março de 2017, ficando assim constituído:

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO URBANO
Titular: Helio Alberton Junior
Suplente: Jiseli Kons

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
Titular: Célia Kulkamp Meurer
Suplente: Márcio Borba Blasius

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
Titular: Dioni Kuhnen Salvador
Suplente: Josiane Hereck Bussolo

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Titular: Jane Bonin
Suplente: Edinara Hereck Bussolo

REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Titular: Daiana Beltrame Müller
Suplente: Ana Paula Galvan Momm

REPRESENTANTES DOS COMERCIANTES - CÂMARA DE

DIRIGENTES LOJISTAS DE GRÃO-PARÁ - CDL

Titular: Valdiléia Ballmann

Suplente: Bianca Bussolo Alberton

CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Titular: Edilson Guizoni Wessler

Suplente: Valecio Bussolo

ENTIDADE COMUNITÁRIA DEVIDAMENTE CONSTITUÍDA E REGISTRADA - CENTRO COMUNITÁRIO SANTO ESTANISLAU

Titular: Flávio Heidmann Junkes

Suplente: Alberto Zeling Szlachta

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A. - EPAGRI

Titular: Emanuel Ramos Viquetti

Suplente: Sônia Maria Brüning Ascari

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES - APP DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIO PATINHAS

Titular: Alcione Maira Furtado

Suplente: Neide Leal Weber

POLÍCIA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL DA 3ª COMPANHIA DO BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL

Titular: 2º Sargento PM Jorge Euclides

Suplente: Soldado PM Zaverson Soares Remor

REPRESENTANTES DOS INDUSTRIÁRIOS

Titular: Almeci Momm

Suplente: Vitor Ascari

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
23 de março de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em 23 de março de 2015.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento das despesas abaixo relacionadas de condição imprescindível ao prosseguimento das ações governamentais na área da Educação do Município de Grão-Pará, no que tange ao fornecimento de produtos que integram o rol de produtos da merenda escolar da Rede Municipal de Ensino.

Despesas a serem salgadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: Super Líder Alimentos Ltda

Empenhos: 2050/14 (Restos a Pagar 570), 2635/14 (Restos a Pagar 645), 2050/14 (Restos a Pagar 689), 2720/14 (Restos a Pagar 690), 2050/14 (Restos a Pagar 691), 2946/14 (Restos a Pagar 719), 2420/14 (Restos a Pagar 749), 2910/14 (Restos a Pagar 750), 2946/14 (Restos a Pagar 815), 3032/14 (Restos a Pagar 816), 2050/14 (Restos a Pagar 818), 2050/14 (Restos a Pagar 868), 3870/14 (Restos a Pagar 1084), 3870/14 (Restos a Pagar 1094), 3921/14 (Restos a Pagar 1150), 3870/14 (Restos a Pagar 1155), 3922/14 (Restos a Pagar 1157), 3921/14 (Restos a Pagar

1167), 3870/14 (Restos a Pagar 1168), 3920/14 (Restos a Pagar 1169), 4151/14 (Restos a Pagar 1191), 4202/14 (Restos a Pagar 1195), 3870/14 (Restos a Pagar 1237), 4164/14 (Restos a Pagar 1239), 4155/14 (Restos a Pagar 1240), 3450/14 (Restos a Pagar 1261), 3926/14 (Restos a Pagar 1264), 4250/14 (Restos a Pagar 1279), 4155/14 (Restos a Pagar 1320), 4154/14 (Restos a Pagar 1321), 4164/14 (Restos a Pagar 1322), 3870/14 (Restos a Pagar 1330), 4293/14 (Restos a Pagar 1331), 4293/14 (Restos a Pagar 1340), 4250/14 (Restos a Pagar 1358), 3922/14 (Restos a Pagar 1419), 4154/14 (Restos a Pagar 1423), 4499/14 (Restos a Pagar 1424), 4553/14 (Restos a Pagar 1477) e 1303/14 (Restos a Pagar 1569).

Valor: R\$ 9.376,85

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 06 de abril de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento das despesas abaixo relacionadas de condição imprescindível ao prosseguimento das ações governamentais na área da Educação do Município de Grão-Pará, no que tange ao fornecimento de produtos necessários aos serviços de copa e higiene da Rede Municipal de Ensino.

Despesas a serem salgadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: TM Schlickmann & Cia Ltda ME

Empenhos: 4165/14 (Restos a Pagar 1244), 3033/14 (Restos a Pagar 1246), 4165/14 (Restos a Pagar 1272), 1999/14 (Restos a Pagar 1362), 4500/14 (Restos a Pagar 1426) e 4165/14 (Restos a Pagar 1434)

Valor: R\$ 813,55

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 06 de abril de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento das despesas abaixo relacionadas de condição imprescindível ao prosseguimento das ações governamentais na área da Educação do Município de Grão-Pará, no que tange ao fornecimento de produtos que integram o rol de produtos da merenda escolar da Rede Municipal de Ensino.

Despesas a serem salgadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: Super Líder Alimentos Ltda

Empenhos: 1257/14 (Restos a Pagar 131), 1255/14 (Restos a Pagar 147), 1685/14 (Restos a Pagar 241), 1774/14 (Restos a Pagar 273), 1776/14 (Restos a Pagar 275), 1884/14 (Restos a Pagar

333), 2219/14 (Restos a Pagar 468), 2228/14 (Restos a Pagar 482), 2271/14 (Restos a Pagar 507), 2236/14 (Restos a Pagar 508), 2234/14 (Restos a Pagar 509), 2291/14 (Restos a Pagar 515), 2230/14 (Restos a Pagar 516), 2264/14 (Restos a Pagar 517), 2270/14 (Restos a Pagar 518), 2430/14 (Restos a Pagar 572), 2183/14 (Restos a Pagar 573), 2429/14 (Restos a Pagar 574), 2291/14 (Restos a Pagar 575), 2412/14 (Restos a Pagar 576), 2368/14 (Restos a Pagar 577), 2363/14 (Restos a Pagar 578), 2291/14 (Restos a Pagar 579), 2721/14 (Restos a Pagar 670), 2291/14 (Restos a Pagar 672), 2291/14 (Restos a Pagar 687), 2864/14 (Restos a Pagar 784), 3789/14 (Restos a Pagar 808), 3047/14 (Restos a Pagar 813), 2183/14 (Restos a Pagar 814), 3045/14 (Restos a Pagar 870), 3380/14 (Restos a Pagar 881), 3369/14 (Restos a Pagar 883), 3475/14 (Restos a Pagar 907), 3515/14 (Restos a Pagar 937), 3869/14 (Restos a Pagar 1080), 3869/14 (Restos a Pagar 1081), 3869/14 (Restos a Pagar 1082), 3924/14 (Restos a Pagar 1151), 3869/14 (Restos a Pagar 1152), 3924/14 (Restos a Pagar 1154), 3869/14 (Restos a Pagar 1156), 3869/14 (Restos a Pagar 1190), 4220/14 (Restos a Pagar 1238), 3924/14 (Restos a Pagar 1257), 3869/14 (Restos a Pagar 1258), 3927/14 (Restos a Pagar 1263), 4220/14 (Restos a Pagar 1293), 4280/14 (Restos a Pagar 1294), 4281/14 (Restos a Pagar 1295), 4282/14 (Restos a Pagar 1296), 4220/14 (Restos a Pagar 1318), 4264/14 (Restos a Pagar 1332), 4266/14 (Restos a Pagar 1333), 4263/14 (Restos a Pagar 1334), 4220/14 (Restos a Pagar 1341), 4454/14 (Restos a Pagar 1354), 4220/14 (Restos a Pagar 1445), 4454/14 (Restos a Pagar 1446), 3924/14 (Restos a Pagar 1565), 1234/14 (Restos a Pagar 1567), 1240/14 (Restos a Pagar 1568), 2123/14 (Restos a Pagar 1570), 4456/14 (Restos a Pagar 1572), 4447/14 (Restos a Pagar 1573) e 4797/14 (Restos a Pagar 1714).

Valor: R\$ 15.566,57

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 06 de abril de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento das despesas abaixo relacionadas de condição imprescindível ao prosseguimento das ações governamentais na área da Educação do Município de Grão-Pará, no que tange ao fornecimento de produtos necessários aos serviços de copa e higiene da Rede Municipal de Ensino.

Despesas a serem salgadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: TM Schlickmann & Cia Ltda ME

Empenhos: 4187/14 (Restos a Pagar 1243), 3813/14 (Restos a Pagar 1245), 3813/14 (Restos a Pagar 1270), 3043/14 (Restos a Pagar 1271), 3813/14 (Restos a Pagar 1274), 4283/14 (Restos a Pagar 1398), 4498/14 (Restos a Pagar 1427) e 4267/14 (Restos a Pagar 1428).

Valor: R\$ 1.751,03

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 06 de abril de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATO AD 01.15 CONTRATO 39.2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : Ad 01/2015 - Contrato Nº: 39/2015

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA

Contratada...: CLINICA DE FONOAUDIOLOGIA EBENEZER LTDA

Valor : 5.000,00 (cinco mil reais)

Vigência : Início: 06/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 6/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA REALIZAR

EXAME TESTE DA ORELINHA OU EMISSÕES OTOACÚSTICAS,

DESTINADO AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE

SAÚDE DE GUARACIABA/SC, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA E

AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O

ANO

DE 2015.

EXTRATO CONTRATO 36.2015 PMGBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 36/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

Contratada...: JOSÉ VANDERLEI BEATO - ME

Valor : 2.300,00 (dois mil e trezentos reais)

Vigência : Início: 06/04/2015 Término: 05/04/2016

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 5/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE ASSINATURAS ANUAIS DE JOR-

NAL DE

CIRCULAÇÃO LOCAL E REGIONAL PARA A UTILIZAÇÃO NOS

TRABALHOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E UNIDADES

ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA.

HOMOLOGAÇÕES DE PROCESSOS 55.2015 PMGBA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 5/2015

PROCESSO Nº 55/2015 HOMOLOGAÇÃO: 06/04/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ASSINATURAS ANUAIS DE JORNAL DE

CIRCULAÇÃO LOCAL E REGIONAL PARA A UTILIZAÇÃO NOS

TRABALHOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E UNIDADES

ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA.

CONTRATADO: JOSÉ VANDERLEI BEATO - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, CAPUT da Lei de Licitações.

=====

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 45.15 GENEROS ALIMENTICIOS ALUNOS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº45/2015.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 52/15, Edital de Pregão Presencial Nº 45/15, Objeto: Aquisição de Gêneros alimentícios para alunos das escolas da rede municipal de ensino; recebimento de propostas até às 10:00 horas do dia 17/04/15; a abertura do Edital será às 10:00 horas do dia 17/04/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba - SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 06 de abril de 2015.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 46.15 MATERIAIS ESPORTIVOS DEPTO DE ESPORTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº46/2015.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 53/15, Edital de Pregão Presencial Nº 46/15, Objeto: Aquisição de materiais esportivos para o depto de Esportes; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 22/04/15; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 22/04/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba - SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 06 de abril de 2015.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 47.15 MATERIAIS CAMA MESA BANHO E CARRINHO BEBE PARA CRECHES

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº47/2015.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 54/15, Edital de Pregão Presencial Nº 47/15, Objeto: Aquisição de materiais de cama, mesa, banho e carrinho para bebê entre outros para creches; recebimento de propostas até às 10:30 horas do dia 22/04/15; a abertura do Edital será às 10:30 horas do dia 22/04/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba - SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 06 de abril de 2015.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

Guaramirim**PREFEITURA****PORTARIA Nº. 293/2015**

PORTARIA Nº. 294/2015

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE para Jucieli Aparecida Possamai.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença maternidade para Jucieli Aparecida Possamai, na função de Auxiliar de Creche, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 06 de abril de 2015, por 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 06 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

RETIFICAÇÃO 03 2015

Modalidade: Pregão Presencial

Processo Licitação nº: 003/2015

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar.

**ATA DE
RETIFICAÇÃO**

Ao segundo dia do mês de Abril de 2015 às 09h00, na sala de reuniões da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GUARAMIRIM, SC reuniu-se o Pregoeiro Claudio Eduardo Maba e os membros da equipe de apoio Sr. Rodrigo Deretti e Sra. Juliana Antoniuti, para realizar a decisão de retificação, conforme a descrição abaixo:

Fica suspenso o pedido de intimação de amostras dos itens 20,21,22,23 e 24 para as empresas COMERCIAL STORINNY LTDA ME e JOSE MARTINI NETO SUPERMERCADO MARTINI EIRELI, solicitado na ultima Ata, o motivo inicial era agilizar o processo, porem primeiramente entenda - se respeitar o prazo de recurso.

Claudio Eduardo Maba
Pregoeiro
Portaria 366/2014

Rodrigo Deretti
Equipe de apoio
Portaria 366/2014

Juliana Antoniuti
Equipe de apoio
Portaria 366/2014

Guarujá do Sul

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO - CD 121/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL

DISPENSA DE LICITAÇÃO - COMPRA DIRETA Nº. 121/2015.

O município de Guarujá do Sul, com fundamento no Artigo 24 Inciso XVII da Lei nº. 8666/93 comunica Aquisição de material para revisão obrigatória de 10.000 km do veículo Fiat Uno Vivace MLP 9367, utilizado pela Secretaria Municipal de Agricultura, do município de Guarujá do Sul.

Fornecedor: GAMBATTO VEICULO SÃO MIGUEL LTDA

Valor Total - R\$ 284,13

Guarujá do Sul, SC, 06 de abril de 2015.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 010/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

EXTRATO CONTRATO Nº 010/2015 DE 1º/04/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Contratada: Andrade Construções Ltda.

OBJETO: Execução de sistema de esgotamento sanitário no município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra.

VALOR: R\$ 3.642.169,32

PRAZO: 31/12/2015

RECURSOS: PAC - Governo Federal- FUNASA Termo de Compromisso nº 234/2014

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2015, conforme Lei Orçamentária Anual.

Herval d'Oeste (SC), 1º de abril de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito

Simar José Rosa

Sócio Administrador (Contratada)

PORTARIA Nº 483/2015

PORTARIA Nº 483/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora JANAINA KEMER (Matr. 4117), a partir de 02 de abril de 2015, aprovada e classificada em 7º lugar através do Concurso Público 001/2014, de conformidade com o Decreto Nº 3.322/2014 de 12 de agosto de 2014, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Monitor Social - Abrigo Anjos da Luz, Nível - 4/2, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº. 280/2011, para atuar junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, no Programa de Acolhimento Institucional - ABRIGO, de conformidade com a LC Nº 292/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Abril de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 484/2015

PORTARIA Nº 484/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora BIANCA ANDRIGO (Matr. 4118), a partir de 02 de abril de 2015, aprovada e classificada em 8º lugar através do Concurso Público 001/2014, de conformidade com o Decreto Nº 3.322/2014 de 12 de agosto de 2014, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Monitor Social - Abrigo Anjos da Luz, Nível - 4/2, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº. 280/2011, para atuar junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, no Programa de Acolhimento Institucional - ABRIGO, de conformidade com a LC Nº 292/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 485/2015

PORTARIA Nº 485/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora MARISTELA CRESTANI (Matr. 57), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 9, Referência "B", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a contar de 06 de abril de 2015 a 17 de abril de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 486/2015

PORTARIA Nº 486/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

RETIFICAR e ALTERAR OS EFEITOS da Portaria nº 448/2015, que contratou em Caráter Temporário, a Senhora SHEILA APARECIDA MARTINAZZO PAGLIOSA (Matr. 4115), onde se lê: "... para exercer a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", leia-se: "... para exercer a função de Professor, Nível - 1 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo XI da LC nº 316/2013, turnos matutino e vespertino, Educação Infantil, sendo que a mesma passará a substituir à servidora Maristela Crestani, que se encontra em gozo de licença prêmio, a partir de 06 de abril de 2015 a 17 de abril de 2015, reclassificada em 127º lugar pelo Processo Seletivo nº 001/2013/SMECE/HO, de 11 de dezembro de 2013, homologado em 05 de fevereiro de 2014, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 487/2015

PORTARIA Nº 487/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora TATIANA SAUCEDO (Matr. 2798) ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeira, Nível - 12/1, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de julho de 2013 e 30 de junho de 2014, para serem gozadas a partir de 06 de abril de 2015 a 05 de maio de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 488/2015

PORTARIA Nº 488/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora JOCELI A. DA SILVA PALAVECINI (Matr. 2780) ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, Nível - 8, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 16 de junho de 2013 e 15 de junho de 2014, para serem gozadas a partir de 06 de abril de 2015 a 05 de maio de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 489/2015

PORTARIA Nº 489/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora DAIANE CORREIA BAZZI (Matr. 2745) ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, Nível - 8, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 06 de maio de 2013 e 05 de maio de 2014, para serem gozadas a partir de 06 de abril de 2015 a 05 de maio de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 490/2015

PORTARIA Nº 490/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora LUCIVANI A. GALVAN CAMARGO (Matr. 2780) ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível - 8, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 26 de agosto

de 2013 e 25 de agosto de 2014, para serem gozadas a partir de 06 de abril de 2015 a 05 de maio de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 491/2015

PORTARIA Nº 491/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora MARIALVA PEREIRA DE OLIVEIRA (Matr. 2831) ocupante do Cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, Anexo I, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de julho de 2013 e 30 de junho de 2014, para serem gozadas a partir de 06 de abril de 2015 a 05 de maio de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 492/2015

PORTARIA Nº 492/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor RODRIGO DALLA VECCHIA (Matr. 3565) ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor Administrativo de Programas, 40 horas semanais, Anexo V, da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 11 de maio de 2013 e 10 de maio de 2014, para serem gozadas a partir de 06 de abril de 2015 a 05 de maio de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 493/2015

PORTARIA Nº 493/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor ANTONIO DUTRA CONCEIÇÃO (Matr. 1405), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas II, do Nível/Referência - 8/E, 40 horas semanais, para o Nível/Referência - 8/F, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, a partir de 03 de abril de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

TERMO DE REAJUSTE Nº 008/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE

Unidades Gestora: Prefeitura Municipal de Herval D' Oeste

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro

Contratante

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Empresa: TOS OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

CNPJ/MF Nº 72.332.778/0001-09

Endereço: Av. 7 de setembro, Nº 211, Sala 106.

Contratada

TERMO ADITIVO Nº 008/2015 DE 01 DE ABRIL DE 2015

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa T.O.S Obras e Serviços Ambientais Ltda. estabelecida na Av. 7 de setembro, Nº 211, Sala 106, inscrita no CNPJ sob nº 72.332.778/0001-09, neste ato representado por sua Sócia, Senhora Juleide Inês D'Agostini, brasileira, casada, portadora do CPF nº 589.785.859-49 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 024/2012, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 atualizada, Lei Orgânica Municipal e Licitação na Modalidade de Edital de Tomada de Preço Nº. 07/2012 pelas seguintes cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira - Do Objeto

O presente termo aditivo tem por objeto o reajuste de valor do contrato, conforme IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado) no percentual de 3,1450%, passando o valor contratual mensal de R\$ 47.630,39 (quarenta e sete mil seiscentos e trinta reais e trinta e nove centavos), para R\$ 49.128,37 (quarenta e nove mil cento e vinte e oito reais e trinta e sete centavos) o que corresponde a um acréscimo mensal de R\$ 1.497,98 (um mil quatrocentos e noventa

e sete reais e noventa e oito centavos).

Parágrafo único: O reajuste se aplica a partir da publicação do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 65, incisos II §8º da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar, bem como da cláusula 2ª do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 01 de abril de 2015.

Nelson Guindani Prefeito CPF: 501.589.459-72 Contratante		Juleide Inês D'Agostini Administradora CPF: 437.061.009-59 Contratada
Testemunhas:		
Gilberto José Durigon CPF: 687.857.399-87		Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

IPREVI/HO**RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 07/2015**

RESOLUÇÃO Nº 07/2015

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PROVENTOS INTEGRAIS EQUIVALENTES A ÚLTIMA REMUNERAÇÃO, COM PARIDADE, AO SERVIDOR JOÃO OLÍVIO NEVES DOS SANTOS."

SILVANA LAZZARINI BULLA, Presidente do Conselho de Administração, e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 179/2005, e

Considerando o pedido de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, formalizado pelo servidor João Olívio Neves dos Santos em 16.01.2015;

Considerando que o requerimento foi protocolado junto ao Setor de Recursos Humanos sob o nº 971, estando devidamente formalizado e com todos os procedimentos regulares;

Considerando a Portaria nº 399 de 10.03.2015;

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder nos termos do art. 3º da EC nº 47/2005 e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005, a Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição - COMUM, ao Servidor João Olívio Neves dos Santos, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Edificações e Manutenção, Nível - 5, Classe "H", 40 horas semanais, com proventos integrais equivalendo à última remuneração e paridade; a partir de 11 de março de 2015;

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d' Oeste (SC), 11 de março de 2015.

JAQUELINE RAZERA
Diretora Administrativa

SILVANA LAZZARINI BULLA
Presidente do Conselho
de Administração

RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 08/2015

RESOLUÇÃO Nº 08/2015

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE, COM PROVENTOS PROPORCIONAIS AO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, SEM PARIDADE, À SERVIDORA IRACI TREVISOL."

SILVANA LAZZARINI BULLA, Presidente do Conselho de Administração, e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 179/2005, e

Considerando o pedido de Aposentadoria Voluntária por Idade, formalizado pela servidora Iraci Trevisol em 02.03.2015;

Considerando que o requerimento foi protocolado junto ao Setor de Recursos Humanos sob o nº 974, estando devidamente formalizado e com todos os procedimentos regulares;

Considerando a Portaria nº 466 de 01.04.2015;

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder nos termos do art. 40, § 1º, inc. III, da Constituição Federal e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005, a Aposentadoria Voluntária por Idade - COMUM, à Servidora Iraci Trevisol, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Classe "F", 40 horas semanais, com proventos proporcionais decorrentes da média aritmética simples de 80% das maiores remunerações, sem paridade; a partir de 01 de abril de 2015;

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d' Oeste (SC), 01 de abril de 2015.

JAQUELINE RAZERA
Diretora Administrativa

SILVANA LAZZARINI BULLA
Presidente do Conselho
de Administração

Ibiam

PREFEITURA

DECRETO Nº 2778/2015

DECRETO Nº 2778, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

REGULAMENTA AS LEIS Nº 543 DE 27 DE MARÇO DE 2014 E LEI Nº 567/15 DE 16 DE MARÇO DE 2015 QUE CRIA O PROGRAMA PASTAGENS DE INVERNO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Inciso VII do Artigo 88 da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto nas Leis Municipais nº 543/14 e 567/15,

DECRETA:

Art. 1º - Este Decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Municipal de Ibiam, os procedimentos do Programa Pastagens de Inverno, criado pela Lei Municipal nº 543/14 com alteração pela Lei Municipal nº 567/15.

Art. 2º- O Programa Pastagens de Inverno será regido por este Decreto e pelas disposições complementares que venham a ser estabelecidas.

Art. 3º- Cabe a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente coordenar, gerir e operacionalizar o Programa Pastagem de Inverno e, em especial, executar as seguintes atividades:

I - Realizar a gestão, supervisionar o cumprimento e promover a oferta do Programa Pastagem de inverno;

II - Receber os requerimentos do Produtor Rural, conforme Modelo constante do Anexo I;

III - Efetuar o Cadastro do Produtor Rural que efetuar o Requerimento no Programa Pastagens de inverno;

IV - Verificar junto ao setor competente, a regularidade fiscal do Produtor Rural junto ao Município de Ibiam;

V - Emitir parecer informando se o produtor rural enquadra-se nas disposições da Lei nº 543/14 e 567/15, ou seja, se tem movimento econômico de venda de bovino de corte ou de leite e seus derivados no ano anterior ao da efetivação do programa pastagem de inverno;

VI - Encaminhar os autos de Requerimento do Produtor Rural ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de Ibiam - Codemi, para aprovação do benefício;

VII - Entregar o benefício ao Produtor Rural, pegando recibo, caso seja aprovado pelo Codemi;

VIII - Fazer acompanhamento do Produtor Rural que recebeu o benefício, e efetuar a devida prestação de contas.

Art. 4º - Cabe ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de Ibiam - Codemi, deliberar sobre os requerimentos do Produtor Rural, que se inscrever no Programa Pastagens de Inverno, podendo fazer diligências e o que mais necessário for, para aprovar ou negar o benefício.

Parágrafo Único - Após a prestação de contas efetuada do Programa Pastagem de Inverno, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de Ibiam - Codemi, também emitirá Parecer em relação a essa prestação de contas.

Art. 5º - Cabe ao Controle Interno do Município de Ibiã, fiscalizar o programa Pastagem de Inverno, e Aprovar ou Não a Prestação de Contas, e para tanto, poderá efetuar todas as diligências necessárias.

Art. 6º - Cabe ao Produtor Rural do Município de Ibiã, que de-sejar os benefícios do Programa Pastagem de Inverno, efetuar o Requerimento de Cadastro, conforme Modelo constante do Anexo I, instruindo o requerimento com cópia de Nota Fiscal de Produtor Rural, comprovando o movimento econômico no ano anterior do benefício.

Parágrafo Único - O Produtor Rural que tiver aprovado o benefício, deverá retirar o benefício na sede do Município de Ibiã, ou outro local e no prazo indicados pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, sob pena de perda do direito, e deverá aplicar o incentivo em sua propriedade ou para desenvolvimento de sua atividade.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM/SC, 06 DE ABRIL DE 2015.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA
SEC. MUNICIPAL DA ADM. E FAZENDA

ANEXO I
MODELO DE REQUERIMENTO

EXMO SR.
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL DE IBIAM

Ibiã, _____ de abril de 2015.

REQUERIMENTO

_____, Produtor Rural, residente em : _____, CPF nº _____, devidamente cadastrado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Ibiã, vem requerer o meu cadastro no Programa Pastagem de Inverno e a concessão dos benefícios da Lei nº 543/14, alterada pela Lei nº 567/15, ou seja, 80 kg de semente de forrageira, a que for disponibilizada pelo Município, e para tanto Declaro pra todos os efeitos legais que no Ano de 2014, tive movimento econômico no Município de Ibiã, na exploração de Bovinocultura de Leite ou de Corte, conforme comprova a Nota Fiscal de Produtor Rural de nº _____, inclusa. Declaro ainda, que estou em situação regular com as obrigações fiscais junto ao órgão Fazendário do Município de Ibiã.

Assinatura produtor Rural

ANEXO II

MUNICÍPIO DE IBIAM
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Informo que o produtor rural Sr. _____, está Cadastrado junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, e requereu seu Cadastro no Programa Pastagem de Inverno.

Certifico, que o produtor rural Sr. _____, teve movimentação econômica de R\$ _____, no Ano de 2014, com a atividade de Bovinocultura de Leite ou de Corte, e que está em dia com as suas obrigações fiscais para com o Município de Ibiã.

Desta forma, entendo que o Produtor rural Sr. _____, se enquadra nas disposições da Lei nº 543/14 e 567/15.

È o parecer.

Ibiã, de Abril de 2015.

.....
Nome Servidor

RESOLUÇÃO Nº 015/2015 - CODEMI

RESOLUÇÃO Nº 015/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE IBIAM - CODEMI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Nº 025, de 24 de novembro de 2011.

CONSIDERANDO o Decreto n.º 2561, de 20 de novembro de 2013, o art. 2º, incisos I a VIII quanto às competências.

CONSIDERANDO que o requerimento administrativo que embasou o processo administrativo que resultou na Resolução nº 006/2014, foi efetuado em nome de Mário Sérgio Becker, e que a produção a ser ampliada é também em nome de Mário Sérgio Becker;

CONSIDERANDO que Mário Sérgio Becker na época da concessão de estímulos econômicos não possuía débito para com o Município de Ibiã;

CONSIDERANDO que Mário Sérgio Becker e Mário Luiz Becker, são membros da mesma família e trabalham em regime de economia familiar;

CONSIDERANDO que a administração pública pode rever os seus atos a qualquer tempo;

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Município de Ibiã, na reunião ordinária do dia 30 de Março de 2015.

RESOLVE:

Art.1º - Retificar o nome do beneficiado pela concessão de estímulo econômico pela Resolução nº 006/2014 CODEMI, de Mário Luiz Becker para MARIO SÉRGIO BECKER, passando o Artigo 1º da Resolução nº 006/2014, ter a seguinte redação:

"Art.1º - Aprovar a concessão de estímulos econômicos ao Senhor Mario Sérgio Becker constituído 15(quinze) horas de Trator de Esteira, 10(dez)horas de Retroescavadeira, 15(quinze) horas de Escavadeira Hidráulica e 60(sessenta) km de Caçamba."

Art.2º A prestação de contas que será de acordo com o art. 6º do Decreto nº 2561/2013 e nº 2707/2014, será exigida de Mário Sérgio Becker.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e CUMPRA-SE.

Ibiam, 01 de Abril de 2015.
Irley Luiz Lamperti
Secretário Municipal Infraestrutura Obras e Serviços Públicos
Presidente do Conselho CODEMI

Homologada em: 01/04/2015.

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal de Ibiam

RESOLUÇÃO Nº 016/2015 - CODEMI

RESOLUÇÃO Nº 016/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE IBIAM - CODEMI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Nº 025, de 24 de novembro de 2011.

CONSIDERANDO o Decreto n.º 2561, de 20 de novembro de 2013, o art. 2º, incisos I a VIII quanto às competências.

CONSIDERANDO que a Resolução nº 007/2014 CODEMI, concedeu estímulos econômicos ao senhor Clair Falchetti constituído de 30 (trinta) horas de Retroescavadeira, 15 (quinze) horas de Trator de esteira e 100 (cem) Km de Caçamba;

CONSIDERANDO que os estímulos econômicos foram estimados, e no momento da execução dos Serviços, verificou-se que 12 horas de Trator de Esteira era suficiente para realizar todo o serviço para a ampliação das atividades do Senhor Clair Falchetti;

CONSIDERANDO o princípio administrativo da economicidade;

CONSIDERANDO que a administração pública pode rever os seus atos a qualquer tempo;

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Município de Ibiam, na reunião ordinária do dia 30 de Março de 2015.

RESOLVE:

Art.1º - Retificar ou Alterar a redação do Artigo 1º da Resolução nº 007/2014 CODEMI, passando a ter a seguinte redação:

“Art.1º - Aprovar a concessão de estímulos econômicos ao senhor Clair Falchetti constituído de 17 (dezessete) horas de Trator de Esteira.”.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e CUMPRA-SE.

Ibiam, 01 de Abril de 2015.
Irley Luiz Lamperti
Secretário Municipal Infraestrutura Obras e Serviços Públicos
Presidente do Conselho CODEMI

Homologada em: 01/04/2015.

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal de Ibiam

Ilhota

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO PRG 029 - 2015 PMI - REGISTRO DE PREÇO - SINALIZAÇÃO VIÁRIA

PROCESSO Nº. 113/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2015 – MULTIENTIDADES

REGISTRO DE PREÇO

Prefeitura Municipal de Ilhota

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
OBJETO	REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COM AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, NECESSÁRIOS PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA, conforme Anexo I do Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 22/04/15 às 09:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 22/04/15 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.

ALEX MIRANDA
PREGOEIRO OFICIAL
Ilhota, 07 de abril de 2015.

AVISO LICITAÇÃO TP 004 - 2015 FME - REFORMA (TROCA DE PISOS)

PROCESSO Nº. 111/2015

TOMADA DE PREÇO Nº. 4/2015

Fundo Municipal de Educação

SETOR DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

TIPO MENOR PREÇO - GLOBAL

OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA (TROCA DE PISOS) NA ESCOLA MUNICIPAL DOMINGOS JOSÉ MACHADO, conforme Edital e seus anexos.

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 24/04/15 às 09:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 24/04/15 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006.

MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.

VALMOR BERTELLI JÚNIOR
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES
Ilhota, 07 de abril de 2015.

Imarui**PREFEITURA****AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO PMI Nº. 029/2015**

A Prefeitura Municipal de Imaruí, torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando processo de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico através do site www.bll.org.br. Para Registro de Preço para eventual aquisição de trator e implementos agrícolas para a Secretaria de Desenvolvimento Rural e Pecuário. Cadastro das propostas por meio de sistema eletrônico até as 13h55min do dia 22/04/2015. Informações e entrega do Edital, no Setor de Licitação, na Prefeitura Municipal de Imaruí, ou pelo telefone (48) 3643-0161, pelo e-mail: licitacao@imarui.sc.gov.br.

Imaruí, 06 de Abril de 2015.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

LEI Nº 4.536, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 4.536, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio, com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais Imbituba - APAE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio, recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Imbituba - APAE, inscrita no CNPJ sob o nº 83.291.807/0001-58, no valor de até R\$ 18.064,20 (dezoito mil e sessenta e quatro reais e vinte centavos), no exercício de 2015.

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O presente convênio a que se refere o Artigo 1º tem como objetivo Cooperação Técnica Financeira, visando à execução do Programa Pessoa com Deficiência.

Art. 3º A Associação beneficiada fica obrigada a prestar contas, com referência à aplicação do recurso repassado pelo Poder Público Municipal, no prazo de 30(trinta) dias após o recebimento do mesmo.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do item orçamentário 3.3.50.00.00.00.00.00 0.1.0302, recursos provenientes do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 1º de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

PORTARIA PMI/GGP Nº 215/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 215, de 06 de abril de 2015.

Dispõe sobre a Admissão de Médico Psiquiatra - CAPS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 3.135, de 25 de julho de 2007, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público

Edital - 01/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Fernando Vercosa Marinho	Médico Psiquiatra CAPS	305.544.248-27	07/04/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 06 de abril de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015 (SEAST)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEAST

ERRATA

COMUNICAÇÃO: onde se lê "dia 12 de ABRIL de 2015, às 14:00h", referente ao comunicado de abertura do Pregão nº 11/2015, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 02 de abril de 2015, ler-se-á "dia 16 de ABRIL de 2015, às 14:00h".

Imbituba, 07 de abril de 2015.

Dilson Petrassen Junior

Pregoeiro Oficial

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO REABERTURA DE PREGÃO PRESENCIAL 09/2015(SAÚDE)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO Nº 12/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015

O Pregoeiro Oficial do Município de Imbituba, torna público o fim da suspensão do processo licitatório nº 12/2015 cujo objeto é o aquisição de material odontológico de consumo para uso da Secretaria Municipal de Saúde.

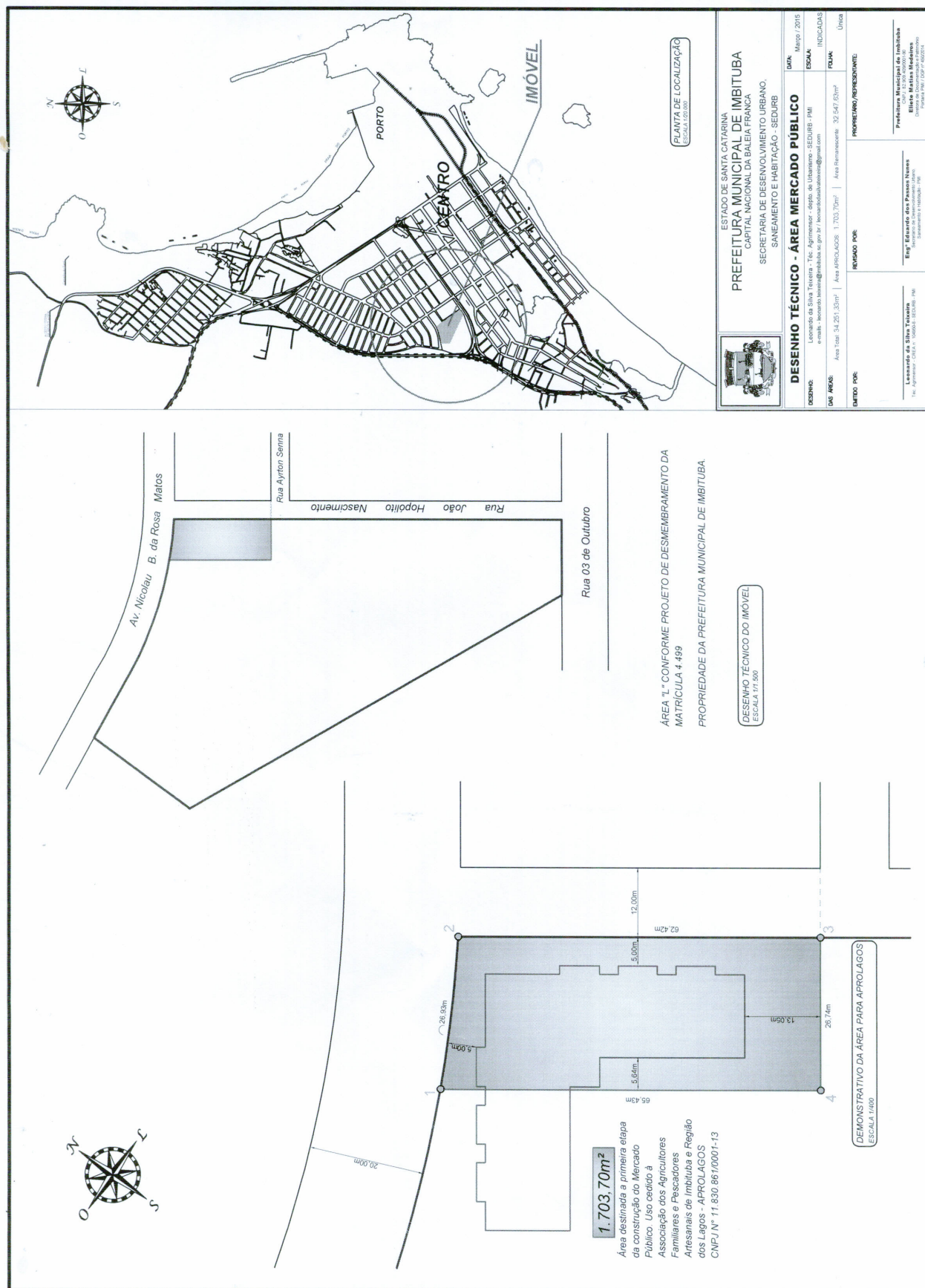
A sessão pública para recebimento de envelopes do objeto já citado, se realizará em 17 de abril de 2015, às 15:30 horas na Diretoria de Licitações.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 07 de abril de 2015.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial

LEI Nº 4.538, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 4.538, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Contrato de Concessão de Direito Real de Uso de parte de uma área de bem público, à Associação dos Agricultores Familiares e Pescadores Artesanais de Imbituba e Região dos Lagos - APROLAGOS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Contrato de Concessão de Direito Real de Uso à Associação dos Agricultores Familiares e Pescadores Artesanais de Imbituba e Região dos Lagos – APROLAGOS, inscrita no CNPJ sob n.º 11.830.861/0001-13, com sede na Rua Santana, 935, Bairro Vila Nova – Imbituba - SC.

Art. 2º O objeto do Contrato é a Concessão de Direito Real de Uso, pelo prazo de 20(vinte) anos, de uma área de 1.703,70m², pertencente à Área “L”, na Av. Nicolau Bartolomeu da Rosa Matos, Bairro Centro, Imbituba - SC, a ser desmembrada da matrícula nº 4499 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Imbituba, conforme planta de situação e localização, anexa que passa a fazer parte integrante da presente Lei.

§ 1º O Contrato de Concessão de Direito Real de Uso poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, não cabendo ao seu termo indenização por obras ou benfeitorias voluptuárias, úteis ou necessárias efetuadas na área cedida.

§ 2º Todas as despesas, taxas e impostos referentes à área cedida, serão de integral responsabilidade do Cessionário a partir da assinatura do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, devendo restituí-la ao Município ao termo do contrato livre de quaisquer ônus, e sem direito a qualquer indenização por benfeitorias realizadas no imóvel objeto nesta Lei.

Art. 3º A Associação deverá utilizar a área cedida para a construção do Centro de Comercialização de Hortifrutigranjeiros, Pescados e Artesanatos de Agricultura Familiar e Pesca Artesanal.

Parágrafo único. A construção citada no caput deste artigo deverá ser concluída em até 2 (dois) anos, sob pena de reversão do imóvel descrito ao município, não lhe cabendo qualquer indenização acerca de benfeitorias que por ventura tiverem sido realizadas no imóvel.

Art. 4º As despesas por ventura decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 1º de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA CMI Nº 034/2015**

PORTARIA CMI Nº 034/2015

“Nomeia Ana Luiza da Silva Telles Vargas para exercer o Cargo em Comissão de Assessora de Relações Institucionais”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

NOMEAR, a partir do dia 06 de Abril de 2015, a Senhora Ana Luiza da Silva Telles Vargas, brasileira, solteira, portadora do RG nº 9.030.258.025 SJS/RS, inscrita no CPF sob o nº 033.152.759-63, residente e domiciliada na Avenida Porto Novo, Ibiraquera, neste Município, para exercer o Cargo em Comissão de Assessora de Relações Institucionais.

Imbituba, 06 de abril de 2015.
Luiz Claudio Carvalho de Souza
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 06/04/2015.

Indaial**PREFEITURA****CONTRATO Nº 079/2015**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 079/2015

GC FORMAÇÕES LTDA ME

OBJETO DO CONTRATO: A contratação do profissional João Guilherme Cechelero Bento, para a capacitação de equipe técnica destinada ao atendimento do Serviço de Acolhimento Institucional, Abrigo Institucional Ademar Keunecke. A formação tem o objetivo de sensibilizar, integrar e formar a equipe do Acolhimento Institucional, contribuindo para ter um grupo coeso e que saiba da sua importância do seu trabalho na vida da criança que estiver no local, de acordo com a proposta apresentada pela contratada. Capacitação com carga horária de 26 (vinte e seis) horas/aula.

PRAZO: 31 de março de 2015 a 01 de maio de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 31/03/2015.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2015

MUNICIPIO DE INDIAIAL

Licitação nº 058/2015.

Pregão Presencial nº 025/2015-10430

Com Registro de Preços

Objeto: Aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores para frota de veículos, caminhões e tratores..

Entrega dos envelopes: 22/04/2015 as 09:15h.

Abertura das propostas: 22/04/2015 as 09:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2015

MUNICIPIO DE INDIAIAL

Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters.

Licitação nº 059/2015

Pregão Presencial nº 002/2015-28983

Objeto: Locação de sistemas palco móvel para eventos.

Entrega dos envelopes: 22/04/2015 as 14:15h.

Abertura das propostas: 22/04/2015 as 14:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

SIEGRID WAMSER RIBEIRO

Diretora Executiva

TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONTRATO Nº 037/2015

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 037/2015

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH - GABINETE DO PREFEITO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, SIM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.160.936/0001-91, com sede na rua Henrique Vigarani nº 90, bairro Barra do Rio, na cidade de Itajaí - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Jorge Goetten de Lima, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 439.279.989/15 e Cédula de Identidade nº 867.513, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e justificativa em anexo, a cláusula terceira, item 3.1, do contrato original, que tem como objeto a contratação de terceirização para serviços continuados de serventes de limpeza e cozinheiro(a), conforme quantitativos e especificações, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente edital, a contratação de terceirização para serviços continuados de serventes de limpeza e cozinheiro(a), conforme quantitativos e especificações do quadro à seguir:

ITEM	QUANT	UNID	SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO (EM R\$)	VALOR MÊS (EM R\$)	VALOR ANUAL
01	28	Postos	Serventes para a realização de serviços de limpeza, para asseio e conservação em prédios escolares, em jornada de trabalho de 40h semanais.(contratação esta pelo período 12 (doze) meses)	2.900,00	34.800,00	974.400,00
02	01	Posto	Serventes para a realização de serviços de limpeza, para asseio e conservação em prédios escolares, em jornada de trabalho de 12 x 36 horas.(contratação esta pelo período 12 (doze) meses)	5.800,00	69.600,00	69.600,00
03	01	Posto	Cozinheiro(a) e artífice de copa e cozinha para preparar e servir a alimentação escolar, em jornada de trabalho de 12 x 36 horas.(contratação esta pelo período 12 (doze) meses)	5.300,00	63.000,00	63.600,00

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 26 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	SIM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA Jorge Goetten de Lima Contratada

SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Márcio Antonio Ferrari Giovanna Huebes Nicolletti
Secretário Municipal Secretária Municipal

SECRETARIA DE SANEAMENTO SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E
E MEIO AMBIENTE HABITAÇÃO

Jânio Vilson de Aviz Paulo Roberto Ledra

Secretário Municipal Secretário Municipal

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Lindomar Lindner Secretário Municipal	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Enilson Erley Freitas Secretário Municipal
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanne Huebes Nicolletti Secretária Municipal	
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH Ademir Packer Presidente Fundação	FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Siegrid Wanser Ribeiro Diretora Executiva

GABINETE DO PREFEITO PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

João Vicente Schroeder Tânia Lúcia Petters

Gabinete OAB/SC nº 5.824

Assessora Jurídica

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 002 DO CONTRATO Nº 127/2014

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 127/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e as empresas SC ENGENHARIA E GEOTECNOLOGIA LTDA, com sede na cidade de Florianópolis - Estado de Santa Catarina, na Rua Pedro da Cunha, 61 - Capoeiras, inscrita no CNPJ sob nº 05.039.594/0001-68, e AEROCARTA S.A. ENGENHARIA DE AEROLEVANTAMENTOS, com sede na cidade de São Paulo - Estado de São Paulo, na Rua Michigan, 651 - Brooklin, inscrita no CNPJ sob nº 31.332.778/0001-21, que constituem o CONSÓRCIO AERO-INDAIAL, inscrito no CNPJ sob nº 20.146.984/0001-20, do qual ficou designado entre as partes consorciadas a empresa AEROCARTA S.A. ENGENHARIA DE AEROLEVANTAMENTOS, como líder do Consórcio, representada pelos Srs. Massayoshi Assano, brasileiro, engenheiro agrimensor, inscrito no CPF sob nº 478.277.698-53 e Cédula de Identidade nº 4.186.000 SSP/SP, com endereço na rua Brás Leme, nº 2.242, Apto131, Bloco 1, Santana, na cidade de São Paulo - Estado de São Paulo, e Saint-Cler Soares, brasileiro, engenheiro agrimensor, inscrito no CPF sob nº 061.429.908-04 e Cédula de Identidade nº 2.579.439-5 SSP/SP, com endereço na rua Granja Julieta, 9, Apto 124, Granja Julieta, na cidade de São Paulo - Estado de São Paulo, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e justificativa em anexo, a cláusula quinta, item 5.1, do contrato original que tem como objeto a execução dos serviços de engenharia, contemplando a atualização da base cartográfica, atualização do cadastro imobiliário e implantação de sistema de informações geográficas - SIG, incluindo a integração do sistema de geoprocessamento e sistema de informações interno do Município de Indaial, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO DE EXECUÇÃO:

5.1. O prazo de execução dos serviços é de 30 de março de 2015 até 26 de outubro de 2015, conforme cronograma físico-financeiro apresentado pela CONTRATANTE, contados a partir do dia seguinte ao da expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 30 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Sérgio Almir dos Santos

Contratante

AEROCARTA S.A ENGENHARIA Massayoshi Assano Contratada	AEROCARTA S.A ENGENHARIA DE AEROLEVANTAMENTOS Saint-Cler Soares Contratada

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal	PROCURADORIA GERAL DO MU- NICÍPIO Tânia Lúcia Petters Assessora Jurídica OAB/SC 5.824

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 002 DO CONTRATO Nº 311/2012
TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO 311/2012

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a empresa, CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.448.659/0001-30, sediada na Rua Ana Nery, nº 457, bairro Santana, na cidade de Rio do Sul - Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Augustinho João da Silva, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no CPF sob nº 052.466.879/53 e Cédula de Identidade nº 7R-432.139, residente e domiciliado na Rua Beco Itaiópolis, nº 70, bairro Canta Calo, na cidade de Rio do Sul - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor

forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e solicitação em anexo, as cláusulas terceira, item 3.1 e sétima, item 7.1, do contrato original, que tem como objeto a construção de muros de alvenaria e cerca em tela galvanizada, com extensão de 384,00 metros, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO:

3.1. Fica suprimido da planilha do contrato original os seguintes itens: 2.3; 2.5; 2.6; 2.7; 3.1; 3.2; 3.3; 3.4; 4.1.1; 4.1.2; 4.1.3; 4.1.4; 4.1.5; 4.1.6; 4.1.7; 4.2.1; 4.2.2; 4.2.3; 4.2.4; 4.2.6; 4.2.7; 4.2.9; 5.1; 5.2; 5.3; 5.4 e 5.5, conforme planilha anexa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR DO CONTRATO:

7.1. O valor total do presente contrato é de R\$ 54.463,04 (cinquenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e três reais e quatro centavos), conforme planilha de quantidade e preços unitários e totais, ao presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial, 31 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Prefeito	CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA Augustinho João da Silva Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Tânia Lúcia Petters

OAB/SC nº 5.824

Assessora Jurídica

SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE

Jânio Vilson de Aviz

Secretário Municipal

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 003 DO CONTRATO Nº 127/2014
TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 127/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDIAIAL - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e as empresas SC ENGENHARIA E GEOTECNOLOGIA LTDA, com sede na cidade de Florianópolis - Estado de Santa Catarina, na Rua Pedro da Cunha, 61 - Capoeiras, inscrita no CNPJ sob nº 05.039.594/0001-68, e AEROCARTA S.A. ENGENHARIA DE AEROLEVANTAMENTOS, com sede na cidade de São Paulo - Estado de São Paulo, na Rua Michigan, 651 - Brooklin, inscrita no CNPJ sob nº 31.332.778/0001-21, que constituem o CONSÓRCIO AERO-INDAIAL, inscrito no CNPJ sob nº 20.146.984/0001-20, do qual ficou designado entre as partes consorciadas a empresa AEROCARTA S.A. ENGENHARIA DE AEROLEVANTAMENTOS, como líder do Consórcio, representada pelos Srs. Massayoshi Assano, brasileiro, engenheiro agrimensor, inscrito no CPF sob nº 478.277.698-53 e Cédula de Identidade nº 4.186.000 SSP/SP, com endereço na rua Brás Leme, nº 2.242, Apto131, Bloco 1, Santana, na cidade de São Paulo - Estado de São Paulo, e Saint-Cler Soares, brasileiro, engenheiro agrimensor, inscrito no CPF sob nº 061.429.908-04 e Cédula de Identidade nº 2.579.439-5 SSP/SP, com endereço na rua Granja Julieta, 9, Apto 124, Granja Julieta, na cidade de São Paulo - Estado de São Paulo, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e justificativa em anexo, as cláusulas terceira, item 3.1 e sétima, item 7.1, do contrato original que tem como objeto a execução dos serviços de engenharia, contemplando a atualização da base cartográfica, atualização do cadastro imobiliário e implantação de sistema de informações geográficas - SIG, incluindo a integração do sistema de geoprocessamento e sistema de informações interno do Município de Indaial, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO:

3.1. Fica suprimido da planilha do contrato original os seguintes itens: 1.5; 1.5.1; 1.5.2; 1.5.3; 1.5.4; 1.5.5; 1.7; e 1.7.3, conforme planilha anexa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR DO CONTRATO:

7.1. O valor total do presente contrato é de R\$ 1.651.500,00 (um milhão, seiscentos e cinquenta e um mil e quinhentos reais), conforme planilha de quantidade e preços unitários e totais, anexo ao presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma,

para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 30 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDIAIAL

Sérgio Almir dos Santos

Contratante

AEROCARTA S.A ENGENHARIA Massayoshi Assano Contratada	AEROCARTA S.A ENGENHARIA DE AEROLEVANTAMENTOS Saint-Cler Soares Contratada

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal	PROCURADORIA GERAL DO MU- NICÍPIO Tânia Lúcia Petters Assessora Jurídica OAB/SC 5.824

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

Ipumirim

PREFEITURA

DECRETO N. 2.139 DE 06 DE ABRIL DE 2.015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 27.335,00

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do artigo 34 da Lei 1.748 de 15 de outubro de 2.014 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.015 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso I do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e inciso II do § 4º do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.751 de 12 de dezembro de 2.014, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.015 - LOA,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I - Código reduzido 115, Projeto 1.005 - Estruturação e modernização das atividades administrativas, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.3.0007, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 26.850,00.

II - Código reduzido 116, Projeto 1.046 - Estruturação e Modernização da Assistência Social, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.3.0062, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 485,00.

TOTAL GERAL
R\$ 27.335,00

Art. 2º Os créditos suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta da seguinte fonte de recursos:

I - Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0007, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 26.850,00

II - Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0062, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 485,00

TOTAL GERAL
R\$ 27.335,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 06 de abril de 2.015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 06 de abril de 2.015
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 230/2.015 DE 01 DE ABRIL DE 2.015.

ALTERA PORTARIA 170/2015 QUE HOMOLOGOU MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 4º da Lei nº 0866/91 de 30 de Setembro de 1991.

A L T E R A

Fica alterada a portaria 170/205 que homologou os seguintes membros para constituírem o Conselho Municipal de Assistência Social de Ipumirim - SC.

Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comercio.

Titular: Gerson Mario Wildner

Suplente: Claudete Spricigo Zanella.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria Produzira efeitos a partir de 12 de Fevereiro de 2015.

Ipumirim - SC, 01 de Abril de 2015.

VALDIR ZANELLA.

Prefeito.

PORTARIA Nº. 231/2015 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE OPERADOR DE MAQUINAS AGRICULAS E SIMILARES PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

CONTRATA

CLEUCIR FENGLER, sob a Matrícula 2415-5, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3942113 e do CPF 050.372.599-40, para ocupar o cargo em caráter temporário de Operador de Máquinas Agríc.e Similarres, constante no Anexo II, Grupo C - Serviços Operacionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002, nível salarial Nível 78, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 44 horas semanais, lotação: Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, para o período de 01/04/2015 a 30/12/2015. Ou até o preenchimento da vaga por Concurso Publico

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 01/04/2015.

Ipumirim - SC, 01 de abril de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 232/2015 DE 02 DE ABRIL DE 2015.
NOMEIA NO CARGO COMISSONADO DE DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 112 da Lei Complementar nº 018/2005 de 23 de dezembro de 2.005, que dispõe sobre a reorganização e modernização da Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Ipumirim, do quadro de pessoal e dá outras providências,

NOMEIA

ELI SUELI DOS SANTOS PELIN, sob a Matrícula 2416, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº.37817639 e do CPF 036.704.669-59, nomeado no cargo comissionada de DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - DIRE - NIVEL - 030, constante do Anexo I-D Secretaria Municipal de Saúde da Lei Complementar 018/2005, com vencimentos previstos no Anexo II, Nível CC-030, da Lei supra mencionada.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 02/04/2015.

Ipumirim - SC, 02 de Abril de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 233/2015 DE 06 DE ABRIL DE 2015.
CONCEDE FERIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A CLAUDIOMIR CANZI, matrícula 2273-0, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 01/04/2014 a 31/03/2015 e gozo de 06/04/2015 a 25/04/2015 e, conforme previsto no art. 127, § 1º da Lei Complementar 01/2002, 10 dias convertidos em pecúnia relativo ao período de 26/04/2015 a 05/05/2015.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06/04/2015.

Ipumirim - SC, 06 de abril de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Irineópolis

PREFEITURA**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015 - PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 16/2015

PREGÃO PRESENCIAL N.º 09/2015

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 23 de abril de 2015, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação MENOR PREÇO POR ITEM de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a "AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O ABATEDOURO REGIONAL DE FRANGOS". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111, e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 06 de abril de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA N º 081/2015

PORTARIA N º. 081/2015.

CONTRATA SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001 e, amparado no que dispõe a Lei Complementar nº 056/2012 de 10/02/2012, e no Art. 2º, inciso IV e § 1º da Lei Complementar nº. 064/2013, de 26/02/2013, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR FRANÇOIS ARTHUR PEREIRA LOPES DE BRITO, nascido em 07/03/1994, portador do CPF n º 061.171.889-86, RG. n º 5.794.210, SSP/SC, para no período de 02/02/2015 a 31/12/2015, exercer as atividades de Professor de Educação Física ACT (40h/sem), conforme aprovação e classificação em Teste Seletivo Público da Prefeitura Municipal de Irineópolis, Edital nº 0015/2015, homologado em 26/02/2015 e Contrato de Trabalho Temporário nº 04/2015/SME, para atuar junto Departamento Municipal de Esportes e Lazer.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 23/02/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itapiranga

PREFEITURA

EXTRATO DO DISTRATO DE EMPREGO PUBLICO Nº 10/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DO DISTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO DISTRATO DE EMPREGO PUBLICO Nº 10/2015/RH
PARTES: Município de Itapiranga e CATIANE KERN.
OBJETO: Distrato do Contrato de Emprego Público nº 09/2012/RH de 25/06/2012, como Agente Comunitário de Saúde.

Itapiranga - SC. 06 de abril de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

PORTARIA 048/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 048/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Flávio Santos, matrícula nº 6493/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato nº 001/2015 - FMS, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 053/2013, para contratação de seguros para veículos do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 27 de fevereiro de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

PORTARIA 049/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 049/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Clair M. H. Heinen, matrícula nº 7709/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato nº 002/2015 - FMS, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo de

Licitação na modalidade de Dispensa de Licitação nº 003/2015, para utilização dos serviços médicos especializados oferecidos pelo CIS/AMEOSC.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 27 de fevereiro de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

PORTARIA 050/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 050/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Luis C. Steffenon, matrícula nº 6260/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato nº 003/2015 - FMS, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo de Licitação na modalidade de Inexigibilidade de Licitação nº 004/2015, para prestação de serviços odontológicos para confecção de próteses dentárias a pessoas necessitadas.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 27 de fevereiro de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

PORTARIA 051/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 051/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Clair M. H. Heinen, matrícula nº 7709/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato nº 004/2015 - FMS, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 002/2015, para prestação de serviços de monitoramento (sistema de alarme) para as Unidades Básicas de Saúde do município de Itapiranga.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 27 de fevereiro de 2015.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

PORTARIA 052/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 052/2015 - CONTRATOS
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Clair M. H. Heinen, matrícula nº 7709/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato nº 005/2015 - FMS, firmado pelo Município de Itapiranga, para contratação de empresa especializada para a execução de serviços de dedetização preventiva e corretiva para atender a demanda nas Unidades Básicas de Saúde.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 27 de fevereiro de 2015.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

PORTARIA 053/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 053/2015 - CONTRATOS
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Cheila Dall'Agnol, matrícula nº 14185/02, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento das Atas de Registro de Preço de nº 001/2015 a 040/2015 - FMS, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo de Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 043/2014, para aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das Unidades Básicas de Saúde, para distribuição aos pacientes do município.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 27 de fevereiro de 2015.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

PORTARIA 054/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 054/2015 - CONTRATOS
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Clair M. H. Heinen, matrícula nº 7709/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato nº 006/2015 - FMS, firmado pelo Município de Itapiranga, para contratação de serviço de recolha e transporte de pneus usados do interior e cidade do município de Itapiranga para destinação na cidade de São Miguel do Oeste - SC junto ao eco ponto.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 27 de fevereiro de 2015.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 14/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL
Nº 14/2015

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial Nº 14/2015 FMS, cujo objeto é a contratação de empresa para serviços de chapeação, pintura e adesivagem da ambulância, Placa MFK-4906, a disposição da Secretaria de Saúde. Entrega da documentação e proposta até às 15:30 horas do dia 17 de abril de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga - SC. 06 de abril de 2015.
Luis Carlos Steffenon
Adm. do FMS

PREGÃO Nº 76/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL
Nº 76/2015

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 76/2015, cujo objeto é a contratação de empresa para aquisição de peças e serviços para reforma do caminhão 26260, Placa MGS-8895, da Secretaria de Transportes desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 17 de abril de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga - SC, 06 de abril de 2015.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 77/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL PARA
REGISTRO DE PREÇOS
Nº 77/2015

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 77/2015, cujo objeto é a aquisição, de forma parcelada, de placas destinadas para sinalização da cidade e interior, deste município. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 20 de abril de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga - SC, 06 de abril de 2015.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Itapoá**PREFEITURA****EXTRATO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015
REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2015
PROCESSO Nº 38/2015

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 147/2014 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h30min, do dia 20/04/2015, na sala do Departamento de Licitações e Contratos, Rua Mariana Michels Borges (960) nº 201, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, fará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Aquisição de gêneros de alimentação para uso do Abrigo Provisório, Benefício Eventual e para Secretaria Municipal (em reuniões e eventos), conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h00min às 14h00min.

Itapoá, 06 de abril de 2015.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

**SECRETARIA DE SAÚDE: CLASSIFICAÇÃO FINAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL
Nº 016/2015 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
(ACS) DA LOCALIDADE DA BARRA DO SAÍ**

CLASSIFICAÇÃO FINAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO -
EDITAL Nº 016/2015 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)
DA LOCALIDADE DA BARRA DO SAÍ

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições legais, torna público a Classificação Final do Processo Seletivo Simplificado para o cargo de Agente Comunitário de Saúde da localidade da Barra do Saí.

CLASS.	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
1ª	Vanessa Pereira Schmoeller	90
2º	Luciana da Silva Porcino	84
3º	Leticia da Silva Bucoff Gonçalves	76
4º	Marilize Nunes de Jesus da Silva	74
5º	Luciane Alves dos Santos	74
6º	Patricia de Oliveira	66
7ª	Beatriz da Graça	60

Itapoá, 06 de Abril de 2015.

Marciane Rech
Enfermeira Coordenadora ESF

Joseane Maria Soares de Lima
Agente Administrativo II

Susinei Ribeiro Schultz
Agente Administrativo II

Ituporanga

PREFEITURA

**EDITAL DE PREGÃO 15 2015 AQUISIÇÃO DE
UNIFORME ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO ENSINO
FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA.**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº15/2015

Processo: 21/2015

Objeto AQUISIÇÃO DE UNIFORME ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 22 de Abril de 2015 até às 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 22 de abril de 2015 às 09:30 horas no setor de licitações. INICIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08:00 às 12:00 horas e 14:00 às 17:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br.

Ituporanga, 07 de abril de 2015

ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO

Prefeito do Município

**PREGÃO PRESENCIAL 16/2015 AQUISIÇÃO DE
GÁS DE COZINHA 13KG E P-45 PARA AS UNIDADES
ESCOLARES E SECRETARIA DO MUNICÍPIO DE
ITUPORANGA.**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº16/2015

Processo: 22/2015

Objeto AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA 13kg E P-45 PARA AS UNIDADES ESCOLARES E SECRETARIA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA.. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 23 de Abril de 2015 até às 14:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 23 de abril de 2015 às 14:30 horas no setor de licitações. INICIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 14:45 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08:00 às 12:00 horas e 14:00 às 17:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br.

Ituporanga, 07 de abril de 2015

ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO

Prefeito do Município

**PUBLICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 01 2015
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MÃO DE OBRA
DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS HEXAGONAIS
DE CONCRETO, MEIO FIO, CAIXAS DE JUNÇÃO/
BOCA DE LOBO/INSPEÇÃO E TUBOS DE CONCRETO
EM RUAS A SEREM DEFINIDAS NO MUNICÍPIO DE
ITUPORANGA.**

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº.01/2015

Processo:19/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS HEXAGONAIS DE CONCRETO, MEIO FIO, CAIXAS DE JUNÇÃO/BOCA DE LOBO/INSPEÇÃO E TUBOS DE CONCRETO EM RUAS A SEREM DEFINIDAS NO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 23 de abril de 2015 até às 09:00 horas no setor de Protocolo. ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: Dia 23 de abril de 2015 às 09:30 horas na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br.

Ituporanga, 07 de abril de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

**PUBLICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 02 2015
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO
DAS RUAS BOLÍVIA E DOM JOAQUIM DE OLIVEIRA
COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO Nº
809801/2014 DO MINISTÉRIO DAS CIDADES,
ALÉM DA CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO DE
ITUPORANGA**

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº.02/2015

Processo:23/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS BOLÍVIA E DOM JOAQUIM DE OLIVEIRA COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO Nº 809801/2014 DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, ALÉM DA CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 24 de abril de 2015 até às 09:00 horas no setor de Protocolo. ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: Dia 24 de abril de 2015 às 09:30 horas na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br.

Ituporanga, 07 de abril de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

Joaçaba**PREFEITURA****ORDEM DE SERVIÇO Nº257/2015 - RECEBIDA EM
01/04/2015**

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 257/2015

Autorizo por meio desta, a empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ/MF nº 03.377.072/0001-40, a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para construção de muro de gabiões, para proteção do talude da margem do Rio do Tigre que sustenta a plataforma de parte da Rua Olívia Scarpeta Zago, bairro Cruzeiro do Sul, no Município de Joaçaba SC, de acordo com o Processo de Licitação nº 8/2015/PMJ - Edital TP nº 3/2015/PMJ, homologado em 03/03/2015. O total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 306.804,36 (trezentos e seis mil, oitocentos e quatro reais e trinta e seis centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula quarta do Contrato nº 228/2015/PMJ de 03 de março de 2015. O prazo de início é em até 10 (dez) dias e a execução é em até 150 (cento e cinquenta) dias contados da data de recebimento desta Ordem de Serviço. Joaçaba (SC), 03 de março de 2015.

Contratante : SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Assinatura e carimbo: _____
VENILTON ROGÉRIO TELES
Secretário Municipal de Infraestrutura

Contratada: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA

Representante: SIMAR JOSÉ ROSA

Assinatura e carimbo _____
CPF: 437.061.009-59

RECEBI EM ____/____/____

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

SIMAE - JOAÇABA**PORTARIA JHL 70/2015**

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 070/2015 DE 06.04.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar Richard de Barros, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, enquadrado no P-2, N-1, Ref. A, sob nº da CNH 03824685053, para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a dirigir o caminhão Ford Cargo Placa MEB 6131, no período de 06 de abril de 2015 à 25 de abril de 2015, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 06 de abril de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 06 de abril de 2015.
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

RESUMO CONTRATO JHL 0020/2015 SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DO CONTRATO JHL 0020/2015
SMOS JHL 0108/2015
PROTOCOLO 0900/2015

Data: 06/04/2015

Objeto: Contratação de empresa de consultoria responsável pelo levantamento dos circuitos elétricos de alta e baixa tensão, elaboração de plano de manutenção das subestações, elaboração e montagem do prontuário das instalações elétricas, laudos de vistoria de subestações e aterramentos, entre outros documentos para adequação das instalações do Simae à Norma Regulamentadora 10, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

VALOR TOTAL: R\$ 14.800,00 (Quatorze mil e oitocentos reais).

Contratado: AG INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E ENGENHARIA LTDA.

PROGRAMA: 14.01.2061

ELEMENTO: 3.3.90.39.05

Prazo de Vigência: 06/04/2015 a 05/12/2015

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente do SIMAE.

Lages**PREFEITURA****DISPENSA DE LICITAÇÃO 20/2015**

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 20/2015

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob nº 20/2015, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa BRAZIL CONSTRUÇÕES LTDA EPP, inscrito no CNPJ sob nº 02.415.210/0001-76, com sede a Rua: Edmundo da Costa Aruda, 1.205 - Bairro: Promorar; CEP: 88.514-300; Lages/SC, para Serviços de Mão de Obra para Troca Emergencial de Telhas em Próprios Municipais atingidos pela Chuva de Granizo, conforme Decreto Nº 14615/2014, na SEMASA pelo valor de R\$ 19.277,42 (dezenove mil duzentos e setenta e sete reais e quarenta e dois centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 27 de março de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 27 de março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

DISPENSA DE LICITAÇÃO 61/2015

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 61/2015

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob nº 61/2015, através da Secretaria Municipal de Administração, com a Empresa CONSTRUTETO CONSTRUÇÕES EIRELI ME, inscrito no CNPJ 20.082.259/0001-36, para prestação de serviço de mão-de-obra para troca emergencial de telhas na SECRETARIA DE TURISMO, pelo valor R\$ 15.091,49(quinze mil noventa e um reais e quarenta e nove centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 02 de abril de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretária Municipal da Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal da Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 02 de abril de 2015
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 81/2014 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 081/2014 FMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 03.033.589/0001-12, com sede a Rua Fernando de Souza e Silva, 1199 - Bairro Itoupava Norte, CEP: 89052-475 - Blumenau/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Enfermagem para Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal da Saúde de Lages.

CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO: De acordo com a solicitação de Realinhamento da empresa, com Anuência da Secretaria da fazenda e com Parecer Jurídico (PROGEM) Favorável, DITA-SE os Itens abaixo relacionados, Retroagindo à data do requerimento, junto a Prefeitura Municipal de Lages, que é de 01/12/2014, com aplicação até o termino Contratual, 31/12/2014:

169 Luva cirúrgica tamanho 6,5 Esterilizada por raio gama (cobalto), cor natural, superfície texturizada, lubrificada com pó bio-absorvível. Espessura mínima de 0,17mm e comprimento mínimo de 280 mm, com punho reforçado liso. 0,64 9,375 0,70

170 Luva cirúrgica tamanho 7,0 Esterilizada por raio gama (cobalto), cor natural, superfície texturizada, lubrificada com pó bio-absorvível. Espessura mínima de 0,17mm e comprimento mínimo de 280 mm, com punho reforçado liso. 0,64 9,375 0,70

172 Luva cirúrgica tamanho 8,0 Esterilizada por raio gama (cobalto), cor natural, superfície texturizada, lubrificada com pó bio-absorvível. Espessura mínima de 0,17mm e comprimento mínimo de 280 mm, com punho reforçado liso. 0,64 9,375 0,70

173 Luva cirúrgica tamanho 8,5 Esterilizada por raio gama (cobalto), cor natural, superfície texturizada, lubrificada com pó bio-absorvível. Espessura mínima de 0,17mm e comprimento mínimo de 280 mm, com punho reforçado liso. 0,64 9,375 0,70

174 Luva de procedimentos tamanho G- em látex, lubrificada sem pó bio-absorvível, espessura mínima de 0,17mm e comprimento mínimo de 280 mm, com baixa cor de proteína, inferior a 50mg por u. Caixa com 100 unidades 10,55 23,22 13,00

175 Luva de procedimentos tamanho M- em látex, lubrificada sem pó bio-absorvível, espessura mínima de 0,17mm e comprimento mínimo de 280 mm, com baixa cor de proteína, inferior a 50mg por u. Caixa com 100 unidades 10,55 23,22 13,00

176 Luva de procedimentos tamanho P- em látex, lubrificada sem pó bio-absorvível, espessura mínima de 0,17mm e comprimento mínimo de 280 mm, com baixa cor de proteína, inferior a 50mg por u. Caixa com 100 unidades 10,55 23,22 13,00

177 Luva de procedimentos tamanho PP- em látex, lubrificada sem pó bio-absorvível, espessura mínima de 0,17mm e comprimento mínimo de 280 mm, com baixa cor de proteína, inferior a 50mg por u. Caixa com 100 unidades 10,55 23,22 13,00

Lages, 30 de Março de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 047/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 047/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, inscrita no CNPJ n.º 06.099.082/0001-50, com sede a Rua Salvador Inácio Pereira, 421 - Bairro São José CEP: 89.520-000 - Curitiba/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Pavimentação Asfáltica das Ruas Argentina, Cel Lica Ramos e João Rogerio Floriani, nesta cidade, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital,

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, fica prorrogado até 31 de Dezembro de 2015, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica Prorrogado até 31 de Dezembro de 2015, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 30 de Dezembro 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 220/2013 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 220/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Contratação de Empresa de Engenharia para Construção do Edifício Orion Parque Tecnológico, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memoriais Descritivos, Cronograma Físico-Financeiro e Planilha de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, que passam a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S):

De acordo com solicitação da Secretaria do Planejamento, com anuência da Secretaria da fazenda e com Parecer Jurídico Favorável (PROGEM), ADITA-SE, o Valor de 295.498,18 (duzentos e noventa e cinco mil quatrocentos e noventa e oito reais e dezoito centavos), ao valor inicial do contrato.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 31 de Março de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito em Exercício

PP 46 E 47-2015 PML; TP 05 E 06-2015 SEMASA E PE 08-2015 PML**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PP 46/2015 PML

Objeto: Aquisição de Materiais para Fabricação de Móveis

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 24/04/2015 às 11:00

Valor Estimado: R\$ 8.283,76

Modalidade: PP 47/2015 PML

Objeto: Prestação de Serviços de Limpeza e Preparação de Refeições nos Alojamentos de Lages nos Jogos da FESPORTE 2015

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 22/04/2015 às 10:00

Valor Estimado: R\$ 120.000,00

Modalidade: TP 05/2015 SEMASA

Objeto: Contratação de Empresa de Engenharia, para Instalação, Substituição e Deslocamento de Hidrômetros

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 07/05/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 318.443,80

Modalidade: TP 06/2015 SEMASA

Objeto: Contratação de Empresa de Engenharia e/ou Arquitetura para Prestação de Serviços de Recomposição de Pavimento de Passeio

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 07/05/2015 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 470.369,50

Modalidade: PE 08/2015 PML

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 23/04/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 250.272,90

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 06 de abril de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

TERMO DE CONVÊNIO Nº 064/2014

TERMO DE CONVÊNIO N.º 064/2014

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado a IRMANDADE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, inscrita no CNPJ sob n.º 84.954.437/0001-54, com sede à Rua Silvino Duarte Júnior, nº 135, Bairro Popular, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo Sr. FRANCISCO CARLOS DA CRUZ, CPF nº 347.827.109-68, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro para reformar o telhado do Ginásio Ir. Sofônia.

VALOR: R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais), em parcela única.

VIGÊNCIA: 01/11/2014 A 31/01/2015.

Lages, 06 de abril de 2014.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 067/2014

TERMO DE CONVÊNIO N.º 067/2014

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado HOSPITAL INFANTIL SEARA DO BEM, inscrita no CNPJ sob n.º 84.947.167/0001-54, com sede à Avenida Luiz de Camões, nº 1511, Bairro Coral, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo Sr. WILSON RIBEIRO DOS SANTOS, CPF nº 105.764.529-04, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro para o custeio e manutenção dos serviços atendimento médico/hospitalar a crianças de 0 a 16 anos incompletos.

VALOR: R\$ 354.000,00 (trezentos e cinquenta e quatro mil reais), em 15 parcelas.

VIGÊNCIA: 01/10/2014 A 31/12/2015.

Lages, 06 de abril de 2014.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 068/2014

TERMO DE CONVÊNIO N.º 068/2014

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado CENTRO DE RECUPERAÇÃO JOVEM CAMINHANDO COM CRISTO, inscrita no CNPJ sob n.º 02.169.012/0001-70, com sede à Rua Anibal Afonso de Atayde, nº 1700 - Chapada, Bairro Tributo, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo Sr. MOISÉS RODRIGUES, CPF nº 088.298.700-30, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro para adequação das instalações para reinício das atividades.

VALOR: R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), em 12 (doze) parcelas.

VIGÊNCIA: 02/01/2015 A 31/12/2015.

Lages, 06 de abril de 2014.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 069/2014

TERMO DE CONVÊNIO N.º 069/2014

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO ARCANJO DUARTE, e de outro lado a UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE LAGES, inscrita no CNPJ sob n.º 78.490.828/0001-62, com sede à Rua Benjamin Contant, nº 178, 2º andar, sala 203, Bairro Centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo Sr. JOSÉ CARDOSO DE SOUZA, CPF nº 009.232.619-66, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro para recuperação de telhados das associações de moradores.

VALOR: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) em parcela única.

VIGÊNCIA: 01/12/2014 a 31/01/2015.

Lages, 06 de abril de 2014.

Lauro Muller**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO MAR/2015 PMLM/FMS/HMHL**

EXTRATO DE CONTRATO MAR/2015 PMLM/FMS/HMHL

EXTRATO DE CONTRATO 87/2015 PMLM

Contrato 87/2015

Processo Licitatório nº 20/2015 - Pregão Presencial 20/2015

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para a fornecimento de forma parcelada, de materiais construção e agregados para atender as demandas da Secretaria de Obras do Município de Lauro Muller/SC

Contratado: LIBRELATO IND. COM. DE BRITAS LTDA

Valor global: R\$ 51.400,00 (cinquenta e um mil e quatrocentos reais).

Prazo de Vigência: 11/03/2015 à 31/12/2015

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 88/2015 PMLM

Contrato 88/2015

Processo Licitatório nº 20/2015 - Pregão Presencial 20/2015

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para a fornecimento de forma parcelada, de materiais construção e agregados para atender as demandas da Secretaria de Obras do Município de Lauro Muller/SC

Contratado: PRE MOLDADOS BRIGHENTE LTDA

Valor global: R\$ 49.850,00 (quarenta e nove mil oitocentos e cinquenta reais).

Prazo de Vigência: 11/03/2015 à 31/12/2015

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 89/2015 PMLM

Contrato 89/2015

Processo Licitatório nº 20/2015 - Pregão Presencial 20/2015

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para a fornecimento de forma parcelada, de materiais construção e agregados para atender as demandas da Secretaria de Obras do Município de Lauro Muller/SC

Contratado: CONCRETOS COMELLI LTDA EPP

Valor global: R\$ 57.910,00 (cinquenta e sete mil novecentos e dez reais).

Prazo de Vigência: 11/03/2015 à 31/12/2015

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 90/2015 PMLM

Contrato 90/2015

Processo Licitatório nº 20/2015 - Pregão Presencial 20/2015

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para a fornecimento de forma parcelada, de materiais construção e agregados para atender as demandas da Secretaria de Obras do Município de Lauro Muller/SC

Contratado: VALDECIR MANLIO MARIANI

Valor global: R\$ 23.490,00 (vinte e tres mil quatrocentos e noventa reais).

Prazo de Vigência: 11/03/2015 à 31/12/2015

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 91/2015 PMLM

Contrato 91/2015

Processo Licitatório nº 30/2015 - Inexigibilidade de Licitação

30/2015

Objeto: Contrato para aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar para a Merenda Escolar da Secretaria Municipal de Educação de LAURO MULLER/SC., conforme resolução nº26 do FNDE

Contratado: ANDREA SERGIO

Valor global: R\$ 12.990,00 (doze mil novecentos e noventa reais) a ser dividido entre todos os credenciados.

Prazo de Vigência: 09/03/2015 à 31/12/2015

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 92/2015 PMLM

Contrato 92/2015

Processo Licitatório nº 21/2015 - PREGÃO PRESENCIAL 21/2015

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada em prestação de serviços técnicos, implantação e operacionalização de sistema de informática na modalidade ASP transferência de conhecimento em gestão de tributo municipal, com vistas à disponibilização e utilização da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica e Declaração Mensal de Serviços Eletrônica, e apoio técnico especializado

Contratado: IBAM INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Valor global: R\$ 39.996,00 (trinta e nove mil novecento e noventa e seis reais)

Prazo de Vigência: 10/03/2015 à 31/12/2015

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 93/2015 PMLM

Contrato 93/2015

Processo Licitatório nº 22/2015 - PREGÃO PRESENCIAL 22/2015

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para a fornecimento de forma parcelada, material elétrico para atender as demandas da Secretaria de Obras e Educação do Município de Lauro Muller/SC

Contratado: DISTRIMEL MATERIAIS ELETRICOS LTDA EPP

Valor global: R\$ 34.688,10 (trinta e quatro mil seiscentos e oitenta e oito reais e dez centavos).

Prazo de Vigência: 11/03/2015 à 31/12/2015

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 94/2015 PMLM

Contrato 94/2015

Processo Licitatório nº 22/2015 - PREGÃO PRESENCIAL 22/2015

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para a fornecimento de forma parcelada, material elétrico para atender as demandas da Secretaria de Obras e Educação do Município de Lauro Muller/SC

Contratado: ELETRO MONTEIRO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Valor global: R\$ 30.780,00 (trinta mil setecentos e oitenta reais).

Prazo de Vigência: 11/03/2015 à 31/12/2015

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 95/2015 PMLM

Contrato 95/2015

Processo Licitatório nº 23/2015 - PREGÃO PRESENCIAL 23/2015

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para o fornecimento de forma parcelada, de peças de ônibus e caminhões para atender das demandas das Secretarias do Município de Lauro Muller/SC

Contratado: MERCECRIL COMERCIO DE PEÇAS LTDA EPP

Valor global: R\$ R\$ 119.105,98 (cento e dezenove mil cento e cinco reais e noventa e oito reais).

Prazo de Vigência: 11/03/2015 à 31/12/2015

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 96/2015 PMLM

Contrato 96/2015

Processo Licitatório nº 24/2015 - PREGÃO PRESENCIAL 24/2015

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para a aquisição de material de expediente, limpeza e higiene para atender as demandas do CRAS da Secretaria de Assistencia Social/SC

Contratado: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP

Valor global: R\$ 2.251,62 (dois mil duzentos e cinquenta e um reais e sessenta e dois centavos).

Prazo de Vigência: 12/03/2015 à 31/12/2015

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 97/2015 PMLM

Contrato 97/2015

Processo Licitatório nº 24/2015 - PREGÃO PRESENCIAL 24/2015

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para a aquisição de material de expediente, limpeza e higiene para atender as demandas do CRAS da Secretaria de Assistencia Social/SC

Contratado: MARIVALDO PESCADOR LTDA -EPP

Valor global: R\$ 6.014,07 (seis mil quatorze reais e sete centavos).

Prazo de Vigência: 12/03/2015 à 31/12/2015

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 98/2015 PMLM

Contrato 98/2015

Processo Licitatório nº 24/2015 - PREGÃO PRESENCIAL 24/2015

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para a aquisição de material de expediente, limpeza e higiene para atender as demandas do CRAS da Secretaria de Assistencia Social/SC

Contratado: LOLI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP

Valor global: R\$ 5.361,00 (cinco mil trezentos e sessenta e um reais).

Prazo de Vigência: 12/03/2015 à 31/12/2015

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 99/2015 PMLM

Contrato 99/2015

Processo Licitatório nº 24/2015 - PREGÃO PRESENCIAL 24/2015

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para a aquisição de material de expediente, limpeza e higiene para atender as demandas do CRAS da Secretaria de Assistencia Social/SC

Contratado: ATEKY INFORMATICA LTDA EPP

Valor global: R\$ 1.947,00 (mil novecentos e quarenta e sete reais).

Prazo de Vigência: 12/03/2015 à 31/12/2015

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 100/2015 PMLM

Contrato 100/2015

Processo Licitatório nº 24/2015 - PREGÃO PRESENCIAL 24/2015

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para a aquisição de material de expediente, limpeza e higiene para atender as demandas do CRAS da Secretaria de Assistencia Social/SC

Contratado: SUPER LIDER ALIMENTOS LTDA

Valor global: R\$ 2.624,50 (dois mil seiscentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos).

Prazo de Vigência: 12/03/2015 à 31/12/2015

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 101/2015 PMLM

Contrato 101/2015

Processo Licitatório nº 25/2015 - DISPENSA DE LICITAÇÃO

25/2015

Objeto: contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de peças com fornecimento de mão de obra para veículos ainda em período de garantia.

Contratado: SOMEVAL SOC MERCANTIL DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA

Valor global: R\$ 6.950,00 (Seis mil novecentos e cinquenta reais)

Prazo de Vigência: 03/03/2015 à 31/12/2015

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 102/2015 PMLM

Contrato 102/2015

Processo Licitatório nº 26/2015 - Pregão Presencial 26/2015

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para a fornecimento de forma parcelada, de materiais de construção, ferramentas e materiais congêneres para atender as demandas da Secretaria de Obras do Município de Lauro Muller/SC

Contratado: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP

Valor global: R\$ 10.374,15 (dez mil trezentos e setenta e quatro reais e quinze centavos).

Prazo de Vigência: 20/03/2015 à 31/12/2015

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES]

EXTRATO DE CONTRATO 103/2015 PMLM

Contrato 103/2015

Processo Licitatório nº 26/2015 - Pregão Presencial 26/2015

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para a fornecimento de forma parcelada, de materiais de construção, ferramentas e materiais congêneres para atender as demandas da Secretaria de Obras do Município de Lauro Muller/SC

Contratado: F.F. COMERCIAL 2000 LTDA

Valor global: R\$ 69.379,40 (sessenta e nove mil trezentos e setenta e nove reais e quarenta centavos).

Prazo de Vigência: 20/03/2015 à 31/12/2015

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 104/2015 PMLM

Contrato 104/2015

Processo Licitatório nº 26/2015 - Pregão Presencial 26/2015

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para a fornecimento de forma parcelada, de materiais de construção, ferramentas e materiais congêneres para atender as demandas da Secretaria de Obras do Município de Lauro Muller/SC

Contratado: MADEIREIRA SÃO MATEUS LTDA EPP

Valor global: R\$ 36.947,40 (trinta e seis mil novecentos e quarenta e sete reais e quarenta centavos).

Prazo de Vigência: 20/03/2015 à 31/12/2015

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 105/2015 PMLM

Contrato 105/2015

Processo Licitatório nº 26/2015 - Pregão Presencial 26/2015

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para a fornecimento de forma parcelada, de materiais de construção, ferramentas e materiais congêneres para atender as demandas da Secretaria de Obras do Município de Lauro Muller/SC

Contratado: VALDECIR MANLIO MARIANI ME

Valor global: R\$ 79.665,30 (setenta e nove mil seiscentos e sessenta e cinco reais e trinta centavos).

Prazo de Vigência: 20/03/2015 à 31/12/2015

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 106/2015 PMLM

Contrato 106/2015

Processo Licitatório nº 28/2015 - Pregão Presencial 28/2015

Objeto: contrato tem por objeto, contratação de empresas do ramo pertinente, aquisição de peças e serviços hidráulicos para veículos, máquinas e implementos rodoviário e de infraestrutura para atender as demandas do Município de Lauro Muller/SC., para o exercício de 2015

Contratado: GAMAPE COMERCIO DE PEÇAS FERRAMENTAS SERVIÇOS LTDA

Valor global: R\$ 14.850,00 (quatorze mil oitocentos e cinquenta reais).

Prazo de Vigência: 18/03/2015 à 31/12/2015

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 107/2015 PMLM

Contrato 107/2015

Processo Licitatório nº 28/2015 - Pregão Presencial 28/2015

Objeto: contrato tem por objeto, contratação de empresas do ramo pertinente, aquisição de peças e serviços hidráulicos para veículos, máquinas e implementos rodoviário e de infraestrutura para atender as demandas do Município de Lauro Muller/SC., para o exercício de 2015

Contratado: HIDRAMIX COM. RECUPERAÇÃO DE BOMBAS E COMANDOS

Valor global: R\$ 36.960,00 (trinta e seis mil novecentos e sessenta reais).

Prazo de Vigência: 18/03/2015 à 31/12/2015

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 108/2015 PMLM

Contrato 108/2015

Processo Licitatório nº 28/2015 - Pregão Presencial 28/2015

Objeto: contrato tem por objeto, contratação de empresas do ramo pertinente, aquisição de peças e serviços hidráulicos para veículos, máquinas e implementos rodoviário e de infraestrutura para atender as demandas do Município de Lauro Muller/SC., para o exercício de 2015

Contratado: PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA

Valor global: R\$ 9.560,00 (nove mil quinhentos e sessenta reais).

Prazo de Vigência: 18/03/2015 à 31/12/2015

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 109/2015 PMLM

Contrato 109/2015

Processo Licitatório nº 29/2015 - Pregão Presencial 29/2015

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para a fornecimento de forma parcelada, de madeira para atender as demandas da Secretaria de Obras do Município de Lauro Muller/SC

Contratado: MADEIREIRA SÃO MATEUS LTDA EPP

Valor global: R\$ 82.266,00 (oitenta e dois mil duzentos e sessenta e seis reais).

Prazo de Vigência: 19/03/2015 à 31/12/2015

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 110/2015 PMLM

Contrato 110/2015

Processo Licitatório nº 36/2015 - Inexigibilidade de Licitação 36/2015

Objeto: Contrato para aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar para a Merenda Escolar da Secretaria Municipal de Educação de LAURO MULLER/SC, conforme resolução nº26 do FNDE.

Contratado: BLASIO ROHLING

Valor global: R\$ 33.330,00 (trinta e três mil trezentos e trinta reais) a ser dividido entre todos os credenciados

Prazo de Vigência: 23/03/2015 à 31/12/2015

Prefeito Municipal
FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 111/2015 PMLM
Contrato 111/2015

Processo Licitatório nº 31/2015 - Pregão Presencial 31/2015
Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para a fornecimento de forma parcelada, de materiais para pintura de patrimônios (veículos e prédios) públicos em reforma conforme demanda do Município Lauro Muller/SC
Contratado: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP
Valor global: R\$ 3.381,50 (tres mil trezentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos).

Prazo de Vigência: 26/03/2015 à 31/12/2015

Prefeito Municipal
FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 112/2015 PMLM
Contrato 112/2015

Processo Licitatório nº 31/2015 - Pregão Presencial 31/2015
Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para a fornecimento de forma parcelada, de materiais para pintura de patrimônios (veículos e prédios) públicos em reforma conforme demanda do Município Lauro Muller/SC
Contratado: MADEIREIRA SÃO MATEUS LTDA EPP
Valor global: R\$ 670,50 (seiscentos e setenta reais e cinquenta centavos).

Prazo de Vigência: 26/03/2015 à 31/12/2015

Prefeito Municipal
FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 113/2015 PMLM
Contrato 113/2015

Processo Licitatório nº 31/2015 - Pregão Presencial 31/2015
Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para a fornecimento de forma parcelada, de materiais para pintura de patrimônios (veículos e prédios) públicos em reforma conforme demanda do Município Lauro Muller/SC
Contratado: VALDECIR MANLIO MARIANI ME
Valor global: R\$ 6.289,70 (seis mil duzentos e oitenta e nove reais e setenta centavos).

Prazo de Vigência: 26/03/2015 à 31/12/2015

Prefeito Municipal
FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 114/2015 PMLM
Contrato 114/2015

Processo Licitatório nº 31/2015 - Pregão Presencial 31/2015
Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para a fornecimento de forma parcelada, de materiais para pintura de patrimônios (veículos e prédios) públicos em reforma conforme demanda do Município Lauro Muller/SC
Contratado: NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA ME
Valor global: R\$ 5.077,10 (cinco mil setenta e sete reais e dez centavos).

Prazo de Vigência: 26/03/2015 à 31/12/2015

Prefeito Municipal
FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 115/2015 PMLM
Contrato 115/2015

Processo Licitatório nº 31/2015 - Pregão Presencial 31/2015
Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para a fornecimento de forma parcelada, de materiais para pintura de patrimônios (veículos e prédios) públicos em reforma conforme demanda do Município Lauro Muller/SC
Contratado: CLEUDENICE DA SILVA BARBOSA GATTO ME
Valor global: R\$ 25.700,00 (vinte e cinco mil e setecentos reais).

Prazo de Vigência: 26/03/2015 à 31/12/2015

Prefeito Municipal
FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 116/2015 PMLM
Contrato 116/2015

Processo Licitatório nº 32/2015 - Pregão Presencial 32/2015
Objeto: contratação de empresa para realização de projeto ocupacional, tendo como objetivo a contratação de 6 instrutores/professores para capacitação em trabalhos manuais das técnicas de Pintura, Richilieu, Patchwork ,com início no mês de Abril e termino em Novembro de 2015, sendo os mesmos, voltados aos 35 grupos de inclusão Social do município de Lauro Muller/SC, para o desenvolvimento das atividades inclusos, para início imediato.

Contratado: DANIEL FERRAZ DIAS ME

Valor global: R\$ 76.500,00 (setenta e seis mil e quinhentos reais).

Prazo de Vigência: 31/03/2015 à 31/12/2015

Prefeito Municipal
FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 117/2015 PMLM
Contrato 117/2015

Processo Licitatório nº 33/2015 - Pregão Presencial 33/2015
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para a fornecimento de forma parcelada, de materiais de EPIs para atender as demandas da Secretaria de Obras do Município de Lauro Muller/SC

Contratado: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP

Valor global: R\$ 20.887,30 (vinte mil oitocentos e oitenta e sete reais e trinta centavos).

Prazo de Vigência: 30/03/2015 à 31/12/2015

Prefeito Municipal
FABRÍCIO KUSMIN ALVES

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

EXTRATO DE CONTRATO 27/2015 FMS
Contrato 27/2015

Processo Licitatório nº 4/2015 - PREGÃO PRESENCIAL 4/2015
Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de Material Gráfico para o exercício de 2015, para atender ao Fundo Municipal

Contratado: JOELMA DA SILVA ANTUNES HOFMANN ME

Valor global: R\$ 69.000,00 (sessenta e nove mil reais).

Prazo de Vigência: 2/03/2015 à 31/12/2015

Prefeito Municipal
FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 28/2015 FMS
Contrato 28/2015

Processo Licitatório nº 6/2015 - Pregão Presencial 6/2015
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de material expediente de forma PARCELADA para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, no decorrer do exercício de 2015.

Contratado: PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. - ME

Valor global: R\$ 25.535,08 (vinte e cinco mil quinhentos e trinta e cinco reais e oito centavos).

Prazo de Vigência: 24/03/2015 à 31/12/2015

Prefeito Municipal
FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 29/2015 FMS
Contrato 29/2015

Processo Licitatório nº 6/2015 - Pregão Presencial 6/2015
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de material expediente de forma PARCELADA para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, no decorrer do exercício de 2015.

Contratado: JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME
Valor global: R\$ 10.687,96 (dez mil seiscentos e oitenta e sete reais e noventa e seis centavos).
Prazo de Vigência: 24/03/2015 à 31/12/2015
Prefeito Municipal
FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 30/2015 FMS
Contrato 30/2015
Processo Licitatório nº 6/2015 - Pregão Presencial 6/2015
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de material expediente de forma PARCELADA para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, no decorrer do exercício de 2015.
Contratado: TM SCHLICKMANN & CIA LTDA ME
Valor global: R\$ 7.779,00 (sete mil setecentos e setenta e nove reais).
Prazo de Vigência: 24/03/2015 à 31/12/2015
Prefeito Municipal
FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 31/2015 FMS
Contrato 31/2015
Processo Licitatório nº 7/2015 - Pregão Presencial 7/2015
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de Gêneros Alimentícios para atender durante o exercício de 2015 ao Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
Contratado: BEBIDAS PORTAL - LTDA.
Valor global: R\$ 4.918,50 (quatro mil novecentos e dezoito reais e cinquenta centavos).
Prazo de Vigência: 25/03/2015 à 31/12/2015
Prefeito Municipal
FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 32/2015 FMS
Contrato 32/2015
Processo Licitatório nº 7/2015 - Pregão Presencial 7/2015
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de Gêneros Alimentícios para atender durante o exercício de 2015 ao Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
Contratado: MARIVALDO PESCADOR LTDA -EPP
Valor global: R\$ 4.344,80 (quatro mil trezentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos).
Prazo de Vigência: 25/03/2015 à 31/12/2015
Prefeito Municipal
FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 33/2015 FMS
Contrato 33/2015
Processo Licitatório nº 7/2015 - Pregão Presencial 7/2015
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de Gêneros Alimentícios para atender durante o exercício de 2015 ao Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
Contratado: DIFafa DISTRIBUIDOR DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
Valor global: R\$ 281,28 (duzentos e oitenta e um reais e vinte e oito centavos).
Prazo de Vigência: 25/03/2015 à 31/12/2015
Prefeito Municipal
FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 34/2015 FMS
Contrato 34/2015
Processo Licitatório nº 7/2015 - Pregão Presencial 7/2015
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para

fornecimento de forma parcelada, de Gêneros Alimentícios para atender durante o exercício de 2015 ao Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
Contratado: LOLI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP
Valor global: R\$ 5.139,08 (cinco mil cento e trinta e nove reais e oito centavos).
Prazo de Vigência: 25/03/2015 à 31/12/2015
Prefeito Municipal
FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 35/2015 FMS
Contrato 35/2015
Processo Licitatório nº 7/2015 - Pregão Presencial 7/2015
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de Gêneros Alimentícios para atender durante o exercício de 2015 ao Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
Contratado: BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA ME
Valor global: R\$ 9.085,10 (nove mil oitenta e cinco reais e dez centavos).
Prazo de Vigência: 25/03/2015 à 31/12/2015
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 36/2015 FMS
Contrato 36/2015
Processo Licitatório nº 7/2015 - Pregão Presencial 7/2015
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de Gêneros Alimentícios para atender durante o exercício de 2015 ao Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
Contratado: COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
Valor global: R\$ 4.130,00 (quatro mil cento e trinta reais).
Prazo de Vigência: 25/03/2015 à 31/12/2015
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 37/2015 FMS
Contrato 37/2015
Processo Licitatório nº 7/2015 - Pregão Presencial 7/2015
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de Gêneros Alimentícios para atender durante o exercício de 2015 ao Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
Contratado: SILVA & LEMOS DA SILVA LTDA -ME
Valor global: R\$ 2.380,02 (dois mil trezentos e oitenta reais e dois centavos).
Prazo de Vigência: 25/03/2015 à 31/12/2015
Prefeito Municipal

HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE.

EXTRATO DE CONTRATO 34/2015 HMHL
Contrato 34/2015
Processo Licitatório nº 10/2015 - PREGÃO PRESENCIAL 10/2015
Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de Material Gráfico para o exercício de 2015, para atender ao Hospital Municipal Henrique Lage.
Contratado: JOELMA DA SILVA ANTUNES HOFMANN ME
Valor global: R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais).
Prazo de Vigência: 2/03/2015 à 31/12/2015
Prefeito Municipal
FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 35/2015 HMHL
Contrato 35/2015
Processo Licitatório nº 15/2015 - INEXGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 15/2015
Objeto: contratação de serviços de plantão médico presencial para o Hospital Municipal Henrique Lage

Contratado: CLINICA MEDICA LUMER LTDA ME
Valor global: R\$ 543,840,00 (quinhentos e quarenta e três mil oitocentos e quarenta reais), a ser dividido entre os credenciados.
Prazo de Vigência: 18/03/2015 à 30/06/2015
Prefeito Municipal
FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 36/2015 HMHL
Contrato 36/2015
Processo Licitatório nº 13/2015 - Pregão Presencial 13/2015
Objeto: Prestação de serviços de manutenção de equipamentos hospitalares para o Hospital Municipal Henrique Lage
Contratado: SLS HOSPITALAR SERVIÇO EM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI ME
Valor global: R\$ 39.080,00 (trinta e nove mil e oitenta reais).
Prazo de Vigência: 18/03/2015 à 18/03/2016
Prefeito Municipal
FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE ADITIVO DE VALOR (REAJUSTE DE PREÇO)
001/2015 AO CONTRATO 01/2015
Contrato Original: CONTRATO 01/2015
Processo Licitatório nº 121/2014
Contratado: DIFAPA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA
Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de caixas de leite para o Programa Municipal Leite é Vida e de cestas básicas para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social para o exercício de 2015.
Prazo de Vigência: 31/12/2015

EXTRATO DE ADITIVO DE VALOR (REAJUSTE DE PREÇO)
001/2015 AO CONTRATO 09/2015
Contrato Original: CONTRATO 09/2015
Processo Licitatório nº 122/2014
Contratado: DIFAPA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA
Objeto: aquisição de gêneros alimentícios para compor a Alimentação Escolar da Rede Municipal de Ensino, durante o ano letivo de 2015.
Prazo de Vigência: 31/12/2015

EXTRATO DE ADITIVO DE VALOR (REAJUSTE DE PREÇO)
001/2015 AO CONTRATO 90/2015
Contrato Original: CONTRATO 90/2015
Processo Licitatório nº 20/2015
Contratado: VALDECIR MANLIO MARIANI
Objeto: Aquisição de materiais agregados de construção de forma PARCELADA para atender as necessidades das Secretarias de Obra e Educação do Município de Lauro Muller, no decorrer do exercício de 2015.
Prazo de Vigência: 31/12/2015

PRORROGAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº10/2015 FMS
PRORROGAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº10/2015 FMS
PROCESSO Nº10/2015

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que o certame com data 02 de abril de 2015 às 10:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizará processo licitatório Pregão para contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de dois automoveis para uso da secretaria municipal de saúde, está prorrogado para dia 22 de abril de 2015 as 09:00hs devido a inexistencia da presença de participantes na abertura da data anterior, o edital na integra esta disponivel no site do municipio, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 6 de abril de 2015.
Leandro Stangherlin
Pregoeiro Municipal

Lebon Régis

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 1.512/2015

Lei Municipal nº 1.512/2015, de 06 de abril de 2015.

“Institui o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos PMGIRS do Município de Lebon Régis”.

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS - de Lebon Régis, com fundamentos nas Leis Federais nºs. 11.445/07 e nº 12.305/10 e seus respectivos decretos regulamentadores, tem como objetivo, respeitadas as competências da União e do Estado, melhorar a qualidade da sanidade pública e manter o meio ambiente equilibrado, buscando o desenvolvimento sustentável e fornecendo diretrizes ao poder público e à coletividade para a defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental, cabendo a todos o direito de exigir a adoção de medidas nesse sentido.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, considera-se limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos o conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo tratamento e destino final do resíduo doméstico e do resíduo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas, inclusive a triagem para fins de reuso, reciclagem ou compostagem, e os serviços de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública;

Art. 2º Não constitui serviço público de saneamento, a ação executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador.

Art. 3º Faz parte integrante desta lei, o texto completo da construção técnica do PMGIRS, constante do Anexo Único, cujo diagnóstico, diretrizes e metas deverão ser observadas para o seu cumprimento, nos termos do regulamento;

Art. 4º O Município de Lebon Régis poderá adotar medidas e ações conjuntas com municípios vizinhos, para a gestão de resíduos sólidos mediante a criação de consórcios intermunicipais, na forma da lei;

Dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Art. 5º Estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nos termos da Lei nº 12.305/10 e seu decreto regulamentador, os geradores elencados no artigo 20 da referida lei federal;

§ 1º O conteúdo mínimo dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos é aquele definido no artigo 21 da Lei nº 12.305/10 e seu regulamento;

§ 2º O plano de gerenciamento de resíduos sólidos atenderá ao disposto nesta lei, sem prejuízo das normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa.

§ 3º Serão estabelecidos em regulamento:

I - normas sobre a exigibilidade e o conteúdo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos relativo à atuação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais

reutilizáveis e recicláveis;

II - critérios e procedimentos simplificados para apresentação dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos para microempresas e empresas de pequeno porte, assim consideradas as definidas nos incisos I e II do art. 3º da Lei Federal Complementar nº 123/06, desde que as atividades por elas desenvolvidas não gerem resíduos perigosos.

Art. 6º Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final, ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

Art. 7º Os responsáveis pelo plano de gerenciamento de resíduos sólidos manterão atualizadas e disponíveis, ao órgão municipal competente, ao órgão licenciador do Sisnama e a outras autoridades, informações completas sobre a implementação e a operacionalização do plano sob sua responsabilidade.

§ 1º Para a consecução do disposto no caput, sem prejuízo de outras exigências cabíveis por parte das autoridades, será implementado sistema declaratório com periodicidade, no mínimo, anual, na forma do regulamento.

§ 2º As informações referidas no caput serão repassadas, pelos órgãos públicos, ao Sinir, na forma do regulamento.

Dos Resíduos Industriais

Art. 8º O gerenciamento dos resíduos industriais, especialmente os perigosos, desde a geração até a destinação final, será feito de forma a atender aos requisitos de proteção ambiental e de saúde pública, com base no plano de gerenciamento de resíduos sólidos de que trata esta lei.

Art. 9º Compete aos geradores de resíduos industriais, a responsabilidade pelo seu gerenciamento, desde a geração até a sua disposição final, incluindo:

I - a separação e coleta interna dos resíduos, de acordo com suas classes e características;

II - o acondicionamento, identificação e transporte interno, quando for o caso;

III - a manutenção de áreas para a sua operação e armazenagem;

IV - a apresentação dos resíduos à coleta externa, quando cabível, de acordo com as normas pertinentes e na forma exigida pelas autoridades competentes;

V - o transporte, tratamento e destinação dos resíduos, na forma exigida pela legislação pertinente.

Art. 10º O emprego de resíduos industriais perigosos, mesmo que tratados, reciclados ou recuperados para utilização como adubo, matéria-prima ou fonte de energia, bem como suas incorporações em materiais, substâncias ou produtos, dependerá de prévia aprovação dos órgãos competentes, mantida, em qualquer caso, a responsabilidade do gerador.

§ 1º O fabricante deverá comprovar que o produto resultante da utilização dos resíduos referidos no “caput” deste artigo não implicará risco adicional à saúde pública e ao meio ambiente;

§ 2º É vedada a incorporação de resíduos industriais perigosos em materiais, substâncias ou produtos, para fins de diluição de substâncias perigosas.

Art. 11º As instalações industriais para o processamento de resíduos são consideradas unidades receptoras de resíduos, estando sujeitas às exigências desta lei.

Art. 12º O resíduo originário de atividades comerciais, industriais e

de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.

Dos Resíduos da Construção Civil

Art. 13º O Município elaborará seu Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, nos termos da legislação federal e em consonância às disposições da presente lei;

Das Diretrizes e Ações para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

Art. 14º A Secretaria de Meio Ambiente (ou outra secretaria a ser definida) centralizará, nos termos do regulamento, todos os contratos relativos à gestão de resíduos sólidos do município;

Art. 15º Sem prejuízo das demais disposições constantes nas Leis Federais nº 12.305/10 e nº 11.445/07, o Poder Público local deverá, nos prazos previstos no Anexo Único, adotar as diretrizes e implementar as ações seguintes:

I- Desenvolver ações e programas de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos em parceria com municípios, inclusive na forma de Consórcios Públicos;

II- Estabelecer critérios de diferenciação entre pequeno e grande gerador de resíduos sólidos para o fim de definição da responsabilidade pela gestão e/ou de tarifas diferenciadas, na forma do regulamento;

III-Adquirir, nos termos do Anexo Único e conforme a disponibilidade de recursos, bens e equipamentos para a melhoria no setor de coleta convencional e seletiva em todo o território do município;

IV-Estabelecer (ou adequar) Sistema de Coleta Seletiva, com criação de unidades de triagem e padrões técnicos de segregação de materiais recicláveis na origem;

V-Coordenar campanhas periódicas de conscientização, informação e educação ambiental com foco da gestão integrada de resíduos sólidos;

VI-Elaborar e implantar projeto de Sistema de Compostagem de Resíduos Domésticos Orgânicos;

VII-Adequar o quadro técnico municipal com vistas a suprir a demanda de gestão integrada de resíduos sólidos, especialmente nos setores de organização, fiscalização e educação ambiental;

VIII- capacitar tecnicamente os profissionais envolvidos na gestão de resíduos sólidos por meio de treinamentos e recursos periódicos;

IX-Criar mecanismos de fomento e estímulo a fontes de negócios, emprego e renda para a atividade de coleta e comercialização de materiais recicláveis, especialmente o apoio às associações e cooperativas de catadores;

X- Criar Pontos de Entrega Voluntária - PEVs para o recebimento de materiais sujeitos à Logística Reversa;

XI-Criar Sistema de Informação e Monitoramento de Cadastro de Geradores e Manejo de Resíduos Sólidos;

XII-Implementar Sistema de Logística Reversa de resíduos especiais;

XIII-Elaborar e Implementar Plano de Recuperação de Áreas Degradadas-PRAD para recuperação dos pontos de disposição inadequada de resíduos sólidos desativados;

XIV-Rever o mecanismo de sustentação financeira dos serviços de Limpeza Pública e Gestão de resíduos Sólidos, criando ou adequando o sistema de taxação ou tarificação.

Art. 16º O PMGIRS deverá ser revisto e atualizado a cada 4 (quatro) anos;

Art. 17º Ficam mantidas as disposições legais, normas, programas e ações estabelecidas para a Gestão de Resíduos Sólidos que não conflitem com o disposto na presente lei.

Art. 18º Esta lei entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lebon Régis, 06 de abril de 2015.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária de Administração e Finanças

RESOLUÇÃO N. 002/2015

RESOLUÇÃO N. 002/2015

A Resolução Normativa N. 02/2015 - CMDCA, designa a comissão e regulamenta o processo de escolha dos candidatos a membros do Conselho Tutelar do Município de Lebon Régis, nos termos da Lei Municipal N. 1487, de 08 de setembro de 2014, e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Lebon Régis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação federal e municipal e,

CONSIDERANDO as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, notadamente dos artigos 132 e 134;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal n. 703/1993, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, notadamente o artigos 10 e seus incisos VII e VIII e 16, que tratam das atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, respectivamente;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal n. 1487/2014, que dispõe sobre o Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO a RESOLUÇÃO nº 170, do CONANDA, que dispõe sobre o processo de escolha em data unificada em todo o território nacional dos membros do Conselho Tutelar

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR A COMISSÃO ELEITORAL:

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Lebon Régis designa uma Comissão Eleitoral com a competência de organizar, dirigir e supervisionar todo o processo eleitoral.

Compõem a comissão Eleitoral:

Presidente - Rosane Guesser;

Secretário - Eny Tramontina Coferri;

Membro. - Tatiana dos Santos Rosa

Membro - Rosemeri Schefemacher

Art. 2º - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÃO:

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

Edital CMDCA nº 001/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Lebon Régis/SC

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA

CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 01 de abril de 2015, em reunião extraordinária, considerando o disposto nos art. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e na Lei Municipal n. 1487/2014, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Lebon Régis, e dá outras providências.

1. Do Cargo e das Vagas

1. A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

2. Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

2.1. Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3. O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

2. Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1. O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 1487/2014, é assegurado o direito a:

I - vencimento de 02 (dois) salários mínimos, com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - cobertura previdenciária;

III - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - licença-maternidade;

V - licença-paternidade;

VI - gratificação natalina.

2.2. Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.2.1. O Servidor Público municipal que vier exercer o mandato de conselheiro tutelar cuja jornada de trabalho seja igual ou superior a 20 horas semanais ficará licenciado do seu cargo efetivo, podendo, entretanto, optar por sua remuneração.

2.3 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.4 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.5 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 08h às 12h e das 13:30 às 17:30. Nos demais dias e horários, em regime de plantão ou sobreaviso, explicitando os procedimentos a serem neles adotados.

2.5.1 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

3. Do Processo de Escolha

3.1 Das Inscrições

3.1.1 O período para a inscrição de candidatos à função de Conselheiro Tutelar no processo de seleção será feito no período de 06/04/2015 a 07/05/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público das 08:00 12:00 e das 13:00 as 17:00 no CRAS

(Centro de Referência de Assistência Social) anexo ao Hospital e Maternidade Santo Antonio, localizada na Rua Waldir Ortigari, 74 Centro, Lebon Regis/SC.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição:

I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes criminais;

II - idade superior a vinte e um anos, comprovada.

III - residir no município;

IV - Possuir escolaridade mínima de ensino médio completo;

V - participar com frequência de 100% de curso prévio, promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sobre a Política de Atendimento da Criança e do Adolescente a ser realizado em 11/05/2015 em local e horário a serem divulgados.

VI - aprovação na prova de conhecimento sobre os Direitos da criança e do adolescente de caráter eliminatório, cuja nota mínima a ser alcançada pelo candidato deverá corresponder a 60% da mesma.

VII - A prova de conhecimentos será realizada na data de 15/05/2015 que deverá ser constituída em duas etapas da seguinte forma: 1ª etapa - Prova escrita objetiva e 2ª etapa - Prova prática que abordará noções de informática, elaboração e digitação de textos;

VIII - Experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, que poderá ser comprovada com observância da forma e requisitos previstos na Resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente n. 03/2015.

3.1.2 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.3 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.4 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.2 RESULTADO DA PROVA DE CONHECIMENTOS

3.2.1 O Resultado preliminar da prova será divulgado no dia 22/05/2015.

3.2.2 O Período de recursos quanto ao resultado preliminar da prova será nos dias 25/05/2015 e 26/05/2015.

3.2.3 O resultado definitivo da prova de conhecimentos e a divulgação dos habilitados a registrarem candidatura ao cargo de conselheiro tutelar será publicado no dia 29/05/2015.

3.3. DO PERÍODO DE REGISTRO DA CANDIDATURA A CONSELHEIRO TUTELAR

3.3.1 O período para os habilitados na prova de conhecimentos efetuarem o registro de suas candidaturas a Conselheiro Tutelar será entre os dias 01/06/2015 a 01/07/2015.

3.4. Da Publicação das Candidaturas

3.4.1 A relação de candidatos ao Cargo de Conselheiro Tutelar será publicada no dia 03/07/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Fórum desta Comarca, Diário Oficial Eletrônico dos Municípios www.diariomunicipal.sc.gov.br e no site do município www.lebonregis.sc.gov.br, para ciência pública.

3.4.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 06/07/2015 a 07/07/2015, no horário de atendimento ao público

8:00 às 12:00 e das 13:00 as 17:00, no CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) anexo ao Hospital e Maternidade Santo Antonio, Rua Walvir Ortigari, 74, Centro Lebon Régis.

3.4.2.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 09/07/2015 a 13/07/2015, no horário de atendimento ao público 8:00 às 12:00 e das 13:00 as 17:00, no CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) anexo ao Hospital e Maternidade Santo Antonio, Rua Walvir Ortigari, 74 Centro Lebon Régis.

3.4.2.2 A comissão eleitoral terá o período de 48 h para apresentar resposta quanto às impugnações.

3.4.3 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 17/07/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Fórum desta Comarca, Diário Oficial dos Municípios www.diariomunicipal.sc.gov.br e no site do município www.lebonregis.sc.gov.br, para ciência pública.

3.4.4 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

3.5 Da Propaganda Eleitoral

3.5.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.5.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.5.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.5.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.5.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.5.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.5.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor

3.5.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.5.3 É vedada aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.5.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.5.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.5.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.5.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.5.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.5.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

3.6 Da Eleição

3.6.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015 no horário de 08:00 às 17:00 no Centro de Educação Infantil Walmor Carlím do Prado, S/N, Bairro Nova Era, Lebon Régis/SC.

3.6.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.6.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.6.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.6.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.6.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.6.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.6.6 O eleitor votará uma única vez em apenas 1 (um) candidato na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

3.7 Do Voto

3.7.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.7.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.7.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.7.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do candidato escolhido.

3.8 Da Cédula Oficial

3.8.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.8.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.8.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua

inscrição.

3.8.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

3.9 Das Mesas Receptoras

3.9.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.9.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.9.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.9.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.9.2.1 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.9.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.9.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:
I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.9.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.9.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

4. Da Apuração

4.1.1 A apuração dar-se-á no Centro de Educação Infantil Walmor Carlino do Prado, S/N, Bairro Nova Era, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

4.1.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

4.2 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

4.2.1 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

4.2.2 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

4.2.3 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

4.3 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que possuir mais tempo de experiência na área da Infância

e da Juventude de acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição.

4.3.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

5. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

5.1 O resultado da eleição será publicado no dia 04/10/2015, após o término da apuração dos votos, em edital contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos, afixado na Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, no Diário Eletrônico dos Municípios www.diariomunicipal.sc.gov.br e no site do município www.lebonregis.sc.gov.br, para ciência pública.

5.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

5.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

5.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

5.3.3 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

6. Disposições Finais

6.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 1487/2014, sem prejuízo das demais leis afetas.

6.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

6.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

6.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

6.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

6.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

6.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

6.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

6.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

6.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Lebon Régis/SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Lebon Régis, 02 de abril de 2015.

ENY TRAMONTINA COFERRI

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL

DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LEBON RÉGIS/SC

Anexo I

Cronograma

DATA	HORÁRIO		LOCAL
02/04/2015		Lançamento do edital que regulamenta o processo de escolha dos candidatos a membros do Conselho Tutelar	Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, nos endereços eletrônicos: www.diariomunicipal.sc.gov.br e www.lebonregis.sc.gov.br
06/04/2015 a 07/05/2015	8h as 12h e das 13h as 17h	Inscrição dos interessados a participar do curso preparatório a eleição de conselheiro tutelar	CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) Rua Waldir Ortigari, 74
11/05/2015	8h as 17h	Curso prévio sobre a Política de atendimento da Criança e adolescente	Local a ser definido
15/05/2015	8:30 13:30	Prova de conhecimentos em 2 etapas: - Prova objetiva de conhecimento teórico - Prova prática de noções básicas de informática	Local a ser definido
22/05/2015		Divulgação do resultado preliminar da prova	Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, nos endereços eletrônicos: www.diariomunicipal.sc.gov.br e www.lebonregis.sc.gov.br
25 e 26/05/2015	8h as 12 e das 13h as 17h	Período para recurso quanto ao resultado preliminar da prova	CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) Rua Waldir Ortigari, 74
29/05/2015		Divulgação do resultado definitivo da prova de conhecimentos e divulgação dos habilitados a registrarem sua candidatura.	Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, nos endereços eletrônicos: www.diariomunicipal.sc.gov.br e www.lebonregis.sc.gov.br
01/06 a 01/07	8h as 12 e das 13h as 17h	Período de registro das candidaturas junto ao CMDCA	CRAS (Centro de Referência de Assistência Social)
03/07/2015		Publicação das candidaturas	Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, nos endereços eletrônicos: www.diariomunicipal.sc.gov.br e www.lebonregis.sc.gov.br
06 a 07/07/2015	8h as 12 e das 13h as 17h	Período para impugnação das candidaturas	CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) Rua Waldir Ortigari, 74
09 a 13/07/2015	8h as 12 e das 13h as 17h	Período para manifestação de defesa do candidato impugnado	CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) Rua Waldir Ortigari, 74
17/07/2015		Divulgação do edital com a relação dos candidatos aptos a concorrer ao cargo de conselheiro tutelar	Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, nos endereços eletrônicos: www.diariomunicipal.sc.gov.br e www.lebonregis.sc.gov.br
04/10/2015	8:00 as 17:00	Eleição, apuração e divulgação do resultado	Cento de Educação Infantil Walmor Carlím do Prado
10/01/2016		Ato de posse dos novos conselheiros	Local a ser definido

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 2017

DECRETO Nº 2017 de 06 de abril de 2015.

"ABRE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2015".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.19, da Lei nº 1.311 de 11 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 971,55 (novecentos e setenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), à conta do superávit financeiro do exercício de 2014, apurado na fonte e detalhamento abaixo relacionada, criando Fonte, e Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2015, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Atividade - 12.01.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes
Fonte 3.35 - Outras transfer de rec. p Fundo de Assi. Social
..... R\$ 971,55
Detalhamento de Recursos - 304 - IGD do SUAS

Art.2º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 2.490,95 (dois mil e quatrocentos e noventa reais e noventa e cinco centavos), à conta do superávit financeiro do exercício de 2014, apurado na fonte e detalhamento abaixo relacionada, criando Fonte, e Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2015, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Atividade - 12.01.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes
Fonte 3.00 - Recurso OrdináriosR\$ 2.490,95
Detalhamento de Recursos - 00 - Recursos Ordinários

Art. 3º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2014.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 06 de abril de 2015.
MOISES DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

DECRETO 2018

DECRETO Nº 2018 de 06 de abril de 2015.

"ABRE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2015".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.19, da Lei nº 1.311 de 11 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 22.951,66 (vinte e dois mil e novecentos e cinquenta e um reais e sessenta e seis centavos), à conta do superávit financeiro do exercício de 2014, apurado na fonte e detalhamento abaixo relacionada, criando Fonte, e Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2015, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
Atividade - 0601.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração
Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Investimentos
Fonte 3.24 - Convênios R\$ 22.951,66
Detalhamento de Recursos - 107 - Convênio Caminhão

Art. 2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 06 de abril de 2015.
MOISES DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

DECRETO 2019

DECRETO Nº 2019 de 06 de abril de 2015.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Lei nº 1311 de 11 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º- Ficam anuladas parcialmente, na Atividade abaixo discriminada, as Modalidades de Aplicação da despesa:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade - 13.01.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Modalidade de Aplicação - 3.3.50.00.00 - Aplicações Diretas - Transferências a instituições
Fonte 02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde
..... R\$ 1.000,00
Detalhamento de Recursos 02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade - 13.01.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Modalidade de Aplicação - 3.3.71.00.00 - Aplicações Diretas - Transferências consórcios
Fonte 02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde
..... R\$ 1.000,00
Detalhamento de Recursos 02 - Receita de Impostos e Transf. de

Impostos - Saúde

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade - 13.01.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Modalidade de Aplicação - 4.4.90.00.00 - Investimentos
Fonte 02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde
..... R\$ 4.153,84
Detalhamento de Recursos 02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Art. 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a Modalidade de Aplicação da despesa atribuída à respectiva Atividade abaixo discriminada:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Modalidade de Aplicação - 3.3.40.00.00 - Aplicações Diretas - Transferências a Municípios
Fonte 02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde
..... R\$ 6.153,84
Detalhamento de Recursos 02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 06 de abril de 2015.
MOISES DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

RECEITAS FEDERAIS MARÇO/2015**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Notificação de Recebimento de Recursos
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 1/5

Data: 06/04/2015

Hora: 15:53:03

Período: 01/03/2015 - 31/03/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 02/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ITR 15%	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	1,07
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ITR 60%	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	4,26
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	2.746,22
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do ITR 25%	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	1,78
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.830,81
Total de recursos recebidos em 02/03/2015:			4.584,14

Recursos recebidos em: 03/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.173,39
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Saúde Bucal	4.1.7.2.1.33.11.30.03.00	4.460,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Agentes Comunitários de Saúde	4.1.7.2.1.33.11.30.02.00	12.168,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Saúde da Família	4.1.7.2.1.33.11.30.01.00	11.130,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	PMAQ - Programa de Melhoria do Acesso a Qualidade	4.1.7.2.1.33.11.30.08.00	19.000,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	782,26
Total de recursos recebidos em 03/03/2015:			48.713,65

Recursos recebidos em: 04/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.252,29
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.878,43
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Vigilância Sanitária	4.1.7.2.1.33.13.20.00.00	1.452,99
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Teto financeiro (MAC União)	4.1.7.2.1.33.12.10.01.00	228,35
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Programa Farmácia Básica União	4.1.7.2.1.33.14.10.00.00	2.381,28
Total de recursos recebidos em 04/03/2015:			7.193,34

Recursos recebidos em: 05/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.179,37
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	786,24
Total de recursos recebidos em 05/03/2015:			1.965,61

Recursos recebidos em: 06/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	758,50
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	505,67
Total de recursos recebidos em 06/03/2015:			1.264,17

Recursos recebidos em: 09/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	546,58
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	819,86
Total de recursos recebidos em 09/03/2015:			1.366,44

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

 Notificação de Recebimento de Recursos
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 2/5

Data: 06/04/2015

Hora: 15:53:03

Período: 01/03/2015 - 31/03/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 10/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	4.1.7.2.1.33.11.10.00.00	11.210,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do FPM 25%	4.1.7.2.1.01.02.10.02.00	55.896,39
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	6.504,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do FPM 15%	4.1.7.2.1.01.02.10.03.00	33.537,83
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	12.841,37
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	8.560,91
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do FPM 60%	4.1.7.2.1.01.02.10.01.00	134.151,34
Total de recursos recebidos em 10/03/2015:			262.701,84

Recursos recebidos em: 11/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Teto financeiro (MAC União)	4.1.7.2.1.33.12.10.01.00	300,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	4.211,82
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	2.807,88
Total de recursos recebidos em 11/03/2015:			7.319,70

Recursos recebidos em: 12/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	13.671,79
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	20.507,68
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Teto financeiro (MAC União)	4.1.7.2.1.33.12.10.01.00	300,00
Total de recursos recebidos em 12/03/2015:			34.479,47

Recursos recebidos em: 13/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	20.280,54
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	30.420,81
Total de recursos recebidos em 13/03/2015:			50.701,35

Recursos recebidos em: 16/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	738,38
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.107,56
Total de recursos recebidos em 16/03/2015:			1.845,94

Recursos recebidos em: 17/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	618,58
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	927,87
Total de recursos recebidos em 17/03/2015:			1.546,45

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

 Notificação de Recebimento de Recursos
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

 Página: 3/5
 Data: 06/04/2015
 Hora: 15:53:03
 Período: 01/03/2015 - 31/03/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 18/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.074,16
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	716,11
Total de recursos recebidos em 18/03/2015:			1.790,27

Recursos recebidos em: 19/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	869,69
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.304,53
Total de recursos recebidos em 19/03/2015:			2.174,22

Recursos recebidos em: 20/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do FPM 15%	4.1.7.2.1.01.02.10.03.00	7.556,49
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	5.718,10
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	3.812,06
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do FPM 25%	4.1.7.2.1.01.02.10.02.00	12.594,16
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do FPM 60%	4.1.7.2.1.01.02.10.01.00	30.225,97
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transferências do Salário-Educação	4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	23.567,74
Total de recursos recebidos em 20/03/2015:			83.474,52

Recursos recebidos em: 23/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	4.530,08
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	PROGRAMA SCFV	4.1.7.2.1.34.13.00.00.00	10.240,55
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	6.795,12
Total de recursos recebidos em 23/03/2015:			21.565,75

Recursos recebidos em: 24/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	2.768,18
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.845,46
Total de recursos recebidos em 24/03/2015:			4.613,64

Recursos recebidos em: 25/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	4.168,67
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	5.352,15
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	8.028,22
Total de recursos recebidos em 25/03/2015:			17.549,04

Recursos recebidos em: 26/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	4.229,09

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

 Notificação de Recebimento de Recursos
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

 Página: 4/5
 Data: 06/04/2015
 Hora: 15:53:03
 Período: 01/03/2015 - 31/03/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 26/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	6.343,63
Total de recursos recebidos em 26/03/2015:			10.572,72

Recursos recebidos em: 27/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.142,46
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.713,69
Total de recursos recebidos em 27/03/2015:			2.856,15

Recursos recebidos em: 30/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do FPM 15%	4.1.7.2.1.01.02.10.03.00	25.747,25
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ITR 25%	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	3,92
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do FPM 60%	4.1.7.2.1.01.02.10.01.00	102.989,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	11.553,30
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ITR 15%	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	2,35
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do FPM 25%	4.1.7.2.1.01.02.10.02.00	42.912,09
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ITR 60%	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	9,41
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	7.702,20
Total de recursos recebidos em 30/03/2015:			190.919,52

Recursos recebidos em: 31/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	915,66
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Convênio FUNASA - Esgoto sanitário	4.2.4.7.1.03.00.01.00.00	344.162,92
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Teto financeiro (MAC União)	4.1.7.2.1.33.12.10.01.00	284,37
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	610,44

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**Notificação de Recebimento de Recursos
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 5/5

Data: 06/04/2015

Hora: 15:53:03

Período: 01/03/2015 - 31/03/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 31/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	IGD-M Programa Bolsa Família	4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	45,37
Total de recursos recebidos em 31/03/2015:			346.018,76

TOTAL GERAL:

1.105.216,69

Luzerna, SC, 06 de abril de 2015.

Recebido em ____/____/____.

Macieira**PREFEITURA****DECRETO 1486**

DECRETO Nº 1486, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

Cria e Nomeia o Comitê de coordenação e Comitê Executivo, para operacionalização do Plano Municipal de Saneamento Básico.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º- Cria o Comitê de coordenação, para operacionalização do Plano Municipal de Saneamento Básico, como instancia consultiva e deliberativa, responsável pela condução da elaboração do plano Municipal de Saneamento Básico:

Art. 2º - Nomeia os membros do Comitê de coordenação, para operacionalização do Plano Municipal de Saneamento Básico:

Emerson Zanella - Prefeito Municipal
Silvana G Maffioletti - Secretária de Administração, Finanças e Planejamento
Pedro Sergio dos Santos - Presidente da Câmara Municipal de vereadores
Almir Jose Arconti Rossi - Presidente da APP da Escola Estadual
Anadir Rampinelli - Presidente da APP da Escola Municipal

Art. 3º - Cria o Comitê Executivo, como instancia responsável pela operacionalização do processo de elaboração do plano:

Art. 4º - Nomeia os membros do Comitê Executivo, para operacionalização do Plano Municipal de Saneamento Básico:

Ronivon Luiz Bridi - engenheiro Agrônomo
Mariza Ap Perego Schimitz - Secretária da Saúde
Pedro Felix Zuqui - Secretário de Infraestrutura e desenvolvimento Urbano
Noilir Manenti - Assistente Social
Lídio Campagnin - Secretário de Agricultura e Meio Ambiente
Samir Corrent - CASAN
Toni Clei Mazurkiewski - EPAGRI
Vilson Paganini Bellettini - Engº Civil e Agrimensor
Tales Garcia Antunes - Engº Agrimensor
Tiago Rosso Urbano - Engº Civil
João Paulo Casagrande da Rosa - Engº Agrimensor
Raquel Stoltz Back - Arquiteta
Lutiele da Silva Ghelere - Assistente Social
Amauri de Souza Porto Junior - Economista MSc.
Bruna Borsatto Lima - Assistente Ambiental
Mariane Martins - Assistente Ambiental
Luciana Correa Heck - Assistente Ambiental

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando Decreto nº 1484/2015.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 06 de abril de 2015.
Emerson Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

Maracajá**PREFEITURA****ERRATA DECRETO 17/2015**

ERRATA DECRETO Nº 17 DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Onde se lê:

DECRETA:

Art. 1º Homologa o processo administrativo que concedeu, em 11 de março de 2015, a Aposentadoria por Invalidez do servidor VANDERLEI DE SOUZA, brasileiro, nascido em 20 de agosto de 1972, portador do CPF nº 983.448.629-49, ocupante do cargo de Operador de Tratores Agrícolas, matrícula nº 0525.

Leia-se:

DECRETA:

Art. 1º Homologa o processo administrativo que concedeu, em 11 de março de 2015, a Aposentadoria por Invalidez do servidor VALMIR GONÇALVES PEDRO, brasileiro, nascido em 20 de agosto de 1972, portador do CPF nº 983.448.629-49, ocupante do cargo de Operador de Tratores Agrícolas, matrícula nº 0525.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 01 de Abril de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

EXTRATO DO 3º TA AO CONTRATO 58/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Extrato de Termo Aditivo

3º Termo Aditivo ao Contrato nº 58/2014

Contratante: Município de Maracajá

Contratado: Pavimentadora Jeremias Ltda

Objeto: Aditiva prazo do Contrato 58/2014

Cláusula Primeira - Fica alterada a Cláusula Sétima e seu Parágrafo Único, referente ao prazo de execução do objeto e vigência do contrato inicial que passa a ter a seguinte redação: Cláusula Sétima: o prazo deste aditivo para execução dos serviços é de 03 (três) mês, passando o prazo inicial para 11 (onze) meses. Parágrafo Único: O prazo deste aditivo é de 03 (três) meses, passando o prazo inicial do contrato para 12 (doze) meses.

Maracajá, 09 de fevereiro de 2015

Maravilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 33/2015

DECRETO Nº 33, DE 2 DE ABRIL DE 2015

Aprova desmembramento de lote urbano e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente decreto aprovado o desmembramento do imóvel: Parte dos Lotes Coloniais nºs (19 e 20), da Seção Maravilha, situadas neste Município e Comarca de Maravilha, com área de: "Dois mil oitocentos e setenta e nove metros e setenta centímetros quadrados" (2.879,70 m²); sem edificações; Objeto da Matrícula 19.981, do Ofício de Registro de Imóveis, desta Comarca; de propriedade de Ellos Incorporadora Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 16.717.917/0001-41, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 450, sala 209, Edifício Diplomata, nesta Cidade, que será desmembrado, formando assim 3 novos lotes urbanos, conforme descrição abaixo, mapa, memorial descritivo e RRT assinados pelo Arquiteto e Urbanista Marcos Kretzmann, REG. NAC./CAU A50862-4, nas dimensões, denominações e confrontações abaixo discriminadas:

NOVOS LOTES FORMADOS COM O DESMEMBRAMENTO:

Lote Urbano nº (1), da Quadra nº (1), do Desmembramento Ellos I, situado na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, com área de "Novecentos e trinta e cinco metros e sessenta centímetros quadrados" (935,60 m²), sem edificações; Confrontando:- ao Nordeste, com o lote urbano nº (2), na extensão de 32,97 metros, de Ellos Incorporadora Ltda, M. 19.981;- ao Sudoeste, com a Sanga Mariporã, por linha sinuosa;- ao Noroeste, com parte dos lotes coloniais rurais nºs (19 e 20), da Seção Maravilha, na extensão de 30,08 metros, de Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina - FUNOESC, M. 12.429;- ao Sudeste, com a Avenida Euclides Antonio D'Agostini, na extensão de 35,33 metros. Lote urbano destinado para APP.

Lote Urbano nº (2), da Quadra nº (1), do Desmembramento Ellos I, situado na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, com área de "Quatrocentos e dez metros e dezenove centímetros quadrados" (410,19 m²), sem edificações; Confrontando:- ao Nordeste, com o lote urbano nº (3), na extensão de 35,40 metros, de Ellos Incorporadora Ltda, M. 19.981;- ao Sudoeste, com o lote urbano nº (1), na extensão de 32,97 metros, de Ellos Incorporadora Ltda, M. 19.981;- ao Noroeste, com parte dos lotes coloniais rurais nºs (19 e 20), da Seção Maravilha, na extensão de 12,07 metros, de Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina - FUNOESC, M. 12.429;- ao Sudeste, com a Avenida Euclides Antonio D'Agostini, na extensão de 12,55 metros.

Lote Urbano nº (3), da Quadra nº (1), do Desmembramento Ellos I, situado na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, com área de "Um mil, quinhentos e trinta e três metros e noventa e um centímetros quadrados" (1.533,91 m²), sem edificações; Confrontando:- ao Nordeste, com a Avenida Orlando Valério Zawadzki, na extensão de 46,37 metros;- ao Sudoeste, com o lote urbano nº (2), na extensão de 35,40 metros, de Ellos Incorporadora Ltda, M. 19.981;- ao Noroeste, com parte dos lotes coloniais rurais nºs (19 e 20), da Seção Maravilha, na extensão de 34,31 metros, de

Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina - FUNOESC, M. 12.429;- ao Sudeste, com a Avenida Euclides Antonio D'Agostini, na extensão de 45,94 metros.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 2 de abril de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Marema**PREFEITURA****PREGÃO PRESENCIAL N. 011/2015 PNEUS NOVOS**

Município de Marema

A Prefeitura Municipal de Marema - SC FAZ SABER a todos os interessados, para querendo, que se encontra aberto Processo Licitatório n. 021/2015 - Modalidade de Pregão Presencial n. 011/2015, para aquisição de pneus novos. Este processo licitatório será destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 27/04/2015, às 09h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 27/04/2015 às 09h00min. Maiores informações ou a cópia da íntegra do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 13h30mi, e das 13h30min as 17h30min, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site www.marema.sc.gov.br

Marema, 31 de março de 2015
MARCOS PEDRO BATISTEL
Prefeito Municipal

Massaranduba**PREFEITURA****LICITAÇÃO 5.2015 - PP 3.2015 - CAFÉS 3ª IDADE**

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 5/2015 - FASS

PREGÃO PRESENCIAL REG. PREÇOS - Nº. 3.2015

O Fundo Municipal de Assistência Social de Massaranduba, torna público conforme Decreto Municipal nº. 2.051, Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, adjudicando o menor preço por item, inerente a aquisição de AQUISIÇÃO DE DIVERSOS GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS CAFÉS DOS ENCONTROS DOS GRUPOS DA TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 17/04/2015

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 17/04/2015. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 06 de Abril de 2015.

ANNA K. R. FRANZ

Gestora

Meleiro

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 022/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 022/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 22/04/2015, às 09:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 022/2015, objetivando a AQUISIÇÃO DE DOIS PARQUES DE DIVERSÃO INFANTIL, SENDO A INSTALAÇÃO DE UM NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO LUIZ DE PELEGRI- NI DE SAPIRANGA E OUTRO NA PRAÇA DO CENTRO MULTIUSO MENINO JESUS DE SAPIRANGA, CONFORME DESCRIÇÕES NO ANEXO I DO EDITAL. A íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400.

Meleiro/SC, 06 de abril de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 152/2015

PORTARIA n.º 152/2015
TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A pedido, a Senhora VERÔNICA MARTINS FERREIRA, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária total de 10 (dez) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegri.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 02/04/2015.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 060/2015.

Meleiro, 06 de Abril de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 150/2015

PORTARIA nº 150/2015

TRATA DA PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, e Lei n.º 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

PRORROGAR

Art. 1.º A Portaria de nº 108/2011, do Senhor MANOEL RABELO JUSTINO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.
Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 04/04/2015.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 06 de Abril de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 151/2015

PORTARIA nº 151/2015

TRATA DA PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE PSICÓLOGA PARA O CRAS POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei nº 1637/2014, de 26 de março de 2014, e Lei nº 1640/2014, de 03 de Abril de 2014, resolve:

PRORROGAR

Art. 1.º A Portaria de nº 137/2014, da Senhorita MARILÉIA VITORINO, ocupante do cargo de Psicóloga, exercendo suas atividades no Cras, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 07/04/2015.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 06 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo**PREFEITURA****ERRATA AO EDITAL 173/2015**

Errata ao Edital 173/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 173/2015 - Modalidade Convite n. 002/2015

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que o Convite Nº002/2015, com o seguinte objeto: SERVIÇOS RADIOFÔNICOS (AM) PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO, INCLUINDO AVISOS, LEMBRETES, CHAMADOS QUE SERÃO DIVULGADOS DIARIAMENTE, SEMPRE QUE REQUISITADOS POR QUALQUER DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E PROGRAMA SEMANAL DE 15 MINUTOS NOS SÁBADOS, ENTRE 11:45 E 12:00 HORAS, NO PERÍODO DE ABRIL A DEZEMBRO DE 2015. Teve sua data de abertura alterada para o dia 14 de abril de 2015, às 08:00. Sendo mantidas as demais condições do edital. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 06 de Abril de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

REVOGAÇÃO LICITAÇÃO Nº 82/2014

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrito no cnpj nº 95.996.104.0001.04; através de seu Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que esta REVOGADO, nos termos do Art. 49 da Lei nº 8666/93 por razões de interesse público decorrente de fato superveniente o Processo Licitatório nº 82/2014 - Tomada de Preço nº 08/2014

Monte Carlo - SC, 23 de Março de 2015
DELCIR BARZOTTO
Presidente CPL

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DECRETO Nº 041/2015

DECRETO Nº 041/2015, em 01 de Abril de 2015.

"NOMEIA COMISSÃO PARA A REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO 08/2015 PARA PREENCHIMENTO DE CARGOS VAGOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de provimento dos cargos públicos vagos;

CONSIDERANDO a necessidade de conferir a maior transparência possível ao Processo Seletivo Simplificado de candidatos para o preenchimento de ditas vagas, coisa que aconselha a Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão encarregada de promover, supervisionar e acompanhar o Processo Seletivo nº 08/2015 destinado à seleção para preenchimento de cargos na Secretarias de Saúde do Município, ficando designados para sua composição as seguintes pessoas, todos servidores desta municipalidade, sob a presidência do primeiro:

1. Felipe Pedroso;
2. Jorgia Guglielmi; e
3. Samuel dos Santos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data ficando revogada toda e qualquer disposição em contrário, em especial o Decreto nº 037/2015.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 01 de Abril de 2015.

Aginaldo David Maccari
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

Fernando Dilton Teixeira
Secretário Interino de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

REGISTRO DE PREÇOS 040/2015

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 040/2015. Objeto: AQUISIÇÃO DE FILTROS E LUBRIFICANTES, COM SERVIÇO DE TROCA INCLUSO, PARA VEÍCULOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS E MAQUINAS PESADA INTEGRANTES DA FROTA MUNICIPAL conforme anexo. Data: 22/04/2015 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Fernando D. Teixeira - Secretário de Finanças.

Navegantes

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO DAS AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015

ATA DE JULGAMENTO DAS AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015

Atestamos, para fins de comprovação junto ao certame licitatório de que trata o Pregão Presencial 41/2015 que:

A EMPRESA MARCELI ELIANE WECKER KUNZLER CPF nº 026.716.579 - 00, apresentou a (s) amostras dos itens, 24, 31, 35,37, em conformidade ao solicitado no respectivo edital.

Declaro que todos os ITENS FORAM APROVADAS, conforme especificações do edital.

A EMPRESA NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA, apresentou as amostras dos itens, 1,11,12,13,14,17,18,38,39,40,41,45,49,52,53,54, em conformidade ao solicitado no respectivo edital.

Declaro que todos os ITENS FORAM APROVADAS, conforme especificações do edital.

A EMPRESA HIBISCUS ORNAMENTACOES CNPJ nº 00792.866/0001 - 82, apresentou as amostras dos itens, 4,7,8,23,28,34,43, em conformidade ao solicitado no respectivo edital.

Declaro que todos os ITENS FORAM APROVADOS, conforme especificações do edital.

A EMPRESA CELSO RICARDO DE OLIVEIRA - ME, apresentou as amostras dos itens, 2,5,15,16,20,21,22,29,30,42,44,50,51,55,57, em conformidade ao solicitado no respectivo edital.

Declaro que todos os ITENS FORAM APROVADOS, conforme especificações do edital.

A EMPRESA PJ. SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI ME CNPJ nº. 13.060.647/0001 - 50, apresentou as amostras dos itens, 10,19,26,36,47, em conformidade ao solicitado no respectivo edital.

Declaro que todos os ITENS FORAM APROVADAS, conforme especificações do edital.

A EMPRESA ILSEU KUNZLER, apresentou as amostras dos itens, 3,6,9,25,27,32,33,46,48,56, em conformidade ao solicitado no respectivo edital.

Declaro que todos os ITENS FORAM APROVADAS, conforme especificações do edital.

NAVEGANTES 31 DE MARÇO DE 2015

Jonas de Souza
Secretário de Obras.

EXTRATO CONTRATUAL FMV Nº 042/2015.

EXTRATO CONTRATUAL FMV Nº042/2015.

Inexigibilidade: FMV02-2015. .

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES / FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA.

Contratado: EMOBRAS ENGENHARIA LTDA.

CNPJ: 06.129.678/0001-55.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PARA PADRONIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TAXI DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, CONFORME DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2015.

VIGÊNCIA: 04/03/2015 - 31/12/2015.

VALOR: R\$ 14.900,00.

Recursos: 2.075 3.3.90.00.00.00.

Fundamento: Art. 24, inciso I, Lei 8.666/93.

EXTRATO CONTRATUAL PMN Nº 046/2015.

Extrato Contratual PMN 046/2015.

Contrato Nº.: 046/2015.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Sona Construtora Ltda.

CNPJ: 18.205.110/0001-55.

Vigência : Início: 09/03/2015 Término:04/10/2015.

Licitação : Tomada de Preços nº 200/2014.

Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto : PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 298/2014, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PAVIMENTAÇÃO COM PAVERS E DRENAGEM PLUVIAL (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS) DO BECO DO ANICETO, DA RUA VALMIR S. BENASSI E DO BECO MANOEL JOÃO LAMIN, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS DE CONCRETO, DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO DO PASSEIO COM PAVER HOLLAND (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS), DA RUA BELMIRO SANTIAGO E DA SERVIDÃO RONAN R. MACCARINI, LOCALIZADAS NO BAIRRO MACHADOS E NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, conforme Tomada de Preço nº 200/2014.

Navegantes, 06 de março de 2015.

EXTRATOS CONTRATUAIS Nº 054/2015 / 055/2015.

EXTRATO CONTRATUAL Nº054/2015

Inexigibilidade: 047/2015.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Empresa/Contratado: NADINHO SANTORO - CPF: 004.770.829-80
Através de WILSON ANTUNES DE LIMA - CNPJ: 13.727.630/0001-04.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DO SHOW ARTÍSTICO MUSICAL COM O CANTOR "NADINHO SANTORO", A SER REALIZADO NO DIA 18 DE ABRIL DE 2015, NO MOLHE DE NAVEGANTES, NAS FESTIVIDADES COMEMORATIVAS DA CHEGADA DA MAIOR REGATA DE VOLTA AO MUNDO, A VOLVO OCEAN RACE, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, conforme Inexigibilidade de Licitação nº. 47/2015.

de Licitação nº. 46/2015.

VIGÊNCIA:16/03/2015 - 14/06/2015.

VALOR: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

RECURSOS: 2.060 3.3.90.00.00.00.00.00.00.

Fundamento: Art.25, III, lei nº 8.666/93.

EXTRATO CONTRATUAL Nº055/2015

Inexigibilidade: 046/2015.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Empresa/Contratado: GRUPO MUSICAL SWINGAE (MARCELO ANTUNES ME).

CNPJ 20.758.941/0001-04.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW MUSICAL COM O GRUPO "SWINGAE", A SER REALIZADO NO DIA 18 DE ABRIL DE 2015, NO MOLHE DE NAVEGANTES, NAS FESTIVIDADES COMEMORATIVAS DA CHEGADA DA MAIOR REGATA DE VOLTA AO MUNDO, A VOLVO OCEAN RACE, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, CONFORME INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 46/2015.

VIGÊNCIA:16/03/2015 - 14/06/2015.

VALOR: R\$ 10.000,00.

RECURSOS: 2.060 3.3.90.00.00.00.00.00.00.

Fundamento: Art.25, III, lei nº 8.666/93.

**PORTARIA 1210 COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 1210 DE 2 DE ABRIL DE 2015
INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PARA CONCESSÃO
DOS SERVIÇOS DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS NO MUNICÍPIO DE
NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III,
RESOLVE:

I INSTITUIR a Comissão Especial de Licitação para a concessão
dos serviços funerários no município de Navegantes, cujos inte-
grantes são os seguintes:

- a) Jan Ullrich - Presidente;
- b) Douglas Lemos - Membro;
- c) Nelson da Cunha - Membro;
- d) Maria Benedita Corrêa - Membro;
- e) Fernanda Hassmann Constâncio - Membro;

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 2 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Adminis-
tração e Logística nesta data.

Navegantes, 2 de abril de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Trento**PREFEITURA****PORTARIA Nº 360/2015**

PORTARIA Nº 360/ 2015
Conversão em Dinheiro de 1/3 de Licença Prêmio

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Es-
tado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere
os incisos I, VII e XII do art. 94 da Lei Orgânica Municipal de
04/04/1990, e de acordo com o que determina o art. 102 e 103,
da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário
Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de Licença Prêmio em dinheiro, no mês de Mar-
ço/2015, à Servidora Pública Municipal IVANA REGINA CADORE,
matrícula nº 81, concursada, ocupante do cargo de Assistente Ad-
ministrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, pertencente ao Quadro
de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, relativo ao período
aquisitivo de 02/05/2006 a 07/01/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de março de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria, em 25 de março de
2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 372/2015

PORTARIA Nº 372/ 2015
Concede Readaptação

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento,
Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe foram
conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de
2013, de acordo com o artigo 72, da Lei nº 1.668, de 22 de dezem-
bro de 1999 (Estatuto dos Servidores do Magistério Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Readaptação à Servidora Pública Municipal MARIA
NAZARETE CIPRIANI, matrícula nº 1059, concursada no cargo
de Professor Nível III, Referência E (Educação Infantil), com 20
(vinte) horas semanais, lotada na Escola Municipal de Educação
Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Distrito de Claraíba, Muni-
cípio de Nova Trento, pelo período de 01 (um) ano, a contar de
15 de março de 2015 a 13 de março de 2016, conforme resultado
pericial datado de 02/04/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de abril de 2015.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e Publicada a presente Portaria em 02 de abril de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 373/2015

PORTARIA Nº 373/ 2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 102, Lei Municipal nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 350/2015, que Concedeu Licença Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal EVANILDA TERESINHA GON FANTINI, matrícula nº 300, concursada, ocupante do cargo de Professor Nível III, Referência J, com 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas semanais no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi e 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 19 (dezenove) dias, a contar de 03 de abril de 2015 a 21 de abril de 2015, conforme resultado pericial datado de 02/04/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de abril de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e Publicada a presente Portaria em 06 de abril de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 374/2015

PORTARIA Nº 374/2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 352/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 011/2014, de 05/12/2014, convocada conforme Decreto nº 019/2015 "A", LIDIANE DE SOUZA KOERCHS, matrícula nº 6674, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil - Creche), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento, a contar de 03 de abril de 2015 a 21 de abril de 2015, em substituição a Titular Evanilda Teresinha Gon Fantini, afastada conforme a Portaria nº 373/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de abril de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 06 de abril de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora LIDIANE DE SOUZA KOERCHS, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Tijucas, Bairro Mato Queimado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 053.130.559-76, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil - Creche), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento, em substituição a Titular Evanilda Teresinha Gon Fantini, afastada conforme a Portaria nº 373/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 779,52 (setecentos e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 03 de abril de 2015 a 21 de abril de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado,

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal.

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas

diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 03 de abril de 2015.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Lidiane de Souza Koerchs
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, 03 de abril de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL Nº 045/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 045/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: VILAMIR VALMOR ROMANOSKI - ME

Valor : 12.817,75 (doze mil oitocentos e dezessete reais e setenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 06/04/2015 Término: 05/10/2015

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2015

Recursos : Dotação: 2.023.3.3.90.00.00.00.00 (93) Saldo:
195.767,87

Objeto : O objeto do presente contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA, VISANDO A RECUPERAÇÃO DA MOTONIVELADORA DRESSER 835, ANO 1993, FROTA Nº 11, PATRIMÔNIO Nº 4511, DE USO DO DPTO DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos e condições, constantes nos Anexos do Processo Licitação Nº 025/2015.

Novo Horizonte/SC, em 06 de Abril de 2015 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL Nº 046/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 046/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: EDMAR DA SILVA - ME

Valor : 391.085,93 (trezentos e noventa e um mil e oitenta e cinco reais e noventa e três centavos)

Vigência : Início: 06/04/2015 Término: 09/10/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2015

Recursos : Dotação: 2.022.4.4.90.00.00.00.00 (87),
2.022.4.4.90.00.00.00.00 (89)

Objeto : O objeto do presente contrato constitui a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA À EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE 07 (SETE) EDIFICAÇÕES POPULARES EM ALVENARIA, COM ÁREA DE 56,61 M2 CADA, A SEREM EDIFICADAS NO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, com recursos advindos do Contrato de Repasse nº 1.005.105-40/2013-Ministério das Cidades, em regime de execução indireta de empreitada por preço unitário, conforme Anexos do Edital.

Novo Horizonte/SC, em 06 de Abril de 2015 - Eli Mariott - Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PL Nº 025/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2015
CONVITE Nº 007/2015
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 06/04/2015
CONTRATADO: VILAMIR VALMOR ROMANOSKI - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA, VISANDO A RECUPERAÇÃO DA MOTONIVELADORA DRESSER 835, ANO 1993, FROTA Nº 11, PATRIMÔNIO Nº 4511, DE USO DO DPTO DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.
VALOR DA DESPESA: R\$ 12.817,75 (doze mil oitocentos e dezesseis reais e setenta e cinco centavos)
DATA: 06/04/2015 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL Nº 021/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2015
TOMADA DE PREÇO Nº 001/2015
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 06/04/2015
CONTRATADO: EDMAR DA SILVA - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA À EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE 07 (SETE) EDIFICAÇÕES POPULARES EM ALVENARIA, COM ÁREA DE 56,61 M2 CADA, A SEREM EDIFICADAS NO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, com recursos advindos do Contrato de Repasse nº 1.005.105-40/2013-Ministério das Cidades, em regime de execução indireta de empreitada por preço unitário, conforme documentos em anexo.
VALOR DA DESPESA: R\$ 391.085,93 (trezentos e noventa e um mil e oitenta e cinco reais e noventa e três centavos)
DATA: 06/04/2015 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

Orleans**PREFEITURA****EDITAL CHAMAMENTO CONCURSO PÚBLICO Nº001/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EFETIVAÇÃO DE ACORDO COM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015, mediante o qual ficam CONVOCADOS, para nomeação, os candidatos aprovados no Concurso Público nº 001/2015, para comparecerem na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 12h30min às 18h00min, no prazo de 30 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital do Concurso Público nº 001/2015 (disponível no sitio eletrônico: www.orleans.sc.gov.br, cientes de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 001/2015, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 3886-0128, com o servidor Ariel Alberton.

NOME	CARGO	CH
ROSILÉIA SANGALETTI ANTUNES	Cozinheiro	40 h
JUCEMARA TEIXEIRA	Cozinheiro	40 h
CAMILA PIZONI	Cozinheiro	40 h
SOLENIER MARIA BONETTI BIANCO	Cozinheiro	40 h
JUDIT ANTUNES ROCHA	Cozinheiro	40 h
JESIANE DE JESUS RICARDO	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	40 h
NATALIA FABRE MENDES	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	40 h
JANICE MENDES	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	40 h
ROSINETI CAMILO SALVALAGIO GALVANI	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	40 h
LUCILANI PEREIRA WARMELING	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	40 h
GLÓRIA MARIA HONÓRIO VOLPATO	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	40 h
JHENIFER TARTARI OURIQUES	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	40 h

Orleans, 06 de abril de 2015.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

EDITAL DE CHAMAMENTO TEMPORARIO CONCURSO PUBLICO Nº001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO TEMPORÁRIO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDOR EFETIVOS AFASTADO

Pelo presente EDITAL, ficam convocadas as candidatas aprovadas

no Concurso Público do Edital nº 001/2015, relacionadas abaixo, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, Centro, Município de Orleans, no horário das 12:30hs a 18:00 hs, para tomar posse no respectivo cargo. O presente chamamento, nos termos do item 13.5, do referido Concurso público, destina-se à substituição de servidor efetivo no período em que encontra-se afastado de suas funções. O não comparecimento no prazo de 05 dias implicará na desistência da vaga, podendo ser chamado o próximo classificado.

SERVIDOR(A)	CH / SUBSTITUIR QUEM	CARGO
SUZETE BONETTI	40 Hs/ Substituir Servidora Marli de Andrade	Cozinheiro
SILVIA CELSOLINA SILVA SATURNINO	40 Hs/ Substituir Servidora Vivian Mello da Silveira	Cozinheiro
MARIA DE FATIMA BENEDET	40 Hs/ Substituir Servidora Marilene N. Dias	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino
ALCIONETE APARECIDA PEREIRA VARGASKI	40 Hs/ Substituir Servidora Veronica Rosa	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino
MARLI APARECIDA DE SOUZA	40 Hs/ Substituir Servidora Valdirene Rosa	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino

Orleans, 06 de abril de 2015.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans.

Paial

PREFEITURA

EDITAL CONSELHO 01/2015

MUNICIPIO DE PAIAL

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EDITAL Nº 01/2015

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de PAIAL-SC, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelecem as Leis Municipais nº 184 de 27 de agosto de 2002 e Lei Federal nº 8069 de 13 de Julho de 1990, torna público, para conhecimento dos interessados, que estão abertas as inscrições para Eleição de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar de Paial-SC, para a Gestão 2016/2019:

-05 (CINCO) vagas para Conselheiro Tutelar Efetivo, com mandato de 2016/2019, conforme presente em edital de convocação;.

-05 (cinco) vagas para Conselheiros Tutelares Suplentes.

As inscrições se acham abertas de segunda à sexta feira entre 06 de abril a 04 de maio de 2015, das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min, no prédio de funcionamento do Centro de Geração e Renda, e que o mesmo reger-se-á pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis à matéria e pelas normas estabelecidas no Edital. Integra do Edital e informações na Prefeitura Municipal, pelo telefone (49) 3451-0045 e na Diretoria de Desenvolvimento Social e Família.

Município de Paial - SC, 01 de abril de 2015

HERBERT DREXLER

Presidente do Conselho Municipal dos
Direitos da Criança e Adolescente

EDITAL PLANO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS - PMGIRS/AMAUC.

O Município de Paial, Estado de Santa Catarina, juntamente com o Consórcio Lambari, para atender ao dispositivo na Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, Convoca toda população Paialense, para participar da Audiência Pública referente à Meta 04 a qual se refere ao Planejamento das Ações do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos- para validação do PMGIRS/AMAUC, com base nos levantamentos realizados até o presente momento através de oficinas e visitas in loco dos municípios que compõe a região da AMAUC, a realizar-se no dia 22 de abril de 2015, às 09h00min, na Câmara de Vereadores, situada na Rua Espírito Santo, centro, no Município de Paial, SC.

Paial-SC, em 02 de abril de 2015.

ANTONIO SOSTER

Secretário de Administração
Coordenador PMGIRS/paial

Palhoça

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO N. 039/2015

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 039/2015

Termo de Contato

Espécie: Contrato DE FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS MENOS PERECÍVEIS, nº 027/2015, firmado em 12/03/2015, com a empresa GIZELE REGINA DA SILVA ME

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na aquisição mediante entrega parcelada de gêneros alimentícios não perecível, através de contratação em caráter emergencial, para suprir as necessidades das Unidades de Ensino atendendo o Programa Nacional de Alimentação Escolar, conforme especificação na planilha efetuada pela Secretaria Municipal de Educação

AMPARO: Art.24, IV, da Lei nº 8.666/93

PROCESSO DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 027/2015

VIGÊNCIA: - 12/03/2015 A 29/05/2015.

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA:Secretaria de Educação, através do elemento: "128" 13.01.2.041.3.3.90.32.03.

VALOR: R\$ 55.905,50 (cinquenta e cinco mil, novecentos e cinco reais e cinquenta centavos).

Signatários: pelo Contratante,

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária Municipal de Educação

Pelo Contratado

GIZELE REGINA DA SILVA ME
GUILHERME NUNES BOFF

EXTRATO TERMO ADITIVO N. 030/2015

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 030/2015

Termo de Aditamento - Prorrogação

Espécie: 10º Termo de Adiantamento ao CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 132/2012, firmado em 09/08/2012, com a empresa EMPREITEIRA PAVICON LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras nº 132/2012.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, II, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA
N. 059/2012

DATA: 04/03/2015

Signatários: pelo Contratante,

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

EDUARDO FRECCIA
Secretário Municipal de Infraestrutura Contratante

JOSÉ TADEU DA CUNHA
Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça CREA/SC 5847

Pelo Contratado,

EMPREITEIRA PAVICON LTDA
PAULO HENRIQUE MATTOS

EXTRATO TERMO ADITIVO N. 033/2015

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 033/2015

Termo de Aditamento - Prorrogação

Espécie: 1º Termo de Adiantamento ao Contrato DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 224/2014, firmado em 16/09/2014, com a empresa SATÉLITE TOPOGRAFIA E ENGENHARIA LTDA

OBJETO: Fica prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras n.º 224/2014.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, II, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS
N. 154/2014

DATA: 10/03/2015

Signatários: pelo Contratante,

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

EDUARDO FRECCIA
Secretário Municipal de Infraestrutura Contratante

JOSÉ TADEU DA CUNHA
Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça CREA/SC 5847

Pelo Contratado,

SATÉLITE TOPOGRAFIA E ENGENHARIA LTDA
JOÃO FRANCISCO FURTADO BRANCO

EXTRATO TERMO ADITIVO N. 034/2015

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 034/2015

Termo de Aditamento - Acréscimo

Espécie: 1º Termo de aditamento ao contrato DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 258/2014,, firmado em 21/10/2014 , com a empresa EMPREITEIRA PAVICON LTDA

OBJETO: Fica acrescido o valor de R\$ 12.283,80 (doze mil, duzentos e oitenta e três reais e oitenta centavos), sendo R\$ 11.152,42 (onze mil, cento e cinquenta e dois reais e quarenta e dois centavos), referente ao emprego dos materiais, e R\$ 1.131,38 (hum mil, cento e trinta e um reais e trinta e oito centavos), referente aos serviços de mão de obra, no percentual de 3,870% do valor atualizado do contrato nº 258/2014, conforme cálculo efetuado pelo setor de engenharia correspondente a readequação ao projeto inicial, demonstrado através das peças analíticas: a) Quadro de Quantidades e Custos, b) Memorial Descritivo, c) Justificativa do Setor de Engenharia .

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, inc. I, °§ 1º, da Lei n. 8.666/93.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS
N. 157/2014.

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Infraestrutura, através do elemento de despesa: "17" - 4.4.90.51.91.000000".

VALOR: R\$ 12.283,80 (doze mil, duzentos e oitenta e três reais e oitenta centavos)

DATA: 11/03/2015

Signatários: pelo Contratante,

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

SERGIO MATIOLA
Presidente da SAMAE

EDUARDO FRECCIA
Secretário Municipal de Infraestrutura

MÁRIO CILO VIEIRA ZAMBELLI
Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça
CREA/SC 25.866-8

Pelo Contratado,

EMPREITEIRA PAVICON LTDA
PAULO HENRIQUE MATTOS

EXTRATO TERMO ADITIVO N. 035/2015

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 035/2015

Termo de Aditamento - Prorrogação

Espécie: 1º Termo de Adiantamento ao Contrato DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 263/2014, firmado em 24/10/2014, com a empresa SATÉLITE TOPOGRAFIA E ENGENHARIA LTDA ME

OBJETO: Fica prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do contrato de execução de obras nº 263/2014.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, II, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS
N. 179/2014

DATA: 11/03/2015

Signatários: pelo Contratante,

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

SÉRGIO MATIOLA
Presidente do SAMAE

MÁRIO CILO VIEIRA ZAMBELLI
Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça
CREA/SC 25.866-8

Pelo Contratado,

SATÉLITE TOPOGRAFIA E ENGENHARIA LTDA
JOÃO FRANCISCO FURTADO BRANCO

EXTRATO TERMO ADITIVO N. 036/2015

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 036/2015

Termo de Aditamento - Acréscimo e Prorrogação

Espécie: 1º Termo de Aditamento ao Contrato DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 259/2014, firmado em 22/10/2014, com a empresa LUIZ FABIANO SILVEIRA ME

OBJETO: Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do contrato de execução de obras nº 259/2014, retroagindo os efeitos a 02/03/2015.

Fica acrescido o valor de R\$ 18.101,00 (dezoito mil e cento e um real), sendo R\$ 12.848,17 (doze mil, oitocentos e quarenta e oito reais e dezessete centavos), referente ao emprego dos materiais, e R\$ 5.252,83 (cinco mil, duzentos e cinquenta e dois reais e oitenta e três centavos), referente aos serviços de mão de obra, no percentual de 24,95 % do valor atualizado do contrato nº 259/2014, conforme cálculo efetuado pelo setor de engenharia correspondente a readequação ao projeto inicial, demonstrado através das peças analíticas: a) Quadro de Quantidades e Custos, b) Memorial Descritivo, c) Justificativa do Setor de Engenharia, apensadas ao presente instrumento.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 57 e art. 65, inc. I, °§ 1º, da Lei n. 8.666/93.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS
N. 176/2014.

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Infraestrutura, através do elemento de despesa: "17" - 4.4.90.51.91.000000".

VALOR: R\$ 18.101,00 (dezoito mil e cento e um real).

DATA:11/03/2015

Signatários: pelo Contratante,

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

SERGIO MATIOLA
Presidente da SAMAE

EDUARDO FRECCIA
Secretário Municipal de Infraestrutura

RODOLPHO PAGANI MARTINS
Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça
CREA/SC 087007-5

Pelo Contratado,

LUIZ FABIANO SILVEIRA ME
LUIZ FABIANO SILVEIRA

EXTRATO TERMO ADITIVO N. 037/2015

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 037/2015

Termo de Aditamento - Prorrogação

Espécie: 2º Termo de Adiantamento ao Contrato DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 212/2014, firmado em 05/09/2014, com a empresa CEPENGE ENGENHARIA LTDA EPP.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras nº 212/2014.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, II, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS
N. 140/2014

DATA: 11/03/2015

Signatários: pelo Contratante,

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário Municipal da Saúde

MISAEEL MENDES DA SILVA
Engenheiro Eletricista - Prefeitura Municipal de Palhoça
CREA/SC 8976-8

Pelo Contratado,

CEPENGE ENGENHARIA LTDA EPP
CLEVERSON FRANCISCO ZARDO

EXTRATO TERMO ADITIVO N. 038/2015

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 038/2015

Termo de Aditamento - Prorrogação

Espécie: 1º Termo de Adiantamento ao Contrato DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 268/2014, firmado em 04/11/2014, com a empresa EMPREITEIRA PAVICON LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras nº 268/2014.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, II, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS
N. 178/2014

DATA: 11/03/2015

Signatários: pelo Contratante,

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

EDUARDO FRECCIA
Secretário Municipal de Infraestrutura

JOSÉ TADEU DA CUNHA
Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça
CREA/SC 5847

Pelo Contratado,

EMPREITEIRA PAVICON LTDA
PAULO HENRIQUE MATTOS

EXTRATO TERMO ADITIVO N. 042/2015

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 042/2015

Termo de Aditamento - Prorrogação

Espécie: 1º Termo de Adiantamento ao Contrato DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 260/2014, firmado em 22/10/2014, com a empresa STANDARD CONSTRUÇÕES LTDA ME

OBJETO: Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do contrato de execução de obras nº 260/2014, retroagindo seus efeitos a 01/03/2015.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, II, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS
N. 176/2014

DATA: 13/03/2015

Signatários: pelo Contratante,

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

SÉRGIO MATIOLA
Presidente do SAMAE Contratante

RODOLPHO PAGANI MARTINS
Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça
CREA/SC 087007-5

Pelo Contratado,

STANDARD CONSTRUÇÕES LTDA ME
JOÃO AUGUSTO FARIAS BRANCO

EXTRATO TERMO ADITIVO N. 043/2015

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 043/2015

Termo de Aditamento - Acréscimo

Espécie: 1º Termo de Aditamento ao Contrato DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS N.º 086/2014, firmado em 21/03/2014, com a empresa DECISÃO PROPAGANDA LTDA.

OBJETO: Fica acrescido o valor total de R\$ 364.665,60 (trezentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos), sobre o valor global ao contrato n. 086/2014, no percentual de 12,4885%.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, inc. I, § 1º, da Lei n. 8.666/93.

PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA
N. 192/2013.

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste termo aditivo correrão por conta de recursos das Secretarias abaixo relacionadas, através dos elementos de despesa:

- Educação: "506" - 2.021.3.3.90.39.88,
- Receita: "104" - 2.64.3.3.90.39.88,
- Infraestrutura: "26" - 2.026.3.3.90.39.88,
- Serviços Públicos: " 15" - 2.193.3.3.90.39.88,
- Turismo, Esporte e Cultura: " 125" - 2.082.3.3.90.39.88,
- Desenvolvimento Econômico e Planejamento: " 482" - 2.128.3.3.90.39.88

VALOR: R\$ 364.665,60 (trezentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos)

DATA:13/03/2015

Signatários: pelo Contratante,

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária Municipal de Educação

NILSON JOÃO ESPÍNDOLA
Secretário Municipal de Receita

EDSON GHIZONI
Secretário Municipal de Serviços Públicos

JOSÉ VIRGILIO DA SILVA JÚNIOR
Secretário Municipal de Turismo

EDUARDO FRECCIA
Secretário Municipal de Infraestrutura

MARCELO FETT
Secretário Municipal de Des. Econômico e Planejamento

pelo Contratado,

DECISÃO PROPAGANDA LTDA
RAFAEL NEVES DOS SANTOS

EXTRATO TERMO ADITIVO N. 052/2015

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 052/2015

Termo de Aditamento - Acréscimo

Espécie: 1º Termo de Aditamento ao Contrato DE ENGENHARIA PARA GESTÃO INTEGRADA DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA N.º 121/2014, firmado em 30/04/2014, com a empresa CONSÓRCIO QUANTUM-SADENCO-ARCADIS (CONSÓRCIO SQE - LUZ - PALHOÇA)

OBJETO: Fica acrescido o valor total de R\$ 1.567.989,25 (um milhão, quinhentos e sessenta e sete mil, novecentos e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos), sobre o valor global ao contrato n. 121/2014, no percentual de 24,60%, conforme especificado nas requisição ao Compras nºs 258/2015, 290/2015 e 291/2015.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, inc. I, § 1º, da Lei n. 8.666/93.

PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA
N. 249/2013.

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: A despesa decorrente deste termo aditivo correrão por conta de recursos da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, através dos elementos de despesa: "165" - 20.28.3.3.90.39.05.

VALOR: R\$ 1.567.989,25 (um milhão, quinhentos e sessenta e sete mil, novecentos e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos).

DATA:23/03/2015

Signatários: pelo Contratante,

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

EDSON GHIZONI
Secretário Municipal de Serviços Públicos

Pelo Contratado,

CONSÓRCIO QUANTUM-SADENCO-ARCADIS (CONSÓRCIO SQE - LUZ - PALHOÇA)
GILBERTO VIEIRA FILHO

EXTRATO TERMO ADITIVO N. 057/2015

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 057/2015

Termo de Aditamento - Prorrogação

Espécie: 1º Termo de Adiantamento ao CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 327/2014, firmado em 26/12/2014, com a empresa CONASA - COMPANHIA NACIONAL DE SANEAMENTO

OBJETO: Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Prestação de Serviços n.º 327/2014.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, II, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO DISPENSA DE LICITAÇÃO
N. 234/2014

DATA: 27/03/2015

Signatários: pelo Contratante,

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

SÉRGIO MATIOLA
Presidente do SAMAE

Pelo Contratado,

CONASA - COMPANHIA NACIONAL DE SANEAMENTO
MANOEL MOTTA NETTO

EXTRATO TERMO ADITIVO N. 058/2015

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 058/2015

Termo de Aditamento - Acréscimo

Espécie: 2º Termo de Aditamento ao Contrato DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 268/2014, firmado em 04/11/2014, com a empresa EMPREITEIRA PAVICON LTDA.

OBJETO: Fica acrescido o valor de R\$ 58.013,83 (cinquenta e oito mil, treze reais e oitenta e três centavos), sendo R\$ 48.393,56 (quarenta e oito mil, trezentos e noventa e três reais e cinquenta e seis centavos), referente ao emprego dos materiais, e R\$ 9.620,27 (nove mil, seiscentos e vinte reais e vinte e sete centavos), referente aos serviços de mão de obra, no percentual de 24,921% do valor atualizado do contrato nº 268/2014, conforme cálculo efetuado pelo setor de engenharia correspondente a readequação ao projeto inicial, demonstrado através das peças analíticas: a) Quadro de Quantidades e Custos, b) Memorial Descritivo, c) Justificativa do Setor de Engenharia, apensadas ao presente instrumento.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, inc. I, § 1º, da Lei n. 8.666/93.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS
N. 178/2014.

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente termo aditivo correrão por conta do orçamento da Secretaria Municipal de Infraestrutura, através do elemento de despesa: "489" - 4.4.90.51.91.000000".

VALOR: R\$ 58.013,83 (cinquenta e oito mil, treze reais e oitenta

e três centavos).

DATA: 27/03/2015

Signatários: pelo Contratante,

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

EDUARDO FRECCIA
Secretário Municipal de Infraestrutura

JOSÉ TADEU DA CUNHA
Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça
CREA/SC 5847

Pelo Contratado,

EMPREITEIRA PAVICON LTDA
PAULO HENRIQUE MATTOS

EXTRATO TERMO ADITIVO N. 059/2015

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 059/2015

Termo de Aditamento - Prorrogação

Espécie: 2º Termo de Adiantamento ao Contrato DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 258/2014, firmado em 21/10/2014, com a empresa EMPREITEIRA PAVICON LTDA

OBJETO: Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras nº 258/2014, retroagindo seus efeitos a 13/03/2015.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, II, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS
N. 157/2014

DATA: 27/03/2015

Signatários: pelo Contratante,

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

SÉRGIO MATIOLA
Presidente do SAMAE

EDUARDO FRECCIA
Secretário Municipal de Infraestrutura

MÁRIO CILO VIEIRA ZAMBELI
Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça
CREA/SC 25.866-8

Pelo Contratado,

EMPREITEIRA PAVICON LTDA
PAULO HENRIQUE MATTOS

TOMADA DE PREÇOS 009 - PROPOSTAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESUMO DE JULGAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2015

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento das Propostas de Preços apresentadas para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2015, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para Execução de repavimentação asfáltica e drenagem da Rua Roberto Sell e Avenida Rio Grande, neste Município, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA:

SETEP CONSTRUÇÕES S/A venceu o item com proposta no valor de R\$ 641.136,70 (seiscentos e quarenta e um mil, cento e trinta e seis reais e setenta centavos).

Palhoça, 06 de Abril de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

LEI ORDINÁRIA PROMULGADA Nº 4.204, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

LEI ORDINÁRIA PROMULGADA Nº 4.204, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

ALTERA LEI Nº 429, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1995. DESMEMBRAMENTO. Autoriza Desmembramento excepcional de imóveis edificadas e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 58, Parágrafo 7º, da Lei Orgânica do Município de Palhoça; e Artigo 97, Parágrafo 6º, do Regimento Interno desta Casa, PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o artigo 2º da Lei Municipal nº 429, de 18 de dezembro de 1995, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Os imóveis de que trata o artigo anterior, são aquelas que, existem duas ou mais edificações sobre estas constituídas, de forma independente, o que se comprovará por meio de documentação hábil ou resultantes de transação comercial de compra e venda de lotes com área inferior à 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de março de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

Lei originada do Projeto de Lei nº 133/2013 e Veto nº 11/2014.

LEI ORDINÁRIA PROMULGADA Nº 4.205, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

LEI ORDINÁRIA PROMULGADA Nº 4.205, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão Maria José Goulart.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 58, Parágrafo 7º, da Lei Orgânica do Município de Palhoça; e Artigo 97, Parágrafo 6º, do Regimento Interno desta Casa, PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de Servidão Maria José Goulart, com extensão de 47,00 metros de comprimento e 04,00 metros de largura, início na Rua Rogério Coelho, via pública localizada no Bairro Alto Aririú, neste Município.

Parágrafo único. A localização da referida via Pública de que trata o artigo anterior obedece croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de março de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

Lei originada do Projeto de Lei nº 389/2014 e Veto nº 20/2014.

LEI ORDINÁRIA PROMULGADA Nº 4.206, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

LEI ORDINÁRIA PROMULGADA Nº 4.206, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Olavo Debiasi.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 58, Parágrafo 7º, da Lei Orgânica do Município de Palhoça; e Artigo 97, Parágrafo 6º, do Regimento Interno desta Casa, PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada a RUA OLAVO DEBIASI, com extensão de 300 m (trezentos metros) e 5 m (cinco metros) de largura, com início na Servidão BENEDITO A. DA SILVA.

Parágrafo único. A localização das vias públicas, de que trata este artigo, obedece ao croqui em anexo, a certidão de óbito, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de março de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

Lei originada do Projeto de Lei nº 405/2014 e Veto nº 19/2014.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 127/2015.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 127/2015.

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A INSTITUIÇÃO CONSELHO COMUNITÁRIO SÃO SEBASTIÃO PARA ATENDIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Conselho Comunitário São Sebastião, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de janeiro de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO ISNARDO LUIS BRANT
Presidente Vice - Presidente

MARIA ROSÂNGELA PRATIS EDEMIR NIEHUES
1º Secretário 2º Secretário

Arcendino José Cerino Edemir Niehues
Presidente Membro

Maria Rosângela Pratis
Membro

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 084/2014.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 084/2014.

"Dispõe sobre horário de funcionamento dos terreiros de Umbanda no Município de Palhoça".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizados os centros de umbanda existentes em Palhoça, a desempenhar suas atividades ritualísticas até às 23h30min.

Parágrafo único. Entende-se por centros de umbandas os locais destinados à manifestação da cultura afro-brasileira, que sincretiza vários elementos, inclusive o cristianismo, espiritismo e matrizes africanas.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 27 de março de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e sete dias do mês de março ano de dois mil e quinze.

PROJETO DE LEI Nº 492/2015

PROJETO DE LEI Nº 492/2015

DENOMINA PRAÇA PÚBLICA. Praça Paulo João Martins.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Praça Paulo João Martins, Praça Pública, localizada na esquina formada entre a Avenida Prefeito Nelson Martins com a Rua Orlando Tancredo, Centro, neste Município.

Parágrafo único. A localização da Praça Pública de que trata o caput deste artigo obedece ao croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Palhoça, 30 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº 496/2015

PROJETO DE LEI Nº 496/2015

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Paulo Rogério de Freitas Lopes

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Paulo Rogério de Freitas Lopes, via pública municipal localizada no Loteamento Jardins no bairro Bela Vista, com extensão total de aproximadamente 902,86 metros, e 12,00 metros de largura, neste Município.

Parágrafo único. A localização da referida Via Pública, de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 18 de Fevereiro de 2015.
FÁBIO COELHO
VEREADOR

PROJETO DE LEI Nº 462/2014.

PROJETO DE LEI Nº 462/2014.

FUNDO MUNICIPAL. Institui o Fundo Municipal do Idoso (FMI) do Município de Palhoça.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso das suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Palhoça, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Fundo Municipal do Idoso, instrumento de natureza contábil, tendo por finalidade a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados a proporcionar o devido suporte financeiro na implantação, na manutenção e no desenvolvimento de programas, projetos e ações voltados à pessoa idosa no âmbito

do Município de Palhoça.

Art. 2º O Fundo Municipal do Idoso será gerenciado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, que se vincula o Conselho Municipal do Idoso, sendo de competência deste a deliberação sobre a aplicação dos recursos em programas, projetos e ações voltados à pessoa idosa.

Parágrafo único. O ordenamento das despesas decorrentes da aplicação dos recursos do Fundo será da competência do representante legal da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Constituem fontes de recursos do Idoso:

I - as transferências e repasses da União, do Estado, por seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, bem como de seus Fundos;

II - as transferências e repasses do Município;

III - os auxílios, legados, valores, contribuições e doações, inclusive de bens móveis e imóveis, que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

IV- produtos de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;

V - os valores das multas previstas no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003);

VI - as doações feitas por pessoas físicas ou jurídicas deduzidas do Imposto Sobre a Renda, conforme a Lei Federal nº 2.213/2010;

VII - outras receitas destinadas ao referido Fundo, e

VIII - as receitas estipuladas em lei.

§ 1º Para os casos de insuficiência orçamentária poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por lei.

§ 2º Os recursos que compõem o Fundo serão depositado em conta especial sob a denominação "Fundo Municipal do Idoso", e sua destinação será deliberada por meio de atividades, projetos e programas aprovados pelo Conselho Municipal do Idoso, sem isentar a Administração Municipal de previsão e provisão de recursos necessários para as ações destinadas à pessoa idosa, conforme a legislação pátria.

§ 3º A dotação orçamentária prevista para o órgão executor da Administração Pública Municipal, responsável pelo idoso, será automaticamente transferida para a conta do Fundo Municipal do Idoso - FM I, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

§ 4º Os recursos de responsabilidade do Município de Palhoça, destinados ao Fundo Municipal do Idoso serão programados de acordo com a Lei Orçamentária do respectivo exercício financeiro, para promover ações de proteção e promoção da pessoa idosa, conforme regulamentação desta Lei.

§ 5º O Conselho Municipal do Idoso deverá constituir Comissão Permanente, integrada por Conselheiros governamentais e Conselheiros representantes da sociedade civil, composta paritariamente, com a finalidade de acompanhar as ações relacionadas com o Fundo.

Art. 4º O repasse de recursos para as entidades e organizações do idoso, devidamente registradas no Conselho Municipal do Idoso,

será efetivado por intermédio do Fundo Municipal do Idoso - FMI, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Idoso CMI.

Parágrafo único. As transferências de recursos para organizações governamentais e não governamentais do idoso se processarão mediante convênios e contratos.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Assistência Social prestará contas mensalmente ao Conselho Municipal do Idoso sobre o Fundo Municipal do Idoso, e dará vistas e prestará informações quando for solicitado pelo Conselho.

Art. 6º Para atender ao disposto nesta Lei, será utilizada rubrica orçamentária específica.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Fábio Coelho Luiz Henrique Sell
Presidente Membro

Reni Antônio Schweitzer
Membro

PROJETO DE LEI Nº 494/2015.

PROJETO DE LEI Nº 494/2015.

Institui o Fórum Permanente de Educação. Institui para implementação, acompanhamento, avaliação, revisão e emendas do Plano Municipal de Educação do Município de Palhoça e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Institui o Fórum Permanente de Educação para implementação, discussão, acompanhamento, avaliação, revisão e emendas do Plano Municipal de Educação do Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O Fórum Permanente de Educação será assim constituído:

I - pelo(a) titular da Secretaria Municipal de Educação;

II - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração;

III - 01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal;

IV - 03 (três) representantes da Educação Básica da Rede Municipal;

V - 03 (três) representantes dos Diretores das Escolas Públicas;

VI - 01 (um) representante da Educação Especial;

VII - 01 (um) representante da EAD e Novas Tecnologias;

VIII - 01 (um) representante da Educação Étnico-racial e Indígena;

IX - 01 (um) representante das Escolas do Campo;

X - 01 (um) representante das Escolas Estaduais;

XI - 01 (um) representante do Ensino Profissionalizante;

XII - 01 (um) representante do Ensino Superior;

XIII - 03 (três) representantes dos Funcionários da Secretaria Municipal de Educação;

XIV - 02 (dois) representantes dos pais de alunos das Escolas Públicas;

XV - 01 (um) representante do FUNDEB;

XVI - 03 (três) representantes dos professores da Rede Municipal;

XVII - 01 (um) representante dos Diretores das Escolas Particulares;

XVIII - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

XIX - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde; e

XX - 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo Único. A nomeação será formalizada por ato do Chefe do Poder Executivo, que indicará os representantes titulares e suplentes do Fórum Permanente de Educação.

Art. 3º O Fórum Permanente de Educação terá como atribuição:

I - Finalizar a proposta do Plano Municipal de Educação, adequando-a ao Plano Estadual e Nacional de Educação e encaminhá-la ao Poder Executivo;

II - Fazer avaliação permanente do Plano Municipal de Educação;

III - Convocar juntamente à Secretaria Municipal de Educação a Conferência Municipal de Educação, bienalmente, após aprovado o Plano Municipal de Educação;

IV - Definir em regimento próprio sua organização e funcionamento;

V - Organizar formas de discussão com a sociedade, visando levantar anseios em relação à Educação; e

VI - Elaborar o seu Regimento Interno, para aprovação do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º O Fórum terá acesso às informações e estatísticas educacionais, administrativas e financeiras necessárias para o bom desempenho do seu trabalho.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Educação ficará responsável em tomar as providências para a constituição do Fórum Permanente de Educação.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Palhoça, 22 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº 507/2015

PROJETO DE LEI nº 507/2015

Denomina Via Pública. Rua Manoel Joaquim Soares.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica denominada de Rua Manoel Joaquim Soares via pública localizada no Furadinho, com extensão de 300 (trezentos) metros e 7 (sete) metros de largura, tendo início na BR 10, próximo ao KM 223.

PARÁGRAFO ÚNICO - A localização da via pública, de que trata este artigo, obedece ao croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

ARTIGO 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de março 2015.

Reni Antônio schweitzer
(Vereador)

PROPOSTA DE EMENDA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 006/2014.

PROPOSTA DE EMENDA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 006/2014.

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL. Altera a redação do § 1º do art. 31 da Lei Orgânica Municipal.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores promulgou a seguinte Emenda a Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º O § 1º do art. 31 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 31 (...)

§ 1º - O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade."(N.R.)

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das sessões,
Arlindo Fernandes Moraes Luiz Henrique Sell
Presidente Membro

Fábio Coelho
Membro

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 50/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 50/2015. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 23/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE: ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR, ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DECENAL DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES, PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E CONFERENCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL CONFORME ESPECIFICAÇÃO NO ANEXO IV. Data da entrega dos envelopes: 04/05/2015 até as 08:30 horas. Data da abertura: 04/05/2015 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 06 de Abril de 2015. Norberto Paulo Gonzatti - Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 058, DE 01.04.2015 - (ERRATA- DATA) ALTERA ALÍQUOTA PEDÁGIO - CÓDIGO TRIBUTÁRIO

Complementar nº 058, de 01 de abril de 2015.

ALTERA ALÍQUOTA SOBRE O PREÇO DOS SERVIÇOS DO ITEM 22.01 DA LISTA DE SERVIÇOS TRIBUTÁVEIS DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 011, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2003, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu, sanciono e promulgo a seguinte

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º. Fica alterada a alíquota do item 22.01 sobre o preço dos serviços tributáveis do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISQN, da Lei Complementar nº 011, de 18 de dezembro de 2003, conforme anexo único da presente lei.

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº 030, de 25 de agosto de 2008.

Município de Papanduva, 01 de abril de 2015.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Fábio José Padilha

Secretário da Administração

ANEXO ÚNICO

LEI COMPLEMENTAR Nº 058, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

LISTA DE SERVIÇOS

SERVIÇOS TRIBUTÁVEIS E ALÍQUOTAS DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Descrição dos Serviços	Alíquotas sobre o preço dos serviços (faturamento) em %
22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	5%

Passo de Torres

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL PR 35/2015 PMPT

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2015
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, DE ACORDO COM AS LEIS 10.520, DE 17/07/2002, SUBSIDIARIAMENTE PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 DE 21/06/93 E SUAS ALTERAÇÕES E ALTERAÇÕES POSTERIORES, TORNA PÚBLICO QUE SE ENCONTRA ABERTA A LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, DO TIPO "MENOR PREÇO POR LANCE", OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TELEFONIA DIGITAL (PABX) BASEADO EM SERVIDOR IP, CONTENDO SOFTWARE PARA GERENCIAMENTO DA PLATAFORMA IP E EQUIPAMENTOS EM COMODATO PARA ATENDER A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. A ÍNTEGRA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS ESTARÁ À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS A PARTIR DESTA DATA, NO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, NO HORÁRIO DAS 13 ÀS 19 HORAS, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL, DEPTO DE LICITAÇÕES, SITO NA AVENIDA BEIRA RIO, 20, CENTRO, NESTE MUNICÍPIO. AS PROPOSTAS SERÃO RECEBIDAS ATÉ 14:30 HORAS DO DIA 17 DE ABRIL DE 2015, COM INÍCIO DA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES E JULGAMENTO NA MESMA DATA E HORA.

PASSO DE TORRES, 06 DE ABRIL DE 2015.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
PREFEITO MUNICIPAL

LUCIA ALVES HESPANHOL
PREGOEIRA

Passos Maia

PREFEITURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0025/2015

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0025/2015
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0008/2015

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Ivandre Bocalon, justifica a Dispensa de Licitação para a contratação de Prestação de serviço de arbitragem, para o Campeonato Municipal de Futebol Sete edição 2015 .

Valor: Pelos serviços a serem prestados, o contratante pagará à contratada a importância total de R\$ 7.987,20 (sete mil novecentos e oitenta e sete reais e vinte centavos).

Amparo Legal: Realizada pesquisa de preços, verifica-se que o valor do serviço a ser contratado não excede o limite previsto no inciso II, do art. 24 da Lei 8.666/93, qual seja: R\$ 8.000,00 (oito mil reais), circunstância que autoriza a contratação direta.

Passos Maia, 06 de abril de 2015.
IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0026/2015

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0026/2015
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0009/2015

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Ivandre Bocalon, justifica a Dispensa de Licitação para a contratação de empresa para licenciamento de Software como Serviço do aplicativo Protocolo Fly, com usuários ativos, em ambiente Web .

Valor: Pelos serviços a serem prestados, o contratante pagará à contratada a importância total de R\$ 6.025,50 (seis mil duzentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos).

Amparo Legal: Realizada pesquisa de preços, verifica-se que o valor do serviço a ser contratado não excede o limite previsto no inciso II, do art. 24 da Lei 8.666/93, qual seja: R\$ 8.000,00 (oito mil reais), circunstância que autoriza a contratação direta.

Passos Maia, 06 de abril de 2015.
IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

Paulo Lopes

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 07/2015

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº. 07/2015

Ata nº 07/2015; Processo nº016/2015; Objeto: Registro para aquisição de fraldas geriátricas e leites especiais para atender a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Assistência Social deste Município. Contratante: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES; Contratadas: BRUTHAN COMERCIAL LTDA, valor: R\$ 6.725,00 (seis mil setecentos e vinte e cinco reais); CMW SAÚDE & TECNOLOGIA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, valor: R\$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais); GENETICORP DO BRASIL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, valor: R\$ 11.640,00 (onze mil seiscentos e quarenta reais); JACQUES BRIÃO MOREIRA ME, valor: R\$ 9.285,00 (nove mil duzentos e oitenta e cinco reais); MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA, valor: R\$ 47.100,00 (quarenta e sete mil e cem reais); NUTRICLIN SAÚDE COM. DE PROD. NUTRICIONAIS LTDA - EPP, valor: R\$ 7.320,00 (sete mil trezentos e vinte reais); NUTRIPORT COMERCIAL LTDA, valor: R\$ 13.250,00 (treze mil duzentos e cinquenta reais); PFG COMERCIAL LTDA -ME, valor R\$: 23.883,50 (vinte e três mil oitocentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos); VENEZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME valor: R\$ 25.920,00 (vinte e cinco mil novecentos e vinte reais). Data da Assinatura: 31/03/2015.

PORTARIA Nº 134/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 134/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve.

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, Luciana Vieira, brasileira, portadora do CPF nº690.376.719-34, matrícula nº 1025 ocupante do Cargo de Professora, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, ate 04/04/2015, conforme beneficio nº 6098482369 em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 26 de março de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 135/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº135/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal vigente, resolve:

DESIGNAR, Sabrina Rodrigues de Souza Eger, brasileira, casada, portador do CPF nº 051.830.899-57, matrícula nº 10934, ocupante do Cargo de Assessora Contábil Financeiro I, para proceder como Leiloeira, no leilão a ser realizado no dia 22/04/2015, às 09h00min, conforme Edital de Licitação nº 02/2015 de 01/04/2015.

Município de Paulo Lopes - SC, em 01 de Abril de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 136/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 136/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve.

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, Luciana Vieira, brasileira, portadora do CPF nº690.376.719-34, matrícula nº 1025 ocupante do Cargo de Professora, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, ate 01/04/2015, conforme beneficio nº 6098482369 em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 01 de Abril de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 137/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº137/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal nº 1373 de 09 de Março de 2010, resolve.

CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, Coordenador Geral de Ensino, ao Servidor Público Municipal, efetivo e estável, Carlos Eduardo Moisés, brasileiro, portador do CPF nº 916.119.209-06, matrícula nº 1009, ensino superior completo, ocupante do Cargo de Assistente Administrativo II, nomeado pela portaria nº 019/2006, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 01 de Abril de 2015.

Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Penha**PREFEITURA****ERRATA PP06/2015 - FMS**

ERRATA DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015 - FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11/2015 - FMS

O MUNICÍPIO DE PENHA/SC, mediante o Pregoeiro Sr. LEANDRO DE LIMA BORBA e pelos membros da Equipe de Apoio, composta pelas Senhoras Gabriela Garbini Strelow, Maria do Carmo Coutinho de Souza e Juliana Bueno Perciani, instituídas pela Portaria nº. 65/2015 torna público para conhecimento dos interessados que na data e local abaixo indicados fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL, do TIPO MENOR PREÇO - POR ITEM para Aquisição Parcelada, conforme descrito neste Edital e seus Anexos.

O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá, integralmente, a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 935/12 de 02 de Fevereiro de 2012, e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores.

Onde se Lê:

6.1.6. - O proponente deverá apresentar no envelope de propostas a Ficha e/ou catálogo técnico dos produtos cotados, em linguagem de fácil entendimento, com informação suficiente para a avaliação do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, tendo como requisitos as condições indicadas no Termo de Referência - Anexo I.

LEIA-SE

6.1.6. - O proponente deverá apresentar no envelope de propostas a Ficha e/ou catálogo técnico dos produtos cotados somente para os itens 21, 26, 47, 61 e 62. Tal Ficha Técnica e/ou Catálogo dos produtos deverão ser de linguagem de fácil entendimento, com informação suficiente para a avaliação do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, tendo como requisitos as condições indicadas no Termo de Referência - Anexo I.

Ficam inalteradas as demais cláusulas inclusive as que se referem às datas e prazos estabelecidos no edital.

Penha (SC), 30 de março de 2015.
DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

PORTARIA 105

PORTARIA Nº 105/2015

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014

RESOLVE:

DESIGNAR: os servidores MARIZETE DA COSTA, JOSÉ ROBERTO DARUGNA JUNIOR, e JULIANA BUENO PERCIANI, para compor a COMISSÃO DE SINDICANCIA OU DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, visando apurar as faltas injustificadas no trabalho durante o mês de janeiro do funcionário Márcio Francisco, matrícula nº 4386, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da edição desta Portaria, instaurando-se o processo na forma da Lei.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 02 de abril de 2015.
MARIO GUARACY DE SOUZA
Prefeito Municipal e.e.

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

PORTARIA 106

PORTARIA Nº 106/2015

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014

RESOLVE:

DESIGNAR: os servidores MARIZETE DA COSTA, MANOEL FLÁVIO CUNHA, e JOSÉ ROBERTO DARUGNA JUNIOR, para compor a COMISSÃO DE SINDICANCIA OU DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, visando apurar pagamento irregular a Comissão do JARI em período superior ao previsto na Lei nº 1849/02, bem como o ressarcimento destes valores aos cofres públicos devidamente corrigidos; apurar a responsabilidade dos pagamentos, da nomeação e validade dos Decretos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da edição desta Portaria, instaurando-se o processo na forma da Lei.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 02 de abril de 2015.
MARIO GUARACY DE SOUZA
Prefeito Municipal e.e.

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

TERMO ADITIVO Nº 315/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 315/2015 AO CONTRATO Nº299/2015

Contratado (A) ELENICE GOMES FISCHER, fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na E.B.M. Rubens João de Souza, no período de 01/04/2015 a 11/12/2015.

Penha/SC, 01 de abril de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 316/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 316/2015 AO CONTRATO Nº134/2015

Contratado (A) ELIANA LEMOS QUEIROZ MACEDO, fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na E.B.M. João Antônio Pinto, no período de 01/04/2015 a 11/12/2015.

Penha/SC, 01 de abril de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Fica rescindido o Contrato nº 233/2015 - PMP, firmado entre a Sra FRANCISCA KRUEGER e esta PREFEITURA, em 02 de MARÇO de 2015, por interesse próprio, a contar desta data:

Penha/SC, 01 de ABRIL 2015.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal

Peritiba

PREFEITURA

PRORROGAÇÃO ABERTURA TP 02/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
NOTA DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Em virtude de não haver expediente neste município no dia 02/04/2015 fica alterada a data de recebimento/abertura da Tomada de Preço 02/2015 e Processo de Licitação 14/2015.

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra em regime de empreitada global (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica (recapeamento asfáltico) da Rua Albino Ziliotto, Centro, Município de Peritiba, com área de 964m².

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 14h do dia 09/04/2015.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 13h30min do dia 09/04/2015.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Peritiba - SC.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Município de Peritiba - SC em 01 de Abril de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

PRORROGAÇÃO ABERTURA TP 03/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
NOTA DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Em virtude de não haver expediente neste município no dia 02/04/2015 fica alterada a data de recebimento/abertura da Processo de Licitação 15/2015 - Tomada de Preços 03/2015.

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra em regime de empreitada global (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica (recapeamento asfáltico) das ruas do município de Peritiba, nos trechos indicados em planta com área total de 5.356,60m².

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 15h30min do dia 09/04/2015.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 15h00min do dia 09/04/2015.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Peritiba - SC.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Município de Peritiba - SC em 01 de Abril de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 6-2015

NOMEIA PARA FUNÇÃO GRATIFICADA

Gilberto Maciel, Presidente da Câmara Municipal de Peritiba, usando das atribuições previstas no artigo 38, XIII do Regimento Interno desta Casa e em conformidade com a Lei Municipal nº 2.024,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor Geovane Petter, ocupante do cargo efetivo de Contador, para Função Gratificada de Encarregado de Te-souraria e Recursos Humanos.

Art. 2º A remuneração do exercício da Função Gratificada seguirá o determinado na Lei Municipal nº 2.024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 6 de abril de 2015.

Gilberto Maciel

Presidente da Câmara Municipal

PORTARIA Nº 7-2015

NOMEIA PARA FUNÇÃO GRATIFICADA

Gilberto Maciel, Presidente da Câmara Municipal de Peritiba, usando das atribuições previstas no artigo 38, XIII do Regimento Interno desta Casa e em conformidade com a Lei Municipal nº 2.024,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor César Claudir da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para a Função Gratificada de Encarregado de Patrimônio e de Gerenciamento de Publicações e Acesso à Informação.

Art. 2º A remuneração do exercício da Função Gratificada seguirá o determinado na Lei Municipal nº 2.024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 6 de abril de 2015.

Gilberto Maciel

Presidente da Câmara Municipal

Petrolândia

PREFEITURA

CONTRATO Nº 16/2015

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2015

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e a Empresa RÁDIO ITUPORANGA LTDA, inscrita no CNPJ: 03.873.340/0001-15. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIO DIFUSÃO QUE TENHA COMPROVADA AUDIÊNCIA ENTRE A POPULAÇÃO DO TERRITÓRIO DE PETROLÂNDIA, DESTINADO A DIVULGAÇÃO DE BOLETIM DE ATOS OFICIAIS DE FREQUÊNCIA SEMANAL COM DURAÇÃO DE NO MÍNIMO 6 MINUTOS. Data: 09/03/2015. Valor: R\$ 28.200,00. Petrolândia, 07 de abril de 2015. Joel Longen - Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 17/2015

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2015

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e a Empresa VERA LÚCIA SCHMIDT VARGAS ME, inscrita no CNPJ: 79.652.665/0001-30. Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DOS ENSINOS FUNDAMENTALEINFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PETROLÂNDIA. Data: 17/03/2015. Valor: R\$ 45.165,60. Petrolândia, 07 de abril de 2015. Joel Longen - Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 18/2015

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2015

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e a Empresa EDITORA JORNAL A COMARCA LTDA ME, inscrita no CNPJ: 03.873.340/0001-15. Objeto: CONTRATO DE FORNECIMENTO DE 400 (quatrocentos) JORNAIS POR MÊS, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, A SEREM UTILIZADOS COMO MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL. Data: 06/04/2015. Valor: R\$ 4.500,00. Petrolândia, 07 de abril de 2015. Joel Longen - Prefeito Municipal.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 115/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 115/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de prestação de CONCERTO NO VEICULO PLACA MCY-2680 IAW-379 E IFF-0302-SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS E EDUCAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO: 053/2015.

EMPRESA CONTRATADA: POPP- MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA .
VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor de R\$ 2.063,00 (dois mil e sessenta e três reais).

DATA DO CONTRATO: 30 DE MARÇO DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 116/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 116/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE SERVIÇO DE ROMPEDOR DE PEDRA
DISPENSA DE LICITAÇÃO: 054/2015.

EMPRESA CONTRATADA: DEON TERRAPLANAGENS LTDA.
VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o serviço, no valor de R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)

DATA DO CONTRATO: 30 DE MARÇO DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 117/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 117/2015

OBJETO Constitui objeto do presente contrato REFERENTE AQUISIÇÃO DE VIDRO PARA O CENTRO EDUCACIONAL-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 055/2015.

EMPRESA CONTRATADA: VIDE BOX LTDA ME.

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material, no valor de R\$ 3.840,00 (tres mil oitocentos e quarenta reais).

DATA DO CONTRATO: 31 de março de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

DECRETO Nº 4.201, DE 30 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 4.201, DE 30 DE MARÇO DE 2015

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPÉRÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.798 de 18 de novembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 15.166,51 (Quinze mil, cento e sessenta e seis reais e cinquenta e um centavos) nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Orçamentária: 2006 - Secretaria de Transportes e Obras
Função: 6 - Segurança Pública
Subfunção: 181 - Policiamento
Programa: 4 - Segurança Pública
Atividade: 2.23 - Manutenção Convênio Secretaria de Segurança Pública
Modalidade de Aplicação: 3390-0000 Fonte: 03.12 R\$ 8.326,03
Modalidade de Aplicação: 3390-0000 Fonte: 03.11 R\$ 5.049,45
Modalidade de Aplicação: 3390-0000 Fonte: 03.10 R\$ 1.791,03

Total Suplementado
..... R\$ 15.166,51

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto de 2014, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial. (Multa de Trânsito).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO,
EM 30 DE MARÇO DE 2015.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.202, DE 30 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 4.202, DE 30 DE MARÇO DE 2015
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.798 de 18 de novembro de 2014.
DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 63.813,96 (Sessenta e três reais, oitocentos e treze reais e noventa e seis centavos) nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Orçamentária: 2006 - Secretaria de Transportes e Obras
Função: 6 - Segurança Pública
Subfunção: 181 - Policiamento
Programa: 4 - Segurança Pública
Atividade: 2.23 - Manutenção Convênio Secretaria de Segurança Pública
Modalidade de Aplicação: 3390-0000 Fonte: 03.00 R\$ 63.813,96

Total Suplementado
..... R\$ 63.813,96

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto de 2014, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial. (IPVA, IPI Exportação, Tributos).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO,
EM 30 DE MARÇO DE 2015.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 131 DE 31 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 131 DE 31 DE MARÇO DE 2015
EXONERA FELIPE FERREIRA DE JESUS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, FELIPE FERREIRA DE JESUS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 068.778.099-39, do emprego público de provimento efetivo de PSICOLOGO DO NASF.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 31 de Março de 2015
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 135, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 135, DE 01 DE ABRIL DE 2015.
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR VILMAR JOSÉ NEIS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor VILMAR JOSÉ NEIS, ocupante do cargo em comissão de DIRETOR DE COMISSÃO DE ESPORTES, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente período aquisitivo de 02/01/2014 a 01/01/2015, cujo gozo dar-se-á no período de 01 de Abril de 2015 a 30 de Abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 01 de Abril 2015.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2015**

NÚMERO DO PROCESSO: 004/2015

MODALIDADE: DISPENSA

NÚMERO DA MODALIDADE: 004/2015

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2015

A Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto, em cumprimento a ratificação procedida pelo Presidente, pela emissão da DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, faz publicar o presente extrato. Contratante: Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto. Empresa Contratada: PÚBLICA INFORMATICA LTDA. Objeto: Locação de sistemas de contabilidade, gestão de pessoas, portal da transparência e compras. Valor mensal: R\$ R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais). Fundamentação Legal: Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93.

Pinheiro Preto, 12 de março de 2015.

IVAN BOGONI,

Presidente da Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto.

Pomerode**PREFEITURA****DECRETO Nº 2.917, DE 1º DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº 2.917, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE A AUDIÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016 - LDO.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso I, letra "n", da Lei Orgânica Municipal:

Considerando, o previsto no Artigo 48, Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e,

Considerando, a Audiência Pública, como instrumento de transparência da gestão fiscal no Município, da participação da sociedade nas decisões políticas de alocação dos recursos públicos e de controle dos atos da administração.

DECRETA:

Art. 1º - Será realizada Audiência Pública para apresentação e discussão do Projeto de Lei que Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2016 - LDO.

Art. 2º - A Audiência Pública de que trata o artigo anterior, será realizada no dia 14 de abril de 2015, com início às 13h30min, no Auditório da Prefeitura Municipal de Pomerode, sito na Rua 15 de Novembro, 525, neste Município.

Art. 3º - A Audiência Pública será coordenada pelo Prefeito Municipal.

Art. 4º - A Audiência Pública terá por objeto:

I. Possibilitar a participação popular na definição dos planos e investimentos públicos municipais; e,

II. Informar à população sobre o Planejamento Municipal e a execução dos programas.

Art. 5º - Na Audiência Pública serão apresentados dados, informações e esclarecimentos relativos ao Projeto da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2016.

Art. 6º - A Audiência Pública será registrada em Ata com livro de presença.

Art. 7º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 1º de abril de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 008/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 008/2015

Processo Administrativo n.º 025/2015.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: Professora Dra. PRISCILA NUNES FARIAS.

Objeto: CONTRATAÇÃO DA PROFESSORA DOUTORA PRISCILA NUNES FARIAS, PARA MINISTRAR CURSO DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA OS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, COM SUPEDÂNEO NO ARTIGO 25, INCISO II C/C O ARTIGO 13 VI, AMBOS DA LEI FEDERAL N.º 8.666/93.

Valor total contratado: R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Data do Curso: Dias 16 e 17 de Abril de 2015.

Pomerode/SC, 02 de Abril de 2015.

ROLF NICLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

Ponte Serrada**PREFEITURA****CONTRATOS 2015**

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

EXTRATO DE CONTRATOS 2015

CONTRATO Nº 067/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 039/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: JOSEPHINA DAL PIVA MARINI

CPF: 719.261.519-68

OBJETO: Locação de um imóvel urbano, em alvenaria com área edificada de 150 m² (cento e cinquenta metros quadrados) com registro na matrícula 4.583 no CRI de Ponte Serrada, utilizada como Biblioteca Pública Municipal, localizada no centro, Rua Madre Maria Theodora nº 285.

VALOR: R\$ 9.720,00 (Nove mil e setecentos e vinte reais).

VIGÊNCIA: DE 31 DE MARÇO DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

CONTRATO Nº 068/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 028/2015

PREGÃO Nº 019/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: PADARIA E CONFEITARIA SUPERPÃO LTDA ME

CNPJ: 08.323.301/0001-68

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE LANCHES VARIADOS, DESTINADOS AS ATIVIDADES E PROGRAMAS SOCIAIS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

VALOR: R\$ 74.522,00 (Setenta e quatro mil e quinhentos e vinte e dois reais).

VIGÊNCIA: DE 01 DE ABRIL DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

CONTRATO Nº 069/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA.

VALOR: R\$ 5.580,00 (Cinco mil e quinhentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA: DE 01 DE ABRIL DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

CONTRATO Nº 070/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Ponte Serrada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

VALOR: R\$ 4.320,00 (Quatro mil e trezentos e vinte reais).

VIGÊNCIA: DE 01 DE ABRIL DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

CONTRATO Nº 071/2015
PROCESSO LICITATÓRIO 007/2015
PREGÃO Nº 006/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADO: PADARIA E CONFEITARIA SUPERPÃO LTDA ME
CNPJ: 08.323.301/0001-68
OBJETO: AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE LANCHES VARIADOS, DESTINADOS AS ATIVIDADES E PROGRAMAS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
VALOR: R\$ 31.086,70 (Trinta e um mil e oitenta e seus reais e setenta centavos).
VIGÊNCIA: DE 01 DE ABRIL DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Ponte Serrada/SC 01 DE ABRIL DE 2015.
EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 354/2015

DECRETO Nº 354/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.
"NOMEIA ASSESSORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. MARIA MADALENA TRATES, matrícula 6305, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSORA, Padrão "CC", Nível "03", com 44:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 151/2015 de 11/02/2015, produzindo efeito retroativo a partir do dia 02 de março de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MARÇO DE 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 355/2015

DECRETO Nº 355/2015, 23 DE MARÇO DE 2015.
"EXONERA ASSESSORA CONFORME ESPECIFICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. ROSELI APARECIDA RIBEIRO, matrícula 6238, ocupante do cargo em comissão de ASSESSORA, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 14 de março de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MARÇO DE 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 356/2015

DECRETO Nº 356/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.
"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:
CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. ROSELI APARECIDA RIBEIRO, portadora do RG n. 4.244.911 e do CPF n. 005.385.359-89, para exercer o cargo de PROFESSORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 14 de março de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MARÇO DE 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 357/2015

DECRETO Nº 357/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.
"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:
CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. SAMARA DONIN PEREIRA, portadora do RG n. 5.003.437-5 e do CPF n. 044.297.019-62, para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de março de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MARÇO DE 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 358/2015

DECRETO Nº 358/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.
"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:
CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a partir desta data, a Sra. JORDANA FERNARI, portadora do RG n. 5.710.560 e do CPF n. 069.536.029-96, para exercer o cargo de PROFESSOR CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MARÇO DE 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 359/2015

DECRETO Nº 359/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. LUCIANA APARECIDA BATISTA, matrícula 6278, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 06 de março de 2014 a 05 de março de 2015, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2015 a 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 360/2015

DECRETO Nº 360/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. LUZIANE MARQUES DOS SANTOS, matrícula 1561, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 06 de março de 2014 a 05 de março de 2015, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2015 a 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 361/2015

DECRETO Nº 361/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. ANA PAULA BIASI, matrícula 6273, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 14 de março de 2014 a 13 de março de 2015, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2015 a 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 362/2015

DECRETO Nº 362/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. ELIZANGELA APARECIDA MORAIS, matrícula 6284, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01 de abril de 2014 a 31 de março de 2015, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2015 a 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 363/2015

DECRETO Nº 363/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. LEDIANE FATIMA DA COSTA, matrícula 6282, ocupante do cargo de PROFESSOR CARGO EM EXTINÇÃO, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01 de abril de 2014 a 31 de março de 2015, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2015 a 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 364/2015

DECRETO Nº 364/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. SCHEILA MARIA ROSA DOS SANTOS, matrícula 1564, ocupante do cargo de PROFESSOR CARGO EM EXTINÇÃO, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 17 de março de 2014 a 16 de março de 2015, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2015 a 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 365/2015

DECRETO Nº 365/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. MARISETE GASPARINI BORGES DE JESUS, matrícula 6270, ocupante do cargo de PROFESSOR CARGO EM EXTINÇÃO, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 06 de março de 2014 a 05 de março de 2015, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2015 a 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 366/2015

DECRETO Nº 366/2015, DE 24 DE MARÇO DE 2015.
"REDUZ CARGA HORÁRIA COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica reduzida a carga horária da Servidora Pública Municipal Sra. SIDIANE LOURDES PAGLIA, Matrícula 1541, PROFESSORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para exercer somente 30:00 horas.

Art. 2º. - Os recursos para fazer frente à execução desta despesa, correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de março de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 367/2015

DECRETO Nº 367/2015, DE 24 DE MARÇO DE 2015.
"DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO a necessidade de o município transferir o local de trabalho de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que a servidora JULIANA LUZIA MAIA, matrícula 6182, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, passará a ser lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 02 de Março de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 368/2015

DECRETO Nº 368/2015, DE 24 DE MARÇO DE 2015.
"REDUZ CARGA HORÁRIA COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica reduzida a carga horária da Servidora Pública Municipal Sra. DAIANE LUZIA TOBIAS, Matrícula 6237, PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para exercer somente 20:00 horas.

Art. 2º. - Os recursos para fazer frente à execução desta despesa, correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 02 de março de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 369/2015

DECRETO Nº 369/2015, DE 24 DE MARÇO DE 2015.
"DESIGNA SECRETÁRIO MUNICIPAL COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica designado o Sr. GILSON DAMACENO, portador da Carteira de Identidade n. 4.030.153-2 e do CPF 041.539.359-05, para exercer a função de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS.

Art. 2º - Fica facultado o direito de optar entre o subsídio atribuído ao mandato de vice-prefeito e àquele fixado para o cargo de Secretário Municipal mediante declaração.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 371/2015

DECRETO Nº 371/2015, DE 25 DE MARÇO DE 2015.
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. KATIA DE SOUZA, Matrícula 6262, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 05 de março de 2014 a 04 de março de 2015, para serem gozadas de 06 de abril de 2015 a 05 de maio de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento

vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE MARÇO DE 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 372/2015

DECRETO Nº 372/2015, DE 25 DE MARÇO DE 2015.
"EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL CONFORME ESPECIFICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,
CONSIDERANDO a concessão de aposentadoria pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado a partir do dia 31 de março de 2015, o Sr. JOSE OLIVO VANZIN, matrícula 695, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, com 44:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE MARÇO DE 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 373/2015

DECRETO Nº 373/2015, DE 25 DE MARÇO DE 2015.
"EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL CONFORME ESPECIFICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,
CONSIDERANDO a concessão de aposentadoria pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado a partir do dia 31 de março de 2015, o Sr. VALDIR BORGES MARTINS, matrícula 819, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 374/2015

DECRETO Nº 374/2015, DE 25 DE MARÇO DE 2015.
"EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL CONFORME ESPECIFICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,
CONSIDERANDO a concessão de aposentadoria pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado a partir do dia 31 de março de 2015, o Sr. CELSO MIRANDA, matrícula 154, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE MARÇO DE 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 375/2015

DECRETO Nº 375/2015, DE 25 DE MARÇO DE 2015.
"EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL CONFORME ESPECIFICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,
CONSIDERANDO a concessão de aposentadoria pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado a partir do dia 31 de março de 2015, o Sr. IVANIR VICCARI, matrícula 848, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA DE AMBULANCIA, com 44:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 376/2015

DECRETO Nº 376/2015, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Servidor Público Municipal Sr. SEBASTIAO RIBEIRO, Matrícula 6026, ocupante do cargo de DIRETOR, com 44:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, por um período de 21 (vinte e um) dias, referente ao período aquisitivo 02 de janeiro de 2014 a 01 de janeiro de 2015, interrompidas através do Decreto n. 055/2015 de 13/01/2015, para serem gozadas de 25 de março de 2015 a 14 de abril de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 377/2015

DECRETO Nº 377/2015, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. ANGELA MARIA PEREIRA DE ABREU, Matrícula 1520, ocupante do cargo de ASSESSORA, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014, para serem gozadas de 02 de março de 2015 a 31 de março de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 378/2015

DECRETO Nº 378/2015, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

“EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CONFORME ESPECIFICA”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, a partir do dia 30 de março de 2015, o Sr. NATALINO GONÇALVES DE MEIRA, matrícula 6126, ocupante do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR, com 44:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 26 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 379/2015

DECRETO Nº 379/2015, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

“PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. MARLI TEREZINHA DARTORA FRANZEN, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O benefício foi prorrogado até o dia 30 de abril de 2015, podendo ainda a servidora, se considerar incapacitada para o trabalho, requerer novo exame médico pericial, mediante formalização do pedido de prorrogação.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 26 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 380/2015

DECRETO Nº 380/2015, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO a necessidade de o município transferir o local de trabalho de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que a servidora SIDINEIA MACIEL BOTTOLI, matrícula 5806, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, passará a ser lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 02 de Março de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 26 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 381/2015

DECRETO Nº 381/2015, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

"EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL CONFORME ESPECIFICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. JOSIANE MORAZ, matrícula 6039, ocupante do cargo em comissão de DIRETORA, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 06 de março de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 26 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 382/2015

DECRETO Nº 382/2015, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. FRANCINARA MAGRINI FERREIRA, Matrícula 890, ocupante do cargo de ASSISTENTE SOCIAL, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, por um período de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo 01 de abril de 2013 a 31 de março de 2014, para serem gozadas de 25 de março de 2015 a 08 de abril de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 26 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 384/2015

DECRETO Nº 384/2015, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

"EXONERA ASSESSOR PUBLICO MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, o Sr. IOSMAR RODRIGUES GALVÃO, matrícula 6327, ocupante do cargo em comissão de ASSESSOR, com 44:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 17 de março de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 26 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 385/2015

DECRETO Nº 385/2015, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

"EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado a partir do dia 31 de março de 2015, o Sr. ALBERTO ROBERGE JUNIOR matrícula 6322, ocupante do cargo em de MEDICO, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 26 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 386/2015

DECRETO Nº 386/2015, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Servidor Público Municipal Sr. ROBSON ACUNHA, Matrícula 1566, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DA DEFESA CIVIL com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 17 de março de 2014 a 16 de março de 2015, para serem gozadas de 06 de abril de 2015 a 05 de maio de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 26 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 387/2015

DECRETO Nº 387/2015, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

"EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado a partir do dia 01 de abril de 2015, o Sr. JOAREZ PAGNONCELLI, matrícula 1579, ocupante do cargo de MOTORISTA, com 44:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 388/2015

DECRETO Nº 388/2015, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

"EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado a partir do dia 01 de abril de 2015, o Sr. MAICON FRIGHETTO, matrícula 1580, ocupante do cargo de MOTORISTA, com 44:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 389/2015

DECRETO Nº 389/2015, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

"REVOGA GRATIFICAÇÃO CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogada a partir do dia 01 de abril de 2015, a função gratificada concedida ao servidor público municipal Sr. GINOMAR ALVES PEREIRA, matrícula 5699, AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento

vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 390/2015

DECRETO Nº 390/2015, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA PONTO FACULTATIVO, CONFORME ESPECIFICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado Ponto Facultativo no Município de Ponte Serrada, no dia 02 de abril de 2015 (quinta-feira), dia de início dos atos religiosos da Semana Santa.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 30 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 391/2015

DECRETO Nº 391/2015, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. MANUELA JAQUELINE DE GREGORI, Matrícula 5730, ocupante do cargo de ODONTOLOGA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 20 (vinte) dias, referente ao período aquisitivo 01 de novembro de 2013 a 31 de outubro de 2014, para serem gozadas de 10 de abril de 2015 a 29 de abril de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 31 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 392/2015

DECRETO Nº 392/2015, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. LUCIMAR NICOLAO WAES, Matrícula 5707, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 20 (vinte) dias, referente ao período aquisitivo 01 de setembro de 2013 a 31 de agosto de 2014, para serem gozadas de 10 de abril de 2015 a 29 de abril de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 31 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 393/2015

DECRETO Nº 393/2015, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado a partir do dia 01 de abril de 2015, o Sr. DANIEL MAXIMINO FAGUNDES DA SILVA, matrícula 1587, ocupante do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR, com 44:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 31 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 394/2015

DECRETO Nº 394/2015, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. ANGELA JUSARA BAZI, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O benefício foi prorrogado até o dia 27 de dezembro de 2015, podendo ainda a servidora, se considerar incapacitada para o trabalho, requerer novo exame médico pericial, mediante formalização do pedido de prorrogação.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 31 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 353/2015

DECRETO Nº 353/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO a necessidade de o município transferir o local de trabalho de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que a servidora IRES GONÇALVES DE OLIVEIRA DE ALMEIDA, matrícula 6248, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, passará a ser lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 02 de Março de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

EXTRATO 036/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 036/2015 PREGÃO PRESENCIAL N.º 026/2015

O Município de

Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando Registro de preço válido por 12 meses para possível aquisição de um veículo novo, destinado a Secretaria Municipal de Assistência Social de Ponte Serrada.

Recebimento de Envelopes: até as 13:50MIN do dia 27/04/2015.
Abertura: às 14h00min horas do dia 27/04/2015.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h00min às 13:00 e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 06 de abril de 2015.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO 040/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 040/2015
PREGÃO PRESENCIAL N.º 028/2015

O Município de

Ponte Serrada, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, através do Registro de preço válido por 12 meses para possível contratação de empresa para prestação de serviços de consertos nas vias públicas de Ponte Serrada/SC.

Recebimento de Envelopes: até as 07:50MIN do dia 27/04/2015.
Abertura: às 08h00min horas do dia 27/04/2014.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 06 de abril de 2014.

EDUARDO COPPINI

REVOGAÇÃO 035/2015

AVISO DE REVOGAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0035/2015
PREGÃO PRESENCIAL N.º 0025/2015

O Município de

Ponte Serrada torna público aos interessados, a revogação da licitação supracitada, OBJETO: Registro de preço válido por 12 meses para possível contratação de empresa para prestação de serviço de consertos nas vias públicas de Ponte Serrada.

Informações Complementares: Demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 06 de abril de 2015.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 687/2015

DECRETO Nº 687, de 01 de abril de 2015.
Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA A PEDIDO FERNANDA SILVA DA COSTA, do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador Itinerante para o Ensino Fundamental da Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 01 de abril de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

ERRATA REFERENTE AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 017/2015

ERRATA

REFERENTE PROCESSO LICITATORIO 034/2015 - PREFEITURA
PREGÃO PRESENCIAL 017/2015

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna pública a Errata do Processo Licitatório 017/2015, levando em consideração uma falha na descrição do item licitado "06" deste edital, corrige o texto do item, que será: "Impressora Laser velocidade de impressão: até 19 ppm, Ciclo mensal até 5000 páginas, Saída da primeira página: até 8,5 segundos, Resolução da tecnologia de impressão: FastRes 600, FastRes 1200, Linguagens padrão da impressora baseada em host, Conexão padrão: 1 USB 2.0, - Pannel de controle: 2 luzes indicadoras com LED, Processador: Tensilica/266 MHz - Tensão/Voltagem: 110v"

As demais informações permanecem inalteradas.

Porto União SC, 06 de abril de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 041/2015- PREFEITURA

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 041/2015 - Prefeitura

Partes: Município de Porto União e Kerber & Cia. Ltda.

Objeto: Fornecimento de 5.000 (Cinco Mil) toneladas de CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente) faixa C.

Valor Total: R\$ 1.095.000,00 (Um milhão e noventa e cinco mil reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 013/2015- Prefeitura, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 31 de março de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Kerber & Cia. Ltda.

Contratada

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 004/2015

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 029/2015

Inexigibilidade de Licitação n.º 004/2015

Caracterização da Situação: O Município necessita contratar empresa que preste Assistência Técnica e Extensão Rural aos agricultores do Município de Porto União, garantindo aos mesmos orientações sobre produção, agropecuária, pós colheita, bem como orientação sobre comercialização, administração rural, organização de produtores, crédito orientado, educação ambiental, educação sanitária entre outras.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, investir em pessoas, habilidades e atitudes, tornando-os capazes de gerir idéias, gerenciar empreendimentos, garantindo aos mesmos orientações sobre produção, agropecuária, pós colheita, bem como orientação sobre comercialização, administração rural, organização de produtores, crédito orientado, educação ambiental, educação sanitária entre outras.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, uma vez que é a única empresa que presta serviços desta natureza em todo o Estado de Santa Catarina, contatando-se portanto a inviabilidade de competição.

Do Preço: O valor total a ser pago será de R\$ 32.844,77 (trinta e dois mil oitocentos e quarenta e quatro reais e setenta e sete centavos), em 09 parcelas.

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 0200 - Poder Executivo Porto União

Atividade 2022 - Manutenção da Secretaria da Agricultura

Modalidade 3350-100 - Transf. Inst. privadas

Cód 105

Complemento - 33903599 - Outras Contribuições

Da Justificativa: A presente inexigibilidade encontra respaldo no art. 25, I, da Lei 8.666/93, já que restou evidenciada a inviabilidade de de competição, face os motivos já expostos.

Porto União, 18 de março de 2015.

VANESSA NALON DOS SANTOS

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Decreto 644/2015

PORTARIA N.º 289/2015 - RH

PORTARIA Nº 289, de 16 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o afastamento por Auxílio Doença do servidor contratado Silvio Moreira de Castilho, a partir de 04 de fevereiro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a partir de 10 de março de 2014, o Contrato de Trabalho nº 174/2014, de Silvio Moreira de Castilho, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, enquanto perdurar o benefício do Auxílio Doença, concedido pelo Instituto Nacional de Previdência Social - INSS.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 10 de março de 2014.

Porto União - SC, em 16 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 290/2015 - RH

PORTARIA Nº 290, de 23 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 23 de março de 2015 a 22 de março de 2016, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Denise Wilhelms, para exercer as funções do cargo de Enfermeiro, com vencimentos na Classe "11", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão do aumento da demanda e por haver expirado o prazo de validade do concurso público para o cargo.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Centro de Atenção Psicossocial - CAPS I, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 23 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 291/2015 - RH

PORTARIA Nº 291, de 23 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 03 a 31 de março de 2015, a carga horária da servidora efetiva Lindalva Monteiro, (Professor Docente 6º ao 9º anos iniciais - Informática) para mais 10 (dez) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em substituição ao servidor efetivo Marcelo Amaro que se encontra afastado para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto aos Núcleos Educacionais São Pedro do Timbó e Lança, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de março de 2015.

Porto União, SC em 23 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 292/2015 - RH

PORTARIA Nº 292, de 23 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 20 de março a 17 de abril de 2015, o Contrato de Trabalho nº 019/2015, de Luana Aparecida Pacheco, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em virtude das restrições médicas da servidora efetiva Marlena Aparecida Pereira Pacheco.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades, junto ao Núcleo Educacional do Jangada, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 20 de março de 2015.

Porto União - SC, em 23 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 293/2015 - RH

PORTARIA Nº 293, de 24 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 24 de março a 23 de abril de 2015, o Contrato de Trabalho nº 067/2015, de Alexandra Franco, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Tereza Levandoski Cruz que continua afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Administração e Esporte, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 24 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 294/2015 - RH

PORTARIA Nº 294, de 24 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 16 de março a 17 de julho de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Cintia Fernanda Bonquerner Budal, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada da professora efetiva Gisele Gajdeczka que passou a atuar no Apoio Pedagógico.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, vinculada à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 16 de março de 2015.

Porto União - SC, em 24 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 295/2015 - RH

PORTARIA Nº 295, de 24 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 06 de março a 17 de dezembro de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Hallyan Jayne Neves de Souza, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de

22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no Programa AABB Comunidade desenvolvido em parceria com o Banco do Brasil.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, vinculada à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 06 de março de 2015.

Porto União - SC, em 24 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 296/2015 - RH

PORTARIA Nº 296, de 24 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 16 de março a 17 de julho de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Fernando Wolf, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de haver esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Frei Deodato, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 16 de março de 2015.

Porto União - SC, em 24 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 297/2015 - RH

PORTARIA Nº 297, de 24 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 04 a 30 de março de 2015, a carga horária da professora efetiva Elisiane de Paula França, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "C", referência "003", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Núcleo Educacional do Legru, em substituição à servidora efetiva Simone da Silva Marinho, que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de março de 2015.

Porto União, SC em 24 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 298/2015 - RH

PORTARIA Nº 298, de 24 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 05 de março a 17 de dezembro de 2015, a carga horária da professora efetiva Lurdes Fernanda Lautério Morandi, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "002", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Apoio Pedagógico junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, deste município.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 05 de março de 2015.

Porto União, SC em 24 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 299/2015 - RH

PORTARIA Nº 299, de 24 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 05 de março a 17 de dezembro de 2015, a carga horária da professora efetiva Lucia Paolyck, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Apoio Pedagógico junto ao Núcleo Educacional Frei Deodato, deste município.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 05 de março de 2015.

Porto União, SC em 24 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 300/2015 - RH

PORTARIA Nº 300, de 24 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 02 de março a 17 de dezembro de 2015, a carga horária da professora efetiva Kátia Cordeiro Ribeiro, para mais 10 (dez) horas semanais, com vencimentos na Classe "C", referência "003", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Atendimento Educacional Especializado - AEE, junto aos Núcleos Educacionais São Bernardo do Campo e Jornalista Hermínio Milis, deste município.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de março de 2015.

Porto União, SC em 24 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 301/2015 - RH

PORTARIA Nº 301, de 24 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 02 de março a 30 de abril de 2015, a carga horária da professora efetiva Fernanda Regina Caldas, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar junto ao recém inaugurado Núcleo de Educação Infantil Favo de Mel, e em

razão de haver expirado o prazo de validade do concurso público para o cargo.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de março de 2015.

Porto União, SC em 24 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 302/2015 - RH

PORTARIA Nº 302, de 24 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 23 de março a 17 de abril de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Luís Gustavo Kepp, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição ao servidor efetivo João Maria dos Santos que se encontra em férias.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 23 de março de 2015.

Porto União - SC, em 24 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 303/2015 - RH

PORTARIA Nº 303, de 24 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 09 de março a 07 de abril de 2015, a carga horária da professora contratada Valquíria Pylepke Belena, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº

3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em substituição à servidora efetiva Silmara Bueno de Camargo que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de março de 2015.

Porto União, SC em 24 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 304/2015 - RH

PORTARIA Nº 304, de 24 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 02 de março a 17 de julho de 2015, a carga horária da professora contratada Gisella Arruda de Oliveira (Professor 1º ao 5º anos iniciais), para mais 10 (dez) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Atendimento Educacional Especializado - AEE.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de março de 2015.

Porto União, SC em 24 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 305/2015 - RH

PORTARIA Nº 305, de 24 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 04 a 18 de março de 2015, a carga horária da professora contratada Misleine Wolff (Professor Educação Infantil), para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na

Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Núcleo de Educação Infantil Moranguinho, em substituição à servidora efetiva Juliana Base que está afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de março de 2015.

Porto União, SC em 24 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 306/2015 - RH

PORTARIA Nº 306, de 25 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER A QUITAÇÃO da Licença Prêmio, de 60 (sessenta) dias consecutivos, usufruídos a partir de 02 de fevereiro de 2015, referente ao período aquisitivo de outubro de 1999 a outubro de 2004, do servidor Alcides Schor, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Pesadas.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 25 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 307/2015 - RH

PORTARIA Nº 307, de 26 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Cintia Mauren Alves da Silva, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 26 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 308/2015 - RH

PORTARIA Nº 308, de 27 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER A QUITAÇÃO da Licença Prêmio, de 90 (noventa) dias consecutivos, usufruídos a partir de 05 de fevereiro de 2015, referente ao período aquisitivo de novembro de 2006 a novembro de 2011, do servidor Isler Luiz Monteiro Carneiro da Cunha Baniski, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 05 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 27 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 309/2015 - RH

PORTARIA Nº 309, de 27 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Marina Antunes dos Santos, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 27 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 310/2015 - RH

PORTARIA Nº 310, de 30 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 30 de março a 29 de maio de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Márcia Mazeika, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Cassiana Frohlich Canzone Sikorski que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 311/2015 - RH

PORTARIA Nº 311, de 31 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 004/2014 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30/04/2014;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de Março/2015, referente ao período aquisitivo de junho de 2007 a junho de 2012, do servidor Sérgio Nagurnhak, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 312/2015 - RH

PORTARIA Nº 312, de 31 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2014 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30/05/2014;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de Março/2015, referente ao período aquisitivo de março de 2009 a março de 2014, da servidora Ivone da Silva Rodrigues, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 313/2015 - RH

PORTARIA Nº 313, de 31 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2014 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30/05/2014;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de Março/2015, referente ao período

aquisitivo de abril de 2009 a abril de 2014, da servidora Maria Claudete Roza, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 314/2015 - RH

PORTARIA Nº 314, de 31 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 006/2014 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/07/2014;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Março/2015, referente ao período aquisitivo de abril de 2008 a abril de 2013, do servidor Dirceu Martins, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 315/2015 - RH

PORTARIA Nº 315, de 31 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº

2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2014 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30/09/2014;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Março/2015, referente ao período aquisitivo de maio de 2006 a maio de 2011, do servidor Elizeu Vicente Elvi Kapusniak, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 316/2015 - RH

PORTARIA Nº 316, de 31 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 010/2014 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 28/11/2014;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Março/2015, referente ao período aquisitivo de outubro de 2009 a outubro de 2014, da servidora Maria Judite Souka, ocupante do cargo de provimento efetivo em extinção de Zelador, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 317/2015 - RH

PORTARIA Nº 317, de 31 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2015 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 27/02/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Março/2015, referente ao período aquisitivo de outubro de 2004 a outubro de 2009, da servidora Giceli Aparecida Gonçalves, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 318/2015 - RH

PORTARIA Nº 318, de 31 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2015 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 27/02/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Março/2015, referente ao período aquisitivo de maio de 2008 a maio de 2013, da servidora Maria Terezinha Odppes, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura

Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 319/2015 - RH

PORTARIA Nº 319, de 31 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2015 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 27/02/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Março/2015, referente ao período aquisitivo de março de 2009 a março de 2014, da servidora Clara Lazier Dama, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 320/2015 - RH

PORTARIA Nº 320, de 31 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2015 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 27/02/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Março/2015, referente ao período aquisitivo de fevereiro de 2010 a fevereiro de 2015, da servidora Cláudia Reisdorfer Schorr, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 321/2015 - RH

PORTARIA Nº 321, de 31 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2015 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 27/02/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Março/2015, referente ao período aquisitivo de fevereiro de 2010 a fevereiro de 2015, da servidora Claudete Lazier Lipczynski, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 322/2015 - RH

PORTARIA Nº 322, de 31 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO requerimento da servidora requerendo prioridade no pagamento de 1/3 da Licença Prêmio conforme Artigo 3º do Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011;

CONSIDERANDO o Edital nº 009/2014 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2014;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Março/2015, referente ao período aquisitivo de outubro de 2009 a outubro de 2014, da servidora Jucimara Aparecida Marques dos Anjos Ientz, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 323/2015 - RH

PORTARIA Nº 323, de 31 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO requerimento da servidora requerendo prioridade no pagamento de 1/3 da Licença Prêmio conforme Artigo 3º do Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011;

CONSIDERANDO o Edital nº 009/2014 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2014;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na

folha de pagamento de Março/2015, referente ao período aquisitivo de outubro de 2009 a outubro de 2014, da servidora Maria Jussara Marques dos Anjos Rucinski, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 324/2015 - RH

PORTARIA Nº 324, de 01 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, Gláucia Ilkiv Foggiatto Calistro, do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de abril de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 013/2015- PREFEITURA

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 026/2015- Prefeitura
Pregão Presencial 013/2015
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Kerber & Cia. Ltda.

Porto União SC, 30 de março de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

DECISÃO HABILITAÇÃO PROCESSO CC 002 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 - Fone 47 3545 1133

www.pousoredondo.sc.gov.br

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

RESPOSTA HABILITAÇÃO AO EDITAL CC Nº02/2015

Processo Licitatório n.º 05 /2015, Modalidade: Concorrência Pública tipo "menor preço Global"

Objeto: Construção Centro Educacional Infantil Boa Vista, com área de 1.023,62m2, a ser edificada à Rua Augusto Peters, Bairro Boa Vista, Pouso Redondo/SC.

Referente: HABILITAÇÃO.

Analisados os dados apresentados na fase de Habilitação, essa comissão passou a analisar o que segue a respeito das empresas METRO CÚBICO ENGENHARIA EIRELI EPP, CONSTRUTORA F&F LTDA ME, CONSTRULACER COM E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS LTDA, MULLER CONSTRUTORA LTDA ME, WILSON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, E SALVER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA:

Dos fatos e da Decisão:

AS EMPRESAS WILSON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, SALVER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA E MULLER CONSTRUTORA LTDA, ESTÃO HABILITADAS, ONDE A DOCUMENTAÇÃO FOI ANALISADA E TODAS ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL.

A EMPRESA CONSTRULACER COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS LTDA, APRESENTOU DOCUMENTAÇÃO DE REGISTRO DO PROFISSIONAL DO MESTRE DE OBRAS (REGISTRO DE EMPREGADO, CARTEIRA PROFISSIONAL, E FOLHA DE PAGAMENTO) SEM AUTENTICAÇÃO, PORTANTO ESTA DESABILITADA, TENDO EM VISTA QUE TODO E QUALQUER DOCUMENTO APRESENTADO DEVE SER AUTÊNTICO.

A EMPRESA CONSTRUTORA F&F LTDA, E METRO CUBICO ENGENHARIA EIRELI LTDA ME, FEZ CONSTAR QUE A EMPRESA MULLER CONSTRUTORA LTDA, RETIROU OS ENVELOPES DA SALA E TROUXE POSTERIORMENTE, ENTREGANDO ATRASADO OS ENVELOPES REFERENTE A HABILITAÇÃO E PROPOSTA, FAZ-SE CONSTAR TAMBÉM QUE A EMPRESA MULLER CONSTRUTORA LTDA ESTAVA NO HORÁRIO PARA ABERTURA DOS ENVELOPES FAZENDO A AUTENTICAÇÕES DA DOCUMENTAÇÃO. A EMPRESA MULLER CONSTRUTORA FAZ-SE CONSTAR QUE APRESENTOU OS ENVELOPES DENTRO DO HORÁRIO ESTABELECIDO. O QUE A COMISSÃO JULGA IMPROCEDENTE.

A EMPRESA METRO CUBICO ENGENHARIA LEIRELI EPP, FAZ-SE CONSTAR QUE A LETRA J DO ITEM 4.1, SUPRI A AUSÊNCIA DO CONTRATO DE TRABALHO DO TÉCNICO EM SEGURANÇA NO TRABALHO, POIS O MESMO FAZ PARTE DA EQUIPE DE TRABALHO DA EMPRESA CONFORME DESCRIÇÃO DO CREA. AVALIA A COMISSÃO QUE CONFORME EDITAL ESTABELECE DE FORMA CLARA, OS DOCUMENTOS QUE JULGA NECESSÁRIO PARA COMPROVAÇÃO DO VÍNCULO COM A EMPRESA, SENDO ELES CONTRATO SOCIAL NO CASO DE SÓCIO OU PROPRIETÁRIO DA EMPRESA, CARTEIRA DE TRABALHO, OU CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CASO DE PRESTADOR DE SERVIÇOS. ESTES E SOMENTE ESTES PODERAM COMPROVAR VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM A EMPRESA, COM VIGÊNCIA NA DATA DO PROCESSO, EM VISTA A ESTES

FATOS JULGA A COMISSÃO A EMPRESA METRO CUBICO ENGENHARIA EIRELI EPP DESABILITADA PARA SEGUIR ADIANTE NO PROCESSO.

A EMPRESA CONSTRUTORA F&F LTDA, APRESENTOU DECLARAÇÃO DE CIENCIA DO LOCAL DA OBRA, DE OUTRA OBRA, E NÃO DA OBRA OBJETO DO PROCESSO LICITATÓRIO, A EMPRESA AINDA NÃO APRESENTOU EM NOME DA LICITANTE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA EMITIDO POR PESSOA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO DE OBRA COM CARACTERÍSTICAS COMPATÍVEIS AO OBJETO DA LICITAÇÃO, CONFORME EXIGENCIA NA LETRA N, DO EDITAL. EM VISTA A ESTES FATOS JULGA A COMISSÃO A EMPRESA CONSTRUTORA F&F LTDA DESABILITADA PARA SEGUIR ADIANTE NO PROCESSO.

De forma resumida, estão habilitadas para seguir no processo as empresas:

WILSON EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, SALVER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA E MULLER CONSTRUTORA LTDA, as demais empresas estão DESABILITADAS conforme fatos acima descritos.

Conforme disposto na Lei nº 8.666/93, além dos requisitos já constantes no edital a de se analisar os seguintes artigos, que disciplina de forma clara e objetiva:

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

I - [...]

II - qualificação técnica;

[...]

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

[...]

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

Por derradeiro é de responsabilidade exclusiva do interessado em participar do certame apresentar dentro do prazo estabelecido em edital as exigências contidas no edital.

Não configura ato arbitrário atender aos dispositivos legais, que por si só deixam claro a forma de habilitação, competitividade e exigências mínimas para atendimento.

Tendo em vista todo o exposto proferimos a seguinte decisão, considerando os fatos citados pela empresas em ata de pareceres onde, as EMPRESAS QUE NÃO APRESENTARAM A DOCUMENTAÇÃO TANTO PERTINENTE A QUALQUER UM DOS PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS EXIGIDOS, QUANTO A QUALQUER CLAUSULA ESTABELECIDA NO EDITAL ESTA DESABILITADA PARA SEGUIR ADIANTE NO CERTAME.

Fica aberto o prazo para apresentação dos recursos a partir desta data.

Pouso Redondo, 06 de abril de 2015.

GUILHERME GOLLE FLORIANI

Presidente Comissão Municipal de Licitações

ERIVALDO EIGEN

Membro

EMERSON FRANCISCO DE SOUZA

Membro

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

CONTRATO NR. 59/2015

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 59/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADO:	LEONIR ANTONIO HECKLER ME
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a contratação de Empresa Gráfica para a confecção de materiais gráficos, destinada ao atendimento dos diversos segmentos administrativos desta municipalidade, para o exercício de 2015.
VALOR R\$:	R\$ 3.610,00 (três mil, seiscentos e dez reais).
DATA:	06/04/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

CONTRATO NR. 60/2015

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 60/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADO:	NERCI LEOMAR HEGELE 78726379953
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a contratação de Empresa Gráfica para a confecção de materiais gráficos, destinada ao atendimento dos diversos segmentos administrativos desta municipalidade, para o exercício de 2015.
VALOR R\$:	11.657,60 (onze mil, seiscentos e cinquenta e sete reais, com sessenta centavos).
DATA:	06/04/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

CONTRATO NR. 61/2015

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 61/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADO:	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA ME
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a contratação de Empresa Gráfica para a confecção de materiais gráficos, destinada ao atendimento dos diversos segmentos administrativos desta municipalidade, para o exercício de 2015.
VALOR R\$:	R\$ 7.185,00 (sete mil, cento e oitenta e cinco reais).
DATA:	06/04/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA 042/2015

Edital da Chamada Pública n.º 042/2015

A Prefeitura de Rio do Sul pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua 25 de Julho n.º 01, inscrita no CNPJ sob n.º 83102574/0001-06 representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Senhor Garibaldi Antônio Ayroso no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no art. 21, da Resolução/CD/FNDE nº 25, 04 de Julho de 2012, torna público para conhecimento dos interessados, que está realizando aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, Prefeitura Municipal de Rio do Sul, SC, durante o período de 07 de Abril de 2015 à 17 Abril de 2015, com finalidade de apresentar Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e habilitação dos fornecedores.

1. Para o processo de habilitação os fornecedores da Agricultura Familiar deverão entregar as Entidades Executoras os documentos prescritos nos § 2º e § 3º, do Art. 22 da Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16/07/2009 e Resolução/CD/FNDE nº 25 de 04 de Julho de 2012.

1.1. Os Grupos Informais de Agricultores Familiares deverão entregar:

- prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP principal, ou extrato da DAP, de cada Agricultor Familiar participante;
- Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, elaborado conjuntamente entre o Grupo Informal e a Entidade Articuladora e assinado por todos os Agricultores Familiares participantes;
- prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.

1.2. Os Grupos Formais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações deverão entregar:

- prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica para associações e cooperativas;
- cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União;
- cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. No caso de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica;
- Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar;
- prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

2. O limite individual de venda do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por DAP por ano, conforme disciplinado no Art. 24 da Resolução CD/FNDE n.º 25, de 25/07/2012.

3. Gêneros alimentícios a serem adquiridos para alimentação escolar:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UN.	VALOR TOTAL	ENTREGA	QUANTIDADE
					SEMANAL	MESES
ABOBORA SECA	KG	1920	1,75	3.360,00	120	6
ACELGA	.UN	3660	1,89	6.917,40	180	6
AIPIM	KG	6200	1,45	8.990,00	310	6
ALFACE	UN	6960	1,20	8.352,00	320	6
ARROZ PARBOLIZADO	PCT 5 KG	700	7,80	5.460,00	420	6
ARROZ INTEGRAL	KG	2940	2,10	6.174,00	490	6
BATATA INGLESA	KG	18488	1,70	31.429,60	920	6
BATATA DOCE	KG	2800	2,10	5.880,00	235	6
BETERRABA	KG	2548	2,00	5.096,00	135	6
BROCOLIS	.UN	2180	2,30	5.014,00	114	6
CEBOLA	KG	3403	1,95	6.635,85	105	6
CEBOLINHA	MÇ	4160	1,25	5.200,00	200	6
CENOURA	KG	4272	2,30	9.825,60	200	6
CHUCHU	KG	2080	2,18	4.534,40	130	6
COUVE-FLOR	.UN	3576	2,70	9.655,20	160	6
CUVE FOLHA MINEIRA	MÇ	3220	1,10	3.542,00	145	6
FEIJÃO PRETO	KG	4572	4,50	20.574,00	1000	6
REPOLHO	.UN	3272	1,25	4.090,00	190	6
SUCO DE UVA ORGÂNICO	L	3800	13,51	51.338,00	634	6
SUCO DE UVA CONVENCIONAL	L	1000	10,39	10.390,00	168	6
VAGEM	KG	3500	4,50	15.750,00	168	6
AMEIXA	KG	1200	2,80	3.360,00	1200	6
ALHO ORGÂNICO	KG	33	13,00	429,00	36	6
VAGEM ORGÂNICA	KG	880	5,85	5.148,00	42	6
BROCOLIS ORGÂNICO	KG	728	2,99	2.176,72	56	6
VALOR TOTAL				239.321,77		

4. Os gêneros alimentícios deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua: Barão do Rio Branco, 220, Rio do Sul/SC, às segundas-feiras de manhã até às 8 horas, conforme o cronograma de entrega pré-estabelecido pelo Setor de Alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação.

5. A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, com uma programação semanal e mensal de entrega mediante tabela específica. Os pagamentos serão mediante a entrega dos produtos pelos fornecedores, mensalmente.

6. O valor para aquisição dos gêneros alimentícios citados, seguirá a seguinte prescrição abaixo, conforme recursos recebidos do FNDE para a alimentação escolar. (De acordo com a Lei 11.947/2009, Resolução CD/FNDE nº 38/2009; Resolução CD/FNDE nº 67/2009); Resolução CFN nº 465/2010 e Resolução /CD/ FNDE nº 25/2012.

- 79 % para o PRÉ-ESCOLA 08.02.2123.3.3.90.30.07.00.00.00 (176/2015);
- 21 % para o CRECHE 08.02.2053.3.3.90.30.07.00.00.00 (32/2015);

7. Todos os produtos a serem entregues deverão seguir o cronograma da programação prevista pelo Setor de Alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação.

Rio do Sul, 06 de abril de 2015.

Registre-se e publique-se.

Garibaldi Antônio Ayroso
Prefeito Municipal

Regina Garcia Ferreira
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4624, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4624, de 30 de março de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2015."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Presencial nº 029/2015, de 11.03.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- CLARO S.A.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

30 de março de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

EDUARDO RINNERT SCHULZE

Gabinete do Prefeito

ANEXO AO DECRETO Nº 4624/2015

Pregão Presencial nº 029/2015, de 02.03.2015.

Objeto da licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL, COM APARELHOS EM COMODATO PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. GABINETE DO PREFEITO.

Participante:

- CLARO S.A.

- TIM CELULAR S.A.

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor os licitante:

- CLARO S.A.

DECRETO Nº 4625, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4625, de 30 de março de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Presencial nº 014/2015, de 11.03.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- CURT SCHROEDER S.A. IND. E COM.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

30 de março de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

ANEXO AO DECRETO Nº 4625/2015

Pregão Presencial nº 014/2015, de 11.03.2015.

Objeto da licitação: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS TIPO FURGÃO NOVO, COM KIT DE TRANSFORMAÇÃO EM AMBULÂNCIA TIPO AUTO SOCORRO DE URGÊNCIA (ASU). CORPO DE BOMBEIRO.

Participante:

- CURT SCHROEDER S.A. IND. E COM.

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor os licitante:

- CURT SCHROEDER S.A. IND. E COM.

DECRETO Nº 4626, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4626, de 31 de março de 2015.

"CONVOCA A 10ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a 10ª Conferência Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente, a ser realizada no município de Rio do Sul/SC, no dia 29 de Abril de 2015.

Art. 2º - A 10ª Conferência Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente terá como tema central: "Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes - fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente".

PARAGRAFO ÚNICO - A 10ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá como objetivo Geral: Garantir a implementação da Política e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de crianças e adolescentes, a partir do fortalecimento dos conselhos de direitos da criança e adolescente, sob os seguintes eixos: I) Promoção dos direitos da criança e do adolescente; II) Proteção e Defesa de direitos; III) Protagonismo e participação de crianças e adolescentes; IV) Controle social da efetivação dos Direitos; e V) Gestão da política nacional dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Art. 3º - A Secretaria Municipal da Assistência Social e de Habitação do município de Rio Do Sul expedirá, mediante Resolução, o regimento interno da 10ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a organização, o funcionamento e o procedimento a ser adotado para a escolha de seus delegados.

Art. 4º - As despesas com a organização e realização da 10ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança do Adolescente correrão a conta de recursos orçamentários do Fundo da Infância e

Adolescência/FIA do Município de Rio Do Sul/SC.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

31 de março de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4628, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 4628, de 01 de abril de 2015.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária nº 5.535 de 16/12/14 DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 220.665,03 (duzentos e vinte mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e três centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior, de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.535/2014, visando à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

60.00	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		
60.01	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		
2.104	Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	220.665,03
	TOTAL	R\$	220.665,03

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

01 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

INEXIGIBILIDADE 041/2014

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÕES Nº 041/2015

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito de Rio do Sul, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:
Objeto: Contratações de shows artístico com Renato Borghetti, na realização do Aniversário do Município.
Valor R\$ 23.730,00 (vinte e três mil e setecentos e trinta reais).
Contratada: SC MUSIC PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - ME

Fundamento Legal: Inciso III do Art. 25 da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito de Rio do Sul,

Rio do Sul, 06 de abril de 2015

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

MARCO AURÉLIO ROSAR

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico

NOTIFICAÇÃO EXTRA JUDICIAL

NOTIFICAÇÃO DE DISTRATO DO CONTRATO

Através da presente, fica Notificada a empresa AVS Administradora de Serviços Ltda., que por interesse administrativo, conforme estabelece o contrato de prestação de serviços nº 149, datado de 27 de novembro de 2013 e Art. 79, inciso II da Lei nº 8.666/93, prestação de serviços de conservação de 18 Centros Educacionais da Rede Municipal de Rio do Sul, a partir de 08 de maio de 2015, rescindiremos amigavelmente o Contrato de Prestação de Prestação de Serviços nº 149/2013, objeto do Pregão Presencial nº 100/2013.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, encaminhamos a presente Notificação à Contratada, para que ciente de todos os seus termos e conteúdo, saiba que findo o prazo acima estabelecido, estará automaticamente rescindido o contrato em questão, celebrado entre o Município de Rio do Sul e empresa AVS Administradora de Serviços Ltda., ficando a partir daí, as partes desobrigadas ao seu cumprimento.

Registrar e Publicar:

Rio do Sul, 06 de abril de 2015

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

AVS Administradora de Serviços Ltda

Sr. Valdenir Rosendo Sabino

CONTRATADA

Recebido em/ /

RESUMO DO ADITIVO 021/2015

1ª ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 021/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 176/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 139/2014

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aos vinte e sete (27) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa FRONZA COMÉRCIO DE GÁS LTDA - EPP, estabelecida na Rua João Ledra, 2701, Bairro Taboão, na cidade de Rio do Sul/SC, CEP 89.160-760, inscrita no CNPJ sob o nº 79.004.115/0001-04, ora denominada CONTRATADA, representado neste ato pela sua representante, Srª. Sirlei Laureci Fronza, resolvem os termos

facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Pregão Presencial nº 139/2014 de 15/02/2015, e de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO DE ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante fundamentação na alínea "d", inciso II, do artigo 65 da Lei 8.666/93, alterações posteriores e justificativas em anexo, ficando com os seguintes valores:

ITEM 03	
Fornecedor: Fronza Comércio de Gás Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 200,00 (duzentos reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Carga de Gás P-45	R\$ 200,00

Ratificam-se as demais cláusulas e condições da Ata original, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO SIRLEI LAURECI FRONZA
Prefeito de Rio do Sul Sócia Administradora

RESUMO DO ADITIVO 022/2015

1º TERMO ADITIVO Nº 022/2015 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 217/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO EM ASFALTO, DRENAGEM E OBRAS COMPLEMENTARES DO PÁTIO DO CORPO DE BOMBEIROS EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA.

Ao primeiro (01) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA., estabelecida na rua Anita Garibaldi, 373, Sala 01, Centro, no município de Ibirama/SC, CEP 89.140-000, inscrita no CNPJ sob o nº 06.145.928/0001-40, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável técnico, Sr. Marco Adriano Grabowski, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Tomada de Preços nº 150/2014, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 217, datado de 24 de novembro de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de

Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 180 (cento e oitenta) dias, com o seu término em 27 de agosto de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA
Sr. Marco Adriano Grabowski
Contratada

Testemunhas:
Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

RESUMO DO ADITIVO 023/2015

1º TERMO ADITIVO Nº 023/2015 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 185/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO EM ASFALTO, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO E PASSEIOS DA RUA JOÃO LEDRA, BAIRRO TABOÃO EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA.

Aos trinta e um (31) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA., estabelecida na rua Anita Garibaldi, 373, Sala 01, Centro, no município de Ibirama/SC, CEP 89.140-000, inscrita no CNPJ sob o nº 06.145.928/0001-40, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável técnico, Sr. Marco Adriano Grabowski, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Concorrência nº 132/2014, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 185, datado de 28 de outubro de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 180 (cento e oitenta) dias, com o seu término em 01 de outubro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA
Sr. Marco Adriano Grabowski
Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

RESUMO DO ADITIVO 024/2015

1º TERMO ADITIVO Nº 024/2015 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 186/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO EM ASFALTO, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO E PASSEIOS DA RUA JOÃO HOFFMANN, BAIRRO FUNDO CANOAS EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA.

Aos trinta e um (31) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA., estabelecida na rua Anita Garibaldi, 373, Sala 01, Centro, no município de Ibirama/SC, CEP 89.140-000, inscrita no CNPJ sob o nº 06.145.928/0001-40, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável técnico, Sr. Marco Adriano Grabowski, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Concorrência nº 132/2014, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 186, datado de 28 de outubro de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 180 (cento e oitenta) dias, com o seu término em 01 de outubro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA
Sr. Marco Adriano Grabowski
Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

RESUMO DO CONTRATO 024/2015

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 024/2015

Convite nº 016/2015

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Construtora F & F Ltda - ME

Objeto: execução da reforma estrutural do prédio para utilização do funcionamento da Defesa Civil, localizada na Rua Mafalda Lingner Porto, Bairro Progresso

Valor: R\$ 130.411,62 (cento e trinta mil e quatrocentos e onze reais e sessenta e dois centavos).

Prazo de Execução: 120 (cento e vinte) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 30 (trinta) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos:

Recurso: Próprios/Outros

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 19 de março de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO 031/2015**RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 031/2015**

Pregão nº 021/2015

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: BR LIVE TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME

Objeto: fornecimento de serviços de interconexão, link dedicado de internet via fibra óptica, locação de pontos de presença para internet social, locação de ambiente, gerenciamento, call center e suporte da internet social, equipamentos, e outros que viabilizem o projeto digital de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referências

Valor: R\$ 1.815.100,00 (um milhão e oitocentos e quinze mil e cem reais)

Prazo de Execução: Os serviços contratados deverão ser executados conforme o Anexo 05 do Edital

Condições de Pagamento: mensalmente até o dia 10 de cada mês subsequente ao da prestação dos serviços devendo para pagamento em tal prazo que a empresa entregue a nota fiscal com antecedência de 07 dias

Recurso: Próprios/Outros

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 30 de março de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

TERMO DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2014 - KAULI JOÃO DOS SANTOS**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) KAULI JOÃO DOS SANTOS estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação no emprego de AGENTE COMBATE AS ENDEMIAS, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014- EMPREGO PÚBLICO.

Rio do Sul (SC), 06 de Abril de 2015.

Ciente: _____ em ____/____/____

Responsável pela Convocação

Departamento de Recursos Humanos

Recrutamento e Seleção

TERMO DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2014 - UESLEI JOSÉ MACHADO**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) UESLEI JOSÉ MACHADO estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação no emprego de AGENTE COMBATE AS ENDEMIAS, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014- EMPREGO PÚBLICO.

Rio do Sul (SC), 06 de Abril de 2015.

Ciente: _____ em ____/____/____

Responsável pela Convocação

Departamento de Recursos Humanos

Recrutamento e Seleção

TERMO DE CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO Nº 011/2014 - MARAISA FAGUNDES LEAL**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) MARAISA BARBARA FAGUNDES LEAL com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente na Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua Barão do Rio Branco, n.220, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de PROFESSOR- ANOS INICIAIS, 40H, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 011/2014

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 06 de abril de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO Nº 011/2014 - MARCIA APARECIDA RIZZO**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) MARCIA APARECIDA RIZZO com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente na Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua Barão do Rio Branco, n.220, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de PROFESSOR- ANOS INICIAIS, 40H, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 011/2014

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 06 de abril de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 785, DE 6 DE ABRIL DE 2015**

RESOLUÇÃO No 785, DE 6 DE ABRIL DE 2015

Autoriza pagamento de duas diárias e indenização de transporte a vereador.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, etc...

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de duas diárias ao Vereador José Thomé, no valor de R\$ 1.238,49 (um mil e duzentos e trinta e oito reais e quarenta e nove centavos), para audiência com o Deputado Federal Marco Tebaldi, no dia 8 de abril do corrente ano às 15:00 horas, para tratar de assunto referente a pavimentação da Estrada do Redentor, bem como assuntos relacionados a construção do Centro de Inovação, visitando as dependência do MEC no dia 9 de abril, na cidade de Brasília - DF.

Art. 2º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre o município de Rio do Sul e a cidade de Florianópolis, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 05 de outubro de 2010.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente, inclusive com passagens aéreas no trecho Florianópolis/Brasília/Florianópolis.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 6 de abril de 2015.
JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA
Presidente da Mesa

ZELI DA SILVA
Vice-Presidente

DIONÍSIO MAÇANEIRO
1º Secretário

MÁRIO MIGUEL
2º Secretário

Rio dos Cedros**PREFEITURA****EDITAL CMDCA Nº 01/2015**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - RIO DOS CEDROS-SC

EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Edital CMDCA nº 01/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificada dos Conselheiros Tutelares no Município de Rio dos Cedros/SC.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 02 de abril de 2015, e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014, na Lei Municipal 103 de 22 de agosto de 2006 e suas alterações e na Resolução nº 004/2015 do CMDCA, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Rio dos Cedros, e dá outras providências.

1. Do Cargo e das Vagas

1.1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas (05) cinco vagas para conselheiros titulares.

1.2 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

1.2.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

1.3 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

2 Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante e, conforme Lei Municipal nº 103/2006 e suas alterações, é assegurado o direito a:

I - vencimento de R\$ 878,00 (oitocentos e setenta e oito Reais), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual estabelecidos aos servidores públicos municipais;

II - cobertura previdenciária;

III - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - licença-maternidade;

V - licença-paternidade;

VI - gratificação natalina.

2.2. Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.4 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a administração pública Municipal.

2.5. A carga horária será de 16 horas semanais na sede.

2.5.1 Considera-se os demais horários em regime de plantão, inclusive sábado e domingo e feriados.

2.5.2 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida em escala, nos termos do respectivo

regimento interno.

2.5.3 O horário de atendimento no Conselho Tutelar, na sede, é das 8h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00.

3. Do Processo de Escolha

3.1 Das Inscrições

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será realizado no período de 06/04/2015 a 12/06/2015, de segunda a sexta-feira, das 13:30h às 17h, na recepção do Centro de Atendimento Integral a Família- CAIF situado a Avenida Tiradentes, 700 - Centro no Município de Rio dos Cedros

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição: I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II - idade superior a vinte e um anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento ou carteira de identidade;

III - residir no município, demonstrada por comprovante de residência;

IV - conclusão de ensino médio, comprovada através de Diploma de Conclusão do Ensino Médio;

V- estar no gozo dos direitos políticos;

VI - experiência na área de atendimento ou defesa dos direitos da criança e do adolescente.

3.1.2.1 O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.1.2 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.3 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.4 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 19/06/2015, nos Murais da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

3.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 22/06/2015 a 26/06/2015, no horário de atendimento ao público - 13:30 as 17:00 horas, na recepção do Centro de Atendimento Integral a Família- CAIF situado a Avenida Tiradentes, 700 - Centro no Município de Rio dos Cedros

3.2.2.1 Os candidatos impugnados serão comunicados pela Comissão Especial de processo de escolha entre os dias 29/06/2015 a 01/07/2015.

3.2.2.2 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 06/07/2015 a 10/07/2015, no horário de atendimento ao público - 13:30 as 17:00 horas, na recepção do Centro de Atendimento Integral a Família- CAIF situado a Avenida Tiradentes, 700 - Centro no Município de Rio dos Cedros

3.2.2.3 A Comissão Especial do processo de escolha analisará as defesas das impugnações no período de 13/07/2015 a 17/07/2015.

3.2.2.4 Das decisões da Comissão Especial o candidato poderá interpor recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no período de 20/07/2015 a 24/07/2015.

3.2.2.5 Os recursos ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão analisados no período de 27/07/2015 a 31/07/2015.

3.2.3 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 12/08/2015, nos Murais

da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

3.2.4 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado em 04/10/2015.

3.3 Da Propaganda Eleitoral

3.3.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, no período de 15/08/2015 a 02/10/2015, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.3.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.3.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.3.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.3.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.3.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.3.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor

3.3.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.3.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.3.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.3.5 Compete à Comissão Especial processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.3.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

3.4 Da Eleição

3.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 09h às 16:00h, no seguinte local: Centro de Atendimento Integral a Família- CAIF situado a Avenida Tiradentes, 700 - Centro no Município de Rio dos Cedros

3.4.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.4.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.4.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.4.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.4.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.4.6 O eleitor votará uma única vez apenas em 01 (um) candidato na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

3.5 Do Voto

3.5.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.5.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.5.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.5.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

3.6 Da Cédula Oficial

3.6.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.6.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.6.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.6.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

3.7 Das Mesas Receptoras

3.7.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes ou outros escolhidos pela Comissão Especial e CMDCA.

3.7.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Especial.

3.7.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.7.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.7.2.1 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.7.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.7.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos: I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Especial;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.7.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive

quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.7.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

3.8 Da Apuração

3.8.1 A apuração dar-se-á, preferencialmente, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Especial do processo de escolha.

3.8.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Especial, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.8.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.8.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.8.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.8.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação

3.8.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito, seguindo a ordem o candidato que tiver:

a) Ensino superior completo;

b) ensino superior incompleto;

c) tiver maior idade.

4. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado no dia 05 de outubro de 2015, em edital afixado na Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.3.3 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

5. Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 103/2006 e suas alterações, sem prejuízo das demais leis afetas.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Especial e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Timbó/SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio dos Cedros/SC, 02 de abril de 2015

ANGELA APARECIDA BARBOSA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE

Anexo I

Cronograma	
Inscrições dos candidatos (as)	06/04/2015 a 15/06/2015
Publicação dos candidatos inscritos	19/06/2015
Abertura de prazo para impugnação das candidaturas proposta por qualquer cidadão do município.	22/06/2015 a 26/06/2015
Notificação dos candidatos impugnados para defesa.	29/07/2015 a 01/07/2015
Período para apresentação das defesas dos candidatos impugnados.	06/07/2015 a 10/07/2015
Análise das manifestações das defesas dos candidatos impugnados pela Comissão Especial.	13/07/2015 a 17/07/2015
Resultados das análises dos recursos.	17/07/2015
Apresentação de recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente das inscrições indeferidas pela Comissão especial.	20/07/2015 a 24/07/2015
Análise dos recursos pelo CMDCA	27/07/2015 a 31/07/2015
Publicação das inscrições aprovadas	12/08/2015
Período de campanha	15/08/2015 – 02/10/2015
Eleição	04/10/2015
Divulgação dos resultados	05/10/2015
Posse dos candidatos eleitos	10/01/2016

Anexo II

Requerimento de inscrição para registro de candidatura ao cargo de conselheiro tutelar do município de Rio dos Cedros/SC.

Registro de Candidatura N º _____

O (A) Sr.(a.) _____
abaixo qualificado(a), nos termos da Lei Municipal nº XXXXX/2014, vem, perante este Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, com sede nesta Cidade de Rio dos Cedros/SC, REQUERER inscrição para o registro de candidatura ao cargo de conselheiro tutelar, apresentando nos anexos todos os documentos comprobatórios exigidos no Edital CMDCA nº 01/2015, o qual, DECLARO, tomei inteiro conhecimento quanto

a todas as regras para a minha participação enquanto candidato na Eleição do dia 04/10/2015:

Nacionalidade: _____

Idade: _____ Estado: _____ Civil: _____

Profissão: _____

RG nº: _____ Expedido: _____

CPF nº: _____

Endereço residencial Rua: _____

Nº _____ Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: () _____ Celular: (____) _____

Email: _____

_____, ____ de _____ de 2015.

Nome e Assinatura do candidato

Lista de documentos a ser apresentado.

____ Cópia da Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual;

____ Cópia da Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Federal;

____ Cópia do documento oficial com foto (RG);

____ Cópia do CPF;

____ Cópia do título de eleitor;

____ Cópia da certidão negativa do Tribunal Regional Eleitoral;

____ Cópia do comprovante de residência atualizado;

____ Cópia do certificado do Ensino médio;

____ Declaração ou certificado de experiência na área de atendimento ou defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Nome e Assinatura do candidato

Santiago do Sul

PREFEITURA

EDITAL 33/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 41/2015.
Edital: PREGÃO Nº. 32/2015.
Objeto: Prestação de serviços de seguros da frota Municipal.
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 28 de abril de 2015.
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 28 de abril de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 06 de abril de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº.775/2015 – DE 02 DE ABRIL DE 2015

LEI MUNICIPAL Nº.775/2015 - DE 02 DE ABRIL DE 2015.

Institui o terceiro sábado do mês de abril como "Dia Gospel" no Município de Santiago do Sul e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de Santiago do Sul -SC o terceiro sábado do mês de abril de cada ano como sendo o "DIA GOSPEL".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul,
Estado de Santa Catarina,
em 02 de Abril de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Coord. de Departamento
Responsável Secr. De Administração e Finanças

São Bento do Sul

PREFEITURA

ANULAÇÃO DE PREGÃO Nº 17/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

ANULAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015 FMS

O Município de São Bento do Sul, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, amparado pela conveniência e o interesse da Administração Pública e de acordo com caput do art. 49 da Lei 8.666/93, ANULA A LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015 destinada: CONTRATAÇÃO DE LABORATORIO DE APOIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISES CLÍNICAS PARA O LABORATORIO MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUS), COMO SUPORTE TÉCNICO, CONFORME ROTINA ADOPTADA PELA SECRETARIA, AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS, vem através deste comunicar que, devido a um erro administrativo e para sanar os problemas nele existentes, anula-se a licitação com vistas à instauração de novo Processo Licitatório.

São Bento do Sul, 06 de abril de 2015.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 90/2015

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 90/2015

MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 07 de maio de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA A CONSTRUÇÃO DE NOVO PRÉDIO PARA O CEIM AMOR PERFEITO, LOCALIZADO À RUA TIJUCAS, 483 NO BAIRRO PROGRESSO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS, ORÇAMENTOS, CRONOCRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS INFORMAÇÕES EM ANEXO.

Os interessados poderão retirar o Edital completo no endereço www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao e obter maiores informações no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 09 de março de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 32/2015 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2015

MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 17 de abril de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO DE APOIO PARA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISES CLÍNICAS PARA O LABORATÓRIO MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUS), COMO SUPORTE TÉCNICO, CONFORME ROTINA ADOPTADA PELA SECRETARIA, AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 63/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2015

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 28 de abril de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES, POLTRONAS, FRAGMENTADORA, ARMARIO, MESAS, CÂMERA DIGITAL, VENTILADOR E OUTROS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 01 de abril de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

MAURO SIQUEIRA RAMOS

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 92/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2015

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 14:00 horas do dia 27 de abril 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEICULO UTILITÁRIO TIPO PICK UP, CABINE DUPLA, ZERO QUILOMETRO PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA DE SÃO BENTO DO SUL CONFORME TERMO DE REFERENCIA EM ANEXO ATRAVES DO CONVENIO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL Nº 807329/2014/MDA/CAIXA.

Os interessados poderão retirar o Edital completo no endereço www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao e obter maiores informações no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 23 de março de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

MAURO SIQUEIRA RAMOS

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 93/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 23 de abril de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE INTERNET VIA RÁDIO PARA O CEIM SILVIO I. GROSSI E PARA O CEIM VERA L. D. KITZBERGER, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 02 de abril de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 96/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 96/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 17 de abril de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS IMPRESSOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS, PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE DO ALMOXARIFADO CENTRAL, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 01 de abril de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

CARLA ELOISE MÜLBAUER

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 98/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 22 de abril de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS E TONERS PARA DIVERSAS SECRETARIAS, PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE DO ALMOXARIFADO CENTRAL, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 02 de abril de 2015.
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário de Administração

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS
Pregoeiro

DECRETO Nº 0913/2015

DECRETO Nº 0913, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 660.000,00 (seiscentos e sessenta mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 23 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 03 - Sistema de Esgoto Sanitário

Projeto: 1.003 - Construção de Unidades de Coleta, Elevação e Tratamento de Esgoto

4.4.90.51.00.00.00 600 - Obras e Instalações
..... R\$ 610.000,00

Atividade: 2.065 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de Esgotamento Sanitário

3.3.90.30.00.00.00 600 - Material de Consumo
..... R\$ 50.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, na fonte de recursos 0200 - RECURSOS DE OUTRAS FONTES - EXERCÍCIO CORRENTE, no valor de R\$ 660.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 02 de abril de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 0914/2015

DECRETO Nº 0914, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$

246.000,00 (duzentos e quarenta e seis mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.101 - Estratégias da Saúde da Família

4.4.90.52.00.00.00 664 - Equip. Material Permanente R\$ 150.000,00

Atividade: 2.302 - Ações Voltadas à Vigilância Epidemiológica

4.4.90.52.00.00.00 666 - Equip. Material Permanente R\$ 96.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Orçamentário do exercício anterior, na fonte de recursos 264 - Atenção Básica, no valor de R\$ 150.000,00, e fonte 266 - Vigilância em Saúde, no valor de R\$ 96.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 02 de Abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 97/2015

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 97/2015

OBJETO: ALUGUEL SOCIAL PARA OS MENORES GUILHERME DE SOUZA MACIEL E GABRIEL DE SOUZA MACIEL, PELO PERÍODO DE 05 MESES, CONFORME OFÍCIO Nº 25/2015, OFÍCIO MPSC Nº 0229/2015/01PJ/SBS E PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2015.00001746-0 ANEXO.

CONTRATADO: ADRIANA CHAPIEWSKI

VALOR: R\$ 2.642,85 (dois mil, seiscentos e quarenta e dois reais e oitenta e cinco centavos)

SÃO BENTO DO SUL, 27 de março de 2015.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS ☐ DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

RITA MARIA DUMS ☐ SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 023/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 023/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 016/2015 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa CLINICA DA VISÃO HADDAD LTDA, CNES 3588157, conforme Edital de Chamada Pública nº 008/2014, de 02 de dezembro de 2014, e de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 18/2015, de 12 de fevereiro de 2015.

DO OBJETO: Consiste na contratação da empresa para prestar serviços de assistência à saúde, consultas/atendimentos/procedimentos médicos e de outros profissionais da área da saúde, exames complementares de diagnóstico e terapêutica especializados para a Secretaria Municipal de Saúde, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

DA ALTERAÇÃO: ALTERA CLÁUSULA PRIMEIRA E QUINTA DO CONTRATO:

I - O presente Termo Aditivo inclui no objeto do Contrato a prestação de serviços de Retirada e Transplante de Tecido Ocular Humano, Córnea/Esclera com Equipe Especializada, conforme Portaria nº 1.165, de 21 de outubro de 2013, do Ministério da Saúde, a qual concede autorização e renovação à estabelecimentos de saúde para realizarem retirada e transplantes.

II - O Recurso Financeiro referente aos serviços prestados de Retirada e Transplante de Tecido Ocular Humano, Córnea/Esclera,

serão repassados ao prestador credenciado conforme transferência ao Fundo Municipal de Saúde pelo Ministério da Saúde, após apresentação e faturamento das APAC's pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde. As demais cláusulas e condições previstas permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 25 de março de 2015.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

LUCIANO HALAL HADDAD, pela Empresa Contratada.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 95/2015

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 95/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE HOSPEDAGEM PARA A IDOSA, Srª. MATILDE PACHEWSKY E Sr. DOMINIANO PACHEWSKY, IDOSOS REFERENCIADOS NO PROGRAMA "GARANTINDO POLÍTICA DO IDOSO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL", CONFORME DESCRITO NO OFÍCIO nº 0226/2015/01PJ/SBS e Notícia de Fato nº 01.2014.00015843-3, ANEXO, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

CONTRATADO: INSTITUTO SANTÉ

VALOR: R\$ 36.234,00

SÃO BENTO DO SUL, 25 de MARÇO de 2015.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS □ DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

RITA MARIA DUMS □ SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 97/2015

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 24 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I - Objeto: Aluguel social para os menores Guilherme de Souza Maciel e Gabriel de Souza Maciel, pelo período de 05 meses, conforme Ofício nº 25/2015, Ofício MPSC nº 0229/2015/01PJ/SBS e Procedimento Administrativo nº 09.2015.00001746-0, Anexo.

II - Contratado: ADRIANA CHAPIEWSKY

III - Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação: O aluguel social é um benefício garantido por Lei para famílias que se enquadrem nos critérios apresentados na Lei nº 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social), a Srª Altamira de Souza Maciel era beneficiária de aluguel social oferecido pelo Município, a qual veio falecer em 23 de fevereiro. Além dela residiam no imóvel seus dois filhos menores Guilherme (12 anos) e Gabriel (10 anos), os quais encontram-se sob os cuidados do irmão mais velho Regis Alexandre de Souza Maciel (28 anos), que residia em Joinville e desde o ocorrido passou a morar em São Bento do Sul com os menores. Esta família está sendo atendida pela equipe de PAEFI, que os orientou a providenciar a guarda desses menores. Conforme relata-se no Ofício nº 25/2015. Para que possam garantir moradia digna aos menores, após passar por avaliação da Secretaria de Assistência Social, através de sua equipe, tendo julgado situação de vulnerabilidade e com diversas limitações financeiras, estruturais e emocionais, sendo a família apta a receber o referido benefício por 05 (cinco) meses. Conforme relato no Ofício MPSC nº 0229/2015/01PJ/SBS e procedimento administrativo nº 09.2015.00001746-0 e com intuito de garantir a integridade familiar, é que a Secretaria Municipal de Assistência Social assumirá a responsabilidade em volta do referido Aluguel Social e garantir os direitos reservados ao núcleo familiar acima citado.

VI - Razão da Escolha do Fornecedor: A contratada, Srª. Adriana Chapiewski, foi quem ofereceu um dos melhores imóveis naquele bairro e que melhor se adequou às necessidades da família, pelos

motivos acima elencados

V - Justificativa do Preço: O preço contratado de R\$ 2.642,85 (dois mil, seiscentos e quarenta e dois reais e oitenta e cinco centavos) para a locação é o praticado no mercado, conforme avaliação prévia do imóvel.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 24 da Lei 8.666/93.

Rita Maria Dums

Secretária Municipal de Assistência Social

JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 95/2015

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 25 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I - Objeto: CONTRATAÇÃO DE HOSPEDAGEM PARA A IDOSA, Srª. MATILDE PACHEWSKY E Sr. DOMINIANO PACHEWSKY, IDOSOS REFERENCIADOS NO PROGRAMA "GARANTINDO POLÍTICA DO IDOSO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL", CONFORME DESCRITO NO OFÍCIO nº 0226/2015/01PJ/SBS e Notícia de Fato nº 01.2014.00015843-3, ANEXO, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

II □ Contratado: INSTITUTO SANTÉ.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: A Inexigibilidade de licitação para os referidos serviços se funda no caput do artigo 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela inviabilidade de competição existente na contratação. Trata-se de uma Instituição de Longa Permanência - ILPI, estabelecimento para atendimento integral institucional, cujo público alvo é pessoas acima de 60 anos, que não dispõe de condições para permanecer com a família ou em seu domicílio. A ILPI contratada é a única da região com vaga disponível para atender os senhores, Sra. MATILDE PACHEWSKY E DOMINIANO PACHEWSKY, conforme determinado no ofício nº 0226/2015/01PJ/SBS e Notícia de Fato nº 01.2014.00015843-3, anexo no Processo.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A instituição é receptível a prestação dos referidos serviços, a idosos encaminhados por órgãos, a assistência na modalidade asilar ocorre no caso da inexistência do grupo familiar, abandono, carência de recursos financeiros próprios ou da própria família. Ficando evidenciada a inviabilidade de competição para a referida contratação.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado de R\$ 36.234,00 é o praticado no mercado, para o referido tipo de serviço.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, Secretário Municipal de Administração.

RITA MARIA DUMS

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

LEI Nº 3493/2015

LEI Nº 3493, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

ALTERA A LEI Nº 3055, DE 21 DE AGOSTO DE 2012, QUE "ESTABELECE A POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE SÃO BENTO DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul/SC aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 26 da Lei nº 3055/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26. Toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeitas ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços. (...)

§ 3º. Após a vigência desta lei, torna-se obrigatória a ligação de toda edificação permanente urbana às redes de esgotamento sanitário disponíveis no município, devendo o usuário promover a ligação do seu imóvel, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta dias), a contar da data em que receber a comunicação sobre a disponibilidade da rede de esgotamento, podendo ser prorrogado por igual período, mediante requerimento escrito ao órgão competente, sempre que constatadas dificuldades técnicas na realização da ligação.

§ 4º. Excepcionalmente, em sendo constatada a impossibilidade da ligação às redes de esgotamento sanitário, através de laudo técnico assinado por profissional habilitado, fica o usuário dispensado da ligação.

Art. 26-A. Na hipótese de descumprimento da obrigação prevista no §3º do art. 26, referente à obrigatoriedade de ligação da edificação permanente urbana à rede pública de esgotamento sanitário disponível, será aplicada as seguintes penalizações de forma sucessiva, concedendo-se o direito à ampla defesa e contraditório: I - Notificação para o usuário regularizar a ligação, no prazo de 30 (trinta) dias;

II - Multa anual de 200 (duzentos) UFM's (Unidade Financeira Municipal) pelo prazo que persistir o descumprimento.

III - Multa anual de 300 (trezentos) UFM's (Unidade Financeira Municipal) pelo prazo que persistir o descumprimento, após o terceiro ano.

Art. 2º Esta Lei será oportunamente regulamentada pelo Executivo Municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Bento do Sul, SC, 02 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8671/2015

PORTARIA Nº 8671, DE 06 DE ABRIL DE 2015

Designa para responder

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da lei,

RESOLVE:

Designar, MIRIAM TEREZINHA ROIK LOTT, ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Atenção de Saúde, para responder, interinamente, pelo cargo de Secretária Municipal de Saúde, no período de 06 de abril de 2015 a 17 de abril de 2015, período este de atestado médico do titular da pasta.

São Bento do Sul, 06 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 009, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 009, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

"Exonera Assessor Parlamentar."

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar o senhor Felipe Batista Koch cargo de Assessor Parlamentar do Vereador Ricardo Malinowski, Símbolo CC-5, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo do Município de São Bento do Sul, de conformidade com a Resolução nº 023, de 27 de março de 2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de abril de 2015, revogando-se especialmente a Portaria nº 034, de 1º de março de 2013.

São Bento do Sul, 1º de abril de 2015.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Presidente

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

PORTARIA Nº 002/2015, DE 02 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA Nº 002/2015, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

Designa servidor para fiscalizar o Contrato nº 1/2015.

BRAULIO HANTSCHHEL, Presidente da Fundação Cultural, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93, de 21 de julho de 2003, que determina a designação especial de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos,

RESOLVE:

Art 1º - Designar a Chefe de Divisão Cultural VIVIAN POLLUM, matrícula nº 31.263, CPF 007.658.769-06 como fiscal do CONTRATO nº 001/2015 com GILBERTO DREFAHL. O objeto do presente Contrato consiste na locação de parte de imóvel, localizado a Rua Campo do Tenente, nº 475, sendo: piso térreo 112 m², para abrigar a Biblioteca Pública Municipal de São Bento do Sul - Cruzeiro, pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 01 janeiro de 2015 e o término em 31 de dezembro de 2015, decorrente da Dispensa de Licitação nº 1/2015, de 29 de janeiro de 2015.

Presidente da Fundação Cultural de São Bento do Sul

PORTARIA Nº 003/2015, DE 02 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA Nº 003/2015, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

Designa servidor para fiscalizar o Contrato nº 2/2015.

BRAULIO HANTSCHHEL, Presidente da Fundação Cultural, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93, de 21 de julho de 2003, que determina a designação especial de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos,

RESOLVE:

Art 1º - Designar o Diretor de Cultura ROBSON RODRIGUES DA SILVA, matrícula nº 31.260, CPF 901.510.209-06 como fiscal do

CONTRATO nº 002/2015 com BANDA TREML. O objeto do presente Contrato consiste em apresentações artísticas musicais da Banda Treml nas tradicionais Retretas de Verão, promovidas pela CONTRATANTE no ano de 2015, com término em 31 de dezembro de 2015, decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 4/2015, de 11 de fevereiro de 2015.

Presidente da Fundação Cultural de São Bento do Sul

PORTARIA Nº 004/2015, DE 02 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA Nº 004/2015, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

Designa servidor para fiscalizar o Contrato nº 3/2015.

BRAULIO HANTSCHHEL, Presidente da Fundação Cultural, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93, de 21 de julho de 2003, que determina a designação especial de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos,

RESOLVE:

Art 1º - Designar a servidora MARLA HUEBL, matrícula nº 31.222, CPF 042.764.569-75 como fiscal do CONTRATO nº 3/2015 com SOCIEDADE DESPORTIVA BANDEIRANTES. O objeto do presente Contrato consiste na locação parcial de imóvel localizado a Rua Alfredo Klimmek, nº 168, sendo: salão de festas de no mínimo 300 m², com 40 mesas e com banheiros disponíveis e estacionamento de suas dependências, sendo que a locação é por prazo determinado, dentro das datas preestabelecidas no cronograma de eventos (CLÁUSULA SEXTA - DAS DATAS E QUANTIDADES DE EVENTOS), com vigência de 23 de fevereiro de 2015 a 23 de dezembro de 2015, decorrente do convite nº 3/2015, de 6 de fevereiro de 2015.

Presidente da Fundação Cultural de São Bento do Sul

PORTARIA Nº 005/2015, DE 02 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA Nº 005/2015, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

Designa servidor para fiscalizar o Contrato nº 4/2015.

BRAULIO HANTSCHHEL, Presidente da Fundação Cultural, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93, de 21 de julho de 2003, que determina a designação especial de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos,

RESOLVE:

Art 1º - Designar o servidor SERGIO RICARDO PEREIRA, matrícula nº 37.857, CPF 741.983.949-20 como fiscal do CONTRATO nº 4/2015 com BAVÁRIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. O objeto do presente Contrato consiste no fornecimento parcelado pela CONTRATADA, de gasolina comum, para abastecimento do veículo Sandero MJY 1988 da Fundação Cultural de São Bento do Sul, com vigência de 25 de fevereiro de 2015 a 24 de fevereiro de 2016, decorrente da Compra Direta nº 31/2015, de 25 de fevereiro de 2015.

Presidente da Fundação Cultural de São Bento do Sul

PORTARIA Nº 006/2015, DE 02 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA Nº 006/2015, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

Designa servidor para fiscalizar o Contrato nº 5/2015.

BRAULIO HANTSCHHEL, Presidente da Fundação Cultural, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93, de 21 de julho de 2003, que determina a designação especial de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos,

RESOLVE:

Art 1º - Designar a servidora MARLA HUEBL, matrícula nº 31.222, CPF 042.764.569-75 como fiscal do CONTRATO nº 5/2015 com GRAFCOLOR ARTES GRÁFICAS LTDA. O objeto do presente Contrato consiste na impressão em geral de materiais que serão utilizados pela Fundação Cultural de São Bento do Sul e seus setores no ano de 2015, conforme descrição no Anexo I do convite 5/2015, com vigência de 31 de março de 2015 a 31 de dezembro de 2015, decorrente do Convite nº 5/2015, de 13 de março de 2015.

Presidente da Fundação Cultural de São Bento do Sul

PORTARIA Nº 007/2015, DE 02 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA Nº 007/2015, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

Designa servidor para fiscalizar o Contrato nº 6/2015.

BRAULIO HANTSCHHEL, Presidente da Fundação Cultural, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93, de 21 de julho de 2003, que determina a designação especial de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos,

RESOLVE:

Art 1º - Designar a servidora MARLA HUEBL, matrícula nº 31.222, CPF 042.764.569-75 como fiscal do CONTRATO nº 6/2015 com GRÁFICA SÃO BENTO LTDA. O objeto do presente Contrato consiste na impressão em geral de materiais que serão utilizados pela Fundação Cultural de São Bento do Sul e seus setores no ano de 2015, conforme descrição no Anexo I do convite 5/2015, com vigência de 31 de março de 2015 a 31 de dezembro de 2015, decorrente do Convite nº 5/2015, de 13 de março de 2015.

Presidente da Fundação Cultural de São Bento do Sul

PORTARIA Nº 008/2015, DE 02 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA Nº 008/2015, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

Designa servidor para fiscalizar o Contrato nº 7/2015.

BRAULIO HANTSCHHEL, Presidente da Fundação Cultural, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93, de 21 de julho de 2003, que determina a designação especial de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos,

RESOLVE:

Art 1º - Designar a servidora MARLA HUEBL, matrícula nº 31.222, CPF 042.764.569-75 como fiscal do CONTRATO nº 7/2015 com GRÁFICA HASTREITER LTDA. O objeto do presente Contrato consiste na impressão em geral de materiais que serão utilizados pela Fundação Cultural de São Bento do Sul e seus setores no ano de 2015, conforme descrição no Anexo I do convite 5/2015, com vigência de 31 de março de 2015 a 31 de dezembro de 2015, decorrente do Convite nº 5/2015, de 13 de março de 2015.

Presidente da Fundação Cultural de São Bento do Sul

PORTARIA Nº 009/2015, DE 02 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA Nº 009/2015, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

Designa servidor para fiscalizar o Contrato nº 8/2015.

BRAULIO HANTSCHER, Presidente da Fundação Cultural, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93, de 21 de julho de 2003, que determina a designação especial de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos,

RESOLVE:

Art 1º - Designar a servidora MARLA HUEBL, matrícula nº 31.222, CPF 042.764.569-75 como fiscal do CONTRATO nº 8/2015 com GRÁFICA JL LTDA. O objeto do presente Contrato consiste na impressão em geral de materiais que serão utilizados pela Fundação Cultural de São Bento do Sul e seus setores no ano de 2015, conforme descrição no Anexo I do convite 5/2015, com vigência de 31 de março de 2015 a 31 de dezembro de 2015, decorrente do Convite nº 5/2015, de 13 de março de 2015.

Presidente da Fundação Cultural de São Bento do Sul

PORTARIA Nº 010/2015, DE 02 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA Nº 010/2015, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

Designa servidor para fiscalizar o Contrato nº 9/2015.

BRAULIO HANTSCHER, Presidente da Fundação Cultural, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93, de 21 de julho de 2003, que determina a designação especial de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos,

RESOLVE:

Art 1º - Designar a servidora MARLA HUEBL, matrícula nº 31.222, CPF 042.764.569-75 como fiscal do CONTRATO nº 9/2015 com BUSINESS EDITORA E PUBLICAÇÃO DE INFORMATIVOS EPP. O objeto do presente Contrato consiste na impressão em geral de materiais que serão utilizados pela Fundação Cultural de São Bento do Sul e seus setores no ano de 2015, conforme descrição no Anexo I do convite 5/2015, com vigência de 31 de março de 2015 a 31 de dezembro de 2015, decorrente do Convite nº 5/2015, de 13 de março de 2015.

Presidente da Fundação Cultural de São Bento do Sul

IPRESBS**CONTRATO Nº 005/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Contrato Nº 05/2015

Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS

Contratada: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Vigência: Início: 01/04/2015 - Término: 01/04/2016

Recursos: Dotação: (27) 19.01.4.062.3.3.90.39.47.00.00.00 - Administração e Funcionamento do IPRESBS.

Valor Total do item: R\$ 4.000,00.

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato originário de 01/04/2015 a 01/04/2016.

São Bento do Sul, 01 de abril de 2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 12/2013

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 12/2013

EXTRATO DE RESCISÃO

Contratada: Serv-Plus Limpeza e Conservação Ltda. EPP. CNPJ da Contratada: 07.006.622/0001-76. Rescisão do Contrato n. 012/2013 e anexos, com efeitos a partir de 11/03/2015. Fundamento legal: cláusula décima do contrato 012/2013, e no artigo 87, incisos II, III e IV da lei 8.666/93.

AVISO DE PENALIDADE

O Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, resolve aplicar à empresa Serv-Plus Limpeza e Conservação Ltda. EPP, CNPJ n. 07.006.622/0001-76, por inexecução parcial, aplica as penalidades de: a) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, com base no artigo 87, incisos II, III e IV e na cláusula décima do Contrato n. 012/2013, pelo período de 18 (dezoito) meses, a contar desta publicação; b) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato original; c) retenção do pagamento dos serviços prestados referentes aos meses de dezembro/2014 e janeiro, fevereiro e dos 11 dias de serviços prestados do mês de março/2015; d) As penalidades são resultado da apuração de irregularidades ocorridas no mencionado Contrato nº 012/2013, apurados mediante Processo Administrativo nº 1236/2015. Fica concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso, a contar da publicação desta decisão.

São Bento do Sul/SC, 06 de abril de 2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

TERMO ADITIVO Nº 016/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 16/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Termo Aditivo Nº 16/2014

Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS

Contratada: SERV PLUS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA EPP

Vigência: Início: 27/12/2014 - Término: 26/12/2015

Recursos: Dotação: (27) 19.01.4.062.3.3.90.39.78.00.00.00 - Administração e Funcionamento do IPRESBS.

Valor Total do item: R\$ 27.360,00.

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato originário de 27/12/2014 a 26/12/2015.

São Bento do Sul, 01 de abril de 2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

SAMAE - São BENTO DO SUL**RETIFICAÇÃO DE EDITAL Nº 24/2015**

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

TOMADA DE PREÇOS Nº 24/2015

OBJETO RESUMIDO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL E GESTÃO AMBIENTAL, COM FUNDAMENTO NO ART. 6º, II, C/C O ART. 13, III E V e Art. 46 § 2º, I e II, DA LEI Nº 8.666/93, PARA O PERÍODO DE UM ANO COM POSSIBILIDADE DE RENOVAÇÃO POR MAIS QUATRO ANOS.

Onde se lê:

DATA/HORA DE ABERTURA: 30 de abril de 2015 às 14h00min

Leia-se:

DATA/HORA DE ABERTURA: 08 de maio de 2015 às 14h00min

Onde se lê:

3.1 - Poderão participar desta Licitação as empresas do ramo, regularmente estabelecidas no Estado de Santa Catarina, desde que satisfaçam todas as condições do presente Edital.

Leia-se:

3.1 - Poderão participar desta Licitação as empresas do ramo desde que satisfaçam todas as condições do presente Edital.

Permanecem inalteradas as demais informações contidas no referido edital.

São Bento do Sul, 07 de abril de 2015.

Paulo Schwirkowski

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

São Domingos**PREFEITURA****ADITIVO 018 RADIO CLUBE - VALOR**

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: MARÇO/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO: PREFE n. 018/2015 de 16/03/2015

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE n. 082/2013 - Pregão Presencial n. 032/2013

DESCRIÇÃO: O presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, do contrato PREFE n. 012 de 11 de fevereiro de 2014.

VALOR MENSAL DO ADITIVO: R\$ 334,73

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADO: RÁDIO CLUBE SÃO DOMINGOS LTDA

CPF/CNPJ: 83.677.500/0001-90

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 10/02/2016

ADITIVO 019 T&Z FLARI VALOR E PRAZO

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: MARÇO/2015

TERCEIRO TERMO ADITIVO: PREFE Nº 019 DE 16/03/2015

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE nº 016/2013, Pregão Presencial n. 012/2013

DESCRIÇÃO: O objeto deste termo aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SEGUNDA- DA VIGENCIA E CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR do contrato PREFE n. 026 de 01/04/2013

VALOR DO ADITIVO: R\$ 569,04

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: T&Z Contabilidade e Assessoria S/S Ltda

CPF/CNPJ: 07.897.023/0001-90

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 30/03/2016

ADITIVO 020 NEUDI BURATI - VALOR

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: MARÇO/2015

NÚMERO TERMO ADITIVO: PREFE N. 020/2015 DE 17/03/2015

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE nº 001/2014 Pregão Presencial nº 001/2014

DESCRIÇÃO: O objeto deste termo aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA III - DO PREÇO, ficando da seguinte forma: CLÁUSULA III - DO VALOR

3.1 - O valor máximo a ser pago por Quilômetro, referente aos trajetos a serem feitos pela contratada serão os seguintes:

Trajeto	Valor do Km (R\$)
São Domingos/ Cascata/Linha Lourenço/São Domingos	2,24
São Domingos/ Arvorezinha/Imigra/São Domingos	2,81
São Domingos/Linha Encruzilhada/Linha Lageadinho/ Linha Rotava/São Domingos	2,24
São Domingos/Polvarinho/Vila Milani/São Domingos	2,81
São Domingos/Ponte Salto Saudades/Linha Lourenço/Santo Antônio/ São Domingos	3,02
Santo Antônio/Linha Figura/Linha João Paulo II/ Linha Andreola/ Santo Antônio	2,24

Santo Antônio/Quebra Queixo/Linha Barão/ Santo Antônio	2,24
---	------

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/
SC n. 33076

CONTRATADA: Neudi José Burati ME

CPF/CNPJ: n. 05.657.874/0001-30

DATA VENCIMENTO CONTRATO:31/12/2015.

ADITIVO 021 GILMAR MARMENTINI - VALOR

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: MARÇO/2015

NÚMERO TERMO ADITIVO: PREFE N. 021/2015 DE 17/03/2015

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE nº 001/2014 Pregão Pre-sencial nº 001/2014

DESCRIÇÃO: O objeto deste termo aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA III - DO PREÇO, ficando da seguinte forma:

CLÁUSULA III - DO VALOR

3.1 - O valor máximo a ser pago por Quilômetro, referente aos trajetos a serem feitos pela contratada serão os seguintes:

Trajeto	Valor do Km (R\$)
Vila Milani/Linha Manfrói/Linha Limeira/ Vila Milani	2,24
Vila Milani/Fazenda Arvoredo/Vila Milani	2,24
Santo Antônio/Linha Dadam/São Maurício/ Santo Antônio	2,81

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/
SC n. 33076

CONTRATADA: Gilmar Achilles Marmentini ME

CPF/CNPJ: 06.111.808/0001-22

DATA VENCIMENTO CONTRATO:31/12/2015.

ADITIVO 022 LUIZ ALBERTO MIOTTO - VALOR

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: MARÇO/2015

NÚMERO TERMO ADITIVO: PREFE N. 022/2015 DE 17/03/2015

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE nº 001/2014 Pregão Pre-sencial nº 001/2014

DESCRIÇÃO: O objeto deste termo aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA III - DO PREÇO, ficando da seguinte forma:

CLÁUSULA III - DO VALOR

3.1 - O valor máximo a ser pago por Quilômetro, referente aos trajetos a serem feitos pela contratada serão os seguintes:

Trajeto	Valor do Km (R\$)
São Domingos/Linha Lourenço/Quebra Queixo/São Domingos	2,23

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/
SC n. 33076

CONTRATADO: Luiz Alberto Miotto

CPF/CNPJ: 83.009.894/0001-08

DATA VENCIMENTO CONTRATO:31/12/2015.

ADITIVO 023 LAURO VALDECIR WALENDORFF - VALOR

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: MARÇO/2015

NÚMERO TERMO ADITIVO: PREFE N. 023/2015 DE 17/03/2015

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE nº 001/2014 Pregão Pre-sencial nº 001/2014

DESCRIÇÃO: O objeto deste termo aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA III - DO PREÇO, ficando da seguinte forma:

CLÁUSULA III - DO VALOR

3.1 - O valor máximo a ser pago por Quilômetro, referente aos trajetos a serem feitos pela contratada serão os seguintes:

Trajeto	Valor do Km (R\$)
São Domingos/Linha São Caetano/Linha Ribeiro/ Linha Lourenço/São Domingos	2,81
Maratá/Linha Zim/ São Pedro Apóstolo/Linha Mar- mentini/ Linha Triches/Linha Picetti/Linha Góes/ Maratá	2,24

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/
SC n. 33076

CONTRATADA: Lauro Valdecir Walendorff ME

CPF/CNPJ: 10.548.687/0001-58

DATA VENCIMENTO CONTRATO:31/12/2015.

ADITIVO 025 WINCK ENGENHARIA UADAFF PRAZO

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: MARÇO/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO PREFE N. 025 de 26/03/2015

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE n. 075/2014 Tomada de Preços 009/2014

DESCRIÇÃO: O presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira - Dos Prazos do Contrato PREFE 061 de 14 de agosto de 2014.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/
SC n. 33076

CONTRATADA: Winck Engenharia e Construções Ltda

CNPJ: 09.544.243/0001-65

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 03/09/2015

ADITIVO 026 PÁ CAREEGADEIRA

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: MARÇO/2015

TERMO ADITIVO: PREFE N. 026 de 26/03/2015 (TERCEIRO TERMO ADITIVO)

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE n. 125/2014 Pregão Pre-sencial 042/2014

DESCRIÇÃO: O presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Segunda - Da Vigência do contrato PREFE n. 078, de 13/11/2014.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/
SC n. 33076

CONTRATADA: Macromaq Equipamentos Ltda

CNPJ: 83.675.413/0002-84

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 13/05/2015

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE 043/2015

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 043/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 016/2015

O Pregoeiro Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 17 de abril de 2015, estará recebendo as propostas dos interessados para eventuais futuras AQUISIÇÕES DE UNIFORMES DESTINADOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL); AO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES - DME; À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; À SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS E PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail:

São Domingos, SC, 27 de março de 2015.

Flávio Celeste Lorenzi

Pregoeiro Oficial.

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 042/2015

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 042/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 015/2015, exclusiva para Micro Empresa e/ou Empresa de Pequeno Porte.

O Pregoeiro Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 22 de abril de 2015, estará recebendo as propostas dos interessados para eventuais futuras AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA, MATERIAL DIDÁTICO, DE EXPEDIENTE E MATERIAL DE ARTESANATO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PARA TODOS OS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR ESTA SECRETARIA. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail:

São Domingos, SC, 27 de março de 2015.

Flávio Celeste Lorenzi

Pregoeiro Oficial.

São João do Sul**PREFEITURA****LICITAÇÃO Nº. 031/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº. 031/2015

Modalidade - Dispensa nº. 010/2015

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, Inciso XXX, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA OS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADA: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXT. RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

VIGÊNCIA: 01/04/2015 à 31/12/2015

VALOR DO OBJETO: R\$ 32.649,93 - TOTAL.

São João do Sul - SC, em 01 de Abril de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal em Exercício

São Joaquim**PREFEITURA****ERRATA PROCESSO 86/2015 - FME**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

ERRATA EDITAL DE LICITAÇÃO

NOVA DATA DE ABERTURA : 17/04/2014 - 09:30 horas

Pregão presencial 09/2015

Processo n.º 86/2015 - Aquisição de material pedagógico apostilas para educação infantil 4 e 5 anos com assessoria pedagógica para os professores e portal educacional para os 13 Centros de Educação Infantil de São Joaquim-SC, para o ano letivo de 2015.

No edital e seu anexo publicado do dia 01 de abril de 2015

No edital 86/2015:

- No cabeçalho, exclui-se a condição de participação "Exclusiva para microempresa e empresas de pequeno porte".

No anexo dos itens:

- Acrescenta-se o item: Implantação, capacitação e assessoria pedagógica - R\$15.381,60.

Humberto Luiz Brighenti
Prefeito Municipal

São José**PREFEITURA****EDITAL 002/2015/SME - TERMO DE RETIFICAÇÃO Nº 01**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria Municipal de Educação

PROCESSO SELETIVO EMERGENCIAL SIMPLIFICADO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA O MAGISTÉRIO MUNICIPAL

EDITAL 002/2015/SME

TERMO DE RETIFICAÇÃO Nº 01

A COMISSÃO ORGANIZADORA do Processo Seletivo Emergencial Simplificado para admissão em caráter temporário para o magistério municipal - Edital 002/2015, torna público a RETIFICAÇÃO do conteúdo programático - Conhecimentos Específicos, referente ao cargo de Auxiliar de Ensino - Ensino Fundamental - ANEXO II - PROGRAMAS.

O referido conteúdo programático passa a vigorar com a seguinte redação:

AUXILIAR DE ENSINO - ENSINO FUNDAMENTAL

Processo de ensinar e aprender. Pedagogia na infância. As diferentes dimensões humanas. Direitos da infância. Didática e metodologia do ensino em Anos Iniciais. Alfabetização e Letramento. Linguagem oral e escrita. Produção de textos. Ortografia, acentuação e pontuação. Precusores e seguidores da literatura infantil no Brasil. Sistema de numeração e operações aritméticas. Conceitos metodológicos específicos das áreas do conhecimento de História, Geografia, Ciências e Artes dos Anos Iniciais e Finais do ensino fundamental. Organização do trabalho pedagógico na sala de aula. Temas transversais. Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de São José.

Atenciosamente

Comissão Organizadora

DECRETO Nº 4259/2015

DECRETO Nº 4259/2015

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora TALITA ELISA BERTÉ, matrícula: 35.651-4, ocupante do cargo de Farmacêutico, com lotação no Secretaria da Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 20 de março de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de março de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4260/2015

DECRETO Nº 4260/2015

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora GISELE PEREIRA ESPINDOLA, matrícula: 39.087-9, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, com lotação no Secretaria da Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 20 de março de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4261/2015

DECRETO Nº 4261/2015

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a pedido, a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, INDIA NARA DA CONCEIÇÃO, Agente de Serviços Gerais, matrícula: 35.473-2, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 25 de fevereiro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4262/2015

DECRETO Nº 4262/2015

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a pedido, a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, AMANDA MARQUIS PEREIRA, Assistente Social, matrícula: 37.151-3, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 12 de março de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4263/2015

DECRETO Nº 4263/2015

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a pedido, a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, MARGARIDA MACHADO, Psicóloga, matrícula: 39.626-5, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 04 de março de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4264/2015

DECRETO Nº 4264/2015

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a pedido, a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, MARIA APARECIDA DE SOUZA HONORATO, Agente de Serviços Gerais, matrícula: 39.762-8, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 17 de março de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4265/2015

DECRETO Nº 4265/2015

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, MARCELO DA SILVA LOPES, Motorista, matrícula: 35.354-0, com lotação na Secretaria de Segurança Defesa Social e Trânsito.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 10 de março de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4266/2015

DECRETO Nº 4266/2015

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, TIAGO COSTA ALVES, Motorista, matrícula: 35.365-5, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 09 de março de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4271/2015

DECRETO Nº 4271/2015

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora RAPHAELA HELENA MILLEO DIAS do cargo de Assessor Técnico de Gabinete - CCM 8, com lotação na Secretaria de Governo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de março de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de abril de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4272/2015

DECRETO Nº 4272/2015

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, da Lei Orgânica Municipal e o Art. 2º da Lei 5.955 de 07 de maio de 2010 alterada pelo Art. 3º da Lei 5.388 de 30 de abril de 2014, e

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital N.º 008/2015/FUNDESJ;

DECRETA:

Art.1º- Fica admitido, o servidor contratado por processo seletivo, exercente de função de Professor visitante:

	Servidor	Função	Secretaria	Carga Horária Contratação
I	Luzinete Carpin Niedzieluk	Professor Visitante – Curso de Pós-Graduação em Docência na Educação Infantil – Área Educação (Disciplina: Linguagem: Oralidade e Escrita) – 1º colocada.	Fundação Educacional de São José	Carga Horária Total do Contrato: 30 horas, sendo: 15 horas em abril/2015 e 15 horas em maio/2015.
II	Rochele Resende Porto	Professor Visitante – Curso de Pós-Graduação em Docência na Educação Infantil – Área Educação (Disciplina: Linguagem, Expressão e arte: musical, cênicas e visual) – 1º colocado.	Fundação Educacional de São José	Carga Horária Total do Contrato: 30 horas, sendo: 30 horas em abril/2015.
III	Rogério Machado Rosa	Professor Visitante – Curso de Pós-Graduação em Docência nos Anos Iniciais – Área Educação (Disciplina: Educação na Perspectiva Inclusiva) – 1º colocado.	Fundação Educacional de São José	Carga Horária Total do Contrato: 30 horas, sendo: 15 horas em abril/2015 e 15 horas em maio/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de abril de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4275/2015

DECRETO Nº 4275/2015

PRORROGA CESSÃO DE SERVIDORA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º Prorrogar a cessão da servidora JEANE BITENCOURT FURTADO, ocupante do cargo efetivo de Supervisor Pedagógico, com lotação na Secretaria da Educação, para a Câmara dos Deputados, para exercer cargo comissionado, pelo período de 12 (doze) meses, sem ônus para a origem.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 06 de abril de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ERRATA A ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 166/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA A ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 166/2014 - Processo nº 398/2014 - A Prefeitura de São José, por intermédio da sua Diretora de Compras, leva ao conhecimento dos interessados, que na publicação do dia 02/04/2015, ONDE SE LÊ: "Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 24/04/2015 às 13h10min." LEIA-SE: "Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 20/04/2015 às 13h10min." Cláudia Schweitzer Pflieger - Diretora de Compras.

PREGÃO PRESENCIAL 011/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 011/2015 - Processo nº 031/2015: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de materiais e equipamentos destinados ao CAPS II, CAPS AD, CAPS I e Policlínica de Barreiros da Secretaria de Saúde do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 06/05/2015 às 15h15min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 06/05/2015 às 15h20min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

PREGÃO PRESENCIAL 012/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 012/2015 - Processo nº 032/2015: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual prestação de serviços de locação de containers sanitários destinados aos eventos realizados pela Fundação de Esporte e Lazer do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 23/04/2015 às 15h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 23/04/2015 às 15h40min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

PREGÃO PRESENCIAL 014/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 014/2015 - Processo nº 034/2015: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de uniformes e acessórios destinados a Guarda Municipal do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 04/05/2015 às 15h15min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 04/05/2015 às 15h20min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

PREGÃO PRESENCIAL 015/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 015/2015 - Processo nº 035/2015: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa de engenharia para eventual execução de serviços de reforma com o fornecimento de materiais dos abrigos metálicos para passageiros do transporte coletivo do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 23/04/2015 às 13h15min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 23/04/2015 às 13h20min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

PREGÃO PRESENCIAL 016/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 016/2015 - Processo nº 036/2015: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa de engenharia para eventual execução de serviços de sinalização horizontal do sistema viário do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 23/04/2015 às 14h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 23/04/2015 às 14h40min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

PREGÃO PRESENCIAL 017/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 017/2015 - Processo nº 037/2015: Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos destinados as atividades físicas ao ar livre para serem instalados em diversos bairros do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 23/04/2015 às 13h15min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 23/04/2015 às 13h20min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

PREGÃO PRESENCIAL 021/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 021/2015 - Processo nº 044/2015: Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de secadores de mãos sensorizados para serem utilizados no Centro Administrativo da Prefeitura de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 06/05/2015 às 13h15min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 06/05/2015 às 13h20min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

PREGÃO PRESENCIAL 029/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 029/2015 - Processo nº 080/2015: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para eventual prestação de serviços de publicação de extratos de editais, avisos e demais atos pertinentes a licitações, em jornal de grande circulação (local/regional) para a Secretaria de Administração do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 23/04/2015 às 13h15min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 23/04/2015 às 13h20min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

PREGÃO PRESENCIAL 030/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 030/2015 - Processo nº 086/2015: Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de massa asfáltica usinada a quente para aplicação a frio, destinada ao sistema viário do Município de São José, acondicionada em sacos de até 25k. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 29/04/2015 às 16h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 29/04/2015 às 16h40min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

PREGÃO PRESENCIAL 031/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 031/2015 - Processo nº 087/2015: Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de concreto asfáltico, faixa C DNIT e massa fina, de acordo com a especificação DEINFRA e emulsão asfáltica RR 2C, para serem utilizados na manutenção das vias com pavimentação asfáltica do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 29/04/2015 às 15h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 29/04/2015 às 15h40min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

PREGÃO PRESENCIAL 032/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 032/2015 - Processo nº 088/2015: Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de grelhas de ferro fundido destinadas a execução e manutenção de caixa de captação de água pluvial do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 27/04/2015 às 13h15min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 27/04/2015 às 13h20min.

Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

PREGÃO PRESENCIAL 033/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 033/2015 - Processo nº 089/2015: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de suprimentos de informática para atender os serviços socioassistenciais, da Secretária Municipal de Assistência Social de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 04/05/2015 às 13h15min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 04/05/2015 às 13h20min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

PREGÃO PRESENCIAL 173/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 173/2014 - Processo nº 420/2014: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de materiais de construção, elétricos e hidráulicos, destinados à manutenção predial, preventiva e corretiva, do Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 27/04/2015 às 15h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 27/04/2015 às 15h40min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

São José do Cedro

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 01/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Município de São José do Cedro faz saber aos contribuintes abaixo relacionados, que os mesmos ficam NOTIFICADOS, do Edital nº 002/2015 e 003/2015, de 03 de março de 2015, referente à execução de pavimentação com pedras irregulares (calçamento) em ruas da cidade, conforme Artigo 308, I a IV e Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 009/2005, cujos valores são expressos em Reais.

NOME	Nº DO CADASTRO	REAIS
JAMIR F. DA SILVA	26810	1.566,67
DAIANE FROZA JEAN BRITZ	10350	3.004,43
MARCOS KRAEMER	26340	1.901,62
JOCEMAR DE SOUZA	37250	1.068,75
JOCEMAR DE SOUZA	37250	1.666,67
DIEGO DA ROSA	37260	975,00
FRANCIELI DE FREITAS	37220	975,00
ENIR BENINHO DALMORO	37040	1.200,00
LEXANDRE PIRIUS	37060	1.125,00
JEFERSON J. DE SOUZA	36990	2062,50
SADI J. SOPRAN	36910	900,00
SADI J. SOPRAN	36900	828,75
VOLMIR COLELLA	36780	800,00
GABRIEL L. LUNKES	37120	1.390,00
ARTEMIO REICHERT	37240	800,00
CARMEN ZAPALAI	37190	833,33
THIAGO DELAVECHIA	36800	833,33
SAMARONI ALBONICO	37160	1.478,00
HEBERTON B. HANSEL	37290	833,33
LUIZ BISUTTI E DINORÁ	36810	833,33
NILSON DE OLIVEIRA	26480	900,00
ROSEMERI T. E VANDOR BUENO	27850	981,33
IVANIR R. P. GOMES	27830	970,00
VARDELI B. DE OLIVEIRA	27820	970,00
ELIANE F. Z. KLAGENBERG	27750	1.534,25

Os proprietários acima notificados pelo presente edital terão o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Edital para a impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida ao órgão Fazendário, através de petição escrita. O processo Administrativo de instrução e julgamento obedecerá ao disposto nos Artigos 302 a 304 e demais dispositivos aplicáveis da Lei Complementar nº 009 de 27 de setembro de 2005.

Após a presente notificação o proprietário ou responsável, deverá até a data improrrogável de 29 de Agosto de 2012, comparecer na secretaria da fazenda, departamento de tributação, junto à prefeitura municipal, localizada à Rua Jorge Lacerda, 1049, centro, nesta cidade, para fazer opção de pagamento e emissão do carnê.

O PRESENTE EDITAL FOI REGISTRADO E PUBLICADO EM

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Município de São José do Cedro faz saber aos contribuintes abaixo relacionados, que os mesmos ficam NOTIFICADOS, do Edital nº 001/2015, de 03 de março de 2015, referente à execução de pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares (calçamento) em ruas da cidade, conforme Artigo 308, I a IV e Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 009/2005, cujos valores são expressos em Reais.

NOME	Nº DO CADASTRO	REAIS
PEDRO C. KRAEMER	30940	3.422,22
NERI W. ODY	13940	1.963,89
OTTOMAR B. WESCHMEFELDER	15860	2.962,33
IVO CELSO DOS SANTOS	30450	3.666,67
VOLNEI G. BECKER	6580	1.773,33
SABINO GROHMANN	18320	2.365,73
JOÃO M. ZIMMER	19850	1.382,50
JOSÉ I. BATISTEL	4370	
LEONI C. JOHANN	11170	1.418,96
LEONI C. JOHANN	11600	1.418,96
NEREU SBARDELOTTO	11100	3.011,67
AGENOR CORSO E LAURA MARTELO	11600	1.409,46
VALDECIR PRIMAZ	11810	1.355,25
EDSON LUIZ GOETZ	11850	1.355,25
NEIVA M. CASTOLDI	25770	1.409,46
MARCIA C. TURANI	25470	1.301,04
SERGIO FAVERO	25100	1.572,09

Os proprietários acima notificados pelo presente edital terão o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Edital para a impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida ao órgão Fazendário, através de petição escrita. O processo Administrativo de instrução e julgamento obedecerá ao disposto nos Artigos 302 a 304 e demais dispositivos aplicáveis da Lei Complementar nº 009 de 27 de setembro de 2005.

Após a obra executada será emitida a notificação de lançamento em que o proprietário ou responsável, deverá no prazo máximo 20 (vinte) dias, comparecer na secretaria da fazenda, departamento de tributação, junto à prefeitura municipal, localizada à Rua Jorge Lacerda, 1049, centro, nesta cidade, para fazer opção de pagamento e emissão do carnê.

O PRESENTE EDITAL FOI REGISTRADO E PUBLICADO EM

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.39/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº39/2015

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 39/2015, Edital de Pregão Nº 39/2015, Objeto: contratação de empresa especializada para fazer reforma geral, com serviço de desmontagem, troca de peças e reinstalação, da bomba de

adução de água da estação de recalque de água bruta do SEMAE, situada em Linha Santa Terezinha. Recebimento das propostas até às 09:00 horas do dia 17/04/2015. Abertura dos envelopes às 09:00 horas do dia 17/04/2015, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou.

São José do Cedro - SC.
Antonio Plinio de Castro Silva
Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2015, MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2015

1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2015, MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2015

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, casado, portador do RG nº 12/R-1.272.260, inscrito no CPF sob o nº 460.328.009-20; e Secretária Municipal de Educação, Sra. Lúcia Iliane da Costa, brasileira, portadora do RG nº 2.039.498-5 e inscrita no CPF nº 693.306.119-15, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa LS MERCADO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Ernesto Beuter, n. 925, Sala, Bairro Brasília, no Município de São Lourenço do Oeste - SC, CEP: 89.990-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.841.640/0001-73, neste ato representada por seu representante legal, Sra. Neuza Ana Gabriel, brasileira, inscrita no CPF sob nº 729.866.979-68 e portadora da Cédula de Identidade sob nº 2.168.061, residente e domiciliada no Município de São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem;

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 037/2015, Modalidade Dispensa de Licitação nº 002/2015, expedida pela Secretaria Municipal de Educação, para que se faça o acréscimo de aproximadamente 1,22% (um vírgula vinte e dois por cento) ao valor total contratado para o fornecedor, referente ao Processo supracitado, pois se faz necessário para que se possa atender a todos os alunos das escolas da rede pública municipal de ensino.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é R\$ 164,21 (cento e sessenta e quatro reais e vinte e um centavos) o que perfaz aproximadamente 1,22% (um vírgula vinte e dois por cento) do valor total contratado.

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 037/2015, Modalidade Dispensa de Licitação nº 002/2015, que trata da AQUISIÇÃO DE DOCES PARA EVENTO COMEMORATIVO À "PÁSCOA" A SEREM DISTRIBUIDOS AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO, os seguintes itens:

Contratada: LS MERCADO LTDA ME;

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDA-DE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	Pipoca doce assada, peso igual ou superior a 11 gramas.	09	R\$ 0,28	R\$ 2,52
05	Bala mastigável, sabor frutas, peso igual ou superior a 600 gramas.	08	R\$ 7,63	R\$ 61,04

06	Chocolate ao leite em bastão, embalagem com 4 unidades de 16 gramas cada, embalados individualmente.	33	R\$ 3,05	R\$ 100,65
TOTAL				R\$ 164,21

O valor do presente Termo aditivo é de R\$ 164,21 (cento e sessenta e quatro reais e vinte e um centavos).

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de abril de 2015.

DANIEL HIPPLER Prefeito Municipal em Exercício	NEUSA ANA GABRIEL Ls Mercado Ltda Me
LÚCIA ILIANE DA COSTA Secretária Municipal de Educação	

2º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2014

2º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2014

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, casado, portador do RG nº 12/R-1.272.260, inscrito no CPF sob o nº 460.328.009-20; e Secretária Municipal de Educação, Sra. Lúcia Iliane da Costa, brasileira, portadora do RG nº 2.039.498-5 e inscrita no CPF nº 693.306.119-15, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa LUIS CESAR REIS EPP, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Frederico Willig, n. 1931, Bairro Industrial, no Município de Três de Maio - RS, CEP: 98.910-000, inscrita no CNPJ sob o nº 93.920.361/0001-37, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Luis Cesar Reis, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 576.888.500-53 e portador da Cédula de Identidade sob nº 1041527159, residente e domiciliado no Município de Três de Maio - RG, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem;

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 076/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 051/2014, expedida pela Secretaria Municipal de Educação, para que se faça o acréscimo de aproximadamente 10% (dez por cento) ao valor total contratado para o fornecedor, referente ao Processo supracitado, pois se faz necessário para que se possa atender a necessidade da EBM Nossa Senhora de Lourdes.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é R\$ 275,00 (duzentos e setenta e cinco reais) o que perfaz aproximadamente 10 % (dez por cento) do valor total contratado.

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 076/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 051/2014, que trata da AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS A SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS BÁSICAS

DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO, o seguinte item:

Contratada: LUIS CESAR REIS EPP;

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
08	Cadeira fixa assento e encosto com espuma injetada 40mm revestido em tecido polipropileno com perfil PVC preto estrutura metálica com 4 pés tubo 3/4 em arco - na cor azul escuro.	5	R\$ 55,00	R\$ 275,00
TOTAL				R\$ 275,00

O valor do presente Termo Aditivo é de R\$ 275,00 (duzentos e setenta e cinco reais).

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de fevereiro de 2015.

GERALDINO CARDOSO Prefeito Municipal	LUIS CESAR REIS Luis Cesar Reis Epp
LÚCIA ILIANE DA COSTA Secretária Municipal de Educação	

DECRETO Nº 5.058, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 5.058, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, e de acordo com o inciso III, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário, o valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

18.00	COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL - CDM			
18.01	COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL - CDM			
27.812.4517.2.035		03	Aplicação Direta	R\$ 16.000,00
4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000				

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

18.00	COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL - CDM			
18.01	COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL - CDM			
27.812.4517.2.035		01	Aplicação Direta	R\$ 16.000,00
3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000				

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de abril de 2015.

DANIEL RODRIGO HIPPLER
Prefeito Municipal em exercício

DECRETO Nº 5.059, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 5.059, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, e de acordo com o inciso I, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 137.024,02 (cento e trinta e sete mil, vinte e quatro reais e dois centavos), na seguinte dotação orçamentária:

18.00	COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL - CDM		
18.01	COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL - CDM		
27.812.4517.2.035			
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0000	04	Aplicações Diretas	R\$ 137.024,02

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.191/2014 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de abril de 2015.

DANIEL RODRIGO HIPPLER
Prefeito Municipal em exercício

DECRETO Nº 5.060, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 5.060, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, e de acordo com o inciso I, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 153.476,00 (cento e cinquenta e três mil, quatrocentos e setenta e seis reais), na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU		
09.01	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU		
15.451.4511.2.034			
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0064	195	Aplicações Diretas	R\$ 153.476,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.191/2014 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de abril de 2015.

DANIEL RODRIGO HIPPLER
Prefeito Municipal em exercício

DECRETO Nº 5.061, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 5.061, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, EM EXERCÍCIO, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.205, de 31 de março 2015 e no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente de excesso de arrecadação, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 2.631.744,78 (dois milhões, seiscentos e trinta e um mil, setecentos e quarenta e quatro reais e setenta e oito centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

09.00 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01.15.451.4511.1.063.4.4.90.00.00.00.00.01.0064	182	Aplicação Direta	R\$ 2.336.444,78

09.00 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01.15.451.4511.1.063.4.4.90.00.00.00.00.01.0034	97	Aplicação Direta	R\$ 295.300,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.205, de 31 de março de 2015, bem como o art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de abril de 2015.

DANIEL RODRIGO HIPPLER
Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2015

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 048/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - CNPJ: 83.021.873/0001-08

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, EM CARÁTER DE EMERGÊNCIA.

CONTRATADA: V. BERGOZZA - ME - CNPJ: 03.549.337/0001-40

VALOR: R\$ 1.596,00 (um mil quinhentos e noventa e seis reais)

VALOR TOTAL: R\$ 1.596,00 (um mil quinhentos e noventa e seis reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.8.666/93, Art. 24, Inciso IV.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: D - 61/2015 - 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00.0108 - Manutenção do Transporte Escolar.

VIGÊNCIA: De 06 de abril de 2015 a 06 de maio de 2015.

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de abril de 2015.

DANIEL HIPPLER

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2015, DE 10 DE MARÇO DE 2015 - ICSL.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2015, DE 10 DE MARÇO DE 2015 - ICSL.

Origem: Processo Licitatório nº 001/2015, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 001/2015.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ/MF nº 08.806.043/0001-70.

Contratada: CAMINHA PRODUÇÕES ARTISTÍCAS LTDA ME, CNPJ nº 06.325.240/0001-42.

Objeto: CONTRATAÇÃO DO ARTISTA "MARCELO CAMINHA E GRUPO" PARA APRESENTAÇÃO DE SHOW MUSICAL NO TEATRO MUNICIPAL PROFESSOR ARNO IGNÁCIO ETGES, E UM WORKSHOP DE VIOLÃO GAÚCHO A ALUNOS SELECIONADOS PELO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO, A SEREM REALIZADOS NO DIA 15 DE MARÇO DE 2015, FAZENDO PARTE DA PROGRAMAÇÃO DO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO PARA O ANO DE 2015.

Valor: R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: D - 02/2015 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.00.1000 - Manutenção das Atividades do Instituto Cultural de São Lourenço.

Recursos Financeiros: A despesa decorrente da presente inexigibilidade será efetuada à conta da dotação orçamentária, estabelecida para o exercício fiscal de 2015.

Data de Assinatura: 10/03/2015.

Vigência: de 10/03/2015 a 31/03/2015.

Signatários: Altamir Jorge Lemes da Rosa (Presidente da Autarquia) - pela Contratante e Lucimar Irala Caminha - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2015, DE 20 DE MARÇO DE 2015 - CDM.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2015, DE 20 DE MARÇO DE 2015 - CDM.

Origem: Processo Licitatório nº 002/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 002/2015.

Contratante: Comitê Desportivo Municipal de São Lourenço, CNPJ nº 08.806.026/0001-33.

Contratada: ELIZEU BRESCIANI ME, CNPJ nº 00.993.710/0001-60.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE TERRESTRE PARA OS ATLETAS DO CDM - COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL, EM PARTICIPAÇÃO NAS COMPETIÇÕES PROMOVIDAS PELA FESPORTE - FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE, FCFS - FEDERAÇÃO CATARINENSE DE FUTEBOL DE SALÃO, E DEMAIS COMPETIÇÕES DE NÍVEL LOCAL, REGIONAL, ESTADUAL E NACIONAL.

Valor: R\$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: D - 02/2015 - 18.01.27.812.4517.2.035.3.3.90.00.00.00.00.00.1000 - Manutenção das Atividades do CDM.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do contrato, relativo ao presente Edital, serão custeadas através de recursos próprios do Comitê Desportivo Municipal por conta do exercício financeiro de 2015.

Data de assinatura: 20/03/2015.

Vigência: de 20/03/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Adirlei Carlos Santian (Presidente da Autarquia) - pelo contratante e Elizeu Bresciani - pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2015, DE 09 DE MARÇO DE 2015 - FMS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2015, DE 09 DE MARÇO DE 2015 - FMS.

Origem: Processo Licitatório nº 001/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 001/2015.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: GOBBI LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA ME, CNPJ sob o nº 01.787.216/0001-01.

Objeto: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS TABELA SIA/SUS, COM BASE LEGAL NA ADESÃO AO PACTO PELA SAÚDE, DELIBERADO NA REUNIÃO DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE, EM 18/04/2008, E HOMOLOGADO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ATRAVÉS DA PORTARIA GM/MS 1047, DE 27/05/2008, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO E DECLARAÇÃO DA CIB, AOS MUNICÍPIOS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, JUPIÁ, SÃO BERNARDINO E NOVO HORIZONTE, PARA O PERÍODO DE 02/02/2015 a 31/12/2015.

Valor: O Contratante pagará a Contratada, pelos serviços prestados, o preço unitário máximo constantes no Anexo I, do Processo Licitatório nº 001/2015, Edital de Credenciamento nº 001/2015, outras modalidades.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhado da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes desta contratação serão custeadas através de recursos próprios do Fundo Municipal de Saúde, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: D - 11/2015 - 13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 - Atenção Básica - Manutenção da Saúde Pública.

Data de Assinatura: 09/03/2015;

Vigência: de 09/03/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Juliano Cesar Gobbi - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2015, DE 20 DE MARÇO DE 2015 - CDM.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2015, DE 20 DE MARÇO DE 2015 - CDM.

Origem: Processo Licitatório nº 003/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 003/2015.

Contratante: Comitê Desportivo Municipal de São Lourenço, CNPJ nº 08.806.026/0001-33.

Contratada: LIGA MARAVILHENSE DE DESPORTOS, CNPJ nº 83.524.355/0001-07.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE LIGA DE ÁRBITROS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ARBITRAGENS DAS PARTIDAS DE COMPETIÇÃO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE CAMPO AMADOR E DEMAIS COMPETIÇÕES QUE SERÃO PROMOVIDAS PELO COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL NO ANO DE 2015.

Valor: R\$ 21.815,20 (vinte e um mil, oitocentos e quinze reais e vinte centavos).

Dotação Orçamentária: D - 02/2015 - 18.01.27.812.4517.2.035.3.3.90.00.00.00.00.00.1000 - Manutenção das Atividades do CDM.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do contrato, relativo ao presente Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Comitê Desportivo Municipal por conta do exercício financeiro de 2015.

Data de assinatura: 20/03/2015.

Vigência: de 20/03/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Adirlei Carlos Santian (Presidente da Autarquia) - pelo Contratante e Adecir Ivanor Ferreira - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2015, DE 26 DE MARÇO DE 2015 - FMS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2015, DE 26 DE MARÇO DE 2015 - FMS.

Origem: Processo Licitatório nº 008/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 006/2015.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: Fipal Distribuidora de Veículos LTDA, CNPJ nº 77.396.810/0008-00.

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO ZERO KM PARA USO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, E UM VEÍCULO ZERO KM PARA USO NAS AÇÕES REALIZADAS PELA EQUIPE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 79.700,00 (setenta e nove mil e setecentos reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015.

Dotação Orçamentária: D - 41/2015 - 13.01.10.302.4506.2.021.4.4.90.00.00.00.00.00.03.0038 - Bloco Média e Alta Complexidade; e D - 45/2015 - 13.01.10.301.4506.2.054.4.4.90.00.00.00.00.00.03.0067 - Manutenção Bloco Cooparticipação do Estado Ações de Saúde.

Data de Assinatura: 26/03/2015.

Vigência: de 26/03/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Vilmar José Fedato - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2015, DE 30 DE MARÇO DE 2015 - FMS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2015, DE 30 DE MARÇO DE 2015 - FMS.

Sétimo Termo Aditivo ao Contrato nº 013/2013.

Origem: Processo Licitatório nº 001/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 001/2013.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: MARIZETE RODRIGUES MACHADO HIPPLER ME, CNPJ nº 06.066.493/0001-49.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 013/2013, de 1º/03/2013 (originário do Processo Licitatório nº 001/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 001/2013, cujo objeto consiste na contratação de serviços gerais de limpeza e serviços gerais operacionais para a Policlínica Municipal de Saúde e Unidades), até a data de 31/12/2015, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados para este exercício.

Valor: O Contratante pagará à Contratada, o valor mensal de R\$ 25.577,10 (vinte e cinco mil e quinhentos e setenta e sete reais e dez centavos) mensais, totalizando o valor de R\$ 230.193,90 (duzentos e trinta mil e cento e noventa e três reais e noventa centavos), no período de 31/03 a 31/12/2015.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2015.

Dotação Orçamentária: 3.01.10.301.4506.2.047.3.3.90.00.00.00.00 (15/2015) e 13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00 (11/2015).

Data de Assinatura: 30/03/2015.

Vigência: de 31/03/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Marizete Rodrigues Machado Hippler - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2015, DE 30 DE MARÇO DE 2015 - FMS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2015, DE 30 DE MARÇO DE 2015 - FMS.

Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 020/2013.

Origem: Processo nº 001/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 001/2013.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: MARIZETE RODRIGUES MACHADO HIPPLER ME, CNPJ nº 06.066.493/0001-49.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 020/2013, de 04/04/2013, (originário do Processo nº 001/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 001/2013, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS OPERACIONAL PARA POLICLINICA MUNICIPAL DE SAÚDE E UNIDADES), até a data de 31/12/2015, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados para este exercício.

Valor: O Contratante pagará à Contratada, o valor mensal de R\$ 5.532,00 (cinco mil e quinhentos e trinta e dois reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 49.788,00 (quarenta e nove mil e setecentos e oitenta e oito reais), no período de 31/03 a 31/12/2015.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2015.

Dotação Orçamentária: 3.01.10.301.4506.2.047.3.3.90.00.00.00.00 (15/2015) e 13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00 (11/2015).

Data de Assinatura: 30/03/2015.

Vigência: de 31/03/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Marizete Rodrigues Machado Hippler - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 007/2015, DE 31 DE MARÇO DE 2015 - FMS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 007/2015, DE 31 DE MARÇO DE 2015 - FMS.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 004/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 010/2014, Dispensa de Licitação nº 001/2014.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: ASSOCIAÇÃO LUIZA DE MARILLAC, CNPJ nº 77.585.800/0001-46.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 004/2014, de 11/02/2014, (originário do Processo Licitatório nº 010/2014, Dispensa de Licitação nº 001/2014, cujo objeto consiste na LOCAÇÃO DE IMÓVEL, COM LOTE URBANO DE 3.622M², E BENFEITORIA DE 258,45M² EM ALVENARIA, SITUADO NA RUA RUI BARBOSA, Nº 655, PARA O FUNCIONAMENTO DO CAPS - CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL), até a data de 30/04/2015, em razão da necessidade de continuidade da locação do imóvel por mais 30 (trinta) dias.

Valor: o Contratante pagará à Contratada, o valor mensal de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), totalizando o valor de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) até 30 de abril de 2015.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2015.

Dotação Orçamentária: 13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00 (11/2015).

Data de Assinatura: 31/03/2015.

Vigência: de 31/03/2015 a 30/04/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Leonides Selhorst - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 008/2015, DE 1º DE ABRIL DE 2015 - FMS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 008/2015, DE 1º DE ABRIL DE 2015 - FMS.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 002/2014.

Origem: Processo Licitatório nº 041/2013, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2013.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, CNPJ nº 72.332.778/0001-09.

Objeto: Reajustar o valor do Contrato nº 002/2014, de 31/01/2014, (originário do Processo Licitatório nº 041/2013, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2013, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA PARA FINS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE), para que seja acrescido o percentual de 7,14% (sete vírgula quatorze por cento), sobre o valor do contrato, a título de reajuste, com efeitos a partir de 1º de abril de 2015, conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado nos últimos 12 (doze) meses de vigência contratual.

Valor: O valor mensal de R\$ 5.112,00 (cinco mil, cento e doze reais), correspondente a 6 m³ (seis metros cúbicos), passa a ser de R\$ 5.476,98 (cinco mil, quatrocentos e setenta e seis reais e noventa e oito centavos), com a incidência de 7,14% (sete vírgula quatorze por cento), oriundo do reajuste do Contrato originário nº 002/2014, de 31/01/2014.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2015.

Dotação Orçamentária: 09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00 (106/2015).

Data de Assinatura: 1º/04/2015.

Vigência: de 1º/04/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Juleide Inês D'Agostini - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 051/2015, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 051/2015, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 052/2013.

Origem: Inciso II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: BIBLIOSHOP COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA ME, CNPJ nº 04.770.051/0001-53.

Objeto: Reajustar o valor do Contrato nº 052/2013, de 18/02/2013, para que seja acrescido o percentual de 7,70% (sete vírgula setenta por cento), conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado nos últimos 12 (doze) meses, a partir da presente data.

Valor: O valor mensal, que era de R\$ 269,48 (duzentos e sessenta e nove reais e quarenta e oito centavos), passa a ser de R\$ 290,23 (duzentos e noventa reais e vinte e três centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: 08.01.13.392.4505.2018.3.3.90.00.00.00.00 (92/2015).

Data de Assinatura: 11/03/2015.

Vigência: de 11/03/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Rafael de Melo Lima Santini - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 052/2015, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 052/2015, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Processo Licitatório nº 021/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 016/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: JC KOMAC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA. ME, CNPJ nº 16.103.672/0001-62.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA TRANSFORMAÇÃO E ADAPTAÇÃO DO VEÍCULO PLACA MLY-4011, TIPO FURGÃO, MARCA MERCEDES-BENZ, MODELO SPRINTER 415 CDI, ANO/MODELO 2013, EM AUTO SOCORRO DE URGÊNCIA (ASU) DESTINADO AO USO PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, ONDE SERÁ UTILIZADO EM ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR.

Valor: R\$ 48.500,00 (quarenta e oito mil e quinhentos reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: D - 30/2015 - 06.01.06.122.4503.2.008.4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção dos Serviços de Segurança Pública.

Data de Assinatura: 11/03/2015.

Vigência: de 11/03/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Carlos Renato Olejnski - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 053/2015, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 053/2015, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 200/2014.

Origem: Processo Licitatório nº 107/2014, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 007/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, CNPJ nº 03.210.836/0001-09.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência e execução do Contrato nº 200/2014, de 03/09/2014, por 100 (cem) dias, eis que a Contratada não pôde iniciar a obra no prazo, inicialmente, estipulado, em razão do atraso do Município em realizar a terraplanagem no local da obra; e aditar o valor do item 1 em R\$ 33.229,47 (trinta e três mil, duzentos e vinte e nove reais e quarenta e sete centavos).

Valor Aditado: R\$ 33.229,47 (trinta e três mil, duzentos e vinte e nove reais e quarenta e sete centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: a) 08.01.12.361.4505.1.071.4.4.90.00.00.0 0.00.00 (39/2015); e b) 08.01.12.361.4505.1.071.4.4.90.00.00.0 0.00.00 (40/2015).

Data de Assinatura: 12/03/2015.

Vigência: de 12/03/2015 a 10/07/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ailton Pandini - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 054/2015, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 054/2015, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Processo Licitatório nº 020/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 015/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: FRANCIELI DELA GIUSTINA ME, CNPJ nº 10.463.951/00001-50.

Objeto: RENOVAÇÃO DA LICENÇA DO SOFTWARE ANTIVÍRUS UTILIZADO NA INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

Valor: R\$ 21.300,00 (vinte e um mil e trezentos reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015.

Rubrica Orçamentária: D - 16/2015 - 06.01.04.122.4503.2.006. 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Data de Assinatura: 13/03/2015.

Vigência: de 13/03/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Francieli Dela Giustina - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 055/2015, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 055/2015, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 147/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 059/2012, Modalidade Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 03/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: ECT - DIRETORIA REGIONAL DE SANTA CATARINA, CNPJ nº 34.028.316/0028-23.

Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses.

Valor: Valor estimado em R\$ 28.875,00 (vinte e oito mil, oitocentos e setenta e cinco reais).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015.

Rubricas orçamentárias:

a) Elemento de Despesa: 3.3.90.39.99.00.00.00.00.01.0000; Projeto/Atividade: 2.006; Nº do Empenho: 131/15; Data do Empenho: 21/01/2015; Valor: R\$ 11.000,00.

b) Elemento de Despesa: 3.3.90.39.99.00.00.00.00.01.0011; Projeto/Atividade: 2.008; Nº do Empenho: 130/15; Data do Empenho: 21/01/2015; Valor: R\$ 5.809,38.

c) Elemento de Despesa: 3.3.90.39.99.00.00.00.00.01.0012; Projeto/Atividade: 2.008; Nº do Empenho: 128/15; Data do Empenho: 21/01/2015; Valor: R\$ 6.256,24.

d) Elemento de Despesa: 3.3.90.39.99.00.00.00.00.01.0010; Projeto/Atividade: 2.008; Nº do Empenho: 129/15; Data do Empenho: 21/01/2015; Valor: R\$ 5.809,38.

Data de Assinatura: 17/03/2015.

Vigência: de 18/04/2015 a 17/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Paulo Oliveira de Andrade (Diretor Regional), Paulo Roberto Zucco (Coordenador Regional de Negócios) - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 056/2015, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 056/2015, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Sétimo Termo Aditivo ao Contrato nº 147/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 059/2012, Modalidade Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 03/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: ECT - DIRETORIA REGIONAL DE SANTA CATARINA, CNPJ nº 34.028.316/0028-23.

Objeto: Alterar os subitens 2.2.; 2.2.1. da Cláusula Segunda, 6.1.; 6.6.1. da Cláusula Sexta, 7.2. da Cláusula Sétima e incluir subitem 13.8.2. na cláusula Décima Terceira das Disposições Gerais no Contrato Múltiplo originário nº. 9912293929.

Data de Assinatura: 17/03/2015.

Vigência: de 17/03/2015 a 17/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Paulo Oliveira de Andrade (Diretor Regional), Paulo Roberto Zucco (Coordenador Regional de Negócios) - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 057/2015, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 057/2015, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 076/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 001/2012, Modalidade Concorrência nº 001/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: TUCANO OBRAS E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 72.332.778/0001-09.

Objeto: Reajustar o valor do Contrato nº 076/2012, de 22/02/2012, para que seja acrescido o percentual de 7,70% (sete vírgula setenta por cento), conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado nos últimos 12 (doze) meses.

Valor: O valor mensal de R\$ 123.393,44 (cento e vinte e três mil, trezentos e noventa e três reais e quarenta e quatro centavos) passa a ser de R\$ 132.894,73 (cento e trinta e dois mil, oitocentos e noventa e quatro reais e setenta e três centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: 09.01.15.452.4511.2.052.3.3.90.00.00.00.00.00 (108/2015).

Data de Assinatura: 17/03/2015.

Vigência: de 17/03/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Juleide Inês D' Agostini - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 058/2015, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 058/2015, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Decreto Municipal nº 5.044, de 17 de março de 2015.

Locador: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Locatário: WAGNER FURLANETTO 03075020907, CNPJ nº 19.824.258/0001-30.

Objeto: LOCAÇÃO DA COPA, COZINHA, RESTAURANTE, CHURRASQUEIRA E DA ARENA DE EVENTOS ALBANO LUIZ MENEGATTI, situado na rua Via Parque, s/n, Bairro Cruzeiro, em de São Lourenço do Oeste - SC, para a realização de evento a ser promovido no dia 21 de março de 2015, pelo Locatário.

Valor: R\$ 10.728,35 (dez mil, setecentos e vinte e oito reais e trinta e cinco centavos).

Pagamento: Em parcela única, por meio de DAM - Documento de Arrecadação Municipal, com vencimento em 20 de março de 2015.

Data de Assinatura: 18/03/2015.

Vigência: de 18/03/2015 a 23/03/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Locador e Wagner Furlanetto - pelo Locatário.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 059/2015, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 059/2015, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Processo Licitatório nº 027/2015, Modalidade Convite para Compras e Serviços nº 002/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: PAULO DREI 02287920960, CNPJ nº 21.867.787/0001-63.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS,

MÁQUINAS E CAMINHÕES DE PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: a) D - 131/2015 - 10.01.20.606.4507.2.02 5.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural; e b) D - 106/2015 - 09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano.

Data de Assinatura: 19/03/2015.

Vigência: de 19/03/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Paulo Drei - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 060/2015, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 060/2015, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Processo Licitatório nº 014/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 010/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: BATTISTERRA TERRAPLANAGEM LTDA ME, CNPJ nº 14.858.406/0001-14.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAREM SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS DE RETROESCAVADEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, TRATOR DE ESTEIRA, CAMINHÃO TOCO E CAMINHÃO TRUK A SEREM EXECUTADOS NOS DISTRITOS DE PRESIDENTE JUSCELINO, SÃO ROQUE E FREDERICO WASTNER NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 49.175,00 (quarenta e nove mil, cento e setenta e cinco reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste contrato serão custeadas através de recursos próprios do município por conta do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: D - 131/2015 - 10.01.20.606.4507.2.025 .3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural.

Data de Assinatura: 19/03/2015.

Vigência: de 19/03/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Rogerio Battistel - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 061/2015, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 061/2015, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Processo Licitatório nº 014/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 010/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: CRUZEIRO URBANIZAÇÃO TRANSPORTE E INDÚSTRIA

DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME, CNPJ nº 12.608.383/0001-64.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAREM SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS DE RETROESCAVADEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, TRATOR DE ESTEIRA, CAMINHÃO TOCO E CAMINHÃO TRUK A SEREM EXECUTADOS NOS DISTRITOS DE PRESIDENTE JUSCELINO, SÃO ROQUE E FREDERICO WASTNER NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 5.775,00 (cinco mil, setecentos e setenta e cinco reais),. Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste contrato serão custeadas através de recursos próprios do município por conta do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: D - 131/2015 - 10.01.20.606.4507.2.025 .3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural.

Data de Assinatura: 19/03/2015.

Vigência: de 19/03/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Joelson Miglioretto Jeremias - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 062/2015, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 062/2015, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Processo Licitatório nº 014/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 010/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: S. MEZZOMO ME, CNPJ nº 15.341.014/0001-46.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAREM SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS DE RETROESCAVADEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, TRATOR DE ESTEIRA, CAMINHÃO TOCO E CAMINHÃO TRUK A SEREM EXECUTADOS NOS DISTRITOS DE PRESIDENTE JUSCELINO, SÃO ROQUE E FREDERICO WASTNER NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste contrato serão custeadas através de recursos próprios do município por conta do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: D - 131/2015 - 10.01.20.606.4507.2.025 .3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural.

Data de Assinatura: 19/03/2015.

Vigência: de 19/03/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Sidnei Mezzomo - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 063/2015, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 063/2015, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Processo Licitatório nº 014/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 010/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: TATIANE COMUNELLO ME, CNPJ nº 13.424.471/0001-79.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAREM SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS DE RETROESCAVADEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, TRATOR DE ESTEIRA, CAMINHÃO TOCO E CAMINHÃO TRUK A SEREM EXECUTADOS NOS DISTRITOS DE PRESIDENTE JUSCELINO, SÃO ROQUE E FREDERICO WASTNER NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 52.025,00 (cinquenta e dois mil e vinte e cinco reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste contrato serão custeadas através de recursos próprios do município por conta do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: D - 131/2015 - 10.01.20.606.4507.2.025 .3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural.

Data de Assinatura: 19/03/2015.

Vigência: de 19/03/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Tatiane Comunello - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 064/2015, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 064/2015, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Processo Licitatório nº 014/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 010/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: TRANCHIBA TRANSPORTE E TERRAPLENAGENS LTDA ME, CNPJ nº 07.150.722/0001-71.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAREM SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS DE RETROESCAVADEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, TRATOR DE ESTEIRA, CAMINHÃO TOCO E CAMINHÃO TRUK A SEREM EXECUTADOS NOS DISTRITOS DE PRESIDENTE JUSCELINO, SÃO ROQUE E FREDERICO WASTNER NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 12.375,00 (doze mil, trezentos e setenta e cinco reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste contrato serão custeadas através de recursos próprios do município por conta do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: D - 131/2015 - 10.01.20.606.4507.2.025 .3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural.

Data de Assinatura: 19/03/2015.

Vigência: de 19/03/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Roger Piovesan - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 065/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 065/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 021/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 141/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 091/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Benetti & Ferrari Transportes LTDA ME, CNPJ nº 07.704.346/0001-10.

Objeto: Aditar os itens 14 e 17, do Contrato nº 021/2015, de 04/02/2015, em 12,5 km/dia (doze vírgula cinco quilômetros por dia), totalizando o aditivo de 2.150 (dois mil vírgula cento e cinquenta quilômetros), para os 172 (cento e doze) dias letivos de 2015.

Valor aditado: R\$ 6.321,00 (seis mil, trezentos e vinte e um reais) ao item 14 e R\$ 10.443,84 (dez mil, quatrocentos e quarenta e três reais e oitenta e quatro centavos) ao item 17.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2015

Rubrica orçamentária: 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00.0108 (61/2015); 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00.0121 (62/2015); 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00.0195 (63/2015); 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00.0197 (64/2015); e 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00.0412 (85/2015).

Data de Assinatura: 23/03/2015.

Vigência: de 23/03/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Edson Ferrari - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 066/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 066/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 029/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 141/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 091/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Benetti & Ferrari Transportes LTDA ME, CNPJ nº 07.704.346/0001-10.

Objeto: Aditar o item 15, do Contrato nº 029, de 10/02/2015 em 6,0 km/dia (seis quilômetros por dia), totalizando o aditivo de 1.032 km (um mil e trinta e dois quilômetros), para os 172 (cento e setenta e dois) dias letivos de 2015.

Valor aditado: R\$ 3.250,80 (três mil, duzentos e cinquenta reais e oitenta centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2015

Rubrica orçamentária: 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00.0108 (61/2015); 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00.0121 (62/2015); 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00.0195 (63/2015); 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00.0197 (64/2015); e 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00.0412 (85/2015).

Data de Assinatura: 23/03/2015.

Vigência: de 23/03/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Edson Ferrari - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 067/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 067/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 125/2014.

Origem: Processo Licitatório nº 055/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 034/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Benetti & Ferrari Transportes LTDA ME, CNPJ nº 07.704.346/0001-10.

Objeto: Aditar o item 1, do Contrato nº 125/2014, de 23/05/2014 em 18,2 km/dia (dezoito vírgula dois quilômetros por dia), totalizando o aditivo de 2.038,40 km (dois mil, trinta e oito vírgula quarenta quilômetros), para os 112 (cento e doze) dias letivos de 2015.

Valor: R\$ 7.114,02 (sete mil, cento e quatorze reais e dois centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2015

Rubrica orçamentária: 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00.0108 (61/2015); 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00.0121 (62/2015); 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00.0195 (63/2015); 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00.0197 (64/2015); e 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00.0412 (85/2015).

Data de Assinatura: 23/03/2015.

Vigência: de 23/03/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Edson Ferrari - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 068/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 068/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Processo Licitatório nº 012/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 010/2013.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: MARIZETE RODRIGUES MACHADO HIPPLER ME, CNPJ nº 06.066.493/0001-49.

Objeto: Unificar os contratos de nºs 078/2013, 091/2013, 121/2013 e 124/2013, (originários do Processo Licitatório nº 012/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 010/2013, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA E SERVIÇOS GERAIS OPERACIONAIS, PARA O CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL E ESCOLAS MUNICIPAIS, BEM COMO, SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO E JARDINAGEM PARA O PERÍMETRO URBANO) que passam a vigorar sob o nºs 068/2015, de 23 de março de 2015.

Valor: R\$ 184.653,48 (cento e oitenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e três reais e quarenta e oito centavos) mensais.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do objeto deste contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, do orçamento em execução.

Rubrica orçamentária: 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00.00 (14); 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.00.00.00.00.00.00 (121); 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.00 (108); 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.00 (34); 08.01.12.361.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00.00 (52).

Data de Assinatura: 23/03/2015.

Vigência: de 23/03/2015 a 31/03/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Marizete Rodrigues Machado Hippler - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 069/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 069/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Decreto Municipal nº 5.046, de 20 de março de 2015, de acordo com a Lei 8.666 de 1993.

Locador: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Locatária: VERSÁTIL PRODUÇÕES LTDA ME, CNPJ nº 02.360.895/0001-09.

Objeto: LOCAÇÃO DO TEATRO PROFESSOR ARNO IGNÁCIO ETGES, DA ARENA DE EVENTOS ALBANO LUIZ MENEGATTI, situada na rua Via Parque, s/n, Bairro Cruzeiro, em de São Lourenço do Oeste - SC, para a realização de evento a ser promovido das 8:00 horas do dia 28 de março de 2015 até as 8:00 horas do dia 29 de março de 2015, pelo Locatário.

Valor: R\$ 2.616,78 (dois mil, seiscentos e dezesseis reais e setenta e oito centavos), o que corresponde a 28,05 (vinte e oito vírgula cinco) UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal.

Pagamento: Em parcela única, por meio de DAM - Documento de Arrecadação Municipal, com vencimento em 27 de março de 2015.

Data de Assinatura: 23/03/2015.

Vigência: de 23/03/2015 a 30/03/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Locador e Valderico Dalla Costas - pela Locatária.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 070/2015, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 070/2015, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Processo Licitatório nº 018/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 013/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: RENATA CRISTINA RADIN RICARDI - ME, CNPJ nº 13.397.299/0001-01.

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR AS CESTAS BÁSICAS A SEREM DISTRIBUIDAS PARA AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO, NO EXERCÍCIO DE 2015.

Valor: R\$ 5.741,40 (cinco mil, setecentos e quarenta e um reais e quarenta centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: D - 145/2015 - 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.32.03.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social.

Data de Assinatura: 24/03/2015.

Vigência: de 24/03/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Renata Cristina Radin Ricardi - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 071/2015, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 071/2015, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Processo Licitatório nº 023/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 017/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: LUCINÉIA DE FRANÇA EIRELI - ME, CNPJ nº 21.587.815/0001-99.

Objeto: AQUISIÇÃO DE NITROGÊNIO LÍQUIDO, LUVAS E BAINHAS PARA UTILIZAÇÃO NO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL.

Valor: R\$ 24.490,000 (vinte e quatro mil, quatrocentos e noventa reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: D - 131/2015 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural.

Data de Assinatura: 24/03/2015.

Vigência: de 24/03/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Kenia Eniza Girardi Coppini - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 072/2015, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 072/2015, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Processo Licitatório nº 015/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 011/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: ANTONIO LISIAK ME, CNPJ nº 04.759.710/0001-50.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRANSPORTE TERRESTRE DE PASSAGEIROS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, SENDO: VEÍCULOS MICRO-ÔNIBUS, VAN OU KOMBI, REQUISITO MÍNIMO ANO 2000, PARA OS CLUBES DE MÃES E GRUPO DE CONVIVÊNCIA DE MULHERES REFERENCIADAS NO PAIF - PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA.

Valor: R\$ 14.656,50 (quatorze mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015, que será de no máximo 30 (trinta) dias, de acordo com a quilometragem percorrida, em razão da programação das atividades do relativo mês, e acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: D - 143/2015 - 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.32.03.00.00.00.00.00.01.0035 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social; e D - 145/2015 - 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.32.03.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social.

Data de Assinatura: 25/03/2015.

Vigência: de 25/03/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Antonio Lisiak - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 073/2015, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 073/2015, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Processo Licitatório nº 015/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 011/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: BENETTI & FERRARI TRANSPORTES LTDA ME, CNPJ nº 07.704.346/0001-10.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRANSPORTE TERRESTRE DE PASSAGEIROS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, SENDO: VEÍCULOS MICRO-ÔNIBUS, VAN OU KOMBI, REQUISITO MÍNIMO ANO 2000, PARA OS CLUBES DE MÃES E GRUPO DE CONVIVÊNCIA DE MULHERES REFERENCIADAS NO PAIF - PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA.

Valor: R\$ 6.192,50 (seis mil, cento e noventa e dois reais e cinquenta centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015, que será de no máximo 30 (trinta) dias, de acordo com a quilometragem percorrida, em razão da programação das atividades do relativo mês, e acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: D - 143/2015 - 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.32.03.00.00.00.00.01.0035 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social; D - 145/2015 - 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.32.03.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social.

Data de Assinatura: 25/03/2015.

Vigência: de 25/03/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Edson Ferrari - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 074/2015, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 074/2015, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Processo Licitatório nº 015/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 011/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: ELIZEU BRESCIANI ME, CNPJ nº 00.993.710/0001-60.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRANSPORTE TERRESTRE DE PASSAGEIROS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, SENDO: VEÍCULOS MICRO-ÔNIBUS, VAN OU KOMBI, REQUISITO MÍNIMO ANO 2000, PARA OS CLUBES DE MÃES E GRUPO DE CONVIVÊNCIA DE MULHERES REFERENCIADAS NO PAIF - PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA.

Valor: R\$ 8.662,50 (oito mil, seiscentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015, que será de no máximo 30 (trinta) dias, de acordo com a quilometragem percorrida, em razão da programação das atividades do relativo mês, e acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: a) D - 143/2015 - 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.32.03.00.00.00.00.01.0035 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social; b) D - 145/2015 - 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.32.03.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social.

0 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social.

Data de Assinatura: 25/03/2015.

Vigência: de 25/03/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Elizeu Bresciani - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 075/2015, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 075/2015, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Processo Licitatório nº 015/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 011/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: V. BERGGOZZA ME, CNPJ nº 03.549.337/0001-40.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRANSPORTE TERRESTRE DE PASSAGEIROS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, SENDO: VEÍCULOS MICRO-ÔNIBUS, VAN OU KOMBI, REQUISITO MÍNIMO ANO 2000, PARA OS CLUBES DE MÃES E GRUPO DE CONVIVÊNCIA DE MULHERES REFERENCIADAS NO PAIF - PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA.

Valor: R\$ 4.950,00 (quatro mil, novecentos e cinquenta reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015, que será de no máximo 30 (trinta) dias, de acordo com a quilometragem percorrida, em razão da programação das atividades do relativo mês, e acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: D - 143/2015 - 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.32.03.00.00.00.00.01.0035 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social; e D - 145/2015 - 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.32.03.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social.

Data de Assinatura: 25/03/2015.

Vigência: de 25/03/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Valdemar Bergozza - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 076/2015, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 076/2015, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Processo Licitatório nº 015/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 011/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: V.VIAL & CIA LTDA ME, CNPJ nº 14.744.731/0001-56.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRANSPORTE TERRESTRE DE PASSAGEIROS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, SENDO: VEÍCULOS MICRO-ÔNIBUS, VAN OU KOMBI, REQUISITO MÍNIMO ANO 2000, PARA OS CLUBES DE MÃES E GRUPO DE CONVIVÊNCIA DE MULHERES REFERENCIADAS NO PAIF - PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA.

Valor: R\$ 1.025,00 (um mil e vinte e cinco reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015, que será de no máximo 30 (trinta) dias, de acordo com a quilometragem percorrida, em razão da programação das atividades do relativo mês, e acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do

contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015.
Rubrica orçamentária: D - 143/2015 - 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.32.03.00.00.00.00.01.0035 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social; e D - 145/2015 - 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.32.03.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social.
Data de Assinatura: 25/03/2015.
Vigência: de 25/03/2015 a 31/12/2015.
Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Vanderlei Vial - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 077/2015, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 077/2015, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 255/2014.

Origem: Processo Licitatório nº 136/2014, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 009/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: PFG Poços Artesianos Ltda. ME, CNPJ nº 13.250.019/0001-38.

Objeto: Aditar o valor do Contrato nº 255/2014, de 02/12/2014, em R\$ 5.450,00 (cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais), o que corresponde a 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, eis que não foi possível encontrar a vazão de água necessária com a perfuração de 200 (duzentos) metros feita anteriormente.

Valor Aditado: R\$ 5.450,00 (cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais).

Recursos Financeiros: Os recursos financeiros serão por conta do Município, exercício financeiro de 2015.

Rubrica Orçamentária: 10.01.17.511.4507.1.080.4.4.90.00.00.00.00 (125/2015).

Data de Assinatura: 26/03/2015.

Vigência: de 26/03/2015 a 06/07/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Marcio Parisotto - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 078/2015, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 078/2015, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Decreto Municipal nº 5.049, de 24 de março de 2015.

Locador: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Locatária: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS NOROESTE - SICOOB NOROESTE/SC, CNPJ nº 81.292.278/0001-81.

Objeto: LOCAÇÃO DO TEATRO PROFESSOR ARNO IGNÁCIO ETGES, DA ARENA DE EVENTOS ALBANO LUIZ MENEGATTI, situado na rua Via Parque, s/n, bairro Cruzeiro, em de São Lourenço do Oeste/SC, para a realização de evento a ser promovido no dia 23 de abril de 2015, das 17:00 às 22:00 horas, pelo Locatário.

Valor: R\$ 872,26 (oitocentos e setenta e dois reais e vinte e seis centavos), correspondente a 9,35 (nove vírgula trinta e cinco) UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal.

Pagamento: Em parcela única, por meio de DAM - Documento de Arrecadação Municipal, com vencimento em 22 de abril de 2015.

Data de Assinatura: 26/03/2015.

Vigência: Durante o dia 23 de abril de 2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Locador e Gilmar Aristeu Bazzo e Artêmio José Flach - pela Locatária.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 079/2015, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 079/2015, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 068/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 012/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 010/2013.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: MARIZETE RODRIGUES MACHADO HIPPLER ME, CNPJ nº 06.066.493/0001-49.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 068/2015, de 23/03/2015, até a data de 31/12/2015, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados para este exercício; aditar o item 4, do lote 1, em 02 (dois) profissionais, a fim de preencher vagas na Administração Municipal, a partir de 31/03/2015; ajustar a distribuição dos profissionais, visando a melhor distribuição dentro das Secretarias Municipais; e conceder o reequilíbrio econômico financeiro ao valor dos itens 1 e 2, do lote 1, conforme a Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria 2015/2015.

Valor: O Contratante pagará à Contratada, aos itens 1, 2, 3 e 4, do lote 1, o valor mensal de R\$ 213.753,44 (duzentos e treze mil e setecentos e cinquenta e três reais e quarenta e quatro centavos), perfazendo o valor de R\$ 1.923.780,96 (um milhão e novecentos e vinte e três mil e setecentos e oitenta reais e noventa e seis centavos), no período de 31 de março a 31 de dezembro de 2015. Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2015.

Rubrica orçamentária: a) 08.01.12.361.4505.2.012.3.3.90.00.00.00.00 (50/2015); b) 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00 (55/2015); c) 08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00 (83/2015); d) 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.00.00.00.00 (145/2015); e) 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00 (16/2015); f) 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (131/2015); g) 09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (106/2015); e h) 08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00 (83/2015).

Data de Assinatura: 30/03/2015.

Vigência: de 31/03/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Marizete Rodrigues Machado Hippler - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 080/2015, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 080/2015, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 260/2011.

Origem: Processo Licitatório nº 140/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 91/2011.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: IVANDRO TOCHETTO ME, CNPJ nº 02.512.731/0001-41.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 260/2011, de 30/11/2012, (originário do Processo Licitatório nº 140/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 91/2011, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SUPORTE TÉCNICO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA A INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE), até a data de 31/12/2015, em razão da necessidade de continuidade de prestação dos serviços para este exercício.

Valor: o Contratante pagará à Contratada, o valor mensal de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), totalizando o valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) até 31 de dezembro de 2015.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2015.

Rubrica orçamentária: 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00 (16/2015).

Data de Assinatura: 31/03/2015.

Vigência: 31/03/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ivandro Tochetto - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 081/2015, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 081/2015, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 399/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 171/2012, Modalidade Pregão Presencial nº 108/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: IVANDRO TOCHETTO ME, CNPJ nº 02.512.731/0001-41.

Objeto: Prorrogar de vigência do Contrato nº 399/2012, de 26/11/2012, (originário do Processo Licitatório nº 171/2012, Modalidade Pregão Presencial nº 108/2012, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE LINK DEDICADO E REDUNDANTE DE INTERNET COM WEBFILTER, PARA FILTRAGEM DE ACESSOS E CONTEÚDOS DE NAVEGAÇÃO, POR MEGABYTE), até a data de 30/06/2015, em razão da necessidade de continuidade de prestação dos serviços para este exercício.

Valor: o Contratante pagará à Contratada, o valor mensal de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), totalizando o valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) até 30 de junho de 2015.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2015.

Rubrica orçamentária: 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00 (16/2015).

Data de Assinatura: 31/03/2015.

Vigência: de 31/03/2015 a 30/06/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ivandro Tochetto - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 082/2015, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 082/2015, DE 06 DE ABRIL DE 2015. Origem: Processo Licitatório nº 039/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 027/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Adriana Silveira Monitoramento ME, CNPJ nº 15.675.875/0001-60.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE ALARMES E VIGILÂNCIA COM PATRULHA TÁTICA MÓVEL PARA ATENDIMENTO E VERIFICAÇÕES DE OCORRÊNCIAS RELATADAS PELO SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO, 24 HORAS, NAS ESCOLAS BÁSICAS MUNICIPAIS.

Valor: de R\$ 6.255,00 (seis mil, duzentos e cinquenta e cinco reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do

contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: a) D - 54/2015 - 8.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção das atividades do Ensino Fundamental. b) D - 55/2015 - 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0019 - Manutenção das atividades do Ensino Fundamental. c) D - 83/2015 - 08.01.12.365.45.05.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0019 - Manutenção das atividades do Ensino Infantil.

Data de Assinatura: 06/04/2015.

Vigência: de 06/04/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Adriana Silveira - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 083/2015, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 083/2015, DE 06 DE ABRIL DE 2015. Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 023/2014.

Origem: Processo Licitatório nº 020/2014, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 003/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri, CNPJ nº 83.052.191/0031-88.

Objeto: Reajustar o valor do Contrato nº 023/2014, de 11/02/2014, (originário do Processo Licitatório nº 020/2014, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 003/2014, cujo objeto consiste na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO-FINANCEIRO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PELA EPAGRI S.A, PARA O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE), para que seja acrescido o percentual de 7,70% (sete vírgula setenta por cento), sobre o valor do contrato, a título de reajuste, com efeitos a partir de 1º de abril de 2015, conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado nos últimos 12 (doze) meses de vigência contratual.

Valor: O valor mensal de R\$ 3.150,00 (três mil, cento e cinquenta reais) passa a ser de R\$ 3.392,55 (três mil, trezentos e noventa e dois reais e cinquenta e cinco centavos), com a incidência de 7,70% (sete vírgula setenta por cento), oriundo do reajuste do Contrato originário nº 023/2014, de 11/02/2014, com efeitos a partir de 1º de abril de 2015.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2015.

Rubrica orçamentária: 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00 (131/2015).

Data de Assinatura: 06/04/2015.

Vigência: de 06/04/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Adir Natalino Bertuzzi - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 084/2015, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 084/2015, DE 06 DE ABRIL DE 2015. Origem: Processo Licitatório nº 048/2015, Modalidade Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviço nº 003/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: V. BERGGOZZA ME, CNPJ nº 03.549.337/0001-40.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, EM CARÁTER DE EMERGÊNCIA.

Valor: R\$ 1.596,00 (um mil, quinhentos e noventa e seis reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro

de 2015, de acordo com a quilometragem percorrida, em razão dos dias letivos do mês, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da presente contratação serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: D - 61/2015 - 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00.0108 - Manutenção do Transporte Escolar.

Data de Assinatura: 06/04/2015.

Vigência: de 06/04/2015 a 06/05/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Valdemar Bergozza - pela Contratada.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 051, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 051, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Cessionário: Município de São Lourenço do oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Cedente: Adriano Roberto Camillo, CPF nº 656.857.179-20.

Objeto: Ceder o uso gratuito ao Cessionário, do seguinte bem imóvel, de propriedade do Cedente: LOTE URBANO NÚMERO DOZE (12), DA QUADRA Nº 30, SÉRIE "B", COM A ÁREA SUPERFICIAL DE OITOCENTOS E OITENTA E CINCO VIRGULA QUARENTA METROS QUADRADOS (885,40 M²), SEM BENFEITORIAS, SITUADO NO LOTEAMENTO MENEGATTI II, NESTA CIDADE, CONFRONTANDO: NORTE COM A AVENIDA BRASIL, NA EXTENSÃO DE 23,57 MTS, AO SUL COM O LOTE URBANO Nº 02, NA EXTENSÃO 23,95 MTS; AO LESTE COM A RUA LAURO MULLER, NA EXTENSÃO DE 37,27 MTS, E AO OESTE COM O LOTE URBANO Nº 11, NA EXTENSÃO DE 37,26 MTS, conforme matrícula nº 13.692, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste/SC, constante do Anexo Único do termo.

Data da assinatura: 25/03/2015.

Vigência: de 25/03/2015 a 30/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Cessionário e Adriano Roberto Camillo - pelo Cedente.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 052, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 052, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Cessionário: Município de São Lourenço do oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Cedente: Alexandra Sutilli Somensi, CPF nº 014.4558.529-81.

Objeto: Ceder o uso gratuito ao Cessionário, do seguinte bem imóvel, de propriedade do Cedente: LOTE URBANO NÚMERO 10 (DEZ), DA QUADRA Nº 30, SÉRIE "B", COM ÁREA SUPERFICIAL DE OITOCENTOS E NOVENTA E DOIS VIRGULA DEZOITO METROS QUADRADOS (892,18 M²), SEM BENFEITORIAS, SITUADO NO LOTEAMENTO MENEGATTI II, NESTA CIDADE, CONFRONTANDO: NORTE COM A AVENIDA BRASIL, NA EXTENSÃO DE 23,95 MTS; AO SUL COM O LOTE URBANO Nº 04, NA EXTENSÃO DE 23,95 MTS; AO LESTE COM O LOTE URBANO Nº 11, NA EXTENSÃO DE 37,25 MTS; E AO OESTE COM O LOTE URBANO Nº 09, NA EXTENSÃO DE 37,25 MTS, conforme matrícula nº 13.690, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste/SC, constante do Anexo Único do termo.

Data da assinatura: 25/03/2015.

Vigência: de 25/03/2015 a 30/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Cessionário e Alexandra Sutilli Somensi - pelo Cedente.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 053, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 053, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Cessionário: Município de São Lourenço do oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Cedente: Ângelo Fantin, CPF nº 003.118.479-00.

Objeto: Ceder o uso gratuito ao Cessionário, do seguinte bem imóvel, de propriedade do Cedente: LOTE URBANO NÚMERO NOVE (09), DA QUADRA Nº 30, SÉRIE "B", COM ÁREA SUPERFICIAL DE OITOCENTOS E NOVENTA E DOIS METROS QUADRADOS (892 M²), SEM BENFEITORIAS, SITUADO NO LOTEAMENTO MENEGATTI II, NESTA CIDADE, CONFRONTANDO: NORTE COM A AVENIDA BRASIL, NA EXTENSÃO DE 23,95 MTS; AO SUL COM O LOTE URBANO Nº 05, NA EXTENSÃO DE 23,95 MTS; AO LESTE COM O LOTE URBANO Nº 10, NA EXTENSÃO DE 37,25 MTS, E AO OESTE COM O LOTE URBANO Nº 08, NA EXTENSÃO DE 37,24 MTS, conforme matrícula nº 13.689, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste/SC, constante do Anexo Único do termo.

Data da assinatura: 25/03/2015.

Vigência: de 25/03/2015 a 30/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Cessionário e Ângelo Fantin - pelo Cedente.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 054, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 054, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Cessionário: Município de São Lourenço do oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Cedente: Claudinei Teske, CPF nº 477.100.809-44.

Objeto: Ceder o uso gratuito ao Cessionário, dos seguintes bens imóveis, de propriedade do Cedente: a) LOTE URBANO NÚMERO 06 (SEIS), DA QUADRA Nº 30, SÉRIE "B", COM ÁREA SUPERFICIAL DE OITOCENTOS E NOVENTA E DOIS VIRGULA SESENTA E DOIS METROS QUADRADOS (892,62 M²), SEM BENFEITORIAS, SITUADO NO LOTEAMENTO MENEGATTI II, NESTA CIDADE, CONFRONTANDO: NORTE COM O LOTE URBANO Nº 08, NA EXTENSÃO DE 23,95 MTS; AO SUL COM A TRAVESSA INOCENTE PAGANI, NA EXTENSÃO DE 23,95 MTS; AO LESTE COM O LOTE URBANO Nº 05, NA EXTENSÃO DE 37,27 MTS; E AO OESTE COM PARTE DO LOTE URBANO Nº 07, NA EXTENSÃO DE 37,27 MTS; e b) LOTE URBANO NÚMERO SETE (07), DA QUADRA Nº 30, SÉRIE "B", COM ÁREA SUPERFICIAL DE DOIS MIL CENTO E QUARENTA E DOIS VIRGULA NOVENTA E TRÊS METRO QUADRADOS (2.142,93M²), SEM BENFEITORIAS, SITUADO NO LOTEAMENTO MENEGATTI II, NESTA CIDADE, CONFRONTANDO: NORTE COM A AVENIDA BRASIL, NA EXTENSÃO LINEAR DE 49,69 MTS; AO SUL COM A TRAVESSA INOCENTE PAGANI, 05, NA EXTENSÃO LINEAR DE 5,00 MTS, E EM ARCO COM 3,68 MTS, NUM TOTAL DE 8,68 MTS; AO LESTE COM O LOTE URBANO Nº 06, NA EXTENSÃO DE 37,27 MTS, E COM O LOTE URBANO Nº 08, NA EXTENSÃO DE 37,23, NUM TOTAL DE 74,50 MTS, E AO OESTE COM A RUA PROJETADA "E", NA EXTENSÃO EM CURVA DE 78,91 MTS, E EM ARCO NA EXTENSÃO DE 12,30 MTS, NUM TOTAL DE 91,21 MTS, conforme matrículas de nºs 13.686 e 13.687, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste/SC, constante do Anexo Único do termo.

Data da assinatura: 25/03/2015.

Vigência: de 25/03/2015 a 30/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Cessionário e Claudinei Teske - pelo Cedente.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 055, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 055, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Cessionário: Município de São Lourenço do oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Cedente: Gilse Tarso Serafini, CPF nº 038.665.369-09.

Objeto: Ceder o uso gratuito ao Cessionário, do seguinte bem imóvel, de propriedade do Cedente: LOTE URBANO NÚMERO NOVE (09), DA QUADRA Nº 31, SÉRIE "C", COM ÁREA SUPERFICIAL DE QUINHENTOS E DEZESSEIS ZERO SEIS METROS QUADRADOS (516,06 M²), SEM BENFEITORIAS, SITUADO NO LOTEAMENTO MENEGATTI II, NESTA CIDADE, CONFRONTANDO: NORTE COM A TRAVESSA BENO ERBES, NA EXTENSÃO DE 13,77 MTS; AO SUL COM A ÁREA REMANESCENTE, NA EXTENSÃO DE 13,77 MTS; AO LESTE COM O LOTE URBANO Nº 10, NA EXTENSÃO DE 37,8 MTS; E AO OESTE COM O LOTE URBANO Nº 08, NA EXTENSÃO DE 37,48 MTS, conforme matrícula nº 13.753, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste/SC, constante do Anexo Único do termo.

Data da assinatura: 25/03/2015.

Vigência: de 25/03/2015 a 30/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Cessionário e Gilse Tarso Serafini - pelo Cedente.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 056, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 056, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Cessionário: Município de São Lourenço do oeste, CNPJ nº 304.570.509-00.

Cedente: Ivanir Giacomini, CPF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Ceder o uso gratuito ao Cessionário, do seguinte bem imóvel, de propriedade do Cedente: LOTE URBANO NÚMERO CINCO (05), DA QUADRA Nº 30, SÉRIE "B", COM ÁREA SUPERFICIAL DE OITOCENTOS E NOVENTA E DOIS VIRGULA SESENTA E DOIS METROS QUADRADOS (892,62M²), SEM BENFEITORIAS, SITUADO NO LOTEAMENTO MENEGATTI II, NESTA CIDADE, CONFRONTANDO: NORTE COM O LOTE URBANO Nº 09, NA EXTENSÃO DE 23,95 MTS; AO SUL COM A TRAVESSA INOCENTE PAGANI, NA EXTENSÃO DE 23,95 MTS; AO LESTE COM O LOTE URBANO Nº 04, NA EXTENSÃO DE 37,27 MTS, E AO OESTE COM O LOTE URBANO Nº 06, NA EXTENSÃO DE 37,27 MTS, conforme matrícula nº 13.685, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste/SC, constante do Anexo Único do termo.

Data da assinatura: 25/03/2015.

Vigência: de 25/03/2015 a 30/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Cessionário e Ivanir Giacomini - pelo Cedente.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 057, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 057, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Cessionário: Município de São Lourenço do oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Cedente: Lauro Sperotto, CPF nº 753.966.889-04.

Objeto: Ceder o uso gratuito ao Cessionário, do seguinte bem imóvel, de propriedade do Cedente: LOTE URBANO NÚMERO NOVE (09), DA QUADRA Nº 30, SÉRIE "C", COM ÁREA SUPERFICIAL DE TREZENTOS E OITENTA E UM VIRGULA OITENTA METROS

QUADRADOS (381,80M²), SEM BENFEITORIAS, SITUADO NO LOTEAMENTO MENEGATTI II, NESTA CIDADE, CONFRONTANDO: NORTE COM O LOTE URBANO Nº 08, NA EXTENSÃO DE 30,58 MTS; AO SUL COM O LOTE URBANO Nº 10, NA EXTENSÃO DE 30,60 MTS; LESTE COM A RUA LAURO MULLER, NA EXTENSÃO DE 12,48 MTS, E OESTE COM O LOTE URBANO Nº 04, NA EXTENSÃO DE 37,27 MTS, conforme matrícula nº 13.683, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste/SC, constante do Anexo Único do termo.

Data da assinatura: 25/03/2015.

Vigência: de 25/03/2015 a 30/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Cessionário e Lauro Sperotto - pelo Cedente.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 058, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 058, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Cessionário: Município de São Lourenço do oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Cedente: Luiz Paulo Mafioletti, CPF nº 563.227.399-72.

Objeto: Ceder o uso gratuito ao Cessionário, do seguinte bem imóvel, de propriedade do Cedente: LOTE URBANO NÚMERO DEZ (10), DA QUADRA Nº 31, SÉRIE "C", COM A ÁREA SUPERFICIAL DE QUINHENTOS E DEZESSEIS ZERO SEIS METRO QUADRADOS (516,06M²), SEM BENFEITORIAS, SITUADO NO LOTEAMENTO MENEGATTI II, NESTA CIDADE, CONFRONTANDO: NORTE COM A TRAVESSA BENO ERBES, NA EXTENSÃO DE 13,77 MTS; AO SUL COM PARTE DA ÁREA REMANESCENTE, NA EXTENSÃO DE 13,77 MTS; AO LESTE COM O LOTE URBANO Nº 11, NA EXTENSÃO DE 18,63 MTS, E COM O LOTE URBANO Nº 12 NA EXTENSÃO DE 18,85 MTS, TOTALIZANDO 37,48 MTS, E AO OESTE COM O LOTE URBANO Nº 09, NA EXTENSÃO DE 37,48 MTS, conforme matrícula nº 13.754, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste/SC, constante do Anexo Único do termo.

Data da assinatura: 25/03/2015.

Vigência: de 25/03/2015 a 30/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Cessionário e Luiz Paulo Mafioletti - pelo Cedente.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 059, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 059, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Cessionário: Município de São Lourenço do oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Cedente: Nilda de Andrade Raulino, CPF nº 547.607.639-53.

Objeto: Ceder o uso gratuito ao Cessionário, do seguinte bem imóvel, de propriedade do Cedente: LOTE URBANO NÚMERO SEIS (06), DA QUADRA Nº 31, SÉRIE "C", COM A ÁREA SUPERFICIAL DE QUINHENTOS E DEZESSEIS ZERO SETE METRO QUADRADOS (516,07M²), SEM BENFEITORIAS, SITUADO NO LOTEAMENTO MENEGATTI II, NESTA CIDADE, CONFRONTANDO: NORTE COM A TRAVESSA BENO ERBES, NA EXTENSÃO DE 13,77 MTS; AO SUL COM PARTE DA ÁREA REMANESCENTE, NA EXTENSÃO DE 13,77 MTS; AO LESTE COM O LOTE URBANO Nº 07, NA EXTENSÃO DE 37,48 MTS, E AO OESTE COM O LOTE URBANO Nº 05, NA EXTENSÃO DE 37,48 MTS, conforme matrícula nº 13.750, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste/SC, constante do Anexo Único do termo.

Data da assinatura: 25/03/2015.

Vigência: de 25/03/2015 a 30/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo

Cessionário e Nilda de Andrade Raulino - pelo Cedente.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 060, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 060, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Cessionário: Município de São Lourenço do oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Cedente: Odair José Nunes Gonçalves, CPF nº 915.131.629-34.

Objeto: Ceder o uso gratuito ao Cessionário, do seguinte bem imóvel, de propriedade do Cedente: LOTE URBANO NÚMERO DOIS (02), DA QUADRA Nº 30, SÉRIE "B", COM ÁREA SUPERFICIAL DE OITOCENTOS E NOVENTA E NOVE VIRGULA SETENTA E SEIS METROS QUADRADOS (899,76M²), SEM BENFEITORIAS, SITUADO NO LOTEAMENTO MENEGATTI II, NESTA CIDADE, CONFRONTANDO: NORTE COM O LOTE URBANO Nº 12, NA EXTENSÃO DE 23,95 MTS; AO SUL COM A TRAVESSA INOCENTE PAGANI, NA EXTENSÃO DE 24,33 MTS; AO LESTE COM A RUA LAURO MULLER, NA EXTENSÃO DE 37,27 MTS, E AO OESTE COM O LOTE URBANO Nº 03, NA EXTENSÃO DE 37,27 MTS, conforme matrícula nº 13.682, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste/SC, constante do Anexo Único do termo.

Data da assinatura: 25/03/2015.

Vigência: de 25/03/2015 a 30/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Cessionário e Odair José Nunes Gonçalves - pelo Cedente.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 061, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 061, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Cessionário: Município de São Lourenço do oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Cedente: Pedro Suzin, CPF nº 532.738.269-91.

Objeto: Ceder o uso gratuito ao Cessionário, do seguinte bem imóvel, de propriedade do Cedente: LOTE URBANO NÚMERO DOZE (12), DA QUADRA Nº 31, SÉRIE "C", COM ÁREA SUPERFICIAL DE QUINHENTOS E SESSENTA E QUARTO VIRGULA ZERO DOIS METROS QUADRADOS (564,02M²), SEM BENFEITORIAS, SITUADO NO LOTEAMENTO MENEGATTI II, NESTA CIDADE, CONFRONTANDO: NORTE COM A TRAVESSA BENO ERBES, NA EXTENSÃO DE 30,00 MTS; AO SUL COM AO LOTE Nº 11, NA EXTENSÃO DE 30,10 MTS; AO LESTE COM A RUA ALBANO MENEGATTI FILHO NA EXTENSÃO DE 18,68 MTS, E AO OESTE COM O LOTE URBANO Nº 10, NA EXTENSÃO DE 18,85 MTS, conforme matrícula nº 13.756, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste/SC, constante do Anexo Único do termo.

Data da assinatura: 25/03/2015.

Vigência: de 25/03/2015 a 30/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Cessionário e Pedro Suzin - pelo Cedente.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 062, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 062, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Cessionário: Município de São Lourenço do oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Cedente: Valmir Luiz Maboni, CPF nº 400.477.339-34.

Objeto: Ceder o uso gratuito ao Cessionário, do seguinte bem imóvel, de propriedade do Cedente: LOTE URBANO NÚMERO OITO (08), DA QUADRA Nº 31, SÉRIE "C", COM ÁREA SUPERFICIAL DE QUINHENTOS E DEZESSEIS ZERO SEIS METROS QUADRADOS (516,06 M²), SEM BENFEITORIAS, SITUADO NO LOTEAMENTO MENEGATTI II, NESTA CIDADE, CONFRONTANDO: NORTE COM A TRAVESSA BENO ERBES, NA EXTENSÃO DE 13,77 MTS; AO SUL COM PARTE DA ÁREA REMANESCENTE, NA EXTENSÃO DE 37,48 MTS; AO LESTE COM O LOTE URBANO Nº 09, NA EXTENSÃO DE 37,48 MTS; E AO OESTE COM O LOTE URBANO Nº 07, NA EXTENSÃO DE 37,48 MTS, conforme matrícula nº 13.752, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste/SC, constante do Anexo Único deste termo, conforme matrícula nº 13.752, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste/SC, constante do Anexo Único do termo.

Data da assinatura: 25/03/2015.

Vigência: de 25/03/2015 a 30/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Cessionário e Valmir Luiz Maboni - pelo Cedente.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 063, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 063, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Cessionário: Município de São Lourenço do oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Cedente: Circulo Veneto de São Lourenço, CNPJ nº 03.182.762/0001-44.

Objeto: Ceder o uso gratuito ao Cessionário, do seguinte bem imóvel, de propriedade do Cedente: LOTE URBANO NÚMERO OITO (08), DA QUADRA Nº 30, SÉRIE "B", COM ÁREA SUPERFICIAL DE OITOCENTOS E NOVENTA E UM VIRGULA OITENTA E TRÊS METROS QUADRADOS (891,83 M²), SEM BENFEITORIAS, SITUADO NO LOTEAMENTO MENEGATTI II, NESTA CIDADE, CONFRONTANDO: NORTE COM A AVENIDA BRASIL, NA EXTENSÃO DE 23,95 MTS; AO SUL COM O LOTE URBANO Nº 06, NA EXTENSÃO DE 23,95 MTS; AO LESTE COM O LOTE URBANO Nº 09, NA EXTENSÃO DE 37,24 MTS, E AO OESTE COM O LOTE URBANO Nº 07, NA EXTENSÃO DE 37,23 MTS, conforme matrícula nº 13.688, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste/SC, constante do Anexo Único do termo.

Data da assinatura: 25/03/2015.

Vigência: de 25/03/2015 a 30/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Cessionário e Ademir Mariani - pelo Cedente.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 064, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 064, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Cessionário: Município de São Lourenço do oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Cedente: Marcio José Gonçalves Maciel, CPF nº 028.872.139-03.

Objeto: Ceder o uso gratuito ao Cessionário, do seguinte bem imóvel, de propriedade do Cedente: LOTE URBANO NÚMERO ONZE (11), DA QUADRA Nº 30, SÉRIE "B", COM A ÁREA SUPERFICIAL DE OITOCENTOS E NOVENTA E DOIS VIRGULA TRINTA E SEIS METROS QUADRADOS (892,36 M²), SEM BENFEITORIAS, SITUADO NO LOTEAMENTO MENEGATTI II, NESTA CIDADE, CONFRONTANDO: NORTE COM A AVENIDA BRASIL, NA EXTENSÃO DE 23,95 MTS, AO SUL COM O LOTE URBANO Nº 03, NA EXTENSÃO DE 23,95 MTS; AO LESTE COM O LOTE URBANO Nº 12, NA EXTENSÃO DE 37,26 MTS, E AO OESTE COM O LOTE URBANO Nº 10,

NA EXTENSÃO DE 37,25 MTS, conforme matrícula nº 13.691, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste/SC, constante do Anexo Único do termo.

Data da assinatura: 26/03/2015.

Vigência: de 26/03/2015 a 30/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Cessionário e Marcio José Gonçalves Maciel - pelo Cedente.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 065, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 065, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Cessionário: Município de São Lourenço do oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Cedente: IMÓVEIS E LOTEAMENTOS MENEGATTI LTDA, CNPJ nº 09.327.691/0001-07.

Objeto: Ceder o uso gratuito ao Cessionário, dos seguintes bens imóveis de propriedade do Cedente: a) LOTE URBANO NÚMERO QUATRO (04), DA QUADRA Nº 30, SÉRIE "B", COM ÁREA SUPERFICIAL DE OITOCENTOS E NOVENTA E DOIS VÍRGULA SESENTA E DOIS METROS QUADRADOS (892,62 M²), SEM BENFEITÓRIAS, SITUADO NO LOTEAMENTO MENEGATTI II, NESTA CIDADE, CONFRONTANDO: NORTE COM O LOTE URBANO Nº 10, NA EXTENSÃO DE 23,95 MTS; AO SUL COM A TRAVESSA INOCENTE PAGANI, NA EXTENSÃO DE 23,95 MTS; AO LESTE COM O LOTE URBANO Nº 03, NA EXTENSÃO DE 37,27 MTS; E AO OESTE COM O LOTE URBANO Nº 05, NA EXTENSÃO DE 37,27 MTS; e b) ÁREA DE TERRA URBANA DENOMINADA ÁREA REMANESCENTE, DA QUADRA Nº 33, SÉRIE "B", COM ÁREA SUPERFICIAL DE DOIS MIL, OITOCENTOS E OITENTA E UM VÍRGULA NOVENTA E DOIS METROS QUADRADOS (2.881,92 M²), SEM BENFEITÓRIAS, SITUADO NO LOTEAMENTO MENEGATTI II, NESTA CIDADE, CONFRONTANDO: AO NORTE COM O LOTE URBANO Nº 05, NA EXTENSÃO DE 13,77 MTS; COMO LOTE URBANO Nº 06, NA EXTENSÃO DE 13,77 MTS; COM O LOTE URBANO Nº 07, NA EXTENSÃO DE 13,77 MTS; COM O LOTE URBANO Nº 08, NA EXTENSÃO DE 13,77 MTS; COM O LOTE URBANO Nº 09, NA EXTENSÃO DE 13,77 MTS E COM O LOTE URBANO Nº 11, NA EXTENSÃO DE 30,21 MTS; AO SUL COM TERRAS DE NEDI ZUCCHI, NA EXTENSÃO DE 41,30 MTS; AO LESTE COM TERRAS DE NEDI ZUCCHI E LOURIVAL BENINCA, NA EXTENSÃO DE 41,30 MTS; E AO OESTE COM O LOTE URBANO Nº 01, NA EXTENSÃO DE 18,74 MTS E COM O LOTE URBANO Nº 02, NA EXTENSÃO DE 18,76 MTS, conforme matrículas de nºs 13.684 e 13.804, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste/SC, constante do Anexo Único do termo.

Data da assinatura: 27/03/2015.

Vigência: de 27/03/2015 a 30/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Cessionário e Ivo Zilli - pelo Cedente.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 066, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 066, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Cessionário: Município de São Lourenço do oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Cedente: Rafael Giacomini, CPF nº 061.038.589-50 e Cassia Regina Bombassaro Giacomini, CFF nº 062.728.59-59.

Objeto: Ceder o uso gratuito ao Cessionário, dos seguintes bens imóveis de propriedade do Cedente: LOTE URBANO NÚMERO SETE (07), DA QUADRA Nº 31, SÉRIE "C" COM ÁREA SUPERFICIAL DE QUINHENTOS E DEZESSEIS METROS QUADRADOS (516,07 M²), SEM BENFEITÓRIAS, SITUADO NO LOTEAMENTO MENEGATTI II, NESTA CIDADE, CONFRONTANDO: AO NORTE COM A TRAVESSA BENO ERBES, NA EXTENSÃO DE 13,77 MTS; AO SUL COM PARTE DA ÁREA REMANESCENTE, NA EXTENSÃO DE 13,77 MTS; AO LESTE COM PARTE DO LOTE URBANO Nº 08, NA EXTENSÃO DE 37,48 MTS; E AO OESTE COM O LOTE URBANO Nº 06, NA EXTENSÃO DE 37,48/ MTS, conforme matrícula de nº 13.751, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste/SC, constante do Anexo Único do termo.

Data da assinatura: 30/03/2015.

Vigência: de 30/03/2015 a 30/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Cessionário e Rafael Giacomini e Cassia Regina Bombassaro Giacomini - pelo Cedente.

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

PRIMEIRA ERRATA DO PROCESSO 23/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA.
PROCESSO LICITATORIO Nº. 23/2015.
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL.
1º ERRATA

O Município de São Miguel da Boa Vista/SC torna publico a Errata do Edital de Licitação 23/2015 na modalidade de Pregão Presencial cujo objeto é aquisição 01 (UM) ROLO COMPACTADOR DE SOLO VIBRATÓRIO.

A alteração do Edital será no item 4.6 - A indicação de empresa(s) especializada(s) e autorizada(s) pelo fabricante a prestar Assistência Técnica e ter representação de peças da marca ofertada (loja/seção de peças), as quais deverão estar localizadas, comprovadamente, no máximo, à 120Km da sede do Município de São Miguel da Boa Vista/SC, - a participante que não atender estes itens, será, automaticamente, desclassificada. Conforme edital anterior extingue-se o referida item 4.6. Altera-se também o item 1.1 conforme edital anterior extinguindo a exigência da descrição Quente e Fria do objeto.

As demais cláusulas do edital e seus anexos ficarão inalterados, e encontram-se junto de informações no site do Município, bem como no setor de Licitações, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:00 as 13:00.

Em virtude das mudanças a data de abertura e recebimento dos envelopes dar-se-ão em:

Entrega dos envelopes: 20/04/2015 as 08h30min.

Abertura dos envelopes: 20/04/2015 as 09h00min.

São Miguel da Boa Vista (SC), 06 de abril de 2015.

GILNEI ANTONIO GUTH - Prefeito Municipal.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.290/2015 - DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 20, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.290/2015

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 20, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e,

CONSIDERANDO, que a Licitação nº 39/2015, modalidade Pregão Presencial nº 20 de 17/03/2015, da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste - SC, que tem como objeto a contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais destinados para construção e manutenção do Rolo Compactador Dynapac CA250II ano 2010, nº 215e para a caçamba Ford Cargo 2428E ano 2010, nº 200, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do Edital.

CONSIDERANDO, que não houve participantes no processo licitatório nº 39/2015, Pregão Presencial nº 20 de 17/03/2015;

CONSIDERANDO, que a administração pública tem o poder/dever de rever seus atos a qualquer momento.

RESOLVE:

Art. 1º. REVOGAR o Processo Licitatório nº 39/2015, modalidade Pregão Presencial nº 20 de 17/03/2015, da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste - SC, com fundamento no art. 49, da Lei n. 8.666/93.

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 01 de abril de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário de Administração

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.291/2015 - FICA APROVADO O DESDOBRAMENTO, DO LOTE URBANO Nº 45-B, COM ÁREA DE 839,00M2, LOCALIZADOS NA RUA WILLY BARTH ESQUINA COM A RUA ERMELINDA WUNSCH, BAIRRO PROGRESSO, PERÍMETRO URBANO, NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, DE PROPRIEDADE ANILDO ARENT ,INSCRITO NA MATRICULA Nº

DECRETO Nº 8.291/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Desdobramento, do lote urbano nº 45-B, com área de 839,00m2, localizados na Rua Willy Barth esquina com a Rua Ermelinda Wunsch, Bairro Progresso, perímetro urbano, no município de São Miguel do Oeste - SC, de propriedade Anildo Arent ,Inscrito na matrícula nº 11.246, passam a ter as seguintes confrontações:

Desdobramento:

Parte do lote urbano nº 45-B, com área de 374,06m2, confrontando: ao Norte, com parte do lote rural nº 45, por linha seca medindo 18,20metros; ao Leste, com parte do lote rural nº 45, por linha seca medindo 19,50metros; ao Sul, com a Rua Ermelinda Wunsch, medindo 18,39metros; ao Oeste, com parte do mesmo lote urbano nº 45-B e com o lote urbano nº 45-A, por linha seca medindo 21,57metros.

Remanescente:

Parte do lote urbano nº 45-B, com área de 464,94m2, confrontando: ao Norte, com o lote rural nº 45-A, por linha seca medindo 50,00metros; ao Leste, com parte do mesmo lote urbano nº 45-B, por linha seca medindo 5,57metros; ao Sul, com a Rua Ermelinda Wunsch, medindo 49,61metros; ao Oeste, com a Rua Willy Barth, medindo 12,00metros.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC.

Em, 02 de abril de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário de Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

LEI COMPLEMENTAR Nº 025/2015- DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DOS ARTIGOS 74 E 88 DA LC 009/2012 - ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA; CRIA OS ARTIGOS 47-A E 47-B E ALTERA O ARTIGO 5º E OS ANEXOS V, XII E XVII DA LEI COMPLEMENTAR 019/2013 – PLA

LEI COMPLEMENTAR Nº 025/2015

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DOS ARTIGOS 74 E 88 DA LC 009/2012 - ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA; CRIA OS ARTIGOS 47-A E 47-B E ALTERA O ARTIGO 5º E OS ANEXOS V, XII E XVII DA LEI COMPLEMENTAR 019/2013 - PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Vetado

Art. 2º. Vetado

Art. 3º. Vetado

Art. 4º Altera-se o Artigo 5º da Lei Complementar nº 019/2013, transformando o cargo de Técnico em Contabilidade para o cargo de Contador do Legislativo de nível superior com redução de 40 horas para 20 horas semanais em sua carga horária. Logo, o artigo 5º da LC nº 019/2013 passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º O Quadro de Pessoal da Câmara de Vereadores do Município de São Miguel do Oeste (SC), compõe-se de Cargos Permanentes, com carga horária definida, quantitativos e níveis de vencimentos distribuídos por grupos ocupacionais mensurados nos anexos desta lei complementar, os quais ficam criados por força desta lei, distribuídos nos seguintes Grupos Ocupacionais:

I - GRUPOS DE APOIO LEGISLATIVO (GAL)

GRUPO I

SERVIÇOS AUXILIARES

Cargo: Telefonista

Cargo: Motorista de carro leve

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais (Copeira)

GRUPO II

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Cargo: Oficial Legislativo de Expediente

II - GRUPOS DE NÍVEL TÉCNICO (GNT)

GRUPO I

ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO

Cargo: Técnica Legislativa

Cargo: Controlador Interno

III - GRUPO DE NÍVEL SUPERIOR (GNS)

GRUPO I

ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

Cargo: ADVOGADO DO LEGISLATIVO

GRUPO II

ATIVIDADES DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Cargo: Agente de Comunicação Social

Cargo: Agente de Informática

GRUPO III

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E CONTABILIDADE

Cargo: Agente de Recursos Humanos

Cargo: Contador do Legislativo

Parágrafo único. Cada Grupo Ocupacional, abrangendo suas atividades específicas, compreende:

I - Grupo de Apoio Legislativo:

a) Grupo I

Serviços Auxiliares:

Compreende as atividades de nível auxiliar e de apoio legislativo, de menor complexidade, para as quais são exigidas formação de no mínimo o Ensino fundamental.

b) Grupo II

Serviços Administrativos:

Compreende as atividades de nível auxiliar e de apoio legislativo, de média complexidade, para as quais são exigidas formação de no mínimo o Ensino Médio, e que tenha domínio em digitação.

II - Grupo de Nível Técnico:

a) Grupo I

Atividades Técnicas de Nível Médio: Compreende as atividades de apoio aos serviços administrativos da Câmara, assim compreendidos:

1. Técnica Legislativa: Compreende as atividades de assessoramento e consultoria técnica na área legislativa, inclusive da redação de projetos, leis, atas e de outros documentos do Pode, para as quais é exigida a formação no Ensino Médio, ou Curso de Graduação em Nível Superior em Direito ou Administração;

2. Controlador Interno: Compreende as atividades da área do Controle Interno da Câmara de Vereadores, bem como as informações para os órgãos públicos para os quais se deva prestar referidas informações em consonância com a lei, para as quais é exigida formação no Ensino Médio em Curso de Graduação em Nível Superior de Ciências Contábeis.

III - Grupo de Nível Superior:

a) Grupo I

Advogado do Legislativo:

Compreende as atividades relacionadas a todo sistema jurídico do Poder Legislativo, com destaque a Advocacia em geral, além da consultoria e assessoramento das atividades do Parlamento na área conexa, para a qual é exigido Curso Superior na área de Direito, com registro no respectivo órgão de Classe — OAB.

b) Grupo II

Atividades de Informática e Comunicação Social:

Compreende as atividades de apoio administrativo da Câmara, nas áreas de informática e comunicação social, para as quais são exigidas Curso de Graduação em Nível Superior de Informática e Jornalismo, conforme a atividade;

c) Grupo III

Gestão de Recursos Humanos e Contabilidade:

1. Agente de Recursos Humanos: Compreende as atividades de apoio administrativo da Câmara no gerenciamento da área de Recursos Humanos, para a qual é exigida Curso de Graduação em Nível Superior de Direito, Administração e Ciências Contábeis.

2. Contador do Legislativo: Compreende as atividades da área da Contabilidade em geral, sistema financeiro, patrimonial, orçamentário da Câmara de Vereadores e todas relacionadas a Tesouraria, para as quais é exigida a formação em Curso de Graduação em Nível Superior de Ciências Contábeis, com registro no respectivo órgão de Classe (CRC);

Art. 5º Alteram-se os Anexos V, XII e XVII da Lei Complementar nº 019/2013, que passarão a vigorar com as seguintes modificações:

ANEXO V - Vetado

ANEXO XII

QUADRO DE VAGAS A SEREM PREENCHIDAS EM CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA CÂMARA DE VEREADORES

CARGOS	Nº DE VAGAS	Nº DE VAGAS PREENCHIDAS	SALÁRIO INICIAL EM PISO MUNICIPAL
GNS – GRUPO III			
- Contador do Legislativo	01	*	06
TOTAL	01	*	

ANEXO XVII

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ESPECÍFICAS

GRUPO DE NÍVEL SUPERIOR - GNS - III

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS

HABILITAÇÃO: CURSO SUPERIOR EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, COM REGISTRO NO RESPECTIVO ÓRGÃO DE CLASSE (CRC)

Nome do Cargo	DESCRIÇÃO SINTÉTICA DAS ATRIBUIÇÕES
CONTADOR DO LEGISLATIVO	<p>Atividade de execução qualificada, abrangendo serviços relativos à contabilidade pública, financeira e patrimonial, compreendendo a elaboração de balanços, registros e demonstrações contábeis, e outras atividades correlatas, entre outras:</p> <ul style="list-style-type: none">- Planejar o sistema de registros e operações, atendendo as necessidades administrativas e as exigências legais para possibilitar controle contábil e orçamentário;- Supervisionar e executar os trabalhos de contabilização de documentos, analisando-os, orientando e adotando os procedimentos mais adequados ao seu processamento para assegurar a observância do Plano de Contas adotado e a fidelidade dos registros;- Supervisionar e executar os cálculos e registros patrimoniais inclusive as incorporações e alienações;- Emitir, organizar e assinar juntamente com o Presidente, balancetes, balanços e demonstrativos de contas e outras demonstrações contábeis, aplicando as normas para apresentar resultados parciais de gestão e de resultados parciais e gerais da situação patrimonial, econômica e financeira de instituição;- Cumprir, todas as determinações e encaminhamento de informações aos órgãos fiscalizadores do Legislativo, Contabilidade Central do Município, Tribunal de Contas e outros órgãos, bem como cumprir as informações das metas fiscais;- Orientar e auxiliar o sistema de Controle Interno da Câmara;- Orientar e auxiliar quando necessário o sistema de Recursos Humanos da Câmara;- Realizar todas e responsabilizar-se por todas as atividades relacionadas à Tesouraria da Câmara de Vereadores;- Realizar e ser responsável por todas as atividades pertinentes ao cargo na forma deste ato; e,- Verificar a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos;- Fiscalizar o cumprimento das medidas adotadas para retorno das despesas de pessoal e montante da dívida aos limites estabelecidos no regramento jurídico;- Acompanhar o cumprimento dos limites de gastos, inclusive de pessoal do Poder Legislativo Municipal;- Cumprir todas as metas e responsabilidades atinentes em seu cargo, inclusive as determinadas principalmente pelo Tribunal de Contas do Estado, pelo Município e de outras Entidades e Instituições que sejam necessárias

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de Março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 1º de abril de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Pedro Jose de Conto

Secretária de Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

São Pedro de Alcântara

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº01/2015

DECRETO LEGISLATIVO nº01/2015

"Concede Título de Cidadão Benemérito Alcantarense ao Ilustríssimo Senhor Romão Schmitz".

A CÂMARA DE VEREADORES FAZ SABER QUE APROVOU E PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito Alcantarense ao Ilustríssimo Senhor Romão Schmitz, pelos relevantes serviços prestados a Comunidade Alcantarense, especialmente nas Obras da Igreja Matriz de São Pedro de Alcântara.

Art.2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 30 de março de 2015.

Roberto Enning 1º Secretário	Marcos Rodrigo Reitz Presidente da Câmara de Vereadores	Moacir José Schell 2.º Secretario
---------------------------------	--	--------------------------------------

DECRETO LEGISLATIVO Nº02/2015

DECRETO LEGISLATIVO nº02/2015

"Concede Título de Cidadão Honorário Alcantarense ao Ilustríssimo Senhor Augusto Coura Neto".

A CÂMARA DE VEREADORES FAZ SABER QUE APROVOU E PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário Alcantarense ao Ilustríssimo Senhor Augusto Coura Neto, pela marcante dedicação exercida na Academia Alcantarense de Letras - ACALLE, sendo um dos fundadores, motivando a cultura literária em nossa Cidade.

Art.2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 30 de março de 2015.

Roberto Enning 1º Secretário	Marcos Rodrigo Reitz Presidente da Câmara de Vereadores	Moacir José Schell 2.º Secretario
---------------------------------	--	--------------------------------------

DECRETO LEGISLATIVO Nº03/2015

DECRETO LEGISLATIVO nº03/2015

"Concede Título de Cidadão Honorário Alcantarense ao Ilustríssimo Senhor Leno Saraiva Caldas".

A CÂMARA DE VEREADORES FAZ SABER QUE APROVOU E PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário Alcantarense ao Ilustríssimo Senhor Leno Saraiva Caldas, pela marcante dedicação exercida na Academia Alcantarense de Letras - ACALLE, sendo um dos fundadores, motivando a cultura literária em nossa Cidade.

Art.2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 30 de março de 2015.

Roberto Enning 1º Secretário	Marcos Rodrigo Reitz Presidente da Câmara de Vereadores	Moacir José Schell 2.º Secretario
---------------------------------	--	--------------------------------------

DECRETO LEGISLATIVO Nº04/2015

DECRETO LEGISLATIVO nº04/2015

"Concede Título de Cidadã Benemérita Alcantarense a Ilustríssima Senhora Maria Isolete de Souza Reitz".

A CÂMARA DE VEREADORES FAZ SABER QUE APROVOU E PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadã Benemérita Alcantarense a Ilustríssima Senhora Maria Isolete de Souza Reitz, pela marcante trajetória como Alfabetizadora no Município, como Conselheira Tutelar da Cidade e pelos relevantes serviços prestados à comunidade na Associação Coral de São Pedro de Alcântara.

Art.2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 30 de março de 2015.

Roberto Enning 1º Secretário	Marcos Rodrigo Reitz Presidente da Câmara de Vereadores	Moacir José Schell 2.º Secretario
---------------------------------	--	--------------------------------------

DECRETO LEGISLATIVO Nº05/2015

DECRETO LEGISLATIVO nº05/2015

"Concede Título de Cidadã Benemérita Alcantarense a Ilustríssima Senhora Tereza Adelina de Souza Kretzer".

A CÂMARA DE VEREADORES FAZ SABER QUE APROVOU E PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadã Benemérita Alcantarense a Ilustríssima Senhora Tereza Adelina de Souza Kretzer, pela marcante trajetória no comércio de São Pedro de Alcântara.

Art.2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua

publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 30 de março de 2015.

Roberto Enning 1º Secretário	Marcos Rodrigo Reitz Presidente da Câmara de Vereadores	Moacir José Schell 2.º Secretario
---------------------------------	--	--------------------------------------

DECRETO LEGISLATIVO Nº06/2015

DECRETO LEGISLATIVO nº06/2015

“Concede Título de Cidadão Benemérito Alcantareense ao Ilustríssimo Senhor Alberto Eger”.

A CÂMARA DE VEREADORES FAZ SABER QUE APROVOU E PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1 º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito Alcantareense ao Ilustríssimo Senhor Alberto Eger, pela trajetória marcante no comércio de São Pedro de Alcântara.

Art.2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 30 de março de 2015.

Roberto Enning 1º Secretário	Marcos Rodrigo Reitz Presidente da Câmara de Vereadores	Moacir José Schell 2.º Secretario
---------------------------------	--	--------------------------------------

DECRETO LEGISLATIVO Nº07/2015

DECRETO LEGISLATIVO nº07/2015

“Concede Título de Cidadã Benemérita Alcantareense a Ilustríssima Senhora Joana Schuch Zimmermann”.

A CÂMARA DE VEREADORES FAZ SABER QUE APROVOU E PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1 º - Fica concedido o Título de Cidadã Benemérita Alcantareense a Ilustríssima Senhora Joana Schuch Zimmermann, pela dedicação a agricultura familiar.

Art.2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 30 de março de 2015.

Roberto Enning 1º Secretário	Marcos Rodrigo Reitz Presidente da Câmara de Vereadores	Moacir José Schell 2.º Secretario
---------------------------------	--	--------------------------------------

DECRETO LEGISLATIVO Nº08/2015

DECRETO LEGISLATIVO nº08/2015

“Concede Título de Cidadão Honorário Alcantareense ao Ilustríssimo Senhor Toni Vidal Jochem”.

A CÂMARA DE VEREADORES FAZ SABER QUE APROVOU E PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1 º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário Alcantareense ao Ilustríssimo Senhor Toni Vidal Jochem, pelo incentivo à cultura no Município de São Pedro de Alcântara.

Art.2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 30 de março de 2015.

Roberto Enning 1º Secretário	Marcos Rodrigo Reitz Presidente da Câmara de Vereadores	Moacir José Schell 2.º Secretario
---------------------------------	--	--------------------------------------

DECRETO LEGISLATIVO Nº09/2015

DECRETO LEGISLATIVO nº09/2015

“Concede Título de Cidadã Honorária Alcantareense a Excelentíssima Senhora Dep. Estadual Dirce Heiderscheidt”.

A CÂMARA DE VEREADORES FAZ SABER QUE APROVOU E PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1 º - Fica concedido o Título de Cidadã Honorária Alcantareense a Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Dirce Heiderscheidt, pelo apoio ao Desenvolvimento da nossa Cidade na Assembléia Legislativa do Estado.

Art.2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 30 de março de 2015.

Roberto Enning 1º Secretário	Marcos Rodrigo Reitz Presidente da Câmara de Vereadores	Moacir José Schell 2.º Secretario
---------------------------------	--	--------------------------------------

RESOLUÇÃO Nº01/2015

RESOLUÇÃO nº01 /2015

AUTOR: Mesa Diretora

"Altera o artigo 85 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de São Pedro de Alcântara - Resolução n.º 2 de 1997 e dá outras providências."

A CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA FAZ SABER QUE APROVOU A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º - O artigo 85 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de São Pedro de Alcântara passa a ter a seguinte redação:

Art. 85º - As sessões ordinárias realizar-se-ão às segundas-feiras, no horário das 19h00min (dezenove horas), admitindo-se 15 (quinze) minutos de tolerância para seu início, com duração de 2 (duas) horas, desde que presentes para sua abertura e prosseguimento, a maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 2º - - Esta resolução entrará em vigor na data de sua aprovação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 09 de março de 2015.

ROBERTO ENNING Primeiro Secretário	MARCOS RODRIGO REITZ Presidente da Câmara	MOACIR JOSÉ SCHELL Segundo Secretário
---------------------------------------	--	--

Schroeder**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 09/2015-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2015-FMS

PROCESSO Nº. 16/2015-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados através da Comissão de Licitações, informa que a Sessão Pública para recebimento e abertura dos envelopes e abertura da licitação, realizada em 06 de abril de 2015, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h, visando a aquisição e instalação de plataforma elevatória de carga veicular para vans para portadores de deficiência física no veículo Sprinter I / M. Benz 313CDI SPTIN-TERM, ano modelo 2006 e ano fabricação 2005 da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC.

O Prefeito Municipal comunica aos interessados que a nova Sessão de Abertura do Pregão Presencial nº. 09/2015-FMS, realizar-se-á em 27 de abril de 2015, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h e Abertura do processo: às 14h15min.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 06 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2015-PMS

PROCESSO Nº. 67/2015-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: aquisição de Uniformes Esportivos oriundos do Projeto Schroeder Esporte e Tradição, de acordo com o Termo de Compromisso firmado com o Ministério de Esportes, visando a execução do projeto desportivo aprovado pela Comissão Técnica

indicada no artigo 4º. da Lei 11.438/06, constante no processo 58701.007439/2013-79, referente ao projeto "Schroeder Esporte e Tradição" da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 24 de abril de 2015 às 14h.

Abertura do Processo: 24 de abril de 2015 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 07 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2015-PMS

PROCESSO Nº. 68/2015-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: contratação de equipe de arbitragem para os eventos do Projeto Schroeder Esporte e Tradição, de acordo com o Termo de Compromisso firmado com o Ministério de Esportes, visando a execução do projeto desportivo aprovado pela Comissão Técnica indicada no artigo 4º. da Lei 11.438/06, constante no processo 58701.007439/2013-79, referente ao projeto "Schroeder Esporte e Tradição" da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 28 de abril de 2015 às 14h.

Abertura do Processo: 28 de abril de 2015 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 07 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.283/2015, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 3.283/2015, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE MÉDICO - CLÍNICO GERAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE ESPECIAL INTERESSE PÚBLICO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1.690/2008, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando a informação repassada pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio de ofício nº 029/2015 - SMS, datado de 1º de abril de 2015, para a contratação de 01 (um) profissional MÉDICO - CLÍNICO GERAL para atuar na Secretaria Municipal de Saúde;

Considerando que no Processo Seletivo nº 001/2014 foi disponibilizada vaga, onde 1 candidato foi aprovado, porém já assinou o termo de desistência;

Considerando que o Concurso Público nº 002/2011 ainda está vigente, porém, a lista de candidatos já foi exaurida;

Considerando que o referido Secretário já foi orientado a proceder com os ditames para realização de novo processo seletivo que permitirá a contratação em caráter temporário ACT's e concurso público para suprir possíveis demandas nas áreas da Saúde;

Considerando que os profissionais da Saúde são indispensáveis para os bons andamentos dos trabalhos e o atendimento aos munícipes conforme legislação específica.

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu art. 6º, a Saúde como um direito social pétreo e inalienável;

DECRETA:

Art. 1º Autoriza-se a contratação pelo Poder Executivo Municipal de 01 (um) profissional MÉDICO - CLÍNICO GERAL para atuar na Unidade Básica de Saúde, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da efetiva contratação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 06 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 6.016/2015, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 6.016/2015, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de demissão, da servidora Sra. Teresinha Pereira Pacheco em 1º de abril de 2015;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.172/2014, de 24 de novembro de 2014, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Lohaine Giuliane Pommerening, para exercer o cargo de Professora A, subárea Educação Infantil, percebendo o nível salarial A-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 004/2014/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 6.017/2015, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 6.017/2015, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a sanção da Lei Municipal nº 1.805/2010, de 09 de julho de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Licença Maternidade por 60 (sessenta) dias para a servidora, Sra. Luciana Guimarães Oppa, com efeitos retroativos a partir de 05 de abril de 2015, conforme art.1º da Lei Municipal nº 1.805/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 06 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 6.018/2015, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 6.018/2015, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o afastamento por auxílio doença da servidora Sra. Raquel Keske em 26 de março de 2015;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.172/2014, de 24 de novembro de 2014, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Leonida Aparecida Pinheiro Loth para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - I, percebendo o nível salarial nº 07 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº 004/2014/SECEL/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 06 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK DAIANE REGINA AZEVEDO WOLF
Prefeito Municipal Diretora de Assistência Social

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 6.019/2015, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 6.019/2015, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o afastamento por Licença Maternidade da servidora, Sra. Marineia Viegut Anastacio em 19 de março de 2015;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.172/2014, de 24 de novembro de 2014, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Veridiana Michelle Metzner, para exercer o cargo de Professora C, subárea Educação Infantil, percebendo o nível salarial C-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 004/2014/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 06 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

ATA PREGÃO PRESENCIAL 09/2015-FMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 9/2015 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 16/2015 Data do Processo: 16/03/2015

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 9/2015 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

aquisição e instalação de plataforma elevatória de carga veicular para vans para portadores de deficiência física no veículo Sprinter I / M. Benz 313CDI SPTINTERM, ano modelo 2006 e ano fabricação 2005 da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC

A pregoeira e equipe de apoio reuniram para abertura da licitação conforme determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo é publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Diante da ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. O processo foi declarado deserto. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 6 de Abril de 2015

COMISSÃO:

Daniela Samuleski	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- - Equipe de Apoio

ATA TOMADA DE PREÇOS 01/2015-FAS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 1/2015 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 6/2015 Data do Processo: 16/03/2015
	Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 3/2015 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de prestador de serviço com graduação em Direito para atuar junto ao CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, com carga horária de 4 horas semanais, totalizando 180 horas, para o ano de 2015, para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC,

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentaram os envelopes de habilitação e propostas comerciais, bem como os documentos para credenciamento os profissionais ANGELA LEAL FIGUEREDO, ANDERSON DOS SANTOS, DIEGO GUILHERME LASTA, CAROLINA LEMKE SALOMON, ALINE APARECIDA GUILARDI e ILOI PITT JUNIOR, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, o profissional PAULO ALCEU NART devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina /SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os profissionais ANGELA LEAL FIGUEREDO, ANDERSON DOS SANTOS, DIEGO GUILHERME LASTA, CAROLINA LEMKE SALOMON, ALINE APARECIDA GUILARDI e ILOI PITT JUNIOR, estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. O profissional PAULO ALCEU NART não apresentou documentos para credenciamento. Os profissionais ANGELA LEAL FIGUEREDO e PAULO ALCEU NART não estão presentes na sessão. Foram abertos os envelopes de habilitação dos profissionais PAULO ALCEU NART, ANGELA LEAL FIGUEREDO, ANDERSON DOS SANTOS, DIEGO GUILHERME LASTA, CAROLINA LEMKE SALOMON, ALINE APARECIDA GUILARDI e ILOI PITT JUNIOR, cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que os profissionais PAULO ALCEU NART, ANGELA LEAL FIGUEREDO, ANDERSON DOS SANTOS, DIEGO GUILHERME LASTA, CAROLINA LEMKE SALOMON, ALINE APARECIDA GUILARDI e ILOI PITT JUNIOR apresentaram a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitados. Não sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação por todos os participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 13 de abril de 2014, às 17h, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 15 de abril de 2014, às 14h para a continuação do certame com a abertura das propostas comerciais dos profissionais habilitados, caso contrário será enviada ata com nova data. Diante do exposto encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata aos participantes.

Schroeder, 6 de Abril de 2015

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- - Membro
Cheila Adriane Klitzke	- - Membro
Leonice Engler Kafer	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Suzana Pereira Lopes	- - Membro Suplente
Elair José Wendt	- - Membro Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ANGELA LEAL FIGUEREDO	- - Representante
-----------------------	-------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 1/2015 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 6/2015 Data do Processo: 16/03/2015

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 3/2015 (Sequência: 1)****Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

DIEGO GUILHERME LASTA - - Representante

ALINE APARECIDA GUILARDI - - Representante

ANDERSON DOS SANTOS - - Representante

CAROLINA LEMKE SALOMON - - Representante

ILOI PITT JUNIOR - - Representante

DÉBORA PATRICIA GRANDO BORGES - - Setor Solicitante

Folha: 1/2

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 1/2015 - TP	
	Processo Administrativo:	
	Processo de Licitação:	6/2015
	Data do Processo:	16/03/2015
	Folha: 2/2	

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 3/2015 (Sequência: 1)****Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

DIEGO GUILHERME LASTA - - Representante

ALINE APARECIDA GUILARDI - - Representante

ANDERSON DOS SANTOS - - Representante

CAROLINA LEMKE SALOMON - - Representante

ILOI PITT JUNIOR - - Representante

DÉBORA PATRICIA GRANDO BORGES - - Setor Solicitante

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 1/2015 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 6/2015 Data do Processo: 16/03/2015
	Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 3/2015 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de prestador de serviço com graduação em Direito para atuar junto ao CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, com carga horária de 4 horas semanais, totalizando 180 horas, para o ano de 2015, para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC,

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentaram os envelopes de habilitação e propostas comerciais, bem como os documentos para credenciamento os profissionais ANGELA LEAL FIGUEREDO, ANDERSON DOS SANTOS, DIEGO GUILHERME LASTA, CAROLINA LEMKE SALOMON, ALINE APARECIDA GUILARDI e ILOI PITT JUNIOR, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, o profissional PAULO ALCEU NART devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina /SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os profissionais ANGELA LEAL FIGUEREDO, ANDERSON DOS SANTOS, DIEGO GUILHERME LASTA, CAROLINA LEMKE SALOMON, ALINE APARECIDA GUILARDI e ILOI PITT JUNIOR, estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. O profissional PAULO ALCEU NART não apresentou documentos para credenciamento. Os profissionais ANGELA LEAL FIGUEREDO e PAULO ALCEU NART não estão presentes na sessão. Foram abertos os envelopes de habilitação dos profissionais PAULO ALCEU NART, ANGELA LEAL FIGUEREDO, ANDERSON DOS SANTOS, DIEGO GUILHERME LASTA, CAROLINA LEMKE SALOMON, ALINE APARECIDA GUILARDI e ILOI PITT JUNIOR, cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que os profissionais PAULO ALCEU NART, ANGELA LEAL FIGUEREDO, ANDERSON DOS SANTOS, DIEGO GUILHERME LASTA, CAROLINA LEMKE SALOMON, ALINE APARECIDA GUILARDI e ILOI PITT JUNIOR apresentaram a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitados. Não sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação por todos os participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 13 de abril de 2014, às 17h, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 15 de abril de 2014, às 14h para a continuação do certame com a abertura das propostas comerciais dos profissionais habilitados, caso contrário será enviada ata com nova data. Diante do exposto encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata aos participantes.

Schroeder, 6 de Abril de 2015

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- - Membro
Cheila Adriane Klitzke	- - Membro
Leonice Engler Kafer	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Suzana Pereira Lopes	- - Membro Suplente
Elair José Wendt	- - Membro Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ANGELA LEAL FIGUEREDO	- - Representante
-----------------------	-------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 1/2015 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 6/2015 Data do Processo: 16/03/2015

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 3/2015 (Sequência: 1)****Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

DIEGO GUILHERME LASTA - - Representante

ALINE APARECIDA GUILARDI - - Representante

ANDERSON DOS SANTOS - - Representante

CAROLINA LEMKE SALOMON - - Representante

ILOI PITT JUNIOR - - Representante

DÉBORA PATRICIA GRANDO BORGES - - Setor Solicitante

Folha: 1/2

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 1/2015 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 6/2015 Data do Processo: 16/03/2015

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 3/2015 (Sequência: 1)****Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

DIEGO GUILHERME LASTA - - Representante

ALINE APARECIDA GUILARDI - - Representante

ANDERSON DOS SANTOS - - Representante

CAROLINA LEMKE SALOMON - - Representante

ILOI PITT JUNIOR - - Representante

DÉBORA PATRICIA GRANDO BORGES - - Setor Solicitante

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER</p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p>TOMADA DE PREÇO Nr.: 1/2015 - TP</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 6/2015 Data do Processo: 16/03/2015</p>
	Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 3/2015 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de prestador de serviço com graduação em Direito para atuar junto ao CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, com carga horária de 4 horas semanais, totalizando 180 horas, para o ano de 2015, para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC,

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentaram os envelopes de habilitação e propostas comerciais, bem como os documentos para credenciamento os profissionais ANGELA LEAL FIGUEREDO, ANDERSON DOS SANTOS, DIEGO GUILHERME LASTA, CAROLINA LEMKE SALOMON, ALINE APARECIDA GUILARDI e ILOI PITT JUNIOR, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, o profissional PAULO ALCEU NART devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina /SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os profissionais ANGELA LEAL FIGUEREDO, ANDERSON DOS SANTOS, DIEGO GUILHERME LASTA, CAROLINA LEMKE SALOMON, ALINE APARECIDA GUILARDI e ILOI PITT JUNIOR, estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. O profissional PAULO ALCEU NART não apresentou documentos para credenciamento. Os profissionais ANGELA LEAL FIGUEREDO e PAULO ALCEU NART não estão presentes na sessão. Foram abertos os envelopes de habilitação dos profissionais PAULO ALCEU NART, ANGELA LEAL FIGUEREDO, ANDERSON DOS SANTOS, DIEGO GUILHERME LASTA, CAROLINA LEMKE SALOMON, ALINE APARECIDA GUILARDI e ILOI PITT JUNIOR, cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que os profissionais PAULO ALCEU NART, ANGELA LEAL FIGUEREDO, ANDERSON DOS SANTOS, DIEGO GUILHERME LASTA, CAROLINA LEMKE SALOMON, ALINE APARECIDA GUILARDI e ILOI PITT JUNIOR apresentaram a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitados. Não sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação por todos os participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 13 de abril de 2014, às 17h, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 15 de abril de 2014, às 14h para a continuação do certame com a abertura das propostas comerciais dos profissionais habilitados, caso contrário será enviada ata com nova data. Diante do exposto encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata aos participantes.

Schroeder, 6 de Abril de 2015

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- - Membro
Cheila Adriane Klitzke	- - Membro
Leonice Engler Kafer	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Suzana Pereira Lopes	- - Membro Suplente
Elair José Wendt	- - Membro Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ANGELA LEAL FIGUEREDO	- - Representante
-----------------------	-------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 1/2015 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 6/2015 Data do Processo: 16/03/2015

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 3/2015 (Sequência: 1)****Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

DIEGO GUILHERME LASTA - - Representante

ALINE APARECIDA GUILARDI - - Representante

ANDERSON DOS SANTOS - - Representante

CAROLINA LEMKE SALOMON - - Representante

ILOI PITT JUNIOR - - Representante

DÉBORA PATRICIA GRANDO BORGES - - Setor Solicitante

Folha: 1/2

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 1/2015 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 6/2015 Data do Processo: 16/03/2015

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 3/2015 (Sequência: 1)****Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

DIEGO GUILHERME LASTA - - Representante

ALINE APARECIDA GUILARDI - - Representante

ANDERSON DOS SANTOS - - Representante

CAROLINA LEMKE SALOMON - - Representante

ILOI PITT JUNIOR - - Representante

DÉBORA PATRICIA GRANDO BORGES - - Setor Solicitante

Siderópolis

PREFEITURA

30 2015 INEXIGIBILIDADE SISTEMA BETHA

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO PMS Nº. 30/2015 INEXIGIBILIDADE PMS 04/2015

O Município de Siderópolis torna público que estará realizando inexigibilidade de licitação com fundamento: Art. 25, "caput" da Lei federal 8.666/93, para Contratação de Empresa para prestação de serviços de implantação e fornecimento do módulo para gerenciamento de inteligência administrativa, integrados aos demais sistemas licitados contratados e em uso nesse Município.

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA - CNPJ nº 00.456.8685/0001-67

VALOR GLOBAL: até R\$ 4.220,00 (quatro mil duzentos e vinte reais)

VIGÊNCIA: 09 meses contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93.

Siderópolis, 06 de abril de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA.

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 47/2015

DECRETO N.º 47 DE 20 DE MARÇO DE 2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2014 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 203.762,30 (duzentos e três mil setecentos e sessenta e dois reais e trinta centavos) para suplementar, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS/União
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5.038	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União
PROJETO/ATIVIDADE	2.027	Manutenção do Bloco Atenção Básica – PAB Fixo
ELEMENTO	3.3.71.00	Transferências a Consórcios Públicos
CÓDIGO REDUZIDO	18	

VALOR: R\$ 203.762,30 (duzentos e três mil setecentos e sessenta e dois reais e trinta centavos)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União, no valor de R\$ 203.762,30 (duzentos e três mil setecentos e sessenta e dois reais e trinta centavos), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2014 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 20 de março de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de março de 2015.

DECRETO Nº 48/2015

DECRETO N.º 48, DE 27 MARÇO DE 2015

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DE AVALIAÇÕES DO SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 01/2009.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 51, XIII, da Lei Orgânica do Municipal e Lei Complementar Nº 01/2008;

Considerando o parecer da Comissão de Avaliação de Acompanhamento do Estágio Probatório;

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado final de avaliação do servidor em estágio probatório do Concurso Público Nº 01/2009, descrita a seguir:

Matrícula	Nome	Cargo	Data de Admissão	Nota Final	Resultado
2760	Rita de Cássia Brignoli	Professor MAG-LP	25/11/2010	8,87	Aprovada
2870	Fernanda Ribeiro Jaques	Auxiliar de Serviços Gerais	06/02/2012	8,22	Aprovada
70008	Loreti Trento Rodrigues	Auxiliar de Serviços Gerais	23/01/2012	8,68	Aprovada
2747	Rafael Bernardo Roecker	Assistente Administrativo II	01/09/2010	9,06	Aprovado

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 27 de março de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de março de 2015.

DECRETO Nº 49/2015

DECRETO N.º 49, DE 27 MARÇO DE 2015

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DE AVALIAÇÕES DO SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 01/2011.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 51, XIII, da Lei Orgânica do Municipal e Lei Complementar Nº 01/2008;

Considerando o parecer da Comissão de Avaliação de Acompanhamento do Estágio Probatório;

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado final de avaliação do servidor em estágio probatório do Concurso Público Nº 01/2011, descrita a seguir:

Matrícula	Nome	Cargo	Data de Admissão	Nota Final	Resultado
2852	Mariana dos Santos	Técnico de Enfermagem	03/01/2012	8,63	Aprovada
2857	Edenir Ribeiro	Motorista Socorrista	23/01/2012	8,32	Aprovado
2853	Antônio Carlos Domingos	Motorista Socorrista	03/01/2012	8,97	Aprovado
2856	Cláudio Hoffman dos Santos	Motorista Socorrista	03/01/2012	8,93	Aprovado

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 27 de março de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de março de 2015.

DECRETO Nº 50/2015

DECRETO N.º 50, DE 27 DE MARÇO DE 2015

NOMEIA BRUNA MARAVAI PARA CARGO EM COMISSÃO

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada BRUNA MARAVAI, brasileira, CPF/MF sob nº 076.134.139-00, para ocupar o cargo de Assessor - C5, na Secretaria de Educação, a contar de 02/03/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 27 de março de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de março de 2015.

LEI Nº 2.134/2015

LEI Nº 2.134, DE 25 DE MARÇO DE 2015

ALTERA O ART. 1º DA LEI 2.056 DE 06 DE AGOSTO DE 2013

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica alterado o art. 1º da Lei 2.056 de 06 de agosto de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica o poder Executivo autorizado a firmar TERMO DE COOPERAÇÃO E OU CONVÊNIO com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA - SIE, com o objetivo de estabelecer entre as partes compromisso para execução de serviços e obras de engenharia rodoviária destinadas ao melhoramento de estradas rurais integrantes da rede viária de competência deste município, no âmbito das ações e metas do Programa de Competitividade da Agricultura Familiar de Santa Catarina - Componente: Fortalecimento de Atividades Estruturantes da Competitividade Rural, Sub-Componente: Infraestrutura, Atividade: ESTRADAS RURAIS TERCIÁRIAS."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "Antônio Feltrin"

Em, 25 de março de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 25 de março de 2015.

LEI Nº 2.135/2015

LEI Nº 2.135, DE 25 DE MARÇO DE 2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CEDER SERVIDOR À CIDASC - COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder um servidor do emprego público de Médico Veterinário, por até 10 (dez) horas semanais à CIDASC (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina), empresa pública, para atuar nos trabalhos de inspeção na cidade de Siderópolis - SC.

§ 1º O ônus da cedência ficará a cargo do Município.

§2º O prazo da cessão será o período em que o Município mantiver Convênio com a CIDASC.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Antônio Feltrin"

Em, 25 de março de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 25 de março de 2015.

PORTARIA Nº 120/2015

PORTARIA Nº 120, DE 24 DE MARÇO DE 2015

CONTRATA LUCILA MAGAGNIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011; RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente LUCILA MAGAGNIN, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 432.493.299-91, para ocupar a função de Auxiliar de Ensino, 30h, na EEBM Aurora Péterle, a partir de 01/04/2015 até 11/12/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 24 de março de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de março de 2015.

PORTARIA Nº 121/2015

PORTARIA Nº 121, DE 25 DE MARÇO DE 2015

COLOCA O SERVIDOR LEOMAR DALCIN À DISPOSIÇÃO DA CIDASC

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 2.135 de 25 de março de 2015;
RESOLVE:

Art. 1º - Colocar o servidor LEOMAR DALCIN, CPF nº 966.117.900-04, médico veterinário, à disposição da CIDASC, por 10 horas semanais, com ônus para o Município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 25 de março de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de março de 2015.

PORTARIA Nº 122/2015

PORTARIA Nº 122, DE 26 DE MARÇO DE 2015

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO A SERVIDORA JANDIARA SALVARO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art. 24 da Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença sem vencimento à servidora JANDIARA SALVARO, CPF/MF nº 041.749.239-14, ocupante do cargo de Dentista, do Quadro Permanente do Município, pelo período de 01 (um) ano, a contar de 17/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em 26 de março de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 26 de março de 2015.

PORTARIA Nº 123/2015

PORTARIA Nº 123 DE 27 DE MARÇO DE 2015

Cessa os efeitos da portaria nº292/2014

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº292/2014, considerando o retorno ao trabalho do servidor FRANCISCO ARCANJO VIEIRA, CPF/MF nº 416.230.029-15, Operador de Máquinas, a partir de 28/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 27 de março de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de março de 2015.

PORTARIA Nº 124/2015

PORTARIA Nº 124, DE 27 DE MARÇO DE 2015

CONTRATA JEFERSON LUIZ NÓRDIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente JEFERSON LUIZ NÓRDIO, brasileiro, CPF/MF sob nº 906.907.459-15, para ocupar a função de Operador de Máquinas, na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 02/03/2015, até realização de Concurso Público/ Processo Seletivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 27 de março de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de março de 2015.

PORTARIA Nº 125/2015

PORTARIA Nº 125, DE 27 DE MARÇO DE 2015

ALTERA O ART.1º DA PORTARIA Nº114/2013

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - O Art.1º da Portaria nº114/2013, passa a vigorar com seguinte redação:

"Art. 1º - Conceder Função Gratificada ao servidor VILMAR SALÉSIO DONADEL, CPF/MF sob nº 506.946.009-97, Ajudante de Mecânico, do Quadro Permanente do Município, FG 03, Valor R\$ 400,00, Responsabilidade pelo auxílio na manutenção dos veículos pertencente a frota municipal, nos finais de semana.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 27 de março de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de março de 2015.

PORTARIA Nº 126/2015

PORTARIA Nº 126, DE 31 DE MARÇO DE 2015
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA DAIANE FERREIRA GOMES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade a funcionária DAIANE FERREIRA GOMES, CPF/MF nº 046.222.409-04, Chefe de Departamento, C2, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 01/04/2015.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 31 de março de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 31 de março de 2015.

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 056/2015

DECRETO Nº 056, DE 31 DE MARÇO DE 2015.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 11.100,00 (Onze mil e cem reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

05.04 - DIRET. DE ASSIST. TECNICA E ADMINISTRATIVA

2.004 - Gestão da Secretaria de Administração

3.3.93.00.00.00.00.00.0080 - Aplicação Direta Decorrente de Op. entre Órgãos.
.....R\$ 6.540,00

03.01 - SECRET. MUNIC. DE FINANÇAS

2.007 - Gestão da Secretaria de Finanças

3.3.93.00.00.00.00.00.0080 - Aplicação Direta Decorrente de Op. entre Órgãos.
.....R\$ 4.560,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 80.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 31 de março de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

LEI Nº. 2207/2015

LEI Nº 2207, DE 02 DE ABRIL DE 2015

ALTERA O NÚMERO DE CARGOS DE NUTRICIONISTA, PSICÓLOGO E FONOAUDIÓLOGO, COM INSERÇÃO NO ANEXO VII DA LEI MUNICIPAL Nº 1.415/2003, E CRIA O CARGO DE DIRETOR DE ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E O CARGO DE DIRETOR DE ENSINO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, COM INSERÇÃO NO ANEXO VI DA LEI MUNICIPAL Nº 1.416/2003 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, no exercício de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - O Anexo VII, parte integrante da Lei Municipal nº 1.415/2003, passa a vigorar com o acréscimo de 02 (duas) vagas no cargo de Nutricionista, 03 (três) vagas no cargo de Psicólogo e 01 (uma) vaga no cargo de Fonoaudiólogo, conforme habilitação

profissional, atividades específicas e vencimentos correspondentes.

Art. 2º - Ficam criados os cargos de provimento efetivo, com inserção no Anexo V-A, parte integrante da Lei Municipal nº 1.416/2003, conforme abaixo descrito:

ANEXO V-A

Quadro Permanente do Magistério Público Municipal
Grupo Ocupacional

CARGO	Nº DE CARGO	NÍVEL	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Monitor de Turno	02	II	Graduado
Assistente de Informática	02	II	Graduado

Art. 3º - O Anexo V- B, parte integrante da Lei Municipal nº 1.416/2003, passa a vigorar com o acréscimo de 01 (uma) vaga para o cargo de Secretário de Escola.

Art. 4º - Fica criado o cargo de provimento em comissão, com inserção no Anexo VI, parte integrante da Lei Municipal nº 1.416/2003, conforme abaixo descrito:

ANEXO VI

NOMINATA DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Quantidade de vagas	Cargos	Nível	Vencimentos R\$
1 (UM)	Diretor de Ensino Fundamental da Rede Municipal da Educação	DASMA 01	2.744,14
1 (UM)	Diretor de Ensino Infantil da Rede Municipal da Educação	DASMA 01	2.744,14

Art. 5º - O Anexo VII, parte integrante da Lei Municipal nº 1.416/2003, passa a vigorar com o acréscimo de cargo de provimento em comissão, conforme abaixo descrito:

ANEXO VII

GRATIFICAÇÃO PARA OS CARGOS EM COMISSÃO

CARGO	Nº DE ALUNOS	% - VALOR DA GRATIFICAÇÃO SOBRE O PISO
Diretor de Ensino Fundamental da Rede Municipal da Educação	Acima de 750	50%
Diretor de Ensino Infantil da Rede Municipal da Educação	Acima de 750	50%

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio (SC), 02 de abril de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado senta Secretaria m data Supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

ANEXO I

DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

DENOMINAÇÃO DO CARGO: MONITOR DE TURNO

GRUPO OCUPACIONAL: GRUPO III - AE

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: GRADUADO E COM EXPERIÊNCIA NA ÁREA DE ATUAÇÃO

DESCRIÇÃO DETALHADA

01. organizar horários de entrada e saída das turmas;
02. atender crianças que saiam das salas por comportamento, necessidade de dirigir-se ao banheiro, necessitando de algum material ou que se apresentem machucados;
03. anotar atrasos constantes de alunos, assim como faltas, depois do recreio, que sejam sistemáticas, encaminhando estes casos para a DIREÇÃO;
04. manter em dia a pasta de ocorrência dos alunos, deixando-a acessível em seu ambiente de trabalho, para pesquisa de outros Professores e DIREÇÃO, quando no seu dia de compensação;
05. atender chamado de Professores em sala de aula, tentando resolver e/ou encaminhar para setores específicos;
06. realizar seus 20 minutos de recreio, antes do próprio, para poder assessorar a Equipe Diretiva na hora do mesmo;
07. possuir uma pasta com todos os bilhetes pertinentes ao funcionamento usado pela secretaria e setores, para agilização dos atendimentos aos alunos e seus familiares (ex: autorização de saída ou entrada de aluno);
08. dirigir-se à Sala dos Professores, na entrada do turno, a fim de tomar ciência dos horários do dia;
09. manter os alunos nas suas atividades e aulas, observando que não fiquem pelo pátio;
10. entregar bilhetes para as turmas, colhendo assinaturas dos Professores pelo recebimento dos mesmos;
11. assessorar Professores nas trocas de período, junto com a Equipe Diretiva, cuidando para que os alunos permaneçam dentro de sala de aula

ANEXO II

DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

DENOMINAÇÃO DO CARGO: ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

GRUPO OCUPACIONAL: GRUPO III - AE

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: GRADUADO E COM EXPERIÊNCIA NA ÁREA DE ATUAÇÃO

DESCRIÇÃO DETALHADA

- Prestar assistência na administração da rede de computadores e suporte aos usuários nos aspectos de hardware e software.
- Prestar suporte aos usuários da rede de computadores, envolvendo a montagem, reparos e configurações de equipamentos e na utilização do hardware e software disponíveis.
- Preparar inventário do hardware existente, controlando notas fiscais de aquisição, contratos de manutenção e prazos de garantia.
- Treinar os usuários nos aplicativos disponíveis, dando suporte na solução de problemas.
- Contatar fornecedores de software para solução de problemas quanto aos aplicativos adquiridos.
- Montagem dos equipamentos e implantação dos sistemas utilizados pelas unidades de serviço e treinamento dos usuários.
- Participar do processo de análise dos novos softwares e do processo de compra de softwares aplicativos.
- Elaborar pequenos programas para facilitar a interface usuário-suporte.
- Efetuar a manutenção e conservação dos equipamentos.
- Efetuar os back-ups e outros procedimentos de segurança dos dados armazenados.
- Criar e implantar procedimentos de restrição do acesso e

utilização da rede, como senhas, eliminação de drives etc.

- Instalar softwares de up-grade e fazer outras adaptações/modificações para melhorar o desempenho dos equipamentos.
- Participar da análise de partes/acessórios e materiais de informática que exijam especificação ou configuração.
- Preparar relatórios de acompanhamento do trabalho técnico realizado.

ANEXO III

DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

DENOMINAÇÃO DO CARGO: Diretor de Ensino Fundamental

DESCRIÇÃO DETALHADA

- Acompanhar o trabalho da escola, assessorando a direção e a gestão, organizando as naturezas disciplinar e interdisciplinar de acordo com o PPP de cada instituição.
- Promover o estudo e a execução da proposta Curricular; organizando grupos de estudos e formação continuada.
- Avaliar o desempenho da escola, como um todo, de forma a caracterizar suas reais possibilidades e necessidades, seus níveis de desempenho no processo de desenvolvimento do currículo e oportunizar tomadas de decisões, embasadas na realidade.

ANEXO IV

DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

DENOMINAÇÃO DO CARGO: Diretor de Ensino Infantil

DESCRIÇÃO DETALHADA

- Acompanhar o trabalho da escola, assessorando a direção e a gestão, organizando as naturezas disciplinar e interdisciplinar de acordo com o PPP de cada instituição.
- Promover o estudo e a execução da proposta Curricular; organizando grupos de estudos e formação continuada.
- Avaliar o desempenho da escola, como um todo, de forma a caracterizar suas reais possibilidades e necessidades, seus níveis de desempenho no processo de desenvolvimento do currículo e oportunizar tomadas de decisões, embasadas na realidade.

LEI Nº. 2208/2015

LEI Nº 2208, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ANEXOS IV, V E VI DA LEI MUNICIPAL Nº 1.415, DE 20 DE MAIO DE 2003 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Os Anexos IV e V de que trata o artigo 6º da Lei Municipal nº 1.415/2003, passam ter a redação dos Anexos IV e V, parte integrantes da presente Lei.

Art. 2º. O ANEXO VI, inserido na Lei Municipal Nº 1.415, de 20 de maio de 2003 com redação da Lei Municipal Nº 2.117, de 17 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a redação do ANEXO VI, parte integrante da presente Lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio- SC, 02 abril de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

ANEXO IV

NOMINATA DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

GRUPOS:

DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - CÓDIGO: DAS

DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO INTERMEDIÁRIO - CÓDIGO: DAI

Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL
GABINETE DO PREFEITO		
01	Chefe de Gabinete (*)	DAS - 04
02	Assessor Especial	DAS - 01
01	Procurador	DAS - 02
01	Assessor Jurídico	DAS - 01
01	Assessor de Comunicação Social	DAS - 01
01	Coordenador do Sistema de Controle Interno (Incluído pela Lei 1445, de 03/12/2003)	DAS - 01
01	Coordenador da Defesa Civil (Incluído pela Lei 2059, de 26 de março de 2013)	DAÍ - 02
01	Coordenador do PROCON	DAÍ - 02
(*) Cargo de Chefe de Gabinete alterado pela Lei nº 1984/2012		
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		
01	Secretário de Administração e Planejamento	DAS - 02
01	Supervisor de Administração e Planejamento	DAS - 04
01	Gerente de Administração	DAS - 03
01	Diretor de Recursos Humanos	DAI - 02
01	Diretor de Serviços Administrativos	DAÍ - 02
01	Chefe de Secretaria Geral	DAÍ - 01
01	Chefe de Controle e Patrimônio	DAÍ - 01
01	Gerente de Planejamento	DAS - 03
01	Diretor de Planejamento	DAÍ - 02
01	Diretor de Compras (incluído pela Lei 1648/2007)	DAÍ - 02
01	Chefe de Licitações e Contratos (incluído pela Lei 1648/2007)	DAÍ - 01
SECRETARIA DE FINANÇAS		
01	Secretário de Finanças	DAS - 02
01	Supervisor de Finanças	DAS - 04
01	Diretor de Contabilidade	DAÍ - 02
01	Diretor de Arrecadação e Tributação	DAÍ - 02
01	Diretor de Fiscalização	DAÍ - 02
01	Chefe de Cadastro	DAÍ - 01
01	Diretor de Finanças	DAÍ - 02
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
01	Secretário de Obras e Serviços Urbanos	DAS - 02
01	Supervisor de Obras e Serviços Urbanos	DAS - 04
01	Gerente de Obras	DAS - 03
01	Diretor Executivo	DAI - 03
01	Diretor de Obras	DAI - 02
01	Diretor de Serviços Urbanos	DAI - 02
01	Diretor de Estradas e Rodagens	DAÍ - 02
01	Chefe do Setor de Serviços Gerais	DAÍ - 01
01	Chefe do Setor de Manutenção Veículos	DAÍ - 01
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
01	Secretário de Educação	DAS - 02

01	Supervisor de Educação	DAS - 04
01	Gerente de Educação	DAS - 03
01	Diretor Executivo	DAI – 03
01	Chefe de Assessoramento de Informática	DAÍ – 01
01	Chefe de Administração de Educação Infantil	DAÍ – 01
01	Chefe de Administração do Ensino Fundamental	DAI – 01
01	Diretor de Orientação Pedagógica	DAI – 02
01	Chefe de Assessoramento Pedagógico	DAÍ – 01
01	Diretor de Assessoria Técnica Administrativa	DAÍ – 01
01	Diretor de Transporte Escolar	DAÍ - 02
01	Diretor de Merenda Escolar	DAÍ - 02
01	Diretor Administrativo de Educação Infantil (Lei 1517, 24/05/2005)	DAÍ – 02
01	Chefe de Transporte Escolar (Lei 1517, 24/05/2005)	DAÍ – 01

SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E MEIO AMBIENTE

01

Secretário de Esporte, Cultura e Meio Ambiente

DAS – 02

01

01

01

Supervisor de Esporte

Gerente de Esporte

Diretor de Esporte

DAS - 04

DAS - 03

DAÍ – 02

01

01

Gerente de Cultura

Diretor de Cultura

DAS - 03

DAÍ – 02

01

Diretor de Meio Ambiente

DAÍ – 02

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA

01	Secretário do Desenvolvimento Social e Ação Comunitária	DAS – 02
01	Supervisor do Desenvolvimento Social e Ação Comunitária	DAS - 04
01	Gerente do Desenvolvimento Social e Ação Comunitária	DAS - 03
01	Diretor da Criança e do Adolescente	DAI – 02
01	Chefe Administrativo da Criança e do Adolescente	DAI – 01
01	Diretor de Grupos Sociais e Ação Comunitária	DAÍ – 02
01	Diretor de Assessoria Técnica	DAÍ – 02
01	Coordenador do CEAC (Lei nº 1685, de 07/08/2007)	DAÍ – 03
01	Coordenador do Cadastro Único (Lei 1984/2012)	DAÍ – 01

SECRETARIA DE SAÚDE

01	Secretário Municipal de Saúde	DAS – 02
01	Supervisor de Saúde	DAS - 04
01	Gerente de Saúde	DAS -03
01	Diretor Administrativo	DAÍ – 02
01	Diretor de Vigilância Sanitária	DAÍ – 02

01	Chefe de Inspeção Sanitária	DAI – 01
01	Diretor de Prevenção, Erradicação de Doenças Infecto-Contagiosas	DAÍ – 02
01	Diretor Materno Infantil	DAI – 02
01	Chefe de Serviços Administrativos (alterada Lei 1517, 24/05/2005)	DAÍ – 01
01	Chefe de Atendimento e Protocolo (alterada Lei 1517, 24/05/2005)	DAÍ – 01
SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA		
01	Secretário de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente	DAS – 02
01	Gerente de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente	DAS - 03
01	Diretor de Agricultura e Pesca	DAÍ – 02
01	Diretor de Extensão Rural	DAÍ – 02
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		
01	Secretário do Desenvolvimento Econômico	DAS - 02
01	Supervisor do Desenvolvimento Econômico	DAS - 04
01	Gerente do Desenvolvimento Econômico	DAS – 03
01	Diretor de Indústria e Comércio	DAI – 02
01	Diretor de Turismo	DAI – 02

ANEXO V

TABELA DE SUBSÍDIOS/VENCIMENTOS DOS CARGOS COMISSIONADOS

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	REMUNERAÇÃO R\$
09	Secretário	DAS -02	Lei de Iniciativa da Câmara
08	Supervisor	DAS - 04	4.766,32
01	Chefe de Gabinete	DAS - 04	4.766,32
10	Gerente	DAS - 03	3.813,06
01	Procurador Jurídico	DAS - 02	6.325,32
04	Assessores	DAS - 01	3.574,74
02	Diretor Executivo	DAI - 03	2.941,50
30	Diretor	DAI - 02	2.439,90
15	Chefe	DAI - 01	1.588,78
01	Coordenador do Sistema de Controle Interno	DAS - 01	3.574,74
01	Coordenador do Cadastro Único	DAÍ - 01	1.588,78
01	Coordenador do CEAC	DAÍ - 03	2.941,50
01	Coordenador da Defesa Civil	DAÍ – 02	2.439,90
01	Coordenador do PROCON	DAÍ - 02	2.439,90

OBS: Remuneração com valores atualizados até março de 2015, inclusive.

ANEXO VI

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS COMISSIONADOS

Valores praticados em março de 2015

QTDE	ESPECIFICAÇÃO	NIVEL	VALOR R\$	ATRIBUIÇÕES
08	Supervisor	DAS – 04	4.766,32	Supervisionamento de procedimentos administrativos atinentes a área de atuação, inclusive responsabilidade técnica, quando exigida; Gerenciamento funcional e hierárquico dos servidores lotados no departamento, se for o caso; Execução de atribuições designadas pelo Secretário Municipal da pasta e prestar-lhe contas; Requisição de suprimento de materiais e serviços para o departamento; Zelar pelo patrimônio público disponibilizado à secretaria correspondente.
01	Chefe de Gabinete	DAS – 04	4.766,32	Coordenação de procedimentos administrativos atinentes ao Gabinete do Prefeito e suas assessorias; Operacionalizar a captura e remessa de informações gerenciais solicitadas pelo Chefe do Poder Executivo; Informar os órgãos da Administração Municipal acerca de decisões administrativas, agendamentos e atos de ordem institucional; Gerir os processos de agendamento das atividades do Gabinete do Prefeito e cumprir com as atribuições previstas em leis e regulamentos atinentes ao setor; Registrar requerimentos e solicitações de pessoas físicas e jurídicas, de interesse social e institucional; Zelar pelo patrimônio público disponibilizado ao Gabinete do Prefeito.
10	Gerente	DAS – 03	3.813,06	Coordenação gerencial de procedimentos administrativos e operacionais da área de atuação; Gerenciamento funcional e hierárquico dos servidores lotados na secretaria pertinente; Execução de atribuições designadas pelo secretário da pasta e prestar-lhe contas; Responder técnica e administrativamente pelos processos atinentes; Zelar pelo patrimônio público disponibilizado à sua área de atuação.
01	Procurador Jurídico	DAS – 02	6.325,32	Representação do município judicial e extrajudicial, na forma da legislação pertinente; Assessoramento Jurídico dos órgãos municipais, dos assuntos do Gabinete do Prefeito e dos Secretários Municipais sobre assuntos de interesse público; Gerenciamento funcional e hierárquico dos servidores lotados na Procuradoria; Controle de processos judiciais e execuções de qualquer natureza de interesse do Município
04	Assessor	DAS – 01	3.574,74	Assessoramento em atividades específicas das áreas de Comunicação Social, Assessoria Jurídica e Assessoria Especial dos assuntos do Gabinete do Prefeito; Programação e execução de serviços e atividades de interesse público em conjunto com os órgãos de governo; Coordenação funcional de procedimentos operacionais atinentes a sua área de assessoramento;
02	Diretor Executivo	DAÍ – 03	2.941,50	Execução das atividades administrativas e operacionais designadas pela chefia superior; Coordenação e execução de atividades operacionais, além da atribuição funcional do cargo ou atribuição interina de atividade administrativa/operacional. Gerenciamento funcional e hierárquico dos servidores lotados na sua área de atuação.
30	Diretor	DAÍ – 02	2.439,90	Coordenação funcional de procedimentos administrativos e operacionais do departamento de sua atuação; Gerenciamento funcional e hierárquico dos servidores lotados no departamento; Execução de atribuições designadas pelo superior hierárquico e prestar-lhe contas; Responder técnica e administrativamente pelos processos atinentes; Zelar pelo patrimônio público disponibilizado ao departamento.
15	Chefe	DAÍ – 01	1.588,78	Coordenação funcional de procedimentos administrativos e operacionais da Seção; Gerenciamento funcional e hierárquico dos servidores lotados na seção; Execução de atribuições designadas pela Chefia de Departamento ou superior hierárquico e prestar-lhe contas; Responder técnica e administrativamente pelos processos atinentes; Zelar pelo patrimônio público disponibilizado à seção.

01	Coordenador do Sistema de Controle Interno	DAS – 01	3.574,74	Coordenação e supervisionamento do sistema de controle geral da execução orçamentário-financeira da administração direta e indireta do Município; Acompanhamento com serviços de auditoria em todos os processos licitatórios e contratos administrativos; Controla a emissão de notas de empenho e sua liquidação examinando todas as mutações financeiras da municipalidade. Responsabiliza-se para relação Município-Tribunal de Contas do Estado e com outros organismos aos quais o Município deva informações, dentro dos prazos exigidos; Outras tarefas inerentes à função e ao atendimento do sistema de informações.
01	Coordenador do Cadastro Único	DAÍ - 01	1.588,78	Coordenação funcional de procedimentos administrativos e operacionais dos cadastros do sistema de proteção social do município; Execução de atribuições designadas pela Chefia de Departamento ou da diretoria correspondente e prestar-lhe contas; Responder técnica e administrativamente pelos processos atinentes; Zelar pelo patrimônio público disponibilizado aos serviços de sua atribuição.
01	Coordenador do CEAC	DAÍ - 03	2.941,50	Coordenação funcional de procedimentos administrativos e operacionais dos serviços de atendimento à criança; Gerenciamento funcional e hierárquico dos servidores lotados no CEAC; Execução de atribuições designadas pelo superior hierárquico e prestar-lhe contas; Responder técnica e administrativamente pelos processos atinentes; Zelar pelo patrimônio público disponibilizado aos serviços do CEAC.
01	Coordenador da Defesa Civil	DAÍ - 02	2.439,90	Coordenação funcional das ações da Defesa Civil no atendimento e na prevenção de desastres, situações de emergência e de calamidades. Gerenciamento funcional e hierárquico dos servidores e voluntários a serviço da Defesa Civil. Coordenação da elaboração de relatórios, registros e demais procedimentos pertinentes. Prestar informações e encaminhar procedimentos estabelecidos pela defesa Civil do Estado. Zelar pelo patrimônio público disponibilizado aos serviços da Defesa Civil.
01	Coordenador do PROCON	DAÍ - 02	2.439,90	Coordena as atividades dos serviços de proteção ao consumidor, na forma da legislação pertinente. Coordena a elaboração e execução de campanhas de interesse social e de cidadania. Prestar informações e encaminhar procedimentos estabelecidos pelos órgãos públicos de defesa do consumidor. Zelar pelo patrimônio público disponibilizado aos serviços do PROCON.

LEI Nº. 2209/2015

LEI Nº 2209, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

cria o cargo de advogado, insere o cargo criado nos anexos I, II e III da Lei Municipal Nº 1.415, de 20 de maio de 2003 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Os Anexos I, II, III e VII de que trata o artigo 4º da Lei Municipal nº 1.415/2003, passam a vigorar com a inserção do cargo de Advogado, com 1 (uma) vaga, habilitação profissional, atividades específicas e vencimentos, conforme disposto na presente Lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio, 02 abril de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

ANEXO I**NOMINATA DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO****GRUPO I - ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - ANS**

Advogado – 20 horas**ANEXO II****HABILITAÇÃO PROFISSIONAL****GRUPO I - ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR**

Categorias Funcionais	Habilitação Profissional
Advogado	Nível Superior na área de Ciências Jurídicas ou equivalente, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

As categorias funcionais serão inseridas no anexo II da Lei Municipal n.º 1415/2003 de acordo com a ordem alfabética da denominação.

ANEXO III**ATIVIDADES ESPECÍFICAS**

Nome do cargo	Atividades Específicas
Advogado	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Sob coordenação da Procuradoria, controlar a tramitação de processos, executar trabalhos de assessoramento jurídico interno e representação quando pertinente ao Município em que o mesmo for parte.</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Prestar assessoramento jurídico ao Município, representando-o sempre que para tal lhe for outorgado mandato expresso pelo Prefeito; Pesquisar, redigir e minutar termos de compromisso e responsabilidade, contratos de concessão, locação e comodato, convênios, projetos de lei, decretos e portarias de interesse do Município; Orientar juridicamente a realização de processos administrativos; emitir pareceres quando solicitados, devidamente fundamentados em doutrinas, leis e jurisprudência; examinar previamente contratos e convênios; Operacionalizar a cobrança da dívida ativa, multas e créditos do Município; Ingressar em juízo defendendo o interesse, quando determinado pelo Procurador ou pelo Prefeito; Assessorar os serviços Procuradoria Jurídica; Controlar processos e execuções; observar prazos; elaborar e manter banco de dados da área de sua competência; Executar outras atividades correlatas, disposições funcionais pertinentes estabelecidas no edital de concurso público e/ou que lhe forem atribuídas.</p> <p>CONDIÇÕES DE TRABALHO: - Geral: Carga horária semanal de 20 horas, sujeito a designação para atendimento em outros órgãos da Administração Municipal, viagens e execução de tarefas em expediente externo custeado pelo Município;</p>

As descrições das atividades de cada cargo serão inseridas no anexo III da Lei Municipal n.º 1415/2003 de acordo com a ordem alfabética da denominação.

ANEXO VII

GRUPOS OCUPACIONAIS, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL,

FUNÇÕES E NÍVEL DE VENCIMENTO**GRUPO I - ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - ANS**

Quantidade	Cargo	Código	Vencimentos
01	Advogado	1.1.20	1.292,16

Os vencimentos serão inseridos no anexo VII da Lei Municipal n.º 1415/2003 de acordo com a ordem crescente dos códigos de cada cargo.

Tigrinhos

PREFEITURA

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO 020-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 020/2015.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2015.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGAO PRESENCIAL, do tipo MENOR LANCE, para Contratação de Empresa Especializada para Fornecimento de Licença de Uso de Sistemas de Gestão Pública, Conforme Quantidades e Especificações Técnicas constantes do Anexo I do Edital. O recebimento das propostas e documentação será até as 09h00min do dia 27/04/2015, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a abertura será realizada às 09h10min do mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito na Avenida Felipe Bacinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064, com Cleise Honaiser.

Tigrinhos (SC), 06 de Abril de 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 009-2015 SAUDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE TIGRINHOS

Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 009/2015.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2015.

Sistema de Registro de Preço

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGAO PRESENCIAL, do tipo MENOR LANCE, para a aquisição DE OLEOS LUBRIFICANTES PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, durante o exercício de 2015. O recebimento das propostas e documentação será até as 10h00min do dia 22/04/2015, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a abertura será realizada às 10h10min do mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito na Avenida Felipe Bacinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064, com Cleise Honaiser.

Tigrinhos (SC), 06 de Abril de 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 019-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 019/2015.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2015.

Sistema de Registro de Preço

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGAO PRESENCIAL, do tipo MENOR LANCE, para a aquisição DE OLEOS LUBRIFICANTES PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL, durante o exercício de 2015. O recebimento das propostas e documentação será até as 09h00min do dia 22/04/2015, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a abertura será realizada às 09h10min do mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito na Avenida Felipe Bacinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064, com Cleise Honaiser.

Tigrinhos (SC), 06 de Abril de 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

PORTARIA 087/2015

PORTARIA Nº. 087/2015.

Concede adiantamento de diárias para o Prefeito Municipal, e da outras providencias.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Municipal nº. 011/97 e decreto Municipal nº. 043/00.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder ao Prefeito Municipal RUDIMAR FRANCISCO GUTH, adiantamento do equivalente a 4,00 (quatro) diárias, no valor R\$ 1.513,84 cada, totalizando o valor de R\$ 6.055,36 (seis mil e cinquenta e cinco reais e trinta e seis centavos), para sua viagem á Florianópolis, no período de 07 a 10 de Abril de 2015, com objetivo de participar de uma reunião sobre a regularização fundiária consubstanciada no Projeto Lar Legal, em que são signatários o Governo do Estado, através da secretaria da COHAB/SC, Assembleia Legislativa, o Ministério Público e o Tribunal de Justiça. Buscar recursos com o governador do estado e os deputados, fazer entregas de ofícios e viabilizar liberação dos recursos solicitando para o Município de Tigrinhos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE ABRIL DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em seis de abril de dois mil e quinze.

Macon Bruxel

Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

PORTARIA 088/2015

PORTARIA Nº. 088/2015.

CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS PARA O AGENTE DE RECURSOS HUMANOS E RESPONSÁVEL PELA SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Municipal nº. 011/97 e decreto Municipal nº. 043/00.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder ao Agente de Recursos Humanos e responsável pela Secretaria de Administração e Fazenda Sr. MAICON BRUXEL, adiantamento do equivalente a 05 (cinco) diárias, no valor de R\$ 606,00 cada, totalizando o valor de R\$ 3.030,00 (três mil e trinta reais), para sua viagem á Florianópolis, no período de 12 a 16 de Abril de 2015, Com objetivo de participar do curso eSocial, GFIP E DCTF Prev para Órgão Públicos. Capacitar os servidores dos órgãos Públicos e sociedades de economia mista a prestarem corretamente as Informações no eSocial, fazendo um paralelo com as informações já prestadas na GFIP.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE ABRIL DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em seis de abril de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

Timbó**PREFEITURA****AVISO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONCORRÊNCIA Nº 171 2014 PMT**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 171/2014 - PMT

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DO ANEL VIÁRIO RUA ARAPONGUINHAS ETAPA I, RELATIVOS AO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC 2, EIXO PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS - 2ª ETAPA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E DA MOBILIDADE URBANA - PRÓ-TRANSPORTE DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, COM RECURSOS DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS, CONFORME AUTORIZADO PELO MINISTRO DAS CIDADES ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 111 DE 5 DE MARÇO DE 2013 PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (repetição total Concorrência n.º 146/2014 com alterações).

A Prefeitura de Timbó, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público, para conhecimento das licitantes participantes da Concorrência nº 171/2014, que o processo encontra-se suspenso devido aos recursos administrativos interpostos pelas empresas:

- EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA;
- ENGEPLAN TERRAPLENAGEM SANEAMENTO E URBANISMO LTDA.

Ficam as empresas intimadas da interposição de recurso para, querendo apresentar contrarrazões, nos termos do art. 109, § 3º, da Lei nº 8.666/1993, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação deste aviso no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), ou desistência do mesmo, viabilizando o julgamento do feito e a continuidade do certame.

Os recursos serão digitalizados e encaminhados por e-mail às empresas participantes do certame mediante requerimento e, estarão disponíveis também, junto à Central de Licitações da Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, nº 700, Centro, Timbó/SC.

Timbó, 02 de abril de 2015

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO

Presidente

ANDREA TAISE FRANZ

Secretária

PRISCILA MACEDO

Membro

AVISO TOMADA DE PREÇO N.º 30 2015 PMT - SISTEMA DE GESTÃO CADASTRAL

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº 30/2015 - PMT

OBJETO: contratação de empresa especializada na execução de serviços de conversão de dados, fornecimento e treinamento de Sistema de Gestão Cadastral, conforme considerações constantes do Anexo I do edital. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 08 de maio de 2015. ABERTURA: dia 08 de maio de 2015 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 01/04/2015

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Três Barras**PREFEITURA****RESOLUÇÃO Nº 001/2015**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Criado pela Lei Federal n.º 8069 de 13 de julho de 1990 e

pela Lei Municipal n.º 1608 de 22 de abril de 1993

Av. Rígesa, nº 1.406 - Centro - Três Barras Fone (47) 3623-1451
- (47) 3623-5292

CEP 89490-000 - Três Barras - Santa Catarina

RESOLUÇÃO Nº 001/2015

HOMOLGA A RENÚNCIA DA CONSELHEIRA GICELI SUDOSKI.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE TRÊS BARRAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO o pedido de exoneração da Conselheira Tutelar Sra. Giceli Sudoski, (ofício 004/2015) protocolado em data de 02 de março;

RESOLVE:

Art. 1º. Homologar a renúncia do mandato da Conselheira Tutelar GICELI SUDOSKI como Conselheira Tutelar.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor nesta data.

Três Barras, 09 de março de 2015.

Marly Veiga

Presidente do CMDCA

CÂMARA MUNICIPAL**ATA Nº 01/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 03/2015.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2015.

Interessado: * CÂMARA MUNICIPAL

Aos seis dias do mês de abril do ano de 2015, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Câmara Municipal, sito na Av Rígesa, 2949 Joao Paulo II - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa auto posto Três Barras, CNPJ nº 80.447.519/0001-51, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente ao(s) item(ns) abaixo discriminado(s), com seu(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s):

ÍTEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
01	GASOLINA COMUM	6000	3,29

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido até 31 de dezembro de 2015, contado da data de sua assinatura. A Contratada declara que conhece e concorda com todas as

clausulas estipuladas pelo Edital nº. 03/2015 - Procedimento Administrativo nº. 03/2015, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: registrado: Os preços cotados poderão ser reduzidos ou majorados em observância à Legislação Federal pertinente, com o compromisso de informar por escrito, e comprovar mediante nota fiscal do produto, as alterações de preço que vierem a ocorrer durante a vigência do Contrato.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 06 de abril de 2015.

Gilson Hideaki Nagano Presidente	Auto Posto Três Barras CONTRATADA
-------------------------------------	--------------------------------------

Testemunhas:

1 _____ 2 _____

EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2015 CMTB

EXTRATO DE CONTRATO CMTB Nº. 04/2015 CONTRATANTE - CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - CONTRATADA - AUTO VIA LOCADORA DE VEICULOS LTDA.

OBJETO - LOCAÇÃO DE UM VEÍCULO MARCA VW, MODELO VOYAGE, ANO 2014, MOTOR 1.6 COM AR CONDICIONADO, AIR BAG, ALARME, DIREÇÃO HIDRAULICA. VALOR - R\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais). VIGÊNCIA -DOZE MESES. DOTAÇÃO - 33903927000000 FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 02/2015 CMTB DATA DA ASSINATURA - 06 de abril de 2015.

GILSON HIDEAKI NAGANO
Presidente

Treze Tílias

PREFEITURA

RESOLUCAO 57

MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS/SC

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Resolução Nº 057/2015/CMDCA

NOMEIA A COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO DE ESCOLHA DO CONSELHO TUTELAR

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe a Lei Federal 8069/90, Lei Municipal nº 78/2014 e Resolução 057/2015/CMDCA, resolve:

Art. 1º. Constituir a Comissão Organizadora do Processo de Escolha do Conselho Tutelar, nomeando, para tanto, os seguintes cidadãos:

Governamental
Gláucio Calixto de Oliveira
Ademar Gaedke
Soraya Aparecida Boesing Juchem
Não Governamental
Claudete Rabuski
Humberto Michellin
Adelino Ferronato

Art. 2º. A Comissão de Escolha será coordenada pelo Presidente do CMDCA e suas atribuições são as definidas na Lei Complementar Municipal nº 78 e Resolução nº 057, cujos prazos deverão ser rigorosamente observados.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, mediante afixação na sede do CMDCA, Prefeitura, Câmara Municipal, escolas, bancos, correios, associações civis, igrejas e demais locais de grande acesso de público, nas zonas urbana e rural do Município, bem como a divulgação em jornais de circulação local e demais meios de comunicação.

Treze Tílias/SC 24 de Março de 2015.

Gláucio Calixto de Oliveira
Presidente CMDCA

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, nesta data, afixei cópias deste edital na sede do CMDCA, Prefeitura, Câmara Municipal, escolas, bancos, correios, associações civis, igrejas e demais locais de grande acesso de público, nas zonas urbana e rural do Município.

Treze Tílias/SC 24 de Março de 2015.

Gláucio Calixto de Oliveira
Presidente CMDCA

Trombudo Central

PREFEITURA

PREGÃO ELETRONICO 14/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
PREGÃO ELETRONICO FMS Nº 14/2015

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Municipal nº 003/2015 e 004/2015, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 14/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM, EXCLUSIVO para Microempreendedor Individual - MEI, Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte - EPP visando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA MANUTENÇÃO DO CONSULTÓRIO NA SECRETARIA DE SAÚDE. O prazo de recebimento de propostas será a partir das 16:00h do dia 07/04/2015 até as 16:00h do dia 17/04/2015, sendo que a abertura das propostas dar-se-á as 07:30h do dia 22/04/2015 e o início da disputa as 08:30h do dia 22/04/2015, sendo feito através do endereço eletrônico: bll.org.br. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 07:00 às 13:00 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br ou encontrada no site bll.org.br.

Trombudo Central, 06 de abril de 2015.
Silvio Venturi
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO ALUGUEL DL 04-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO PMTC Nº 04/2015

DATA: 07/04/2014
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL LOCALIZADO NA RUA GETÚLIO VARGAS, 2345, BAIRRO CIDADE ALTA COM METRAGEM TOTAL 100 M² COM FINALIDADE DE ALUGUEL SOCIAL
VALOR TOTAL: R\$ 4.320,00 (quatro mil trezentos e vinte reais)
CONTRATADA: Sonho Meu Empreendimentos Imobiliários
EMBASAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso X, Da Lei Federal 8666/93, E Demais Alterações Posteriores.

Trombudo Central, 06 de abril de 2015.
Silvio Venturi
Prefeito Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 53/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 53/2015
Edital de Pregão Presencial nº 43/2015

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo seu julgamento por item, para entrega imediata visando aquisição de 01(um) Computador para a Delegacia de Polícia Civil e 1(uma) Máquina Digital para o Centro Administrativo. Entrega das propostas até às 9h do dia 20/04/2015. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Urussanga

PREFEITURA

AVISO PR 22/2015/PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 22/2015/PMU

Objeto: aquisição parcelada de material de desgaste para máquinas pesadas. Recebimento dos envelopes: até as 14h do dia 22/04/2015, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 - Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: Às 14h do dia 22/04/2015, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h as 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br ou retirado no site oficial desta municipalidade, no Portal da Transparência.

Rosane Zatta
Pregoeira

AVISO PR 23/2015/PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 23/2015/PMU

Objeto: aquisição parcelada de material de massa asfáltica a quente. Recebimento dos envelopes: até as 14h do dia 23/04/2015, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 - Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: Às 14h do dia 23/04/2015, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h as 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br ou retirado no site oficial desta municipalidade, no Portal da Transparência.

Rosane Zatta
Pregoeira

AVITO RETIFICAÇÃO ANULAÇÃO PR 19/2015/PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
Comissão Permanente de Licitação e Julgamento - CPLJ

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE ANULAÇÃO DE EDITAL PR 19/2015/PMU

Objeto: aquisição de peças e serviços para manutenção elétrica de veículos da frota municipal.

Leia-se: PR 17/2015.

Outras informações poderão ser obtidas através do telefone (48) 3465-1188 ou através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br.

ROSANE ZATTA
Pregoeira

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATOS DE CONTRATOS DE Nº 091/2015 A 095/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: JULIANO EMANUEL BONATTO - MEI

OBJETO: Prestação de serviços de pintura de parede lisa para suprir as eventuais necessidades da Administração Municipal de Vargeão ao longo do exercício 2015.

VALOR: R\$ 53.400,00 (cinquenta e três mil e quatrocentos reais).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 20/2015 e Contrato nº 91/2015.

Vargeão, SC, 2 de abril de 2015.

Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: FÁBIO BONATTO - MEI

OBJETO: Prestação de serviços de textura e massa acrílica em paredes para suprir as eventuais necessidades da Administração Municipal de Vargeão ao longo do exercício 2015.

VALOR: R\$ 50.800,00 (cinquenta mil e oitocentos reais).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 20/2015 e Contrato nº 92/2015.

Vargeão, SC, 02 de abril de 2015.

Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: RAFAEL ANTONIO VALMORBIDA - MEI

OBJETO: Prestação de serviços de pintura de canteiros, meio fios, corrimões e muros de praças públicas para suprir as eventuais necessidades da Administração Municipal de Vargeão ao longo do exercício 2015.

VALOR: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 20/2015 e Contrato nº 93/2015.

Vargeão, SC, 02 de abril de 2015.

Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: ERMES LUIZ PALLA - MEI

OBJETO: Prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra, ferramentas e equipamentos necessários para a execução dos serviços nos prédios públicos do Município de Vargeão, SC, conforme a necessidade, ao longo do exercício 2015.

VALOR: R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 19/2015 e Contrato nº 94/2015.

Vargeão, SC, 02 de abril de 2015.

Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: JUNIOR CELSO DOS SANTOS - MEI

OBJETO: Prestação de serviços elétricos residenciais/prediais - manutenção e instalação para suprir as eventuais necessidades da Administração Municipal de Vargeão ao longo do exercício 2015.

VALOR: R\$ 33.300,00 (trinta e três mil e trezentos reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 19/2015 e Contrato nº 95/2015.

Vargeão, SC, 02 de abril de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

PORTARIA N. 325/2015

PORTARIA N 325/2015

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORES QUE ESPECIFICA"

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais infra relacionados para serem gozadas no mês de Fevereiro de 2015, como segue:

Cód.	Nome	Período Aquisitivo	Período de Gozo
1148	Adriana Aparecida Gabrieli	01/08/13 à 31/07/14	01/02/15 à 02/03/15
1499	Agenor Castanho Bueno	03/02/14 à 02/02/15	01/02/15 à 02/03/15
1415	Alessandra Radavelli	01/06/12 à 31/05/13	01/02/15 à 02/03/15
135	Ana Jacira Gomes da Silva	01/08/12 à 31/07/13	01/02/15 à 02/03/15
1468	Angela Maria Rodrigues Fabrício	04/02/14 à 03/02/15	01/02/15 à 02/03/15
123	Clodoaldo Correa de Almeida	09/11/13 à 08/11/14	01/02/15 à 02/03/15
1342	Clovanir da Rosa	12/05/13 à 11/05/14	01/02/15 à 24/02/15
756	Dilmar Luiz Chiot	06/03/13 à 05/03/14	01/02/15 à 02/03/15
753	Edson Antônio Dias da Silva	06/03/13 à 05/03/14	01/02/15 à 02/03/15
1175	Elisangela Virme de Abreu	07/02/13 à 06/02/14	01/02/15 à 02/03/15
1361	Gilseo Francisco De Bastiani	01/08/13 à 31/07/14	01/02/15 à 02/03/15
1381	Glaciela Lurdes Lenzi	01/12/12 à 30/11/13	01/02/15 à 02/03/15
1494	Jucilene dos Santos Sanches	18/11/13 à 17/11/14	01/02/15 à 02/03/15
1473	Leonardo Elias Bittencourt	15/03/13 à 14/03/14	01/02/15 à 02/03/15
98	Margarida Ferreira	01/03/14 à 28/02/15	01/02/15 à 02/03/15
1446	Marizete Gonçalves de Meira Garbin	02/01/14 à 01/01/15	01/02/15 à 02/03/15
683	Marlene Margarida Sartori	01/03/12 à 28/02/13	01/02/15 à 02/03/15
1459	Marlene Maria De Bastiane de Abreu	09/01/14 à 08/01/15	01/02/15 à 02/03/15
1443	Nelvir José Ransan	02/01/13 à 01/01/14	01/02/15 à 02/03/15
199	Sandro José Bressanelli	06/02/13 à 05/02/14	01/02/15 à 02/03/15
1483	Simone Angélica Piran	01/07/13 à 30/06/14	01/02/15 à 02/03/15
1358	Talita Dinolga Marques Costa	11/07/13 à 10/07/14	01/02/15 à 02/03/15

724	Valdecir Bongiovani	01/07/11 à 30/06/12	01/02/15 à 02/03/15
252	Vilmar José Giasson	22/02/14 à 21/02/15	01/02/15 à 02/03/15
409	Volnei Antônio da Silva Pereira	02/02/14 à 01/02/15	01/02/15 à 02/03/15

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos de lei a partir de 01 de Fevereiro de 2015.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 02 de Fevereiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 326/2015

PORTARIA N. 326/2015

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Pedido "DÉBORA MARINA DOS SANTOS", brasileira, solteira, residente neste município, nascida em 10/01/1991, inscrita no CPF n. 075.856.359-07, carteira de identidade n. 4.756.788, título eleitoral n. 052527120930, ocupante do cargo efetivo de "MONITOR", nível 4, classe/referência "H", nomeada através da portaria n. 347/2011 de 01 de Março de 2011, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 02 de Fevereiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 327/2015

PORTARIA N. 327/2015

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora "ALIDE ANTONIOLLI WELTER", brasileira, viúva, residente neste município, nascida em 03/08/1961, portadora do CPF n. 649.775.109-25, carteira de identidade n. 2.073.492-1, título eleitoral n. 20869020990, ocupante do cargo efetivo de "AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ESF)", nível 85, classe/referência "J", "LICENÇA PRÊMIO" pelo período de 82 (oitenta e dois) dias consecutivos a contar de 01 de Fevereiro de 2015 a 23 de Abril de 2015 conforme facultam os artigos 137 e 139 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.

Art. 2º - A Licença Prêmio ora concedida refere-se aos seguintes períodos aquisitivos:

1º) - De 13 de Janeiro de 2004 à 16 de Abril de 2004 = 3 meses e 4 dias

2º) - De 07 de Outubro de 2005 à 31 de Julho de 2006 = 9 meses e 25 dias

3º) - De 01 de Agosto de 2006 à 01 de Julho de 2010 = 3 anos, 11 meses e 1 dia => 5 anos Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos de lei a partir de 1º de Fevereiro de 2015.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 02 de Fevereiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 328/2015

PORTARIA N. 328/2015

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora "IRACY LOURDES LUVIZÃO", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 20/07/1964, portadora do CPF n. 983.413.329-49, carteira de identidade n. 11/R 2.412.452, título eleitoral n. 7834750965, ocupante do cargo efetivo de "AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS", nível 01, classe/referência "A", "LICENÇA PRÊMIO" pelo período de 89 (oitenta e nove) dias consecutivos, a contar de 01 de Fevereiro de 2015 a 30 de Abril de 2015 conforme facultam os artigos 137 e 139 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.

Art. 2º - A Licença Prêmio ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 02 de Maio de 2006 à 01 de Maio de 2011.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos de lei a partir de 1º de Fevereiro de 2015.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 02 de Fevereiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 329/2015

PORTARIA N. 329/2015

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a "CRISTIANI FAZIONI FERREIRA", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 15/09/1979, inscrita no CPF n. 025.671.069-44, carteira de identidade n. 3.808.120, título eleitoral n. 033157650906, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR "LICENÇA MATERNIDADE" pelo período de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, a contar de 05 de Fevereiro de 2015 a 04 de Junho de 2015, tendo em vista ter apresentado Atestado Médico conforme faculta o artigo 126, capítulo IV do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 05 de Fevereiro de 2015

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 330/2015

PORTARIA N. 330/2015

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido "IVETE APARECIDA DA LUZ", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 01/08/1975, inscrita no CPF n. 021.806.959-69, carteira de identidade n. 3.347.156, título eleitoral n. 030600490990, nomeada para exercer o cargo de "CHEFE DO SETOR" nível CC-2, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo através da

portaria n. 085/2013 de 01 de Abril de 2013, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 06 de Fevereiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 331/2015

PORTARIA N. 331/2015

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a "JOICIANI VARELA DE OLIVEIRA", brasileira, convivente, residente neste município, nascida em 01/10/1980, inscrita no CPF n. 005.970.959-65, carteira de identidade n. 11/R 4.289.645, título eleitoral n. 037847380949, ocupante do cargo efetivo de MONITOR "LICENÇA MATERNIDADE" pelo período de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, a contar de 09 de Fevereiro de 2015 a 08 de Junho de 2015, tendo em vista ter apresentado Atestado Médico conforme faculta o artigo 126, capítulo IV do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 09 de Fevereiro de 2015

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 332/2015

PORTARIA N. 332/2015

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Pedido "TATIANE ADRIANO SCHITZ", brasileira, convivente, residente neste município, nascida em 17/03/1990, inscrita no CPF n. 082.538.149-50, carteira de identidade n.

5.995.531, título eleitoral n. 049829040914, ocupante do cargo efetivo de "AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS", nível 1, classe/referência "A", nomeada através da portaria n. 506/2012 de 12 de Janeiro de 2012, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 11 de Fevereiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 333/2015

PORTARIA N. 333/2015

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido "HUGO SANCHES", brasileiro, solteiro, residente neste município, nascido em 06/04/1987, inscrito no CPF n. 065.771.689-89, carteira de identidade n. 11/R 4.152.519, título eleitoral n. 046851990922, nomeado para exercer o cargo de "COORDENADOR DE ESPORTES" nível CC-3, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo, nomeado através da portaria n. 223/2014 de 07 de Março de 2014, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 12 de Fevereiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 334/2015

PORTARIA N. 334/2015

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora "LUCIANE DE FÁTIMA OTONELLI DE MORAIS", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 03/03/1984, portadora do CPF n. 046.977.379-03, carteira

de identidade n. 26/R 4.507.705, título eleitoral n. 41096050930, ocupante do cargo efetivo de "AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ESF)", nível 85, classe/referência "J" "LICENÇA PRÊMIO" pelo período de 36 (trinta e seis) dias consecutivos, a contar de 15 de Fevereiro de 2015 a 22 de Março de 2015 conforme facultam os artigos 137 e 139 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.

Art. 2º - A Licença Prêmio ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 09 de Agosto de 2009 à 08 de Agosto de 2014.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 13 de Fevereiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 335/2015

PORTARIA N. 335/2015

"REVOGA PORTARIA N. 306/2014 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014 QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a portaria n. 306/2014 de 13 de Novembro de 2014, que alterou a carga horária da Servidora "SUZI CARLA COSTA ROSA", inscrita no CPF n. 008.507.289-32, retornando a mesma para o cargo de "COORDENADOR" - 40 horas, nível CC-3, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a parti de 01 de Fevereiro de 2015.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 13 de Fevereiro de 2015

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 336/2015

PORTARIA N. 336/2015

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Pedido "JÉSSICA ANTUNES MARTINS FERREIRA", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 11/04/1991, inscrita no CPF n. 075.433.349-33, carteira de identidade n. 5.641.898, título eleitoral n. 051926350906, ocupante do cargo efetivo de "MONITOR", nível 4, classe/referência "A", nomeada através da portaria n. 533/2012 de 22 de Fevereiro de 2012, a qual fica sem efeito a partir do dia 28 de Fevereiro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 27 de Fevereiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 337/2015

PORTARIA N 337/2015

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORES QUE ESPECIFICA"

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENECHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais infra relacionados para serem gozadas no mês de Março de 2015, como segue:

Cód.	Nome	Período Aquisitivo	Período de Gozo
1331	Cristhiane Covolan Picinatto	02/05/13 à 01/05/14	01/03/15 à 30/03/15
1037	Dirlene dos Santos Alves de Lima	02/05/13 à 01/05/14	01/03/15 à 30/03/15
760	Edson Luis Alves de Lima	06/03/14 à 05/03/15	01/03/15 à 30/03/15
839	Elton Bruno Ferreira	06/01/14 à 05/01/15	01/03/15 à 30/03/15
173	Idalene Aparecida Cazella de Tomin	01/10/13 à 30/09/14	01/03/15 à 30/03/15
1444	Lolita Mafra Alves	02/01/14 à 01/01/15	01/03/15 à 30/03/15
1125	Milton Alves	15/03/13 à 14/03/14	01/03/15 à 30/03/15
283	Ourita Peres Mendes	01/03/12 à 28/02/13	01/03/15 à 30/03/15
5	Simara Aparecida Gazzoni	01/08/13 à 31/07/14	01/03/15 à 30/03/15
1378	Valter Zambiazzi	03/10/12 à 02/10/13	01/03/15 à 30/03/15

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos de lei a partir de 1º de Março de 2015.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 02 de Março de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 338/2015

PORTARIA N. 338/2015

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a "INGRIDIAMARA QUECHIN DA SILVA", brasileira, solteira, residente neste Município, nascida em 20/03/1991, inscrita no CPF n. 075.768.749-02, carteira de identidade n. 5.747.794, título eleitoral n. 051933860914, ocupante do cargo efetivo de MONITOR, "LICENÇA MATERNIDADE" pelo período de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, a contar de 01 de Março de 2015 a 28 de Junho de 2015, tendo em vista ter apresentado Atestado Médico conforme faculta o artigo 126, capítulo IV do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 02 de Março de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 339/2015

PORTARIA N. 339/2015

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Pedido "ADRIANA APARECIDA GABRIELI", brasileira, divorciada, residente neste município, nascida em 17/08/1974, inscrita no CPF n. 845.787.939-15, carteira de identidade n. 2.824.389, título eleitoral n. 039771680973, ocupante do cargo efetivo de "ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (ESF)", nível 04, classe/referência "J", nomeada através da portaria n. 736/2007 de 01 de Agosto de 2007, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 03 de Março de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 340/2015

PORTARIA N. 340/2015
"NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear "CRISTIANE SANTOS DE OLIVEIRA", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 23/08/1986, inscrita no CPF n. 053.994.879-93, carteira de identidade n. 4.005.629, título eleitoral n. 044798200922, para exercer em ESTÁGIO PROBATÓRIO o cargo de "AGENTE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS", nível 07, classe/referência "A", cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal Poder Executivo, tendo em vista ter sido aprovada no concurso público n. 001/2013 de 16 de julho de 2013, homologado pelo Decreto n. 055/2013 de 04 de outubro de 2013, com vencimentos de lei a partir de 16 de Março de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 16 de Março de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 341/2015

PORTARIA N. 341/2015
"DETERMINA A CONCESSÃO DE BENEFÍCIO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a concessão de benefício de PENSÃO POR MORTE, com fundamento no artigo 10 da Lei nº 138/95 de 03 de março de 1995, a "SALETE MARIA CANALLE DE FREITAS", inscrita no CPF nº 853.835.549-04, em decorrência do óbito de Francisco Obugalski de Freitas, brasileiro, aposentado deste Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, conforme Certidão de Óbito nº 107797 01 55 2015 4 00034 241 0010276 13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao último pagamento ocorrido.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 16 de Março de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 342/2015

PORTARIA N. 342/2015
"NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear "CÉLIA MARIA RIBEIRO", brasileira, convivente, residente no município de Catanduvas-SC, nascida em 02/09/1978, inscrita no CPF n. 007.812.189-26, carteira de identidade n. 4.216.315, título eleitoral n. 033151360990, para exercer em ESTÁGIO PROBATÓRIO o cargo de "AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS", nível 01, classe/referência "A", anexo 3, cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal Poder Executivo, tendo em vista ter sido aprovada no concurso público n. 001/2013 de 16 de julho de 2013, homologado pelo Decreto n. 055/2013 de 04 de outubro de 2013, com vencimentos de lei a partir de 23 de Março de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 23 de Março de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 343/2015

PORTARIA N. 343/2015
"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "IVONETE DE LOURDES PADILHA DE OLIVEIRA", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 15/07/1968, inscrita no CPF n. 824.833.709-00, carteira de identidade n. 2.141.089, título eleitoral n. 024757830973, nomeada para exercer o cargo de "CHEFE DO SETOR", nível CC-2, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo, através da portaria n. 111/2013 de 10 de Junho de 2013, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 31 de Março de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 344/2015

PORTARIA N. 344/2015

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "RAQUEL GONÇALVES ANTUNES", brasileira, convivente, residente neste município, nascida em 20/02/1976, inscrita no CPF n. 026.089.569-55, carteira de identidade n. 26/R 3.802.598, título eleitoral n. 041269580965, nomeada para exercer o cargo de "CHEFE DO SETOR", nível CC-2, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo, através da portaria n. 087/2013 de 05 de Abril de 2013, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 31 de Março de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 345/2015

PORTARIA N. 345/2015

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "SIMONE ANGELICA PIRAN", brasileira, convivente, residente neste município, nascida em 29/11/1987, inscrita no CPF n. 063.868.589-30, carteira de identidade n. 11/R 5.341.564, título eleitoral n. 047399670981, nomeada para exercer o cargo comissionado de "COORDENADOR" nível CC-3 através da portaria n. 133/2013 de 01 de Julho de 2013 e alterada para o cargo comissionado de "SUPERVISOR" nível CC-4 através da portaria n. 169/2013 de 01 de outubro de 2013, as quais ficam sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 31 de Março de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Videira

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO N. 0013/15

Extrato do Contrato n. 0013/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARIANE LUIZA VANZ
CPF: 082.597.539-52
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 30 de junho de 2015
FUNÇÃO: PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0014/15

Extrato do Contrato n. 0014/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SUSAN CORREA
CPF: 059.268.299-41
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA NOILI GHELLER EM LICENÇA PRÊMIO
VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 30 de abril de 2015
FUNÇÃO: PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0015/15

Extrato do Contrato n. 0015/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ANDREA SANTOS DE OLIVEIRA
CPF: 989.215.173-91
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ANA MARIA PEREIRA DIAS AFASTADA PARA ATUAR COMO ASSESSOR SECRETARIA ESCOLAR I
VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 23 de dezembro de 2015
FUNÇÃO: PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0016/15

Extrato do Contrato n. 0016/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ROSELI DE ASSIS RAUPT
CPF: 763.155.099-91
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ELIANE BALDO FANTINEL AFASTADA PARA ATUAR COMO DIRETORA DE CEMEI
VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 23 de dezembro de 2015
FUNÇÃO: PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0017/15

Extrato do Contrato n. 0017/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GISELE APARECIDA CARELLI
CPF: 010.361.249-16
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA VANIR APARECIDA NOVAES AFASTADA PARA ATUAR COMO DIRETORA DE CEMEI
VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 23 de dezembro de 2015
FUNÇÃO: PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0021/15

Extrato do Contrato n. 0021/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JANETE BATISTA DOS SANTOS
CPF: 039.567.119-12
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA HELENA KNEBEL DE SIQUEIRA DEMORI EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 02 de maio de 2015
FUNÇÃO: PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0022/15

Extrato do Contrato n. 0022/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SIRLEI CRISTINA ZAGO
CPF: 043.050.089-04
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ELENICE SALETE SCHNEIDER EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 26 de maio de 2015
FUNÇÃO: PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0023/15

Extrato do Contrato n. 0023/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CLAUDIA MEDEIROS
CPF: 018.597.239-00
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ELIZETE BARBOSA DE BRITO DIESEL AFASTADA PARA ATUAR COMO DIRETORA DE ESCOLA I
VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015
FUNÇÃO: PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0024/15

Extrato do Contrato n. 0024/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANA CAMILA RIBEIRO DE DEUS

CPF: 079.164.569-07

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA JEAN HELENA FEYN EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 01 de maio de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0025/15

Extrato do Contrato n. 0025/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GRACIELI MEZAROA GUERRA

CPF: 023.497.309-99

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARI BRESCIANI EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 30 de março de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0028/15

Extrato do Contrato n. 0028/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JEDELI TAIANE MARCHETTI

CPF: 044.123.639-10

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ELSA COELHO BASEGGIO EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 17 de junho de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0029/15

Extrato do Contrato n. 0029/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANDREIA TERESINHA MORESCO

CPF: 052.664.199-11

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA TANIA REGINA CESCO AFASTADA PARA ATUAR COMO ASSESSOR NÍVEL II

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 23 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0034/15

Extrato do Contrato n. 0034/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LUCIANE DA ROSA

CPF: 048.176.679-07

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.395,54 (um mil, trezentos e noventa e cinco reais e cinquenta e quatro centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0041/15

Extrato do Contrato n. 0041/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FABIANE BERTÉ

CPF: 022.058.309-96

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ADRIANA MARIA DE OLIVEIRA GAIO AFASTADA PARA ATUAR NA COORDENAÇÃO DA UAB

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0043/15

Extrato do Contrato n. 0043/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARLOVA RAMOS MEZALIRA

CPF: 031.906.219-85

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARILUCY FÁTIMA ANDRADE LOPES AFASTADA PARA ATUAR NA SALA DE DEFICIENTES AUDITIVOS

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0044/15

Extrato do Contrato n. 0044/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GRAZIELE BOGO

CPF: 066.775.119-01

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA SANDRA APARECIDA GUILL MENEGAZZO AFASTADA PARA EXERCER AS ATIVIDADES DE DIRETOR DE ESCOLA ADJUNTO

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0046/15

Extrato do Contrato n. 0046/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JOSIANE APARECIDA ZAGO

CPF: 048.498.519-16

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0066/15

Extrato do Contrato n. 0066/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANA PAULA MECABÔ

CPF: 079.283.079-28

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA VLADENICE PAZIN UNGARATTO AFASTADA PARA ATUAR COMO DIRETORA DE CEMEI

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0074/15

Extrato do Contrato n. 0074/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARCIA DALLA PICCOLA LEONARDO GAIO

CPF: 007.160.569-53

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MÁRCIA NELCI KAUL SCHAITELE EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 30 de março de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0075/15

Extrato do Contrato n. 0075/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARILI APARECIDA DO PRADO

CPF: 004.911.779-33

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA LEONILSE OLIVARI BOTH EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 17 de junho de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0077/15

Extrato do Contrato n. 0077/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ROSELI DE OLIVEIRA DIAS DA MOTTA

CPF: 825.030.369-53

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA LISNÉIA APARECIDA DA SILVA AFASTADA PARA ATUAR COMO ASSESSOR NÍVEL II

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 23 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0078/15

Extrato do Contrato n. 0078/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: TACIANY RIBEIRO ALVES

CPF: 006.147.849-05

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 09 de fevereiro de 2015 a 30 de abril de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0083/15

Extrato do Contrato n. 0083/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SUSANA SALETE DA SILVA SOMMER

CPF: 506.170.289-15

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.395,54 (um mil, trezentos e noventa e cinco reais e cinquenta e quatro centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0087/15

Extrato do Contrato n. 0087/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: TEOLINDA PADILHA SCHNEIDER KAUL

CPF: 006.286.219-73

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA LUCIMERE TONELLO AFASTADA PARA ATUAR ASSESSOR NÍVEL II

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0088/15

Extrato do Contrato n. 0088/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SOLANGE APARECIDA DIAS DE CAMPOS

CPF: 029.365.539-11

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA SIMONE DANIELLI AFASTADA PARA ATUAR COMO DIRETORA DE CEMEI

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0093/15

Extrato do Contrato n. 0093/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GILVANI APARECIDA RAMOS DE SOUZA

CPF: 947.183.429-53

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA IVANA TERESINHA BERTI TORRES EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 02 de maio de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0094/15

Extrato do Contrato n. 0094/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GISELE TRANCOSO DOS SANTOS

CPF: 036.661.869-55

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0095/15

Extrato do Contrato n. 0095/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GLACI BUSANELLO GANASINI

CPF: 543.684.809-53

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0097/15

Extrato do Contrato n. 0097/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FERNANDA DE BORTOLI

CPF: 026.320.879-61

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0106/15

Extrato do Contrato n. 0106/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LEONICE MARIA COITO

CPF: 949.619.999-20

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO AO SERVIDOR DEOMIR GHELLER EM GOZO DE LICENÇA PREMIO

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 30 de abril de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0122/15

Extrato do Contrato n. 0122/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SIRLENE MARIA TURCO SCHULTE

CPF: 665.740.809-91

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 10 de fevereiro de 2015 a 31 de maio de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0123/15

Extrato do Contrato n. 0123/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANA CAROLINE COSTA LOPES

CPF: 076.816.109-60

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 10 de fevereiro de 2015 a 31 de maio de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0124/15

Extrato do Contrato n. 0124/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CRISTIANE SOUZA

CPF: 032.559.849-55

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL

INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 09 de fevereiro de 2015 a 31 de maio de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0132/15

Extrato do Contrato n. 0132/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SILVANA TEREZINHA PERAZZOLI

CPF: 018.440.789-30

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA SILVA-
NA TEREZINHA PERAZZOLI EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE
SAÚDE

VIGÊNCIA: de 10 de fevereiro de 2015 a 30 de maio de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0134/15

Extrato do Contrato n. 0135/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JOELMA FERNANDA PAZ DE OLIVEIRA

CPF: 063.998.709-50

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIO-
NAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 12 de fevereiro de 2015 a 30 de abril de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0136/15

Extrato do Contrato n. 0136/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ALBERTINA DE MATOS

CPF: 707.522.229-53

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA JOZANE
MOREIRA DOS SANTOS GAVASSOEM EM GOZO DE LICENÇA PRÊ-
MIO

VIGÊNCIA: de 10 de fevereiro de 2015 a 30 de abril de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0141/15

Extrato do Contrato n. 0141/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JENIFER DIANA BALDISSARELLI

CPF: 010.400.039-23

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MICHELE
PATRICIA ANDREIS DA MOTTA EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2015 a 30 de abril de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

PORTARIA Nº 0230/15

PORTARIA nº 0230/15

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor WOLMAR ERD-MANN, Agente de Fiscalização de Nível Superior, da referência "M" para a referência "N", relativa ao período de avaliação de 01 de setembro de 2013 até 01 de março de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus a 01 de março de 2015.

Videira, 25 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO CONTRATO Nº 03/2015 - CMV**

Contrato nº: 03/2015 - CMV

Data de Assinatura: 06/04/2015

Contratada: Rádio Videira Ltda.

Valor: R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais)

Licitação: Pregão Presencial 02/2015 - CMV

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços radiofônicos para divulgar as matérias pertinentes ao Poder Legislativo, bem como os assuntos de interesse geral, veiculados nas sessões da Câmara, para informação geral da população videirense com programas semanais com 08 (oito) inserções de 30" (trinta segundos) diárias de segunda a sábado, na frequência AM, para divulgação dos trabalhos através de comerciais; mensagens das principais datas comemorativas; informativo da Câmara na terça-feira: Projetos a serem apreciados - 08 (oito) minutos; na quarta-feira Projetos aprovados - 15 (quinze) minutos; cobertura de todas as sessões com divulgação dos trabalhos através de entrevistas.

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO PR 02/2015 - CMV

A Câmara Municipal de Vereadores de Videira no mês 04/2015, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/15

HOMOLOGAÇÃO: 06/04/15

CONTRATADA: Rádio Videira LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços radiofônicos para divulgar as matérias pertinentes ao Poder Legislativo, bem como os assuntos de interesse geral, veiculados nas sessões da Câmara, para informação geral da população videirense com programas semanais com 08 (oito) inserções de 30" (trinta segundos) diárias de segunda a sábado, na frequência AM, para divulgação dos trabalhos através de comerciais; mensagens das principais datas comemorativas; informativo da Câmara na terça-feira: Projetos a serem apreciados - 08 (oito) minutos; na quarta-feira Projetos aprovados - 15 (quinze) minutos; cobertura de todas as sessões com divulgação dos trabalhos através de entrevistas.

VALOR DA DESPESA: R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais).

CHRISTIANE ZIMMER - Presidente.

Xavantina**PREFEITURA****CONTRATO Nº 054/2015 PMXV**

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI.

Contrato nº: 054/2015 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, DE CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS.

Data da Assinatura: 06/04/2015.

Vigência: 31/12/2015.

Valor do Contrato: R\$ 13.000,00 (treze mil reais).

EDITAL DL 02/2015 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2015 PMXV

MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2015 PMXV

RESUMO DO SERVIÇO:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, DE CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS.

EMPRESA CONTRATADA:

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSÃO RURAL DE SC.

VALOR DO CONTRATO:

R\$ 13.000,00 (treze mil reais).

FUNDAMENTO DA DISPENSA - JUSTIFICATIVA:

O presente instrumento está fundamentado na Lei 8.666/93, arts. 1º, 25, "caput"; 54 e 55.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR/EXECUTANTE:

Empresa Pública que possui, entre outros, o objetivo de planejar, coordenar, controlar e executar, de forma descentralizada a política estadual de pesquisa, transferência e difusão de tecnologia agropecuária, florestal, pesqueira e de assistência técnica e extensão rural do Estado de Santa Catarina.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

De acordo com os praticados no mercado para cessão de assistência técnica.

Xavantina/SC, em 06 de abril de 2015.

VALMOR DE SOUZA

OAB/SC 12.717 _____

À vista de exposição do gerente de material e patrimônio, referente a realização da despesa independente de Licitação, com fundamento nos motivos expostos acima, e de conformidade com a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações:

(X) Homologo a realização da despesa.

() Indefiro a realização da despesa.

Xavantina/SC, em 06 de abril de 2015.
MAURO JUNES POLETO,
Prefeito Municipal.

EXTRATO DL 02/2015 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2015 PMXV

O Prefeito Municipal de Xavantina/SC, torna público que ratificou o ato do Senhor Valmor de Souza, Assessor Jurídico deste Município, que declarou dispensável a licitação, nos termos do CAPUT do Artigo 25 da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, objetivando prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural, de conformidade com a lei 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações públicas, em favor da empresa: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSÃO RURAL DE SC no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais).

Xavantina/SC, em 06 de abril de 2015.
MAURO JUNES POLETO,
Prefeito Municipal.

PARECER DL 02/2015 PMXV

Município de Xavantina

Parecer Procedimento Licitatório

Licitação modalidade Dispensa de Licitação nº 02/2015 PMXV
DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEI 8.666/93

Declaro sob as penas da Lei que o Processo Licitatório nº 36/2015 PMXV, na modalidade de Dispensa de Licitação nº 02/2015 PMXV, objetivando a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural, de conformidade com a lei 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações públicas, cuja empresa vencedora foi: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSÃO RURAL DE SC, e a mesma atendeu a todos os dispositivos constantes na legislação em vigor em especial à Lei 8.666/93 e suas alterações.

É o parecer.

Xavantina/SC, em 06 de abril de 2015.
VALMOR DE SOUZA
OAB/SC 12.717

TP 01/2015 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2015 PMXV

Objeto: Contratação de escritório de advocacia para execução de serviços técnicos especializados para recuperação de créditos, através do levantamento de dados, realizando encaminhamento e acompanhamento administrativo e/ou judicial da recuperação financeira, em favor do Município de Xavantina/SC.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 07/05/2015.

Abertura: dia 07/05/2015, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 07 de abril de 2015.
MAURO JUNES POLETO,
Prefeito Municipal.

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO 042/2015

MUNICIPIO DE XAXIM

PROCESSO LICITATÓRIO N. 076/2015

PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 042/2015

O Município de Xaxim - SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a contratação de serviço/horas de motoniveladora, peso operacional mínimo de 16.200 kg, potencia mínima de 144 hp, com lamina deslizante articulada, fabricação/modelo mínimo 2012, para manutenção de estradas vicinais do Município de Xaxim. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h: 45min do dia 22 de abril de 2015, procedendo à abertura às 09h: 00min do mesmo dia. O Edital seus anexos e maiores informações poderão ser retirados/obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 06 de abril de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO 043/2015

MUNICIPIO DE XAXIM

PREGÃO PRESENCIAL N. 043/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 077/2015

O Município de Xaxim - SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando contratação de empresa especializada para execução de reforma do Ginásio de Esportes da Escola Municipal Dom Bosco, incluindo mão de obra e materiais, conforme descrição completa no edital, destinado para Secretaria de Educação e Cultura. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 14h: 00min do dia 22 de abril de 2015, procedendo à abertura às 14h:30min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 06 de abril de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

LEI Nº 4054/2015 DE 24 DE MARÇO DE 2015. APROVA PARCELAMENTOS DO SOLO DENOMINADOS LOTEAMENTOS INDUSTRIAL E RESIDENCIAL DA CAMPO.

LEI Nº 4054/2015 de 24 de março de 2015.

APROVA PARCELAMENTOS DO SOLO DENOMINADOS LOTEAMENTOS INDUSTRIAL E RESIDENCIAL DA CAMPO.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aprovado o LOTEAMENTO HABITACIONAL DA CAMPO, da gleba nº 03, localizado na Vila Diadema, com área total de 92.851,34m² (noventa e dois mil, oitocentos e cinquenta e um metros, com trinta e quatro decímetros quadrados), matrícula nº 22.988, no cartório de Registro de Imóveis de Xaxim, de propriedade de Valério Da Campo, CPF sob o nº 065.797.449-87 e Inês Da Campo, CPF sob o nº 814.436.689-15, ficando assim constituído:

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA MATRÍCULA Nº. 22.988

Gleba nº.s (03), com área de 240.089,32 m², sem benfeitorias, situado em Vila Diadema, Município e Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina, pertencente a Valério Da Campo Lucia Da Campo, Claudimir José Da Campo, Claudiocir José Da Campo, Mariluci Da Campo Marca, Marcos Da Campo, Juliana Da Campo em condomínio, descrito e confrontando abaixo:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 01, de coordenadas N= 7.019.978,226 m e E= 351.392,408 m; deste, segue com azimute de 73°00'45" e distância de 33,52 m, pelo eixo de uma estrada vicinal, confrontando neste trecho com o lote rural nº. 01 de Edson Luiz Tonello - (Matrícula nº. 18.570), até o vértice 02, de coordenadas N= 7.019.988,020 m e E= 351.424,471 m; deste, segue com azimute de 101°13'48" e distância de 32,34 m, pelo eixo de uma estrada vicinal, confrontando neste trecho com o lote rural nº. 01 de Edson Luiz Tonello - (Matrícula nº. 18.570), até o vértice 03, de coordenadas N= 7.019.981,722 m e E= 351.456,191 m; deste, segue com azimute de 97°58'27" e distância de 44,86 m, pelo eixo de uma estrada vicinal, confrontando neste trecho com o lote rural nº. 01 de Edson Luiz Tonello - (Matrícula nº. 18.570), até o vértice 04, de coordenadas N= 7.019.975,499 m e E= 351.500,617 m; deste, segue com azimute de 94°10'55" e distância de 94,85 m, pelo eixo de uma estrada vicinal, confrontando neste trecho com o lote rural nº. 01 de Edson Luiz Tonello - (Matrícula nº. 18.570), até o vértice 05, de coordenadas N= 7.019.968,582 m e E= 351.595,217 m; deste, segue com azimute de 90°22'52" e distância de 23,12 m, pelo eixo de uma estrada vicinal, confrontando neste trecho com o lote rural nº. 01 de Edson Luiz Tonello - (Matrícula nº. 18.570), até o vértice 06, de coordenadas N= 7.019.968,428 m e E= 351.618,338 m; deste, segue com azimute de 81°04'28" e distância de 40,40 m, pelo eixo de uma estrada vicinal, confrontando neste trecho com o lote rural nº. 01 de Edson Luiz Tonello - (Matrícula nº. 18.570) até o vértice 07, de coordenadas N= 7.019.974,697 m e E= 351.658,251 m; deste, segue com azimute de 88°26'00" e distância de 88,19 m, pelo eixo de uma estrada vicinal, confrontando neste trecho com o lote rural nº. 01 de Edson Luiz Tonello - (Matrícula nº. 18.570), até o vértice 08, de coordenadas N= 7.019.977,108 m e E= 351.746,413 m; deste, segue com azimute de 105°55'03" e distância de 19,89 m, por uma estrada vicinal, confrontando neste trecho com o lote rural nº. 01 de Edson Luiz Tonello - (Matrícula nº. 18.570), até o vértice 09, de coordenadas N= 7.019.971,653 m e E= 351.765,539 m; deste, segue com azimute de 18°52'14" e distância de 25,30 m, confrontando neste trecho com o lote rural nº. 01 de Edson Luiz Tonello - (Matrícula nº. 18.570), até o vértice 10, de coordenadas N= 7.019.995,590 m e E= 351.773,721 m; deste,

segue com azimute de 77°06'36" e distância de 93,92 m, confrontando com terras de Alcino de Almeida e Genira Veloso Dos Santos - (Matrícula nº. 02.090), até o vértice 11, de coordenadas N= 7.020.016,542 m e E= 351.865,278 m, deste, segue com azimute de 193°26'04" e distância de 356,06 m, confrontando com a Gleba nº. 04 de Eloi Luiz Cortina - (Matrícula nº. 12.100), até o vértice 12, de coordenadas N= 7.019.670,226 m e E= 351.782,554 m; deste, segue com azimute de 192°21'32" e distância de 241,53 m, confrontando com a Gleba nº. 04 de Eloi Luiz Cortina - (Matrícula nº. 12.100), até o vértice 13, de coordenadas N= 7.019.434,293 m e E= 351.730,857 m; deste, segue com azimute de 278°57'31" e distância de 467,37 m, confrontando com a Gleba nº. 01, de Valério Da Campo, Lucia Da Campo, Claudiomir José Da Campo, Claudiocir José Da Campo, Mariluci Da Campo Marca, Marcos Da Campo, Juliana Da Campo - (Matrícula nº. 16.059) até o vértice 19, de coordenadas N= 7.019.507,073 m e E= 351.269,185 m; deste, segue com azimute de 14°39'24" e distância de 487,00 m, confrontando com Parte dos Lotes Coloniais (46), (77) e (79), de Leo Vital Lunardi Ltda - (Matrícula nº. 12.466), até o vértice 01, de coordenadas N= 7.019.978,226 m e E= 351.392,408 m; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, tendo como Datum horizontal o SAD 69.

DESCRIÇÃO DA ÁREA LOTEADA

ÁREA REMANESCENTE (loteamento industrial): 147.237,98 m²
 ÁREA A SER LOTEADA DA MÁTR. Nº. 22.988: 92.851,34 m²
 QUADRA nº. 829: 3.633,70 m²
 QUADRA nº. 830: 7.609,18 m²
 QUADRA nº. 831: 7.873,16 m²
 QUADRA nº. 832: 7.944,16 m²
 QUADRA nº. 833: 8.015,16 m²
 QUADRA nº. 834: 8.995,94 m²
 QUADRA nº. 835: 8.253,72 m²
 QUADRA nº. 836: 8.387,25 m²
 QUADRA nº. 837: 8.633,67 m²

ÁREA VERDE: 7.025,61 m² -----
 ----- 7,57 %

ÁREA DE EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS: 7.004,25 m² -----
 ----- 7,54 %

ÁREA DO SISTEMA VIÁRIO: 23.505,40 m² -----
 ----- 25,32 %

TOTAL DOAÇÕES: 37.535,12 m² -----
 ----- 40,43 %

ÁREA DOS LOTES PRIVADOS: 55.316,22 m² -----
 ----- 59,57 %

ÁREA A SER LOTEADA DA MÁTR. Nº. 22.988: 92.851,34 m² -----
 ----- 100,00 %

QUADRA nº. 829 - 3.633,70 m² (três mil e seiscentos e trinta e três metros e setenta decímetros quadrados).

Lote nº. 01 da quadra nº. 829, com área superficial de 3.633,70 m² (três mil e seiscentos e trinta e três metros e setenta decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da estrada municipal, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com uma área de terras de Alcino Almeida e Genira Veloso dos Santos - Matrícula nº. 18.570, em 93,92 metros;

Ao Sul: com a estrada municipal, em 86,18 metros;

Ao Leste: com parte da Gleba nº. 04 de Eloi Luiz Cortina - Matrícula nº. 12.100, em 65,58 metros;

Ao Oeste: com parte do Lote Rural nº. 01 de Edson Luiz Tonello - Matrícula nº. 18.570, em 20,29 metros;

QUADRA nº. 830 - 7.609,18 m² (sete mil e seiscentos e nove e

dezoito decímetros quadrados).

Lote nº. 01 da quadra nº. 830, com área superficial de 550,56 m² (quinhentos e cinquenta metros e cinquenta e seis decímetros quadrados), localizado no lado ímpar Rua Rosalino Da Campo na esquina com a estrada municipal, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a estrada municipal, em 23,95 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 22, em 23,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 02, em 21,28 metros; e parte do lote nº. 21, em 6,00 metros;
 Ao Oeste: com a Rua Rosalino Da Campo, em 20,59 metros;

Lote nº. 02 da quadra nº. 830, com área superficial de 326,48 m² (trezentos e vinte e seis metros e quarenta e oito decímetros quadrados), localizado no lado par da estrada municipal, distante pelo lado direito 23,95 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a estrada municipal, em 14,58 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 21, em 14,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 03, em 25,35 metros;
 Ao Oeste: com parte do lote nº. 01, em 21,28 metros;

Lote nº. 03 da quadra nº. 830, com área superficial de 321,45 m² (trezentos e vinte e um metros e quarenta e cinco decímetros quadrados), localizado no lado par da estrada municipal, distante pelo lado direito 38,53 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a estrada municipal, em 7,38 metros + 4,92 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 20, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 04, em 27,31 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 02, em 25,35 metros;

Lote nº. 04 da quadra nº. 830, com área superficial de 326,14 m² (trezentos e vinte e seis metros e quatorze decímetros quadrados), localizado no lado par da estrada municipal, distante pelo lado direito 50,83 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a estrada municipal, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 19, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 05, em 27,05 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 03, em 27,31 metros;

Lote nº. 05 da quadra nº. 830, com área superficial de 322,97 m² (trezentos e vinte e dois metros e noventa e sete decímetros quadrados), localizado no lado par da estrada municipal, distante pelo lado direito 62,83 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a estrada municipal, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 18, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 06, em 26,78 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 04, em 27,05 metros;

Lote nº. 06 da quadra nº. 830, com área superficial de 319,80 m² (trezentos e dezenove metros e oitenta decímetros quadrados), localizado no lado par da estrada municipal, distante pelo lado direito 74,83 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a estrada municipal, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 17, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 07, em 26,52 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 05, em 26,78 metros;

Lote nº. 07 da quadra nº. 830, com área superficial de 316,63 m² (trezentos e dezesseis metros e sessenta e três decímetros quadrados), localizado no lado par da estrada municipal, distante pelo lado direito 86,83 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a estrada municipal, em 12,00 metros;

Ao Sul: com o lote nº. 16, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 08, em 26,25 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 06, em 26,52 metros;

Lote nº. 08 da quadra nº. 830, com área superficial de 313,46 m² (trezentos e treze metros e quarenta e seis decímetros quadrados), localizado no lado par da estrada municipal, distante pelo lado direito 98,83 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a estrada municipal, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 15, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 09, em 25,99 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 07, em 26,25 metros;

Lote nº. 09 da quadra nº. 830, com área superficial de 310,29 m² (trezentos e dez metros e vinte e nove decímetros quadrados), localizado no lado par da estrada municipal, distante pelo lado direito 110,83 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a estrada municipal, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 14, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 10, em 25,72 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 08, em 25,99 metros;

Lote nº. 10 da quadra nº. 830, com área superficial de 332,57 m² (trezentos e trinta e dois metros e cinquenta e sete decímetros quadrados), localizado no lado par da estrada municipal, distante pelo lado direito 122,83 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a estrada municipal, em 13,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 13, em 13,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 11, em 24,67 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 09, em 25,72 metros;

Lote nº. 11 da quadra nº. 830, com área superficial de 398,54 m² (trezentos e noventa e oito metros e cinquenta e quatro decímetros quadrados), localizado no lado par da estrada municipal, distante pelo lado direito 135,83 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a estrada municipal, em 15,51 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 12, em 16,04 metros;
 Ao Leste: com parte da Gleba nº. 04 de Eloi Luiz Cortina - Matrícula nº. 12.100, em 25,10 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 10, em 24,67 metros;

Lote nº. 12 da quadra nº. 830, com área superficial de 424,29 m² (quatrocentos e vinte e quatro metros e vinte e nove decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Benjamim Ried, distante pelo lado esquerdo 134,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 11, em 16,04 metros;
 Ao Sul: com a Rua Benjamim Ried, em 16,59 metros;
 Ao Leste: com parte da Gleba nº. 04 de Eloi Luiz Cortina - Matrícula nº. 12.100, em 26,01 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 13, em 26,00 metros;

Lote nº. 13 da quadra nº. 830, com área superficial de 338,00 m² (trezentos e trinta e oito metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Benjamim Ried, distante pelo lado esquerdo 121,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 10, em 13,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Benjamim Ried, em 13,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 12, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 14, em 26,00 metros;

Lote nº. 14 da quadra nº. 830, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Benjamim Ried, distante pelo lado esquerdo 109,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 09, em 12,00 metros;

Ao Sul: com a Rua Benjamim Ried, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 13, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 15, em 26,00 metros;

Lote nº. 15 da quadra nº. 830, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Benjamim Ried, distante pelo lado esquerdo 97,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 08, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Benjamim Ried, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 14, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 16, em 26,00 metros;

Lote nº. 16 da quadra nº. 830, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Benjamim Ried, distante pelo lado esquerdo 85,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 07, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Benjamim Ried, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 15, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 17, em 26,00 metros;

Lote nº. 17 da quadra nº. 830, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Benjamim Ried, distante pelo lado esquerdo 73,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 06, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Benjamim Ried, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 16, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 18, em 26,00 metros;

Lote nº. 18 da quadra nº. 830, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Benjamim Ried, distante pelo lado esquerdo 61,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 05, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Benjamim Ried, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 17, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 19, em 26,00 metros;

Lote nº. 19 da quadra nº. 830, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Benjamim Ried, distante pelo lado esquerdo 49,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 04, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Benjamim Ried, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 18, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 20, em 26,00 metros;

Lote nº. 20 da quadra nº. 830, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Benjamim Ried, distante pelo lado esquerdo 37,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 03, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Benjamim Ried, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 19, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 21, em 26,00 metros;

Lote nº. 21 da quadra nº. 830, com área superficial de 364,00 m² (trezentos e sessenta e quatro metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Benjamim Ried, distante pelo lado esquerdo 23,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 02, em 14,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Benjamim Ried, em 14,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 20, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 22, em 20,00 metros e com parte do lote nº. 01 em 6,00 metros;

Lote nº. 22 da quadra nº. 830, com área superficial de 460,00 m² (quatrocentos e sessenta metros quadrados), localizado no lado ímpar Rua Rosalino Da Campo na esquina com a Rua Benjamim Ried, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 01, em 23,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Benjamim Ried, em 23,00 metros;
 Ao Leste: com parte do lote nº. 21, em 20,00 metros;
 Ao Oeste: com a Rua Rosalino Da Campo, em 20,00 metros;

QUADRA nº. 831 - 7.873,16 m² (sete mil e oitocentos e setenta e três metros e dezesseis decímetros quadrados).

Lote nº. 01 da quadra nº. 831, com área superficial de 390,00 m² (trezentos e noventa metros quadrados), localizado no lado par da Rua Benjamim Ried, na esquina da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua Benjamim Ried, em 15,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 24, em 15,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 02, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com a Rua Rosalino Da Campo, em 26,00 metros;

Lote nº. 02 da quadra nº. 831, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado par da Rua Benjamim Ried, distante pelo lado direito 15,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua Benjamim Ried, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 23, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 03, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 01, em 26,00 metros;

Lote nº. 03 da quadra nº. 831, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado par da Rua Benjamim Ried, distante pelo lado direito 27,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua Benjamim Ried, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 22, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 04, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 02, em 26,00 metros;

Lote nº. 04 da quadra nº. 831, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado par da Rua Benjamim Ried, distante pelo lado direito 39,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua Benjamim Ried, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 21, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 05, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 03, em 26,00 metros;

Lote nº. 05 da quadra nº. 831, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado par da Rua Benjamim Ried, distante pelo lado direito 51,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua Benjamim Ried, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 20, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 06, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 04, em 26,00 metros;

Lote nº. 06 da quadra nº. 831, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado par da Rua Benjamim Ried, distante pelo lado direito 63,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua Benjamim Ried, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 19, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 07, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 05, em 26,00 metros;

Lote nº. 07 da quadra nº. 831, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado par da Rua Benjamim Ried, distante pelo lado direito 75,00 m da Rua

Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua Benjamim Ried, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 18, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 08, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 06, em 26,00 metros;

Lote nº. 08 da quadra nº. 831, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado par da Rua Benjamim Ried, distante pelo lado direito 87,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua Benjamim Ried, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 17, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 09, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 07, em 26,00 metros;

Lote nº. 09 da quadra nº. 831, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado par da Rua Benjamim Ried, distante pelo lado direito 99,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua Benjamim Ried, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 16, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 10, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 08, em 26,00 metros;

Lote nº. 10 da quadra nº. 831, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado par da Rua Benjamim Ried, distante pelo lado direito 111,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua Benjamim Ried, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 15, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 11, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 09, em 26,00 metros;

Lote nº. 11 da quadra nº. 831, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado par da Rua Benjamim Ried, distante pelo lado direito 123,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua Benjamim Ried, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 14, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 12, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 10, em 26,00 metros;

Lote nº. 12 da quadra nº. 831, com área superficial de 419,37 m² (quatrocentos e doze metros e trinta e sete decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Benjamim Ried, distante pelo lado direito 135,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua Benjamim Ried, em 15,85 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 13, em 16,41 metros;
 Ao Leste: com parte da Gleba nº. 04 de Eloi Luiz Cortina - Matrícula nº. 12.100, em 26,01 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 11, em 26,00 metros;

Lote nº. 13 da quadra nº. 831, com área superficial de 433,79 m² (quatrocentos e trinta e três metros e setenta e nove decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Segundo Meneguel, distante pelo lado esquerdo 135,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 12, em 16,41 metros;
 Ao Sul: com a Rua Segundo Meneguel, em 16,96 metros;
 Ao Leste: com parte da Gleba nº. 04 de Eloi Luiz Cortina - Matrícula nº. 12.100, em 26,01 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 14, em 26,00 metros;

Lote nº. 14 da quadra nº. 831, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Segundo Meneguel, distante pelo lado esquerdo 123,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 11, em 12,00 metros;

Ao Sul: com a Rua Segundo Meneguel, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 13, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 15, em 26,00 metros;

Lote nº. 15 da quadra nº. 831, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Segundo Meneguel, distante pelo lado esquerdo 111,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 10, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Segundo Meneguel, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 14, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 16, em 26,00 metros;

Lote nº. 16 da quadra nº. 831, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Segundo Meneguel, distante pelo lado esquerdo 99,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 09, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Segundo Meneguel, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 15, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 17, em 26,00 metros;

Lote nº. 17 da quadra nº. 831, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Segundo Meneguel, distante pelo lado esquerdo 87,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 08, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Segundo Meneguel, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 16, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 18, em 26,00 metros;

Lote nº. 18 da quadra nº. 831, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Segundo Meneguel, distante pelo lado esquerdo 75,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 07, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Segundo Meneguel, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 17, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 19, em 26,00 metros;

Lote nº. 19 da quadra nº. 831, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Segundo Meneguel, distante pelo lado esquerdo 63,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 06, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Segundo Meneguel, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 18, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 20, em 26,00 metros;

Lote nº. 20 da quadra nº. 831, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Segundo Meneguel, distante pelo lado esquerdo 51,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 05, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Segundo Meneguel, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 19, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 21, em 26,00 metros;

Lote nº. 21 da quadra nº. 831, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Segundo Meneguel, distante pelo lado esquerdo 39,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 04, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Segundo Meneguel, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 20, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 22, em 26,00 metros;

Lote nº. 22 da quadra nº. 831, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado ímpar da

Rua Segundo Meneguel, distante pelo lado esquerdo 27,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 03, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Segundo Meneguel, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 21, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 23, em 26,00 metros;

Lote nº. 23 da quadra nº. 831, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Segundo Meneguel, distante pelo lado esquerdo 15,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 02, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Segundo Meneguel, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 22, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 24, em 26,00 metros;
 Lote nº. 24 da quadra nº. 831, com área superficial de 390,00 m² (trezentos e noventa metros quadrados), localizado na esquina da Rua Segundo Meneguel com a Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 01, em 15,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Segundo Meneguel, em 15,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 23, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com a Rua Rosalino Da Campo, em 26,00 metros;

QUADRA nº. 832 - 7.944,16 m² (sete mil e novecentos e quarenta e quatro metros e dezesseis decímetros quadrados).

Lote nº. 01 da quadra nº. 832, com área superficial de 390,00 m² (trezentos e noventa metros quadrados), localizado no lado par da Rua Segundo Meneguel, na esquina da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a Rua Segundo Meneguel, em 15,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 24, em 15,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 02, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com a Rua Rosalino Da Campo, em 26,00 metros;

Lote nº. 02 da quadra nº. 832, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado par da Rua Segundo Meneguel, distante pelo lado direito 15,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a Rua Segundo Meneguel, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 23, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 03, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 01, em 26,00 metros;

Lote nº. 03 da quadra nº. 832, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado par da Rua Segundo Meneguel, distante pelo lado direito 27,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a Rua Segundo Meneguel, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 22, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 04, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 02, em 26,00 metros;

Lote nº. 04 da quadra nº. 832, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado par da Rua Segundo Meneguel, distante pelo lado direito 39,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a Rua Segundo Meneguel, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 21, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 05, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 03, em 26,00 metros;

Lote nº. 05 da quadra nº. 832, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado par da Rua Segundo Meneguel, distante pelo lado direito 51,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a Rua Segundo Meneguel, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 20, em 12,00 metros;

Ao Leste: com o lote nº. 06, em 26,00 metros;
Ao Oeste: com o lote nº. 04, em 26,00 metros;

Lote nº. 06 da quadra nº. 832, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado par da Rua Segundo Meneguel, distante pelo lado direito 63,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
Ao Norte: com a Rua Segundo Meneguel, em 12,00 metros;
Ao Sul: com o lote nº. 19, em 12,00 metros;
Ao Leste: com o lote nº. 07, em 26,00 metros;
Ao Oeste: com o lote nº. 05, em 26,00 metros;

Lote nº. 07 da quadra nº. 832, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado par da Rua Segundo Meneguel, distante pelo lado direito 75,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
Ao Norte: com a Rua Segundo Meneguel, em 12,00 metros;
Ao Sul: com o lote nº. 18, em 12,00 metros;
Ao Leste: com o lote nº. 08, em 26,00 metros;
Ao Oeste: com o lote nº. 06, em 26,00 metros;

Lote nº. 08 da quadra nº. 832, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado par da Rua Segundo Meneguel, distante pelo lado direito 87,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
Ao Norte: com a Rua Segundo Meneguel, em 12,00 metros;
Ao Sul: com o lote nº. 17, em 12,00 metros;
Ao Leste: com o lote nº. 09, em 26,00 metros;
Ao Oeste: com o lote nº. 07, em 26,00 metros;

Lote nº. 09 da quadra nº. 832, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado par da Rua Segundo Meneguel, distante pelo lado direito 99,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
Ao Norte: com a Rua Segundo Meneguel, em 12,00 metros;
Ao Sul: com o lote nº. 16, em 12,00 metros;
Ao Leste: com o lote nº. 10, em 26,00 metros;
Ao Oeste: com o lote nº. 08, em 26,00 metros;

Lote nº. 10 da quadra nº. 832, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado par da Rua Segundo Meneguel, distante pelo lado direito 111,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
Ao Norte: com a Rua Segundo Meneguel, em 12,00 metros;
Ao Sul: com o lote nº. 15, em 12,00 metros;
Ao Leste: com o lote nº. 11, em 26,00 metros;
Ao Oeste: com o lote nº. 09, em 26,00 metros;

Lote nº. 11 da quadra nº. 832, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado par da Rua Segundo Meneguel, distante pelo lado direito 123,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
Ao Norte: com a Rua Segundo Meneguel, em 12,00 metros;
Ao Sul: com o lote nº. 14, em 12,00 metros;
Ao Leste: com o lote nº. 12, em 26,00 metros;
Ao Oeste: com o lote nº. 10, em 26,00 metros;

Lote nº. 12 da quadra nº. 832, com área superficial de 454,87 m² (quatrocentos e cinquenta e quatro metros e oitenta e sete décimos quadrados), localizado no lado par da Rua Segundo Meneguel, distante pelo lado direito 135,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
Ao Norte: com a Rua Segundo Meneguel, em 17,22 metros;
Ao Sul: com o lote nº. 13, em 17,77 metros;
Ao Leste: com parte da Gleba nº. 04 de Eloi Luiz Cortina - Matrícula nº. 12.100, em 26,01 metros;
Ao Oeste: com o lote nº. 11, em 26,00 metros;

Lote nº. 13 da quadra nº. 832, com área superficial de 469,29 m²

(quatrocentos e sessenta e nove metros e vinte e nove décimos quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Rosalino Chisté, distante pelo lado esquerdo 135,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 12, em 17,77 metros;
Ao Sul: com a Rua Rosalino Chisté, em 18,33 metros;
Ao Leste: com parte da Gleba nº. 04 de Eloi Luiz Cortina - Matrícula nº. 12.100, em 26,01 metros;
Ao Oeste: com o lote nº. 14, em 26,00 metros;

Lote nº. 14 da quadra nº. 832 com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Rosalino Chisté, distante pelo lado esquerdo 123,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
Ao Norte: com o lote nº. 11, em 12,00 metros;
Ao Sul: com a Rua Rosalino Chisté, em 12,00 metros;
Ao Leste: com o lote nº. 13, em 26,00 metros;
Ao Oeste: com o lote nº. 15, em 26,00 metros;

Lote nº. 15 da quadra nº. 832 com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Rosalino Chisté, distante pelo lado esquerdo 111,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
Ao Norte: com o lote nº. 10, em 12,00 metros;
Ao Sul: com a Rua Rosalino Chisté, em 12,00 metros;
Ao Leste: com o lote nº. 14, em 26,00 metros;
Ao Oeste: com o lote nº. 16, em 26,00 metros;

Lote nº. 16 da quadra nº. 832 com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Rosalino Chisté, distante pelo lado esquerdo 99,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
Ao Norte: com o lote nº. 09, em 12,00 metros;
Ao Sul: com a Rua Rosalino Chisté, em 12,00 metros;
Ao Leste: com o lote nº. 15, em 26,00 metros;
Ao Oeste: com o lote nº. 17, em 26,00 metros;

Lote nº. 17 da quadra nº. 832 com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Rosalino Chisté, distante pelo lado esquerdo 87,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
Ao Norte: com o lote nº. 08, em 12,00 metros;
Ao Sul: com a Rua Rosalino Chisté, em 12,00 metros;
Ao Leste: com o lote nº. 16, em 26,00 metros;
Ao Oeste: com o lote nº. 18, em 26,00 metros;

Lote nº. 18 da quadra nº. 832 com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Rosalino Chisté, distante pelo lado esquerdo 75,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
Ao Norte: com o lote nº. 07, em 12,00 metros;
Ao Sul: com a Rua Rosalino Chisté, em 12,00 metros;
Ao Leste: com o lote nº. 17, em 26,00 metros;
Ao Oeste: com o lote nº. 19, em 26,00 metros;

Lote nº. 19 da quadra nº. 832 com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Rosalino Chisté, distante pelo lado esquerdo 63,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
Ao Norte: com o lote nº. 06, em 12,00 metros;
Ao Sul: com a Rua Rosalino Chisté, em 12,00 metros;
Ao Leste: com o lote nº. 18, em 26,00 metros;
Ao Oeste: com o lote nº. 20, em 26,00 metros;

Lote nº. 20 da quadra nº. 832 com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Rosalino Chisté, distante pelo lado esquerdo 51,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
Ao Norte: com o lote nº. 05, em 12,00 metros;

Ao Sul: com a Rua Rosalino Chisté, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 19, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 21, em 26,00 metros;

Lote nº. 21 da quadra nº. 832 com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Rosalino Chisté, distante pelo lado esquerdo 39,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 04, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Rosalino Chisté, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 20, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 22, em 26,00 metros;

Lote nº. 22 da quadra nº. 832 com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Rosalino Chisté, distante pelo lado esquerdo 27,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 03, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Rosalino Chisté, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 21, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 23, em 26,00 metros;

Lote nº. 23 da quadra nº. 832 com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Rosalino Chisté, distante pelo lado esquerdo 15,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 02, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Rosalino Chisté, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 22, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 24, em 26,00 metros;

Lote nº. 24 da quadra nº. 832, com área superficial de 390,00 m² (trezentos e noventa metros quadrados), localizado na esquina da Rua Rosalino Chisté com a Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 01, em 15,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Rosalino Chisté, em 15,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 23, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com a Rua Rosalino Da Campo, em 26,00 metros;

QUADRA nº. 833 - 8.015,16 m² (oito mil e quinze metros e dezesseis decímetros quadrados).

Lote nº. 01 da quadra nº. 833, com área superficial de 390,00 m² (trezentos e noventa metros quadrados), localizado no lado par da Rua Rosalino Chisté, na esquina da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a Rua Rosalino Chisté, em 15,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 24, em 15,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 02, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com a Rua Rosalino Da Campo, em 26,00 metros;

Lote nº. 02 da quadra nº. 833, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado par da Rua Rosalino Chisté, distante pelo lado direito 15,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a Rua Rosalino Chisté, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 23, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 03, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 01, em 26,00 metros;

Lote nº. 03 da quadra nº. 833, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado par da Rua Rosalino Chisté, distante pelo lado direito 27,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a Rua Rosalino Chisté, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 22, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 04, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 02, em 26,00 metros;

Lote nº. 04 da quadra nº. 833, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado par da Rua Rosalino Chisté, distante pelo lado direito 39,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a Rua Rosalino Chisté, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 21, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 05, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 03, em 26,00 metros;

Lote nº. 05 da quadra nº. 833, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado par da Rua Rosalino Chisté, distante pelo lado direito 51,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a Rua Rosalino Chisté, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 20, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 06, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 04, em 26,00 metros;

Lote nº. 06 da quadra nº. 833, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado par da Rua Rosalino Chisté, distante pelo lado direito 63,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a Rua Rosalino Chisté, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 19, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 07, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 05, em 26,00 metros;

Lote nº. 07 da quadra nº. 833, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado par da Rua Rosalino Chisté, distante pelo lado direito 75,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a Rua Rosalino Chisté, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 18, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 08, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 06, em 26,00 metros;

Lote nº. 08 da quadra nº. 833, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado par da Rua Rosalino Chisté, distante pelo lado direito 87,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a Rua Rosalino Chisté, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 17, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 09, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 07, em 26,00 metros;

Lote nº. 09 da quadra nº. 833, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado par da Rua Rosalino Chisté, distante pelo lado direito 99,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a Rua Rosalino Chisté, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 16, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 10, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 08, em 26,00 metros;

Lote nº. 10 da quadra nº. 833, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado par da Rua Rosalino Chisté, distante pelo lado direito 111,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a Rua Rosalino Chisté, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 15, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 11, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 09, em 26,00 metros;

Lote nº. 11 da quadra nº. 833, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado par da Rua Rosalino Chisté, distante pelo lado direito 123,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a Rua Rosalino Chisté, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 14, em 12,00 metros;

Ao Leste: com o lote nº. 12, em 26,00 metros;
Ao Oeste: com o lote nº. 10, em 26,00 metros;

Lote nº. 12 da quadra nº. 833, com área superficial de 490,37 m² (quatrocentos e noventa metros e trinta e sete decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Rosalino Chisté, distante pelo lado direito 135,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua Rosalino Chisté, em 18,58 metros;
Ao Sul: com o lote nº. 13, em 19,14 metros;
Ao Leste: com parte da Gleba nº. 04 de Eloi Luiz Cortina - Matrícula nº. 12.100, em 26,01 metros;
Ao Oeste: com o lote nº. 11, em 26,00 metros;

Lote nº. 13 da quadra nº. 833, com área superficial de 504,79 m² (quatrocentos e noventa metros e trinta e sete decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Leonildo Da Campo, distante pelo lado esquerdo 135,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 12, em 12,00 metros;
Ao Sul: com a Rua Leonildo Da Campo, em 12,00 metros;
Ao Leste: com parte da Gleba nº. 04 de Eloi Luiz Cortina - Matrícula nº. 12.100, em 26,01 metros;
Ao Oeste: com o lote nº. 14, em 26,00 metros;

Lote nº. 14 da quadra nº. 833, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Leonildo Da Campo, distante pelo lado esquerdo 123,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 11, em 12,00 metros;
Ao Sul: com a Rua Leonildo Da Campo, em 12,00 metros;
Ao Leste: com o lote nº. 13, em 26,00 metros;
Ao Oeste: com o lote nº. 15, em 26,00 metros;

Lote nº. 15 da quadra nº. 833, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Leonildo Da Campo, distante pelo lado esquerdo 111,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 10, em 12,00 metros;
Ao Sul: com a Rua Leonildo Da Campo, em 12,00 metros;
Ao Leste: com o lote nº. 14, em 26,00 metros;
Ao Oeste: com o lote nº. 16, em 26,00 metros;

Lote nº. 16 da quadra nº. 833, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Leonildo Da Campo, distante pelo lado esquerdo 99,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 09, em 12,00 metros;
Ao Sul: com a Rua Leonildo Da Campo, em 12,00 metros;
Ao Leste: com o lote nº. 15, em 26,00 metros;
Ao Oeste: com o lote nº. 17, em 26,00 metros;

Lote nº. 17 da quadra nº. 833, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Leonildo Da Campo, distante pelo lado esquerdo 87,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 08, em 12,00 metros;
Ao Sul: com a Rua Leonildo Da Campo, em 12,00 metros;
Ao Leste: com o lote nº. 16, em 26,00 metros;
Ao Oeste: com o lote nº. 18, em 26,00 metros;

Lote nº. 18 da quadra nº. 833, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Leonildo Da Campo, distante pelo lado esquerdo 75,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 07, em 12,00 metros;
Ao Sul: com a Rua Leonildo Da Campo, em 12,00 metros;
Ao Leste: com o lote nº. 17, em 26,00 metros;
Ao Oeste: com o lote nº. 19, em 26,00 metros;

Lote nº. 19 da quadra nº. 833, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Leonildo Da Campo, distante pelo lado esquerdo 63,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 06, em 12,00 metros;
Ao Sul: com a Rua Leonildo Da Campo, em 12,00 metros;
Ao Leste: com o lote nº. 18, em 26,00 metros;
Ao Oeste: com o lote nº. 20, em 26,00 metros;

Lote nº. 20 da quadra nº. 833, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Leonildo Da Campo, distante pelo lado esquerdo 51,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 05, em 12,00 metros;
Ao Sul: com a Rua Leonildo Da Campo, em 12,00 metros;
Ao Leste: com o lote nº. 19, em 26,00 metros;
Ao Oeste: com o lote nº. 21, em 26,00 metros;

Lote nº. 21 da quadra nº. 833, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Leonildo Da Campo, distante pelo lado esquerdo 39,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 04, em 12,00 metros;
Ao Sul: com a Rua Leonildo Da Campo, em 12,00 metros;
Ao Leste: com o lote nº. 20, em 26,00 metros;
Ao Oeste: com o lote nº. 22, em 26,00 metros;

Lote nº. 22 da quadra nº. 833, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Leonildo Da Campo, distante pelo lado esquerdo 27,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 03, em 12,00 metros;
Ao Sul: com a Rua Leonildo Da Campo, em 12,00 metros;
Ao Leste: com o lote nº. 21, em 26,00 metros;
Ao Oeste: com o lote nº. 23, em 26,00 metros;

Lote nº. 23 da quadra nº. 833, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Leonildo Da Campo, distante pelo lado esquerdo 15,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 02, em 12,00 metros;
Ao Sul: com a Rua Leonildo Da Campo, em 12,00 metros;
Ao Leste: com o lote nº. 22, em 26,00 metros;
Ao Oeste: com o lote nº. 24, em 26,00 metros;

Lote nº. 24 da quadra nº. 833, com área superficial de 390,00 m² (trezentos e noventa metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Leonildo Da Campo, na esquina com a Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 01, em 15,00 metros;
Ao Sul: com a Rua Leonildo Da Campo, em 15,00 metros;
Ao Leste: com o lote nº. 23, em 26,00 metros;
Ao Oeste: com a Rua Rosalino Da Campo, em 26,00 metros;

QUADRA nº. 834 - 8.995,94 m² (oito mil e novecentos e noventa e cinco metros e noventa e quatro decímetros quadrados).

Lote nº. 01 da quadra nº. 834, com área superficial de 375,00 m² (trezentos e setenta e cinco metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Rosalino Da Campo, na esquina com a Rua Leonildo Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua Leonildo Da Campo, em 25,00 metros;
Ao Sul: com o lote nº. 19, em 25,00 metros;
Ao Leste: com parte do lote nº. 02, em 15,00 metros;
Ao Oeste: com a Rua Rosalino Da Campo, em 15,00 metros;

Lote nº. 02 da quadra nº. 834, com área superficial de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados) localizado no lado par da Rua Leonildo Da Campo, distante pelo lado direito 25,00 m da Rua

Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a Rua Leonildo Da Campo, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 16, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 03, em 30,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 01, em 15,00 metros e com o lote nº. 19, em 15,00 m;

Lote nº. 03 da quadra nº. 834, com área superficial de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados) localizado no lado par da Rua Leonildo Da Campo, distante pelo lado direito 37,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a Rua Leonildo Da Campo, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 15, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 04, em 30,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 02, em 30,00 metros;

Lote nº. 04 da quadra nº. 834, com área superficial de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados) localizado no lado par da Rua Leonildo Da Campo, distante pelo lado direito 49,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a Rua Leonildo Da Campo, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 14, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 05, em 30,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 03, em 30,00 metros;

Lote nº. 05 da quadra nº. 834, com área superficial de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados) localizado no lado par da Rua Leonildo Da Campo, distante pelo lado direito 61,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a Rua Leonildo Da Campo, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 13, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 06, em 30,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 04, em 30,00 metros;

Lote nº. 06 da quadra nº. 834, com área superficial de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados) localizado no lado par da Rua Leonildo Da Campo, distante pelo lado direito 73,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a Rua Leonildo Da Campo, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 12, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 07, em 30,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 05, em 30,00 metros;

Lote nº. 07 da quadra nº. 834, com área superficial de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados) localizado no lado par da Rua Leonildo Da Campo, distante pelo lado direito 85,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a Rua Leonildo Da Campo, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 11, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 08, em 30,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 06, em 30,00 metros;

Lote nº. 08 da quadra nº. 834, com área superficial de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados) localizado no lado par da Rua Leonildo Da Campo, distante pelo lado direito 97,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a Rua Leonildo Da Campo, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 10, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com parte do lote nº. 09, em 30,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 07, em 30,00 metros;

Lote nº. 09 - (equipamentos comunitários) da quadra nº. 834, com área superficial de 2.713,14 m² (dois mil e setecentos e treze metros e quatorze decímetros quadrados) localizado no lado par da Rua Leonildo Da Campo, distante pelo lado direito 109,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a Rua Leonildo Da Campo, em 46,12 metros;
 Ao Sul: com a Rua Valmor Ried, em 48,20 metros;
 Ao Leste: com parte da Gleba nº. 04 de Eloi Luiz Cortina - Matrícula

nº. 12.100, em 12,30 metros e 45,37 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 08, em 30,00 metros e com o lote nº. 10, em 27,64 metros;

Lote nº. 10 da quadra nº. 834, com área superficial de 331,68 m² (trezentos e trinta e um metros e sessenta e oito decímetros quadrados) localizado no lado ímpar da Rua Valmor Ried, distante pelo lado esquerdo 109,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 08, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Valmor Ried, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com parte do lote nº. 09 - (equipamentos comunitários) em 27,64 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 11, em 27,64 metros;

Lote nº. 11 da quadra nº. 834, com área superficial de 331,68 m² (trezentos e trinta e um metros e sessenta e oito decímetros quadrados) localizado no lado ímpar da Rua Valmor Ried, distante pelo lado esquerdo 97,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 07, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Valmor Ried, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 10, em 27,64 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 12, em 27,64 metros;

Lote nº. 12 da quadra nº. 834, com área superficial de 331,68 m² (trezentos e trinta e um metros e sessenta e oito decímetros quadrados) localizado no lado ímpar da Rua Valmor Ried, distante pelo lado esquerdo 85,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 06, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Valmor Ried, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 11, em 27,64 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 13, em 27,64 metros;

Lote nº. 13 da quadra nº. 834, com área superficial de 331,68 m² (trezentos e trinta e um metros e sessenta e oito decímetros quadrados) localizado no lado ímpar da Rua Valmor Ried, distante pelo lado esquerdo 73,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 05, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Valmor Ried, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 12, em 27,64 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 14, em 27,64 metros;

Lote nº. 14 da quadra nº. 834, com área superficial de 331,68 m² (trezentos e trinta e um metros e sessenta e oito decímetros quadrados) localizado no lado ímpar da Rua Valmor Ried, distante pelo lado esquerdo 61,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 04, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Valmor Ried, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 13, em 27,64 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 15, em 27,64 metros;

Lote nº. 15 da quadra nº. 834, com área superficial de 331,68 m² (trezentos e trinta e um metros e sessenta e oito decímetros quadrados) localizado no lado ímpar da Rua Valmor Ried, distante pelo lado esquerdo 49,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 03, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Valmor Ried, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 14, em 27,64 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 16, em 27,64 metros;

Lote nº. 16 da quadra nº. 834, com área superficial de 331,68 m² (trezentos e trinta e um metros e sessenta e oito decímetros quadrados) localizado no lado ímpar da Rua Valmor Ried, distante pelo lado esquerdo 37,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as

seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 02, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Valmor Ried, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 15, em 27,64 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 17, em 15,00 metros; com o lote nº. 18, em 12,64 metros;

Lote nº. 17 da quadra nº. 834, com área superficial de 375,00 m² (trezentos e setenta e cinco metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Rosalino Da Campo, na esquina com a Rua Valmor Ried, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 18, em 25,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Rosalino Da Campo, em 25,00 metros;
 Ao Leste: com parte do lote nº. 16, em 15,00 metros;
 Ao Oeste: com a Rua Rosalino Da Campo, em 15,00 metros;

Lote nº. 18 da quadra nº. 834, com área superficial de 316,04 m² (trezentos e dezesseis metros e quatro décimos quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Rosalino Da Campo, distante pelo lado esquerdo 15,00 m na esquina com a Rua Valmor Ried, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 19, em 25,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 17, em 25,00 metros;
 Ao Leste: com parte do lote nº. 16, em 12,64 metros;
 Ao Oeste: com a Rua Rosalino Da Campo, em 12,64 metros;

Lote nº. 19 da quadra nº. 834, com área superficial de 375,00 m² (trezentos e setenta e cinco metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Rosalino Da Campo, distante pelo lado esquerdo 27,64 m na esquina com a Rua Valmor Ried, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 01, em 25,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 18, em 25,00 metros;
 Ao Leste: com parte do lote nº. 02, em 15,00 metros;
 Ao Oeste: com a Rua Rosalino Da Campo, em 15,00 metros;

QUADRA nº. 835 - 8.253,72 m² (oito mil e duzentos e cinquenta e três metros e setenta e dois décimos quadrados).

Lote nº. 01 da quadra nº. 835, com área superficial de 450,00 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Rosalino Da Campo, na esquina com a Rua Valmor Ried, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua Valmor Ried, em 25,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 20, em 25,00 metros;
 Ao Leste: com parte do lote nº. 02, em 18,00 metros;
 Ao Oeste: com a Rua Rosalino Da Campo, em 18,00 metros;

Lote nº. 02 da quadra nº. 835, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados) localizado no lado par da Rua Valmor Ried, distante pelo lado direito 25,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua Valmor Ried, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 18, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 03, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com parte do lote nº. 20, em 8,00 metros e com o lote nº. 01, em 16,00 metros;

Lote nº. 03 da quadra nº. 835, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados) localizado no lado par da Rua Valmor Ried, distante pelo lado direito 37,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua Valmor Ried, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 17, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 04, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 02, em 26,00 metros;

Lote nº. 04 da quadra nº. 835, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados) localizado no lado par da

Rua Valmor Ried, distante pelo lado direito 49,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua Valmor Ried, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 16, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 05, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 03, em 26,00 metros;

Lote nº. 05 da quadra nº. 835, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados) localizado no lado par da Rua Valmor Ried, distante pelo lado direito 61,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua Valmor Ried, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 15, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 06, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 04, em 26,00 metros;

Lote nº. 06 da quadra nº. 835, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados) localizado no lado par da Rua Valmor Ried, distante pelo lado direito 73,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua Valmor Ried, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 14, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 07, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 05, em 26,00 metros;

Lote nº. 07 da quadra nº. 835, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados) localizado no lado par da Rua Valmor Ried, distante pelo lado direito 85,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua Valmor Ried, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 13, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 08, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 06, em 26,00 metros;

Lote nº. 08 da quadra nº. 835, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados) localizado no lado par da Rua Valmor Ried, distante pelo lado direito 97,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua Valmor Ried, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 12, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 09, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 07, em 26,00 metros;

Lote nº. 09 da quadra nº. 835, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados) localizado no lado par da Rua Valmor Ried, distante pelo lado direito 109,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua Valmor Ried, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 11, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com parte do lote nº. 10 - (equipamentos comunitários), em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 08, em 26,00 metros;

Lote nº. 10 - (equipamentos comunitários) da quadra nº. 835, com área superficial de 1.961,72 m² (um mil e novecentos e sessenta e um metros e setenta e dois décimos quadrados) localizado no lado par da Rua Valmor Ried, distante pelo lado direito 121,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua Valmor Ried, em 36,68 metros;
 Ao Sul: com a Rua Arthur Velozo, em 38,77 metros;
 Ao Leste: com parte da Gleba nº. 04 de Eloi Luiz Cortina - Matrícula nº. 12.100, em 52,04 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 09, em 26,00 metros e com o lote nº. 11, em 26,00 metros;

Lote nº. 11 da quadra nº. 835, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados) localizado no lado ímpar da Rua Arthur Velozo, distante pelo lado esquerdo 109,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 09, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Arthur Velozo, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com parte do lote nº. 10, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 12, em 26,00 metros;

Lote nº. 12 da quadra nº. 835, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados) localizado no lado ímpar da Rua Arthur Velozo, distante pelo lado esquerdo 97,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 08, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Arthur Velozo, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 11, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 13, em 26,00 metros;

Lote nº. 13 da quadra nº. 835, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados) localizado no lado ímpar da Rua Arthur Velozo, distante pelo lado esquerdo 85,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 07, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Arthur Velozo, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 12, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 14, em 26,00 metros;

Lote nº. 14 da quadra nº. 835, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados) localizado no lado ímpar da Rua Arthur Velozo, distante pelo lado esquerdo 73,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 06, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Arthur Velozo, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 13, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 15, em 26,00 metros;
 Lote nº. 15 da quadra nº. 835, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados) localizado no lado ímpar da Rua Arthur Velozo, distante pelo lado esquerdo 61,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 05, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Arthur Velozo, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 14, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 16, em 26,00 metros;

Lote nº. 16 da quadra nº. 835, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados) localizado no lado ímpar da Rua Arthur Velozo, distante pelo lado esquerdo 49,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 04, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Arthur Velozo, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 15, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 17, em 26,00 metros;

Lote nº. 17 da quadra nº. 835, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados) localizado no lado ímpar da Rua Arthur Velozo, distante pelo lado esquerdo 37,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 03, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Arthur Velozo, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 16, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 18, em 26,00 metros;

Lote nº. 18 da quadra nº. 835, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados) localizado no lado ímpar da Rua Arthur Velozo, distante pelo lado esquerdo 25,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 02, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Arthur Velozo, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 17, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 19, em 18,00 metros e com parte do lote nº. 20, em 8,00 metros;

Lote nº. 19 da quadra nº. 835, com área superficial de 450,00 m²

(quatrocentos e cinquenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Rosalino Da Campo, na esquina com a Rua Arthur Velozo, com as seguintes confrontações:
 localizado no lado ímpar da Rua Rosalino Da Campo, distante pelo lado esquerdo 25,00 m da Rua Arthur Velozo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 20, em 25,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Arthur Velozo, em 25,00 metros;
 Ao Leste: com parte do lote nº. 18, em 18,00 metros;
 Ao Oeste: com a Rua Rosalino Da Campo, em 18,00 metros;

Lote nº. 20 da quadra nº. 835, com área superficial de 400,00 m² (quatrocentos metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Rosalino Da Campo, distante pelo lado esquerdo 18,00 m da Rua Arthur Velozo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 01, em 25,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 19, em 25,00 metros;
 Ao Leste: com parte do lote nº. 02, em 8,00 metros e com parte do lote nº. 18, em 8,00 metros;
 Ao Oeste: com a Rua Rosalino Da Campo, em 16,00 metros;

QUADRA nº. 836 - 8.387,25 m² (oito mil e trezentos e oitenta e sete metros e vinte e cinco décimos quadrados).

Lote nº. 01 da quadra nº. 836, com área superficial de 369,00 m² (trezentos e sessenta e nove metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Rosalino Da Campo, na esquina com a Rua Arthur Velozo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a Rua Arthur Velozo, em 20,50 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 20, em 20,50 metros;
 Ao Leste: com parte do lote nº. 02, em 18,00 metros;
 Ao Oeste: com a Rua Rosalino Da Campo, em 18,00 metros;

Lote nº. 02 da quadra nº. 836, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados) localizado no lado par da Rua Arthur Velozo, distante pelo lado direito 20,50 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a Rua Arthur Velozo, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 18, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 03, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com parte do lote nº. 20, em 8,00 metros e com o lote nº. 01, em 18,00 metros;

Lote nº. 03 da quadra nº. 836, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados) localizado no lado par da Rua Arthur Velozo, distante pelo lado direito 32,50 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a Rua Arthur Velozo, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 17, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 04, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 02, em 26,00 metros;

Lote nº. 04 da quadra nº. 836, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados) localizado no lado par da Rua Arthur Velozo, distante pelo lado direito 44,50 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a Rua Arthur Velozo, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 16, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 05, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 03, em 26,00 metros;

Lote nº. 05 da quadra nº. 836, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados) localizado no lado par da Rua Arthur Velozo, distante pelo lado direito 56,50 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a Rua Arthur Velozo, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 15, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 06, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 04, em 26,00 metros;

Lote nº. 06 da quadra nº. 836, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados) localizado no lado par da Rua Arthur Velozo, distante pelo lado direito 68,50 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a Rua Arthur Velozo, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 14, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 07, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 05, em 26,00 metros;

Lote nº. 07 da quadra nº. 836, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados) localizado no lado par da Rua Arthur Velozo, distante pelo lado direito 80,50 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a Rua Arthur Velozo, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 13, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 08, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 06, em 26,00 metros;

Lote nº. 08 da quadra nº. 836, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados) localizado no lado par da Rua Arthur Velozo, distante pelo lado direito 92,50 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a Rua Arthur Velozo, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 12, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 09, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 07, em 26,00 metros;

Lote nº. 09 da quadra nº. 836, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados) localizado no lado par da Rua Arthur Velozo, distante pelo lado direito 104,50 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a Rua Arthur Velozo, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 11, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com parte do lote nº. 10 - (equipamentos comunitários), em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 08, em 26,00 metros;

Lote nº. 10 - (equipamentos comunitários) da quadra nº. 836, com área superficial de 2.329,25 m² (dois e trezentos e vinte e nove metros e vinte e cinco decímetros quadrados) localizado no lado par da Rua Arthur Velozo, distante pelo lado direito 116,50 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a Rua Arthur Velozo, em 43,75 metros;
 Ao Sul: com a Rua Germano Camargo, em 45,84 metros;
 Ao Leste: com parte da Gleba nº. 04 de Eloi Luiz Cortina - Matrícula nº. 12.100, em 52,05 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 11, em 26,00 metros e com o lote nº. 09, em 26,00 metros;

Lote nº. 11 da quadra nº. 836, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados) localizado no lado ímpar da Rua Germano Camargo, distante pelo lado esquerdo 104,50 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 09, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Germano Camargo, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com parte do lote nº. 10 - (equipamentos comunitários), em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 12, em 26,00 metros;

Lote nº. 12 da quadra nº. 836, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados) localizado no lado ímpar da Rua Germano Camargo, distante pelo lado esquerdo 92,50 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 08, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Germano Camargo, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 11, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 13, em 26,00 metros;

Lote nº. 13 da quadra nº. 836, com área superficial de 312,00 m²

(trezentos e doze metros quadrados) localizado no lado ímpar da Rua Germano Camargo, distante pelo lado esquerdo 80,50 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 07, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Germano Camargo, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 12, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 14, em 26,00 metros;
 Lote nº. 14 da quadra nº. 836, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados) localizado no lado ímpar da Rua Germano Camargo, distante pelo lado esquerdo 68,50 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 06, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Germano Camargo, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 13, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 15, em 26,00 metros;

Lote nº. 15 da quadra nº. 836, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados) localizado no lado ímpar da Rua Germano Camargo, distante pelo lado esquerdo 56,50 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 05, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Germano Camargo, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 14, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 16, em 26,00 metros;

Lote nº. 16 da quadra nº. 836, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados) localizado no lado ímpar da Rua Germano Camargo, distante pelo lado esquerdo 56,50 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 04, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Germano Camargo, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 15, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 17, em 26,00 metros;

Lote nº. 17 da quadra nº. 836, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados) localizado no lado ímpar da Rua Germano Camargo, distante pelo lado esquerdo 44,50 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 03, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Germano Camargo, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 16, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 18, em 26,00 metros;

Lote nº. 18 da quadra nº. 836, com área superficial de 312,00 m² (trezentos e doze metros quadrados) localizado no lado ímpar da Rua Germano Camargo, distante pelo lado esquerdo 32,50 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 02, em 12,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Germano Camargo, em 12,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 17, em 26,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 19, em 26,00 metros;

Lote nº. 19 da quadra nº. 836, com área superficial de 369,00 m² (trezentos e sessenta e nove metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Rosalino Da Campo, na esquina com a Rua Germano Camargo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 20, em 20,50 metros;
 Ao Sul: com a Rua Germano Camargo, em 20,50 metros;
 Ao Leste: com parte do lote nº. 18, em 18,00 metros;
 Ao Oeste: com a Rua Rosalino Da Campo, em 18,00 metros;

Lote nº. 20 da quadra nº. 836, com área superficial de 328,00 m² (trezentos e vinte e oito metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Rosalino Da Campo, distante pelo lado esquerdo 32,50 m da Rua Germano Camargo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 01, em 20,50 metros;
 Ao Sul: com a Rua Germano Camargo, em 20,50 metros;
 Ao Leste: com parte do lote nº. 18, em 8,00 metros e com parte do lote nº. 02, em 8,00 metros;

Ao Oeste: com a Rua Rosalino Da Campo, em 16,00 metros;

QUADRA nº. 837 - 8.633,67 m² (oito mil e seiscentos e trinta e três metros e sessenta e sete decímetros quadrados).

Lote nº. 01 da quadra nº. 837, com área superficial de 501,06 m² (quinhentos e um metros e seis decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Rosalino Da Campo, na esquina com a Rua Ângela Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 02, em 27,00 metros;

Ao Sul: com a Rua Ângela Da Campo, em 27,13 metros;

Ao Leste: com parte do lote nº. 05 - (área verde), em 17,21 metros;

Ao Oeste: com a Rua Rosalino Da Campo, em 19,90 metros;

Lote nº. 02 da quadra nº. 837, com área superficial de 351,00 m² (trezentos e cinquenta e um metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Rosalino Da Campo, distante pelo lado esquerdo 19,90 m da Rua Ângela Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 03, em 27,00 metros;

Ao Sul: com o lote nº. 01, em 27,00 metros;

Ao Leste: com parte do lote nº. 05 - (área verde), em 13,00 metros;

Ao Oeste: com a Rua Rosalino Da Campo, em 13,00 metros;

Lote nº. 03 da quadra nº. 837, com área superficial de 351,00 m² (trezentos e cinquenta e um metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Rosalino Da Campo, distante pelo lado esquerdo 15,00 m da Rua Germano Camargo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 04, em 27,00 metros;

Ao Sul: com o lote nº. 02, em 27,00 metros;

Ao Leste: com parte do lote nº. 05 - (área verde), em 13,00 metros;

Ao Oeste: com a Rua Rosalino Da Campo, em 13,00 metros;

Lote nº. 04 da quadra nº. 837, com área superficial de 405,00 m² (quatrocentos e cinco metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Rosalino Da Campo, na esquina com a Rua Germano Camargo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com Rua Germano Camargo, em 27,00 metros;

Ao Sul: com o lote nº. 03, em 27,00 metros;

Ao Leste: com parte do lote nº. 05 - (área verde), em 15,00 metros;

Ao Oeste: com a Rua Rosalino Da Campo, em 15,00 metros;

Lote nº. 05 - (área verde) da quadra nº. 837, com área superficial de 7.025,61 m² (sete mil e vinte e cinco metros e sessenta e um decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Germano Camargo, distante pelo lado direito 27,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com Rua Germano Camargo, em 27,00 metros;

Ao Sul: com a Rua Ângela Da Campo, em 141,30 metros;

Ao Leste: com parte da Gleba nº. 04 de Eloi Luiz Cortina - Matrícula nº. 12.100, em 44,52 metros;

Ao Oeste: com o lote nº. 01, em 17,21 metros; com o lote nº. 02, em 13,00 metros; com o lote nº. 03, em 13,00 metros e com o lote nº. 04 em 15,00 metros;

Art. 2º. Fica aprovado o LOTEAMENTO INDUSTRIAL DA CAMPO, da gleba nº 03, localizado na Vila Diadema, com área total de 147.237,98m² (cento e quarenta e sete mil, duzentos e trinta e sete metros, com noventa e oito decímetro quadrados), matrícula nº 22.988, no cartório de Registro de Imóveis de Xaxim, de propriedade de Valério Da Campo, CPF sob o nº 065.797.449-87 e Inês Da Campo, CPF sob o nº 814.436.689-15, ficando assim constituído:

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA MATRÍCULA Nº. 22.988

Gleba nº. (03), com área de 240.089,32 m², sem benfeitorias, situado em Vila Diadema, Município e Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina, pertencente a Valério Da Campo e Inês Da Campo, descrito e confrontando abaixo:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 01, de coordenadas N= 7.019.978,226 m e E= 351.392,408 m; deste, segue com azimute de 73°00'45" e distância de 33,52 m, pelo eixo de uma estrada vicinal, confrontando neste trecho com o lote rural nº. 01 de Edson Luiz Tonello - (Matrícula nº. 18.570), até o vértice 02, de coordenadas N= 7.019.988,020 m e E= 351.424,471 m; deste, segue com azimute de 101°13'48" e distância de 32,34 m, pelo eixo de uma estrada vicinal, confrontando neste trecho com o lote rural nº. 01 de Edson Luiz Tonello - (Matrícula nº. 18.570), até o vértice 03, de coordenadas N= 7.019.981,722 m e E= 351.456,191 m; deste, segue com azimute de 97°58'27" e distância de 44,86 m, pelo eixo de uma estrada vicinal, confrontando neste trecho com o lote rural nº. 01 de Edson Luiz Tonello - (Matrícula nº. 18.570), até o vértice 04, de coordenadas N= 7.019.975,499 m e E= 351.500,617 m; deste, segue com azimute de 94°10'55" e distância de 94,85 m, pelo eixo de uma estrada vicinal, confrontando neste trecho com o lote rural nº. 01 de Edson Luiz Tonello - (Matrícula nº. 18.570), até o vértice 05, de coordenadas N= 7.019.968,582 m e E= 351.595,217 m; deste, segue com azimute de 90°22'52" e distância de 23,12 m, pelo eixo de uma estrada vicinal, confrontando neste trecho com o lote rural nº. 01 de Edson Luiz Tonello - (Matrícula nº. 18.570), até o vértice 06, de coordenadas N= 7.019.968,428 m e E= 351.618,338 m; deste, segue com azimute de 81°04'28" e distância de 40,40 m, pelo eixo de uma estrada vicinal, confrontando neste trecho com o lote rural nº. 01 de Edson Luiz Tonello - (Matrícula nº. 18.570) até o vértice 07, de coordenadas N= 7.019.974,697 m e E= 351.658,251 m; deste, segue com azimute de 88°26'00" e distância de 88,19 m, pelo eixo de uma estrada vicinal, confrontando neste trecho com o lote rural nº. 01 de Edson Luiz Tonello - (Matrícula nº. 18.570), até o vértice 08, de coordenadas N= 7.019.977,108 m e E= 351.746,413 m; deste, segue com azimute de 105°55'03" e distância de 19,89 m, por uma estrada vicinal, confrontando neste trecho com o lote rural nº. 01 de Edson Luiz Tonello - (Matrícula nº. 18.570), até o vértice 09, de coordenadas N= 7.019.971,653 m e E= 351.765,539 m; deste, segue com azimute de 18°52'14" e distância de 25,30 m, confrontando neste trecho com o lote rural nº. 01 de Edson Luiz Tonello - (Matrícula nº. 18.570), até o vértice 10, de coordenadas N= 7.019.995,590 m e E= 351.773,721 m; deste, segue com azimute de 77°06'36" e distância de 93,92 m, confrontando com terras de Alcino de Almeida e Genira Veloso Dos Santos - (Matrícula nº. 02.090), até o vértice 11, de coordenadas N= 7.020.016,542 m e E= 351.865,278 m, deste, segue com azimute de 193°26'04" e distância de 356,06 m, confrontando com a Gleba nº. 04 de Eloi Luiz Cortina - (Matrícula nº. 12.100), até o vértice 12, de coordenadas N= 7.019.670,226 m e E= 351.782,554 m; deste, segue com azimute de 192°21'32" e distância de 241,53 m, confrontando com a Gleba nº. 04 de Eloi Luiz Cortina - (Matrícula nº. 12.100), até o vértice 13, de coordenadas N= 7.019.434,293 m e E= 351.730,857 m; deste, segue com azimute de 278°57'31" e distância de 467,37 m, confrontando com a Gleba nº. 01, de Valério Da Campo, Lucia Da Campo, Claudiomir José Da Campo, Claudiocir José Da Campo, Mariluci Da Campo Marca, Marcos Da Campo, Juliana Da Campo - (Matrícula nº. 16.059) até o vértice 19, de coordenadas N= 7.019.507,073 m e E= 351.269,185 m; deste, segue com azimute de 14°39'24" e distância de 487,00 m, confrontando com Parte dos Lotes Coloniais (46), (77) e (79), de Leo Vital Lunardi Ltda - (Matrícula nº. 12.466), até o vértice 01, de coordenadas N= 7.019.978,226 m e E= 351.392,408 m; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro,

tendo como Datum horizontal o SAD 69.

DESCRIÇÃO DA ÁREA LOTEADA

ÁREA REMANESCENTE (loteamento habitacional): 92.851,34 m²
 ÁREA A SER LOTEADA DA MÁTR. Nº. 22.988: 147.237,98 m²

QUADRA nº. 827: 50.087,15 m²
 QUADRA nº. 828: 70.983,59 m²

ÁREA VERDE: 13.007,50 m² -----
 ----- 8,83 %
 ÁREA DE LOTES INDUSTRIAIS DOADOS: 12.361,27 m² -----
 ----- 8,40 %
 ÁREA DO SISTEMA VIÁRIO: 26.167,24 m² -----
 ----- 17,77%

 TOTAL DE DOAÇÕES: 51.536,01 m² -----
 ----- 35,00 %

ÁREA DOS LOTES PRIVADOS: 95.701,97 m² -----
 ----- 65,00 %

 ÁREA A SER LOTEADA DA MÁTR. Nº. 22.988: 147.237,98 m²-----
 ----- 100,00 %

QUADRA nº. 827 - 50.087,15 m² (cinquenta mil e oitenta e sete metros e quinze decímetros quadrados).

Lote nº. 01 da quadra nº. 827, com área superficial de 3.250,00 m² (três mil e duzentos e cinquenta metros quadrados), localizado na esquina da Rua Alves Da Campo com a Rua Leonildo Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 01, em 65,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Leonildo Da Campo, em 65,00 metros;
 Ao Leste: com parte do lote nº. 08, em 50,00 metros;
 Ao Oeste: com a Rua Alves Da Campo, em 50,00 metros;

Lote nº. 02 da quadra nº. 827, com área superficial de 3.021,60 m² (três mil e vinte e um metros e sessenta decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Alves Da Campo, distante pelo lado esquerdo 50,00 m da Rua Leonildo Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com parte do lote nº. 03, em 65,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 01, em 65,00 metros;
 Ao Leste: com parte do lote nº. 08, em 46,49 metros;
 Ao Oeste: com a Rua Alves Da Campo, em 46,49 metros;

Lote nº. 03 da quadra nº. 827, com área superficial de 25.000,00 m² (vinte e cinco mil metros quadrados), localizado na esquina da Rua Alves Da Campo com a estrada municipal, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com a estrada municipal, em 13,68 metros; 30,11 metros; 45,21 metros; 95,51 metros; 24,27 metros; 40,57 metros e 19,57 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 02, em 65,00 metros; com o lote nº. 08, em 50,00 metros; com o lote nº. 07, em 50,00 metros; com o lote nº. 06, em 50,00 metros e com o lote nº. 04, em 45,00 metros;
 Ao Leste: com a Rua Rosalino Da Campo, em 130,29 metros;
 Ao Oeste: com a Rua Alves Da Campo, em 71,05 metros;
 Lote nº. 04 da quadra nº. 827, com área superficial de 2.092,05 m² (dois mil e noventa e dois metros e cinco decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Rosalino Da Campo, distante pelo lado direito 50,00 m da Rua Leonildo Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com parte do lote nº. 03, em 45,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 05, em 45,00 metros;
 Ao Leste: com a Rua Rosalino Da Campo, em 46,49 metros;
 Ao Oeste: com parte do lote nº. 06, em 46,49 metros;

Lote nº. 05 da quadra nº. 827, com área superficial de 2.250,00 m² (dois mil e duzentos e cinquenta quadrados) localizado no lado par da Rua Rosalino Da Campo, distante pelo lado direito 50,00 m da Rua Leonildo Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 04, em 45,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Leonildo Da Campo, em 45,00 metros;
 Ao Leste: com a Rua Rosalino Da Campo, em 50,00 metros;
 Ao Oeste: com parte do lote nº. 06, em 50,00 metros;

Lote nº. 06 da quadra nº. 827, com área superficial de 4.824,50 m² (quatro mil e oitocentos e vinte e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados) localizado no lado ímpar da Rua Leonildo Da Campo, distante pelo lado esquerdo 45,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com parte do lote nº. 03, em 50,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Leonildo Da Campo, em 50,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 04, em 46,49 metros e com o lote nº. 05, em 50,00 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 07, em 96,49 metros;

Lote nº. 07 da quadra nº. 827, com área superficial de 4.824,50 m² (quatro mil e oitocentos e vinte e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados) localizado no lado ímpar da Rua Leonildo Da Campo, distante pelo lado esquerdo 95,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com parte do lote nº. 03, em 50,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Leonildo Da Campo, em 50,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 06, em 96,49 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 08, em 96,49 metros;

Lote nº. 08 da quadra nº. 827, com área superficial de 4.824,50 m² (quatro mil e oitocentos e vinte e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados) localizado no lado ímpar da Rua Leonildo Da Campo, distante pelo lado esquerdo 65,00 m da Rua Alves Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com parte do lote nº. 03, em 50,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Leonildo Da Campo, em 50,00 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 07, em 96,49 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 01, em 50,00 metros e com o lote nº. 02, em 46,49 metros;

QUADRA nº. 828 - 70.983,59 m² (setenta mil e novecentos e oitenta e três metros e cinquenta e nove decímetros quadrados).

Lote nº. 01 da quadra nº. 828, com área superficial de 5.203,45 m² (cinco mil e duzentos e três metros e quarenta e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Alves Da Campo com a Rua Ângela Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 02, em 98,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Ângela Da Campo, em 98,48 metros;
 Ao Leste: com parte do lote nº. 17, em 48,21 metros;
 Ao Oeste: com a Rua Alves Da Campo, em 57,98 metros;

Lote nº. 02 da quadra nº. 828, com área superficial de 5.190,00 m² (cinco mil e cento e noventa metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Alves Da Campo, distante pelo lado esquerdo 57,98 m da Rua Ângela Da Campo, com as seguintes confrontações:
 Ao Norte: com o lote nº. 03, em 65,00 metros e com o lote nº. 11- (área verde), em 33,00 metros;
 Ao Sul: com o lote nº. 01, em 98,00 metros
 Ao Leste: com o lote nº. 11- (área verde), em 12,00 metros e 18,50 metros; com parte do lote nº. 17, em 26,50 metros;
 Ao Oeste: com a Rua Alves Da Campo, em 57,00 metros;

Lote nº. 03 da quadra nº. 828, com área superficial de 4.279,00 m² (quatro mil e duzentos e setenta e nove metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Alves Da Campo, distante pelo lado esquerdo 114,00 m da Rua Leonildo Da Campo, com as

seguintes confrontações:

Ao Norte: com parte do lote nº. 04, em 79,00 metros;

Ao Sul: com o lote nº. 02, em 65,00 metros e com o lote nº. 11- (área verde), em 14,00 metros;

Ao Leste: com o lote nº. 11- (área verde), em 41,00 metros e 16,00 metros;

Ao Oeste: com a Rua Alves Da Campo, em 57,00 metros;

Lote nº. 04 da quadra nº. 828, com área superficial de 5.586,00 m² (cinco mil e quinhentos e oitenta e seis metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Alves Da Campo, distante pelo lado esquerdo 57,00 m da Rua Leonildo Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com parte do lote nº. 05, em 98,00 metros;

Ao Sul: com o lote nº. 03, em 79,00 metros e com o lote nº. 11- (área verde), em 19,00 metros;

Ao Leste: com parte do lote nº. 06, em 36,00 metros e com o lote nº. 11- (área verde), em 21,00 metros;

Ao Oeste: com a Rua Alves Da Campo, em 57,00 metros;

Lote nº. 05 da quadra nº. 828, com área superficial de 5.586,00 m² (cinco mil e quinhentos e oitenta e seis metros quadrados), localizado na esquina da Rua Alves Da Campo com a Rua Leonildo Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua Leonildo Da Campo, em 98,00 metros;

Ao Sul: com o lote nº. 04, em 98,00 metros;

Ao Leste: com parte do lote nº. 06, em 57,00 metros;

Ao Oeste: com a Rua Alves Da Campo, em 57,00 metros;

Lote nº. 06 da quadra nº. 828, com área superficial de 3.441,00 m² (três mil e quatrocentos e quarenta e um metros quadrados), localizado no lado par da Rua Leonildo Da Campo, distante pelo lado direito 98,00 m da Rua Alves Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua Leonildo Da Campo, em 37,00 metros;

Ao Sul: com parte do lote nº. 11- (área verde), em 37,00 metros;

Ao Leste: com o lote nº. 07, em 93,00 metros;

Ao Oeste: com parte do lote nº. 04, em 36,00 metros e com o lote nº. 05, em 57,00 metros;

Lote nº. 07 da quadra nº. 828, com área superficial de 3.720,00 m² (três mil e setecentos e vinte metros quadrados), localizado no lado par da Rua Leonildo Da Campo, distante pelo lado direito 85,00 m da Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua Leonildo Da Campo, em 40,00 metros;

Ao Sul: com parte do lote nº. 11- (área verde), em 40,00 metros;

Ao Leste: com o lote nº. 08, em 33,00 metros; com o lote nº. 09, em 30,00 metros e com o lote nº. 10, em 30,00 metros;

Ao Oeste: com o lote nº. 06, em 93,00 metros;

Lote nº. 08 da quadra nº. 828, com área superficial de 2.805,00 m² (dois mil e oitocentos e cinco metros quadrados), localizado na esquina da Rua Leonildo Da Campo com a Rua Rosalino Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua Leonildo Da Campo, em 85,00 metros;

Ao Sul: com o lote nº. 09, em 85,00 metros

Ao Leste: com a Rua Rosalino Da Campo, em 33,00 metros;

Ao Oeste: com parte do lote nº. 07, em 33,00 metros;

Lote nº. 09 da quadra nº. 828, com área superficial de 2.550,00 m² (dois mil e quinhentos e cinquenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Rosalino Da Campo, distante pelo lado direito 33,00 m da Rua Leonildo Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 08, em 85,00 metros

Ao Sul: com o lote nº. 10, em 85,00 metros

Ao Leste: com a Rua Rosalino Da Campo, em 30,00 metros;

Ao Oeste: com parte do lote nº. 07, em 30,00 metros;

Lote nº. 10 da quadra nº. 828, com área superficial de 2.550,00 m² (dois mil e quinhentos e cinquenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Rosalino Da Campo, distante pelo lado direito 63,00 m da Rua Leonildo Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 09, em 85,00 metros

Ao Sul: com parte do lote nº. 11- (área verde), em 85,00 metros

Ao Leste: com a Rua Rosalino Da Campo, em 30,00 metros;

Ao Oeste: com parte do lote nº. 07, em 30,00 metros;

Lote nº. 11 - (área verde) da quadra nº. 828, com área superficial de 13.007,50 m² (treze mil e sete metros cinquenta decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Rosalino Da Campo, distante pelo lado direito 93,00 m da Rua Leonildo Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com parte do lote nº. 03, em 14,00 metros; com parte do lote nº. 04, em 19,00 metros; com o lote nº. 06, em 37,00 metros; com o lote nº. 07, em 40,00 metros e com o lote nº. 10, em 85,00 metros;

Ao Sul: com parte do lote nº. 02, em 33,00 metros; com o lote nº. 17, em 37,00 metros; com o lote nº. 17, em 40,00 metros; com parte do lote nº. 15, em 20,00 metros e com o lote nº. 12, em 65,00 metros;

Ao Leste: com a Rua Rosalino Da Campo, em 12,00 metros; com o lote nº. 12, em 30,90 metros e com o lote nº. 13, em 65,60 metros;

Ao Oeste: com parte do lote nº. 02, em 18,50 metros e 12,00 metros; com parte do lote nº. 03, em 16,00 metros e 41,00 metros e com parte do lote nº. 04, em 21,00 metros;

Lote nº. 12 da quadra nº. 828, com área superficial de 2.008,50 m² (dois mil e oito e metros e cinquenta decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Rosalino Da Campo, distante pelo lado direito 105,00 m da Rua Leonildo Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 11- (área verde), em 65,00 metros;

Ao Sul: com o lote nº. 13, em 65,00 metros

Ao Leste: com a Rua Rosalino Da Campo, em 30,90 metros;

Ao Oeste: com parte do lote nº. 11- (área verde), em 30,90 metros;

Lote nº. 13 da quadra nº. 828, com área superficial de 4.264,00 m² (quatro mil e duzentos e sessenta e quatro metros quadrados), localizado no lado par da Rua Rosalino Da Campo, distante pelo lado direito 58,54 m da Rua Ângela Da Campo, doado ao Município de Xaxim, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 12, em 65,00 metros;

Ao Sul: com o lote nº. 14, em 45,00 metros e com parte do lote nº. 15, em 20,00 metros;

Ao Leste: com a Rua Rosalino Da Campo, em 65,60 metros;

Ao Oeste: com parte do lote nº. 11- (área verde), em 65,60 metros;

Lote nº. 14 da quadra nº. 828, com área superficial de 2.735,46 m² (dois mil e setecentos e trinta e cinco metros e quarenta e seis decímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Ângela Da Campo com a Rua Rosalino Da Campo, doado ao Município de Xaxim, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com parte do lote nº. 13, em 45,00 metros;

Ao Sul: com a Rua Ângela Da Campo, em 45,22 metros;

Ao Leste: com a Rua Rosalino Da Campo, em 58,54 metros;

Ao Oeste: com o lote nº. 15, em 63,03 metros;

Lote nº. 15 da quadra nº. 828, com área superficial de 2.601,15 m² (dois mil e seiscentos e um metros e quinze decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Ângela Da Campo, distante pelo lado esquerdo 45,22 m da Rua Rosalino Da Campo, doado ao Município de Xaxim, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 11- (área verde), em 20,00 metros e com

parte do lote nº. 13, em 20,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Ângela Da Campo, em 40,20 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 14, em 63,03 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 16, em 67,02 metros;

Lote nº. 16 da quadra nº. 828, com área superficial de 2.760,66 m² (dois mil e setecentos e sessenta metros e sessenta e seis decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Ângela Da Campo, distante pelo lado esquerdo 85,42 m da Rua Rosalino Da Campo, doado ao Município de Xaxim, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 11- (área verde), em 40,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Ângela Da Campo, em 40,20 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 14, em 67,02 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 17, em 71,01 metros;

Lote nº. 17 da quadra nº. 828, com área superficial de 2.695,87 m² (dois mil e seiscentos e noventa e cinco metros e oitenta e sete decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Ângela Da Campo, distante pelo lado esquerdo 98,48 m da Rua Alves Da Campo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o lote nº. 11- (área verde), em 37,00 metros;
 Ao Sul: com a Rua Ângela Da Campo, em 37,18 metros;
 Ao Leste: com o lote nº. 16, em 71,01 metros;
 Ao Oeste: com o lote nº. 01, em 48,21 metros e com parte do lote nº. 02, em 26,50 metros;

Art. 3º. É de responsabilidade dos empreendedores, a execução das obras de infraestrutura, conforme dispõe o art. 39, I, da Lei 694/1981.

Art. 4º. Fazem parte integrante desta Lei, memoriais descritivos e plantas.

Art. 5º. As despesas decorrentes da realização desta Lei correrão por conta do orçamento municipal, no que for pertinente à implantação de aparelhos públicos nas áreas institucionais.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando eventuais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 26 de março de 2015.
 Idacir Antonio Orso
 Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
 Procurador Geral do Município.

LEI Nº 4055/2015 DE 24 DE MARÇO DE 2015. AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR A DOAÇÃO, COM ENCARGOS, DE IMÓVEIS CONTEMPLADOS EM EDITAL ESPECÍFICO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA

LEI Nº 4055/2015 de 24 de março de 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR A DOAÇÃO, COM ENCARGOS, DE IMÓVEIS CONTEMPLADOS EM EDITAL ESPECÍFICO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.534/93, PARA O FOMENTO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Xaxim autorizado a doar, com encargos, as áreas de terras abaixo descritas, localizadas no Distrito Industrial, para as empresas contempladas no edital específico de

concorrência pública:

I - Lote urbano nº 05, da quadra nº 526, localizado no lado ímpar da Rua Orculano Bernardes, distante, pelo lato direito, 51,37 metros da rua nº 03, Loteamento do Distrito Industrial Sérgio Dávi, Xaxim - SC, com área superficial de 1.000,00m² (um mil metros quadrados), com matrícula no CRI sob o nº 21.488;

II - Lote urbano nº 06, da quadra nº 565, localizado na esquina das Ruas nº 03 e Orculano Bernardes, Loteamento Industrial Sérgio Davi, com área superficial de 2.027,41m² (dois mil, vinte e sete metros, com quarenta e um decímetros quadrados), com matrícula no CRI sob o nº 21.489;

III - Lote urbano nº 07, da quadra nº 526, localizado na esquina das Ruas nº 03 e 06, Loteamento Industrial Sérgio Davi, com área superficial de 2.997,90m² (dois mil, novecentos e noventa e sete metros, com noventa decímetros quadrados), com matrícula no CRI sob o nº 21.490;

IV - Lote urbano nº 08, da quadra nº 526, localizado no lado par da Rua nº 06, distante pelo lado esquerdo, 65m da Rua nº 03, Loteamento Industrial Sérgio Davi, com área superficial de 1.090,17m² (um mil, noventa metros, com dezessete decímetros quadrados), com matrícula no CRI sob o nº 21.491;

V - Lote urbano nº 09, da quadra nº 526, localizado no lado par da Rua nº 06, distante pelo lado esquerdo, 88,94m da Rua nº 03, Loteamento Industrial Sérgio Davi, com área superficial de 1.089,86m² (um mil, oitenta e nove metros, com oitenta e seis decímetros quadrados), com matrícula no CRI sob o nº 21.492.

Art. 2º. Constará na escritura pública do referido imóvel, cláusula de reversão em favor do Município, se:

I - no prazo de 10 (anos) anos, a beneficiada não implementar as obrigações assumidas na proposta;

II - se no mesmo prazo ocorrer a mudança de finalidade dos imóveis ora doados, sem o consentimento expresso do Poder Público;

III - caso a beneficiada venha desrespeitar as disposições do edital de licitação ou da proposta declarada vencedora.

Parágrafo único. Na hipótese de reversão, o imóvel voltará a incorporar o patrimônio público municipal, juntamente com o que for acrescido por acessão, ou de qualquer outra forma, não cabendo nenhuma espécie de indenização.

Art. 3º. Em caso de financiamento para a implantação ou ampliação da empresa nele instalada, o imóvel poderá ser dado em garantia hipotecária, ficando gravado em 2º grau para o Município.

Art. 4º. Caso a beneficiada venha a ultrapassar as metas fixadas na proposta vencedora, em 100% (cem por cento), dobrando a perspectiva, antes do prazo estabelecido na alínea "a" do art. 2º, assim que verificado o cumprimento integral das obrigações, poderá a Administração Municipal revogar o ônus estabelecido nesta Lei e conceder o domínio pleno do imóvel, sem mais qualquer outra restrição.

Art. 5º. As doações com encargo autorizadas por esta Lei à empresa contemplada serão realizadas em conformidade com o que determina a Lei 1.534/93 e o art. 17, I, da lei 8.666/93, e sempre precedidas de avaliação.

Art. 6º. Todas as providências necessárias à execução da presente Lei deverão ser adotadas junto ao Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato de Notas e Protestos desta Comarca, cujas despesas correrão por conta, única e exclusivamente, da adquirente.

Art. 7º. Fica autorizada a baixa dos imóveis descritos supra do patrimônio público, assim que cumpridas as exigências.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 26 de março de 2015.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N. 01/2013 TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N. 01/2013 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE XAXIM E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, COM INTERVENIÊNCIA DO COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR E DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL.

TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N. 01/2013

TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N. 01/2013 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE XAXIM E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, COM INTERVENIÊNCIA DO COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR E DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL.

O Município de Xaxim, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 347, centro, Xaxim - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.854.670/0001-30, representado pelo seu Prefeito o Senhor IDACIR ANTONIO ORSO, residente e domiciliado em Xaxim -SC, portador da Carteira de identidade nº 17ª/R 440.230, SSP/SC e do CPF nº. 194.821.759-72, e o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com sede na Rua Artista Bittencourt, no 30, Florianópolis-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.951.294/0001-00, doravante denominada, SSP, representada por seu Secretário CÉSAR AUGUSTO GRUBBA, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Carteira de Identidade no 372.513, SSP/SC e do CPF no 252.157.529-15, com interveniência da Polícia Militar do Estado, estabelecida a Rua Visconde de Ouro Preto, 549 - Centro - Florianópolis-SC, representado por seu Comandante Geral PAULO HENRIQUE HEMM, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Carteira de Identidade no 787.166, expedida pela SSP/SC e do CPF no 418.769.549-49, doravante denominada PMSC, com interveniência da Polícia Civil do Estado, estabelecida a Rua Felipe Schmidt, 755 - Centro - Florianópolis-SC, representado por seu Delegado Geral ARTUR NITZ, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Carteira de Identidade no 875.552, SSP/SC e do CPF no 391.139.499-34, doravante denominada PCSC, celebram o presente Termo Aditivo, mediante cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar o item Prazo de Execução do Convênio e Clausula Sexta do Convênio n. 01/2013, realizado entre o MUNICÍPIO e a SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E POLICIA MILITAR DE SANTA CATARINA para instalação e manutenção de um sistema de videomonitoramento urbano composto de 01 (uma) central de videomonitoramento com 10 (dez) câmeras de segurança no Município de Xaxim - SC.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

A execução do projeto objeto do presente convênio pela SSP/PMSC, deverá ocorrer no prazo de 12(doze) meses a contar da assinatura deste instrumento, sob pena de devolver a totalidade dos recursos repassados pelo MUNICÍPIO."

CLAUSULA SEGUNDA

Ficam retificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Convênio ora editado, ficando este Termo Aditivo

fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

Xaxim/SC, 16 de março de 2015.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

CÉSAR AUGUSTO GRUBBA
Secretário de Estado da Segurança Pública

PAULO HENRIQUE HEMM
Comandante Geral da Polícia Militar

ARTUR NITZ
Delegado Geral da Polícia Civil

.

Consórcios

CIGA

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO CIGA Nº 02/2011 - CONVOCAÇÃO PARA PROVIMENTO DE VAGA DO CONCURSO PÚBLICO

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL
- CIGA

CONCURSO PÚBLICO CIGA Nº 02/2011

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PROVIMENTO
DE VAGA DO CONCURSO PÚBLICO CIGA Nº 02/2011

O DIRETOR EXECUTIVO do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 37 da Constituição Federal, demais legislações vigentes e em conformidade com o Edital de Concurso Público CIGA Nº 02/2011, TORNA PÚBLICO A CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO, relacionado abaixo, para o provimento do emprego público de Técnico em Tecnologia da Informação do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, conforme resultado final devidamente publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina- DOM/SC na data de 23 de novembro de 2011. CONVOCADOS:

Inscri- ção	Candidato	Classificação Final	Cargo
49709	RENATO FURTADO GOUDEL	9º	TÉCNICO EM TI

O convocado deve comparecer, durante o período de 08 de abril a 17 de abril de 2015 das 8h30min às 12h00min ou das 13h00min às 17h30min, na sede do CIGA, situada na Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, Florianópolis-SC para apresentação e entrega dos seguintes documentos constantes no item 11.5 do Edital de Concurso Público CIGA Nº 02/2011:

- Carteira de identidade;
- Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- Carteira de Trabalho (CTPS);
- Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;
- Título de Eleitor e o comprovante quitação eleitoral;
- Comprovante de quitação com o serviço militar, se do sexo masculino;
- Fotografia recente, tamanho 3x4;
- Certificado de conclusão do ensino médio ou superior, conforme o caso; e
- Certidão de nascimento ou casamento, com as respectivas averbações.

O não comparecimento do interessado ou apresentação de qualquer documento fora do prazo previsto acarretará a eliminação do concurso e perda da vaga do referido cargo.

Florianópolis, 07 de abril de 2015.
GILSONI LUNARDI ALBINO
DIRETOR EXECUTIVO

CIMCATARINA

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0006/2015 - PNEUS E CORRELATOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0006/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0007/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de pneus e correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Brunópolis, Caçador, Curitibaanos, Fraiburgo, Frei Rogério, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Videira e para o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, durante o período de 04/05/2015 a 30/09/2015. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 07/04/2015 até às 09:00 horas do dia 17/04/2015. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 12:00 horas do dia 17/04/2015. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:30 horas do dia 17/04/2015. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.bll.org.br. Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cim-catarina.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 06 de abril de 2015.
Elói Rönnau
Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIS NORDESTE**CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 01/2014 - RESULTADO DA ANÁLISE DOS RECURSOS APRESENTADOS**

RESULTADO DA ANÁLISE DOS RECURSOS APRESENTADOS

QUESTÕES/GABARITOS PRELIMINARES

Concurso Público Edital nº 01/2014

Questões anuladas = questão 20 da prova de Contador.

Cargo	Questão	Inscrição	Razões de deferimento/indeferimento
Contador	11	001-C	<p>Conforme o conteúdo programático constante do Edital do referido Concurso, na disciplina Matemática pede-se a abordagem sobre Matemática Financeira. Indubitavelmente, conceitos básicos de razão, proporção e regra de três estão afetos ao tema. Portanto a matéria está contemplada no edital e o grau de dificuldade da questão está condizente com o conteúdo do programa, não exigindo nada extraordinário do devido conhecimento do candidato, além do conhecimento do tema abordado no edital.</p> <p>A questão foi elaborada de acordo com tópicos inseridos no Livro Noções Básicas de Matemática Comercial e Financeira, de Nelson Pereira Castanheira, Editora Ibepex.</p> <p>Pelo exposto, resta indeferido o pedido, mantendo-se incólume a questão e o gabarito divulgado.</p>
Contador	12	001-C	<p>Conforme o conteúdo programático constante do Edital do referido Concurso, na disciplina Matemática pede-se a abordagem sobre Matemática Financeira. Indubitavelmente, conceitos básicos de razão, proporção e regra de três estão afetos ao tema. Portanto a matéria está contemplada no edital e o grau de dificuldade da questão está condizente com o conteúdo do programa, não exigindo nada extraordinário do devido conhecimento do candidato, além do conhecimento do tema abordado no edital.</p> <p>A questão foi elaborada de acordo com tópicos inseridos no Livro Noções Básicas de Matemática Comercial e Financeira, de Nelson Pereira Castanheira, Editora Ibepex.</p> <p>Pelo exposto, resta indeferido o pedido, mantendo-se incólume a questão e o gabarito divulgado.</p>
Contador	20	001-C	<p>Requer-se a anulação da questão sob o fundamento de que a denominação ativo real líquido no enunciado da questão não está adequada às normas vigentes relativas à contabilidade. Assiste-lhe razão, vez que atualmente considera-se patrimônio líquido.</p> <p>Visto que o equívoco se deu em relação ao enunciado e não a qualquer alternativa específica, a anulação da questão é a medida adequada.</p> <p>Pelo exposto, defere-se o pedido para anular a questão 20 da prova de Contador.</p>
Controlador Interno	12	018-CI	<p>A resolução da questão pode se dar nos termos seguintes, demonstrando a inexistência de erro em relação à mesma:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pede-se na questão 12 que distribua R\$ 1.100,00 inversamente proporcionais às notas vermelhas dos filhos, então: - $1/3$, $1/2$ e $1/1$, como os denominadores são diferentes teremos que tirar o M.M.C. - M.M.C de 3, 2 e 1 = 6. - Divide-se o M.M.C. por cada denominador e multiplique pelo numerador correspondente, então: - $2/6$, $3/6$ e $6/6$ - Somamos os numeradores $2 + 3 + 6 = 11$, e dividimos R\$1.100,00 por 11 que dá R\$ 100,00. - Agora multiplicamos o numerador correspondente a cada filho após igualarmos os denominadores, ou seja, após o M.M.C., então: <p>O filho que obteve três notas vermelhas receberá</p> $2 \times R\$ 100,00$ $= R\$ 200,00$ <p>O filho que obteve duas notas vermelhas receberá</p> $3 \times R\$ 100,00$ $= R\$ 300,00$ <p>O filho que obteve uma nota vermelha receberá</p> $6 \times R\$ 100,00$ $= R\$ 600,00$ <p>Total</p> $R\$ 1.100,00$ <p>Pelo exposto, resta indeferido o pedido, mantendo-se incólume a questão e o gabarito divulgado.</p>

Controlador Interno	12	027-CI	<p>A resolução da questão pode se dar nos termos seguintes, demonstrando a inexistência de erro em relação à mesma:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pede-se na questão 12 que distribua R\$ 1.100,00 inversamente proporcionais às notas vermelhas dos filhos, então: - 1/3, 1/2 e 1/1, como os denominadores são diferentes teremos que tirar o M.M.C. - M.M.C de 3, 2 e 1 = 6. - Divide-se o M.M.C. por cada denominador e multiplique pelo numerador correspondente, então: - 2/6, 3/6 e 6/6 - Somamos os numeradores $2 + 3 + 6 = 11$, - e dividimos R\$1.100,00 por 11 que dá R\$ 100,00. - Agora multiplicamos o numerador correspondente a cada filho após igualarmos os denominadores, ou seja, após o M.M.C., então: <p>O filho que obteve três notas vermelhas receberá $2 \times R\\$ 100,00$ $= R\\$ 200,00$</p> <p>O filho que obteve duas notas vermelhas receberá $3 \times R\\$ 100,00$ $= R\\$ 300,00$</p> <p>O filho que obteve uma nota vermelha receberá $6 \times R\\$ 100,00$ $= R\\$ 600,00$</p> <p>Total R\$ 1.100,00</p> <p>Pelo exposto, resta indeferido o pedido, mantendo-se incólume a questão e o gabarito divulgado.</p>
Controlador Interno	30	027-CI	<p>Requer-se a anulação da questão ao argumento de que a alternativa E também é correta, porque a Assembleia Geral poderia, inclusive, alterar as cláusulas do consórcio para permitir a cessão de empregados. O pedido não merece prosperar.</p> <p>A questão indaga sobre as disposições do contrato de consórcio público do CISNORDESTE/SC. O artigo 34, § 3º dispõe: "§ 3º Os empregados do consórcio não poderão ser cedidos, inclusive para os entes consorciados."</p> <p>Portanto, a alternativa E da questão está totalmente em desacordo com as normas do contrato. Evidentemente não cabe imaginar situações que poderão ser alteradas ou não, no futuro, vez que a avaliação se dá em face das normas vigentes.</p> <p>Pelo exposto, resta indeferido o pedido, mantendo-se incólume a questão e o gabarito divulgado.</p>

CIS-AMAVI

ERRATA: RESOLUÇÃO Nº 044 DE 11 DE MARÇO DE 2015

ERRATA - RESOLUÇÃO Nº 044 DE 11 DE MARÇO DE 2015 - Dispõe sobre a alteração do Edital de Credenciamento Universal Nº 001/2013, proporcionando aumento de valores de complementos da tabela Unificada SUS, abaixo praticadas pelo CIS-AMAVI.

Inclusão dos seguintes procedimentos que terão aumento na complementação da tabela unificada SUS:

Código	Procedimento	Valor SUS	Comple-mento	Valor final
02.04.03.003-0	Mamografia Unilateral	22,50	5,00	27,50
02.04.03.018-8	Mamografia Bilateral para rastreamento	45,00	10,00	55,00

Consórcio CISAMA

CONTRATO DE RATEIO ANITA GARIBALDI 2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 06/2015

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA.

O MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.777.335/0001-85, com sede administrativa na Praça Paulino Granzotto, 20 - Centro, Anita Garibaldi S/C, neste ato representado por seu Prefeito, Sr IVONIR FERNANDES DA SILVA e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 - Centro Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Edilson José de Souza, Prefeito de Campo Belo do Sul celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira - Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA, Lei Municipal nº 2009/2013, de 26/06/2013.

Cláusula segunda - É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira - Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Anita Garibaldi ao CISAMA para custear as atividades de Apoio Administrativo, Apoio a Gestão de Projetos, Desenvolver Serra Catarinense, Resíduos Sólidos e Meio Ambiente, com despesas de pessoal e encargos pessoais, despesas correntes e investimentos.

DO RATEIO

Cláusula quarta - Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 31.900,81 (trinta e um mil novecentos reais e oitenta e um centavos), dividido em doze parcelas mensais, no valor de R\$ 2.658,40 (dois mil seiscentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos) cada uma a serem pagas até dia 10 de cada mês, sendo a primeira com vencimento em 10/01/2015 e a última parcela a ser descontada no dia 10 de dezembro de 2015.

Cláusula quinta - Fica o CISAMA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Cláusula sexta - A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 2078/2014 de 11/12/2014 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades atendidas	Ano	Mês
3.1.71.00 – Pessoal e encargos pessoais	21.138,87	1.761,57
3.3.71.00 – Outras despesas correntes	10.007,49	833,96
4.4.71.00 – Investimentos	754,45	62,87
Valor total por ente consorciado	31.900,81	2.658,40

Cláusula sétima - Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de

rateio.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula oitava - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

DAS PENALIDADES

Cláusula nona - O consorciado inadimplente com o CISAMA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima - Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima segunda - O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua assinatura, devidamente publicado, e vigorará até 31 de dezembro de 2015.

DO FORO

Cláusula décima terceira - Fica eleito o foro da Comarca de Lages Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima quarta - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Anita Garibaldi, 02 de Janeiro de 2015.

IVONIR FERNANDES DA SILVA

Prefeito de Anita Garibaldi

EDILSON JOSÉ DE SOUZA

Presidente do CISAMA

CONTRATO DE RATEIO BOCAINA DO SUL 2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 001/2015

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BOCAINA DO SUL E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA.

O MUNICÍPIO DE BOCAINA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 01.606.852/0001-90, com sede administrativa na Rua: João Assink, 322 - Centro - Bocaina do Sul /SC, neste ato representado por seu Prefeito Sr. LUIZ CARLOS SCHMULER e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 - centro Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Edilson José de Souza, Prefeito de Campo Belo do Sul celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira - Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA, Lei Municipal nº 605, de 18/12/2014.

Cláusula segunda - É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira - Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Bocaina do Sul ao CISAMA para

custear as atividades de Apoio Administrativo, Apoio a Gestão de Projetos, Desenvolver Serra Catarinense, Resíduos Sólidos e Meio Ambiente, com despesas de pessoal e encargos pessoais, despesas correntes e investimentos.

DO RATEIO

Cláusula quarta - Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 31.900,81 (trinta e um mil novecentos reais e oitenta e um centavos), dividido em doze parcelas mensais, no valor de R\$ 2.658,40 (dois mil seiscentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos) cada uma a serem pagas até dia 10 de cada mês, sendo a primeira com vencimento em 10/01/2015 e a última parcela a ser descontada no dia 10 de dezembro de 2015.

Clausula quinta - Fica o CISAMA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Cláusula sexta - A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 707 de 07/11/2014 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades atendidas	Ano	Mês
3.1.71.00 – Pessoal e encargos pessoais	21.138,87	1.761,57
3.3.71.00 – Outras despesas correntes	10.007,49	833,96
4.4.71.00 – Investimentos	754,45	62,87
Valor total por ente consorciado	31.900,81	2.658,40

Cláusula sétima - Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula oitava - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

DAS PENALIDADES

Cláusula nona - O consorciado inadimplente com o CISAMA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima - Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima segunda - O presente contrato de rateio entra em vigor na data da assinatura, que deverá ser devidamente publicado, e vigorará até 31 de dezembro de 2015.

DO FORO

Cláusula décima terceira - Fica eleito o foro da Comarca de Lages SC para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima quarta - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Bocaina do Sul, 02 de Janeiro de 2015.

LUIZ CARLOS SCHMULER Prefeito de Bocaina do Sul	EDILSON JOSÉ DE SOUZA Presidente do CISAMA
--	---

CONTRATO DE RATEIO BOM JARDIM DA SERRA 2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 03/2015

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA.

O MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.844.754/0001-92, com sede administrativa na Rua: Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Bom Jardim da Serra, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Edelvânio Nunes Topanoti e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 - centro Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Edilson José de Souza, Prefeito de Campo Belo do Sul celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira - Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA, Lei Municipal nº 1104/2010, de 03/05/2010.

Cláusula segunda - É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira - Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Bom jardim da Serra ao CISAMA para custear as atividades de Apoio Administrativo, Apoio a Gestão de Projetos, Desenvolver Serra Catarinense, Resíduos Sólidos e Meio Ambiente, com despesas de pessoal e encargos pessoais, despesas correntes e investimentos.

DO RATEIO

Cláusula quarta - Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 31.900,81 (trinta e um mil novecentos reais e oitenta e um centavos), dividido em doze parcelas mensais, no valor de R\$ 2.658,40 (dois mil seiscentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos) cada uma a serem pagas até dia 10 de cada mês, sendo a primeira com vencimento em 10/01/2015 e a última parcela a ser descontada no dia 10 de dezembro de 2015.

Clausula quinta - Fica o CISAMA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Cláusula sexta - A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 1248/2014 de 15/12/2014 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades atendidas	Ano	Mês
3.1.71.00 – Pessoal e encargos pessoais	21.138,87	1.761,57
3.3.71.00 – Outras despesas correntes	10.007,49	833,96
4.4.71.00 – Investimentos	754,45	62,87
Valor total por ente consorciado	31.900,81	2.658,40

Cláusula sétima - Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula oitava - Com o objetivo de permitir o atendimento dos

dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

DAS PENALIDADES

Cláusula nona - O consorciado inadimplente com o CISAMA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima - Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima segunda - O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua assinatura, e devidamente publicado e vigorará até 31 de dezembro de 2015

DO FORO

Cláusula décima terceira - Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima quarta - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Bom Jardim da Serra, 02 de Janeiro de 2015.

EDELVANIO NUNES TOPANOTI

Prefeito de Bom Jardim da Serra

EDILSON JOSÉ DE SOUZA

Presidente do CISAMA

CONTRATO DE RATEIO BOM RETIRO 2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 02/2015

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA.

O MUNICÍPIO DE BOM RETIRO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.777.343/0001-21, com sede administrativa na Avenida Major Generoso, 19 - Centro, Bom Retiro / SC, neste ato representado pelo seu prefeito Sr. Albino Gonçalves Padilha e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 - Centro Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Edilson José de Souza, Prefeito de Campo Belo do Sul celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira - Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA, Lei Municipal nº 2262, de 09/12/2014.

Cláusula segunda - É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira - Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Bom Retiro ao CISAMA para custear as atividades de Apoio Administrativo, Apoio a Gestão de Projetos, Desenvolver Serra Catarinense, Resíduos Sólidos e Meio Ambiente, com despesas de pessoal e encargos pessoais, despesas correntes e investimentos.

DO RATEIO

Cláusula quarta - Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 31.900,81 (trinta e um mil novecentos reais e oitenta e um centavos), dividido em doze parcelas mensais, no valor de R\$ 2.658,40 (dois mil seiscentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos) cada uma a serem pagas até dia 10 de cada mês, sendo a primeira com vencimento em 10/01/2015 e a última parcela a ser descontada no dia 10 de dezembro de 2015.

Clausula quinta - Fica o CISAMA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Cláusula sexta - A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 2262/2014 de 09/12/2014 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades atendidas	Ano	Mês
3.1.71.00 – Pessoal e encargos pessoais	21.138,87	1.761,57
3.3.71.00 – Outras despesas correntes	10.007,49	833,96
4.4.71.00 – Investimentos	754,45	62,87
Valor total por ente consorciado	31.900,81	2.658,40

Cláusula sétima - Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula oitava - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

DAS PENALIDADES

Cláusula nona - O consorciado inadimplente com o CISAMA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima - Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima segunda - O presente contrato de rateio entra em vigor na data da assinatura, que deverá ser devidamente publicado, e vigorará até 31 de dezembro de 2015

DO FORO

Cláusula décima terceira - Fica eleito o foro da Comarca de Bom Retiro SC para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima quarta - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Bom Retiro, 02 de Janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA Prefeito Bom Retiro	EDILSON JOSÉ DE SOUZA Presidente do CISAMA
---	---

CONTRATO DE RATEIO CERRO NEGRO 2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 001/2015

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA.

O MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 95.991.097/0001-58, com sede administrativa na Rua: Orides Delfes Furtado, 739, Cerro Negro/SC, neste ato representado por seu Prefeita Sra. Sirley Kley Varela e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 - centro Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Edilson José de Souza, Prefeito de Campo Belo do Sul celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira - Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA, Lei Municipal nº 612/2013, de 29/01/2013.

Cláusula segunda - É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira - Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Cerro Negro ao CISAMA para custear as atividades de Apoio Administrativo, Apoio a Gestão de Projetos, Desenvolver Serra Catarinense, Resíduos Sólidos e Meio Ambiente, com despesas de pessoal e encargos pessoais, despesas correntes e investimentos.

DO RATEIO

Cláusula quarta - Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 31.900,81 (trinta e um mil novecentos reais e oitenta e um centavos), dividido em doze parcelas mensais, no valor de R\$ 2.658,40 (dois mil seiscentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos) cada uma a serem pagas até dia 10 de cada mês, sendo a primeira com vencimento em 10/01/2015 e a última parcela a ser descontada no dia 10 de dezembro de 2015.

Cláusula quinta - Fica o CISAMA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Cláusula sexta - A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 661/2014 de 10/12/2014 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades atendidas	Ano	Mês
3.1.71.00 – Pessoal e encargos pessoais	21.138,87	1.761,57
3.3.71.00 – Outras despesas correntes	10.007,49	833,96
4.4.71.00 – Investimentos	754,45	62,87
Valor total por ente consorciado	31.900,81	2.658,40

Cláusula sétima - Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula oitava - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

DAS PENALIDADES

Cláusula nona - O consorciado inadimplente com o CISAMA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima - Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima segunda - O presente contrato de rateio entra em vigor na data da assinatura, que deverá ser devidamente publicado, e vigorará até 31 de dezembro de 2015.

DO FORO

Cláusula décima terceira - Fica eleito o foro da Comarca de Lages de S/C para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima quarta - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Cerro Negro, 02 de Janeiro de 2015

EDILSON JOSÉ DE SOUZA Presidente do CISAMA	SIRLEY KLEY VARELA Prefeita Cerro Negro
---	--

CONTRATO DE RATEIO CORREIA PINTO 2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 039/2015

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA.

O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 75.438.655/0001-45, com sede administrativa na Avenida Duque de Caxias, 1569, Correia Pinto/SC, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Vânio Forster e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 - centro Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Edilson José de Souza, Prefeito de Campo Belo do Sul celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira - Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA, Lei Municipal nº 1531, de 02/09/2009.

Cláusula segunda - É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira - Este contrato tem por objeto disciplinar a

entrega de recursos pelo Município de Correia Pinto ao CISAMA para custear as atividades de Apoio Administrativo, Apoio a Gestão de Projetos, Desenvolver Serra Catarinense, Resíduos Sólidos e Meio Ambiente, com despesas de pessoal e encargos pessoais, despesas correntes e investimentos.

DO RATEIO

Cláusula quarta - Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 31.900,81 (trinta e um mil novecentos reais e oitenta e um centavos), dividido em doze parcelas mensais, no valor de R\$ 2.658,40 (dois mil seiscentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos) cada uma a serem pagas até dia 10 de cada mês, sendo a primeira com vencimento em 10/01/2015 e a última parcela a ser descontada no dia 10 de dezembro de 2015.

Clausula quinta - Fica o CISAMA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Cláusula sexta - A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 1944/2014 de 11/12/2014 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades atendidas	Ano	Mês
3.1.71.00 – Pessoal e encargos pessoais	21.138,87	1.761,57
3.3.71.00 – Outras despesas correntes	10.007,49	833,96
4.4.71.00 – Investimentos	754,45	62,87
Valor total por ente consorciado	31.900,81	2.658,40

Cláusula sétima - Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula oitava - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

DAS PENALIDADES

Cláusula nona - O consorciado inadimplente com o CISAMA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima - Uma vez notificado da inadimplência, serão suspendidos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima segunda - O presente contrato de rateio entra em vigor na data da assinatura, que deverá ser devidamente publicado, e vigorará até 31 de dezembro de 2015.

DO FORO

Cláusula décima terceira - Fica eleito o foro da Comarca de Lages S/C para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima quarta - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Correia Pinto, 02 de Janeiro de 2015.

Vânio Forster

Prefeito de Correia Pinto

EDILSON JOSÉ DE SOUZA

Presidente do CISAMA

CONTRATO DE RATEIO LAGES 2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 14/2015

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LAGES E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA.

O MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.777.301/0001-90, com sede administrativa na Rua Benjamin Constant, 13 - Centro, Lages/SC, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Antônio Arcanjo Duarte e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 - centro Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Edilson José de Souza, Prefeito de Campo Belo do Sul, celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira - Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA, Lei Municipal nº 3.931, de 17/12/2012.

Cláusula segunda - É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira - Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Lages ao CISAMA para custear as atividades de Apoio Administrativo, Apoio a Gestão de Projetos, Desenvolver Serra Catarinense, Resíduos Sólidos e Meio Ambiente, com despesas de pessoal e encargos pessoais, despesas correntes e investimentos.

DO RATEIO

Cláusula quarta - Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 31.900,81 (trinta e um mil novecentos reais e oitenta e um centavos), dividido em doze parcelas mensais, no valor de R\$ 2.658,40 (dois mil seiscentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos) cada uma a serem pagas até dia 10 de cada mês, sendo a primeira com vencimento em 10/01/2015 e a última parcela a ser descontada no dia 10 de dezembro de 2015.

Clausula quinta - Fica o CISAMA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

Cláusula sexta - A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 4076/2014 de 11/12/2014 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades atendidas	Ano	Mês
3.1.71.00 – Pessoal e encargos pessoais	21.138,87	1.761,57
3.3.71.00 – Outras despesas correntes	10.007,49	833,96
4.4.71.00 – Investimentos	754,45	62,87
Valor total por ente consorciado	31.900,81	2.658,40

Cláusula sétima - Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua

lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula oitava - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

DAS PENALIDADES

Cláusula nona - O consorciado inadimplente com o CISAMA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima - Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima segunda - O presente contrato de rateio entra em vigor na data da assinatura, que deverá ser devidamente publicado, e vigorará até 31 de dezembro de 2015.

DO FORO

Cláusula décima terceira - Fica eleito o foro da Comarca de Lages Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima quarta - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Lages, 02 de Janeiro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito de Lages

EDILSON JOSÉ DE SOUZA

Presidente do CISAMA

CONTRATO DE RATEIO PAINEL 2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 002/2015

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PAINEL E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA.

O MUNICÍPIO DE PAINEL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 01.608.820/0001-23, com sede administrativa na Rua: Basílio Pessoa s/n, Paine/SC, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Flávio Antonio Neto da Silva e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 - centro Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Edilson José de Souza, Prefeito de Campo Belo do Sul celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira - Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA, Lei Municipal nº 335, de 17/09/2013.

Cláusula segunda - É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira - Este contrato tem por objeto disciplinar a

entrega de recursos pelo Município de Paine/SC ao CISAMA para custear as atividades de Apoio Administrativo, Apoio a Gestão de Projetos, Desenvolver Serra Catarinense, Resíduos Sólidos e Meio Ambiente, com despesas de pessoal e encargos pessoais, despesas correntes e investimentos.

DO RATEIO

Cláusula quarta - Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 31.900,81 (trinta e um mil novecentos reais e oitenta e um centavos), dividido em doze parcelas mensais, no valor de R\$ 2.658,40 (dois mil seiscentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos) cada uma a serem pagas até dia 10 de cada mês, sendo a primeira com vencimento em 10/01/2015 e a última parcela a ser descontada no dia 10 de dezembro de 2015.

Cláusula quinta - Fica o CISAMA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Cláusula sexta - A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 401/2014 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades atendidas	Ano	Mês
3.1.71.00 – Pessoal e encargos pessoais	21.138,87	1.761,57
3.3.71.00 – Outras despesas correntes	10.007,49	833,96
4.4.71.00 – Investimentos	754,45	62,87
Valor total por ente consorciado	31.900,81	2.658,40

Cláusula sétima - Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula oitava - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

DAS PENALIDADES

Cláusula nona - O consorciado inadimplente com o CISAMA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima - Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima segunda - O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua assinatura, devidamente publicado, e vigorará até 31 de dezembro de 2015.

DO FORO

Cláusula décima terceira - Fica eleito o foro da Comarca de Lages/ Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima quarta - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Painel, 02 de Janeiro de 2015.

EDILSON JOSÉ DE SOUZA Presidente do CISAMA	Flávio Antônio Neto da Silva Prefeito Painel
---	---

CONTRATO DE RATEIO PONTE ALTA 2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 002/2015

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PONTE ALTA E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA.

O MUNICÍPIO DE PONTE ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 83.755.850/0001-27, com sede administrativa na Rua Geremias Alves da Rocha, 130, Ponte Alta/SC, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Carlos Luiz Moraes o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 - centro Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Edilson José de Souza, Prefeito de Campo Belo do Sul celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira - Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA, Lei Municipal nº 1.326, de 05/04/2013.

Cláusula segunda - É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira - Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Ponte Alta ao CISAMA para custear as atividades de Apoio Administrativo, Apoio a Gestão de Projetos, Desenvolver Serra Catarinense, Resíduos Sólidos e Meio Ambiente, com despesas de pessoal e encargos pessoais, despesas correntes e investimentos.

DO RATEIO

Cláusula quarta - Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 31.900,81 (trinta e um mil novecentos reais e oitenta e um centavos), dividido em doze parcelas mensais, no valor de R\$ 2.658,40 (dois mil seiscentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos) cada uma a serem pagas até dia 10 de cada mês, sendo a primeira com vencimento em 10/01/2015 e a última parcela a ser descontada no dia 10 de dezembro de 2015.

Cláusula quinta - Fica o CISAMA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Cláusula sexta - A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 1384/2014 de 19/12/2014 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades atendidas	Ano	Mês
3.1.71.00 – Pessoal e encargos pessoais	21.138,87	1.761,57
3.3.71.00 – Outras despesas correntes	10.007,49	833,96
4.4.71.00 – Investimentos	754,45	62,87
Valor total por ente consorciado	31.900,81	2.658,40

Cláusula sétima - Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua

lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula oitava - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

DAS PENALIDADES

Cláusula nona - O consorciado inadimplente com o CISAMA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima - Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima segunda - O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua assinatura, que deverá ser devidamente publicado, e vigorará até 31 de dezembro de 2015.

DO FORO

Cláusula décima terceira - Fica eleito o foro da Comarca de Lages / Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima quarta - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Ponte Alta, 02 de Janeiro de 2015.

Carlos Luiz Moraes

Prefeito de Ponte Alta

EDILSON JOSÉ DE SOUZA

Presidente do CISAMA

CONTRATO DE RATEIO RIO RUFINO 2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 002/2015

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE RIO RUFINO E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA.

O MUNICÍPIO DE RIO RUFINO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 95.991.071/0001-00, com sede administrativa na Rua: José Oselame, 209, Centro, Rio Rufino/SC, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Ademar de Bona Sartor e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 - Centro Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Edilson José de Souza, Prefeito de Campo Belo do Sul celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira - Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA, Lei Municipal nº 504/2012, de 20/12/2012.

Cláusula segunda - É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira - Este contrato tem por objeto disciplinar a

entrega de recursos pelo Município de Rio Rufino ao CISAMA para custear as atividades de Apoio Administrativo, Apoio a Gestão de Projetos, Desenvolver Serra Catarinense, Resíduos Sólidos e Meio Ambiente, com despesas de pessoal e encargos pessoais, despesas correntes e investimentos.

DO RATEIO

Cláusula quarta - Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 31.900,81 (trinta e um mil novecentos reais e oitenta e um centavos), dividido em doze parcelas mensais, no valor de R\$ 2.658,40 (dois mil seiscentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos) cada uma a serem pagas até dia 10 de cada mês, sendo a primeira com vencimento em 10/01/2015 e a última parcela a ser descontada no dia 10 de dezembro de 2015.

Clausula quinta - Fica o CISAMA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Cláusula sexta - A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº ____/____ de ____/____/ e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades atendidas	Ano	Mês
3.1.71.00 – Pessoal e encargos pessoais	21.138,87	1.761,57
3.3.71.00 – Outras despesas correntes	10.007,49	833,96
4.4.71.00 – Investimentos	754,45	62,87
Valor total por ente consorciado	31.900,81	2.658,40

Cláusula sétima - Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula oitava - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

DAS PENALIDADES

Cláusula nona - O consorciado inadimplente com o CISAMA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima - Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima segunda - O presente contrato de rateio entra em vigor na data da assinatura, que deverá ser devidamente publicado, e vigorará até 31 de dezembro de 2015.

DO FORO

Cláusula décima terceira - Fica eleito o foro da Comarca de Lages S/ C para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima quarta - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Rio Rufino, 02 de Janeiro de 2015.

Ademar de Bona Sartor

Prefeito de Rio Rufino

EDILSON JOSÉ DE SOUZA

Presidente do CISAMA

CONTRATO DE RATEIO SÃO JOAQUIM 2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 07/2015

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.561.093/0001-98, com sede administrativa na Praça João Ribeiro, 01 - Centro, São Joaquim/SC, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Humberto Luiz Brighenti o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 - Centro Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Edilson José de Souza, Prefeito de Campo Belo do Sul celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira - Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA, Lei Municipal nº 4100/2012, de 19/12/2012.

Cláusula segunda - É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira - Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de São Joaquim ao CISAMA para custear as atividades de Apoio Administrativo, Apoio a Gestão de Projetos, Desenvolver Serra Catarinense, Resíduos Sólidos e Meio Ambiente, com despesas de pessoal e encargos pessoais, despesas correntes e investimentos.

DO RATEIO

Cláusula quarta - Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 31.900,81 (trinta e um mil novecentos reais e oitenta e um centavos), dividido em doze parcelas mensais, no valor de R\$ 2.658,40 (dois mil seiscentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos) cada uma a serem pagas até dia 10 de cada mês, sendo a primeira com vencimento em 10/01/2015 e a última parcela a ser descontada no dia 10 de dezembro de 2015.

Clausula quinta - Fica o CISAMA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Cláusula sexta - A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 4.280/2014 de 25/11/2014 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades atendidas	Ano	Mês
3.1.71.00 – Pessoal e encargos pessoais	21.138,87	1.761,57
3.3.71.00 – Outras despesas correntes	10.007,49	833,96
4.4.71.00 – Investimentos	754,45	62,87
Valor total por ente consorciado	31.900,81	2.658,40

Cláusula sétima - Poderá ser excluído do consórcio público, após

prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula oitava - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

DAS PENALIDADES

Cláusula nona - O consorciado inadimplente com o CISAMA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima - Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima segunda - O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua assinatura, que deverá ser devidamente publicado, e vigorará até 31 de dezembro de 2015

DO FORO

Cláusula décima terceira - Fica eleito o foro da Comarca de Lages / Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima quarta - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

São Joaquim, 02 de Janeiro de 2015.

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito de São Joaquim

EDILSON JOSÉ DE SOUZA

Presidente do CISAMA

CONTRATO DE RATEIO SÃO JOSÉ DO CERRITO 2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 006/2015

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.777.327/0001-39, com sede administrativa na Rua: Anacleto da Silva Ortiz 127, Centro, São José do Cerrito/SC, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Arno Tadeu Marian e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 - Centro Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Edilson José de Souza, Prefeito de Campo Belo do Sul celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira - Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA.

Cláusula segunda - É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira - Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de São José do Cerrito ao CISAMA para custear as atividades de Apoio Administrativo, Apoio a Gestão de Projetos, Desenvolver Serra Catarinense e Resíduos Sólidos, com despesas de pessoal e encargos pessoais, despesas correntes e investimentos.

DO RATEIO

Cláusula quarta - Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 28.123,08 (trinta e um mil novecentos reais e oitenta e um centavos), dividido em doze parcelas mensais, no valor de R\$ 2.343,59 (dois mil seiscentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos) cada uma a serem pagas até dia 10 de cada mês, sendo a primeira com vencimento em 10/01/2015 e a última parcela a ser descontada no dia 10 de dezembro de 2015.

Cláusula quinta - Fica o CISAMA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Cláusula sexta - A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 964/2014 de 12/12/2014 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades atendidas	Ano	Mês
3.1.71.00 – Pessoal e encargos pessoais	21.138,84	1.761,57
3.3.71.00 – Outras despesas correntes	6.229,80	519,15
4.4.71.00 – Investimentos	754,44	62,87
Valor total por ente consorciado	28.123,08	2.343,59

Cláusula sétima - Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula oitava - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

DAS PENALIDADES

Cláusula nona - O consorciado inadimplente com o CISAMA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima - Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima segunda - O presente contrato de rateio entra em vigor na data de assinatura, e devidamente publicado, e vigorará até 31 de dezembro de 2015.

DO FORO

Cláusula décima terceira - Fica eleito o foro da Comarca de Lages /SC para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima quarta - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

São José do Cerrito, 02 de Janeiro de 2015 .

Arno Tadeu Marian

Prefeito de São José do Cerrito

EDILSON JOSÉ DE SOUZA

Presidente do CISAMA

CONTRATO DE RATEIO URUPEMA 2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 021/2015

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE URUPEMA E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA.

O MUNICÍPIO URUPEMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 78.492.576/0001-00, com sede administrativa na avenida Manoel Pereira de Medeiros, 155 - Centro, Urupema/SC, neste ato representado por seu Prefeito em Exercício, Sr. Amarildo Luiz Gaio e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 - centro Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Edilson José de Souza, Prefeito de Campo Belo do Sul celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira - Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA, Lei Municipal nº 680/2009 de 09/09/2009.

Cláusula segunda - É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira - Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Urupema ao CISAMA para custear as atividades de Apoio Administrativo, Apoio a Gestão de Projetos, Desenvolver Serra Catarinense, Resíduos Sólidos e Meio Ambiente, com despesas de pessoal e encargos pessoais, despesas correntes e investimentos.

DO RATEIO

Cláusula quarta - Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 31.900,81 (trinta e um mil novecentos reais e oitenta e um centavos), dividido em doze parcelas mensais, no valor de R\$ 2.658,40 (dois mil seiscentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos) cada uma a serem pagas até dia 10 de cada mês, sendo a primeira com vencimento em 10/01/2015 e a última parcela a ser descontada no dia 10 de dezembro de 2015.

Cláusula quinta - Fica o CISAMA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Cláusula sexta - A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 921/2014 de 11/11/2014 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades atendidas	Ano	Mês
3.1.71.00 – Pessoal e encargos pessoais	21.138,87	1.761,57
3.3.71.00 – Outras despesas correntes	10.007,49	833,96
4.4.71.00 – Investimentos	754,45	62,87
Valor total por ente consorciado	31.900,81	2.658,40

Cláusula sétima - Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula oitava - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

DAS PENALIDADES

Cláusula nona - O consorciado inadimplente com o CISAMA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima - Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima segunda - O presente contrato de rateio entra em vigor na data da assinatura, que deverá ser devidamente publicado, e vigorará até 31 de dezembro de 2015.

DO FORO

Cláusula décima terceira - Fica eleito o foro da Comarca de Lages SC, para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima quarta - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Urupema, 11 de março de 2015.

Amarildo Luiz Gaio

Prefeito de Urupema

EDILSON JOSÉ DE SOUZA

Presidente do CISAMA

